UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ANNA LÚCIA COLLYER ADAMOVICZ

Imprensa Protestante na Primeira República:
Evangelismo, informação e produção cultural. O Jornal Batista
(1901-1922)

São Paulo

2008

ANNA LÚCIA COLLYER ADAMOVICZ

**Imprensa Protestante na Primeira República:
Evangelismo, informação e produção cultural. O Jornal Batista
(1901-1922)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Prof. Dra. Maria Inez Machado Borges Pinto

São Paulo

2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

Anna Lúcia Collyer Adamovicz

Imprensa Protestante na Primeira República: Evangelismo, informação e produção cultural. O Jornal Batista (1901-1922)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Instituição:

Assinatura: _____

Prof. Dr.

Instituição:

Assinatura: _____

Prof. Dr.

Instituição:

Assinatura: _____

Prof. Dr.

Instituição:

Assinatura: _____

Prof. Dr.

Instituição:

Assinatura: _____

RESUMO

ADAMOVICZ, Anna Lúcia Collyer. **Imprensa Protestante na Primeira República: Evangelismo, informação e produção cultural. O Jornal Batista (1901-1922).** 2008. 400 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras, História e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

A partir da segunda metade do século XIX, as missões batistas norte-americanas passaram a realizar campanhas evangelizadoras em diferentes cidades brasileiras, com o intuito de promover uma reforma no sistema religioso local, cujas bases ideológico-doutrinárias se estabeleceram ao longo de três séculos de presença hegemônica da Igreja Católica. O movimento batista foi introduzido no cenário religioso da Nação em 1881, ano a partir do qual pregadores enviados pela Junta de Missões Estrangeiras passaram a se fixar no país, em virtude da aprovação da criação de uma frente missionária permanente no Brasil. Diante de semelhante perspectiva, o projeto na área de Publicações não restringia o seu campo de atuação aos centros urbanos, áreas onde o grau de escolaridade de seus leitores era potencialmente mais elevado. O consenso em torno da idéia de que a criação de um veículo de informação de alcance nacional contribuiria para o crescimento qualitativo e quantitativo das Igrejas (quantitativo no que se refere à abertura de novas congregações e qualitativo no que concerne à implementação da formação religiosa e intelectual dos fiéis), viabilizou a fundação do Jornal Batista, na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1901. O compromisso com a evangelização do povo brasileiro, o zelo com o aprofundamento do conhecimento bíblico e com a instrução dos crentes e o propósito de fornecer informação sobre os acontecimentos do mundo contemporâneo, a luz do Cristianismo, foram os fundamentos orientadores de o Jornal Batista, principal órgão desta Imprensa denominacional e principal objeto de investigação da pesquisa proposta.

Palavras-chave: O Jornal Batista. Imprensa Protestante. História dos Batistas no Brasil. História do Protestantismo no Brasil. História Eclesiástica. História das Idéias Religiosas.

ABSTRACT

ADAMOVICZ, Anna Lúcia Collyer. **Imprensa Protestante na Primeira República: Evangelismo, informação e produção cultural. O Jornal Batista (1901-1922).** 2008. 400 f. Thesis (Doctoral) – Faculdade de Filosofia, Letras, História e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Since the second half of the nineteenth century North American Baptist missionaries began to accomplish evangelistic campaigns in different Brazilian cities: their widest objective was to promote a profound reformation in the local religious system, whose ideologic-doctrinal basis had been established in the course of more than three centuries of Roman Catholic Church hegemony. The Baptist movement was introduced this religious scenery in 1881, seeing that in the same year the first preachers encharged of settling a permanent mission site in Brazil were sent to this nation by the Southern Baptist Convention of the United States. Among the “pioneer missionaries”, the consensus toward the idea that the creation of a national reach communication vehicle would contribute to the quantitative growth as well as to the qualitative development of the churches, occasioned the foundation of the Baptist Journal (“Jornal Batista”) in Rio de Janeiro, on January 10th of 1901 (the term “quantitative growth” refers to the enlargement of this mission field with the opening of new congregations while “qualitative development” is attributed for the prospective improvement of both religious and intellectual instruction of their members). The commitment with the “evangelization” of the Brazilian people, the zeal concerning the deepening of their biblical knowledge and the purpose of providing information about contemporary events – in the perspective of the evangelical faith – were the guiding principles of the Baptist Journal. During the first two decades of the Brazilian republic it remained as the main medium of communication held by this denominational press. It consists on the prime investigation object of the present research.

Keywords: The Baptist Journal. Evangelical Press in Brazil. Baptists in Brazil. History of Protestant Movement in Brazil. Church History. Christian Doctrines

EPIGRAFE

*Now unto him that is able to do exceeding abundantly above all that we ask or
think, according to the power that worketh in us,
Unto him be glory in the church by Church Jesus throughout all ages, world
without end. Amen.*

Ephesians 3:20-21

*Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e
do Filho e do Espírito Santo;
ensinando-os a guardar todas as cousas que vos tenho ordenado. E eis que estou
convosco todos os dias até à consumação do século.*

Mateus 28:19-20

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 A HISTÓRIA DOS BATISTAS “PASSADA EM REVISTA”	36
1.1 OS BATISTAS E AS ORIGENS DA DENOMINAÇÃO	36
1.2 OS BATISTAS AMERICANOS E O INÍCIO DA ATIVIDADE MISSIONÁRIA NO BRASIL.	42
1.3 OS PRIMÓRDIOS DA IMPRENSA BATISTA NO BRASIL E A FUNDAÇÃO DO “JB”.	57
2 A REFORMA PROTESTANTE “EM MANCHETE” NO JORNAL: RECUPERAÇÃO DAS TEMÁTICAS CENTRAIS DO PROTESTANTISMO E VALORIZAÇÃO DA FIGURA DOS REFORMADORES COMO INSTRUMENTO DE DIVULGAÇÃO	82
2.1 ALGUNS APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O SURGIMENTO DO HUMANISMO, A DESCOBERTA DA IMPRENSA E O ADVENTO DA REFORMA RELIGIOSA DO SÉCULO XVI	82
2.2 A REFORMA E OS REFORMADORES EM PAUTA DE DISCUSSÃO: ARTIGOS DO “JB” COMENTADOS	116
3 O CONCÍLIO DE TRENTO	172
4 A BULA <i>INEFFABILIS DEUS</i> E AS CRÍTICAS DO JORNAL BATISTA AO “MARIANISMO” CATÓLICO	194
5 OS DECRETOS DO SYLLABUS E AS CRÍTICAS DO JORNAL BATISTA AO “JESUITISMO”.	260
6 O CONCÍLIO VATICANO I E AS CRÍTICAS DO JORNAL BATISTA ACERCA DO “PAPISMO”.	329
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: “O BIBLICISMO BATISTA”.	397
8 REFERÊNCIAS	418
9 ANEXOS	424

INTRODUÇÃO

A criação da “Junta de Missões Estrangeiras” pela Convenção Batista do Sul dos EUA, em 1845, remonta o momento histórico em que os EUA haviam se tornado um país de dimensões continentais e o movimento religioso que acompanhara a marcha para o oeste (conhecido como "the Great Awakening") havia contribuído para o fortalecimento, no imaginário norte-americano, da idéia de que a sua constituição enquanto nação havia ocorrido de forma Providencial¹. Tal qual os primeiros peregrinos que haviam se deslocados da Europa para a América do Norte, com a finalidade de "construir um mundo Novo" onde pudessem exercer plenamente a sua fé, os crentes norte-americanos que passaram a se mobilizar em torno da Causa Missionária acreditavam estar diante de um novo desafio que se levantava, em um segundo momento de sua história: a concretização de um ideal que transcendia os limites geográficos de sua própria nação - a missão de transmitir a outros povos do mundo os valores universais, presentes em seu sistema religioso.

A partir da segunda metade do século XIX, as missões batistas norte-americanas passaram a realizar campanhas evangelizadoras em diferentes cidades brasileiras, com o intuito de promover uma reforma no sistema religioso local, cujas bases ideológico-doutrinárias se estabeleceram ao longo de três séculos de presença hegemônica da Igreja Católica. O movimento batista foi introduzido no cenário religioso da Nação em 1881, ano a partir do

¹ A historiadora Mary A. Junqueira, ao discorrer sobre a criação do "Mito da América", faz a colocação de que a consolidação dos Estados Unidos como um país de proporções continentais está relacionado à crença dos norte-americanos na legitimidade do movimento de expansão para o oeste, que por sua vez, possui raízes ainda mais antigas, se considerado o seu entendimento acerca da gênese de sua própria história e a sua auto-compreensão como "um povo eleito com uma missão a cumprir" ... "ao atravessarem o oceano, os peregrinos se comparavam ao povo Hebreu atravessando o Mar Vermelho, em busca da Terra Prometida; ou seja, eram o povo eleito por Deus, que viria a transformar aquelas Terras do Novo Mundo em lugar onde pudessem exercer a sua fé religiosa. JUNQUEIRA, Mary A. **Estados Unidos: a consolidação da Nação**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 32.

qual pregadores enviados pela Junta de Missões Estrangeiras passaram a se fixar no país, em virtude da aprovação da criação de uma frente missionária permanente no Brasil. Tal deliberação se dera em resposta à solicitação recebida de imigrantes sulistas radicados em Santa Bárbara D'Oeste (província de São Paulo) desde o término da Guerra de Secessão, no ano de 1865 (protestantes, em sua maioria, estes imigrantes realizaram um trabalho de cooperação junto às sociedades missionárias demonstrando grande zelo para com a evangelização dos nacionais).

A Primeira Igreja Batista em solo brasileiro fora organizada por estes imigrantes americanos no ano de 1871, mas não apresentava características de uma igreja tipicamente missionária. O pressuposto de sua criação assentava-se na necessidade de oferecer assistência espiritual aos colonos, o que impossibilitava o acesso de grande parte da população nativa à pregação, por ter sido preservada a celebração do serviço religioso em língua inglesa. O início do trabalho de evangelização entre os brasileiros foi inaugurado com a chegada dos primeiros missionários (William Buck Bagby, Anne Luther Bagby, Zachary e Kate Taylor), em 1881, e com a consagração ao ministério do primeiro batista brasileiro (o ex-padre católico Antonio Teixeira Alburquerque)².

Após a chegada dos primeiros pregadores batistas cuja principal incumbência era a realização de extensas e diligentes campanhas de evangelização entre brasileiros, foi fundada a Primeira Igreja Batista do Brasil³. Assim que aqui se estabeleceram, tornou-se necessária a elaboração de um plano de ação que previa a adoção de “estratégias missionárias” a serem empregadas com a finalidade de promover a difusão da mensagem evangélica por todo o território nacional. Para o cumprimento de uma tarefa de tamanha

² PEREIRA, J. Reis. **História dos Batistas no Brasil 1882-1992**. Rio de Janeiro: JUERP, 1982, p. 77.

³ A primeira Igreja Batista Nacional foi fundada na Província da Bahia, cidade de Salvador, no ano de 1882.

proporção e, tendo em vista as divergências de natureza ideológica e doutrinária a serem expostas nos debates públicos travados com os representantes da religião hegemônica, os missionários não somente se dedicaram ao desenvolvimento do trabalho na área de publicações, mas também souberam utilizar a Imprensa laica com meio de divulgação de suas idéias.

Entre as principais razões que motivaram as ações destes primeiros missionários que favoreceram o estabelecimento definitivo da denominação Batista no Brasil e a abertura dos trabalhos no campo da editoração, estão o comissionamento apostólico assinalado no Evangelho⁴, que apresenta como missão primordial da igreja dar a conhecer a Palavra reveladora da fé a todos os povos e nações; e a convicção legada da própria gênese do movimento protestante, no século XIV, que reconhece na descoberta da imprensa um meio capaz de atender satisfatoriamente às necessidades intelectuais e espirituais de seu tempo⁵. A utilização da página impressa, ao longo do processo de expansão do movimento protestante, na Europa, está relacionado à própria história do processo de "democratização do conhecimento" instaurado a partir da invenção da Imprensa, no século XV.

A defesa de dois princípios fundamentais da Reforma – o direito ao "Livre Exame das Escrituras" e à liberdade de consciência religiosa - havia possibilitado, no século XVI, o início do trabalho de tradução da Bíblia para as línguas vernáculas européias, originado a produção de uma literatura de orientação protestante, propiciado a criação de periódicos de diferentes confissões e motivado a abertura de escolas vinculadas às congregações

⁴ Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Mateus 28:19. **Bíblia Sagrada**. Traduzido em português por João Ferreira de Almeida. Sociedade Bíblica do Brasil, segunda edição, Barueri, São Paulo, 1993.

⁵ Em 1487, Adolfo Occo, médico arcebispo de Augsburg expressou de forma poética o sentimento religioso que acompanhou o entusiasmo pelo aparecimento da página impressa: "A imprensa iluminou verdadeiramente este século, graças a misericórdia do todo Poderoso... Esta descoberta permite à Igreja ir mais ricamente adereçada ao encontro do esposo". DELUMEAU, *Jean. Nascimento e afirmação da reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989, pág. 77.

nascentes. Através da realização destes trabalhos, os precursores deste movimento pretendiam oferecer, a um número cada vez maior de fiéis, uma Educação Religiosa vigorosa e autônoma, alicerçada na doutrina da infalibilidade das Escrituras e no Sacerdócio Universal de Todos os Crentes⁶.

A produção de uma Literatura embasada no corpo de doutrinas historicamente professadas pela denominação Batista esteve entre as metas consideradas prioritárias nos primeiros planos traçados pelos pregadores que deram início ao trabalho missionário no Brasil. Assim que se estabeleceram na cidade de Salvador (principal centro religioso do Império), os missionários pioneiros se depararam com as dificuldades provenientes do fato de não haver um número significativo de publicações evangélicas e de não haver nenhum exemplar de obras da Literatura Batista traduzida para o Português. Cientes da necessidade de veicular a sua mensagem no idioma local através da página impressa, direcionaram os seus esforços na tradução de obras clássicas do Protestantismo e empenharam-se na distribuição de exemplares do Novo Testamento, de panfletos propagandísticos e na publicação de periódicos.

A ação missionária dirigida pela denominação Batista em território brasileiro, ao procurar transpor as barreiras geográficas e sociais que dificultaram o seu trabalho de divulgação da mensagem evangélica entre o grande contingente populacional do país (parte considerável desta população ainda não alfabetizada) estendeu os limites de seu programa Educacional a

⁶ No momento em que a Reforma reconhece os textos Bíblicos como autoridade máxima em matéria religiosa e determina a sua preponderância sobre a tradição da Igreja, a concepção de que todos os fiéis da Cristandade constituem um sacerdócio universal passa a ser postulada nas comunidades Protestantes, onde a idéia em torno da necessidade de capacitação dos crentes para a leitura individual da Bíblia passa a ser defendida. A doutrina do sacerdócio universal preconizada por Martino Lutero tem origem na Primeira Epístola de São Pedro 1:9 “Vós (cristãos) sois uma raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa, um povo formado por Deus, a fim de que anunciéis as virtudes d’Aquele que voz chamou das trevas para uma luz admirável”. DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989, pág. 92.

regiões onde os obreiros da Junta de Missões atuavam como evangelistas e professores⁷. O projeto na área de Publicações não restringia o seu campo de atuação aos centros urbanos, áreas onde o grau de escolaridade de seus leitores era potencialmente mais elevado.

O consenso em torno da idéia de que a criação de um veículo de informação de alcance nacional contribuiria para o crescimento qualitativo e quantitativo das Igrejas (quantitativo no que se refere à abertura de novas congregações e qualitativo no que concerne aprimoramento da formação religiosa e intelectual dos fiéis), viabilizou a fundação do Jornal Batista, no ano de 1901. O compromisso com a evangelização do povo brasileiro, o zelo com o aprofundamento do conhecimento bíblico e com a instrução dos crentes e o propósito de fornecer informação sobre os acontecimentos do mundo contemporâneo, a luz do Cristianismo, foram os fundamentos orientadores de o Jornal Batista, principal órgão desta Imprensa denominacional e objeto de investigação da pesquisa proposta.

O Jornal Batista refletia o pensamento destes evangelistas preletores que procuravam transpor as limitações sociais encontradas neste campo missionário – seja no campo educacional ou em seu programa de publicações – e se mobilizou no sentido de implantar um projeto editorial com vistas à promoção de um modelo ético-social e a construção de um “processo de cidadania”. Este projeto previa não somente a extensão do programa de Educação Religiosa, mas também o acesso à informação, por meio da qual os seus interlocutores poderiam estar melhor capacitados para participar dos debates em que eram discutidas questões de natureza política e social, sobretudo no que diz respeito ao

⁷ O autor Rubens Alves em “Protestantismo e Repressão” salienta que a luta dos protestantes por um espaço religioso na sociedade brasileira desenrolou-se através de práticas educacionais e da ação evangelizadora. No que diz respeito ao campo educacional, desenvolveu-se em dois outros níveis: o ideológico, cujo objetivo era introduzir elementos transformadores na cultura brasileira e o instrumental cujo objetivo era auxiliar a veiculação da mensagem evangélica entre as camadas desprovidas da população (sendo primeiro, representado pelos grandes colégios americanos e o segundo pelas escolas paroquiais).

encaminhamento da questão dos direitos cívicos e da democracia dentro da recém estabelecida ordem republicana. O referido Jornal tem sido considerado pelas Igrejas Batistas que integram o quadro de membros da Convenção Nacional como o grande porta-voz da denominação perante a comunidade evangélica e ao público em geral, tendo sido reconhecido como um veículo de comunicação cujo alcance e repercussão tem favorecido tanto o crescimento numérico deste grupo religioso quanto o próprio processo de construção de sua identidade.

O primeiro exemplar de O Jornal Batista foi lançado no Rio de Janeiro em 10 de janeiro de 1901, e as publicações que se seguiram, de forma ininterrupta até os nossos dias, têm feito deste periódico, por mais de um século, um instrumento decisivo na divulgação do movimento ideário batista em nossa sociedade. A este Jornal pode-se atribuir o papel de suporte indispensável à formação do “Pensamento Batista Brasileiro”, à medida que propiciou as condições necessárias à gestação e ao amadurecimento da “consciência denominacional” entre os crentes nacionais desde os primeiros anos da implantação das missões batistas no Brasil, operando como uma “força ativa” que favoreceu o seu movimento de expansão e operou como um meio promotor da “unidade” de suas convicções e de sua coesão doutrinária.

O Jornal Batista encontra-se entre os periódicos denominacionais que contribuíram de maneira significativa para a propagação do movimento evangélico no país e o exame dos exemplares correspondentes às duas primeiras décadas de sua circulação está atrelada ao estudo da história do “Protestantismo de Missão no Brasil”⁸ e do surgimento, no cenário

⁸ O movimento foi inserido no cenário religioso brasileiro como resultado das ações evangelizadoras empreendidas pelas designações protestantes de origem anglo-americana (as Missões estabelecidas no Brasil, na segunda metade do século XIX, pelas denominações metodistas, congregacional, presbiteriana e batista promoveram a consolidação deste movimento). Desde o ano de 1835, os evangelistas das sociedades bíblicas

nacional, de um novo sistema de representações cujas peculiaridades não se restringiram ao campo religioso. Este veículo formador de opinião era detentor de grande credibilidade entre as comunidades batistas no início do século XX, que a ele conferiram o status de legítima autoridade em assuntos de natureza religiosa e o tomaram como um importante referencial para a sua informação e compreensão acerca dos acontecimentos do “mundo secular”.

A criação de um Jornal de ampla veiculação nacional colaborou para a difusão de um modelo sócio-cultural que os precursores deste movimento religioso desejavam que fosse assimilado pelos membros das comunidades batistas e pela comunidade evangélica brasileira em geral através da internalização de princípios presentes no corpo de crenças do protestantismo⁹, sobre os quais a fé e os modos de vida dos fiéis deveriam se fundamentar. Para além da propagação dos princípios centrais da Reforma em que estavam em concordância com as outras denominações que realizavam os seus trabalhos no Brasil no mesmo período, os missionários batistas se empenharam em apresentar ao público leitor deste Jornal (sobretudo ao longo destes primeiros anos) variados estudos acerca das sistematizações doutrinárias, de sua forma de organização institucional, de suas convicções políticas e de aspectos referentes aos traços culturais herdados da cultura de seu país de origem (às especificidades relativas a identidade assumida pela denominação em território norte-americano).

O recorte temporal proposto no projeto (1901-1922) corresponde ao momento em que os artigos publicados em O Jornal Batista possibilitam ao pesquisador identificar, com maior

britânicas e americanas haviam passado a realizar a divulgação das doutrinas professadas por suas Igrejas, ao longo do território brasileiro, inaugurando a chamada “Era Missionária”. MENDONÇA, Antônio Gouveia. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990, p. 133.

⁹ A crença nas Escrituras Sagradas como única regra de fé e prática, no sacerdócio universal de todos os crentes, na salvação individual pela fé e na redenção dos pecados através do sacrifício de Jesus Cristo.

clareza, o papel do legado cultural herdado do protestantismo norte-americano no processo de formação do “Pensamento Batista Brasileiro” – a forma como a cosmovisão dos missionários estrangeiros que lideraram as atividades jornalísticas desenvolvidas no período forneceu o substrato ideológico para a realização do trabalho na área de publicações efetuado por seus colaboradores nacionais. O ano de 1922 é crucial para o estudo da história da denominação no Brasil, pois se trata do momento em que os batistas brasileiros passam a reivindicar uma maior participação em cargos administrativos de maior responsabilidade, os quais requeriam maior autonomia¹⁰.

A escolha desta periodização (1901-1922) também está relacionada à opção de privilegiar o primeiro momento da expansão do trabalho missionário batista no Brasil, a partir da fundação do Jornal que tem sido o grande transmissor de suas concepções acerca dos acontecimentos do mundo secular e da história. Esta temporalidade pretende indicar o crescimento significativo que as Igrejas Batistas tiveram em todo o Brasil durante estes anos e remonta o momento em que o periódico alcançou um expressivo percentual de circulação entre as comunidades batistas recém-organizadas (que tem neste veículo de informação um recurso agregador indispensável ao fortalecimento do espírito de cooperação que impulsionava o seu movimento de expansão). Em 1910, a tiragem do Jornal atingiu o índice de uma cópia para cada três membros da denominação e, no ano de

¹⁰ O movimento de 1922 é conhecido como “A questão radical” e segundo o autor José Reis Pereira relaciona-se à necessidade sentida pelos obreiros brasileiros de ampliação de suas funções e se sua autonomia. Estas reivindicações teriam sido acentuadas pelo “espírito nacionalista” que se sucedeu a 1º Guerra Mundial, repercutindo no meio batista em forma de questionamento das lideranças dos missionários norte-americanos. Ducan Reily ao sintetizar o conjunto das idéias que estão expressas no “manifesto dos Batistas Brasileiros” do ano de 1922, relata: “*O manifesto é ainda o memorial de 1922, tornam claro que o grupo de radicais desejava que o processo decisório e controle das finanças (quer oriundas do Brasil ou de Richmond) estivessem em mãos nacionais... A convenção de 1925 delineou as esferas de responsabilidade: dinheiro levantado por batistas norte-americanos seria aplicado e administrado pela junta americana por meio de seus agentes, os missionários; fundos levantado no Brasil seriam administrados pela Convenção e outras entidades brasileiras, obviamente através de seus agentes*”. REILY, Ducan A. **História Documental do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Aste, p. 177.

1922, as Igrejas Batistas já estavam presentes em 19 capitais do país (e o trabalho prosseguia por todo o território nacional)¹¹.

Nas concepções dos missionários fundadores e de seus colaboradores brasileiros, O Jornal Batista deveria atuar como um veículo reformador do sistema religioso nacional, de forma que o conteúdo de suas mensagens contribuísse para a transmissão dos valores que desejavam ser traduzidos na cultura local e nos modos de vida da população do país. Entre os objetivos centrais da pesquisa encontra-se a proposta de enfocar as relações existentes entre o conteúdo religioso de suas mensagens e o conteúdo informativo do Jornal e observar o modo como realizaram uma leitura da história e dos acontecimentos da vida brasileira, a partir de uma ótica que estava circunscrita ao campo de representações delineado pelos preceitos religiosos sustentados pela denominação.

Ao transmitir a sua visão de mundo de forma estruturada, O Jornal Batista ofereceu a seu público leitor a possibilidade de assimilação de novos valores culturais e favoreceu a introjeção de uma nova ética social, cuja matriz era o protestantismo, e que se sustentava em suas formulações teológicas (o que implicava em uma re-leitura da sociedade e da cultura local e se refletia na adoção de novos padrões de comportamento pelos batistas brasileiros). A tomada de O Jornal Batista enquanto objeto de investigação e principal fonte documental pode oferecer importante contribuição às pesquisas em torno do surgimento de uma “nova mentalidade religiosa”, em uma sociedade que possui atualmente um crescimento considerável do número de cristãos evangélicos.

¹¹ PEREIRA, J. Reis. **História dos Batistas no Brasil 1882-1992**. Rio de Janeiro: JUERP, 1982, p. 133.

Estão presentes nas formas de articulação dos artigos publicados por este Jornal (tanto no que diz respeito ao conteúdo ideológico quanto a sua forma e estruturação) variados aspectos referentes ao processo de construção do ideário batista. Pode-se afirmar que a história da editoração evangélica em geral e batista em particular se confunde com a própria história do Movimento Protestante no Brasil, uma vez que a chegada dos primeiros missionários coincide com a abertura dos trabalhos na área de publicações: o fomento da produção editorial em língua portuguesa e o desenvolvimento da atividade jornalística, recursos através dos quais suas mensagens poderiam ser apresentadas ao público leitor da Nação que consideravam um vasto e promissor campo ministerial¹².

Os missionários idealizadores deste periódico de alcance nacional o consideravam um meio eficaz para a evangelização e a instrução de brasileiros residentes em diferentes localidades e a estratégia missionária em torno da instituição de um programa de publicações de tal abrangência, sediado no Rio de Janeiro, visava à formação religiosa e à produção de “material educativo” para os membros das comunidades batistas de todo o país. A partir destes pressupostos, pretendemos desenvolver o trabalho de modo a averiguar a validade da hipótese levantada de que tanto as suas mensagens doutrinárias quanto o conteúdo informativo dos artigos forneciam subsídios para uma reflexão sistematizada acerca de assuntos de natureza religiosa e de questões de ordem política social ou cultural, relativas aos debates que ocupavam o centro das discussões conduzidas pela Imprensa secular na capital da República.

¹² Ao discutir sobre o “locus do pensamento protestante”, o autor Israel Belo de Azevedo escreve: “O início das atividades editoriais coincide com a chegada dos primeiros missionários. Esses estrangeiros encontravam em livros, folhetos e jornais, o meio pelo qual, além de evangelizar e doutrinar, podiam se apresentar ao público brasileiro... Neste século e meio de protestantismo brasileiro, o cenário editorial foi pontuado pelo esforço missionário”. AZEVEDO, Israel Belo de. **A formação do Pensamento Batista Brasileiro**. Piracicaba: UNIMEP, 1996, p. 154.

A presente pesquisa tem como proposta central o exame do conteúdo doutrinário e informativo do Jornal Batista no período assinalado (1901-1922) e objetiva apreender, através destes artigos e de sua contextualização histórica, variados aspectos relativos a forma particular de percepção dos protestantes de confissão batista das transformações ocorridas no sistema religioso, no ambiente sócio-cultural e no cenário político brasileiro nas duas primeiras décadas da Primeira República. Embora a matriz ideológica em que se baseiam as interpretações dos autores batistas (acerca das realidades sociais – culturais e da política brasileira) presentes nas notícias veiculadas seja o “corpus doutrinário” da denominação Batista, a leitura desta documentação possibilita ao pesquisador a apreensão de outros fenômenos sociais pertencentes a este contexto histórico que não estão restritas ao campo de investigação da História Religiosa.

Os escritos de O Jornal Batista do período registram as impressões deste grupo religioso acerca de significativas transformações que delineavam novos contornos à sociedade brasileira (nas esferas pública e privada) nas primeiras décadas posteriores ao advento da República e discutem as suas implicações no contexto social, cultural e religioso. Concebido sob a égide do movimento de propagação do Republicanismo nesta sociedade, o programa batista na área de publicações ganhou um novo impulso ocasionado pela instituição do regime político que viria a consolidar as transformações no sistema religioso brasileiro, que haviam se iniciado ainda no século XIX – a proclamação da República seguida da Promulgação da Primeira Constituição Republicana em 1891, que é considerada um ponto de inflexão na história religiosa do país ao estabelecer a separação entre o Estado Brasileiro e a Igreja Católica e legalizar definitivamente as atividades exercidas por outros grupos religiosos radicados no país¹³.

¹³ Ainda no ano de 1890, por determinação do governo provisório, através do decreto 119-A, ficou estabelecido que todas as confissões religiosas teriam os seus direitos assegurados “por igual a faculdade de

O conjunto das publicações de O Jornal Batista entre os anos de 1901-1922 permite ao pesquisador realizar uma abordagem diferenciada do momento histórico em que ganharam destaque, no ambiente literário e no meio jornalístico as problematizações acerca da “Questão Social” (críticas referentes a permanência, nas primeiras década que se seguiram à instalação do regime republicano, das antigas contradições existentes na sociedade brasileira)¹⁴. O Jornal Batista em particular e os periódicos da Imprensa Protestante, como um todo, podem ser considerados como importantes fontes documentais para o estudo da temática, mas o seu potencial permanece pouco explorado em pesquisas acadêmicas nos quais destaca-se a prevalência das fontes literárias e dos registros documentados pela Imprensa secular.

José Murilo de Carvalho¹⁵, em seu estudo acerca do tema República e cidadania faz a observação de que, no período designado República Velha, prevaleciam entre as correntes de oposição (na esfera pública das idéias) o liberalismo, o positivismo, o socialismo e as suas variantes diversas. O autor também faz a colocação de que, no seu conjunto, a sociedade brasileira estava distante de ver concretizadas as propostas de democratização das oportunidades, e de ver fortalecidas as idéias de cidadania que eram plataformas

exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariados nos atos particulares ou públicos ... a todos cabendo o pleno direito de se constituírem e viverem coletivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público. REILY, A. Duncan. **Metodismo brasileiro e wesleyano: reflexões históricas sobre a autonomia**. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1981.

¹⁴ “No fundo, estavam as velhas contradições da sociedade brasileira, de que a maioria das figuras políticas não tinha consciência... Tratava-se da cisão, em consequência, entre os que pretendiam ampliar as reformas de que a mudança no regime institucional fôra mero prelúdio, e dos que temiam essa ampliação... Não havia, evidentemente, condições para tais reformas, aliás vagamente anunciadas: a vida política, apesar do que dispunha a nova Constituição, em suas formais franquias democráticas, cobria apenas as classes e camadas superiores. Sodré, Nelso Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 298.

O período que corresponde as primeiras décadas do século assinala o surgimento do movimento pré-modernista, através do qual os “homens de letras” passam a problematizar a realidade social e cultural do país. BOSI, Alfredo. As letras na Primeira República. In *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*. Tomo III, 2º volume. Rio de Janeiro - São Paulo, Difel, 1977, p. 294-319.

¹⁵ José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 71.

políticas de eminentes republicanos: “... *razões ideológicas e as próprias condições sociais do país fizeram com que as expectativas se orientassem em direções distintas e afinal se frustrassem*”.

A pesquisa proposta buscará abordar principalmente dimensão religiosa das idéias que orientavam a produção jornalística desta Imprensa denominacional, sem perder de vista as suas referências no campo social (os redatores deste periódico também se preocuparam em elaborar textos que pudessem ser considerados de interesse daqueles que se mostravam alheios a assuntos puramente religiosos). Desta forma, procuraremos focalizar o modo como o Jornal Batista produziu uma literatura instrutiva e compromissada em noticiar os descompassos e os avanços alcançados pelos movimentos sócio-políticos. Embora desprovidos de interesses partidários (no que tange a esfera política), os batistas estavam determinados a expor as suas convicções e dispostos a “influenciar positivamente” a opinião pública nacional, defendendo a democracia e a voluntariedade como as bases da vida cristã¹⁶.

Na elaboração do trabalho proposto pretende-se enfocar não somente a forma como foram retratadas neste periódico as tensões geradas pelas desigualdades sociais - as disparidades existentes no “Brasil moderno” - (reflexo do ritmo acelerado das transformações que ocorriam nos centros urbanos - e as condições de vida das populações que encontravam-se alijadas deste processo de desenvolvimento), mas também verificar o modo como o discurso ideológico que acompanhavam estas notícias traziam em seu bojo o propósito de suscitar, entre os leitores e a comunidade batista brasileira uma reflexão acerca da

¹⁶ Ao difundir a sua forma de organização eclesiástica, que propunha para a vida administrativa de suas igrejas um modelo fundamentado na democracia representativa de caráter congregacional (com ênfase no plano cooperativo, na ética do trabalho e na liberdade de decisão coletiva), a denominação batista preconizou, na sociedade brasileira, através de sua Imprensa, os princípios democráticos - tanto na condução das decisões ao nível das instituições religiosas quanto no âmbito da política e na defesa dos interesses populares em diferentes setores da sociedade.

necessidade de que esta “modernização” do país se desse de forma mais abrangente e democrática¹⁷. O modelo batista de assistência espiritual pode ser pensado como um projeto que encontrou no sistema religioso e no cenário cultural brasileiro do período elementos que favoreceram a sua aceitação e o contínuo exercício de trabalho de evangelização e de divulgação do Protestantismo realizado através deste periódico atuou como um agente social transformador. A efervescência das idéias que se disseminavam, especialmente no Rio de Janeiro (capital da República recém- instituída e sede do Jornal), encontraram ressonância em determinados aspectos do pensamento protestante, em um período marcado pelo florescimento de uma “Belle Epoque local”, na qual um conjunto de novos símbolos, valores e ideais modernizadores estavam no centro dos debates públicos promovidos pelas elites intelectuais e estavam presentes nas pautas de discussões privilegiadas pela Imprensa brasileira.

Deve-se ainda acrescentar que a cidade do Rio de Janeiro, local escolhido como sede do principal órgão de Imprensa da denominação batista, foi o centro irradiador das idéias que determinaram importantes transformações na sociedade brasileira, no período correspondente a periodização proposta. Em sua obra, “Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República”, Nicolau Sevcenko faz a observação de que ao longo de sua fase inaugural, a história da República foi indissociável da história do Rio de Janeiro, onde se processaram as mudanças que produziram efeitos notáveis sobre a cultura nacional, dentre as quais pode-se observar a ampla difusão das atividades jornalísticas:

¹⁷ “Feliz é o povo onde reina a democracia social... Todos têm os mesmos direitos, quer ricos quer pobres... Esta democracia se baseia nos princípios fundamentais da religião cristã... Deus criou o homem livre, portanto, qualquer opressão é contra as leis fundamentais da Sua natureza. Por isso os batistas crêem na plena liberdade em todos as fases da vida: política, religiosa, social e econômica”. LANGSTON, A.B. **Verdadeira democracia**. p. 52-63.

A nova força que absorveu quase toda atividade intelectual nesse período foi sem dúvida o jornalismo ... o jornalismo invadiu impassível territórios até então intocados e zelosamente defendidos. Os jornalistas ditadores das novas modas e dos novos hábitos, chegavam a desafiar e vencer a própria Igreja na disputa pelos controles das consciências¹⁸.

O crescente processo de urbanização e modernização dos espaços públicos do Rio de Janeiro e a instauração de uma nova mentalidade que se refletia nas novas formas de comportamento e de sociabilidade são temas recorrentes entre os escritos dos jornalistas que se tornaram os principais representantes dos novos ideais que permeavam o imaginário da época. Neste movimento de adesão ao cosmopolitismo, a cidade do Rio de Janeiro passa a ser idealizada como o centro de difusão de um modelo civilizacional – de inspiração européia – que iria promover a “regeneração” do país, ao encabeçar a luta contra os velhos hábitos e as mazelas herdadas do sistema colonial. Elias Thomé Saliba discute a questão da “modernidade” anunciada pela República e as formas de representação das vidas privadas e das existências cotidianas no período:

Na perspectiva da vida privada, o advento da República viria proclamar, inicialmente, uma atitude de repúdio difuso à vida rotineira e aos arcaísmos, que seriam a própria negação do progresso, como forma de os indivíduos desamarrarem-se dos modos provincianos e das sociabilidades causadas pela sociedade escravista. Assim, uma atmosfera ansiosa pro cosmopolitismo, gerada no Rio de Janeiro, autêntica capital cultural do Brasil na Belle Époque, percorre o país, num desejo sôfrego da europeização e da modernização”¹⁹.

Neste contexto histórico, marcado pelo pensamento voltado para o porvir (onde a valorização dos ícones da modernidade e do progresso dão a tônica do discurso predominante), a crítica aos elementos associados à sociedade colonial seja no âmbito da economia, da política, da cultura ou da Religião, ganha destaque entre os representantes das elites intelectuais brasileiras. A postura da Igreja Católica de resistência à ideologia da

¹⁸ SEYCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 99.

¹⁹ SALIBA, Elias Thomé. **A dimensão cômica da vida privada na República**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998..

“razão e do progresso” havia se tornado uma discussão central tanto no ambiente cultural brasileiro quanto nas comunidades evangélicas. O Jornal Batista pode ser considerado uma importante fonte documental para a realização de estudos referentes às tensões existentes no ambiente religioso brasileiro, no período, gerados pela crença no progresso como regenerador da sociedade e pelos questionamentos levantados pelas lideranças protestantes com relação a aspectos doutrinários preconizados pela Igreja tradicional e a sua forma de prestar assistência espiritual à Nação²⁰.

A Religião, como instrumento de análise para a História das Mentalidades, apresenta como objeto de estudo o fenômeno das permanências e influências constitutivas de uma determinada cultura ao longo do tempo. Segundo Jacques Le Goff, a História do Cristianismo é um campo de estudos inaugurado por uma nova época do sistema ocidental das representações sociais, cujas continuidades são evidentes nas sociedades contemporâneas. Através do instrumental teórico fornecido pelo campo da esta vertente epistemológica este projeto propõe uma reflexão acerca do pensamento religioso, das concepções de mundo e das heranças culturais dos pregadores batistas pioneiros, transplantados para a ambiência da capital da República e para outras localidades do país, através do desenvolvimento do trabalho missionário. O estudo da “mentalidade religiosa” das comunidades batistas do Brasil visará a compreensão dos fundamentos religiosos e dos valores ético-sociais a ele relacionáveis, expressos no principal periódico produzido por esta Imprensa Denominacional.

²⁰ Sérgio Buarque de Holanda ao traçar um perfil da fisionomia religiosa do Império, aponta o caráter paradoxal da afirmação de que o Brasil de então era uma Nação verdadeiramente Católica: “Enquanto o país legal se declarava católico, o país real movia-se inteiramente à margem da fé romana... não obstante o rótulo católico que a cobre, resta-nos uma grande fração da população que vive engolfada no mais profundo politeísmo primitivo”. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico**. Tomo II, Volume 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 32.

No caso específico do estudo das Mentalidades, ao tomarmos como objeto de investigação as comunidades batistas constituídas no período em que ocorreram importantes transformações no campo das liberdades civis (que foram corroborados pela instauração do regime republicano), a abordagem proposta buscará focalizar múltiplos aspectos relacionados à trajetória deste grupo religioso em seu movimento de expansão na sociedade brasileira. A partir da análise do conteúdo das notícias veiculadas pelo Jornal (através do qual se viabilizava, em um maior grau de abrangência, a comunicação entre líderes do movimento e os seus interlocutores espalhados por todo país), procuraremos desenvolver uma discussão acerca dos aspectos teológicos relativos ao ideário batista, a sua forma de percepção das realidades sociais do país (as suas interpretações acerca dos acontecimentos referentes à conjuntura sócio-política, à vida cultural e ao ambiente religioso) e os conceitos e juízos de valor projetados através dos discursos produzidos.

A escolha dos procedimentos metodológicos relaciona-se ao teor conceitual e epistemológico próprio da História das Mentalidades, o que possibilita a sua ampliação para além do campo da História Social (no qual as mentalidades têm o seu principal referencial), sendo também considerados os métodos auxiliares utilizados em outras áreas das ciências humanas, dentre os quais se sobressaem para o estudo das “Mentalidades Religiosas”, a Sociologia, a Antropologia e a Lingüística. No caso específico da pesquisa proposta, pretende-se identificar os elementos essenciais à compreensão do ambiente religioso e do espaço cultural em que se desenvolveu o pensamento batista brasileiro, através do estudo da linguagem²¹ utilizada no Jornal, veículo privilegiado para a captação da dinâmica que orientou o seu processo de formação.

²¹ A linguagem compreendida como instrumento de elaboração mental de conceitos, expressão, interação social e comunicação entre os homens. REGINE, Robin. **História e Lingüística**. São Paulo. Cultrix 1977.

Dentre os métodos auxiliares disponibilizados pela Lingüística passíveis de serem utilizados por historiadores em condições mais objetivas, encontra-se a “análise de conteúdo”, que não se destina ao estudo da Língua em si, mas ao estudo da linguagem enquanto suporte para a compreensão dos elementos constitutivos de determinado “universo mental”. Com base neste pressuposto, o procedimento metodológico a ser utilizado consiste na contextualização histórica e análise dos conteúdos das matérias publicadas entre os anos 1901 e 1922, a partir da articulação entre os exercícios de leitura da bibliografia indicada para o período e temática propostos e o exame da documentação sobre a qual o trabalho deverá ser estruturado. Tendo em vista os limites da aplicação da análise de conteúdo neste campo de estudos, cabe salientar que este procedimento deverá ser utilizado como um instrumento de compreensão e não com fim em si mesmo, uma vez que objetivamos prioritariamente a apreensão dos sentidos das imagens, valores e representação presentes no conteúdo informativo e religioso do Jornal (buscando, nos textos, entendimento acerca das mensagens expressas e implícitas, vinculando-as a seus contextos históricos).

A tomada da História das Mentalidades como referencial teórico e de uma comunidade religiosa como objetivo de análise pressupõe uma abordagem que interprete a religião como um dos componentes do universo cultural²². Pode-se afirmar que o sentimento religioso não tem incidência igualmente sobre o comportamento em todos os setores da vida do crente, inclusive em sua forma de compreensão e atuação sobre o ambiente

²² O autor Irineu Wilges em seu estudo sobre a “Cultura Religiosa”, comenta: A cultura recebe influência da religião. O homem procura compreender e explicar a sua vida através de um conjunto de crenças que também envolvem condutas sociais... Se religião produz cultura e influência, ela também sofre impacto dessa mesma cultura, que ajuda e limita na transmissão de sua mensagem libertadora. WILGES, Irineu. **Cultura Religiosa: as religiões no mundo**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 12.

cultural que o circunda sendo também produto e força ativa nas práticas sociais. Assim, pretende-se desenvolver, no trabalho propósito, uma discussão sócio-antropológica acerca do Protestantismo de Missão no Brasil, ao mesmo tempo em que o ângulo principal de investigação incidirá sobre a Imprensa Batista mais especificamente sobre o periódico denominacional, através do qual procuraremos apreender aspectos relacionados a “auto-compreensão” deste grupo religioso e ao seu entendimento acerca do papel social que almejaram desempenhar na sociedade brasileira.

A especificação dos procedimentos metodológicos a serem adotados remete à questão dos diferentes possibilidades de encaminhamento de pesquisas, cujas temáticas estão relacionadas a área de estudos da História Religiosa. Neste sentido, deve-se reiterar que o trabalho deverá ser conduzido de modo a privilegiar as novas perspectivas da Nova História no tratamento da temática proposta, na qual se destacam as abordagens culturais sem que, no entanto, sejam negligenciadas as formulações teológicas e as formas de organização institucionais do movimento religioso estudado. Francisco José Silva Gomes discute o tema Religião como objeto da História e faz uma importante consideração acerca do atual estatuto da Nova História Religiosa:

[...] a vigilância epistemológica, impõe-se, mas propensa a considerar a história religiosa como indissociavelmente articulado com a História Cultural, respeitados as devidas mediações. Nesta maneira de fazer história religiosa, permanece todavia a perspectiva que encara o fenômeno religioso como um objeto com consistência própria e não inteiramente redutível às leituras propostas pelas ciências humanas... Há uma Nova História Religiosa que tende preferencialmente para a distribuição clara, articulando, não obstante, a História religiosa com a História Cultural. Articulação, não diluição... esta Nova História religiosa postula a inequívoca articulação dos dois campos²³.

²³ GOMES, Francisco José Silva. A Religião Como Objeto da História. In: História e Religião / Lana da Gama Lima, Cezar Teixeira Honorato, Marilda Corrêa Ciribelli, Francisco José Silva Gomes (Org.). Rio de Janeiro. FAPERJ: Mauad, 2002, p. 19.

A abordagem da História cultural apresentada por Roger Chartier é um dos pressupostos metodológicos da pesquisa proposta, na qual o conceito de “representação” deverá ser utilizado de modo a favorecer a identificação das matrizes dos discursos presentes no órgão de Imprensa Oficial da denominação de suas fontes de inspiração e a de sua “função simbólica”²⁴ – o conjunto das representações e práticas por meio dos quais os batistas empreenderam a sua organização conceitual do mundo e daquele espaço social e transmitiram a sua visão através do Jornal, informando a seus leitores as diferentes modalidades de sua realidade apreendida e comunicada. Rorge Chartier refere-se ao conceito de “representação” como a pedra angular que permite ao historiador articular três modalidades referentes as formas de percepção e atuação de um grupo no ambiente social, através da produção de discursos, estratégias e práticas que visam à legitimação de um “projeto reformador”:

[...] o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através dos quais a realidade é construída pelos diferentes grupos; ... as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significa simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais uns representantes (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade²⁵.

A Imprensa concebida como espaço de representação do real (fruto de determinadas formas de percepção do mundo) pressupõe o exame dos discursos proferidos pelos redatores e colaboradores deste periódico denominacional, o qual constitui vasto material para o estudo de seu “sistema simbólico”²⁶ e das idéias que circulavam na época. Por fim,

²⁴ O autor define o conceito “função simbólica” como uma função mediadora que informa as diferentes modalidades de apreensão do Real, seja por meio dos signos lingüísticos, de figuras mitológicas da religião ou dos conhecimentos científico. CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel, 1987, p. 19.

²⁵ CHARTIE, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel, 1987, p. 23.

²⁶ Por sistema simbólico compreende-se o conceito formado pelos símbolos que expressam os elementos componentes da cultura, ou conforme a definição de Pierre Bordieu “o conjunto formado por princípios,

cabe destacar a escolha de O Jornal Batista como objeto principal de investigação e fonte privilegiada para a investigação do ideário, dos projetos e das práticas sociais desenvolvidas por este grupo protestante no país e para o estudo da História do próprio “Protestantismo Brasileiro”. A análise da estrutura e do conteúdo das mensagens transmitidas por este veículo de comunicação possibilita ao pesquisador investigar o processo através do qual os líderes deste movimento passaram a divulgar uma nova interpretação religiosa e uma nova visão de mundo aos crentes nacionais, oferecendo a seus interlocutores o acesso irrestrito a um conjunto de idéias e valores que significaram para uma nova forma de compreensão da mensagem bíblica, a apreensão de novos sentidos e valores que determinaram a construção de uma nova identidade religiosa e cultural.

A partir de agosto de 2004, concomitantemente à participação no curso ministrado pelo professor Augustin Wernet, “A Igreja Paulista no século XIX” (disciplina oferecida pelo departamento de pós-graduação da Universidade de São Paulo), foi principiada a delimitação do campo temático a ser percorrido nos centrais da tese, em função das próprias reflexões suscitadas no decurso da leitura da bibliografia recomendada no programa, a qual versava sobre questões relativas às divergências doutrinárias entre catolicismo e protestantismo, focalizadas na perspectiva de uma longa duração histórica. As explanações focavam principalmente o fenômeno das transformações ocorridas no cenário religioso brasileiro na segunda metade do século XIX, com o advento da implantação das missões protestantes no Brasil e o movimento de resistência da Igreja Católica, contemporâneo à política de centralização do poder papal e do fortalecimento da autoridade eclesiástica de origem européia, levada a cabo na América Latina por intermédio da corrente ultramontana.

práticas e representações de determinada cultura”. BORDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 27-75.

Quando concluído o exame prévio da documentação selecionada para a pesquisa (nomeadamente os artigos do Jornal Batista publicados entre os anos 1901-1922), havia-se constatado que eram pautas recorrentes nas matérias redigidas neste período, críticas de teor polêmico ao catolicismo, recurso através do qual os redatores do “JB” contestavam algumas práticas religiosas e conceitos teológicos perpetuados pelo catolicismo romano. Os articulistas do jornal estruturaram os seus discursos críticos empregando, dentre outras formas de construção, a formulação de breves apontamentos ou mesmo de longas digressões, as quais costumavam situar as bases de sua argumentação nas raízes históricas de suas diferenças ideológicas e teológicas, retomando freqüentemente temáticas relacionadas à Reforma Protestante do século XVI. O embate com a religião majoritária pela conquista de um maior espaço no terreno religioso local foi, em grande parte, viabilizado pela veiculação da mensagem confessional de cunho proselitista via palavra impressa, estratégia missionária amplamente utilizada pelas denominações protestantes em processo de consolidação no Brasil, no período que corresponde ao último quartel do século XIX e as duas primeiras décadas da República Velha.

O aspecto epistemológico do debate público voltado à propaganda do protestantismo em uma nação adepta aos princípios de fé e procedimentos litúrgico-pastorais do catolicismo, arraigados por quase quatro séculos na cultura religiosa desta sociedade, foi parcialmente caracterizado pela recuperação ao nível polêmico de questões controversas referentes à Reforma. Este complexo movimento em pró da expansão e implantação definitiva do credo evangélico nas sociedades latino-americanas foi um fenômeno sócio-religioso protagonizado por missionários norte-americanos de diversas designações protestantes, os quais partilhavam do objetivo comum de fomentar uma reforma religiosa, no século XX,

compatível do ponto de vista teológico com algumas das principais proposições doutrinárias da Reforma luterana. A análise dos discursos veiculados no *Jornal Batista* que se voltaram a discutir este tema permite ao pesquisador reconstruir aspectos significativos de sua visão crítica acerca da dogmática e ritos católicos, ao mesmo tempo em que se pode averiguar o modo como este grupo religioso apreende e transmite aos leitores do periódico a sua percepção deste longo processo histórico.

Quanto à orientação metodológica, o horizonte conceitual a que nos detivemos ao longo da formulação das hipóteses preliminares da tese foi o instrumental teórico da “Nova História”, fundamentando a própria escolha temática e periodização estipulada na elaboração de alguns de seus capítulos. Por exemplo, nos capítulos iniciais “A História dos Batistas Passada em Revista” e “A Reforma Protestante em Manchete” surgiu a necessidade de aplicação de uma metodologia que contemplasse a investigação de fatos circunscritos a uma temporalidade mais longínqua, pois são discutidas questões que se relacionam às reinterpretações que orientam as incursões do discurso batista pelos domínios da história, recurso que sugere por si a tramitação do pesquisador entre o tempo do acontecimento, da conjuntura e das estruturas de longa duração. Uma das ferramentas conceituais mais fecundas estabelecidas pela História das Mentalidades é a dimensão temporal da longa duração introduzida por Fernand Braudel, diretriz que tomamos na estruturação do trabalho partindo da pressuposição de que a abordagem teórica de uma pesquisa histórica, independentemente da extensão de seu balizamento cronológico, obterá resultados ainda mais profícuos, quando as conjunturas em que estão inseridos os respectivos objetos de estudo, forem examinadas a partir de uma óptica capaz de assimilar a dinâmica processada em uma instância temporal maior.

Na perspectiva da longa duração, pode-se mais facilmente perceber o sentido das “forças históricas” que operam muito lentamente e ensejam persistências ou mutações em fenômenos humanos complexos como a religiosidade, o que favorece a penetração do universo religioso de uma determinada época, facultando ao historiador a prospecção do conjunto das representações que um grupo sintetiza a partir das experiências religiosas por ele vivenciadas ou das tradições que lhe foram legadas, formando um sistema que será transportado para outras realidades históricas através de novas construções que ultrapassam, ao nível do imaginário, os limites de um encadeamento dedutível. Segundo Braudel, as “reações espirituais” que se sucedem no plano do acontecimento, ou mesmo da conjuntura, devem, em rigor, estar carregadas de uma série de significações aprisionadas em estruturas de amplitude secular, que por vezes encerram importantes testemunhos sobre as manifestações de fé localizadas nos recônditos arcanos das “sensibilidades religiosas”. Tal é o pressuposto de nossa justificativa para o emprego do método que agrega à pesquisa histórica de curta duração (em princípio, circunscrita aos anos de 1901-1922), o conjunto de conceitos teóricos e subsídios historiográficos que possibilitam o alargamento de seu corpo temático por meio da incorporação de elementos extraídos de uma temporalidade precedente à demarcação cronológica previamente fixada²⁷.

Neste sentido, cabe esclarecer que para o aprofundamento da análise da problemática que envolve os efervescentes debates entre os batistas e as lideranças católicas sobre os quais nos debruçamos no segundo capítulo do trabalho, mostrou-se indispensável uma pesquisa historiográfica que abarcasse outras temáticas que circundam o tema central da Reforma como, por exemplo, as implicações do retorno às fontes Escriturais do cristianismo primitivo empreendido pelos eruditos humanistas que fizeram uso da crítica filológica na

²⁷ BRAUDEL, Fernand. **Histoire et sciences sociales: La longue durée**. Annales E.S.C, nº 4, oct-déc. 1958, Débats et Combats. pp. 725-753.

revisão da versão latina dos textos bíblicos; os desdobramentos do processo de tradução das Escrituras para as línguas vernáculas; as repercussões da invenção do método tipográfico e o papel desempenhado pela imprensa na divulgação da Bíblia e das novas idéias religiosas preconizadas pelo movimento protestante. Estas e outras questões que evocam um passado remoto estão postas na articulação da retórica batista desenvolvida no jornal no período estudado, de forma que algumas informações colhidas dos conteúdos bibliográficos concernentes a estes eventos foram extremamente elucidativas e propícias à aquisição de um maior entendimento sobre uma das vertentes da estratégia de apresentação da denominação batista ao público brasileiro: a composição de um discurso jornalístico, que parte da referência a alguns destes fatos e acaba por submeter certas noções condensadas na mentalidade religiosa do povo brasileiro à crítica de viés histórico.

A Reforma protestante é um fenômeno religioso complexo e o estudo de suas “estruturas mentais” e das raízes cronológicas deste momento remonta o processo de desestruturação do mundo feudal, momento em que ganhou visibilidade, na esfera pública, o latente desejo de emancipação, no plano intelectual, de determinados mecanismos de controle da Igreja Católica. O humanismo, ao colocar em pauta o sentido da existência terrena reconhecendo as inclinações autônomas do pensamento, e ao aludir de forma crítica às sistematizações filosófico-religiosas sustentadas pela Escolástica, endossou e fez reverberar muitos questionamentos sobre formulações doutrinárias e práticas correntes da religião tradicional.

Com base na leitura da bibliografia sobre o humanismo, então, pôde-se compreender o irromper da Reforma na perspectiva da recuperação da piedade pessoal, com a “descoberta do indivíduo” em uma dimensão religiosa – o que, em última instância, infere à conquista da validação do direito à livre-interpretação dos textos sagrados, uma das principais

reivindicações do movimento reformador que subsiste como premissa precípua no cabedal doutrinário do protestantismo contemporâneo. A defesa do princípio de *Sola Scriptura* figura como uma questão fundamental, ainda no início do século XX, na produção editorial batista: uma das questões mais contenciosas entre protestantes e católicos deflagradas no jornal relacionava-se à postura contrária da Igreja romana à ação das sociedades bíblicas - o que havia desencadeado conflitos entre pastores evangélicos e alguns segmentos da hierarquia católica local que chegaram, por vezes, a ordenar o confisco e a queima de “Bíblias protestantes”, que acusavam de serem “falsas”. Outra crítica constante contra o catolicismo incidia sobre o fato de o Vaticano haver sancionado, no Concílio Vaticano I (1870), o dogma da infalibilidade papal; e de ter mantido as posições do Concílio de Trento (1545-1563), no que dizia respeito à edição da Bíblia Vulgata e o seu modo de interpretação.

O jornal que carregava no nome a insígnia da denominação batista demonstrou, a semelhança de outros periódicos evangélicos, preocupação em impulsionar a divulgação da Bíblia e da teologia protestante como meios de edificação espiritual, elevação moral e ilustração do povo brasileiro. Os missionários estrangeiros, que eram neste período dirigentes da maioria destes órgãos de imprensa, entendiam haver a necessidade de “re-cristianizar” o país, resgatando-o das mãos do “obscurantismo católico”, em um esforço por cooperar com a promoção de uma reforma religiosa na América Latina que viesse a representar para estes povos o que a Reforma Protestante havia representado em séculos anteriores para os povos germânicos e anglo-saxões.

Em muitos artigos, nos primeiros anos de publicação do Jornal Batista, detectou-se um tipo de interlocução crítica com o catolicismo regulada pela busca da sua autodefinição no

ambiente religioso brasileiro, a partir da negativa de sua “alteridade”. A retrospectiva de algumas das questões relacionadas à Reforma funcionou, neste âmbito, como um mecanismo de inferência que auxiliava na contraposição de alguns cânones do catolicismo, consignando novos parâmetros doutrinários, através da produção de matérias que davam a conhecer ao público, aspectos do ideário e episódios da história do protestantismo. A análise do teor polêmico dos debates entre os missionários batistas e o clero católico na imprensa também não poderia prescindir da verificação das interrelações entre as crenças consagradas nos códigos canônicos destes movimentos religiosos, e tão pouco de seus posicionamentos discordantes (daí, a iniciativa de consultar as súmulas do Concílio de Trento, da *Bula Inefabilis Deus*, do Concílio do Vaticano I, os quais discutiremos ao longo dos capítulos da tese).

No período entrementes à inserção da mentalidade ultramontana no reduto clerical brasileiro e a extinção do regime do padroado (medida legal tomada em ato institucional subjacente à proclamação da República), a homologação de três importantes documentos eclesiásticos expedidos pelo Vaticano, causou um estrondoso impacto no ambiente religioso da nação. Dentre as decisões tomadas no campo das definições dogmáticas e das proscricções previstas contra as posturas ideológicas que contradiziam as declarações contidas nos decretos do Papa Pio XIX, elencaremos em cada etapa do trabalho as resoluções que suscitaram automaticamente controvérsias irremediáveis com o Protestantismo, entre as quais citamos: a *Bula Ineffabilis Deus*, que definia o dogma da Imaculada Conceição de Maria; a Encíclica *Quanta Cura* que refutava a regulamentação do princípio da liberdade religiosa nos países católicos, e questionava o poder do estado laico de regularizar juridicamente o regimento de outras religiões, equiparando-as ao estado de oficialidade que cabia somente ao catolicismo exercer na sociedade civil; o *Syllabus* das

oitenta condenações que relacionava as sociedades bíblicas protestantes entre os pestilentos erros que corrompiam o mundo moderno (como o panteísmo, naturalismo, racionalismo, indiferentismo, latitudinarismo, socialismo, comunismo, maçonaria e liberalismo clerical); e, por fim, o Concílio do vaticano I, que ratificava os artigos de fé do Catolicismo tridentino e incluía a controversa constituição dogmática da doutrina da infalibilidade papal²⁸.

²⁸ RAYMOND, Corrigan S.J. **A Igreja e o século XIX**. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1946, p. 211.

1 A HISTÓRIA DOS BATISTAS “PASSADA EM REVISTA”.

1.1 OS BATISTAS E AS ORIGENS DA DENOMINAÇÃO

De acordo com estudos referentes á história do protestantismo, os Batistas encontram-se entre os cristãos evangélicos que professam os fundamentos básicos dos movimentos reformistas dos séculos XVI e XVII (comuns à maioria das congregações protestantes) e apresentam como uma de suas principais especificidades denominacionais a ênfase na preeminência do batismo de crentes adultos, por imersão²⁹. O batismo por imersão é concebido pela denominação como a forma de batismo realizada em maior conformidade com os ensinamentos e práticas da Igreja Primitiva e é ministrado de modo a representar o testemunho da conversão - a manifestação pública da decisão consciente do indivíduo pela fé cristã.

A despeito das afirmações de diversos estudiosos do Protestantismo que relacionam a História dos Batistas ao advento da Reforma Protestante, existem diferentes concepções sobre a origem histórica do movimento batista. Alguns segmentos da denominação afirmam que as origens da Igreja Batista não podem ser encontradas nos movimentos reformadores e argumentam que a causa batista tem se propagado através dos séculos como um movimento religioso ininterrupto, iniciado com o ministério de João Batista. Em sua auto-compreensão, os adeptos desta concepção, conhecida como "visão sucessionista", identificam-se como herdeiros diretos das igrejas constituídas pelos apóstolos de Cristo.

²⁹ Estando as principais convicções religiosas dos Batistas baseadas no Novo Testamento, pode-se observar, tanto no passado como na atualidade, semelhanças entre esta denominação e outras designações religiosas. Neste sentido, deve-se acrescentar que a sua posição acerca do batismo é também compartilhada por outros grupos religiosos (esta visão não é unânime entre os protestantes e houve, desde os primórdios da Reforma, grupos que não romperam com a prática do batismo infantil, por aspersão). W.S.W. In: THE NEW Encyclopaedia Britannica: Baptists. Chicago: macropidia, 1992, v. 26, p. 248-251.

A questão da proveniência dos protestantes de confissão batista é compreendida por alguns grupos pertencentes a esta sociedade religiosa como um desdobramento do movimento anabatista, apesar do parecer crítico de vários teólogos e historiadores, que questionam a filiação do pensamento batista ao Anabatismo³⁰. Em sua abordagem da questão, estes estudiosos apontam a existência de algumas similaridades entre o conjunto de crenças e tradições das primeiras comunidades batistas e os anabatistas evangélicos (que também eram contrários ao batismo infantil), mas contestam a validade da hipótese que sugere a existência de uma continuidade histórica entre os dois grupos.

Na visão compartilhada pela maioria dos membros da denominação, "a verdadeira herança batista" encontra-se na coerência de sua teologia em relação aos preceitos das Escrituras Sagradas e na compreensão de que esta herança está enraizada no ideário da Reforma Protestante, em sua busca pela ortodoxia das doutrinas cristãs. Os batistas acreditam que as suas sociedades eclesiásticas devem refletir as origens deste passado histórico, reafirmando a doutrina da graça (da justificação pela fé), a autoridade das Escrituras e o sacerdócio universal dos crentes. Cabe destacar que, grande parte dos pesquisadores que têm a denominação batista como objeto de estudo, concordam que tanto a "visão sucessionista" como a associação do Anabatismo ao movimento batista são refutáveis, havendo uma ampla aceitação em torno da questão de que a denominação teve início durante o período de disseminação dos ideais

³⁰ Movimento protestante ocorrido na Europa do século XVI. Os anabatistas eram uma comunidade considerada o braço radical da Reforma. O grupo subdividiu-se entre anabatistas revolucionários e anabatistas evangélicos, cabendo aos evangélicos as supostas relações com o movimento batista devido a sua crença no batismo regenerador, na supremacia das Escrituras e na liberdade civil e religiosa (apesar das similaridades mencionadas, os batistas rejeitam alguns dos princípios básicos dos anabatistas). THE NEW Encyclopaedia Britannica: Anabaptists. Chicago: macropidia, 1992, v. 26, p. 210.

do Protestantismo na Europa. A gênese do movimento batista é por eles atribuída ao grande impacto causado pelas proposições da Reforma Protestante na Inglaterra, sobretudo à repercussão das formulações doutrinárias de John Knox e João Calvino, que propiciaram o surgimento dos puritanos congregacionalistas do século XVII.

Os batistas, enquanto designação religiosa de matriz protestante, originaram-se dentro do Puritanismo inglês, movimento que apregoava a necessidade de uma Reforma na Igreja Anglicana capaz de proporcionar um retorno ao ideal espiritual do Cristianismo. Decidida a não tolerar as críticas dos puritanos, a "Igreja da Inglaterra" instituiu a obrigatoriedade do conformismo religioso através da lei, produzindo como reação o "Separatismo" (movimento que preconizava a separação entre a Igreja e o Estado). Os separatistas criticavam a formação hierárquica da Igreja Anglicana e reivindicavam uma maior participação das camadas populares em seus quadros eclesiásticos, alegando que a organização das igrejas cristãs deveria corresponder ao modelo bíblico, não podendo se assemelhar à administração de uma instituição secular, regulada por interesses políticos.

As primeiras Igrejas Batistas foram constituídas na Inglaterra com a emergência de dois grupos originados do movimento puritano - separatista do século XVII. O primeiro grupo - os Batistas Gerais - foi influenciado pelos ensinamentos do teólogo holandês Jacobus Arminius³¹ e adotou como doutrina um Calvinismo renovado, que concebia a morte de Cristo como um sacrifício pelo perdão dos pecados de toda a humanidade. Os Batistas

³¹ Israel Belo transcreve parte do resumo da doutrina arminiana, elaborado por José Gonçalves Salvador: "Armínio sustentava a soberania de Deus sem cair em rigorismo. Mas não concordava com que Ele determinasse os atos dos seres livres (...) Deus só predestinou após a queda, levando em consideração por Sua presciência, a atitude do homem em face da tentação. Logo, a predestinação era consequência do ato humano e, de modo algum, o resultado de um decreto pré-estabelecido por Deus (...). Para Armínio, o homem salva-se não porque tivesse sido eleito, e sim ao contrário: Por aceitar a Cristo como Salvador, é que se tornava eleito. A eleição ocorre da identificação do pecador redimido com a obra do Filho eterno de Deus". AZEVEDO, Israel Belo. **A celebração do indivíduo**: a formação do pensamento batista brasileiro. Piracicaba, Ed. Unimep, 1996, p. 72.

Particulares, o segundo grupo a ser formado, aderiu de forma mais estrita à doutrina da predestinação e compreendia a salvação como uma dádiva concedida a um número determinado de eleitos.

Embora tenham divergido em suas conjecturas sobre a legitimidade da Igreja Anglicana (havia entre eles tendências separatistas e não-separatistas) os batistas eram congregacionalistas desde os primórdios do movimento, compartilhando as mesmas convicções sobre a natureza da ordenação das Igrejas. O seu padrão de governo congregacional expressava a sua crença na igualdade de direitos dos fiéis em assuntos religiosos e indicava a sua posição favorável à autonomia das congregações locais. Os batistas opuseram-se à distinção entre clérigos e leigos e procuraram abster-se de ritualismos, proclamando os ensinamentos das Escrituras que declaram que o crente é salvo pela fé³² e possui livre acesso a Deus mediante a intercessão de Jesus Cristo, o único sumo sacerdote³³.

Em 1608, um grupo de separatistas ingleses exilados na Holanda adotou as convicções religiosas de seu líder, John Smith, dando origem ao primeiro grupo de batistas conhecidos como "Batistas Gerais". Ao examinar a forma de ministração do batismo no Novo Testamento, John Smith concluiu que não havia embasamento bíblico para o batismo infantil e propôs a união do grupo a uma comunidade de menonitas de Amsterdã (o que veio a ocasionar o desligamento de alguns de seus integrantes). Sob a liderança do pastor

³² “Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie”. Efésios. Português. In: **A Bíblia Sagrada**. Traduzida João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. p. 230. Bíblia. N.T.

³³ “... Quando, porém, veio Cristo como sumo Sacerdote... dos bens já realizados, mediante o maior e mais perfeito tabernáculo, ... muito mais o sangue de Cristo que, pelo Espírito Eterno, a si mesmo se ofereceu sem mácula a Deus, purificará a nossa consciência de obras mortas para servirmos ao Deus vivo. Por isso mesmo, Ele é o Mediador da nova aliança a fim de que intervindo à morte para remissão das transgressões que havia sob a primeira aliança, recebam a promessa da eterna herança aqueles que têm sido chamados. Hebreus. Português. In: **A Bíblia Sagrada**. Traduzida João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. p. 265. Bíblia. N.T.

Thomas Helwys, o grupo dissidente retornou a Londres e estabeleceu, no ano de 1612, a congregação que é conhecida como a Primeira Igreja Batista em solo inglês.

A formação dos Batistas Calvinistas (ou Batistas Particulares) ocorreu em um grupo de separatistas moderados membros de uma congregação independente de Londres fundada em 1616, por Henry Jacob. Esta comunidade religiosa não se posicionava radicalmente contra a Igreja Anglicana, mas manifestava a sua aspiração por uma maior autonomia, capaz de lhes assegurar o direito de debater livremente sobre questões teológicas e de realizar o serviço religioso conforme a orientação de suas lideranças locais. Entre os anos de 1633 e 1638, dois segmentos que divergiam dos membros desta congregação acerca de questões relativas à administração do batismo vieram a se separar amigavelmente do grupo e a professar as suas novas convicções. Liderados pelo pastor John Spilburg, constituíram a Primeira Igreja Batista Particular em Londres, no ano de 1638 ³⁴.

Em meados do século XVII, as linhas gerais do pensamento batista já haviam sido delineadas e tinham como matriz teológica os princípios orientadores do Puritanismo e do Calvinismo. No que se refere à teologia da predestinação, não havia unanimidade de pensamento, pois transitavam entre um "hiper-Calvinismo" e um "Calvinismo moderado" (influenciado pelo arminianismo). Ao mesmo tempo em que a livre - interpretação das Escrituras defendida pelos Batistas possibilitava diferentes abordagens das mensagens bíblicas, o compromisso com a liberdade de pensamento e a "consciência denominacional" prevaleciam sobre a diversidade existente.

³⁴ Conforme a exposição de Roberto G. Torbet, por volta de 1640, membros desta comunidade batista chegaram a conclusão de que o batismo por aspersão, quer administrado em crianças ou em adultos, não correspondia à forma de ministração do batismo realizada pelos apóstolos. Esta concepção veio a ser integrada ao corpo de crenças da denominação, que passou a compreender a imersão do corpo na água como um símbolo da regeneração do crente através de sua fé na morte e ressurreição de Cristo. TORBET, Roberto G. **Esboço da História dos Batistas**. Leiria, Portugal: Vida Nova, 1959. p. 38.

Ainda que não tenha havido uma associação efetiva entre Batistas Gerais e Batistas Particulares, ambos buscavam a comunhão com as igrejas de mesma designação e tiveram êxito em manter organizações permanentes, realizando entre si reuniões informais que viriam a ser designadas "associações". O princípio da representação congregacional já estava bem definido no século XVII, de forma que o associacionismo das congregações emergentes representou um fator decisivo para a coesão e expansão dos movimentos batistas.

A instauração da Monarquia Constitucional na Inglaterra e a instituição do Ato de Tolerância religiosa de 1689 vieram a favorecer os grupos não - conformistas. Embora não lhes concedesse plena liberdade religiosa, o documento garantia aos ministros batistas o direito de não administrarem o batismo infantil e determinava que os líderes religiosos não mais dependeriam de uma licença de Estado para pregar. Desta significativa vitória alcançada, pressupôs-se um grande impulso à expansão do movimento; porém, as inquietações resultantes de especulações teológicas e as reações extremistas produzidas frustraram, temporariamente, as expectativas de crescimento.

No final do século XVII e na primeira metade do século XVIII, os Batistas Gerais declinaram em influência e em número, ao se dividirem diante da controvérsia provocada pela difusão do Arianismo³⁵ e pela adesão de muitos de seus membros ao Unitarismo³⁶. Entretanto, apesar do fechamento de várias de suas Igrejas, o grupo não se dissolveu integralmente e teve continuidade através de uma Congregação organizada em 1770 - os

³⁵ O Arianismo caracterizava-se pela negação da plena divindade de Jesus. TORBET, Roberto G. **Esboço da História dos Batistas**. Leiria, Portugal: Vida Nova, 1959. p. 43

³⁶ Convencido de que a doutrina da Trindade não tinha origem nas Escrituras, John Biddle (1615-62) fundou o movimento com a publicação do documento "Twelve Arguments Drawn out of Scripture (1642), no qual expunha as suas convicções Unitaristas. THE NEW Encyclopaedia Britannica: English unitarianims. Chicago: macropidia, 1992, v. 26, p. 263.

Batistas Gerais da Nova Conexão - que havia sido influenciada pelo movimento metodista, liderado por John Wesley³⁷. No mesmo período, os Batistas Particulares (que haviam alcançado um crescimento considerável), apresentaram sinais de enfraquecimento devido à ênfase demasiada na predestinação dos eleitos e foram, de forma semelhante, reavivados pelo Metodismo.

A partir de 1750, renovados pelo movimento metodista, os batistas vivenciaram um novo momento de expansão. Movidos por um novo interesse despertado pelo Evangelismo, os batistas ingleses fundaram a sua primeira sociedade missionária - "the English Baptist Missionary Society"- organizada por William Carey, em 1792. Ao longo do século XIX, a denominação atingiu um nível de crescimento sem precedentes, teve participação em importantes reformas sociais realizadas na Grã-bretanha e expandiu o seu movimento missionário para outras regiões do globo, adquirindo grande expressão no cenário religioso internacional.

1.2 OS BATISTAS AMERICANOS E O INÍCIO DA ATIVIDADE MISSIONÁRIA NO BRASIL.

As mesmas restrições religiosas que haviam levado grupos separatistas ao exílio na Holanda, no século XVII, impulsionaram a emigração de grupos não-conformistas às Treze Colônias da América. A experiência batista nos Estados Unidos caracterizou-se pela reprodução da experiência anterior vivida na Inglaterra, sobretudo pela dificuldade enfrentada por seus membros de congregarem livremente, em função das determinações

³⁷ O movimento metodista reafirmava as doutrinas do Cristianismo histórico, salientava as doutrinas que indicam o poder do Espírito Santo como confirmador da fé do crente e transformador de sua vida pessoal e declarava que a verdadeira religião está no relacionamento pessoal do crente com Deus. THE NEW Encyclopaedia Britannica: Methodists. Chicago: macropidia, 1992, v. 26, p. 258.

infligidas pela Igreja Anglicana. A permanência desta realidade, reproduzida em um novo cenário sócio-religioso, gerou um tipo de confrontação decisiva para a formação do pensamento batista americano: os batistas que emigraram para os Estados Unidos conservaram o espírito do puritanismo inglês (mantendo o seu rigoroso padrão moral), mas procuraram resistir às restrições impostas a sua fé e prática religiosa, fortalecendo, em suas relações com o novo mundo, as bases de seu sistema religioso.

O grupo dissidente, que tivera origem nos movimentos puritano e separatista do século XVII, na Inglaterra, consolidou na América o sistema de pensamento que privilegia a livre-consciência individual e denominacional, posicionando-se a favor da plena liberdade religiosa e da separação entre Estado e Igreja. Os primeiros batistas que se fixaram nos Estados Unidos encaminharam-se para a Nova Inglaterra, possivelmente por acreditarem que seriam bem recebidos pelos puritanos, que também haviam sofrido perseguição na Inglaterra. No entanto, a despeito de suas expectativas, os batistas da colônia de Massachussetts enfrentaram forte oposição de outros grupos puritanos descontentes com a sua posição contrária ao domínio da Igreja do Estado.

O fundador da primeira Igreja Batista da América do Norte, Roger Williams (organizada em Providence, Rhode Island, em 1639), havia sido banido de Massachussetts por defender o princípio da liberdade de consciência religiosa. A recusa em batizar crianças (violação dos requisitos da Igreja Oficial), a defesa enfática do direito de adorar a Deus segundo as suas consciências e a insistência na questão da separação entre Igreja e Estado, estão entre

as razões que tornaram os batistas vítimas de perseguição religiosa³⁸. A tolerância religiosa foi promulgada na Nova Inglaterra em 1691 (segundo os termos do Ato Britânico de 1689), mas a completa separação entre Estado e Igreja, apregoada pelos batistas, só viria a ser instituída após a declaração da Independência.

A existência de grupos culturais e religiosos mais heterogêneos produziu um ambiente de maior tolerância nas colônias centrais e contribuiu para a expansão do movimento batista nesta região. No início do século XVIII, a Filadélfia tornou-se o centro mais influente da denominação na América, sustentando atividades missionárias que visavam à organização de igrejas batistas em outras colônias. A necessidade de cooperação entre as Igrejas e o propósito de promover a unidade entre os batistas acabaram por favorecer o estabelecimento de um padrão democrático, que culminou com a formação da primeira associação batista supra-nacional, em 1707.

A Associação Batista da Filadélfia exerceu liderança no processo de crescimento que caracterizou a vida da denominação nos anos que precederam a Guerra de Independência. Constatou-se através dos registros que, em 1700, havia na Nova Inglaterra apenas dez pequenas igrejas constituídas de aproximadamente 300 membros; ao passo que, por volta de 1762, havia entre as congregações pertencentes à Associação da Filadélfia 29 igrejas compostas por 4018 membros (entre os anos de 1707 e 1762, a associação foi responsável

³⁸ Como exemplos ilustrativos da perseguição sofrida, Torbet cita a presença de batistas chamados perante o Tribunal de Salem (1642-1649); Tomas Painter, açoitado em público, em 1644; Henrique Dunster, o primeiro presidente do Harvard College, forçado a resignar aos serviços prestados por 12 anos, por ter aceitado os princípios batistas; Dr. John Clarke multado, Obadias Holmes (sucessor de Clarke no pastado de Newport) preso e açoitado em Boston. TORBET, Roberto G. **Esboço da História dos Batistas**. Leiria, Portugal: Vida Nova, 1956, p. 106.

pela multiplicação de pequenas congregações, geograficamente separadas por grandes distâncias)³⁹.

O período correspondente à última metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX foi assinalado pelo surgimento de um movimento religioso que possibilitou o crescimento significativo das igrejas de confissão batista. O movimento religioso dos "grandes despertamentos" se deu em um contexto dominado pelo espírito democrático e resultou na rápida multiplicação das congregações formadas por integrantes das camadas populares da sociedade. Estes grupos religiosos obtiveram grande êxito em seu processo de expansão para as regiões de fronteira através do engajamento de diversos pregadores leigos, que mesmo sem possuírem um comissionamento formal, estavam comprometidos com a propagação do Evangelho em áreas remotas.

Durante o período dos despertamentos religiosos, as pregações eram realizadas de maneira mais exortativa e emocional, dando maior ênfase à inspiração individual e ao estudo da Bíblia como fonte de inspiração divina e autoridade exclusiva em questões éticas e morais. A citação extraída do Sermão de Timothy Dwight Edwards (1752-1817), representante da "Escola Teológica da Nova Inglaterra", sintetiza os contornos do pensamento protestante americano em geral e batista em particular e descreve a natureza da relação entre o crente e a Bíblia: “As melhores opiniões de um homem são úteis apenas como conselhos. As Escrituras são a lei, possuidoras de autoridade divina (...). Conseqüentemente, elas contêm todas as coisas necessárias à vida e a piedade”⁴⁰.

³⁹ AZEVEDO, Israel Belo. **A celebração do indivíduo**: a formação do pensamento batista brasileiro. Piracicaba: Unimep, 1996, p. 116.

⁴⁰ Ibidem, p. 108.

O momento de maior crescimento da denominação batista nos EUA ocorreu a partir do início da luta pela emancipação política, quando os batistas conquistaram maior popularidade entre os líderes e o povo, aderindo ao movimento pró-independência (uma das principais motivações para a sua adesão encontrava-se em sua teoria política, que previa a separação entre Estado e Igreja). Em termos numéricos, estima-se que nos anos que precederam a "Revolução Americana", havia aproximadamente 494 congregações batistas e que, em vinte anos (1795), este número tinha chegado a 1152 igrejas espalhadas pelos 16 Estados e territórios (observa-se um aumento de 10.000 para 100.000 membros)⁴¹.

No início do século, o movimento de expansão para o oeste havia despertado a vocação missionária (com o surgimento de um novo entusiasmo pelo evangelismo) e a fundação de sociedades missionárias, na Europa, havia contribuído para a formação de sociedades missionárias locais. Os batistas americanos absorveram métodos de organização e evangelismo dos batistas europeus e tiveram participação no desenvolvimento do trabalho do missionário William Carey na Índia, manifestando os primeiros sinais de um comprometimento com a causa missionária.

O passo decisivo para a organização de uma sociedade missionária nacional foi dado em 1814, com a convocação de uma Convenção Geral das Igrejas Batistas dos Estados Unidos, realizada por iniciativa de associações batistas de todo o país. As pautas discutidas na convenção abordaram questões relativas à administração de fundos destinados ao sustento da Junta de Missões Estrangeiras - ao levantamento de recursos financeiros e humanos necessários à viabilização do trabalho missionário. Os batistas americanos

⁴¹ TORBET, Roberto G. **Esboço da História dos Batistas**. Leiria, Portugal: Vida Nova, 1959. p. 122.

firmaram entre si o compromisso de propagar a outros povos do mundo os valores cristãos e expressaram, com profunda convicção, a sua crença na vocação missionária do povo americano.

A exemplo do que se sucedeu em outras denominações protestantes nos Estados Unidos, a unidade conquistada por esta sociedade religiosa logo viria a ser ameaçada pelas controvérsias geradas em torno da Questão da Escravidão (dissensões internas foram causadas pela existência de pontos de vista divergentes entre segmentos contrários e favoráveis à abolição da Escravatura). O abolicionismo havia se desenvolvido principalmente entre os batistas do norte, enquanto que os defensores da lenta extinção do Escravismo encontravam-se, em sua maioria, nos Estado do sul. De um modo geral, os Batistas apresentavam uma certa moderação na abordagem desta questão, receando a "quebra da unidade" e a violação do "princípio da não - ingerência em assuntos de Estado", amplamente difundido na denominação. Durante o período da Guerra de Independência, parte considerável dos batistas que haviam se posicionado a favor da instituição de uma República livre, passaram também a questionar a legitimidade da prática escravista.

Na década anterior a 1845, as tentativas empreendidas no sentido de promover a conciliação (a preservação da unidade e do acordo de mútua cooperação) mostraram-se insatisfatórias. Em consequência desta divisão ideológica, consumou-se a cisão em 1845 com a organização, na cidade de Augusta (Estado da Geórgia), da Primeira Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, cujo principal objetivo era dar continuidade ao trabalho missionário em território nacional e estrangeiro. A Junta de Missões Estrangeiras, sediada em Richmond (Virginia), enviou ao Rio de Janeiro em 1860 Thomas Jefferson Bowen, missionário que havia trabalhado entre os Iorubás da África Central, entretanto, em virtude

de problemas com a saúde do missionário, foi necessária a interrupção deste trabalho, que só veio a ser retomado em 1881⁴².

O desapontamento da Junta de Missões Estrangeiras com os resultados da primeira tentativa de implantação de uma missão batista no Rio de Janeiro teve como consequência a determinação do cancelamento da atividade missionária no Brasil, por tempo indeterminado. No mesmo ano em que a Junta de Richmond optou pela suspensão do trabalho missionário neste campo, teve início nos Estados Unidos a Guerra de Secessão, conflito que viria a engendrar profundas transformações na sociedade norte-americana e a originar a formação de uma onda emigratória entre cidadãos sulistas⁴³.

Após a derrota dos Confederados (seguida pela ocupação do sul por tropas federais), um grande número de americanos sulistas descontentes com o desfecho da guerra decidiu deixar os Estados Unidos. O governo brasileiro, que havia sido um aliado dos Confederados durante o conflito, passou a oferecer as condições necessárias à instalação de emigrantes americanos no Brasil, proporcionando aos recém-chegados transporte e acomodações, prometendo a estes agricultores a construção de uma infra-estrutura capaz de suprir as necessidades de abastecimento de suas colônias e de facilitar o escoamento de seus produtos aos centros consumidores⁴⁴.

⁴² REILY, Duncan. História documental do Protestantismo no Brasil. São Paulo: Aste, 1984, p. 123.

⁴³ A Guerra Civil Americana (1861-1865) teve como uma de suas principais causas o acirramento do conflito entre os interesses econômicos da região norte (mais industrializada) e os da região sul (predominantemente agrícola). O conflito foi marcado pelo embate ideológico entre duas visões distintas: a vertente abolicionista, dominante no norte e a corrente defensora da permanência do Escravismo, prevalecente nos estados do sul. OLIVEIRA, Betty Antunes. **Centelhas em Restolho Seco**: uma contribuição para a História dos primórdios do trabalho batista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da autora, 1985. p.7.

⁴⁴ DAWSEY, Cyrus B.; DAWSWEY, James M. The Confederados: Old South immigrants in Brazil. Alabama: the University of Alabama Press, 1995 p. 16.

A colônia de Santa Bárbara D'Oeste, localizada na Província de São Paulo, foi o núcleo colonial americano que atingiu o mais elevado grau de prosperidade e de influência local. Os grupos religiosos a que estavam filiadas estas famílias americanas - metodistas, presbiterianos e batistas - logo passaram a organizar as suas respectivas igrejas e a contribuir com a propagação de sua fé. Os colonos de confissão batista de Santa Bárbara, liderados pelo pastor Richard Ratcliff, fundaram a Primeira Igreja Batista em território nacional, em dez de setembro de 1871.

A primeira Igreja Batista constituída em solo brasileiro não apresentava as características de uma igreja tipicamente missionária (o serviço religioso era celebrado em língua inglesa, tendo-se por prioridade a assistência espiritual à comunidade americana), mas esta congregação desempenhou papel decisivo na retomada do trabalho batista no Brasil, demonstrando grande zelo com a questão da evangelização dos nacionais e revelando o seu anseio por uma reforma na vida religiosa do país⁴⁵. Em 1872, a Igreja de Santa Bárbara fez um apelo à Junta de Missões Estrangeiras dos Estados Unidos, solicitando que os batistas americanos dessem prosseguimento à obra missionária no Brasil. Segue a transcrição do documento⁴⁶:

Permita-nos declarar-lhe que, desde 1865, diversos cidadãos do sul dos Estados Unidos mudaram-se para o Império do Brasil e estão localizados nesta província - em São Paulo e no distrito de Santa Bárbara - a maioria dos quais se dedica à lavoura (donos de terras, etc) e está radicada aqui. Que no dia 10 de setembro de 1871, alguns deles com cartas de várias Igrejas batistas dos Estados Unidos, acima mencionados, uniram-se e formaram uma Igreja sob o nome de Primeira Igreja Batista Norte-Americana do Brasil (...) Agora, enquanto Igreja, não solicitamos auxílio financeiro para construir uma casa de adoração ou para pagar o nosso pregador; somos capazes, sob as bênçãos da providência, de manter a

⁴⁵Pereira, José Reis. História dos Batistas no Brasil. Rio de Janeiro, Juerp, 1982, p. 11.

⁴⁶ O documento é assinado pelos pastores Richard Ratcliff e W. H. Heriwether e foi dado em assembléia em doze de outubro de 1872. O segundo trecho é de autoria de uma comissão designada a se comunicar com a Junta de Missões; foram nomeados seus membros Robert Meriwether, Robert Broadnax e David Davis. A tradução dos documentos encontra-se na obra História Documental do Protestantismo no Brasil do pastor metodista Ducan Reily. REILY, Ducan. **História documental do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Aste, 1984, p. 128.

nossa casa. Mas não temos a possibilidade de enviar homens para pregar aos outros; não dispomos de homens e nem de meios para este propósito. Como o varão da Macedônia nós rogamos que passe à Macedônia e ajude-nos (...). Esperamos que uma grande comunidade batista neste país será somada à grande família batista mundial, ensinando, pregando e praticando a fé, que uma vez foi dada aos santos.

Quando retornou aos Estados Unidos, o pastor Richard Ratcliff encaminhou outra carta à Junta expondo a necessidade de se restabelecer a atividade missionária no Brasil, propondo-se a explicar as causas que haviam precipitado a retirada do missionário Thomas J. Bowen do Rio de Janeiro, em 1861⁴⁷. Os relatos presentes na documentação referente à colônia de Santa Bárbara, indicam que o pastor Richard Ratcliff era um homem que procurava instruir-se sobre a vida política, civil e religiosa do Brasil e que procurava integrar-se com a comunidade local. No sentido de evidenciar a participação desta colônia americana no processo de expansão do trabalho batista no Brasil, transcreveremos um trecho referente ao parecer de outro norte-americano que acompanhou o processo de fixação de cidadãos sulistas no Brasil e que, de maneira semelhante, veio a tornar-se um propagandista da extensão do trabalho missionário aos brasileiros.

Ao ser nomeado relator de uma comissão destinada a deliberar sobre a reabertura do trabalho missionário no Brasil, Alexander Travis Hawthorne fez as seguintes declarações:

A evangelização deste maravilhoso país é obra de vasta magnitude (...) vasta como pareça a obra, é ainda possível realizá-la, e oferece tantas oportunidades e facilidades, que a vossa comissão está plenamente persuadida de que a obra, embora grande, pode ser feita e é encantadora. Segundo nossa opinião, não há outro país mais convidativo, ou que ofereça resultados maiores e mais prontos, com igual dispêndio de dinheiro e esforço (...) o povo é cortês, liberal e hospitaleiro e mostra muita boa vontade para com o povo norte-americano e acha-se em condições favoráveis para receber de nossas mãos o cristianismo evangélico, que contribuirá para o progresso de seu país⁴⁸.

⁴⁷ A carta de Ratcliff foi publicada no *Foreign Mission Journal*, na edição de fevereiro de 1879. PEREIRA, José Reis. **História dos Batistas no Brasil (1882-1982)**. Rio de Janeiro: JUERP, 1982. p. 325

⁴⁸ Esta Assembléia da Convenção Batista do Sul dos EUA foi realizada em Lexington, Texas, no ano de 1880. O discurso encontra-se registrado no "the Southern Baptist Convention Annual", de 1880 p. 24 e 25. PEREIRA, José Reis. **História dos Batistas no Brasil (1882-1982)**. Rio de Janeiro: Juerp, 1982. p. 12.

A eloquência e o fervor espiritual de Hawthorne impressionaram de tal maneira a Convenção que não somente foi aceito o seu parecer como também foi indicado ao cargo de agente da Junta de Missões estrangeiras do Texas. No desempenho desta atividade, empenhou-se no recrutamento de jovens comprometidos com a causa missionária, despertando a sua atenção para "as necessidades espirituais" do povo brasileiro. Em sua obra *Baptists in Brazil*, Cabtree relata que o general A. T. Hawthorne era profundamente devotado à causa das missões mundiais e que “carregava o Brasil em seu coração”⁴⁹.

O movimento batista brasileiro foi inaugurado com a chegada do primeiro casal de missionários americanos destinados a pregar em português. Em 2 de março de 1881, o Reverendo William Bagby e Anne Luther Bagby desembarcaram no Rio de Janeiro e de lá seguiram para Província de São Paulo, onde permaneceram, provisoriamente, em companhia dos batistas norte-americanos de Santa Bárbara. Posteriormente, juntaram-se a eles o ex-padre católico Antonio Teixeira de Albuquerque (primeiro brasileiro consagrado ao ministério batista)⁵⁰ e outro casal de missionários enviados pela Junta de Richmond, Zachary e Kate Crawford Taylor.

Protestantes, em sua maioria, os imigrantes provenientes do sul dos Estados Unidos exerceram grande influência na vida religiosa brasileira, sendo uma de suas contribuições mais significativas o trabalho de cooperação realizado junto às sociedades missionárias,

⁴⁹ O autor fez a observação de que antes de sua morte, em 1899, os quinze missionários pioneiros enviados e os mil e quinhentos batistas brasileiros convertidos - "consagrados a tarefa de ganhar a terra do Cruzeiro do Sul para o reino de Deus" - eram um testemunho glorioso dos resultados de seu trabalho. CABTREE, A. R. **Baptists in Brazil**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1953. p. 37.

⁵⁰ O ex-padre Antonio Teixeira de Albuquerque havia se convertido após ter entrado em contato com pregadores metodistas e presbiterianos. José Reis Pereira comenta: "a sua presença nas proximidades de Campinas foi providencial para William Bagby, no seu aprendizado da língua e também na troca de idéias acerca do início do trabalho batista no Brasil". PEREIRA, José Reis. **História dos Batistas no Brasil (1882-1982)**. Rio de Janeiro: JUERP, 1982. p. 20.

que tinha como finalidade a consolidação do processo de propagação do protestantismo no Brasil. O auxílio oferecido pela comunidade americana de Santa Bárbara mostrou-se fundamental à adaptação dos missionários batistas, tendo os colonos tomado as primeiras providências no sentido de encaminhá-los ao estudo da língua e da cultura local (os presbiterianos haviam fundado um colégio em Campinas e os Bagby foram transferidos para a região, onde puderam aprimorar os seus conhecimentos).

Assessorados pelo ex-padre Antônio Teixeira de Albuquerque em Campinas, os dois casais de missionários americanos começaram a traçar os primeiros planos para a abertura do trabalho batista em terras brasileiras (tendo em mente iniciá-lo em uma cidade grande onde o testemunho evangélico ainda não fosse muito expressivo). Salvador, na Província da Bahia, era a segunda maior cidade do país em população (com aproximadamente 250 mil habitantes) e o principal centro religioso da nação. Os missionários consideravam a região um campo ainda não alcançado pelas missões evangélicas e elegeram a cidade de Salvador como sede da denominação no Brasil, local onde seria estabelecida a Primeira Igreja Batista Nacional (o primeiro serviço religioso foi celebrado na nova congregação no dia 15 de outubro de 1887).

Embora o movimento de expansão do Protestantismo no Brasil - "O Protestantismo de Missão" - tenha sido iniciado na primeira metade do século XIX, quando missões estrangeiras de diferentes denominações passaram a realizar suas campanhas evangelizadoras em diversas localidades do país, as igrejas fundadas pelos colonos de Santa Bárbara atuaram como importantes centros de apoio ao trabalho destes missionários pioneiros, cujo objetivo primordial era a "evangelização do povo brasileiro". Em outubro

de 1882, o reverendo William Bagby escreveu no *The Foreign Mission Journal* as suas expectativas acerca do trabalho a ser desenvolvido no Brasil:

Since it has been my pleasure to begin preaching in Portuguese and to meet these people in Gospel services, my heart is more than ever filled with longing for the day when the Bible shall be a household book in this land of priestcraft, and when Baptist Churches will be planted in these beautiful valleys and on these sunlit hills ⁵¹.

A Primeira Igreja Batista do Brasil teve como membros fundadores o casal Bagby, o casal Taylor e o ex-padre Antonio Teixeira de Albuquerque, adotou oficialmente como declaração de fé a Confissão de New Hampshire⁵² e apresentou como principal meta a divulgação da mensagem evangélica entre brasileiros. Para o cumprimento desta tarefa, utilizaram como estratégia missionária a celebração do culto em português, a realização de reuniões públicas (ao ar livre), o "evangelismo pessoal", efetuado através de visitas e a veiculação da palavra impressa.

O primeiro e o quinto artigo da Confissão de New Hampshire enunciam os fundamentos básicos da fé evangélica e o artigo de nº XIV define o significado do batismo para os membros desta denominação. Tanto nos primórdios do trabalho batista no Brasil quanto nos dias atuais, estes preceitos (transmitidos aos brasileiros através do trabalho de evangelização realizado por missionários americanos em cooperação com evangélicos europeus) têm estado presente no corpo de crenças e tradições dos batistas brasileiros. Segue a transcrição dos artigos mencionados, que trazem em seu conteúdo os princípios norteadores deste grupo religioso, que buscava fornecer as bases humanas e teológicas para a viabilização do trabalho missionário no Brasil ⁵³.

⁵¹ A transcrição do trecho encontra-se em seu idioma original no livro de A. R. Cabtree. **CABTREE, A. R. Baptists in Brazil**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1953. p. 43.

⁵² Esta declaração de fé foi redigida por John Newton Brown em 1833 e adotada pela Convenção Batista de New Hampshire, de onde deriva seu nome. REILY, Duncan. **História documental do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Aste, 1984, p. 123.

⁵³ *Ibidem*, p. 124 e 125.

Artigo I:

Das Escrituras. Cremos que a Bíblia Sagrada foi escrita por homens divinamente inspirados, e é um perfeito tesouro de instrução celestial; que Deus é seu Autor, a sua finalidade é salvação e verdade, a sua matéria não tem qualquer mistura de erro; que a Bíblia revela os princípios pelos quais Deus há de julgar; portanto ela é, e será até o fim do mundo, o verdadeiro centro da união cristã, e o supremo cânon pelo qual devem ser julgados toda conduta, credo e opinião dos homens.

Artigo V:

"Da Justificação: Cremos que a grande benção evangélica que Cristo proporciona aos que Nele crêem é a justificação que inclui o perdão dos pecados, e promessa de vida eterna na base de princípios de justiça; que é concedida, não em consideração a quaisquer obras de justiça que temos feito, mas unicamente pela fé no sangue do Redentor; por virtude desta fé, sua perfeita justiça nos é imputada livremente por Deus; que nos conduz ao estado da mais abençoada paz e favor com Deus, e nos proporciona toda a benção necessária para o tempo e a eternidade".

Artigo XIV:

"Do Batismo e da Ceia do Senhor: Cremos que o batismo cristão é a imersão de um crente na água, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo; para mostrar, num distintivo solene e belo, nossa fé no Salvador crucificado, sepultado e ressurreto, resultando em nossa morte para o pecado e ressurreição para a nova vida (...)"

Entre os anos de 1881 e 1900 os batistas vivenciaram um período de considerável crescimento com a extensão do movimento a outras regiões do país e com a criação de novas igrejas. Em uma carta endereçada à Junta de Missões Estrangeiras datada de 1889, William Bagby comunicou a situação do trabalho iniciado em 1882, relatando a organização de oito igrejas, a filiação de 312 membros a estas congregações, a ministração de 56 batismos naquele ano e a consagração de dois obreiros nacionais. Em 1884, o progresso alcançado pela missão na Bahia fez com que o casal Bagby transferisse o seu centro de trabalho para a capital, onde fundaram, no dia 24 de agosto daquele ano, a Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro ⁵⁴.

De 1881 a 1900, a Junta de Richmond havia enviado ao Brasil quarenta e quatro missionários que, de um modo geral, retornaram aos Estados Unidos após um breve

⁵⁴ MEIN, David. **O que Deus tem feito**. Rio de Janeiro, JUERP, 1982, p. 29.

período de atuação. Na historiografia referente aos primórdios do trabalho batista no Brasil, os nomes de seis famílias são citados com grande destaque, devido ao tipo de serviço que prestaram e ao longo período que dedicaram à obra missionária neste campo⁵⁵. Estes líderes pioneiros empreenderam os esforços necessários ao crescimento de igrejas nos principais centros, a partir dos quais puderam estender o trabalho a outras cidades e formar novos núcleos de ação evangelizadora.

Pode-se citar entre os elementos que caracterizaram a sua forma de trabalho junto à comunidade batista brasileira durante os primeiros anos de seu ministério: o forte compromisso com a evangelização pois (pregavam diligentemente a Bíblia em sermões expositivos e textuais e desejavam que aqueles a quem se dirigiam adquirissem sólido conhecimento das Escrituras); a piedade pessoal de cada um (já que eram homens devotados à fé em sua vida pública e particular); a preocupação com a correção de vida dos "novos convertidos" (uma vez que entendiam o valor do testemunho e mostraram-se firmes na exortação de sua conduta moral); a importância dada à educação por que (acreditavam que a instrução dos crentes podia colaborar com o progresso da causa batista); dedicação à formação intelectual e teológica dos obreiros nacionais (visto que reconheciam a necessidade de criação de uma liderança local); a utilização da música como meio de edificação dos fiéis na comunicação da mensagem evangélica e a valorização da página impressa como meio de divulgação de suas idéias.

O crescimento do movimento batista durante o período pioneiro foi impulsionado pelo zelo e fervor dos missionários na pregação do Evangelho e marcado pelo início da produção de

⁵⁵ José Reis Pereira dedica um capítulo a estes seis missionários apresentando os seus dados biográficos, informações sobre os trabalhos por eles realizados e a região onde atuaram. São eles: William Buck Bagby, Zachary Taylor, Salomão Ginsburg, Willian Entzminger, Eurico Alfredo Nelson e James Jackson Taylor. PEREIRA, José Reis. **História dos Batistas no Brasil (1882-1982)**. Rio de Janeiro: JUERP, 1982. p. 33.

uma literatura batista em português, cujo conteúdo passou a despertar o interesse da população local. Os missionários estiveram envolvidos em diferentes atividades, trabalharam como evangelistas, educadores e dedicaram-se à comunicação através de suas publicações. Este foi um período de transição de seus métodos de trabalho, pois ainda dispunham de poucos recursos (aplicaram-se na preparação de uma literatura simples, de caráter introdutório, destinada a instruir os crentes sobre os fundamentos básicos da fé).

Durante os últimos anos do Império, os batistas estiveram diante de muitas dificuldades e enfrentaram a forte oposição da Igreja Católica, que estava alarmada com o avanço das denominações protestantes. A pregação do evangelho pelos batistas era desaprovada pelos sacerdotes católicos, que criticavam a ação dos missionários através de artigos publicados em jornais (a acusação freqüente era de que os protestantes utilizavam "bíblias falsas"), chegando, por vezes, ao extremo de incitar a reação violenta dos populares quando os missionários celebravam o culto em lugares públicos ⁵⁶. As manifestações de oposição da Igreja Católica não foram capazes de comprometer o desenvolvimento das missões protestantes, uma vez que o "movimento liberal" que produziu mudanças nas esferas política e cultural também passou a repercutir no âmbito da religião (o governo de Dom Pedro II oferecia algumas garantias religiosas a estes grupos e preparava as condições favoráveis à conquista da plena liberdade religiosa, que viria a ser consumada no regime republicano).

⁵⁶ A.R. Cabtree refere-se a estes episódios da história batista, destacando o fato de que até 1889 o catolicismo era a "Religião Oficial" do Brasil e que tem sido, ao longo da história, característica das Igrejas de Estado o envolvimento com movimentos de perseguição a outros grupos religiosos não-conformistas. CABTREE, A. R.. **História dos batistas no Brasil (até o ano de 1906)**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1937, p. 56.

A proclamação da República em 15 de novembro de 1889 foi recebida com entusiasmo pelos missionários batistas que trabalhavam no Brasil, pois apesar do seu distanciamento da política brasileira, entenderam o advento da República como o início de uma era de reformas religiosas, inaugurada pelo decreto de separação entre o Estado e a Igreja. Os princípios democráticos da constituição da República estavam em harmonia com os princípios batistas e a política do novo regime trouxe um novo encorajamento a todos os grupos protestantes. No início da República, apenas uma pequena parte da população brasileira estava familiarizada com as denominações evangélicas (havia um número reduzido de nacionais trabalhando na obra). Mas os missionários contavam com a lealdade dos brasileiros convertidos e com a disposição, por parte da população em geral, de respeitar os princípios democráticos na religião.

Geograficamente separados, os missionários haviam tido poucas oportunidades de trocar informações sobre os seus métodos de trabalho e de fazer planos de cooperação até o ano de 1892, quando promoveram, no Rio de Janeiro, o primeiro encontro entre as lideranças batistas e passaram a elaborar conjuntamente novos planos de ação. O período compreendido entre os primeiros anos da República e a organização da Primeira Convenção Batista Brasileira (em 1897) foi um período caracterizado pela retomada do crescimento com a aquisição de novos missionários e obreiros nacionais, pela abertura de novos campos e implementação dos métodos de trabalho (as campanhas de evangelização foram intensificadas com o fortalecimento do interesse por um programa de publicações e pelo projeto na área de Educação) ⁵⁷; durante o período de expansão (1900-1907) os

⁵⁷ Nos anos que precederam a República havia apenas 312 membros nas Igrejas batistas. Este número subiu para 784 em 1895, 2000 em 1900 e para aproximadamente 5000 membros em 1907. Durante este período, utilizaram com proveito a literatura evangélica e tiveram êxito nas primeiras iniciativas no campo da Educação. CABTREE, A R. **Baptists in Brazil**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1953. p. 61.

batistas se dedicaram, com mais vigor, a seu programa de Educação cristã que previa a formação de ministros brasileiros e planejaram a criação de uma imprensa batista nacional.

1.3 OS PRIMÓRDIOS DA IMPRENSA BATISTA NO BRASIL E A FUNDAÇÃO DO “JB”.

Conforme a exposição apresentada ao longo da primeira etapa desta pesquisa, pode-se observar que, desde os primórdios do trabalho batista no Brasil, os missionários estrangeiros e os seus colaboradores nacionais atribuíram grande importância à imprensa denominacional enquanto meio eficaz de evangelização da população local e indispensável instrumento na edificação espiritual e doutrinação dos fiéis novos-convertidos que passavam a compor os quadros de membros da Igreja Batista Brasileira, em processo de formação e crescimento.

A produção de uma literatura religiosa, embasada no corpo de doutrinas do Protestantismo e comprometida com a sua propagação na sociedade brasileira (segundo as concepções batistas) desempenhou papel relevante no desenvolvimento das atividades realizadas pelos evangelistas. Os esforços destes missionários em torno da criação de uma Imprensa voltada ao crescimento denominacional (que viesse a atender as necessidades primordiais de um grupo religioso protestante em processo de expansão em um país majoritariamente católico), ganha ainda mais destaque à medida em que examinamos as primeiras iniciativas no sentido de promover a organização de pequenos núcleos destinados à produção da mensagem evangélica impressa, (inicialmente estabelecidos em modestas instalações adjacentes às congregações recém-constituídas).

A ação evangelizadora realizada através da página impressa tem o seu marco inicial na história da denominação Batista no Brasil a partir da fixação de seus primeiros missionários em terras brasileiras. Em artigo publicado no Jornal Batista em 7 de setembro de 1922 - “O Centenário e a História Batista” - Salomão Ginsburg relata a trajetória dos casais William e Anna Bagby, Zacary e Kate Taylor e Antônio Teixeira Albuquerque (ex-padre católico convertido ao Protestantismo), em direção à sede do então arcebispado do Brasil - à Província da Bahia - principal centro religioso do país e local escolhido para a inauguração do trabalho batista. Ginsburg relembra a decisão tomada pelos fundadores da Primeira Igreja Batista nacional de utilizar como estratégia missionária a distribuição de folhetos impressos e de realizar um trabalho mais amplo de divulgação por meio da Imprensa, tão logo fixaram residência em Salvador. O artigo faz referência à contribuição fundamental de Antônio Teixeira de Albuquerque neste período de adaptação, que é descrito como “um homem douto e preparado para auxiliar no início da campanha”, sem o qual estariam temporariamente privados de iniciar este tipo de trabalho devido as suas limitações quanto ao uso do idioma.

Ao preparar um de seus primeiros folhetos, “Trêz razões por que deixei a Egreja Romana”⁵⁸, através do qual testemunhava a sua conversão ao Protestantismo e discutia as razões de seu desligamento do clero, o ex-sacerdote e primeiro brasileiro consagrado ao ministério batista, desencadeou uma onda de manifestações que expressavam a indignação de fiéis e líderes da Igreja Católica. Semelhante repercussão teve o pequeno tratado traduzido do francês por Kate Taylor⁵⁹ – “O Retrato da Virgem Maria no Céu” - publicado em um Jornal baiano: estas primeiras publicações abriram um espaço de discussão acerca das divergências doutrinárias existentes entre o “Cristianismo Evangélico” e o “Catolicismo

⁵⁸ Folheto Intitulado “Trêz razões por que deixei a Egreja Romana”. CABTREE A R. **História dos Batistas do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1937, p. 51.

⁵⁹ PEREIRA, José Reis. **História dos Batistas no Brasil (1882-1982)**. Rio de Janeiro: Juerp, 1982. p. 50.

Romano” e possibilitaram a veiculação, através da imprensa secular local, de algumas das principais concepções teológicas da denominação.

Ao salientar a importância destes primeiros trabalhos na área de publicações, recurso através do qual foi possível aos missionários batistas apresentarem alguns de seus principais fundamentos religiosos à sociedade baiana, Salomão Ginsburg fez as seguintes considerações:

As discussões que se fizeram pela imprensa, a explosão que tais publicações causaram num centro como da Bahia, sede do então arcebispado no Brasil, é mais fácil imaginado do que descrito. A fama dos baptistas corria pelo Estado todo, e cartas de animação como também de insulto e ameaças, chegaram as mãos dos dois destemidos obreiros... Em todas as partes da cidade e do Estado da Bahia se discutiam os baptistas e as sua doutrinas, o seu modo de agir e de batizar. A Bíblia, a religião e, especialmente o Evangelho, eram a conversa do dia, tanto nas lojas como nos lares⁶⁰.

Os primeiros anos que se seguiram à instalação dos missionários batistas na Bahia foi um período caracterizado pela abertura de novos campos de trabalho com a organização de congregações em diferentes regiões do Brasil e um momento na história da denominação em que foi fortemente sentida a oposição de determinados segmentos da Igreja majoritária, contrários à expansão deste movimento. A pregação do evangelho realizada pelos missionários protestantes não era bem recebida pelas lideranças católicas, sobretudo quando utilizavam a Imprensa secular para propagar a sua mensagem religiosa.

À medida em que os missionários conquistavam a confiança da população e ocorriam conversões entre os nativos, acirrava-se a crítica proferida por representantes do clero que, em diversas ocasiões, publicaram artigos nos jornais da cidade questionando a legitimidade dos ministros batistas enquanto pregadores da Palavra de Deus. O autor David Mein refere-

⁶⁰ Salomão Ginsburg. **O Jornal Baptista**, 7 set. 1922.

se a estes episódios fazendo a observação de que a reação católica, manifestada por meio da Imprensa, havia desencadeado uma espécie de disputa jornalística:

*“Quando os católicos romanos começam uma violenta guerra jornalística, os missionários protestantes respondem com a publicação de alguns artigos... Estes artigos tocam no ponto fraco dos romanistas e acendem a ira dos padres”*⁶¹.

No folheto, posteriormente transformado em opúsculo e publicado em jornal, “Três razões por que deixei a Igreja Romana”, Teixeira de Alburquerque narra a sua experiência de conversão e destaca o papel que o diligente estudo da Bíblia exercera na sua decisão de tornar-se cristão evangélico. O ex-padre, recém-consagrado ministro batista, apresenta uma argumentação que se destina a refutar a freqüente acusação levantada pelo clero católico de que os protestantes utilizavam “Bíblias falsas”.

A publicação de seu testemunho atraiu a atenção de muitos leitores e teve forte impacto entre os líderes da Igreja Católica devido a peculiaridade de sua experiência religiosa. Conforme pode-se observar em sua própria narrativa, não se tratava somente da conversão de um fiel católico ao protestantismo, mas da fervorosa busca de um sacerdote por uma “experiência pessoal com Cristo” e por uma compreensão mais profunda dos preceitos do Cristianismo através do exame das doutrinas contidas nas Escrituras:

Tendo sido profundamente tocado no processo de discernir e, em minha consciência, aquele foi um dia feliz para mim quando vim a compreender o meu dever de estudar seriamente e cuidadosamente a Palavra de Deus; comparando as várias versões com o original de modo a me certificar da existência de uma Bíblia falsa. Meditando sobre cada mandamento, ensinamento e preceito de Jesus Cristo, eu me surpreendi ao descobrir que todas as versões provinham do mesmo original e que estão em essencial concordância. Não há portanto, Bíblias falsas. Esta

⁶¹ MEIN, David. **O que Deus tem feito**. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações da Convenção Batista Brasileira, 1982, p. 18.

descoberta era algo novo para mim. Eu não tenho palavras suficientes para expressar a alegria com que a minha alma foi tomada naquele momento em que aceitei o meu Salvador Jesus Cristo; quando abri a porta do meu coração para Ele entrar e para o Espírito Santo efetuar o trabalho divino de regeneração da minha alma”⁶².

O relatório apresentado à Convenção Batista do Sul dos EUA, em 1883, apresenta um panorama favorável do desenvolvimento das Missões no Brasil e aponta os bons resultados, em termos de repercussão, que a distribuição de folhetos em campanhas de evangelização e a publicação de artigos em jornais haviam proporcionado. Milhares de cópias de folhetos destinados a evangelização haviam sido publicados e circulavam na Província da Bahia, alcançando resultados encorajadores.

William Bagby havia notificado a Junta de Richmond, em dezembro de 1882, acerca da presença pouco expressiva no Brasil de uma literatura voltada ao público evangélico e havia enfatizado a necessidade de criação de um fundo que viesse a custear a produção de uma literatura, de orientação batista, em português. Bagby relata que havia também sido constatada, nestes primeiros anos, a eficácia da Imprensa como meio de divulgação de suas doutrinas e idéias, ao mesmo tempo em que haviam observado a apreciação do povo brasileiro, em geral, pela literatura – “*The Brazilians are a reading people, and the press is a great power. We need a publishing fund as there is no Baptist Literature in Portuguese*”⁶³.

Os missionários pioneiros haviam se deparado com as dificuldades resultantes do fato de haver um número limitado de publicações evangélicas (com a exceção da Bíblia) e de não haver praticamente nenhum exemplar das obras clássicas da Literatura Batista traduzida

⁶² CABTREE, A. R. **Baptists in Brazil**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1953, p. 42.

⁶³ CABTREE, A. R. **Baptists in Brazil**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1953, p. 48.

para o idioma local. Frente a esta adversidade, a resolução tomada foi a de iniciar, ainda com poucos recursos, os trabalhos de tradução e de impressão. Em dezembro de 1882, Bagby escreve à Junta de Missões Estrangeiras informando que havia traduzido um catecismo batista para crianças e que estava traduzindo “A História dos Batistas”; e, em janeiro de 1883, Zachary Taylor fala a respeito do tempo dispensado a estas atividades, comunicando a impressão de “A Bíblia sobre o Batismo”, e de “O Manual de Eclesiologia”

⁶⁴.

Estabelecido o trabalho na Bahia, os missionários batistas começaram a traçar novos planos com o intuito de estender as suas atividades para outras regiões do Brasil e decidiram-se pela abertura de uma nova frente missionária no Rio de Janeiro (a capital do Império foi o local escolhido para tornar-se centro do trabalho de evangelização nas províncias do Sul). A Segunda Igreja Batista Nacional foi organizada por William Bagby naquele ano, na cidade do Rio de Janeiro e, ainda contando com a filiação de poucos membros brasileiros, preocupou-se com a criação de um periódico denominacional. Em 1885, sob a direção de William Bagby e contando com a colaboração do experiente obreiro nacional Antônio Neves de Mesquita (nome indicado para o cargo de redator) ⁶⁵, foi fundado o Primeiro Jornal Batista no Brasil. Dois folhetos publicados pela Missão do Rio de Janeiro “Quem é o povo Batista?” e “O que crêem os Batistas”, vieram a atrair a atenção da população local para a chegada deste grupo religioso à cidade e a despertar o seu interesse pelas suas crenças.

Liderados por Zachary Taylor, missionário fortemente comprometido com o desenvolvimento da atividade literária entre os batistas brasileiros, a Missão da Bahia

⁶⁴ Ibidem, p. 59.

⁶⁵ Antonio Neves Mesquita havia estado, por quatorze anos, a serviço de outro grupo protestante. Salomão Ginsburg. **O Jornal Batista**, 14 jul. 1929.

entrou em um novo período de crescimento, a partir de 1886 – a mensagem do evangelho estava sendo propagada pelo interior através da distribuição de folhetos e o número de pessoas que solicitavam discipulado e batismo aumentava consideravelmente⁶⁶. Em uma carta enviada aos Estados Unidos, em 1º de novembro de 1886, o missionário recém chegado à Bahia C Daniel, descreve o grande empenho do casal Taylor na realização do projeto na área de publicações:

Jamais vi pessoas tão sinceras, tão zelosas e tão ativas como o nosso bom irmão Taylor e sua nobre esposa... Quase não param de trabalhar o tempo suficiente para comer e dormir. Quando não estão visitando os irmãos e interessados, estão escrevendo folhetos ou traduzindo literatura religiosa para o português ⁶⁷.

O interesse particular dos Taylor pela obra de evangelização através da Literatura e a sua compreensão acerca do valor de um periódico na difusão de suas mensagens impulsionaram o surgimento, em 1888, do primeiro estabelecimento dentro do espaço físico da denominação destinado à impressão de folhetos, livros e de um Jornal – “O Echo da Verdade”. Com o auxílio dos batistas norte americanos e tendo contado com as contribuições de crentes nacionais, Taylor efetuou a compra de um antigo edifício que havia pertencido à Inquisição (localizado no Aljube), no qual instalou em um salão de 135m² de área uma oficina tipográfica e um grande depósito de livros. O autor David Mein escreve: “Daquela oficina saíram muitas obras de alto valor, que até hoje agem poderosamente a favor de nossa causa, como por exemplo o folheto “As Três Razões”; a obra do eminente professor belga Emilio Laveley, intitulado “O Futuro dos Povos Católicos e o Futuro dos Povos Civilizados”; o importante livro histórico “Origem e História dos Batistas”; “os Milagres de Jesus”; “O Governo da Igreja”, de Houvey; “A Apologética de Tertuliano”, etc.

⁶⁶ CABTREE, A. R. **Baptists in Brazil**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1953, p. 52.

⁶⁷ MEIN, David. **O que Deus tem feito**. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações da Convenção Batista Brasileira, 1982, p. 181.

A exemplo dos bons resultados alcançados com a fundação do Jornal “Echo da Verdade”, na Bahia, a missão do Rio de Janeiro recebeu um novo impulso ao crescimento a partir da primeira publicação do periódico “As Boas Novas”, em 1894. Idealizado por Salomão Ginsburg, o Jornal impresso na tipografia por ele estabelecida, na cidade de Campos, muito contribuiu para a expansão do trabalho missionário pelo interior do Estado. Em seu relatório anual à Junta de Richmond referente ao ano de 1894 o missionário fez as seguintes considerações:

Por um esforço particular, e sem qualquer auxílio de fora, montamos uma pequena tipografia, onde publicamos As Boas Novas, um pequeno jornal dedicado inteiramente a semear o evangelho. O Jornal é bem acolhido, e lido por muitas pessoas na cidade e arredores, e serve para preparar boa acolhida nos vários lugares para nossos mensageiros. O nosso Jornal foi escolhido como órgão oficial das igrejas batistas do sul do Brasil”⁶⁸.

A distribuição de bíblias e folhetos de evangelização, a tradução de obras clássicas do Protestantismo para o português e a publicação de periódicos estiveram entre as atividades exercidas com maior regularidade e empenho pelos missionários batistas, no período pioneiro. A imprensa Batista, desde os primeiros anos de sua atuação, desempenhou papel relevante no processo de desenvolvimento das Missões Protestantes em território nacional. Através da leitura do conjunto de suas publicações é possível constatar que o traço mais característico da literatura produzida encontra-se em seu conteúdo religioso e pode-se observar que, em grande parte de seus escritos, estão também presentes as suas convicções políticas, sobretudo no que se refere à defesa do princípio da separação entre o Estado e a Igreja. Em seus escritos, é recorrente a manifestação de sua crença no princípio da liberdade religiosa (as suas referências à necessidade de separação entre o Estado e a Igreja como único meio capaz de viabilizá-lo) e a posição assumida em defesa do direito ao livre-

⁶⁸ CABTREE, A. R. **História dos Batistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1937, p. 188.

acesso às Escrituras (que só poderia ser assegurado através da implantação de um programa eficaz de combate ao analfabetismo). A ausência da “experiência democrática”, a pouca familiaridade que com ela tiveram os brasileiros durante os primeiros anos República e as deficiências do Sistema educacional eram entendidas pelos missionários com um entrave ao desenvolvimento da Nação e dos indivíduos.

Ao discutir algumas das dificuldades enfrentadas pelos missionários naquele campo e ao apontar os problemas que se revelaram um entrave ao desenvolvimento do trabalho de evangelização realizado através da página impressa, A. R. Cabtree escreve:

The lack of education and the lack of experience in democracy are serious handicaps. Because of illiteracy even Christian people are limited in their ability to inform themselves on questions of Christian ethics, with a comprehensive understanding of issues that involve personal interests”. “Because of their neofeudalistic social structure the people have been trained for centuries to depend upon the solidarity of their political, religions or social group. Group solidarity depends on personal leadership, and the leader can easily develop into a dictator in religion as well as in politics⁶⁹

Até o ano de 1889⁷⁰, o Catolicismo havia sido a “Religião do Estado” no Brasil e como tal possuía sólidas bases de sustentação enquanto “Religião oficial”, exercendo influência determinante na vida cultural da Nação e dispondo de significativa representatividade política. Sob esta perspectiva e tendo em vista as críticas que os grupos protestantes receberam de representantes do clero Católico, veiculadas através da Imprensa (os confrontos ideológico – doutrinários que se deram através dos jornais), é possível afirmar que o espaço de discussão criado (onde muitos destes debates foram travados) possibilitou

⁶⁹CABTREE, A. R. **História dos Batistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1937, p. 188.

⁷⁰ Em 7 de janeiro de 1892 foi decretada a liberdade de cultos e a separação entre Igreja e Estado. A participação da Imprensa na luta pela preservação deste direito foi intensa. Mein, David. **O que Deus tem feito**. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações da Convenção Batista Brasileira, 1982, p. 182.

aos missionários batistas a abertura de um importante espaço para a exposição de suas idéias.

Após a instauração da República, importantes reformas no âmbito da religião foram corroboradas com a Promulgação da Constituição de 1891 e, ainda que grande parte da população não estivesse preparada para aprovar a decisão que instituía definitivamente a liberdade de culto, a maioria dos intelectuais brasileiros de inclinação liberal incluíram nas pautas de seus discursos a crítica contra a prática da intolerância religiosa. Contudo, ainda em 1897, quase uma década após a Proclamação da República, pode-se verificar no discurso de alguns clérigos católicos uma deliberada inconformação com os plenos direitos legados aos pregadores protestantes de ministrar os seus ensinamentos à população e pode-se identificar a persistência da acusação de que os evangélicos utilizavam Bíblias Falsas. O episódio narrado a seguir, ilustra o empenho dos missionários em prestar esclarecimentos à população local acerca de seus princípios religiosos e destaca o modo particular com que muitas vezes fizeram frente às acusações sofridas. Muitos dos episódios registrados na história da denominação no Brasil revelam que os batistas se utilizaram dos órgãos da Imprensa como estratégia de resistência e souberam conduzir discussões polêmicas de forma a conquistar a simpatia de muitos leitores.

O redator de a Era Nova, uma folha clerical em Pernambuco, era inimigo ferrenho dos evangélicos. Dirigiu uma campanha agressiva contra os protestantes, lançando um libreto contra as Bíblias Falsas, e afirmando que eram mutiladas, alteradas e corrompidas... Pelas colunas do O Jornal do Recife, na secção pega, o missionário respondeu às acusações padrescas, desafiando os acusadores a provar tais acusações... A polemica despertou o interesse do povo de uma maneira extraordinária, e o publico acompanhou com sofreguidão os argumentos. Um semanário livre e humorístico trazia diversas caricaturas, salientando a natureza da controvérsia e revelando espírito de imparcialidade, senão de simpatia para com os protestantes.

Até o ano de 1900 não havia um órgão capaz de servir a toda a denominação (os jornais existentes exerciam influência apenas ao nível regional). No início do século XX, os missionários William Bagby, Salomão Ginsburg, Zachary Taylor e J.J. Taylor, reuniram-se no Rio de Janeiro com o propósito de discutir a possibilidade de criação de uma “Casa Publicadora” que atendesse a demanda nacional de trabalhos na área de publicações. O encontro resultou na decisão de colocar em prática o plano de unificar os periódicos estaduais “O Echo da Verdade” e “As Boas Novas” e publicar um periódico capaz de coordenar os trabalhos de evangelização e catequese realizados nas diferentes frentes missionárias abertas no país.

A utilização de um veículo de comunicação de alcance nacional tornara-se necessário à evangelização dos não-crentes, à instrução dos fiéis, e à veiculação dos planos e atividades de todas as igrejas batistas, sendo considerada medida indispensável ao processo de desenvolvimento da “consciência denominacional”. Na edição comemorativa do centenário da Independência, Salomão Ginsburg aborda o tema do surgimento da Imprensa Batista no Brasil e indica as razões da criação de uma “Casa Publicadora” e de um Jornal Batista de caráter nacional:

Nessa reunião ficou deliberado criar uma casa publicadora e um jornal batista de caráter nacional que tivesse o prestígio denominacional. A criação desse jornal tinha-se tornado uma grande necessidade, por três motivos principais: a necessidade da evangelização, necessidade de instruir os crentes e necessidade de defender a causa Batista.

A concordância em torno da idéia de que a centralização da atividade de publicações contribuiria para o crescimento significativo das igrejas em diferentes localidades do Brasil, possibilitou a imediata aprovação do projeto e a sua rápida implantação. Foi decidido que seriam pedidas ofertas mensais às igrejas para o sustento do novo jornal, e

que seriam fundidos “O Echo da Verdade” e “As Boas Novas”, periódicos que haviam sido publicados por iniciativa particular dos missionários Zachary Taylor e Salomão Ginsburg. Ginsburg faz menção à importância dos serviços prestados à causa batista por estes periódicos, descreve a sua influência como “mais regional do que geral” e reafirma a necessidade de concentrarem esforços na criação de um único órgão. Os recursos materiais existentes nas tipografias de Salvador e de Campos seriam transferidos para a recém-criada sede da Imprensa Batista, no Rio de Janeiro:

D’As Boas Novas, de Campos, vieram uma certa quantidade de folhetos algumas caixas de tipos e um prelo manual. A redação d’A Nova vida, na Bahia, tinha uma imprensa, adquirida com o producto de dádivas que o saudoso irmão Z. C. Taylor havia angariado entre amigos dos Estados Unidos, mas a maior parte talvez com sua propriedade particular. Esta imprensa o irmão Taylor vendeu, entregando o producto, cerca de uns sete contos, ao irmão Entzminger”⁷¹.

Em 1901, sob a direção do missionário William Edwin Entzminger, foi criada a “Casa Editora Batista” – órgão responsável pela publicação do Jornal de mesma designação, que viria a se tornar instrumento decisivo na difusão dos princípios evangélicos no Brasil. A indicação do nome de Entzminger para os cargos de redator do Jornal Batista e diretor da Casa Publicadora se deve ao grande prestígio que possuía no meio evangélico devido a sua erudição teológica e ao fato de ter demonstrado um particular interesse pelo estudo da Língua Portuguesa, revelando-se um publicista habilidoso.

O primeiro exemplar do Jornal entrou em circulação em 10 de janeiro de 1901, e exibiu em suas quatro páginas de apresentação o esboço dos planos futuros e objetivos que norteariam a execução deste trabalho: O propósito de fornecer ao público leitura proveitosa e instrutiva, através da publicação de artigos que abordassem assuntos variados; Trazer em

⁷¹ Salomão Ginsburg. **O Jornal Batista**, 7 set. 1922.

cada número, artigo que contenha a exposição do ponto de vista dos redatores com o intuito de aprofundar as bases de sua formação teológica (trazer em cada número o esboço de um sermão; expor e defender assiduamente as doutrinas batistas; discutir a questão religiosa no Brasil e no mundo e abrindo espaços para a participação do público; colher e divulgar informações sobre as atividades das igrejas batistas de todas as regiões do país e as mais importantes notícias sobre o movimento evangélico no Brasil e no exterior. Porfim, realçar o dever do crente de evangelizar a todos os povos e nações.

O primeiro exemplar de o Jornal Batista (publicado no dia dez de janeiro de 1901) apresenta em seu editorial uma saudação à nação brasileira, manifesta a natureza e o propósito deste periódico denominacional e estende à imprensa evangélica e a todos os crentes do país o convite de participação em seu projeto - *"Saudamos a todos os sinceros crentes em Jesus, sejam quais forem seu nome e seu grêmio, rogando-lhes que se edifiquem fervorosamente para que a Terra do Cruzeiro do Sul seja, quanto antes, anexa ao reino de Cristo"*. Ao mesmo tempo em que o artigo inaugural anuncia que o periódico se encarregará da transmissão das convicções religiosas da denominação batista (... *"é licito senão obrigatório que o órgão de uma denominação tenha título que denuncie abertamente o seu caráter distintivo..."*), aponta o caráter não - exclusivista do mesmo, assegurando a seus leitores que o Jornal será um veículo de comunicação da mensagem evangélica, por excelência.

No editorial comemorativo do primeiro ano de sua existência (03/01/1902) são dirigidos à imprensa evangélica e secular, a todos os cristãos evangélicos do Brasil (e ao povo brasileiro em geral), novas saudações e agradecimentos. Os redatores expressam a sua apreciação pela boa receptividade que o Jornal teve junto às comunidades evangélicas,

agradecendo as manifestações de simpatia recebidas através de correspondências enviadas por diferentes grupos protestantes. - *"Estamos summamente gratos pela franca sympatia que o Jornal Batista tem adquirido entre os crentes; disto temos prova na inumeras correspondências que temos em mãos (...) a sympatia daqueles que tem conosco o mesmo Mestre!*. A exemplo do que foi exposto no editorial inaugural de 1901, reafirma-se o propósito de tornar o Jornal Batista "o paladino de suas doutrinas" e o objetivo de produzir "uma literatura variada, instrutiva e edificante", tendo em vista a concretização de sua maior finalidade: a propagação do evangelho e a promoção do bem-estar material, moral, intelectual e espiritual do povo brasileiro. O artigo apresenta novamente um convite a todos os evangélicos que desejam cooperar com a redação do jornal, solicitando que lhes enviassem artigos de interesse geral (bem redigidos e articulados) e textos de fundamentação teológica embasados em seus conhecimentos das Escrituras e em sua experiência religiosa .

Aproveitamos o presente ensejo de convidar nossos irmãos a mandarem artigos de colaboração. Queremos artigos de actual e palpitante interesse para crentes e para incrédulos, baseados sobre as experiências dos crentes, sobre a vida prática e sobre a interpretação das passagens bíblicas.

A Imprensa Batista, embora idealizada por missionários americanos da denominação, contou, desde os seus primeiros anos, com a colaboração de inúmeros evangélicos brasileiros e com o apoio de outros grupos protestantes. Apesar da aceitação que tiveram no meio evangélico, enfrentaram as críticas de alguns opositores, que se referiram ao Jornal como um porta-voz das idéias de um "grupo sectário, ou como um "órgão de propaganda do americanismo". Observa-se no texto o seu descontentamento com estas acusações e a iniciativa de prestar esclarecimentos a seus leitores, à medida que procuram demonstrar o equívoco destas colocações:

Porém, uma coisa nos desagrada, referimo-nos ao modo de pensar de alguns acerca desta folha: que não é ella do povo, dos nossos irmãos em geral, mas do redactor e de alguns de seus colegas. E, até os ha que chamam esta folha de Jornal Americano!... Ora, semelhante idéia não

tem razão alguma de ser, visto não ser esta folha órgão de propaganda do americanismo, mas simplesmente do Evangelho de Cristo, daquele que não é mais norte-americano do que brasileiro.

O Jornal Batista apresenta a sua proposta de trabalho a partir da declaração de um compromisso inexorável com a "verdade" (... *"a verdade, toda a verdade e simplesmente a verdade..."*), afirma que para o cumprimento de sua missão necessita do apoio "de todas as pessoas de bem" e descreve o caráter universal de seu credo, argumentando que ele abrange a todas as pessoas do mundo que crêem em Jesus Cristo. Embora auto-definido como um órgão das Igrejas batistas brasileiras, o Jornal manifesta abertamente a intenção de contribuir com o avanço do movimento evangélico no país e se dispõe a veicular notícias sobre o progresso das missões implantadas por outras denominações protestantes e de acompanhar o seu crescimento e consolidação no Brasil.

O projeto de criação de um Jornal de alcance nacional objetivava que este veículo funcionasse como um espaço de edificação dos evangélicos novos-convertidos (procurando lhes proporcionar uma boa formação teológica) e de evangelização dos adeptos de outras religiões; que promovesse integração das congregações batistas afastadas dos grandes centros (de forma mais dinâmica do que as visitas dos missionários dificultadas pelas grandes distâncias); que divulgasse notícias referentes às questões administrativas e às decisões ministeriais; e que informasse os seus leitores sobre os planos de expansão e de cooperação interna e interdenominacional.

As premissas teológico-doutrinárias em que se fundamentava o pensamento batista e as bases de organização com que eram formadas e administradas as suas congregações estão presentes em inúmeros artigos publicados entre os anos de 1901 e 1922. Através de sua leitura, pôde-se apreender alguns dos principais elementos constitutivos de seu credo, em

torno dos quais, foi sendo engendrada a “consciência denominacional” entre os batistas brasileiros. A mais conspícua das convicções batista está na crença do batismo de crentes adultos, por imersão. O batismo era entendido pela denominação como a marca distintiva do cristão, o testemunho público de que a sua fé se fundamentava nos ensinamentos de Cristo e de que a sua conversão havia se dado a partir da mais profunda compreensão de sua morte sacrificial e ressurreição. O ato do batismo deveria significar a morte do “velho homem” e o despertar para uma nova vida, devendo estar em consonância com o seu significado simbólico.

Através do exame de diferentes passagens bíblicas que relatam a prática do batismo e descrevem o seu procedimento, o autor do artigo selecionado (publicado em 30 de novembro de 1905) propõe aos leitores que ponderem sobre a sua importância, apontando-lhes as razões de suas considerações, através da citação de textos bíblicos:

- 1) Porque Jesus ordenou a prática desta cerimônia deixando-se batizar por João Batista nas águas do rio Jordão. Marcos 1:9
- 2) Porque Jesus, ao dar o primeiro exemplo, sancionou de modo evidente que o batismo é uma ordenança celestial. Mateus 3:18
- 3) Porque o Espírito Santo demonstrou a sua aprovação deste ato, descendo sobre Jesus e ungindo-o com O Messias e Salvador. Marcos 1:10
- 4) Porque a ordenança do Batismo foi expressamente sancionada por Deus: “E ouviu-se uma voz dos céus, que dizia: Tu és o meu Filho amado em quem me comprazo”. Marcos 1:11
- 5) Porque Jesus ordenou o batismo de seus seguidores. João 3:22; 4:2

- 6) Porque no dia de sua ascensão aos céus Jesus ordenou a observância do batismo com as seguintes palavras: “É-me dado todo o poder no céu e na terra. Portanto ide, ensina e todas as nações batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”. Mateus 28:18-20
- 7) Porque o batismo cristão é o símbolo que representa o fato mais importante da vida do cristão: a sua fé na morte e ressurreição de Cristo. Romanos 6:3-4
- 8) Porque ele expressa a obtenção da graça mais preciosa que o crente pode alcançar: a remissão de seus pecados por meio de sua fé em Cristo. Atos 2:38; I Coríntios 1:12-13
- 9) Porque o batismo não é limitado a um período de tempo ou a uma determinada nação: deve ser ministrado em todos os que crêem em Jesus. Mateus 28:19-20
- 10) Porque o Evangelho ensina a obediência ao batismo como obediência aos mandamentos divinos. Atos 2:41; Gálatas 3:26-27; Atos 16:32-34

Os batistas insistiam na administração do batismo realizada através da imersão do crente nas águas, reconhecendo-a como a forma apostólica desta cerimônia. Na secção “*Notas Editorais*” de 11 de junho de 1914, o batismo é descrito como um mandamento divino, ordenado por Deus para ser observado pelos crentes e que como tal não pode ser mudado nem modificado. Quanto a sua forma e a sua simbologia, os batistas declaram:

Cremos desnecessários outros exemplos para corroborar a nossa asserção, que Deus estabeleceu um só batismo, e este de imersão ...”. Que symbolo encantador nos apresente este baptismo bíblico, o baptismo estabelecido por Deus e praticado por Jesus e tão claramente definido nas Escripturas! Figurativamente sepultado e ressuscitado n’essas águas baptismaes, o candidato proclama a todos a sua fé na morte e ressurreição de Cristo”.

No artigo anteriormente citado, “A importância do Batismo”, faz-se uma alusão a outros grupos protestantes que não adotam a imersão como forma de batismo referindo-se ser

como: *“Muitos christãos, pios e sinceros, consideram sempre o baptismo christão, isto é, a imersão dos crentes, com um acto de nenhuma importância porque elle não salva”*.

O texto apresenta esta forma de administração do batismo – a imersão - como prática que se encontra em maior concordância com as Escrituras e ressalta a necessidade de sua observância sem definí-la como uma pré-condição referente a salvação do crente, mas como a demonstração de sua obediência irrestrita às ordenanças divinas. A articulação do texto se deu de modo a suscitar uma reflexão acerca da necessidade de preservação por parte de todos os cristãos, da forma original de ministração do batismo contida nas Escrituras.

Os batista adotam, na administração de suas igrejas, uma "democracia representativa" de caráter congregacional que se baseia no respeito à liberdade do indivíduo. O reconhecimento da igualdade de direitos entre todos os membros da congregação (que tem origem na crença no sacerdócio universal de todos os crentes) possibilita aos fiéis que não possuem cargos de liderança opinar e tomar decisões em assuntos de interesse da comunidade. O quadro de membros deve ser composto por indivíduos que tenham dado testemunho evidente de sua conversão e que tenham se colocado sob a exclusiva autoridade de Cristo (aos pastores e diáconos são delegados responsabilidades especiais, desde que em conformidade com as decisões tomadas por consenso geral).

Pelo princípio da independência da Igreja local, os batistas sustentam a autonomia de todas as congregações que constituem o corpo da denominação no âmbito nacional, mas valorizam as iniciativas das igrejas locais em testificar a sua "união em Cristo" com outras congregações através dos trabalhos de cooperação viabilizados pela formação de

associações e convenções. Estas congregações acabam por se filiar a corpos corporativos - associações regionais, convenções estaduais ou nacionais - para onde são enviados os representantes ("delegados" e "mensageiros") das igrejas integrantes. Existe uma tendência em se multiplicar o número de setores administrativos dentro destes sistemas de associação através da especialização por área de atividades (como por exemplo, a criação da Junta de Missões nacional e Junta de Missões estrangeiras, a Junta Patrimonial ou a Junta de Educação e da Casa Publicadora Batista).

A Primeira Assembléia Convencional – A Primeira "Convenção Batista Brasileira" - foi realizada entre os dias 22 e 27 de junho de 1907 em Salvador (o local foi escolhido com a finalidade de prestar uma homenagem aos fundadores, líderes e membros da Primeira Igreja Batista do Brasil). A decisão de implantar o modelo convencional tinha como propósito estreitar os laços de solidariedade, estabelecer novas formas de cooperação entre as missões regionais, convergindo esforços para a realização de metas comuns. A institucionalização das formas de associação entre os batistas brasileiros indicam que a defesa do princípio da total autonomia das igrejas locais não excluía a compreensão de que se tornara necessário, a arregimentação e cooperação entre as diferentes frentes missionárias através da criação deste órgão normativo.

A organização da 1ª Convenção Batista Brasileira foi um grande acontecimento, que marcou a comemoração dos vinte e cinco anos da fundação do trabalho batista em território nacional. O Jornal Batista registrou, ao longo destes anos, todas as reuniões que se seguiram a este evento inaugural. Conforme pode-se verificar através da leitura do artigo "A Convenção e as Missões Estrangeiras" (do dia 24 de junho 1914), no item "A Convenção e as suas decisões", os batistas brasileiros acreditavam que as deliberações da

Convenção Nacional não representavam entrave algum à observância do princípio da independência das igrejas locais e sim uma avanço com relação ao fortalecimento de seu potencial de expansão, através da concretização de sua vocação missionária. Quando se anunciava a Convenção no Jornal Batista, uma das mais freqüentes razões apontadas para a sua realização era a possibilidade de ampliação do campo missionário:

Talvez fosse bom e útil não ribombarmos demais na independencia das egrejas baptista; não ha indício algum que a independencia das egrejas perigue; não há nenhum movimento de absorpção ... As decisões da Convenção não são ffetivamente leis, mas são a somma de combinações no grande empreendimento da causa de Deus... todos nos devemos crer que aquilo é melhor que se tem podido fazer no grande empreendimento da evangelização nacional e mundial.

A Convenção Batista brasileira correspondeu às expectativas da propaganda veiculada no Jornal ao criar duas Juntas Missionárias: a Junta das Missões Nacionais e a Junta das Missões Estrangeiras, com a inauguração dos trabalhos de evangelização no Chile e em Portugal. O Jornal Batista colocou-se a serviço destas campanhas, encarregando-se da promoção destes programas de abertura de novas frentes missionárias tanto no Brasil como no exterior. Este periódico demonstrou, assim, a sua força e importância como formador de opinião do público batista, contribuindo para uma ampla concordância em torno da idéia de que a Convenção Batista Brasileira deveria unir os batista de todos os Estados em pról da concretização de seu ideal missionário (do mesmo modo em que favorecia a coesão deste grupo religioso ao promover a união de seus diferentes membros na defesa de princípios e na crença de doutrinas comuns).

No artigo intitulado "A propaganda Baptista Nacional", publicado em 24 de junho de 1914, estão enunciados alguns dos objetivos que norteavam a realização da Convenção Batista Brasileira:

O objectivo que caracteriza a Convenção Baptista Brasileira é a vocação voluntaria das egrejas das sociedades e dos indivíduos que a compõem, para os fins de instrução e evangelização, não somente da Patria, mas também no estrangeiro. Os baptistas realizam essas reuniões anuaes para trocarem idéas e a accordarem quanto à obra practica de extender o reino de Deus por toda a parte. Nessas assembleas os baptistas discutem e adaptam os meios practicos de effectuarem a sua evangelização. Tendo a mesma doutrina e o mesmo sentimento as egreja combinam voluntariamente, e de um modo fraternal, para levarem ávante a causa do Mestre.

O maior serviço prestado pela Casa Publicadora Batista, sobretudo durante os primeiros anos da implantação do trabalho batista no Brasil, foi a publicação deste periódico que desempenhou papel relevante no processo de formação de uma “identidade batista” entre os membros da denominação, em sua maioria constituídas por brasileiros recém convertidos ao protestantismo. O Jornal batista atuou, nestes primeiros anos como um “catalisador” das maiores aspirações e dos interesses comuns a todos os batistas brasileiros. A finalidade de sua criação é descrita por A. C. Cabtree :

Fundiram-se os dois jornais prestantes em um de carácter geral a fim de veicular os interesses, os planos, os esforços e as atividades de todas as igrejas e todos os batistas brasileiros em particular, a grandeza da herança Baptista e a magnitude de sua missão.⁷²

A criação de um único Jornal, de carácter geral, tinha como objetivo promover a expansão dos trabalhos de evangelização e catequese e “consolidação do espírito denominacional” entre os fieis, através da veiculação de matérias que traziam do conhecimento do leitor importantes fatos referentes ao desenvolvimento histórico deste grupo religioso, forneciam informações sobre os planos traçados e as atividades realizadas pelos congregações batistas de todo o Brasil e apresentavam uma grande variedade de estudos apologéticos realizados com base no corpo doutrinário da denominação.

⁷² CABTREE, A. R. **História dos Batistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1937, p. 9.

Os primórdios da história dos batistas brasileiros está presente em grande parte dos artigos publicados nestes primeiros anos, de modo que a sua leitura possibilita ao leitor a compreensão de aspectos significativos dos desafios enfrentados pelos missionários pioneiros (que estão relacionados ao próprio processo de inserção do protestantismo no Brasil) e lhes permite recuperar, através dos episódios relatados, muitas de suas lutas, aspirações e realizações. O Jornal Batista pode ser considerado valioso documento para a realização de pesquisas e estudos referentes à gênese do movimento protestante no Brasil, uma vez que não registrou somente os acontecimentos que fizeram parte do processo de penetração e expansão do movimento batista, mas divulgou as notícias referentes aos avanços alcançados por outros grupos protestantes e, discutiu de maneira mais abrangente, as transformações que ocorriam em nosso sistema religioso.

O Jornal Batista prestou importante contribuição à expansão do movimento evangélico no Brasil, o que compreendia a instauração de um novo sistema de crenças e a introjeção de um conjunto de valores, símbolos e atividades mentais, cujas peculiaridades não estiveram restritas somente ao campo religioso mas exerceram papel decisivo no surgimento de um novo modelo ético-social. Entre os valores que pretendiam consolidar na sociedade brasileira, deu-se grande ênfase ao valor da instrução, destacando a importância da leitura individual da Bíblia e de seu livre-exame enquanto elemento indispensável à edificação espiritual, e testemunho da fé da reformada.

A este órgão foi atribuída grande credibilidade, no meio batista, sendo o mesmo reconhecido como um veículo formador de opinião detentor de autoridade corroborada pelas bases teológico-doutrinárias em que se assentavam as suas posições político-ideológicas. Entre os principais pressupostos básicos de sua função existencial estava a

preocupação em encontrar o ponto de equilíbrio entre o pleno exercício das atividades jornalística – a contínua preservação do zelo com a veracidade e objetividade das informações transmitidas – e o fervor religioso manifestado claramente não apenas em sua secção editorial mas também na própria forma de articulação e argumentação presentes em um grande número de matérias.

O Jornal Batista procurou analisar os acontecimentos de natureza sócio-cultural e política, reconhecendo abertamente o objetivo de orientar os seus leitores a partir de uma interpretação não dissimulada dos fatos, segundo as suas posições ideológicas e convicções religiosas. A sua linha editorial, visava aprofundar o conhecimento acerca dos valores e doutrinas historicamente defendidas pela denominação batista favorecendo, assim a auto-compreensão do grupo e o fortalecimento da “consciência denominacional”. A linha interpretativa do Jornalismo de que fez uso o Jornal Batista caracteriza-se pelo aprofundamento da informação; o recurso era empregado com o intuito de conferir ao fato-notícia embasamento teórico na utilização de conceitos formulados a partir dos preceitos religiosos sustentados pela denominação.

A elaboração dos textos se dava através da exposição de argumentos desenvolvidos com base na referência a um princípio ou tema bíblico pertinente ao assunto em pauta. A página editorial consubstanciava o conceito padronizado do conjunto de opiniões que distinguiram o ideário batista das demais denominações protestantes. As idéias, os argumentos e as críticas contidas no conjunto dos artigos analisados marcam a posição do Jornal e apresentam um forte teor religioso na interpretação dos fatos e notícias veiculadas. Os editoriais examinados podem ser qualificados como textos jornalísticos opinativos, portadores de uma linguagem voltada ao doutrinamento e ao aprofundamento do

conhecimento bíblico, quer se trate ou não da exegese ou de estudos apologéticos. Ao abordar assuntos de natureza não-religiosa, sejam eles destinados a discutir a realidade nacional ou os acontecimentos do mundo contemporâneo, de maior ou menor relevância, faz-se de alguma forma presente o ponto de vista deste veículo.

O seu traço estilístico peculiar é a linguagem permeada pelos elementos constitutivos do discurso religioso de orientação protestante, que tem no interlocutor a possibilidade de realização da principal vocação do crente: a propagação da fé cristã (o que, em última instância, implica a transformação dos valores e o surgimento de uma “nova mentalidade”). Procurou-se, ao longo da presente pesquisa, observar o processo de formação do pensamento batista brasileiro e para realização de tal propósito, foram estudados variados aspectos do contexto histórico em que se desenvolveu. Tratando-se de um órgão oficial das igrejas batistas, o Jornal abordou, ainda que superficialmente, as transformações ocorridas no cenário sócio-político e cultural no âmbito nacional e internacional – os movimentos seculares, que nesta época determinaram importantes mudanças na sociedade brasileira e no mundo.

O Jornal Batista figura como um dos mais importantes centros de produção do pensamento batista brasileiro e, através do exame dos artigos selecionados durante as duas primeiras décadas da República, pôde-se constatar que a sua teologia preservou uma certa coesão doutrinária, a partir da adoção do modelo confessional americano que apresenta o conceito de igreja como uma comunidade democrática e autônoma, constituída por indivíduos que passaram pela experiência da conversão e do batismo segundo o modelo neo-testamentário; o princípio da absoluta liberdade de consciência e do postulado da completa separação entre Estado e Igreja que deu origem ao corolário sócio-religioso que sustenta a

defesa das práticas democráticas em sua instância individual e social; o sistema administrativo congregacionalista (o princípio da cooperação e associação voluntária); a aceitação da Bíblia como única regra de fé e conduta e a fidelidade à doutrina do comissionamento apostólico – “the Great Commission” – que sintetiza o pensamento batista acerca do “ideal missionário”, preconizado por este periódico denominacional, ao longo de todas as atividades jornalísticas por ele desenvolvidas : “*Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo*”⁷³.

⁷³ Mateus. Português. In: **A Bíblia Sagrada**. Traduzida João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. p. 44. Bíblia. N.T.

2 A REFORMA PROTESTANTE “EM MANCHETE” NO JORNAL: RECUPERAÇÃO DAS TEMÁTICAS CENTRAIS DO PROTESTANTISMO E VALORIZAÇÃO DA FIGURA DOS REFORMADORES COMO INSTRUMENTO DE DIVULGAÇÃO.

2.1 ALGUNS APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O SURGIMENTO DO HUMANISMO, A DESCOBERTA DA IMPRENSA E O ADVENTO DA REFORMA RELIGIOSA DO SÉCULO XVI.

O aperfeiçoamento das técnicas na fabricação do papel, o refinamento da produção de tintas e a implementação do processo tipográfico com o surgimento da impressão xilográfica (introduzidos na Europa a partir do século XII)⁷⁴, forneceram o aparato técnico, o qual associado ao gênio inventivo de Gutenberg, e a crescente demanda por material escrito no continente europeu, favoreceram a criação de um invento revolucionário: a imprensa. A descoberta de um novo método de impressão que inaugurava o uso de caracteres móveis, no ano de 1450, é creditada a Johannes Gutenberg e reputada como gênese do “movimento de comunicação de massas”, por tratar-se da invenção do prelo: primeira máquina tipográfica capaz de realizar a rápida difusão da informação, a partir de

⁷⁴ A literatura acerca dos primórdios da imprensa reconhece a primazia dos chineses no desenvolvimento das técnicas rudimentares de impressão que antecederam e lançaram as bases para a invenção, na Europa, da prensa tipográfica de caracteres móveis cunhados em chumbo fundido. O primeiro livro impresso de que se tem conhecimento é um texto búdico produzido xilograficamente na China, em 868 d.C. Os primeiros xilógrafos encontrados na Europa remontam o último quartel do século XIV e são produtos de “indústrias” operantes na região renana e nos estados franco-flamegos. A técnica gráfica utilizada era muito elementar, compreendendo apenas o uso de pedaços de madeira e de facas para se reproduzir, em papel ou pergaminho, imagens religiosas (eram simples estampas que logo foram sucedidas por libretos xilográficos, onde textos religiosos apareciam ao lado da ilustração). As evidências indicam que os primeiros impressos não saíram das oficinas xilográficas porque foram uma inovação realizada por profissionais da metalografia. Mas a importância dos trabalhos realizados por xilógrafos no processo de aperfeiçoamento das técnicas gráficas, os quais levaram à modernização dos procedimentos de impressão, é reconhecida por diversos pesquisadores. Febvre argumenta: *“Não que o livro impresso nada deva ao xilógrafo. A vista das gravuras e dos textos gravados em madeira pôde tornar mais tangíveis as possibilidades que oferecia o papel para a reprodução industrial dos textos. Sem dúvida, também o sucesso dos xilógrafos permitiu antever o sucesso que obteria um procedimento mais aperfeiçoado”*. FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Unesp e Hucitec, 1992. p.75.

uma única matriz, para uma ampla rede de receptores. Como um desdobramento desta inovação tecnológica, teve início uma nova etapa na história da cultura na qual se tornou possível a disseminação, em larga escala, do saber institucionalizado através do livro impresso – implemento que tornou exequível a divulgação da informação a um maior contingente populacional, efetuada em proporções e velocidade inauditas⁷⁵.

Não obstante a controversa discussão historiográfica acerca da precisão da periodização tradicionalmente reconhecida como a data em que a imprensa teria sido criada (o ano de 1450), e a própria atribuição a Gutenberg do mérito de sua invenção, pode-se dizer que existe um certo consenso em torno da idéia de que, antes do ano de 1440, Johannes Gutenberg tenha passado a empreender a fabricação de um equipamento, cujas peças teriam sido criteriosamente dispostas de modo a tornar o processo de impressão tipográfica mecânico; agregando, de forma inédita, técnicas desenvolvidas com base em um conhecimento acumulado ao longo de vários séculos. De acordo com o historiador britânico SH. Steinberg, Gutenberg não foi "o primeiro" a perceber as potencialidades da indústria da produção literária em grande escala e o autor sugere que o desenvolvimento de seu método de impressão teria sido impulsionado pelo fato de o comércio da multiplicação de textos ter se tornado um negócio vantajoso, desde a primeira metade do século XV. Steinberg acrescenta que não foi nem mesmo o caráter inovador da técnica de reprodução mecânica de textos que fez de sua descoberta um acontecimento decisivo na história da civilização: o aspecto mais original deste novo procedimento teria sido a sua capacidade de possibilitar, com enorme rapidez, “a edição, reedição e correção de um texto” - ao menos

⁷⁵ Em artigo intitulado “Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Era Moderna”, Peter Burke apresenta alguns dados estatísticos para quantificar esta escala, referindo-se às mudanças ocorridas no início da “Era da Comunicação na Modernidade”. No ano de 1500, havia impressoras em mais de 250 centros europeus e elas já haviam produzido cerca de 27mil edições. Ao fazer a estimativa aproximada de 500 exemplares por edição, conclui que deveria haver algo em torno de 13 milhões de livros em circulação no ano de 1500, quando a Europa contava com uma população de 100 milhões de habitantes. BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Era Moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n 44, Jan-Abril 2002.

em tese, de modo idêntico em cada cópia. Todavia, não teria sido somente as técnicas de produção e o mercado livreiro que haviam sido revolucionados pelo uso de tipos móveis; para Steinberg, a grande proeza de Gutenberg reside no fato de seu invento ter deixado marcas indeléveis no mundo da cultura, instituindo novos paradigmas no campo das comunicações⁷⁶.

Nos discursos de variados pesquisadores da história da comunicação prevalece a máxima de que a imprensa teria atuado como um agente catalisador das mudanças em curso em diferentes setores das sociedades européias que se encontravam, naquele momento histórico, em um período de grande efervescência cultural, caracterizado pela revivência dos modelos clássicos nas artes e nas letras. A despeito do fato de a Renascença ter se iniciado na Itália, antes mesmo que a imprensa tivesse sido inventada em Mainz⁷⁷, a tipografia desempenhou papel crucial nas transformações que se sucederam no domínio da cultura ao longo do Renascimento e durante todo o movimento de renovação social, que em toda a sua pluralidade, marcou este período de transição entre o fim da Idade Média e o advento da Era Moderna⁷⁸. Sobre a abrangência da metamorfose interior do homem da Renascença, Erwin Panowsky a dimensiona como uma experiência intelectual e emocional pelo conteúdo, mas quase religiosa pelo seu caráter e significação:

⁷⁶ STEINBERG, S. H. **Five Hundred Years of Printing**. Nova Iorque: Penguin Books, 1979, p.22.

⁷⁷ EISENSTEIN, Elizabeth L. **A Revolução da Cultura Impressa. Os Primórdios da Europa Moderna**. Editora da Universidade de Cambridge, 1983, p.130.

⁷⁸ Segundo Erwin Panowsky, em *Renascimento e Renascimentos na Arte Ocidental*, a ciência moderna tem se tornado cada vez mais reticente com relação à periodização da história. Durante os últimos cinquenta anos, a problemática da periodização do Renascimento tornou-se uma das questões mais debatidas da historiografia e a própria palavra Renascimento, derivada do francês *Renaissance* - “revivência de alguma coisa em um dado tempo” – ganhou um sentido mais específico, passando a significar “a revivência de todas as coisas num período determinado, que supostamente antecedeu e anunciou a Idade Moderna”. No texto acima, o autor conceitualiza a palavra Renascimento como um movimento nas artes visuais que teria se iniciado na Itália, na primeira metade do século XIV, e que teria alargado as suas “tendências claussicizantes”, em todas as atividades culturais, propagando-se para o resto da Europa, no século XV. PANOWSKY, Erwin. **Renascimento e Renascimentos na Arte Ocidental**. São Paulo: Presença, 1987, p.17-69.

[...] as antíteses entre a escuridão e a luz, o torpor e o despertar, a cegueira e a vista, que serviam para distinguir a nova era do passado medieval, eram tiradas da Bíblia e dos Santos Padres; e não menos óbvias são as origens e conotações religiosas de palavras como *revivere*, *revivescere* e, sobretudo, *renasci*⁷⁹.

A nova técnica de impressão revelou o seu potencial transformador de modo *suis generis* na vida intelectual européia, ao dinamizar o ritmo do processo de cristalização de uma “nova mentalidade”, sintetizada a partir da ocorrência do fenômeno de “revivescência” dos padrões estéticos e dos valores da cultura clássica, o qual havia determinado a tomada de uma visão antropocêntrica do mundo, manifesta no imaginário por meio da exaltação da faculdade criadora do homem e de suas potencialidades físicas, intelectuais e espirituais - a nova significante do humanismo que orientou a cultura renascentista. Os humanistas, conquanto fossem em sua maioria pensadores que professavam a fé cristã, nutriam grande admiração pela cultura que havia se processado na Antiguidade, em meio às sociedades adeptas do paganismo, adotando uma nova postura ideológica marcada pelo reposicionamento do lugar ocupado pelo homem dentro da cosmogonia medieval. Nicolau Sevcenko comenta:

Os humanistas, num gesto ousado, tendiam a considerar como mais perfeita e mais expressiva a cultura que havia surgido e se desenvolvido no seio do paganismo, antes do advento de Cristo [...] Não quer isso dizer que os humanistas fossem ateus, ou que desejassem retornar ao paganismo. Eram todos cristãos e apenas desejavam reinterpretar a mensagem do Evangelho a luz da experiência e dos valores da Antiguidade. [...] Por isso, a especulação em torno do homem e de suas capacidades físicas e espirituais se tornou a preocupação fundamental desses pensadores, definindo uma atitude que ficou conhecida como Antropocentrismo⁸⁰.

⁷⁹ Erwin Panowsky, *op. cit.*, pp. 63-64. Já na definição de Burckhardt, o Renascimento representa uma época em que foram priorizados “os grandes propósitos da cultura”. No derradeiro segmento temático de seu livro, o autor discorre sobre os efeitos da cultura sobre a religião, retratando as atitudes religiosas dos italianos renascentistas como “*subjetivas e mundanas*”. BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 5-9.

⁸⁰ SEVCENKO, Nicolau. **Os humanistas: uma visão do mundo**. Campinas: UNICAMP, 1984, p.14.

Difundido no século XV, o termo humanistas era empregado para designar o grupo de pensadores que, desde o século anterior, havia instaurado um movimento reformador das práticas de ensino perpetuados pela Escolástica nas universidades européias, ensejando a adoção de novo métodos na construção do saber acadêmico⁸¹. Os parâmetros da educação na Idade Média fundamentavam-se na concepção teocêntrica do conhecimento e na hierarquização da ação pedagógica, através dos quais, delegava-se aos doutores da Igreja máxima autoridade e preponderância na interpretação dos clássicos e dos textos sagrados. Sob a alegação de que tal medida era imprescindível à preservação da coesão doutrinária, nas formulações teológicas e filosóficas resultantes do exame de tais documentos, a Igreja Católica prevenia-se contra os perigos da heterodoxia. Em “os humanistas: uma visão de mundo”, Nicolau Sevcenko define esses centros de formação intelectual e profissional como um ambiente entremeado pela preeminente cultura da Igreja, estando, em princípio, comprometidos com a manutenção da ordem feudal e com a propagação de “*uma concepção estática, hierárquica e dogmática da sociedade, da natureza e das coisas sagrada*”⁸².

O teólogo mais ilustre do período da Grande Escolástica é São Tomás de Aquino (1225-1274), autor da mais sistemática síntese entre o pensamento cristão e o aristotelismo (integrando também, ao mesmo, aspectos do platonismo). A demarcação das áreas de atuação da filosofia e da religião estipulada por Tomás de Aquino deu início a um movimento de emancipação que culminou, no século seguinte, no fim da Filosofia Medieval e no nascimento da Filosofia Moderna. No “período da decadência”, consolida-

⁸¹ O conceito de Escolástica encerra o conjunto de elaborações filosóficas dos doutores da Igreja, ao longo da história, notadamente na Idade Média (entre os séculos IX e XVII), período em que se levou a cabo a tentativa de conciliar as verdades reveladas com o conhecimento adquirido por meio do intelecto. O termo Escolástica tem origem na palavra latina *Scholasticus*, e aplicava-se ao ensino ministrado pelos *scholars*, doutores que lecionavam nas escolas monásticas.

⁸² SEVCENKO, Nicolau. **Os humanistas: uma visão do mundo**. Campinas: UNICAMP, 1984, p.13.

se a tendência de tratar a Filosofia em separado da fé e sobrelevam-se dois outros pensadores: John Duns Scoto (1266-1308), que na transição entre os dois períodos, inova devido a uma nova dimensão dada à Filosofia; e o escolástico inglês Guilherme de Ockham (11290-1349), mentor do nominalismo, consignado precursor do empirismo moderno e do racionalismo Kantiano. Foi Ockham o teólogo escolástico quem emitiu a maior crítica ao escolasticismo e a seus conceitos metafísicos fundamentais, postulando que era necessário eliminar do campo de investigações do conhecimento científico tudo o que não fosse evidente, perceptível e facultado pela intuição sensível; a única forma de conhecimento aceitável deveria se basear na experiência material. A teologia não era reconhecida pelo autor como uma ciência, posto que sobrepujava os limites da razão e da experiência intelectual; a partir da aceitação de tais pressupostos, a Filosofia tornou-se independente da Teologia e a ciência iniciou a sua longa trajetória rumo a sua completa emancipação.

No final da Idade Média, dismantelou-se parte do rigoroso controle da Escolástica sobre o pensamento e o próprio fenômeno da multiplicação das universidades diminui a sua eficácia, ainda que os seus valores absolutos permanecessem incólumes. Em decorrência do crescimento do número de estabelecimentos de ensino universitário, aumentaram as oportunidades e as expectativas para a elevação do nível de preparo das elites e para a inclusão da camada burguesa. Novas áreas geográficas eram conquistadas para a cultura em um mundo cada vez menos feudal, de modo que em alguns núcleos acadêmicos, os scholars puderam evadir-se mais facilmente ao rígido controle ideológico eclesiástico. Em *Religião e Ciência no Renascimento*, Klaas Woortmann conta como a renovação propelida pelo humanismo impeliu a transformação cultural/cosmológica do mundo medieval, abarcando o alto clero e até mesmo os papas, chegando a influenciar algumas correntes da

Escolástica em suas disposições intelectuais; cingindo, em boa medida, o espaço do espiritualismo e do dogma nas ciências:

Os espíritos abrem-se ao conhecimento humano... Na passagem do século XV para o XVI, porém, já se colocava a contradição entre uma ciência subordinada ou englobada em um discurso teológico, e a necessidade da crítica como condição do avanço do conhecimento⁸³.

Os humanistas questionavam a autoridade dogmática da cultura acadêmica e eclesiástica e, conscientes da necessidade de implementação do *curriculum* tradicional, passaram a empreender o estudo das disciplinas do *studia humanistatis*, através de uma releitura acurada de obras literárias, filosóficas, científicas e históricas da Antigüidade; obras cujo rigor lingüístico excluía a intermediação dos manuais de textos medievais autorizados pela Igreja, ao mesmo tempo em que requeria o domínio das línguas clássicas e o aprofundamento do conhecimento acerca das civilizações antigas⁸⁴. Na concepção de Pierre Chaunu, o humanismo foi, sobretudo, um poderoso instrumento lingüístico, através do qual foi possível a mais elevada expressão da intelectualidade da época, penetrar o círculo seletivo dos detentores do saber teológico, introduzindo a aplicação do método crítico nas “ciências religiosas”:

[...] O comentário patrístico da Sagrada Escritura - serão necessários três quartos de século para ousar atingir a própria Sagrada Escritura, direta e corretamente [...] Entre a patrística antiga, sempre mais próxima do sentido literal que o comentário escolástico, e a teologia positiva, falta apenas um passo que será dado no século XV⁸⁵.

⁸³ WOORTMANN, Klaas. **Religião e Ciência no Renascimento**. Brasília: UNB, 1997, p. 8-16.

⁸⁴ Os estudos humanísticos eram um novo programa educacional que encetava a aprendizagem das letras clássicas (a princípio, o grego e o latim e, em um segundo momento, o hebraico, aramaico e mesmo o árabe); e compreendia a ministração das disciplinas: poesia, filosofia, história, matemática e eloquência (originada da fusão entre a retórica e a filosofia).

⁸⁵ Sobre as origens do movimento, Chaunu indica que foi gestado no processo de desenvolvimento da escola, na ascensão de uma *middle class* da cultura escrita, entre os segmentos formados pelos novos contingentes de leitores e escritores que pertenciam à administração do Estado, à burocracia pontifícia e ao capitalismo comercial. CHAUNU, Pierre. **O tempo das Reformas (1250-1550)**:. *História Religiosa e sistema de Civilização*. Lisboa: Edições 70, 1975, p.19.

O humanismo crítico do século XV é o momento em que se estabeleceu uma importante inovação metodológica nos estudos acadêmicos sobre a Antiguidade: o latim vulgar (antecessor do latim medieval) e o seu aprendizado aleatório e não sistemático, foi substituído pelo estudo racionalizado do latim clássico. Lorenzo Valla, ao elaborar uma diferenciação ordenada da língua latina através dos tempos – a evolução do latim no processo histórico – enunciou os pressupostos básicos deste novo método, aplicando à tradução latina de São Jerônimo da Bíblia (a Vulgata) a crítica histórica e filológica que os humanistas vinham empregando em textos não religiosos⁸⁶. Em 1448, Valla publicou as *Annotationes in Novum Testamentum*; considerada a mais célebre obra do século XV, é uma tradução do Novo Testamento redigida a partir da análise comparativa entre a Vulgata e o texto grego⁸⁷. Délio Cantimori descreve como, mesmo após a sua entrada na Cúria Romana, Valla não retrocedeu em seu posicionamento crítico referente aos métodos escolásticos, reafirmando a sua opinião favorável a uma maior participação da intelectualidade laica em estudos de natureza religiosa e dando continuidade ao estudo minucioso de textos de autores da Antiguidade Clássica, nos idiomas em que foram originalmente escritos:

Cuando Valla entró en polémica con algunos predicadores napolitanos, fue porque había leído a los padres de la Iglesia en los textos originales y porque quería entender mejor las verdades de la religión, y comprender clara y críticamente el lenguaje de los que las habían elaborado y determinado por vez primera. La herramienta para entender la verdad es el conocimiento del idioma e que se expresan oradores, filósofos y

⁸⁶ A tradução latina dos textos bíblicos originais (a *versio vulgata* ou tradução comum), executada principalmente por São Jerônimo, entre o final do século III e o início do século IV, manteve-se como a única a versão oficial da Bíblia adotada pela Igreja Católica por mais de um milênio e meio. Ao utilizar o método de apreciação crítica na tradução das Escrituras efetuada por São Jerônimo, Valla apontou a existência de imprecisões; e, embasado no rigor do mesmo método, não se furtou à censura de teólogos escolásticos de enorme prestígio, como o próprio São Tomás de Aquino, a quem criticou pela “sua ignorância da língua grega”. Ibidem, p. 23.

⁸⁷ Erasmo de Roterdã, um grande admirador de Valla e um dos maiores expoentes do humanismo cristão, foi quem editou em Paris, pela primeira vez, no ano de 1505, a versão impressa das *Annotationes in Novum Testamentum*. CHAUNU, Pierre. **O tempo das Reformas (1250-1550): História Religiosa e sistema de Civilização**. Lisboa: Edições 70, 1975, p. 22.

también los padres de la Iglesia. Las doctrinas de la religión y la teología se convertían en problemas de la vida cultural...⁸⁸.

O humanismo foi um movimento cultural eclético na sua propensão de incorporar diversas correntes do pensamento, cada qual disposta a interpretar a cultura clássica atribuindo-lhe o sentido apreendido de sua realidade contemporânea, a partir da tomada de um referencial específico. Este “renascimento do espírito humano”⁸⁹ se deu em uma ambiência onde as formulações teológicas e, mais especificamente a metodologia escolástica, determinava o modo de processamento de todo o conhecimento produzido no circuito acadêmico, e pode-se asseverar que o Humanismo esteve, desde a sua origem, atrelado às novas idéias e acontecimentos que irromperam no meio religioso.

A existência deste sentimento religioso pode ser identificada na leitura das obras dos pensadores humanistas de diferentes fases e tendências do movimento - tanto na fala de

⁸⁸ Cantimori cita a obra mais polêmica de Valla, o *De professione religiosorum*, que abordava os temas que mais tarde seriam incorporados por Erasmo no seu célebre *Monachatus non est pietas*. Munido de argumentos filológicos, Valla questionou a primazia das ordens religiosas frente aos demais membros da cristandade, fomentando a reflexão crítica sobre a crença na superioridade da vocação religiosa; tal formulação é considerada como um prenúncio do princípio do sacerdócio universal, futuramente defendido por Lutero. CANTIMORI, Délio. **Humanismo y Religiones em el Renacimiento**. Barcelona: Nova Gráfik, 1984, p. 156.

⁸⁹ Termo utilizado por Leslie J. Dunstan em *Protestantismo*. DUNSTAN, Leslie. J. **Protestantismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. p.18.

Petrarca⁹⁰, representante da corrente literária de sua fase inicial no século XIV, quanto nas propostas de purificação da religião e da linguagem, através da qual as mensagens bíblicas eram transmitidas; o que será, posteriormente, a reivindicação da vertente do movimento que ficou conhecida como Humanismo Cristão, da qual Desidério Erasmo e Lefèvre d'Étaples serão os principais arautos, no século XVI⁹¹.

Em reação contra os “sofismas escolásticos”, os humanistas cristãos afirmavam que a religião deveria ser “mais um modo de existência do que um sistema” e entendiam como missão impreterível da Igreja a anunciação das Escrituras; daí a sua apreciação da filologia sacra e a valorização da cultura & letras antigas, as quais tinham como uma prestimosa ferramenta ao teólogo:

[...] il proclamait que la religion est plus une vie qu'un système et que là où s'éteint l'amour s'éteint la religion. Celle-ci ayant comme seule base les Écritures, leur explication et leur diffusion sont tout la mission de l'Église. D'où l'importance de la philologie sacrée [...] Toute la culture est d'ailleurs indispensable au théologien, et d'abord les lettres antiques, comme permettant une apologétique susceptible de toucher l'esprit moderne, devenu insensible à la dialectique médiévale⁹².

⁹⁰ Tal sentimento transparece nos escritos de Petrarca, como se pode constatar na leitura de um trecho de uma carta endereçada a Bocaccio, na qual defende a leitura dos pensadores da antiguidade como uma possível forma de edificação espiritual, a despeito do fato de a leitura de textos de autores “pagãos” não ser recomendada pela Igreja. Em outra passagem, qualifica a fé em Jesus Cristo e na mensagem evangélica como a verdadeira fonte de toda a sabedoria, situando-as acima de toda filosofia ou conhecimento humano: “*Eu sei, por experiência, quanto o conhecimento das letras pode contribuir para forma opiniões justas; para tornar um homem eloquente; para aperfeiçoar as suas maneiras; e, o que é mais importante, para defender a sua religião. Se aos homens não fosse permitido ler poetas e escritores pagãos, porque não falam de Jesus Cristo, a Quem nunca conheceram, muito menos deveriam ler as obras de heréticos, que se opõem a Sua doutrina; todavia, isso é feito com o maior cuidado por todos os defensores da fé. Com os autores profanos passa-se o mesmo que com a comida substancial: alimenta o homem que tem bom estômago e só é pernicioso para os que não a digerem bem; para os espíritos judiciosos, tais autores são salutares, mas venenosos para os fracos e os ignorantes. As letras podem até converte os primeiros em religiosos, do que temos bastante exemplos e para eles tais leituras jamais serão um obstáculo à devoção piedosa... Sou, algumas vezes, peripatético, estoico, ou acadêmico, e, muitas vezes, nada disso; mas sou sempre cristão. Filosofar é, amar a sabedoria; e a verdadeira sabedoria é Jesus Cristo. Leiamos os historiadores, os poetas, os filósofos; mas conservemos em nossos corações o evangelho de Jesus Cristo; que só Ele é a perfeita sabedoria e perfeita felicidade*”. DUNSTAN, Leslie. J. **Protestantismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. p.17.

⁹¹ Os humanistas cristãos Marcilio Ficino e Pico de La Mirandola foram os representantes, no século XV, da corrente que pretendia reconciliar os ideais do humanismo à fé cristã. No século XVI, o humanismo cristão estava completamente constituído, com o seu gosto pela exegese, sua filosofia otimista do homem, suas interpretações livres do dogma, seu apego às experiências místicas, seu anseio por uma Igreja simplificada, purificada e tolerante – mas compromissada com a fidelidade às instituições tradicionais. Na França, estavam em atividade o humanista Lefèvre d'Étaples, na Holanda Erasmo, na Inglaterra Thomas Morus e John Colet, na Alemanha, Jean Reuchlin, etc... LÉONARD, Émile G. **Histoire Générale du protestantisme/La Réformation**. Paris: Presses Universitaires de Français, 1988. p.22.

⁹² LÉONARD, Émile G. **Histoire Générale du protestantisme/La Réformation**. Paris: Presses Universitaires de Français, 1988. p.23.

O humanista francês Lefèvre d'Étáples é um dos nomes mais representativos desta geração do humanismo que se dedicou ao minucioso estudo das Escrituras, sendo autor de uma vasta obra, avaliada simultaneamente como “moderna e tradicional”, na medida em que demonstrava extremo rigor na articulação de uma exegese submetida aos padrões da crítica hermenêutica, histórica e filológica; sem, no entanto “*tratar o suporte humano da palavra de Deus como um texto vulgar*”⁹³. Antes da publicação de seu mais prodigioso trabalho – a tradução da Bíblia para o francês – Lefevre escreveu duas outras obras de relevo: o *Quincuplex Psalmerium* (em 1509), onde faz uma revisão do Livro dos Salmos partindo do texto hebraico); e a tradução comentada das Epístolas de São Paulo, cujas notas e referências ao original grego do Novo Testamento, muito se aproximam do método de exegese bíblica que será empregado pelos protestantes no século XVII. Em uma tentativa de conciliação entre as doutrinas da graça e do livre-arbítrio, com a finalidade de enfatizar a autoridade do texto bíblico e a sua prevalência sobre quaisquer asserções teológicas, Lefébvre declara: “*Calemos o mérito de nossas obras, que é bem diminuto ou antes nulo, e celebremos a graça de Deus, que é tudo [...] Não se deve afirmar de Deus senão aquilo que d'Ele aprendemos pelas Escrituras*”⁹⁴.

As duas primeiras décadas do século XVI remontam um momento na história do Humanismo, descrito por Chaunu com “o momento crucial de viragem”, quando Erasmo publica o “Elogio da Loucura” (em 1509), livro em que desfere a crítica mais contundente ao círculo dos teólogos escolásticos, contestando também a validade dos limites impostos por seu rígido controle sobre a *intelligentsia* e a produção do conhecimento⁹⁵. No ano de

⁹³ CHAUNU, Pierre. **O tempo das Reformas (1250-1550)**:. *História Religiosa e sistema de Civilização*. Lisboa: Edições 70, 1975, p. 56-70.

⁹⁴ DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989. p.76-80.

⁹⁵ Ainda, sobre o teor e a pujança da crítica de Erasmo à Escolástica: “*Subtilidades ainda mais subtis obstruem as vias para onde nos conduzem os inúmeros escolásticos. Um labirinto é menos complicado que os tortuosos desvios dos realistas nominalistas, tomistas, albertistas, ockhamistas, escotistas e tantas escolas de que só nomeio as principais*”. CHAUNU, Pierre. **O tempo das Reformas (1250-1550)**:. *História*

1516, Erasmo publica uma nova versão latina do Novo Testamento – *Novum Testamentum* – na qual faz uso do método filológico tal qual fizera Lorenzo Valla (idealizador do Humanismo crítico), colocando novamente em evidência as inexatidões de certos trechos da Vulgata, em um momento em que a imprensa acabava por potencializar os mecanismos de divulgação deste tipo de trabalho. Erasmo é reconhecido como um dos maiores responsáveis pela expansão do humanismo pelo Norte da Europa – pelo o êxito do humanismo crítico italiano transposto em uma dimensão européia – que assinalou o período em que repercutem com grande força as idéias religiosas preconizadas pelo Humanismo Cristão, através da publicação dos trabalhos de uma nova *intelligentsia*⁹⁶ (inglesa, holandesa, renana) situada no eixo Oxford-Roterdã-Strasbourg-Basileia⁹⁷ - uma nova geografia do livro impresso - que, em um momento posterior, será o locus de formação de importantes correntes do pensamento protestante.

O novo processo tipográfico havia proporcionado o alargamento do raio de influência do humanismo, tornando o conjunto da produção literária dos representantes deste movimento mais acessíveis à população, com um potencial de difusão muito superior à força de penetração do manuscrito. Estima-se que a grande massa da produção livresca de impressos tenha sido composta por obras religiosas, dentre as quais se sobressai o numero

Religiosa e sistema de Civilização. Lisboa: Edições 70, 1975, p. 14.

⁹⁶ “Quanto aos escolásticos, eu preferiria ser um místico visionário com Agostinho, do que um invencível com Escoto... Deixemos que os que disso gostam sigam as controvérsias dos escolásticos, mas que se permita igualmente aos que desejam ser instruídos, mas pela fé do que pela arte da retórica, que se debrucem, primeiro e acima de tudo, na origem àqueles escritos que fluíram imediatamente da fonte”. A citação abaixo foi extraída do texto de uma carta enviada por Erasmo ao humanista inglês John Colet: “[...] Não se trata de que, apreciando como eu faço, todos os ramos de estudo, eu condene os estudos daqueles homens... eles esgotam os poderes mentais por meio de uma sutileza seca e mordente, sem infundirem qualquer rigor no espírito. E, pior do que tudo, a Teologia, rainha de todas as ciências – tão ricamente adornada pela antiga eloquência – é por ele despojada de toda a beleza, pelo estilo incongruente, mesquinho e de mau gosto. Uma coisa que já foi tão clara, graças ao gênio dos velhos profetas, eles a obscurecem com uma ou outra sutileza, assim envolvem tudo em obscuridade, quanto tentam explicá-la. È por isso que hoje vemos a Teologia, que fora, uma vez, algo venerável e pleno de majestade, reduzida a farrapos, medíocre e pobre”. DUNSTAN, Leslie. J. **Protestantismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. pp. 22-23.

⁹⁷ STEINBERG, S. H. **Five Hundred Years of Printing**. Nova Iorque: Penguin Books, 1979, p.45.

expressivo de edições latinas das Escrituras Sagradas e um número mais reduzido, mas significativo, de traduções da Bíblia nas línguas vernáculas. Paralelamente à publicação destas novas versões da Bíblia Sagrada, a imprensa também fomentou a produção de uma literatura religiosa de alcance popular destinada ao baixo clero e aos leigos piedosos, em função de quem se editava obras em língua vulgar. Jean Delumeau, ao fornecer os dados estatísticos referentes ao corpo das novas publicações deste setor no período que antecedeu a reforma, comenta que no que diz respeito aos efeitos transformadores da imprensa na esfera religiosa, o livro impresso produziu uma verdadeira revolução às necessidades espirituais de seu tempo:

[...] Graças à imprensa, a Bíblia se difundiu mais amplamente no público letrado desde antes da revolução luterana. Enumeraram-se pelo menos dezesseis edições da vulgata em Paris, entre 1475 e 1517. Na Espanha, a célebre Bíblia Poliglota de Alcalá (textos latinos, grego e hebraico) estava pronta para a publicação em 1514. Dois anos mais tarde, Erasmo publicava seu *Novum Testamentum*. Mais geralmente, da invenção da imprensa até 1520, não se conhecem menos de 156 edições latinas completas dos livros santos. Para aqueles que sabiam ler, porém ignoravam o latim, as Escrituras traduzidas em língua vulgar, se tornaram mais acessíveis que antes. Vinte e duas versões alemãs da Bíblia apareceram entre 1466 e 1520⁹⁸.

Complexo do ponto de vista ideológico, o humanismo inovou também os modos de produção do conhecimento teológico com a introdução de uma metodologia analítica no estudo das Escrituras que acabou por redimensionar o próprio papel da Bíblia na vida do corpo da Igreja. Ao proporcionar uma leitura mais simples, individualiza e mais próximo da acepção tomada pelos comentadores da patrística dos primeiros séculos, a técnica humanista desembaraçou a leitura dos textos sagrados das dificuldades impostas pela linguagem doura perpetuada pela escolástica, pouco acessível à coletividade. Formados na tradição do pensamento renascentista, os integrantes do humanismo (sobretudo do Humanismo cristão) passaram também a apregoar a necessidade de uma profunda

⁹⁸ DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989. p. 77.

renovação espiritual que viesse a contemplar aspectos morais e doutrinários relativos à piedade; propondo, assim, respectivamente: a revitalização da religião tradicional, orientada por uma reinterpretação filosófica de sua mensagem (que muito se aproximou de uma filosofia cristã)⁹⁹; e o regresso aos autênticos valores da fé cristã, para os quais os ensinamentos da Igreja Apostólica da Antigüidade, representava o legítimo depositário de toda a pureza do cristianismo que se pretendia resgatar. Neste sentido, pode-se inferir que imprensa e o movimento humanista prepararam o caminho para a ascensão da Reforma em dois aspectos fundamentais: contribuíram para ampliação dos meios de circulação e para a viabilização de uma leitura mais autônoma da Bíblia por parte dos fiéis (que era uma tendência e aspiração da época) e encabeçaram a crítica aos métodos da Escolástica e à hierarquia eclesiástica, em nome da purificação da religião, o que em determinados aspectos, muito se aproximou das reivindicações dos reformadores protestantes.

As pesquisas mais atuais sobre a Reforma convergem para aceitação de um viés analítico calcado na premissa de que, para um entendimento mais profundo sobre este fenômeno religioso, é indispensável a ampla avaliação de suas possíveis causas e dos fatores determinantes de sua expansão. Nesta perspectiva, os estudos desta natureza não deveriam prescindir de uma abordagem mais complexa, de modo que um enfoque unilateral de tal temática poderia incorrer no equívoco de uma simplificação indevida. Daí, a perda das

⁹⁹ Os humanistas cristãos não liam a Bíblia por meio de uma concepção contrária ao dogma, porém, procuravam fazer a sua interpretação buscando um sentido “mais espiritual”, o que em alguns casos, perpassou a fronteira da experiência mística. Das Escrituras esperavam extrair o substrato para o “*desenvolvimento da vida interior, a união vivaz com o Cristo Redentor*”. Os ritos e a liturgia tinham como simples auxílio material da piedade; a sua teologia da salvação não era assaz revolucionária, porquanto não faziam separação entre a fé e obras. Quanto a sua percepção sobre o conceito de pecado, os humanistas cristãos tendiam a depositar a sua crença na disposição do homem em escolher o bem e tentaram recuperar a noção estoica que o assemelha à idéia de “sentimentos baixos”. Segundo a descrição do historiador francês Emile G. Leonard, os humanistas compraziam-se nesta re-apropriação do pensamento filosófico, o que na opinião do autor, “reduzia a sua originalidade”, tendo-se em perspectiva os padrões do pensamento cristão. Na vida prática, propunham ao homem: “*une vie vertueuse et calme, dans l'exercice du bien, la culture d'intelligence, le goût de la beauté*”. LÉONARD, Émile G. **Histoire Générale du protestantisme/La Réformation**. Paris: Presses Universitaires de Français, 1988. p.24.

bases de sustentação da justificativa anteriormente aceita de que o protestantismo emergira em virtude do estado de deterioração em que se encontrava a Igreja Institucional; visto que o conhecimento acerca de um movimento que atingiu tamanhas proporções, não poderia se restringir à explicação de que a reforma teria resultado exclusivamente das investidas dos reformadores protestantes contra os abusos de poder, a opulência e as incongruências morais do clero, dentre os quais se tendia a dar demasiada ênfase à controvertida questão da comercialização de “indulgências”¹⁰⁰.

Houve durante muito tempo na historiografia uma certa tendência da corrente protestante em retratar negativamente a Igreja da baixa Idade Média com o intuito de salientar a necessidade de uma reforma que viesse pôr um termo aos desvios doutrinários e aos desvirtuamentos cometidos por eclesiásticos. Por outro lado, os historiadores católicos insistiam na retórica de que, sob vários aspectos, a referida reforma já se iniciara muito antes e à parte dos “dissidentes radicais” do século XVI, nomeadamente os reformadores protestantes. Os estudos mais investigativos, sem desconsiderar o papel decisivo desempenhado pelos reformadores nos eventos da época, caminham no sentido de localizar as origens deste acontecimento religioso em uma gama de circunstâncias que teriam induzido profundas alterações na “aparelhagem mental” da cristandade ocidental nos séculos precedentes. O historiador Pierre Pierrard faz a pertinente advertência de que explicar a “revolução luterana” sob a óptica do dilema existencial de um monge em

¹⁰⁰ Aqui, o termo indulgência compreende o sentido da doutrina da Igreja Medieval que oferecia ao fiel a prerrogativa da clemência papal, em uma espécie de expiação compensatória de suas faltas, em troca de contribuições financeiras. Ensinava-se que os fiéis praticantes de boas obras poderiam morrer tendo acumulado mais créditos diante de Deus do que a quantidade suficiente para a sua salvação. O conjunto dos créditos obtidos por estes fiéis piedosos era descrito como “o tesouro dos méritos dos santos”, riqueza da qual o papa poderia valer-se para equilibrar as dívidas daqueles que estavam em falta com as suas obrigações religiosas (esta forma de “transferência” era chamada de indulgência). No início, de acordo com a lei germânica que previa a permuta de castigos físicos mediante pagamento de multa, as indulgências aplicavam-se somente às penalidades impostas pela Igreja na terra; logo, incorporou-se a idéia de que poderiam funcionar como uma comutação pela retirada das almas do purgatório. THE NEW Encyclopaedia Britannica: macropidia. Chigado: Encyclopaedia Britannica, 1992, v. 26.

conflito com a sua vocação eclesiástica; ou, em contrapartida, como decorrência dos descontentamentos causados pelo procedimento impróprio da igreja romana; ou, ainda, tê-la unicamente como fruto das ambições políticas alemães; ou da crise econômica, social e das transformações políticas que a Europa experimentava na época da invenção da imprensa e da descoberta do novo mundo, “significa perceber apenas as aparências de um grande drama, ver somente a paródia”¹⁰¹.

No capítulo “A Reforma: Por quê?”, em *Nascimento e afirmação da Reforma*, Jean Delumeau exhibe ao leitor um panorama das condicionantes psicológicas da Reforma Protestante, propondo uma via interpretativa que a concebe como expressão do estado de desorientação de uma cristandade que já não encontrava respaldo espiritual para a dissipação de seus conflitos existenciais, nem nos ritos nem na dogmática da Igreja Católica. O autor faz uma instigante reflexão sobre aquele “momento de incertezas”, ao conjecturar a hipótese de que se tantas pessoas na Europa de níveis sócio-culturais e situações econômicas distintas optaram pela adesão à Reforma, é por que aquele movimento teria sido, em primeiro lugar, uma resposta religiosa aos questionamentos inerentes a um momento de “grande angústia coletiva” que atravessavam¹⁰².

Delumeau argumenta que em um ambiente assolado por tantas catástrofes, adversidades e dificuldades de toda a espécie, a vida cotidiana estava permeada por um forte sentimento de insegurança, pessimismo e culpabilidade. As sociedades e os indivíduos teriam passado a atribuir a seus pecados a causa de tantas calamidades, sentindo-se pesarosos e culpados diante dos acontecimentos que abalavam os seus espíritos. Teólogos constantemente

¹⁰¹ PIERRARD, Pierre. **Cristandade dilacerada**. São Paulo: Paulus, 2002, p.170.

¹⁰² DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989, p. 60.

exortavam os fiéis sobre “a gravidade ontológica do pecado”, enquanto que alguns pregadores adeptos dos movimentos milenaristas faziam exacerbados sermões escatológicos nos quais profetizavam sobre “a ruína próxima de Roma e da Igreja, fazendo-lhes entrever horríveis catástrofes”¹⁰³. Nesta atmosfera inquietante, a vida após a morte teria passado a ser alvo de preocupação para os indivíduos tanto quanto as vicissitudes de suas existências temporais, na medida em que os seus infortúnios terrenos pareciam estar analogamente pressagiando um revés de semelhante magnitude para as suas almas.

Georges Duby descreve a alta Idade Média como um momento na história ocidental em que os ritos em torno da morte eram cumpridos com simplicidade, sem dramaticidade ou excessiva emoção. A morte em si não era temida, já que a maioria absoluta da população européia parecia não duvidar da existência de outro mundo e da promessa da ressurreição; de sorte que a morte do fiel significava apenas a passagem para a eternidade que deveria ser solenemente reverenciada no seio da família e da Igreja. Em razão da orientação dos ensinamentos teológicos vigentes, a morte não lhes provocava uma sensação de desconforto tão pouco de fracasso diante da fragilidade da condição humana: o homem medieval aspirava a sua salvação, mas a compreendia no âmbito de um destino coletivo da cristandade, o qual não lhe cabia modificar¹⁰⁴. Ao empreender a sua longa pesquisa sobre as diferentes atitudes do homem diante da morte nas culturas cristãs ocidentais, Philippe Ariès nota que, a partir do século XII, observa-se o despertar da consciência de que cada indivíduo é responsável por sua própria biografia, concepção muito distinta da noção de “destino coletivo” que vigorava nos tempos em que se demonstrava maior naturalidade

¹⁰³ Ibidem, p.61.

¹⁰⁴ DUBY, Georges. **Ano 1000 ano 2000 – na pista de nossos medos**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 122.

mediante a experiência da extenuação das forças físicas e mais serenidade no momento crucial da derradeira expiração.

Ao realizar a análise iconográfica das *Ars moriendi*, Ariès constatou que, gradualmente, havia-se alterado as formas de representação da morte e do juízo final, mudança determinada por uma série de fenômenos novos que incutiram maior expectativa pelas particularidades da vida de cada indivíduo no interior da antiga concepção de “destino coletivo”. Entre os séculos XII e XV, na “segunda Idade Média”, onde as bases da estrutura mental da civilização moderna são estabelecidas, o autor vislumbra a ocorrência de um embricamento de três categorias do pensamento: o medo da morte, a consciência da existência individual e a superestima da vida – esta última implícita de maneira paradoxal nas obras que simbolizavam a decomposição do corpo – a iconografia macabra que se originou do sentimento de impotência do homem perante a sua própria mortalidade. A concepção de morte expressa na Arte do período é entendida pelo autor como detentora de um caráter materialista e pouco cristão devido à atenção excessiva concedida à destruição do corpo e à decrepitude da beleza humana (revestindo-se a mesma arte de uma forma espectral e fantástica, a visão macabra teria surgido como uma “estratificação psicológica do medo”)¹⁰⁵.

Em uma sociedade grassada pelo temor da morte, o empenho da Igreja em enfatizar a pregação e iconografia alusivas “ao momento em que se travava o último combate da vida terrena e em que se decidia a sorte eterna da alma”¹⁰⁶; e a presença de numerosas edições de obras como a *Ars moriendi*, são citados por Delumeau como um indício de o quanto se

¹⁰⁵ ARIÈS, Philippe. **Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média**. John Hopkins University, 1974. p. 50-60.

¹⁰⁶ DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989. p. 63.

havia tornado perturbadora a apreensão relativa ao destino do homem após a extinção da vida terrena, infundindo, na coletividade, o anseio pela salvação pessoal. Até o século XIII, havia prevalecido uma concepção mais comunitária da Igreja, e destacava-se na pregação mais o conceito de salvação coletiva do que o de salvação individual; porém, ao longo dos últimos séculos da Idade Média, os fiéis teriam passado a se inquirir com consternação como poderiam solapar a condenação da alma e evitar o seu padecimento eterno. Os artistas da Idade Média passaram a retratar com frequência a paixão de Cristo, o seu sofrimento na cruz: “as injúrias e flagelações que havia suportado.” Todavia, apesar do aumento significativo dos seguidores que advogavam o retorno à doutrina cristã original - a remissão dos pecados pelo sacrifício de Jesus – naquele momento de provações e questionamentos, mais do que em qualquer outra época, buscou-se alento espiritual na devoção à Maria, na mãe do Salvador. A crença na imaculada concepção havia fortalecido a devoção à Virgem e havia guarnecido a sua tradição com a praxis da reza do rosário; ao mesmo tempo em que a veneração de uma extensa galeria de santos alastrava-se pela Igreja, entre final do século XV e começo do XVI, no ritmo em que suas multifacetadas imagens, quase que revestidas do valor de talismã, eram reproduzidas em profusão¹⁰⁷.

Nos fins da Idade Média, enquanto a profunda devoção encontrava-se centrada em Cristo e em Maria, a afluência de credices, superstições, e a banalização de rituais relacionados ao culto dos santos propagava-se; juntamente com as relíquias proliferavam-se os amuletos, e nesta atmosfera de fervor místico, o comércio das indulgências havia encontrado o terreno propício para o seu desenvolvimento e popularização. Estas manifestações ostensivas de religiosidade não significavam propriamente que os fiéis estivessem absorvidos na vivência ou na contemplação de uma vida espiritual plenamente cristã: embora no final da

¹⁰⁷ DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989. p. 65.

Idade Média estas sociedades estivessem imersas na abstração dos códigos e simbolismos da religião, em muitos casos a mecanização dos ritos fazia com que perdessem o seu sentido mais profundo. Flávio Luizetto, em *Reformas Religiosas*, faz a ponderação de que as ambigüidades do sentimento religioso e do protocolo litúrgico medieval, na época que antecedeu à Reforma, tornavam progressivamente mais sinuosas as formas de piedade e exteriorização da fé, tornando cada vez mais difícil, no âmbito da doutrina Igreja católica, “conter a vida espiritual da cristandade dentro dos limites de uma religiosidade sã e vigorosa”... porque a instituição já não lograva mais suprir as necessidades espirituais dos fiéis, e impetrar a reversão “do quadro de medo, angústia e incertezas que tomava conta das consciências”¹⁰⁸.

Na visão crítica de Johannes Huizinga, em *O declínio da Idade Média*, dois fatores predominaram na vida religiosa neste período: a tensão decorrente da existência de uma religiosidade ritualística e a marcada tendência do pensamento a representar-se em imagens – o que implicava ameaça de enfraquecimento ou mesmo da perda da pureza da piedade causada pela mácula da profanação, que insurgia na esfera da representação figurativa da doutrina, em consequência do uso inadequado de imagens na hagiologia e na simbologia sacra. A vida quotidiana, em todas as suas instâncias, estava impregnada do pensamento transcendente, havendo um exasperado desdobramento da religião nas experiências mais corriqueiras. O “espírito da Idade Média” ansiava por dar forma concreta às suas concepções religiosas; entretanto, esta inclinação conduzia a um perigoso estado de tensão, por que o que era destinado a estimular a consciência espiritual acabava por subvertê-la em mero automatismo. O sentimento piedoso ficava suscetível a converter-se em imagens e os conceitos religiosos estavam constantemente expostos aos mecanismos

¹⁰⁸ LUIZETTO, Flávio. **Reformas Religiosas**. São Paulo: Contexto, 1994. p. 20-21.

de infusão do profano nos domínios do sagrado. A rotinização da atitude religiosa sobrecarregava a Igreja com o peso da superficialidade e os teólogos fidedignos alarmavam-se com o aviltamento da autêntica fé cristã, protestando contra a multiplicação das imagens, contra o aumento das superstições, contra a prolixidade do serviço religioso, em detrimento da eficácia na transmissão da mensagem teológica (“o mal da superfluidade”). A Igreja temia que a sua dogmática fosse confundida com a massa de crenças exógenas absorvidas da imaginação popular, afastando o povo dos genuínos preceitos do cristianismo¹⁰⁹.

Nas palavras de Jean Delumeau, “*havia uma superabundância de padres, e contudo, faltava pastores*”¹¹⁰; no momento em que as multidões mais careciam da disciplina e dos sacramentos da Igreja, sentiam-se mal amparados a ponto de o distanciamento das autoridades eclesiásticas da população tornar-se tão acentuado que dificultou que o clero tomasse consciência da gravidade do problema. Para que pudesse se aquietar a sua angústia, os cristãos dessa época estavam receptivos aos pregadores com propostas de renovação, e em consequência de um ímpeto restaurador, a doutrina luterana da justificação pela fé teria aparecido como uma resposta aos questionamentos inerentes a esta busca espiritual. O estado de inquietação que caracterizava o cenário religioso europeu é descrito como sendo de fundamental importância para se compreender o percurso de Lutero e a sua formulação doutrinária. O historiador também focaliza o protestantismo como uma reação resoluta contra os excessos e distorções resultantes da aura de trivialidade que recaía sobre os símbolos sagrados e as práticas religiosas; tendo diluído o seu sentido original, vertiam-se inapropriadamente em costumes que estavam ao rés da vulgarização. É colocada a questão da consciência, por parte de algumas dignidades do

¹⁰⁹ HUIZINGA, Johannes. **O outono da Idade Média**. Lisboa: Ulisseia, s.d, p.141-205.

¹¹⁰ DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989. p. 70.

clero anterior ao movimento reformista protestante, da necessidade de uma reforma administrativa da Instituição e da depuração das múltiplas incorreções que desordenavam a vida religiosa: a negligência pastoral, a interpenetração do profano na esfera do sagrado, as negociatas, abusos de todo tipo:

[...] Em face ao enfraquecimento da Igreja e em uma época em que os papas se comportavam muitas vezes como príncipes, as autoridades laicas ganhavam cada vez mais consciência de suas responsabilidades religiosas [...] e por toda parte, podia-se verificar esta crescente intromissão do elemento laico no domínio outrora reservado à Igreja ¹¹¹.

Os cristãos passaram a reconhecer em seus líderes laicos também “guias espirituais”, motivo pelo qual, na fala da época, interpõe-se o juízo de que *“já que se viam leigos melhores que homens da Igreja, não seria possível concluir que um leigo de vida santa era um padre mais autêntico que um eclesiástico?”*¹¹². Aliado ao processo de desvalorização do sacerdócio, na desagregação do mundo medieval, o individualismo, em todas as suas vertentes, encontrava-se em plena vigência. Para Delumeau tal fenômeno também contribuiu para a afirmação do espírito laico, fortificando a noção de que num mundo em crise, os canais hierárquicos e litúrgicos que, ordinariamente, conduziam para Deus, pareciam insuficientes¹¹³. Frente ao crescente descrédito do sacerdócio, o autor dá destaque à presença de outro tipo de “individualismo”, ao qual o historiador deve se ater ao realizar estudos sobre a Reforma: “a piedade pessoal”. Entre outras manifestações em favor da vida religiosa, menciona a participação da “devoção moderna” como inspiradora do livro mais lido do mundo cristão depois da Bíblia - A imitação de Cristo, de Tomas Kempis - que teria contribuído para o aflorar de uma religiosidade pessoal, interiorizada e mística. Na opinião dos irmãos da congregação da “irmandade da vida comum”, a direção do sentimento piedoso não poderia ficar sob o controle exclusivo da Igreja e dos sacerdotes,

¹¹¹ DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989. p. 74.

¹¹² Ibidem, p.69.

¹¹³ Ibidem, p.75.

que nem sempre se comportavam de uma maneira coerente com os ensinamentos do Cristianismo.

O humanismo havia preparado a Reforma em dois sentidos: contribuindo para o retorno à Bíblia e insistindo em uma religião interior que desvalorizava o cerimonial litúrgico, a hierarquia eclesiástica e o culto dos santos - "cerimônias supersticiosas" teriam que dar lugar a um culto próximo ao da Igreja Primitiva. O movimento que culminou na divisão da cristandade achava-se inscrito em um amplo conjunto de mudanças que afetaram, sob vários aspectos, a civilização européia no final da Idade Média e no princípio dos tempos modernos. Este quadro de inquietação espiritual que caracteriza o cenário europeu esboçado neste capítulo¹¹⁴ propicia uma importante reflexão acerca da trajetória de Lutero e da formulação das três doutrinas que compõe as bases da confissão protestante. Em um tempo onde a salvação da alma era um tema que arrebatava a atenção geral, o estudo do Evangelho, em particular da epístola de São Paulo aos Romanos, forneceram a Lutero e a grande parte da cristandade a chave para a solução de suas inquietações. Uma vez que a tradição religiosa não esclarecia com eficácia a questão do processo de perdão dos pecados e obtenção da graça como esta se encontrava nas Escrituras, a doutrina da justificação pela fé, sustentada por Lutero, interveio como a grande proposta reformadora a elucidar os questionamentos acerca do pecado, da morte e da vida eterna. Esta teria sido a grande descoberta de Lutero: a Bíblia não tem apenas prevalência sobre as tradições da Igreja, mas é a única fonte legítima para se conhecer a revelação de Deus.

No momento em que identificou a Bíblia como depositário exclusivo da vontade divina e definiu a fé como o meio para a obtenção da graça, abriu-se caminho para a definição de duas outras doutrinas que alicerçam o credo protestante: a doutrina da infalibilidade das

¹¹⁴ "A Reforma: Por que?" In: Delumeau, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989. p. 59-84.

Escrituras e do sacerdócio universal. As doutrinas da infalibilidade da Bíblia e do sacerdócio universal de todos os crentes estão baseadas na fé na revelação dos ensinamentos de Deus contidos na Bíblia através de uma comunhão com Ele, portanto, sem a necessidade da intermediação do sacerdote para o conhecimento das Escrituras. Numa época em que a autoridade tradicional havia se mostrado passível ao erro, somente a Palavra de Deus - a Bíblia - poderia corresponder às aspirações dos fiéis que buscavam a fundamentação de sua fé em sua autoridade infalível. Delumeau classifica o aparecimento do livro impresso como impulsionador deste processo e salienta a questão de que não foram propriamente os reformadores que deram a Bíblia ao povo, mas sim a Bíblia na mão do povo que colaborou para a propagação do ideário da Reforma. No século XVI, o debate religioso mudou radicalmente de teor, quando a tônica do movimento incidiu sobretudo sobre a questão doutrinal; por este motivo, Delumeau, faz uma inquirição acerca da insuficiência da tese segundo a qual os reformadores teriam deixado a Igreja romana por ela estar repleta de impurezas, fundamentando sua argumentação no fato de que, “no tempo de Gregório VII e de São Bernardo, existiram tantos abusos na Igreja como na época da Reforma sem, contudo, isto resultar em nenhuma ruptura comparável com a do Protestantismo”¹¹⁵.

No capítulo “os princípios da Reforma”, do livro *Protestantismo*, Leslie Dunstan traça um perfil dos reformadores protestantes, definindo-os como homens religiosos cuja principal preocupação no bojo dos conflitos latentes em sua época, era a sua relação pessoal com Deus. O Protestantismo surgira naquele período como “um produto da conexão direta e inextricável entre a fé e o movimento das questões humanas”, em uma conjuntura marcada pela busca da superação das limitações do homem, seja na esfera intelectual, no plano

¹¹⁵ DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989. p. 59.

político ou em sua vivência religiosa. O autor relata como alguns de seus contemporâneos, líderes de outros movimentos que reivindicavam maior autonomia do pensamento em cada um destes setores (“os defensores da liberdade do homem e do seu direito de exprimir o seu juízo privado”) também já haviam avaliado as conseqüências, no terreno religioso, de suas posturas contestatórias. Em tempos em que o poder do papado decrescia à proporção em que se fortalecia a consciência nacional, apareceram algumas gerações de teólogos dentro da própria hierarquia eclesiástica que se engajaram em “movimentos reformadores”, nos quais se fazia a oposição à política centralizadora de Roma no domínio teológico, proferindo severas críticas contra “a condição de degradação moral” em que caíra a Igreja enquanto instituição¹¹⁶.

Leslie Dunstan faz menção a Savonarola, William de Ockham, John Wycliff e Jan Huss como representantes de uma geração de teólogos reformadores da Igreja de um momento anterior à Reforma. Procura, não obstante, fazer uma diferenciação entre a natureza de suas críticas e o conteúdo do programa de reformas dos líderes protestantes, aos quais se refere como “reformadores positivos e construtivos”, capazes de dirigir movimentos que conseguiram dar maior visibilidade e colocar em prática as idéias religiosas que acreditavam ser a elucidação de questões doutrinárias e as medidas necessárias para a solução dos problemas mais urgentes da Igreja. Na exemplificação de Dunstan, mesmo reformadores como Jan Huss, bastante explícito em suas críticas contra as ações duvidosas de certas lideranças eclesiásticas, mantiveram firme a sua crença na origem divina da instituição a que pertenciam, desejando somente um tipo de reforma em que estava fora de cogitação qualquer forma de ruptura ou mudança radical que viesse a comprometer a ordem de sua estrutura tradicional. Agiam, assim, no afã de restituir ao catolicismo a sua

¹¹⁶ DUNSTAN, Leslie. J. **Protestantismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. p. 29.

antiga vocação, em um esforço pela restauração dos princípios religiosos em que se alicerçava a sua autoridade espiritual, sem colocar em questão, a validade da estrutura fundamental de seu status organizacional.

Em um arranjo que combinava a aspiração pela moralização da vida eclesiástica, a descoberta da piedade pessoal e o despertar da consciência nacional, o humanismo estava inserido naquele contexto histórico como um sinal ulterior do conjunto de sentimentos de descontentamento e opiniões críticas contra aspectos da dogmática e do “modus operandi” da Igreja Medieval, manifestos por um grupo de intelectuais formado por uma maioria de religiosos acadêmicos. Já nos referimos anteriormente às ações independentes e inovadoras destes teólogos eruditos no meio universitário, iniciativas através das quais acabaram por submeter à prova os princípios metodológicos do sistema escolástico de ensino, contribuindo para a emancipação do processo de produção do conhecimento (seja ele de natureza científica, filosófica ou teológica) do rígido esquema de controle a que estava sujeito.

Os humanistas depositavam na capacidade intelectual do homem (na força de seu intelecto regulada mediante a Educação), as suas esperanças de ver supridas as necessidades de renovação moral e religiosa que inquietavam os seus espíritos - as quais traduziam em uma religiosidade “apologética da fé cristã tradicional” e na expectativa de ver renovada, através da religião, a conformação da sociedade civil. No que concerne os pontos de aproximação entre o humanismo e o movimento protestante, vale reiterar que a retomada dos clássicos e a aprendizagem do grego e do hebraico haviam possibilitado aos humanistas revisar filologicamente a Bíblia; e a aplicação dos critérios próprios da Educação humanista em seu exame atento dos textos sagrados do Cristianismo teria

suscitado, entre os integrantes de ambos movimentos, a visão crítica acerca de certas versões e interpretações correntes das Escrituras.

Délio Cantimore, em *Humanismo x Religiones em El Renacimiento*, alude aos humanistas como pensadores cuja concepção de mundo e entendimento acerca do “livre arbítrio” ditavam a sua crença nas inesgotáveis potencialidades da razão humana, a qual compreendiam como “força motriz”, capaz de polir os costumes e moralizar as inclinações naturais do homem através da Educação (podendo, deste modo, transformar os rumos de sua própria história). Tal qual os reformadores protestantes, os humanistas cristãos ocuparam-se do estudo dos Evangelhos com o intuito de adquirir mais conhecimento sobre os ensinamentos de Jesus, buscando nas fontes primordiais do pensamento cristão, o referencial para a sua avaliação pessoal do modo com que a Igreja conduzia a vida religiosa. Mas, ainda que tenham partilhado da crítica comum a certas práticas da Igreja Católica (precipitando o surgimento de uma certa “tradição anti-clerical”...), a historiografia assinala a existência de uma relação de divergência na forma com que pensavam a questão da emancipação do homem e do seu posicionamento frente aos desafios que se colocavam na esteira dos acontecimentos de seu tempo. Cantimori ressalta que os pensadores protestantes dedicaram-se à afirmação, na sociedade, dos valores puramente religiosos; ao passo que os humanistas voltaram as suas atenções, na esfera pública, principalmente às questões de ordem cultural, atribuindo grande valor a esta dimensão da existência humana:

Pero la diferencia entre los grandes movimientos no se puede explicar reduciéndola sencillamente a la antítese de espíritu humano, laico y espíritu religioso, porque la religiosidad del humanismo no es menor que la de la Reforma. No podemos definirla sino como processo espiritual y

psicológico juntamente difícil de captar en su complejidad y en sus sutiles raíces¹¹⁷.

No capítulo anterior procuramos pontuar alguns fatores entre uma série de acontecimentos decisivos que acarretaram profundas transformações no setor sócio-cultural, político e econômico das sociedades européias medievais, enfocando, sobretudo, a ocorrência de inovações tecnológicas e metodológicas que deram um novo sentido e uma nova dinâmica ao ensino e às práticas acadêmicas - fatos que impulsionaram o desenvolvimento do conhecimento científico e revolucionaram o universo da cultura: o modo como paralelamente à formação da estrutura administrativa dos nascentes estados modernos e da intensificação das atividades comerciais, observa-se o impacto causado pela invenção do processo tipográfico e do aparecimento do livro impresso como propulsores da diversificação dos canais de distribuição do conhecimento e do alargamento das redes de difusão da informação. Neste contexto, a imprensa teria passado também a difundir (com rapidez e alcance incomparáveis aos do manuscrito) as “novas tendências metodológicas” geradas nas comunidades do saber teológico, que lançadas no campo das publicações religiosas, favoreceram a ampla disseminação de uma nova tradição literária originada nos trabalhos de revisão dos textos bíblicos e na sua tradução para as línguas vernáculas – “*o grande número de edições da Bíblia produzidas nos cinquenta anos que vão de Gutenberg a Lutero*”¹¹⁸.

As obras religiosas do período designado incábulos representam uma alta percentagem do total da literatura impressa produzida nos cinquenta anos que precederam a Reforma, dentre as quais demos destaque a tradução de Lefèvre D’Etaples das epístolas de São

¹¹⁷ CANTIMORI, Délio. **Humanismo y Religiones em el Renacimiento**. Barcelona: Nova Gráfik, 1984, p. 164.

¹¹⁸ ENSENSTEIN, Elizabeth L. **Revolução da Cultura Impressa: Os primórdios da Europa moderna**: Universidade de Cambridge, 1983. p. 30.

Paulo e aos escritos de Erasmo, cujo sucesso editorial (obtido com o elevado número de reedições), remete-nos à questão da eficácia do novo veículo de comunicação que teria possibilitado às obras de tamanha erudição evadir-se do domínio do restrito círculo da ilustração acadêmica, chegando às mãos de um novo público leitor. Deve-se, ainda, ter em conta o florescimento de uma literatura religiosa voltada às camadas menos instruídas da população, na qual se verifica o predomínio de publicações em língua vernácula, as quais teriam tornado mais tangíveis à piedade leiga e aos clérigos de autêntica vocação religiosa, a percepção crítica de certas regras e doutrinas da ortodoxia institucional. A aproximação do referencial evangélico havia tornado patentes algumas contradições entre os ensinamentos eclesiais e os princípios teológicos e normativos da Igreja Primitiva:

As tentativas de inspirar a devoção leiga, antes típicas de movimentos localizados, como a *devotio moderna* do Norte, acabaram por disseminar-se. No sul da Europa, os frades, além da pregação, passavam também a usar a palavra escrita para comunicar-se com o público; todas as obras devocionárias, tiradas em grandes edições, eram dirigidas menos aos monges que aos fiéis leigos [...] O padre pobre precisava de livros de maneira ainda mais permanente que o leigo. Durante os cinquenta anos que antecederam a Reforma Protestante, o clero, na maioria das regiões, acolheu de braços abertos uma invenção que seria tanto a uns quanto a outros¹¹⁹.

Mas é somente no século XVI que as questões religiosas assumem as feições do que atualmente chamaríamos de “campanha de imprensa”, momento em que os líderes protestantes passam a dispor, ostensivamente, deste recurso para propalar as suas concepções teológicas e sistematizações doutrinárias – a expressão formal de sua compreensão das mensagens bíblicas. Os reformadores empenharam-se na produção de uma literatura de teor exortativo, elaborada com o objetivo de contrapor alguns dos principais paradigmas sobre os quais se assentavam os cânones e dogmas da maior instituição de seu tempo – a Igreja Católica e o seu credo – utilizando a mídia impressa

¹¹⁹ ENSENSTEIN, Elizabeth L. **Revolução da Cultura Impressa**: Os primórdios da Europa moderna: Universidade de Cambridge, 1983. p. 175-177.

como veículo canalizador de suas aspirações emancipadoras. A data da afixação das 95 teses contestatórias de Martinho Lutero sobre a controversa prática de indulgências (31/10/1517) é um marco divisor de águas na História da Igreja, e também figura como um evento revolucionário na História das Comunicações por que esta foi a primeira vez que um “movimento de massas” valeu-se do prelo como meio de propaganda aberta contra uma instituição estabelecida ¹²⁰.

Em “Revolução da Cultura Imprensa: os primórdios da Europa Moderna”, Elizabeth L. Eisenstein refere-se ao episódio da exposição pública das 95 teses de Lutero como uma prática relativamente comum entre os teólogos medievais que debatiam temas polêmicos como o das indulgências, fazendo uso costumeiro das portas das igrejas como “espaço publicitário”. No entanto, a autora chama a atenção para o papel decisivo da imprensa no desenvolvimento da Reforma Protestante como fator determinante do rápido desencadeamento das controvérsias conflagradas pela censura à prática das indulgências, em um movimento que precipitou “o fim da Igreja Medieval”. Eisenstein retoma a análise de Maurie Garnier:

As Teses... segundo dizem, ficaram conhecidas pela Alemanha afora em uma quinzena, e por toda a Europa, em um mês [...]. A imprensa foi reconhecida como um novo poder, e a publicidade assumiu o seu papel. Ao fazer por Lutero o que os copistas haviam feito por Wycliffe, as máquinas impressoras transformaram o campo das comunicações e, geraram uma revolta internacional. Foi uma revolução. O advento da imprensa constituiu importante condição para a Reforma Protestante, como um todo; sim, porque, sem ela, ninguém poderia implementar o chamado <<sacerdócio de todos os crentes>>. Mas, ao mesmo tempo, o novo meio agiu também como principiante. Provocou o passe de mágica mediante o qual um obscuro teólogo conseguiu abalar o trono de São Pedro¹²¹.

¹²⁰ EISENSTEIN, Elizabeth L. **Revolução da Cultura Imprensa: Os primórdios da Europa moderna**: Universidade de Cambridge, 1983. p.167.

¹²¹ EISENSTEIN, Elizabeth L. **Revolução da Cultura Imprensa: Os primórdios da Europa moderna**: Universidade de Cambridge, 1983. p.173.

Ainda sobre a significação e os desdobramentos deste fato histórico, é consensual entre os historiadores a opinião de que a sua ampla repercussão se deu, em parte, porque o cenário sócio-religioso em que ocorreram estas discussões teológicas fora alterado pelas “novas técnicas de publicidade”, em uma conjuntura conturbada pelas tensões geradas em torno do declínio da hegemonia do poder papal: a crença na autoridade do pontífice, enquanto máxima instância deliberativa no domínio secular e no mundo espiritual principia a cair em descrédito entre as forças políticas locais em ascensão nos “estados territoriais”; e perante uma fração da piedade popular persuadida sobre o “caráter mercantilista” e o parco embasamento escritural da construção da Igreja romana sobre o poder de intervenção do papa no destino das almas do purgatório (idéia forjada para justificar a prática pastoral das indulgências)¹²².

Com a finalidade de evidenciar o contra-senso do ponto de vista teológico deste tipo de “operações”, Pierre Chaunu transcreve alguns trechos das teses de Lutero (escritos originalmente em latim), nos quais o teólogo reformador participa a sua audiência os danos que o apelo a estes subterfúgios causaram à imagem do papa e o entrave que esta forma de penitência representava à verdadeira contrição. Chaunu sobrepõe, em contraposição, o discurso de Lutero ao de Tetzel (as suas quatro propostas para a construção da nova Catedral de São Pedro), a quem descreve como comissário encarregado pela alta hierarquia da Igreja de levar a cabo o procedimento duvidoso das indulgências, explicando o caráter inconciliável das duas posições contraditórias. Exclama Tetzel: “[...] *Um perdão total para os fiéis que tivessem se confessado e se arrependido pagando um óbulo tarifado segundo o seu rendimento e o seu estatuto... e o permodum suffragir que validava, em troca desse óbulo, a liberação de almas do purgatório*” Lutero, por outro lado, admoesta os fiéis sobre

¹²² CHAUNU, Pierre. **O tempo das Reformas (1250-1550)**:. *História Religiosa e sistema de Civilização*. Lisboa: Edições 70, 1975, p.115.

a impropriedade moral e religiosa destas práticas, criticando as motivações por detrás da atitude condescendente do Papa Leão X:

Já não é possível, mesmo para os homens sábios, preservar o respeito devido ao papa das calúnias ou das questões perfeitamente pertinentes dos leigos. Ou seja: por que é que o Papa não esvazia o purgatório por amor da muita caridade e da necessidade mais imperiosa das almas, que é o motivo mais justo de todos, enquanto resgata as almas em número infinito pelo amor muito funesto do dinheiro, com vista à construção da catedral de São Pedro, que é o motivo mais inconsistente de todos?¹²³.

A descoberta de uma nova hermenêutica bíblica por Lutero está relacionada a sua afinidade com a patrística dos “santos padres da Igreja” da antigüidade (sobretudo com os comentários escriturais de Santo Agostinho). Esta identificação reforçada pela leitura autônoma e inspirada dos Salmos e das Epístolas de São Paulo (nos idiomas hebraico e grego), teria culminado na definitiva ruptura com a doutrina sobre a salvação e outros conceitos teológicos prescritos pela Escolástica – rejeitava do mesmo modo a teologia dogmática medieval permeada pela filosofia, em nome da primazia da linguagem positiva da Bíblia. O monge alemão tornou-se uma figura pública e polêmica quando o efeito multiplicador da imprensa fez ressoar o conteúdo das 95 teses e as suas críticas veementes às indulgências - a maneira imprópria e desprovida de respaldo bíblico - através da qual a alta hierarquia eclesiástica buscava angariar fundos para a construção da Catedral de São Pedro. A carta endereçada ao Papa Leão X, em 1518, presta-se à justificação das idéias que teriam norteado as suas ações; declarando que não se posicionava a favor de “*nada que fosse contrário às Escrituras ou à doutrina dos Padres, recebidos e observados pela Igreja de Roma*” porquanto acreditava de ter o direito à liberdade de desaprovar as opiniões de

¹²³ CHAUNU, Pierre. **O tempo das Reformas (1250-1550)**:. *História Religiosa e sistema de Civilização*. Lisboa: Edições 70, 1975, p.127-128.

São Tomás de Aquino ou de outros teólogos que não estivessem em conformidade com nestes textos ¹²⁴.

Tornadas públicas as sua posições, os debates que se sucederam em Wittemberg e em outros núcleos universitários europeus, incitaram uma investigação por parte da Cúria Romana que resultou na condenação de seus ensinamentos e na sua excomunhão, em 1521. Quando convocado a comparecer perante o Imperador Carlos V e na Dieta de Worms, assembléia formada por líderes seculares e eclesiásticos, Lutero objetou firmemente ao pedido de retratação, alegando que não deveria revogar aquilo que lhe ditava a sua consciência, a qual estava sujeita somente à autoridade infalível das Escrituras: No grande clássico da literatura protestante britânica *The Book of Martyrs*, publicado na era Elizabetana (1563), John Fox reproduz os termos de sua defesa:

Considering your sovereign majesty, and your honors, require a plain answer; this I say and profess as resolutely as I may, without doubting or sophistication, that if I be not convinced by testimonies of the Scriptures (for I believe not the pope, neither his general Councils, which have erred many times, and have been contrary to themselves), my conscience is so bound and captivated in these Scriptures and the word of God, that I will not, nor may not revoke any manner of thing; considering it is not godly or lawful to do anything against conscience ¹²⁵.

Impugnado pelo Imperador, Lutero encontrou refúgio na tutela do príncipe Frederico da Saxônia que o manteve sob sua proteção no castelo de Wartburg local onde, no ano de 1522, realizou a tradução do Novo Testamento para a língua alemã, partindo do texto original em grego. As teses de Martinho Lutero haviam sido vertidas para o alemão, impressas e divulgadas por toda a Alemanha em um curto espaço de tempo – a polêmica havia se alastrado pelo multiplicador do opúsculo volante, até as camadas iletradas da

¹²⁴ FOX, John. **Book of Martyrs**. Philadelphia: Universal Book and Bible House, 1926, p.162.

¹²⁵ FOX, John. **Book of Martyrs**. Philadelphia: Universal Book and Bible House, 1926, p.164.

população que tinham sido alcançadas por meio da forte repercussão de uma leitura pública simplificada. Resumidos, impressos e traduzidos para os idiomas locais, os escritos de Lutero foram difundidos em outras nações européias através da produção de uma literatura de cunho religioso e caráter informativo que interava o público sobre os avanços do movimento e as medidas tomadas para refreá-los (na origem de cada episódio da reforma, havia um edital). Se levarmos em consideração que a tradução integral da Bíblia para o alemão (concluída em 1534), é um grande feito por todas as suas implicações sócio-culturais e religiosas, mas não abrange senão uma parte da vasta obra de Lutero; e que, somada a ela os sermões, os catecismos e os conteúdos dos seus quatro mais famosos Tratados, “O Papado de Roma” (de junho de 1520), “O Apelo à Nobreza Cristã da Nação Alemã” (de agosto 1520), “O Cativo Babilônico da Igreja” (outubro de 1520), “Tratado sobre a Liberdade Cristã” (de novembro de 1520); que encerram os princípios ordenadores da teologia protestante constatamos que, pela primeira vez na história ocidental, constitui-se uma “literatura de massa”, voltada e acessível ao grande público.

No livro *Printing and Propaganda and Martin Luther*, Mark Edwards Jr. discorre sobre o papel desempenhado pela imprensa nos debates públicos iniciados pelo conteúdo polêmico dos escritos de Lutero. No que concernem as suas denúncias do papado e a valorização do “status espiritual do laicato”, o monge agostiniano expôs argumentos que: relativizavam o poder da autoridade religiosa institucional; conferiam um novo sentido aos sacramentos e às práticas clericais; refutavam a obrigatoriedade do celibato; questionavam a validade e a indissolubilidade dos votos monásticos. Edwards enfatiza que a participação da imprensa não se resume a uma participação secundária, visto que não foi apenas em suporte técnico para a veiculação das propostas inovadoras que agitavam o meio religioso europeu, onde eram travadas as disputas no plano ideológico entre as doutrinas luteranas e a dogmática

católica. O autor compreende a atuação da palavra impressa como uma força favorável ao processo de implantação do programa reformador, pois tendo produzido milhares de cópias, em língua vernácula, da única autoridade reconhecida pelos seguidores deste movimento como infalível e incontestável – a Bíblia – teria enfraquecido o poder centralizador da autoridade eclesiástica tradicional; e, tendo fornecido o principal subsídio para estas reflexões teológicas, teriam encorajado os receptores das mensagens impressas a formularem o seu próprio parecer sobre as disputas doutrinárias em questão, angariando junto à opinião pública, ampla adesão à causa protestante:

[...] printing also undermined central authority because it encouraged the recipients of the printed messages to think for themselves about the issues in dispute, and it provided the means – printed Bible especially – by which each person could become his or her own theologian [...] much of the dispute of these early years swirled around the issue of authority: who governs and on what basis, who divides and on what grounds? Printing not only spread the dispute to the four corners of the Roman Empire of the German Nation beyond, it inherently favored Luther's side of the argument. In a crucial way, it not only conveyed Luther's message but also embodied it¹²⁶.

2.2 A REFORMA E OS REFORMADORES EM PAUTA DE DISCUSSÃO: ARTIGOS DO “JB” COMENTADOS.

No conjunto dos artigos que discutiremos a seguir, faz-se, reiteradamente, alusão a questões relativas à Reforma do século XVI, abrangendo-se outros movimentos e personagens históricos que a ela são relacionados pelos batistas em um longo período cronológico delimitado por balizas temporais que precedem mesmo o próprio surgimento do protestantismo nas sociedades européias. No plano temático, o caminho da argumentação segue o viés da apologética à teologia protestante, encerrando um discurso em que o tema central e as suas variantes dão destaque às reivindicações religiosas

¹²⁶ EDWARDS, Mark. V. Jr. **Printing, Propagand and Martin Luther**. Los Angeles: University of California Press, 1994, p.7.

circunscritas a um longo processo histórico, com as quais procuram fazer frente a certos dogmas e práticas do catolicismo contemporâneo.

No artigo integralmente reproduzido abaixo, o Jornal Batista publica uma biografia de Gutenberg, traduzida do jornal inglês *The Independent*, em comemoração ao quinto centenário de seu nascimento. Através da publicação desta matéria, procuram informar os seus leitores fornecendo-lhes dados sobre a sua vida pessoal, narrando particularidades técnicas do processo tipográfico inovador que desenvolveu, perscrutando meandros de sua trajetória no mercado da impressão de livros; e, principalmente, explicando o motivo pelo qual o inventor da imprensa é homenageado no meio protestante com grande deferência: o fato de sua invenção ter possibilitado a rápida e ampla difusão da Bíblia, que passou a ser impressa e traduzida para diversos idiomas, viabilizando a realização do precípulo chamado vocacional dos missionários evangélicos. Na narrativa é perceptível o mecanismo que foi repetidas vezes utilizado pelos batistas: as tentativas de incursão pelas veredas da história, neste caso particular, referendando a construção que cunhou a imagem de Gutenberg no imaginário popular alemão (e protestante, em geral), como uma espécie de patrono do protestantismo.

A Allemanha acaba de celebrar de modo muito apropriado o quinto centenario do anniversario natalicio de Johann Gutenberg, o inventor da arte de imprimir, um dos mais notaveis e distinctos de seus filhos. Na linda e antiga cidade de Rhim, Mayence, o torrão natal do inventor, teve lugar uma exposição do melhor e mais curioso que a arte de imprimir tem produzido nos ultimos quinhentos annos. Percorreu as ruas da cidade uma procissão historica reproduzindo os costumes do tempo de Gutenberg. Centenas de escolares e especialistas na arte typographica de toda a Europa vieram prestar homenagem á memoria do grande homem. Houve excursões festivas no rio historico, e á noite illuminação. – Uma celebração em tudo muito digna. Ninguem pode acusar os allemães de esquecerem se da memoria dos seus grandes homens [...]

[...] É á sociedade de Gutenberg & Fust que nós devemos as celebres Biblias de Gutenberg, das quaes haviam duas, a primeira (1453-1456) com 42 linhas por paginas, e a segunda com 36 linhas. Somente trinta e um exemplares da Biblia de 42 linhas sabe-se existirem hoje e da de 36

linhas somente nove exemplares mais ou menos completos. É provável que a edição da Bíblia de 42 linhas não fosse superior a cem exemplares. Pouco tempo depois da sua publicação em 1456, um exemplar da Bíblia de 42 linhas foi vendido em Mayence por quarenta guldens de ouro, ou, mais ou menos 350\$000 reis. E ha pouco tempo em Londres um exemplar perfeito foi elevado ao enorme preço de 9:500\$000 reis. **Nos dá prazer em pensar que esse ancião de Mayence reconheceu a necessidade de publicar a Bíblia. Foi isso que induziu-o a seu trabalho, e nós nos sentimos gratos a elle pela grande parte que tomou em nos habilitar para esse trabalho agora, quinhentos annos depois de seu natalicio, a circular em quasi todas a linguas da terra milhões de exemplares do mais glorioso de todos os livros**¹²⁷ (JB, 20 mar. 1901, grifo nosso).

Nesta nota tão sucinta, distingue-se um outro recurso textual, por intermédio do qual remetem a Gutenberg indiretamente, lembrando quase despretensiosamente - e em “linguagem telegráfica” - informações sobre aquele que os batistas aclamam como o seu mais fecundo trabalho: a primeira impressão da Bíblia.

A Primeira Bíblia – A primeira Bíblia impressa foi nos anos de 1450-1455. Constava de dois volumes, que reunidos tinham 1.282 pags. Dessa primitiva edição ainda existem alguns exemplares, o que prova que o trabalho era primoroso¹²⁸.

Através da forma de estruturação e conteúdo argumentativo do texto são relevadas as participações de personagens históricos, de origem protestante, no desenvolvimento de diversas áreas do conhecimento humano. Cabe, neste âmbito, a observação de que o nome de Gutenberg é enaltecido como o primeiro em uma longa lista de proeminentes personalidades, cuja genialidade e pioneirismo teriam legado à história notáveis contribuições. É traçado, no artigo, um quadro das grandes realizações de protestantes ilustres, responsáveis pelo processamento de inovações revolucionárias em variados segmentos. O invento de Gutenberg ocupa a primeira posição – o lugar mais distinto – na relação que evoca algumas das mais admiráveis descobertas no campo científico. A

¹²⁷ Johann Gutenberg (Do Independent). **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro. 20 mar. 1901, p. 3.

¹²⁸ A Primeira Bíblia. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro. 10 dez. 1901, Echos ad Campanha.

importância do advento da imprensa enquanto agente de transformação social, cultural e religiosa, aparece tacitamente vinculada ao protestantismo, na medida em que teria sido o principal suporte material no processo de propagação do ideário do movimento, ao multiplicar a audiência e o espaço de atuação dos missionários, no seu diligente trabalho de divulgação da Bíblia e dos preceitos evangélicos. Novamente, faz-se menção indireta à imprensa como o fulcro material que auxilia a mais nobre tarefa levada a cabo pelo protestantismo: fazer chegar aos diversos povos do mundo as Escrituras Sagradas em seus próprios idiomas.

Os Protestantes baseam a sua religião na Escripura Sagrada, lei de Deus, a qual já traduziram em quatrocentas linguas, e se esforçam por fazel-a chegar ás mãos de toda a creatura de Deus. D’ahi vem a emancipação da intelligencia e da alma, à liberdade dos escravos e a salvação das nações da tyrania do Papa e dos reis. Aos protestantes se deve hoje a liberdade religiosa e a forma republicana de governo. Mais de doze mil homens sahiram da Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha e se acham localisados entre as nações, para ensinar ao povo a lei de Deus. Os protestantes tornaram geral e solida a instrucção, por tanto tempo encerrada nos muros dos conventos. Augmentaram milhares de vezes as riquezas materiaes do mundo, enchendo-o de uma prosperidade e felicidade jamais sonhadas. Têm em suas mãos a balança do destino das nações. Hoje o sentimento mais forte do mundo gravita sobre seus principios. Os primeiros estadistas, os primeiros sabios, os primeiros oradores do mundo se encontram hoje no meio d’elles.

Qual é a nação que póde comparar-se com as protestantes em cultura intellectual, moral e physica? Estão na vanguarda de tudo quanto é bom e util, em todos os ramos de actividade humana.

GUTEMBERG, protestante, foi inventor da imprensa, a qual mediante HOE, protestante faz trinta mil impressões por hora na machina rotativa¹²⁹ (JB, 10 out. 1901, grifo nosso).

Neste artigo intitulado, a pauta continua sendo a imprensa – *“essa filha de João Gutemberg, uma das melhores invenções do século XV”*; porém, surge um novo componente no discurso que é a diferenciação entre os fins a que este meio de comunicação eficaz poderia potencialmente vir a servir. O prelo é retratado como poderoso instrumento a serviço do progresso, da instrução e da edificação moral, quando não

¹²⁹ O Que são Protestantes. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro. 10 out. 1901.

manipulado em favor do avanço do processo de secularização. A propaganda do cientificismo nos jornais, caso levada às últimas conseqüências, poderia incorrer em uma vaga de ceticismo que acreditavam ser nociva à sociedade, cuja ordem se mantinha através do predomínio da justiça, do respeito social e da preservação dos bons costumes - princípios que os batistas entendem como indissociáveis da obediência às leis de Deus prescritas nas Escrituras. Reconheciam o trabalho da imprensa como um sustentáculo na promoção do bem estar social, desde que não negasse os valores inerentes ao Cristianismo e facultasse a disseminação dos ensinamentos bíblicos. A última frase do artigo é um mote emblemático: “Salve a imprensa, e viva o Evangelho”.

Neste seculo do Evangelho, dizer-se que o prélo é o melhor alimento da vida moral e social, é um ridículo; e que lutando pelo bem estar da sociedade, estabelece bons costumes, reprime o erro e engrandece a pátria! Esse preceptor incansável, não póde ser o conselheiro providente, o juiz recto e o partido do progresso, quando declara que a sua religião é a sciencia em toda prenitude. O que é uma sociedade sem religião? É um edifício sem alicerces, que ao menor abalo se desmorona.

Essa filha de João Gutemberg é uma das melhores invenções do século XV, mas a chave social que póde estabelecer bons costumes no elemento da vida social só póde ser a pedra (Jesus) que os edificadores regeitaram.

O Jornal é bom conductor de propaganda por inhospitas paragens, embrenhando até aos recônditos das famílias, porém deve ser baseado em ensinamentos instructivos de edificação e respeito social. O melhor meio de plantar bons costumes está na obediência ao Supremo Legislador. Sua lei é perfeita e refrigera as almas que se acham desviadas. Seus preceitos são rectos, fieis e alegram o coração pelo mandamento puro que allumia os olhos cegos. La lumiere est (Jesus) venue au monde, et les hommes ont mieux aimé les tenibres que la lumiere. O temor do Senhor é mais desejável do que as sciencias, e por elle é admoestado o homem para boas obras. Os maiores engenhos devem confiar pouco nas suas luzes; só uma submissão poderia evitar o perigo do erro. Qui esuque boit de cette et auci aura encore soif. **Salve a imprensa, e viva o Evangelho**¹³⁰ (JB, 12 set. 1902, grifo nosso).

Nos artigos veiculados nos dias 15 de dezembro de 1905 e 15 de janeiro de 1906 (os quais vêm ao público com o mesmo título “Por que Protestantes?”), os articulistas do Jornal

¹³⁰ QUEIROZ, Antonio. A Imprensa. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro. 12 set. 1902, p.3 (135).

Batista fazem um tipo de preleção dirigida à sociedade brasileira, exteriorizando a sua preocupação em distar-se do equívoco de apelar, através do uso da palavra impressa, para um tipo de proselitismo desvinculado do compromisso de incutir em seus leitores a sede do conhecimento bíblico. Deveriam, portanto, prestar-lhes maiores esclarecimentos sobre os princípios religiosos que apregoavam, para que não se reincidisse no erro da religião majoritária de fomentar uma espécie de religiosidade “dogmática, superficial, automatizada”... Buscavam inspirar em seus interlocutores um forte sentimento de identificação religiosa, que deveria resultar do livre exame das proposições doutrinárias da denominação batista, em um processo de assimilação que deveria conter em si uma profunda reflexão teológica, muitas vezes realizada à luz do conhecimento histórico.

Os batistas fazem uma crítica ao sistema religioso local argüindo a filiação religiosa majoritária ao catolicismo vivenciada pela maioria absoluta da população brasileira, alegando não ser este posicionamento, na maioria das vezes, fruto de uma adesão voluntária e consciente, mas mera perpetuação de um tradicionalismo religioso autômato, enraizado irrefletidamente. Eles afirmavam que muitas pessoas desconheciam os fundamentos de suas crenças, não sendo capazes de justificar os motivos pelos quais depositavam a sua fé no credo que professavam, exemplificando que *“havia especialmente um grande numero de catholicos que não podiam dar outra razão melhor do que a de terem sido baptizados e chrismados pelos ministros de sua religião”*.

O título dos dois artigos repete a indagação “Por que Protestantes?”, recurso lingüístico que lhes confere o teor conotativo de uma espécie de sondagem auto-reflexiva, ao mesmo tempo em que o texto se propõe objetivamente a elucidar questões cruciais ao entendimento de algumas diferenças categóricas entre o pensamento teológico católico e

protestante, tendo sido feita a observação de que muitos evangélicos não tinham clareza sobre os seus principais pontos de incongruência. O texto apresenta uma definição para o termo protestante caracterizada pela utilização da breve explicação de cunho histórico, associada ao emprego da semântica:

A palavra protestante significa alguém que protesta. No anno de 1529, doze annos depois do começo da Reforma na Allemanha, os principes evangélicos allemães fizeram um protesto formal contra aquele decreto da Dieta imperial, que os privava daqueles direitos de adorarem a Deus segundo as suas próprias consciências. Por causa desse protesto foram elles appellidados de protestantes, nome esse que ora é applicado a todas as egrejas christãs que advogam os princípios da Reforma allemã¹³¹ (JB, 15 dez. 1905).

Sucintamente, são levantados neste artigo alguns dados históricos como a convocação da assembléia imperial em 1529, na qual os príncipes germânicos católicos e Carlos V rescindiram a maior parte dos atos de tolerância religiosa que haviam sido concedidos aos seguidores de Lutero. Os batistas colocam-se em concordância com o protesto realizado na Dieta de Speyer em agosto de 1529, quando os príncipes luteranos declinaram esta decisão, situando a denominação como um dos integrantes de um amplo movimento religioso que antecedeu a sua própria formação institucional no século XVII, vinculando-se ao protestantismo enquanto grupo cristão defensor do direito à liberdade de consciência religiosa e co-participante de algumas das principais reivindicações, no âmbito teológico, requeridas pela da Reforma do século XVI.

Antes da abordagem do assunto elementar – a exposição dos dogmas do catolicismo contra os quais protestam – destacam as duas premissas que fazem convergir a fé católica e a protestante para um espaço de conciliação que transcende quaisquer limites impostos pelas divergências existentes entre os dois pensamentos religiosos: “*a importante doutrina que*

¹³¹ DUNSTAN, A.L. Por que Protestante? **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 15 dez. 1905, p. 2 (210).

Jesus Christo é o Filho de Deus, e que elle morreu afim de expiar nossos pecados” .

Através do jornal, os batistas fazem o reconhecimento público de que, a despeito das diferenças, entendem que o catolicismo tal qual o protestantismo prega os princípios fundamentais do Cristianismo, ensinando a seus fiéis muitas das verdades espirituais que estão reveladas nos Evangelhos (razão pela qual devem reconhecer “*que os seus ensinamentos não são todos errôneos*”).

Não obstante à tênue iniciativa de aproximação, as matrizes temáticas dos artigos tratam comparativamente da falta de correlação de certas idéias religiosas ou mesmo da existência, em alguns casos, de uma relação de antítese entre alguns axiomas apregoados pela Igreja Católica e alguns dos conceitos fundamentais do protestantismo. É criticada a posição da Igreja Católica relativa à Bíblia, contestado o dogma da infalibilidade papal (o que inclui a recusa da tese do primado da igreja romana) e contraposta a doutrina da salvação pelas obras. A discussão tem como pano de fundo a rejeição do valor absoluto que o catolicismo imputa à tradição e ao poder decisório da sé romana, em detrimento da aceitação das Escrituras como máxima e exclusiva autoridade (postura que os batistas tomam como falta de desvelo para com a prática exegetica, de onde acreditam advir as lacunas e contradições encontradas nas doutrinas que consideram equivocadas).

Protestamos, portanto, em primeiro lugar, contra a posição da Igreja Catholica Romana acerca das Escripuras Sagradas. O concilio geral da Igreja, convocado em Trento, declarou:<<Toda a verdade salvadora não se acha nas Escripuras, mas em parte na tradição; e quem não receber a tradição da mesma forma que as Escripuras seja anathema>>. Assim ensinam, não somente que a tradição humana é de auctoridade igual á Palavra de Deus, mas, tambem que serão condemnados todos os que com ella não concordarem. A Igreja Romana tem sempre se esforçado em evitar a leitura da Bíblia pelos seus adeptos, dando tal direito exclusivamente ao clero : e muitas vezes tem chegado a queimar a Palavra Santa afim de evitar que o povo acceite as verdades nella apresentadas. Cremos que os ensinamentos de que as Escripuras não contém toda a verdade salvadora e de que as tradições têm auctoridade igual á das Escripuras, são a fonte de

toda a falsa doutrina e especialmente de todos os grandes erros que têm entrado na Igreja Catholica. Os males de taes ensinamentos são d'uma forma mais extensa; e, por isso, estamos obrigados a fazer contra elles um protesto vigoroso¹³² (JB, 15 dez. 1905, grifo nosso).

Protestamos tambem contra a doutrina de Roma que somos justificados pela fé e pelas obras; porque Deus declara na Sua Santa Palavra que somos justificados somente pela fé, como se vê em Romanos 3:28 “Concluimos pois que o homem é justificado pela fé sem as obras da lei”; tambem em Romanos 4:6 “Bemaventurado o homem a quem Deus imputa a justiça sem as obras” ; e em João 6:29. “A obra de Deus é esta, que creiaes n'Aquelle que enviou”. **É verdade que as boas obras são o resultado necessario da fé, e a parte necessaria á vida christã : e não há verdadeira fé que não produza boas obras ; mas uma vida de boas obras de nada vale enquanto não formos perdoados e justificados por Deus.** Tudo quanto Deus exige de nós para nos perdoar e justificar é uma verdadeira fé. “Como está escrito; o justo viverá pela fé”. Romanos 1:17. **Protestamos contra os ensinamentos que as nossas obras são necessárias para nos justificarem perante Deus; porque cremos que em assim ensinarem, os catholicos negam que a obra de Christo seja sufficiente, bem como tiram d'Elle uma parte da gloria na nossa salvação.** Cremos que os nossos melhores esforços são de tal forma misturados com pensamentos maus que não temos merecimentos algum perante nosso Pae; e, portanto se a nossa justificação dependesse em parte das nossas obras, o mais fervoroso crente não poderia ter certeza de ser justificado nem ter uma base satisfactoria da sua paz¹³³ (JB, 15 jan. 1906, grifo nosso).

Com a apresentação dos artigos que seleccionamos abaixo, intitulados respectivamente, Luthero – sua profissão de fé (de 21/10/1909), Luthero (de 10/06/1901), Protestantismo de (10/12/1901), Protestantismo II (de 30/12/1906), Em que differem Catholicos e Protestantes (de 20/11/1904 e 30/01/1905), buscaremos estabelecer um diálogo entre as matérias veiculadas no periódico e o conteúdo da pesquisa historiográfica que realizamos sobre a Reforma na subseção anterior. Pretendemos focar o modo como alguns tópicos desenvolvidos no segundo capítulo deste trabalho surgem na redação do Jornal Batista, levando a efeito as discussões sobre a teologia luterana e a personagem histórica do reformador, na forma de argumentos que advogavam em favor de sua conduta moral,

¹³² DUNSTAN, A.L. Por que Protestante? As Escripturas Sagradas e a tradição. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1905, p. 2 (210).

¹³³ DUNSTAN, A.L. Por que Protestante? A Doutrina das Obras. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1906.

engendrando uma defesa de suas ações aduzida da valorização da dinâmica de suas propostas religiosas

No dia vinte e um de outubro de 1909, os batistas publicaram a profissão de fé de Lutero, artigo em que transcrevem a declaração da proposição teológica que fundamentou a elucubração do credo protestante: a doutrina da justificação pela fé; e atentam, através da reprodução da fala de Lutero, para a necessidade da observância estrita das Escrituras como suprema instância reguladora do organismo eclesiástico e da vida religiosa, apesar das sanções do papado contrárias a este paradigma do movimento evangélico. Pode-se depreender do texto a crítica dos batistas à prédica católica de que as boas ações do homem poderiam contribuir para a remissão de seus pecados, conceituação teológica que prevê a cooperação entre fé e obras como valores espirituais equivalentes para a obtenção da salvação da alma. A sentença proferida por Lutero, no momento correspondente à eclosão da Reforma Protestante, quando reproduzida nas páginas do jornal, volta-se a trazer à audiência contemporânea informações de caráter histórico e ensinamentos teológicos que se destinam a suscitar novas reflexões e questionamentos sobre o corpo de crenças e práticas do catolicismo.

Como talvez nem todos a conheçam, damos aqui a celebre profissão de fé de Lutero: **Eu, Martinho Lutero, um indigno pregador do Evangelho de nosso Senhor Jesus Christo, assim professo e assim creio, que a doutrina que fé sem obras pode justificar um peccador perante Deus, nunca poderá ser aniquilada, nem por imperador nem pelo turco, nem pelo papa, com todos os seus cardeaes, bispos, sacerdotes, monges, freiras, reis, principes, poderes do mundo; não, nem ainda por todos os demonios do inferno. Este artigo de fé ha de permanecer, quer elles queiram quer não. Este é o verdadeiro Evangelho, que Jesus Christo, e só Elle, nos remiu de nossos pecados. Esta é uma verdade firme e estavel, pois é a voz da Escripura, ainda que o mundo e todos os demonios rujam de ira. Se somente Christo pode livrar-nos dos nossos pecados, nós não podemos fazel-o pelas nossas proprias obras; e como é impossível receber a Christo senão pela fé, é igualmente impossível que se o possa receber por palavras; se, portanto, somente a fé pode apprehender Christo, antes que haja obras, a conclusão**

inquestionável é que a fé apprehende a Christo, independente das obras; e é a nossa justificação do pecado. Então depois da fé as obras se seguem, como o seu fructo natural. Esta é a doutrina que eu ensino; e esta a doutrina que o Espírito Santo e a igreja dos fiéis tem proclamado. E esta é a doutrina na qual deposito a minha confiança. Assim Deus me ajude. Amen¹³⁴ (JB, 21 out. 1909, grifo nosso).

A leitura dos artigos do primeiro decênio de publicação do Jornal Batista revela a existência de uma efervescente e sistemática crítica ao catolicismo que punha em pauta assuntos relativos à Reforma Protestante do século XVI, em um esforço pela projeção no espaço público (para além dos limites físicos e conceituais circunscritos ao púlpito de suas igrejas) de uma dialética que compreendia a apologética ao protestantismo na contra-ofensiva à censura católica - discurso construído muitas vezes a partir de elocuições em que se sobressaíam questões de natureza histórica. O artigo do dia 10/06/1901 pode ser catalogado como um típico enunciado deste “discurso retrospectivo”, no qual principiam a verberar, ainda que genericamente, algumas práticas obscuras da Igreja medieval (“*os muitos e grandes abusos que haviam convertido a Igreja romana em um receptáculo de corrupção...*”), e também a relevar o papel transformador da ação reformadora protagonizada por Lutero para a efetivação do processo de renovação religiosa que acompanhou o desenvolvimento do movimento protestante.

Subentende-se a partir da leitura do texto alusão aos desvios de conduta moral do clero, ao controverso comércio das indulgências, ou mesmo às perseguições às dissidências perpetradas pela inquisição – assuntos polêmicos que serão esmiuçados na redação de outros artigos. A linguagem textual denota o significado histórico e a apreciação da denominação batista de movimentos contestatórios liderados por contingentes da própria hierarquia eclesiástica que foram frutos de iniciativas individuais ou coletivas de membros

¹³⁴ Lutero: sua Confissão de Fé. **O Jornal Batista**, 21 out. 1909, p. 3.

do clero católico, os quais buscaram a restauração da Igreja medieval propondo a revisão de certos cânones e procedimentos institucionais.

São citados dentre os líderes destes movimentos religiosos que precederam a Reforma Protestante os nomes de John Wycliffe, Jan Huss e Erasmo de Rotterdam, sujeitos históricos que os batistas estimam como precursores do Protestantismo, agentes forjadores das condições sociais favoráveis ao seu surgimento, aos quais se referem como uma *“pleiada de eruditos e denodados escriptores, cujos valiosos escriptos de tal forma prepararam os animos dos catholicos para quando entrou em scena o varão de Wittenberg”*. A consulta aos dados bibliográficos disponibilizados durante a fase de elaboração do subtópico do capítulo - “Apontamentos sobre as relações existentes entre o surgimento do humanismo, a descoberta da imprensa e o advento da Reforma Protestante do século XVI”- tornou possível identificar nas ações destes personagens históricos atitudes inovadoras concernentes a seu posicionamento crítico contra a impropriedade moral relativa à conduta de certos representantes do clero, a discordância de determinados conceitos vigentes no pensamento escolástico e a iniciativa de expor publicamente as imprecisões técnicas referentes à epistemologia que validava aquele sistema teológico.

Os referidos teólogos eruditos, avaliados por alguns historiadores da Igreja como “pré-reformistas”, apresentaram como característica comum a inclinação a antever como principal atribuição da ordem clerical a qualidade de “dispensadores da Palavra de Deus”¹³⁵: John Wycliff, doutor em teologia pela Universidade de Oxford, foi o responsável pela primeira tradução integral da Bíblia para o idioma inglês (1382); o teólogo Jan Huss (reitor

¹³⁵ Termo utilizado por DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989, p. 72.

da Universidade de Praga) era seguidor de Wycliffe, foi perseguido e condenado na Bohemia pelo Concílio de Constança (1415) por discordar da versão oficial sobre a origem e os limites do poder papal, questionando a legitimidade de certas práticas sacramentais com base em uma interpretação pessoal - não autorizada - das Escrituras Sagradas; e Desidério Erasmo, o grande expoente do humanismo cristão, além de sua crítica mordaz à Escolástica e à conduta moral de segmentos da hierarquia da Igreja em *Elogio da Loucura* (1509), revisou o Novo Testamento, apoiando-se no método filológico (cotejando-o a antigos manuscritos redigidos em grego).

Haver reforma, sem reformador é uma impossibilidade. Porem é inegavel que o reformador, ainda mesmo o mais habilitado, jámais poderá alcançar bom exito das suas tentativas reformadoras sem que as condições sociaes lhe favoreçam, sem que o terreno de seus esforços tenha sido preparado. Antes de Luthero houve varias tentativas intrepidas para eliminar da igreja de Roma os muitos e grandes abusos que foram apparecendo, accrescimos esses que concorriam em alta escala para apagar o ultimo vestigio de espiritualidade, convertendo a dita igreja num Estabulo de Augias – receptaculo de corrupção; porem semelhantes tentativas deram em pleno fracasso, porque os adeptos do papa, ainda não se achando compenetrados da imperiosa necessidade de tal movimento, não corresponderam áquelles esforços reformadores. **Luthero, sendo precedido por uma pleiada de eruditos e denodados escriptores, como Wycliffe, Huss, Erasmo, etc, cujos valiosos escriptos de tal forma prepararam os animos dos catholicos, que quando entrou em scena o varão de Wittenberg, as suas vibrantes palavras acharam tão prompto écho que conseguiu pôr em acção uma onda revolucionaria de tamanho impeto que os da reacção tornaram-se impotentes para detel-a**¹³⁶ (JB, 10 jun. 1901, grifo nosso).

Em 20 de novembro de 1904, o Jornal Batista publicou o artigo intitulado “Em que diferem católicos e protestantes”, o predecessor de uma série que fez pronunciar ainda mais destacadamente os veios das discussões acaloradas com a Igreja Católica, amparadas em argumentos subtraídos da historiografia protestante sobre a Reforma. Na sua sucessão sequencial e temática (composta pelos artigos editados com os títulos de “Em que diferem católicos e protestantes” II e III, posteriormente, Protestantismo I, II III, etc.), os

¹³⁶ Luthero. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1901, p.2.

articulistas do periódico prontificam-se a redargüir as “ilações maledicentes” projetadas contra a biografia de Lutero – “*os ataques ao protestantismo e as injúrias formidáveis às pessoas dos reformadores, particularmente a de Lutero que foi o que abriu maior brecha no papismo*”. Os batistas reportam-se a uma longínqua tradição que teve origem na obra polêmica do humanista alemão Johannes Cochlaeus, “Comentários sobre os atos e escritos de Martinho Lutero” (de 1549), com que havia sido instaurada uma tendência na historiografia eclesiástica em traçar o perfil depreciativo da figura de Lutero, o qual teria sido ainda mais denegrido pelas lendas que penetraram o imaginário do catolicismo popular por longos séculos, fazendo vituperar nestes círculos, ainda no início do século XX, as perniciosas pechas de: ladino, furtivo, presunçoso, licencioso, dissoluto, lascivo, irascível – enfim, um homem capaz de cometer atos insidiosos contra a Igreja, fustigando-a moral e publicamente tomado pelo ímpeto de suas veleidades e rebeldia.

É somente no século XIX, quando são iniciados os debates acerca do papel representado pelas duas confissões cristãs no processo de unificação política da Alemanha que este juízo desabonador começa a ser revisto por integrantes da *intelligenza* do clero católico alemão; mas esta atitude é reavivada e passa a recrudescer com publicação do *Syllabus* em 1864¹³⁷. Em 1904, outra controvertida publicação de autoria do subarquivista do Vaticano, o dominicano tirolês Henrich Denifle (a obra Lutero e o Luteranismo, que muito se aproxima no teor de sua linguagem mordente aos escritos difamatórios do humanista Johannes Cochlaeus), tem ampla repercussão, fazendo reacender nos meios católicos e evangélicos a centelha da mordacidade na articulação dos discursos que faziam ressurgir, na arena jornalística, a antiga disputa pela afirmação de suas diferenças no campo teológico e distintas percepções sobre o fenômeno da Reforma.

¹³⁷ BONI, Luis Alberto de (Org.) **Escritos seletos de Martinho Lutero, Tomás Muntzer e João Calvino**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 17.

Baseando-se em documentos inéditos encontrados nos arquivos da biblioteca do Vaticano (a cópia de um manuscrito de um curso ministrado por Lutero sobre a Epístola de S. Paulo aos Romanos, na Universidade de Wittemberg, entre os anos de 1515-1516)¹³⁸, Denifle desenvolveu uma nova tese que contrariava o aclamado pioneirismo de Lutero na descoberta da doutrina evangélica da justificação pela fé, supondo que esta formulação teológica havia sido engendrada enquanto o precursor do protestantismo ainda pertencia ao sacerdócio católico, pretendendo com esta alegação contradizer a versão dos historiadores protestantes e demonstrar que tal sistematização provinha de correntes da “vanguarda” do pensamento teológico católico-romano, que já estariam em ascendência no século XV. No entanto, o principal foco da conturbação gerada esteve voltado para o caráter inverossímil e calunioso de suas descrições pejorativas dos costumes e das relações pessoais de Lutero, que insinuavam desregramento moral na condução de um comportamento suscetível “a vícios e paixões carnis”, os quais teriam feito malograr os seus votos do sacramento do celibato e o teriam feito sucumbir à infidelidade conjugal em seu matrimônio com Catarina von Bora.

No período correspondente à veiculação dos artigos que transcreveremos a seguir “Em que diferem católicos e protestantes” e “Protestantismo” (edições dos anos 1904-1906), os reflexos desta problemática podem ser vislumbrados nas discussões que estão na ordem do dia nas publicações da imprensa religiosa do país. Nos trechos anexados abaixo, os redatores do Jornal Batista replicaram, respectivamente, as acusações feitas contra Lutero e contra o protestantismo nos escritos do bispo ultramontano D. Antônio de Macedo Costa (impresso póstumo publicado no “Mensageiro da fé” em 9/10/1904); e nos artigos de

¹³⁸ DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989. p. 276.

autoria do padre Carlos Regattieri editados no Alcantil, jornal sediado no Espírito Santo (na cidade de Cachoeira de Itapemirim), publicação de 24/11/1906:

<<O protestantismo, em comparação com a igreja catholica, é uma religião de hontem. Sabe-se a data precisa de sua primeira apparição no mundo: sabe-se tambem o nome do inventor d’essa religião , d’aquelle que primeiro estabeleceu os principios d’ella. Antes de Lutherro, em 1517, ninguém pensava em protestantismo, todos eram catholicos, ao menos na fé, pois reconheciam a auctoridade divina dos pastores. O proprio Lutherro foi baptizado na igreja catholica; viveu por muito tempo como todo o mundo, na igreja catholica, professando as doutrinas e as practicas estabelecidas pela igreja catholica. Depois, para satisfazer suas criminosas paixões, é que elle rompeu com o papa, separando-se de igreja e fundou a nova seita que se chamou protestante, porque protestava contra o catholicismo, que já estava estabelecido antes, e continuou da mesma fôrma até nós>>¹³⁹ (JB, 20. nov. 1904, grifo nosso).

“Protestantismo” diz elle, “é o triumpho da carne sobre o espirito, é a rebeldia contra a autoridade legitimamente constituida, é o absurdo elevado a systema. Seu fundador é Lutherro. Dominado pelo mais insano orgulho, levantou o labaro da revolta contra a autoridade suprema da Igreja, e sonhou uma “Reforma”, que havia de ter por base o livre exame, ou a interpretação livre e individual da sagrada Escripura. Renovando os antigos erros dos Catharos, dos Valdeuses, de Wichleff, de João Hus, e accrescentando-lhes ainda outros de sua lavra, conseguiu formar uma seita religiosa, que teve o arrojo de querer fazer-se passar como o unico e verdadeiro systema da sagrada Escripura, e a pura fonte da verdadeira fé. Os seus ataques aos votos religiosos levavam os frades a sahir dos conventos, a casarem-se e a abraçarem o lutherenismo, que lhes abria o campo livre a todas as devassidões. Lisongeando o povo com a affimação de que todo o homem é sacerdote, de que para todos é livre o exame e interpetação da Biblia, de que para a salvação não são necessarias as boas obras... o lutheranismo se diffundiu, dentro em poucos annos por uma consideravel parte d’Europa. “Amigo da boa meza, dado á embriaguez e á voluptuosidade, gracejador grosseiro, ou, para melhor dizer, chocarreiro immundo, orgulhoso, arrebatado, fogoso e insensato”¹⁴⁰. (JB, 15 dez. 1906, grifo nosso)

A título de abarcar mais amplamente os termos da resolução do Jornal Batista em que os missionários propugnavam por Lutero como um dos mais importantes bastiões modelares da fé e também da moralidade no protestantismo, enunciaremos alguns dos principais tópicos dispostos na redação do texto, grifando-lhe algumas de suas mais “significativas

¹³⁹ BARRETO, Archiminia. Em Que Differem Catholicos e Protestantes. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 20 nov. 1904, p. 2 (234).

¹⁴⁰ Protestantismo. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1906, p. 4 (184).

colocações”. Vale reiterar, neste sentido, que o seu conteúdo é especialmente ilustrativo no que concerne o alinhamento da denominação batista com os conceitos da tríade teologia luterana (as doutrinas da salvação pela graça, sacerdócio universal e suprema autoridade das Escrituras), o que ratifica a sua aquiescência com as igrejas denominadas “protestantes históricas”. É muito elucidativo observar, nestes textos, como se constitui, na “mentalidade batista”, a sua interpretação da história do processo de restauração religiosa que teve o seu ápice na Reforma do século XVI, e o valor aquilatado aos sujeitos que dirigiram este movimento. No caso particular de Lutero, a alegoria construída para configurar o significado de sua participação é muito representativa:

Houve um tempo em que a humanidade achou-se enterrada n’um subterrâneo escuro e medonho. A porta desse subterrâneo estacionava vigilante um leão de uma ferocidade e força extraordinária que não deixava sahir ninguém. O Senhor porem levantou desse subterrâneo um gigante e mais alguns companheiros, que chegando á porta do subterrâneo feriram grandemente o leão, e a humanidade inteira sahiu da cova, para a luz brilhante do sol, sendo-lhe dado gosar em liberdade das maravilhas esplendorosas que Deus creara. **Esse subterrâneo eram os antros da inquisição; o leão era o papismo e todo o seu poder; o gigante foi Lutero e seus companheiros; o sol é Jesus Christo; a natureza é seu Evangelho**¹⁴¹ (JB, 15 dez. 1906, grifo nosso).

Outra relevante consignação registrada nos artigos citados explicitava que os batistas compreendiam que os célebres pontos doutrinários do protestantismo mencionados anteriormente não eram de autoria de Lutero ou de qualquer outro teólogo protestante, asseverando enfaticamente que o movimento reformado não se tratava de uma deliberada manifestação do espírito de sectarismo deletério (como pretendiam fazer conflagrar os seus oponentes que lhes imputavam a designação pejorativa de “chefes de seitas”); mas sim da fruição do “comissionamento apostólico” na vida de homens ungidos para a missão de fazer vivificar no corpo da Igreja de Cristo o conhecimento e a prática das verdades espirituais por Ele reveladas na Bíblia. Conquanto se empenhassem em tecer os

¹⁴¹ Protestantismo. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1906, p. 4 (184).

argumentos em resguardo da ilibada reputação dos líderes da Reforma, arremataram que: qualquer que fosse a vida dos reformadores, em nada alteraria a situação do protestantismo:

se acaso a vida de Lutero fosse ainda a mais corrupta do mundo, poderia porventura manchar o brilho do Sol? Não, nunca... as suas doutrinas não são de Lutero, mas do sacro Evangelho; e o seu Salvador Jesus Cristo, não Lutero ou qualquer outro reformador... todavia não estavam hipotecados a defender incondicionalmente a Lutero ou qualquer outro reformador, pois isso seria uma contravenção do espírito de livre exame que animou a própria Reforma e que foi bebido das Sagradas Letras¹⁴².

À semelhança do que havia decorrido em outros artigos, as críticas do Jornal Batista confluíram novamente para a impugnação do dogma da infalibilidade papal, para a interdição do ensino referente ao poder de intercessão atribuído pela Igreja Católica à Maria e aos santos, e para a contestação da doutrina católica que equiparava a autoridade das Escrituras à da tradição:

[...] a defesa incondicional de meros homens, pertence somente ao romanismo, cujos adeptos são obrigados a defender os seus infallíveis e a cahir nos mais extravagantes disparates para explicar os actos que vindo de infallíveis, ou da egreja ou do papa, nada têm de infallibilidade [...] **Quiz por força D. Antonio de Macedo, e que ainda sua egreja, fazer crer, que o Evangelho foi inventado por Lutero, Zwinglio, etc., como se nós pregassemos a esses homens, como salvadores ou advogados da humanidade, do mesmo modo que elles prégam a Maria, a Antonio e milhares de defensores, protectores intercessores, consoladores e poderosos [...] Os catholicos fogem do argumento da religião para sophismarem com Lutero e com Calvino, como se fossem elles os fundadores do Christianismo**¹⁴³ (JB, 30 jan. 1905, grifo nosso).

Nas enunciações do conteúdo textual dos artigos citados, os redatores do Jornal Batista objetivavam prioritariamente a comprovação da premissa de que a reprimenda católica que buscava conspurcar a imagem de Lutero e desacreditar as doutrinas emblemáticas do protestantismo carecia tanto de veracidade histórica quanto de embasamento Escritural. Os

¹⁴² Idem.

¹⁴³ BARRETO, Archimínia. Em Que Differem Catholicos e Protestantes III. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro. 30 jan. 1905, p. 2 (18).

batistas retalharam a virulência das inculpações dos censores da biografia de Lutero, argumentando que se tratava de calúnias do “jesuitismo”, que eram produto de criações inescrupulosas que estavam por detrás dos meandros da produção de “uma história forjada nas sacristias e nos mosteiros”, motivada por interesses corporativistas. As declarações críticas contra o Protestantismo de teólogos renomados como Miguel Soto Mayor, Lemoyne, Barth, são identificadas na fala do padre Regatieri, a que os batistas denominavam “*ousadia inqualificável do jesuitismo... uma afronta aos próprios católicos ilustrados bem versados na história*”.

Os articulistas do Jornal Batista estruturaram a sua “contra-ofensiva” em defesa aos ataques direcionados à figura de Lutero e de outros reformadores protestantes, centralizando o âmago da polêmica no exercício de confrontação das questões capitais que compunham o pano de fundo da cena política, cultural e religiosa em que havia transcorrido a Reforma: o tónus de sua crítica incisiva recaiu sobre o estado de desagregação do pontificado e da cúria romana renascentista os quais se encontravam, na época de Lutero, absortos em um processo de aviltamento moral que afugentava a força espiritual da instituição¹⁴⁴. Buscando dotar de fundamentação histórica o tratamento concedido a estas questões, os batistas fazem diversas referências ao clássico “*Storia Universale*” do erudito italiano Cesare Cantú, obra de caráter histórico-filosófico, iniciada em 1837, publicada posteriormente em 35 volumes traduzida para o inglês, francês, alemão e espanhol:

¹⁴⁴ No capítulo “O Estado como obra de arte”, Jacob Burckhardt discorre sobre a existência de toda sorte de estratégias em torno do estado pontifício renascentista,, que se comportava como um típico principado civil italiano, com a utilização de meios questionáveis para se atingir determinados fins de natureza política. Naquele contexto, a ascensão ao poder papal e a luta pela preservação dos interesses de Estado, implicaram uma gama de transações ilegítimas sob o ponto de vista moral: luxúria, despotismo, prática de simonia (com a comercialização de indulgências e de altos postos eclesiásticos), suborno, nepotismo, prevaricação - negociações duvidosas de todo tipo. Burckhardt narra como os papas da Renascença, principalmente Sisto IV (1464-1471), Inocêncio VIII (1484-1492), Alexandre VI (1492-1503), Júlio II (1503-1513) e Leão X (1513-1521), embora tenham sido legítimos representantes da Igreja Católica, mostraram-se passíveis aos mesmos atos reprováveis dos outros príncipes italianos; e é a partir desta decadência moral e desvio do sentido original da legitimação de seu poder, que teria sido desfechada a Reforma Protestante. BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 21-105.

Demonstramos em nosso primeiro artigo que qualquer que fosse a moral de Luthero e outros reformadores em nada alteraria a situação do protestantismo. Em defesa da verdade, porem, mostramos com testemunhos insuspeitos, tirados da Historia Universal de Cesar Cantù, que a immoralidade e corrupção attribuida a Luthero são revoltantes calumnias que lhe são atiradas pelos seus mais encarniçados inimigos, aquelles aos quaes a sua propaganda libertadora feriu mais de perto¹⁴⁵ (JB, 30 dez. 1906).

É citado também no artigo “Em que diferem católicos e protestantes II”, o modo como na obra “História Universal” o literato da Academia Brasileira de Letras, filólogo, jornalista e historiador, João Ribeiro (1860-19340), verbaliza aspectos do processo de extenuação do sentido religioso das ações da cúpula da Igreja romana durante o período em que se arregimentava o movimento protestante, cujos atos descomedidos e mesmo sacrílegos, desvaneciam a pureza dos princípios de suas atribuições essenciais:

A Historia Universal narra como Luthero e outros fizeram a reforma da egreja romana, quando o alto clero levava vida inteiramente mundana, e deleitava-se com as pompas principescas, occupando-se demasiado com a philosophia da antiguidade pagã, perdendo de vista as doutrinas do Evangelho: ao que nós acrescentemos, extinguindo inteiramente o Evangelho, e massacrando os que se animavam a ler a Biblia. H. Univ. João Ribeiro – p.226¹⁴⁶ (JB, 10 jan. 1905).

Nos artigos assinalados, em uma linguagem perpassada pelo estilo metafórico que se alterna entre a contundência e a ironia, o Jornal Batista retorquia as insinuações da tradição clerical que se voltava a eivar a biografia de Lutero, rechaçando os atos de irreligiosidade que dissipavam a aura sacra em torno da corte papal renascentista, exclamando contra a atmosfera de impiedade que pairava sobre o pontificado de Leão X (1513-1521). Além da crítica à desenfreada cupidez que teria desencadeado o contra-senso da venda de indulgências, os batistas faziam retumbar aspectos da vida pessoal do papa e de outros dignitários do clero romano que não condiziam com o status religioso dos altos cargos que

¹⁴⁵ Protestantismo II. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro. 30 dez. 1906, p. 2 (190).

¹⁴⁶ BARRETO, Archimínia. Em Que Differem Catholicos e Protestantes II. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro. 10 jan. 1905, p. 1.

ocupavam no Vaticano. São denunciadas a “dissolução moral” e a corrupção de costumes entre o escol da hierarquia eclesiástica, de onde o excessivo apego ao fausto espetaculoso, aos inextricáveis sofismas filosóficos, e à arte que carregava os signos da Antigüidade clássica (e, conseqüentemente, da mentalidade mítico-pagã), os quais teriam impingido à cultura religiosa a ascendência do mundano sobre o etéreo, o que comprometia a autoridade espiritual da Igreja, cuja orientação moral e doutrinária muito se afastara das categorias primordiais do pensamento cristão.

Mas o paganismo tinha invadido a corte pontificia, onde se favoreciam todos os homens de merecimento sem se curar ao uso que faziam do talento. Bembo esteve da chancelaria apostolica que Leão foi velado ao pontificado por mercê dos deuses immortaes; falla em aplacar os deuses subterraneos, assim com os votos feitos á dea Laurentana e do sôpro do zephiro celeste... O brilho da antiguidade tinha causado tal deslumbramento que já se não via o christianismo; generalizava-se uma preguiça zombeteira e volutuosa que nem queria o trabalho de pensar... Os costumes nem queriam parecer sagrados. Bembo, monsenhor della Casa, cardeal Hyppolito d'Este e muitos outros tinham filhos e não escondiam... Ligorio, na villa Pia, destinada á recreação dos pontifices, foi inteiramente pagão, não só na architettura, senão até nas scenas e figuras. O cardeal Bibiena tinha mandado construir sobre o Vaticano uma villa ornada de nymphas voluptuosas, pintadas pelo famoso Raphael; felicitava-se Julião de Medicis levar para Roma a princeza sua esposa; toda a cidade exclamava, diz elle: “Louvado seja Deus d'ora avante! Porque a que só faltava uma corte de damas, e essa princeza ha de ter uma, o que tornará perfeita a cruz romana”. Dirigia todas as magnificencias da corte de Leão X, os divertimentos do carnaval e as mascaradas. Foi elle que fez com que o papa mandasse representar a Mandragora, de Machiavel, e a sua Calandra, cujas scenas, que até n'um prostibulo pareceriam impudicas, fizeram rir muito a Leão X, Isabel d'Este e as damas mais elegantes da Itália [...] O que devia ser a antecâmara do céu era antecâmara do inferno! Fosse Luthero um devasso e não seria muito de admirar tendo elle sahido de tão angelica escola! E virem estes tonsurados accusar de carnalidade aos heroes da Reforma! Se não fosse contarem impunemente com a singeleza e credulidade da maioria do nosso povo, nascido, creado e alimentando com os embustes que elle mesmos têm successivamente ministrado, os senhore padres, encerrar-se-iam n'um silencio tumular anes que accusassem de dissolução aos promotores da Reforma ou mesmo a quem quer fosse. A Roma papal em nada desmereceu a Roma dos Cezares¹⁴⁷ (JB, 15 dez.. 1906, grifo nosso).

¹⁴⁷ Protestantismo. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1906, pp. 4-5.

Os debates polêmicos entre os batistas e as forças majoritárias do catolicismo na imprensa se davam no contexto do movimento de resistência dos missionários protestantes operantes no Brasil contra as investidas da corrente ultramontana que se articulava para salvaguardar a “unidade de seu rebanho”, entoando por vezes inflamados discursos que visavam à desqualificação do protestantismo perante a sociedade brasileira, descrevendo os grupos evangélicos como seitas promotoras de “Bíblias falsas”. Neste excerto do artigo publicado em 10/12/1901, o citado padre Regattieri faz severas críticas ao movimento reformado e a seu precursor, Martinho Lutero, tomando como escopo de suas recriminações princípios fundamentais da exegese e hermenêutica protestante, censurando o posicionamento das igrejas evangélicas, no tocante ao que considera decisões equivocadas passíveis de incorrer em “erros de interpretação” das mensagens bíblicas: a “subtração” dos sete Livros deuterocanônicos do Antigo Testamento e a inobservância das prescrições de natureza teológica preceituadas pela legislatura da Cúria romana, das quais estiveram desoneradas desde a adoção da praxe do livre exame das Escrituras preconizada pela Reforma.

[...] E, esta a Bíblia dos Protestantes?

Não, porque se fosse essa, os Protestantes encontrariam nella a propria condemnação. Elles viram que era necessario amoldal-a aos principios da seita, tirar-lhe aquellas passagens, aquelles livros que iam abertamente contra o systema, e o primeiro carrasco da Biblia tem sido o fundador do Protestantismo, Lutero. Este ensinara que a Biblia era a unica norma de fé, que para interpretal-a não era necessaria a intervenção do Papa, ou da Egreja, que a cada um assistia o direito de fazel-o, na certeza de que o Espirito Santo inspiral-o-hia e animal-o-hia de forma a eliminar qualquer erro de interpretação. Faltava porem a Biblia que fosse segundo o paladar de Lutero¹⁴⁸ (JB, 30 dez. 1906).

A réplica batista, em justificação da determinação das igrejas reformadas que não reconheciam a autenticidade dos livros deuterocanônicos na condição de livros divinamente inspirados, está alicerçada na exposição de dados da própria história eclesiástica católica. O redator esteia o pilar de sua argumentação nos comentários

¹⁴⁸ Protestantismo II. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro. 30 dez. 1906, p.2 (190).

extraídos do prólogo da tradução portuguesa da Bíblia Vulgata efetuada pelo padre Antônio Pereira de Figueiredo, em Lisboa, no ano de 1829 (publicação autorizada pelo Arcebispo da Bahia em 1864); e ressalta o fato de que a Igreja Católica só veio a promulgar a oficialização dos livros de Judite, Tobias, Sabedoria, Eclesiástico, Baruque, 1 e 2 Macabeus, durante o Concílio de Trento¹⁴⁹, procurando adicionar informações históricas ao parecer judicativo dos exegetas protestantes que os reputam como apócrifos.

O Jornal Batista presta esclarecimentos sobre as razões que teriam levado as igrejas reformadas a não incluir estes manuscritos em sua codificação dos textos sagrados, justificando que já não havia unanimidade entre os teólogos católicos sobre a inclusão destes livros na catalogação dos cânones bíblicos, desde o século III (cita Orígenes, Eusébio, o Concílio Laodiceno e Tertuliano), os quais haviam aventado a instituição da nomenclatura protocanônicos (de primeira ordem) e deuterocanônicos (de segunda ordem), fazendo a distinção dos escritos que os hebreus não haviam convencionado como cânones do Antigo Testamento. Uma pesquisa sobre esta questão complexa logrou a informação de que os referidos textos procedem da “Septuaginta”, tradução grega do Antigo Testamento realizada entre os anos 200/ 300 a.C, elaborada no intuito de fornecer suporte devocional para as comunidades religiosas judaicas que já não dominavam o idioma hebraico devido

¹⁴⁹. Sobre *Os Livros Sagrados e as Tradições dos Apóstolos*: “[...] e para que não surja dúvida a alguém a respeito dos livros que são aceitos pelo mesmo Concílio, resolveu ele juntar a este decreto o índice dos Livros Sagrados. São portanto os que a seguir vão enumerados: Do Antigo Testamento: os 5 de Moisés, a saber: Gênese, Êxodo, Levítico, Números, Deuterônimo; Josué, Juizes, Rute, os quatro dos Reis, os dois do Paralipômenos, o primeiro de Esdras e o segundo, que se chama Neemias; **Tobias, Judite**, Ester, Job, o Saltério de David com 150 salmos, os Provérbios, o Eclesiastes, o Cântico dos Cânticos, **Sabedoria, Eclesiástico**, Isaías, Jeremias, com **Baruque**, Ezequiel, Daniel; os 12 profetas menores, isto é: Oséias, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Miquéias, Nahum, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias; **o primeiro e o segundo dos Macabeus (grifo nosso)**. Se alguém não aceitar como sacros e canônicos esses livros na íntegra com todas as suas partes, como era costume serem lidos na Igreja Católica e como se encontram na edição antiga da Vulgata Latina; e desprezar ciente e premeditadamente as preditas tradições: - seja excomungado”. MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Concílio Ecumênico de Trento. Sessão IV – Os livros sagrados e as tradições dos Apóstolos. Disponível em: <http://www.monfort.org.br/index.php?secao=documento&subcessao=concilios&artigo=trento&lang=bra> Acesso em: 12 maio 2005.

ao longo período em que estiveram cativas na Babilônia, e para as populações adeptas do judaísmo que viviam dispersas entre outros povos mediterrâneos.

Quando no século I, foi aprovado por hagiógrafos israelitas o inventário oficial dos cânones do Antigo Testamento, a aplicação dos critérios que elencaremos a seguir culminou na exclusão destes livros do codex bíblico: os escritos sagrados deveriam estar em plena harmonia com o Pentateuco, terem sido redigidos em período anterior ao ministério do profeta Neemias; e terem sido concebidos dentro dos limites do território da Palestina, sendo transcritos em hebraico¹⁵⁰. Tais critérios foram também os parâmetros seguidos por Martinho Lutero em sua tradução da Bíblia para a língua alemã, e a objeção ao reconhecimento do caráter sagrado destes sete livros pelas nascentes igrejas evangélicas manteve-se em conformidade teológica e protocolar com a exegese luterana. Cabe, ainda, acrescentar que os batistas repelem a acusação de que eram portadores de Bíblias falsas, informando o público leitor do jornal oficial da denominação de que, com a exceção dos livros que julgavam apócrifos, a “Bíblia protestante”, era rigorosamente compatível com a “Bíblia católica”.

[...] Com desapontamento não ficarão elles quando depois de lerem os apocryphos não encontrarem nada lá do que o padre enunciou! O mesmo desapontamento que o sincero catholico sente ao ler a “verdadeira bilbia”, isto é, a propria biblia catholica, quando nella não vê ácerca da Virgem Maria, que é a “co-redemptora”, “rainha dos céos”, “mãe das graças”, etc.

Mais desapontados ficarão depois de lerem os artigos do padre, que diz que os protestantes não têm a biblia verdadeira, pelo facto de não comprehenderem nella os livros apocryphos, quando souberem que em tal caso, até ao concilio de Trento, seculo XVI, a igreja não tinha “dado a sua autoridade” ao canon, e que muitos doutores da igreja tinham como indignos de pertencer ao canon os mesmos livros que os protestantes não incluem nas suas biblias: donde se segue que até áquelle tempo a igreja catholica esteve “sem biblia”! Mas, para que ninguém pense que estamos fazendo afirmações gratuitas, vejamos o que diz o proprio padre Antonio de Figueiredo, na introdução á traducção portugueza que elle fez da vulgata latina, edição

¹⁵⁰ CECHINATO, Luiz. **Conheça Melhor a Bíblia**. Petrópolis, Vozes, 2002, p.108.

da casa Garnier, de 1864, com aprovação de D. Manoel, Arcebispo da Bahia.

Depois de fallar sobre catalogos do canon biblico dados por Origenes, Eusebio, concilio laudiceno, etc, que pertencem ao meado do seculo 3º e outros do quinto seculo, entre si discordantes, diz o seguinte:

“A diversidade porem e discrepância que se observa entre os primeiros e segundos catalogos sobre o numero de livros sagrados deu occasião aos theologos escripturarios para dividirem os mesmo livros em duas classes: uma de proto-canonicos, que quer dizer canonicos de primeira ordem; outra de deuterocanonicos, que quer dizer canonicos de segunda ordem. Chamaram e chamam proto-canonicos áquelles que sempre em todas as egrejas foram tidos por divinos; quaes eram no Testamento Velho todos os que se achavam no canon, ou, como se explica Tertuliano, no Armario dos Judeus, que eram por todos vinte e dois correspondentes a outras tantas lettras do alphabeto hebreu... **Chamaram e chamam deuterocanonicos áquelles do Testamento Velho de cuja divina auctoridade duvidaram por muitos seculos algumas egrejas, por causa de não se acharem no canon judaico, a saber, os livros de Tobias e Judith, a Sapiencia e o Ecclesiastico, e os dois de Machabeus.**”

São esses e mais alguns outros os libros que não entram nas biblias protestantes pela boa e principal razão já apresentada, que não se achavam no canon hebreu; ás quaes poderiamos juntar outras de não menos valor, sendo as mais importantes dellas que áquelles livros faltalhes aquella auctoridade de quem está investido de uma missão divina, o que caracteriza todos os livros verdadeiramente canonicos, e de que os proprios escriptores delles não tinham a sua obra de igual valor aos escriptos inspirados¹⁵¹ (JB, 30 dez. 1906).

Nos exemplares “Egreja Primitiva e o Primado de Roma (veiculados em 15/12/10 e 22/12/10), o Jornal Batista publica, em duas edições, o prefácio do livro do professor Giorgio Bartoli, ex- padre jesuíta convertido ao protestantismo, no qual expõe, através de um longo testemunho, os o motivo por que havia deixado a Companhia de Jesus, no ano de 1896 – o autor exhibe nestes artigos a sua discordância de determinadas construções do catolicismo que avalia como infundadas nas Escrituras Sagradas e conflitantes com os ensinios da Igreja Primitiva. No trecho transcrito, pode-se perceber a clara alusão aos precedentes históricos da Reforma narrados em nossa exposição, de modo que as temáticas da ruptura com o pensamento escolástico, a valorização da patrística dos primeiros séculos da Igreja, a negação do dogma católico da infalibilidade papal, a ênfase no apelo à

¹⁵¹ Protestantismo II. O Jornal Batista, Rio de Janeiro, 30 dez. 1906, p. 2 (190).

consciência individual como uma medida emancipadora, e a recorrência aos textos bíblicos como única legítima autoridade em matéria de doutrina; ou seja, a trajetória intelectual e a experiência religiosa de Lutero, é implicitamente retomada no discurso, e é “atualizada” no decorrer da narração de semelhante reflexão teológica descrita pelo padre reformado, no início do século XX.

Tenho sido fiel á resolução que tomei em 1886. Por dez longos annos, no meio de uma vida accidentada e envolvido em muitos estudos, na Índia e na Europa, como pregador e redactor da “Civilitá Catholica”, nunca negligencieei meus queridos estudos de theologia. Compulsei de novo todos os tratados, li os Padres da Egreja nas mais recentes publicações, estudei as origens do christianismo, relatei-me com diversas histórias do dogma christão, tomei particular interesse em tudo que se relaciona com o criticismo patrístico e bíblico, e, finalmente, não desprezei coisa alguma que pudesse iluminar a minha mente, libertar-me das duvidas e trazer-me paz ao coração. E, note-se, em meus estudos, vali-me quase exclusivamente de livros de sábios catholicos.[...] **Estes estudos que fiz com toda sinceridade e rigidez de methodo, convenceram-me de que que a doutrina christã que a Egreja de Roma ministra a seu sacerdotes e adeptos não é a theologia da Bíblia ou da egreja christã primitiva, mas um systema artificial, baseado, em parte, na Santa Escritura, na phylosophia de Aristóteles, nos livros apocryphos nas lendas de auctoria anonyma e suspeita, nas criminosas alterações e interpolações dos antigos cânones, nas superstições e relíquias do antigo paganismo. Afinal convenci-me que jamais houve, nem há um consenso catholico ou verdadeiramente universal quanto aos dogmas da Egreja de Roma [...] o que me afastou de Roma não foi o seu christianismo, mas o seu paganismo; não a Bíblia que por ella foi preservada, porem as interpretações arbitrarías da Santa Escritura que elle tem imposto ao mundo christão; não aquilo de bom que ha nella, mas a sua degeneração, superstição, idolatria que os padres são obrigados a acceitar, practicar e defender com sophismas escolásticos e subtilezas aristotelianas [...] Eu não podia pregar doutrinas nas quais não cria, nem professava, como diariamente reveladas, dogmas que eu sabia que eram invenções humanas, defender costumes, ritos e usos que eu tinha como supersticiosos; finalmente, eu não devia acceitar as pretensões do papado, que meus estudos me mostraram não serem primitivas, mas sem base nas Escrituras e mesmo contra ellas. Meus deveres perante a minha consciência e perante Deus eram protestar contra a Egreja de Roma e abandona-la**¹⁵² (JB, 15 dez. 1910; 22 dez 1910, grifo nosso).

Nesta série discutida a seguir, os articulistas do jornal prontificam-se a esclarecer o público sobre a acusação reproduzida por vários séculos pelos católicos romanos de que o

¹⁵² A Egreja Primitiva e o Primado de Roma: Professor Giorgio Bártoli Ex- Jesuíta (prefacio do livro). **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1910; 22 dez. 1910. Collaboração, p. 2.

movimento protestante do século XVI, do qual os evangélicos eram sucessores fora uma criação de Lutero e de Calvino; eles procuram refutar a imputação depreciativa de que os atos e posições doutrinárias instituídas pelos reformadores teriam sido motivados por razões meramente humanas, opondo-se à versão defendida pelos adeptos do catolicismo, que tinham os integrantes do clero católico como os únicos autênticos representantes do verdadeiro cristianismo. A argumentação está articulada nas respostas direcionadas à irônica indagação “*Onde estava a vossa religião antes de Lutero e de Calvino?*”, que é repetida em glosa, três vezes, respectivamente: na pergunta formulada pelo ilustre Fénelon, encaminhada a um simples camponês protestante que residia na sua diocese; na questão levantada por um padre romano, dirigida a um colportor bíblico; e na instigante interrogação de um sacerdote italiano a um embaixador inglês. A réplica é objetiva e ela está estruturada de forma a estabelecer a filiação do protestantismo à fé cristã genuína, ao fenômeno de resistência às arbitrariedades cometidas na Idade Média pelo romanismo, e a um movimento de restituição da autoridade das Sagradas Escrituras, comprometida pelos supostos desvios doutrinários da teologia medieval:

Nos corações christãos como o vosso, respondeu o sectário de Reforma com uma largueza de vista e uma caridade verdadeiramente christans [...] Nas masmorras da vossa santa Inquisição, respondeu o servo de Jesus Christo, com enérgica fidelidade [...] Estava onde a **vossa** não era encontrada – na Santa Bíblia, foi a resposta que deu o nobre inglez, com o espírito fino que o caracterizava¹⁵³ (JB, 20 set. 1903).

A análise conjunta dos três artigos da série citada, cujos títulos são “O Protestantismo antes de Lutero” (20/09/1903), “Os Protestantes mais notáveis desde 1º ao 16º século” (30/09/1903), e “Os protestantes mais notáveis desde o 1º século até Lutero” (10/10/1903); forneceu ao corpo da redação do capítulo novos indícios que fortalecem a hipótese de que a produção jornalística batista incorreu ao recurso de procurar “historicizar” os fundamentos do credo e da eclesiologia denominacional, buscando

¹⁵³ H.C. O Protestantismo Anthes de Lutero. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro. 20 set. 1903, p. 4(180).

correlacioná-los à Reforma, aos movimentos pré-reformadores e, em última instância, às doutrinas e práticas do cristianismo primitivo. Embora houvesse dentro da Igreja Batista um segmento que insistia na teoria da sucessão neotestamentária, ou seja, grupos que apoiavam a tese de que os batistas descendiam diretamente dos seguidores de João Batista (ou das primeiras comunidades cristãs), a versão oficial expressa no jornal encaminha esta questão fazendo uma interessante distinção: ela faz uma diferenciação entre o marco da história institucional, cuja origem situam na fundação da Primeira Igreja Batista que foi constituída por um grupo de devotos ingleses dissidentes da Igreja Anglicana (entre os anos 1609-1612); e uma outra “leitura” de sua história que contempla suas origens mais remotas – a qual está construída no imaginário por força da identificação com outras manifestações do pensamento cristão e tradições que antecederam o seu aparecimento no cenário europeu enquanto movimento religioso institucionalizado.

Os batistas exibem, nos artigos mencionados, a vinculação que costumam estabelecer entre a gênese da formação do corpo de crenças da denominação – o conjunto dos conceitos religiosos que sustêm as suas declarações de fé – e aspectos do pensamento teológico de outros movimentos dentro do cristianismo que, em outros momentos históricos, tiveram em sua trajetória a marca distintiva da oposição aos dogmas ou procedimentos pastorais da Igreja romana que avaliavam como obliteração, desvio ou mesmo, em certos casos, como subversão de algumas das verdadeiras doutrinas e práticas cristãs reveladas no Novo Testamento. Nos artigos selecionados, recuam cronologicamente este raciocínio até os tempos apostólicos para responder à provocativa interpelação de seus oponentes ultramontanos – “*A onde estava a vossa fé antes de Lutero e Calvino...*”. A este respeito, cabe a reiterada observação do fato de que a própria Reforma do século XVI é precedente à organização institucional do movimento batista, mas é uma referência constantemente

aferida pela Igreja Católica que os denominam herdeiros dos “líderes cismáticos” daquele movimento; afirmação com a qual os batistas, parcialmente, contemporizam, sem, no entanto, deixar de enfatizar que ainda que reconheçam o significado das ações e o lugar ocupado pelas proposições doutrinárias destes reformadores protestantes no *ethos* do pensamento teológico batista, a orientação de sua fé é Cristocêntrica, a sua suma autoridade teológica é Escritural, e que a ordenação de suas práticas pastorais e conduta moral devem andar em relação positiva com os ensinamentos evangélicos.

O sentimento de pertença ao movimento batista, conforme está posto nos referidos artigos, ultrapassa, simbolicamente, os limites da agremiação formal, embora a filiação denominacional seja designativa e valorizada dentro do espectro geral do protestantismo; esta autocompreensão do grupo refratada em uma dimensão histórica permite a aproximação identitária com outros movimentos dissidentes do catolicismo anteriores à própria reforma, o que inclui em sua interpretação oficial da história eclesiástica a indireta co-participação dos batistas nos feitos de homens divinamente inspirados que teriam tomado parte no fluxo de resistência contra as arbitrariedades cometidas pela Igreja Majoritária, que a seu ver, teria se “corrompido” no curso de sua expansão, imiscuindo-se ao mundo secular em suas impróprias relações com o poder temporal, com a cultura e religiões pagãs. Sob este prisma, a fé batista encontrava-se antes de Lutero e de Calvino também entre os fiéis guardiões das Sagradas Escrituras, conspícuos líderes religiosos que haviam diligentemente se dedicado, desde os primórdios do cristianismo até os tempos modernos, ao resgate da verdadeira piedade, buscando a pureza do sentido original das doutrinas cristãs, em face aos acréscimos, subtrações ou deturpações que houvessem sofrido as mensagens bíblicas na esteira do processo de institucionalização e, posterior, burocratização da Igreja Católica.

A Igreja Católica contra a qual os batistas protestam não é o colegiado de cristãos dos primeiros séculos que estavam agregados em torno da crença comum depositada nos livros canônicos do judaísmo e no Novo Testamento, cujos pilares da fé estavam erigidos sobre os pontos fundamentais da teologia cristã – a divina encarnação, o sacrifício pela remissão dos pecados e a ressurreição de Jesus – embora cheguem a discernir no texto que formas de desvirtuamento das doutrinas e práticas do cristianismo tenham começado a surgir na História da Igreja desde os tempos apostólicos. No artigo publicado em 30/09/1903, fazem a notação de que tal ocorrência pode ser constatada nos escritos dos Atos dos Apóstolos e nas Epístolas de São Paulo, quando S. Pedro admoesta alguns fariseus recém-convertidos sobre o fato de ser despropositada a perpetuação do rito da circuncisão entre os gentios; ou quando S. Paulo exorta os fiéis contra o equívoco da prestação de culto aos anjos. Os batistas fazem referência a S. Pedro e S. Paulo como os dois primeiros líderes “protestantes”:

[...] os apóstolos mesmos já tiveram necessidade de fazer alguns protestos a bem da pureza do christianismo [...] Temos assim demonstrado que os dois primeiros representantes da nossa religião; (que é o Christianismo Puro, e consiste em observar exclusivamente os ensinamentos de Christo e seus apóstolos, protestando sempre contra os erros, superstições, fanatismo, etc., com que os homens tentem desvirtual-o) – os dois primeiros protestantes foram S. Pedro e S. Paulo¹⁵⁴ (JB, 30 set. 1903).

Na concepção batista, estes desvios da verdadeira fé cristã foram se agravando e ganhando um novo significado após a conversão do imperador Constantino, que a partir do ano de 323 dá início ao processo de incorporação do cristianismo ao aparelho de Estado romano. A instituição do cristianismo como religião oficial do Império Romano teria, nesta perspectiva, ocasionado o fenômeno da ingerência da política nos domínios da fé, modo de condução da vida religiosa que os batistas rejeitam e costumam avaliar como o germe da

¹⁵⁴ H.C. Os Protestantes Mais Notáveis desde o 1 ao 16 Seculo. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro. 30 set. 1903, p. 2 (186).

deterioração moral e espiritual, que havia se apoderado principalmente da cúpula da organização eclesiástica católico-romana e que havia culminado, na Idade Média, com os males perpetrados pelos tribunais da Inquisição. Mas ainda sob este mesmo ponto de vista, cabe-nos frisar que no artigo veiculado em 30/09/1903 retratam Santo Agostinho e S. Crisóstomo como “denodados protestantes” e estes teólogos atuaram dentro da Igreja Católica em um momento de sua história em que a hierarquia institucional tornava-se cada vez mais verticalizada, com ascendente concentração de poder nas mãos do clero e, sobretudo, na pessoa do bispo de Roma.

No artigo está patente a inclusão dos Santos Padres católicos pelos batistas no quadro dos reformadores da Igreja de Cristo. Porém, deve-se dar destaque ao fato de que, aqui, o conceito de igreja é aquele da eclesiologia luterana, posteriormente adotada por todas as confissões evangélicas que pregam a subsistência, em todas as gerações, dos membros da “igreja invisível” reunida pelo Espírito Santo independentemente da subordinação ou não do fiel ao poder temporal da igreja institucional. Esta aceitação da catequese católica proveniente destes doutores exegéticos da Antigüidade explica-se, em parte, pelo reconhecimento dos grupos protestantes da existência de uma maior acuidade teológica na patrística dos primeiros séculos do catolicismo com relação à interpretação dos textos bíblicos; mas, sobretudo, pelo seu respeito às iniciativas individuais destes teólogos que haviam renunciado a descoberta da doutrina da salvação pela graça e o resgate do valor absoluto das Escrituras Sagradas como única fonte de conhecimento da verdade revelada; tendo eles ainda feito certas advertências acerca do desregramento moral do clero e sobre a necessidade de revisão de algumas de suas atribuições pastorais (Santo Agostinho censura em sua homilia a prática da idolatria das imagens enquanto S. Crisóstomo questiona o

caráter obrigatório da confissão auricular), ponderações que teriam inspirado os arautos do protestantismo, quando o movimento reformador ganhou vulto no século XVI:

No 4º século, era protestante Santo Agostinho, ilustrado bispo de Hippona, que muito se esforçou para conduzir os espíritos transviados à doutrina santificante da graça, combateu com energia as impiedades do clero e o culto idolatra das imagens. Também S. Chrysostomo foi um denodado protestante. Escutae-o: sobre a sufficiencia das Escripturas Sagradas para nossa instrução religiosa... Ouvio-o contra a confissão auricular... é evidente que S. Agostinho e S. Chrysostomo se vivessem em nossos dias seriam infallivelmente, considerados protestantes, e excommungados pelo papa¹⁵⁵ (JB, 30 set. 1903).

Os batistas procuram demonstrar que a busca pela pureza original da fé cristã e o retorno às Escrituras teve início antes mesmo de entrarem em cena os baluartes do Protestantismo, Lutero e Calvino; e também recobram em sua fala outros personagens da história eclesiástica – humanistas bíblicos e “pré-reformadores” – cujos esforços empenhados na regeneração da Igreja medieval teriam propulsado um re-avivamento espiritual de grande magnitude, capaz de lançar as bases para a edificação do movimento reformador. São mencionados nestes artigos os grupos dos albigenses e valdenses, comunidades cristãs que se tornaram dissidentes da Igreja institucional entre os séculos XII e XIV, e foram reprimidas, pelo Tribunal do Santo Ofício, por comungarem crenças em doutrinas consideradas heterodoxas. Dentre os seus ensinamentos, subjaz no imaginário batista como pleito comum contra o catolicismo romano: a aspiração por um laicato mais atuante e a conseqüente negação da prerrogativa exclusivista da ministração dos sacramentos pelo clero ordenado, subordinado à Sé romana; o combate ao clericalismo e a crítica contra a concupiscência que maculava a verdadeira vocação sacerdotal; a adoção de um estilo de vida simples, inclinado para o fervor religioso, engajado na apreciação e vivência dos ensinamentos da Bíblia, almejando alcançar o status do paradigma apostólico. São ainda aludidos de modo tangencial os feitos de clérigos visionários sublimados na literatura

¹⁵⁵ H.C. Os Protestantes Mais Notáveis desde o 1 ao 16 Seculo. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro. 30 set. 1903.

batista por sua integridade, intrepidez e propostas renovadoras - “*defensores extrenous da verdade christã, e valentes protestantes contra os erros e superstições do romanismo*”: John Wycliffe, Jan Huss, Jerônimo de Praga, João Gerson, João Wesselas, Jerônimo Savanarola...

Duas biografias são recuperadas de forma particularmente abonada, a do teólogo inglês John Wycliffe e do seguidor de suas idéias religiosas na Boemia, o reitor da Universidade de Praga, Jan Huss (condenado pelo Concílio de Constança, e martirizado no ano de 1415). Conforme se pode inferir dos comentários presentes no texto a Reforma sobrevém as suas demandas inovadoras no campo teológico e ao rescaldo de seu ardor religioso, de modo que se pode concluir que, na concepção batista, Jan Huss fulgura entre a plêiade de mártires do “protestantismo”, ao passo que Wycliffe incorpora a fidelidade incoercível à autoridade das Escrituras Sagradas. É representativa a forma como algumas das principais conceituações encetadas por Wycliffe, pontos de doutrina professados pelas denominações evangélicas em geral, e pelos batistas em particular, são estandartes içados em forma de compêndio no jornal, através da enleação de sua biografia e narrativa de suas iniciativas: a aclamação da Bíblia como depositário de toda revelação manifesta por Deus e, por conseguinte, a única autoridade absoluta em matéria de regra e prática devocional na vida da Igreja (deriva desta premissa o ideal protestante da universalização das Escrituras); a compreensão do poder do papado, no âmbito de uma competência instituída e exercida por homens passíveis ao erro (cuja míster incumbência está exclusivamente restrita aquilo que é ofício da religião); e a descrença no caráter sobrenatural do sacramento da Eucaristia – a transubstanciação ou mística transformação do pão e do vinho no corpo de Cristo – com a transmutação do significado do rito em um ato simbólico de profunda piedade, *in memorium* ao sacrifício redentor de Jesus. Ao encampar juntamente com outras congregações protestantes a honorífica designação de “estrela da reforma” ao primeiro

tradutor da Bíblia para a língua inglesa; e, mormente, por creditá-lo entre “as ilustres personalidades batistas” (através da paráfrase ao argumento desenvolvido por SH. Ford, no clássico da historiografia denominacional *A História dos Batistas*); em síntese e em tese, posicionam a matriz de sua identidade confessional na imanência do Cristianismo Primitivo, do qual acreditam terem se mantido indissociáveis através de gerações, por meio da perpetuada introjeção das leis espirituais e códigos morais, os quais crêem serem revelados de forma translúcida aos cristãos que bebem nas Sagradas Letras, do manancial de toda sabedoria divinamente inspirada.

O exame dos artigos publicados nas duas primeiras décadas de existência do *Jornal Batista* aponta para o emprego de uma metodologia que se alicerçava em uma espécie de “pedagogia de conversão”, baseada na exposição das doutrinas historicamente defendidas pelo protestantismo. Percebe-se por parte dos redatores deste periódico o claro propósito de fazer uma argüição do catolicismo romano através da utilização de variados recursos lingüísticos por meio dos quais encaminhavam a discussão freqüentemente no sentido de contrapor a dogmática católica, principalmente nos termos em que ela se diferenciava dos três princípios ordenadores das Igrejas Reformadas; justapondo, assim, a matriz fundadora das doutrinas batistas¹⁵⁶ ao tríptico alicerce da teologia luterana - os corolários de *sola scriptura*, salvação pela fé e sacerdócio universal de todos os crentes.

Procuramos demonstrar no presente capítulo os indícios de que a produção do discurso jornalístico da denominação batista no período avaliado entoava com grande tonacidade o tema da reforma luterana, encampando uma ampla discussão acerca das idéias religiosas,

¹⁵⁶ Deve-se ressaltar que, no tocante ao batismo, as igrejas batistas tomam como obrigatória a imersão de crentes adultos, e no respeitante à ministração da ceia, vigorava naquele tempo a exigência da filiação denominacional, e estes ritos diferenciavam-se, em alguns aspectos, dos procedimentos adotados por outras igrejas evangélicas.

das personagens e dos fatos históricos que envolveram o emblemático evento, os quais pretendiam didaticamente resgatar na composição de seus artigos. Cabe ressaltar que a metalinguagem foi um recurso lingüístico bastante explorado por meio da captação, em vários níveis, de todo o sistema de signos que a “reforma protestante” produziu, os quais os redatores deste periódico desejavam transmitir aos seus receptores através da linguagem jornalística - este recurso detém uma função metalingüística, centralizada na significação histórica do discurso do protestantismo reformado, ao qual se adicionam os códigos da atual conjuntura religiosa que a denominação batista se predispõe a reformar.

O artigo exibido a seguir foi veiculado logo após a inauguração do Jornal Batista (no ano de 1901) e o sentido de suas proposições teológicas se inter-relaciona ao conteúdo das declarações doutrinárias luteranas destacadas acima. O redator discute neste texto, aspectos doutrinários do protestantismo, enfocando historicamente os protestantes como promotores de um movimento reformador que tinha como compromisso o resgate de alguns dos preceitos teológicos instituídos pelas igrejas cristãs primitivas, os quais acusavam o catolicismo de ter deturpado, distorcendo o seu sentido original. A sua mensagem religiosa privilegia a reflexão acerca das matrizes teológicas da Reforma, dando destaque aos princípios fundamentais da fé evangélica. Os ministros protestantes são apresentados aos leitores brasileiros como legítimos pregadores do Evangelho de Jesus Cristo de modo que, a própria utilização do termo "protestante", é explicada tendo como base a argumentação de que este grupo religioso possui uma visão teológica que se opõe à profissão de dogmas e a quaisquer doutrinas que não apresentem fundamentação bíblica.

Com relação a sua forma e função lingüística, o artigo intitulado "Os Protestantes", está estruturado a partir de duas proposições antitéticas que se articulam paralelamente com o

significado do conteúdo doutrinário destacado acima. A construção dos parágrafos (que, em parte, suprimimos para facilitar a exibição), está disposta originalmente em colunas, e tem como proposta enfatizar, primeiramente, em que os protestantes crêem e, em um segundo momento, contra que o protestam:

Elles crêm que as Escripuras Sagradas são divinamente inspiradas; que somente ellas em materia de fé e pratica são de auctoridade divina; que ellas sendo oraculos de Deus, se tornam o guia infallivel para a salvação da alma. Crêm, em conformidade com os mandamentos de Jesus Christo e dos apóstolos, o exemplo dos primitivos christãos e de todo povo de Deus e o character das mesmas Escripuras Sagradas, sêr não só um alto privilegio, mas também um dever, cada individuo investigar por si, e para si, a Palavra de Deus [...] **Crêm que o sacrificio de Jesus Christo foi por Deus acceito, e em redempção de todos os homens que acceitam pela fé ao mesmo Jesus como seu salvador, arrependendo-se dos seus peccados [...]** Crêm na divina instituição da egreja christã, e na união de todos os verdadeiros crentes em Christo, em todo o mundo; crêm também na instituição do ministério, nas ordenanças do baptismo e na Ceia do Senhor.

[...] Dominados por esta fé e pelo afan de fazel-a triumphar no mundo, os evangelicos protestam unânime e solennemente contra a superstição e o erro que deturpam as santas e sublimes doutrinas das Sagradas Escripuras. **Protestam contra a infalibilidade do papa, contra a auctoridade dos concílios e do magistério da egreja catholica, que de modo blasphemo substitue a auctoridade de Jesus pela sua própria auctoridade [..]** Protestam contra o dogma de que o homem se justifica por meio das obras [...] **Em summa, os evangélicos protestam contra tudo** que foi addicionado á Bíblia Sagrada e tudo que della foi supprimido, tendo diante de si a terrível sentença: Se alguém tirar das palavras do livro desta prophesia, Deus lhe tirara a sua parte do livro da vida e da cidade santa¹⁵⁷ (JB, 10 fev. 1901, grifo nosso).

A assimilação da teologia luterana pode ser identificada em vários artigos do jornal batista, na medida em que os articulistas objetivavam difundir a doutrina da salvação pessoal independente da atuação ou intermediação humana, recorrendo à história da gênese do protestantismo (e aos desvios teológicos e à crise enfrentada pela Igreja Católica na Baixa Idade Média) para questionar as prerrogativas do clero na condução da vida religiosa

¹⁵⁷ SCIARELLI, Francisco. Os Protestantes: O Que Elles Crêm. Do Que Elles Não Crêm e Contra o Que Protestam (trad. por José Nigro). **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 10 fev. 1901, p. 2.

brasileira, procurando com estes argumentos desmistificar a aura de sacralidade em torno da participação mediadora da autoridade sacerdotal na administração dos sacramentos - a principal função que vinha sendo atribuída, por séculos, exclusivamente à ordem eclesiástica. A salvação individual mediante a obtenção da gratuita graça de Deus por intermédio do supremo sacrifício de Jesus era pregada no jornal como a mais pura expressão da fé cristã e o único caminho possível para a redenção da alma: este conceito teológico reconhecia a existência de uma relação pessoal entre o crente e Deus que se sobrepunha, em valor absoluto, à religiosidade institucionalizada; de modo que, somado ao reconhecimento da capacitação do fiel ao pleno exercício do sacerdócio laico, entrava em franca oposição com os ensinamentos tradicionais que justificavam a própria configuração hierárquica da Igreja Católica.

Os insertos intercalados abaixo são pronunciamentos de Martinho Lutero extraídos de seu mais difundido tratado, *À Nobreza Cristã da Nação Alemã* (publicado em 1520), e exemplificam sobretudo as gradações deste discurso religioso; fazem sobressair os pontos de interligação existentes entre o pensamento teológico luterano e a prédica batista, que se processam no âmbito da construção histórica do discurso protestante reformado; além de indicar a ocorrência de uma espécie de idiossincrasia na defesa apaixonada do tema da necessidade imperativa de uma reforma religiosa no catolicismo romano. Esta temática converge inevitavelmente para a contestação dos fundamentos das prerrogativas hierárquicas do clericalismo católico, e para o questionamento múltiplo de um vasto conjunto de ritos e ensinamentos perpetuados por séculos pela Igreja Romana.

[...] todos os cristãos são verdadeiramente de estamento espiritual, e não há qualquer diferença entre eles, a não ser exclusivamente por força do ofício, conforme Paulo diz em 1CO 12: 12 [...] Tudo isso se deve ao fato de que temos um Batismo, um Evangelho, uma fé e somos cristãos

iguais, porque é só Batismo, Evangelho e fé que tornam as pessoas espirituais e cristãs. Ora, o fato de que o papa ou bispo unge, faz tonsura, ordena, consagra, se veste de forma diferente que os leigos pode perfazer um hipócrita ou pseudo-sacerdote, jamais constitui, porém, um cristão ou pessoa espiritual [...] querem ser mestres exclusivos da Escritura, ainda que durante toda sua vida, nada aprendam nela. Atrevem-se a atribuir exclusivamente a si próprios a autoridade, fazem-nos crer com palavras desavergonhadas que o papa não pode errar em questão de fé, seja ele mau ou bom. No entanto, não conseguem apresentar sequer uma letra a favor disso [...] Eles não podem apresentar sequer uma letra para provar que só o papa pode interpretar a Escritura ou confirmar sua interpretação. Eles mesmos é que tomaram para si este poder [...] A partir de tudo isso e de muitas outras afirmações devemos tornar-nos corajosos e livres e não permitir que o Espírito de liberdade (como Paulo o chama) seja intimidado por palavras inventadas dos papas. Devemos, antes, julgar, com coragem, tudo que eles fazem e deixam de fazer, conforme nossa compreensão crente da Escritura ¹⁵⁸.

Através da exibição dos artigos que transcreveremos a seguir, chamamos novamente a atenção para o fato de que tanto a temática da Reforma, bem como a biografia de Lutero e a propaganda dos princípios religiosos apregoados por este movimento reformador continuaram sendo pautas de destaque na imprensa batista, na segunda década republicana, através do uso de variadas ferramentas de construção lingüística: elas aparecem reiteradamente quer sejam no corpo de textos elaborados em uma linguagem jornalística (e até mesmo didática devido à objetividade e clareza com que relatam os mais relevantes eventos históricos), quer estejam estas informações traduzidas, em estilo literário, na forma de poemas explicitamente apologéticos. Sobre os artigos que reproduziremos abaixo, damos relevância a um importante dado histórico registrado no jornal: a ocorrência de campanhas comemorativas interdenominacionais pela celebração do quarto centenário da Reforma realizadas no ano de 1917, no Rio de Janeiro – o movimento que congregou em torno desta causa, em “espírito ecumênico” as denominações protestantes e os respectivos órgãos de imprensa destas instituições, que trabalhavam em prol da implantação do protestantismo no Brasil. Os articulistas do Jornal Batista externaram, em prosa e em

¹⁵⁸ LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**: À Nobreza Cristã da Nação Alemã. São Leopoldo: Sinodal, 1989, p. 280-339.

verso, a sua grande identificação com os heróis e com o ideário do movimento Protestante. Sublinhamos em sua retórica, sobretudo, a relação sempre presente e supervalorizada entre a iniciativa de Lutero de traduzir a Bíblia para a língua alemã, e o advento da imprensa como o instrumento fomentador do processo de democratização das vias de acesso à religião e à cultura.

Transcrição integral dos artigos comentados no capítulo que versam sobre a Reforma:

QUARTO CENTENARIO DA REFORMA

Aqui no Rio como em outras partes do mundo, o quarto centenário da Reforma não passou despercebido. Não ha duvida que, se não fosse a terrível guerra e a indisposição para com tudo que venha ou viesse da Allemanha, este acontecimento histórico teria tido muito maior destaque: porem, mesmo assim, alguma coisa se fez. Na primeira Igreja Presbyteriana do Rio teve logar uma série de conferencias sobre diversos aspectos da Reforma e no dia 31 realizou-se uma reunião geral de quasi todas as Igrejas locais, na qual tomaram parte diversos oradores sacros. A obra iniciada pelo grande Reformador Lutero, “o homem que abalou o mundo”, é incontestavelmente grande e maravilhosa. Nós, os baptistas, não podemos senão applaudir todo e qualquer movimento que realce a grandeza de alma e a maravilha da obra daquelle que ha quatrocentos annos enfrentou quase sozinho a terrível hydra, chamada “o papado. Ao mesmo tempo é necessário declarar que muito antes de Lutero, de Calvino e de Huss, os baptistas desprezados e perseguidos, testemunhavam a favor da verdade sacrosanta e combatiam a grande Babylonia assentada na cidade de sete colinas, e que quando uma comissão destas fieis testemunhas da verdade foram offerecer seus préstimos ao grande Lutero, este os expulsou de sua casa, só porque não consideravam valido o baptismo dos recém-nascidos. Mas nem por isso, os baptistas deixam de reconhecer o valor da grande obra iniciada por Lutero e de coração nos associamos á grande parte da christandade que no dia 31 do p.p. commemorou o quarto centenário do inicio da obra que tantas bemças tem trazido ao mundo¹⁵⁹ (JB, 11 out. 1917).

PROGRAMMA PARA AS ESCOLAS DOMINICAES NO DOMINGO DA REFORMA

O anno de 1917 é notável por ser o do quarto centenário da grande Reforma Protestante. A Reforma Protestante marcou o principio duma era depois dos dias tenebrosos da Edade Média. Todo o mundo

¹⁵⁹ ENTZMINGER, W.E. Quarto Centenario da Reforma. Editorial. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, p.1, 11 out. 1917.

civilisado achava-se actualmente fruindo inúmeras benções que, são o resultado directo do trabalho dos grandes homens desse movimento. Por esse motivo, todas as igrejas protestantes unem-se para commemorar duma maneira adequada, este evento que marcou época na historia do mundo (grifo nosso).

Muito principalmente devem as Escolas Dominicaes do mundo observar o quarto centenario da Reforma, pois um dos factos mais proeminentes, resultante da obra dos reformadores, foi a instrução christã e a educação da juventude.

Em toda a obra, porem vemos claramente a mão protectora e guiadora da Providencia. Portanto, mais do que qualquer outra cousa, devemos ser gratos a Deus Todo Poderoso pela sua obra maravilhosa em beneficio dos filhos dos homens. Reconhecendo nossa absoluta dependência da graça e misericórdia de Deus, unamos nossos corações em oração¹⁶⁰ (JB, 11 out. 1917).

O HYMNO MARCIAL DA REFORMA

Castelo forte é nosso Deus,
Espada e bom escudo;
Com seu poder defende os seus
Em todo o transe agudo.
Com fúria pertinaz, persegue Satanás,
Com animo cruel; astuto e forte é elle,
Igual não há na terra.

A nossa força nada faz;
O homem está perdido;
Mas nosso Deus socorro traz,
No filho escolhido.
Sabeis quem é? Jesus o que venceu na cruz,
Senhor dos altos céus; e, sendo o próprio Deus,
Triumpho na batalha.

Se nos quizessem devorar
Demônios não contados,
Não nos podiam assustar,
Nem somos derrotados.
O príncipe do mal, com rosto infernal;
Já condemnado está; vencido cahirá
Por uma só palavra.

Que a palavra ficará
Sabemos com certeza,
E nada nos assustará,
Com Christo por defeza.
Se temos de perder os filhos, -bens, -mulher,
Embora a vida vá, por Jesus está,
E dar-nos-á seu reino.

¹⁶⁰ Programma para as Escolas Dominicaes no Domingo da Reforma: 28 de outubro de 1917. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 11 out. 1917. Varias, p.8.

Luthero¹⁶¹ (JB, 26 abr. 1917).

CAUSAS DA REFORMA: QUARTO CENTENARIO

O papa chama um dia o astuto Tetzel
 E diz com maldade:
 O meu poder concedo a ti, oh! meu fiel.
 Explora a humanidade.
 Explendoroso templo, em pouco tempo, espero
 Em Roma levantar.
 Trazei papel e tinta, as minhas ordens quero
 Com meu anel sellar.
 Por esse mundo ide e ponde logo á venda
 As minhas indulgências.
 Não é preciso mais que agente ignara attenda
 Tão duras penitencias.
 Sem medo podereis a todos perdoar;
 Depende só das custas.
 Não ha um peccador que tenha de chorar.
 Perdoe até Locustas.
 Auctorizado, assim, chegou a wittenberg
 O astuto charlatão.
 E sem pudor, ali, patria de Guttenberg.
 Coloca o seu balcão.
 Já vae em meio a farsa ignóbil, detestável.
 Do santo Leão dez.
 Roubados vão ficando o pobre e o condestável
 Que curvam-se a seus pés.
 Mas,eis que, de repente, ergueu-se numa cella
 Humilde e pobre frade,
 Que, procurando vem ensino, sem mazella,
 Que ao Eterno agrade.
 Ha muito que vem lendo um livro que encontrara
 Sob um montão de ferros.
 A sua mente já outr' ora libertara
 D'outro montão de erros.
 E tanto esquadrinhou, de Deus, o livro santo,
 Que, sem querer, achou
 Que a Igreja em que vivia, apenas, tinha o manto
 Do que Jesus deixou.
 Não pôde supportar de d'Elle assim fizessem,
 Qual méro taverneiro,
 Os céus offerecendo, a todos que quizessem.
 A troco de dinheiro.
 Á porta de Wittenberg as Theses logo prega
 Mui prompto a discutil-as:

¹⁶¹ O Hymno Marcial da Reforma (cantor christão 204): Castello Forte (Luthero). **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 26 abr. 1917, p.1.

E ao lado desse frade logo se congrega
 A multidão pr'a ouvil-as.
 Rebate a Tetzal: respondendo ao papa: emfim
 Em Worms comparece.
 E ele vem defender de Roma o sceptro, e assim
 Quer ver se não perece.
 O frade, calmamente, ampara o rude embate
 C'o grande polemistas;
 Com honradez alcança em mui leal combate
 A mais bella conquista.
 Sem mais rodeios, diz, a quem quizer ouvir.
 Que Roma é depravada:
 Que até então viveu deixando-se embair
 Por vel-a engalanada.
 Assim foi que surgiu, na Egreja esta reforma.
 Por outros desejada.
 O monge, humilde e santo, agora tem por nome
 Luctar contra a maldade.
 E lucta e põe por terra o sceptro do papado
 Sómente o é a verdade
 Ao povo que vivia, assim, subjugado
 Raiou a liberdade.
 O nome desse heroe, no coração gravado,
 Trazer eu sempre quero.
 Nasceu em Eisleben, por nós é muito amado:
 Chamava-se Luther¹⁶² (JB, 08 nov. 1917).

O BRADO DE REFORMA

Surge dos tempos a figura augusta
 Em densas trevas avistando a Egreja.
 Ó tu que o medo enfrenta na peleja
 Ante o infiel e mau juiz,
 Troveja o verbo teu, que o mundo assusta,
 E supporta o martyrio mais severo...
 Attendei, homens bons! Deixai Luther¹⁶²
 Falar. E elle assim diz:

“Jaz em escuridão a Egreja em Roma.
 Tendo os papas domínio prepotente,
 Pelos falsos poderes da Serpente,
 Por Christo rejeitados;
 Com falsidade e orgulho em grande somma,
 Recebendo de todos honrarias,
 Como altos reis, em nobres monarchias,
 Em thronos elevados;

Ao grande abysmo as almas arrastando
 Pelas falsas doutrinas sustentadas,
 Por espírito de erro alimentadas,
 Deixando o Eterno Guia;
 Com promessas o mundo escravizando.

¹⁶² D'AZEVEDO, J. Causas da Reforma: 4 Centenario. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 08 nov. 1917, p. 1.

A todos prometendo Vida Eterna;
 Pois Vida, só Deus dá com mão paterna
 Ao que n'Elle confia.

Nunca as sagradas leis aos homens dando,
 E a sã doutrina por Jesus pregada,
 Propinam-lhes veneno. E desprezada
 Fica a morte da Cruz!
 Oh! Terror! Oh! cegueira! Oh! Erro infando!
 Tornaes todos ao Livro Consagrado!
 É lei de Deus, por quem batalho e brado!
 E o quer assim Jesus!"

E nesse appello ingente da Reforma,
 Que inteiro o mundo retumbante abala,
 Verdade ovante, com sublime fala,
 O grande Deus aponta.
 O estado horripilante em luz transforma,
 E se enche o mundo de eterna doçura!
 Novamente o Evangelho de ternura
 Em nosso céu desponta!¹⁶³

CATECISMO CONCERNENTE Á REFORMA.

- 1) Porque é justo que celebremos o 400 anniversario da Protestante?
 Por causa da sua benéfica influencia sobre quase todas as phases do desenvolvimento da vida humana.
- 2) Qual o significado do vocábulo "Reforma" quanto ao character desse movimento?
 É que não se tratava de da criação duma cousa nova, mas, sim, da reforma d'alguma cousa que já existia.
- 3) Por que era necessaria uma Reforma?
 Porque a Igreja tinha sido corrompida em muitos de seus ensinamentos e em muitas de suas praticas, de modo que uma Reforma completa era uma aspiração geral.
- 4) Quem era a principal personagem nessa obra de Reforma?
 Martinho Lutero, nascido em Eisleben, Saxônia, a 10 de novembro de 1-43.
- 5) Antes de Lutero não tinham sido feitas algumas tentativas para reformar a Igreja?
 Sim, homens como João Wiclif, na Inglaterra; João Huss e Jeronymo, de Praga, e Savanarola, na Itália, tinham levantado suas vozes num esforço de operar uma modificação para melhor as condições existentes. Três grandes concílios da Igreja: o de Pisa, em 1409; o de Constança, em 1414, e o de Badel, em 1431, também tinha tentado a consecução das tão necessárias reformas.
- 6) Que levou Lutero a ver alarmante necessidade de reformar a Igreja?
 O estudo da Bíblia quando monge da ordem dos Agostinhos no claustro de Erfurt e mais tarde como professor de Theologia na Universidade de Wittemberg.
- 7) Quaes foram os princípios fundamentaes que impressionaram a mente de Lutero?
 O primeiro principio foi este, que em matéria de fé e de consciencia, a Palavra de Deus somente é a única norma e auctoridade, e que o homem está sujeito unicamente ás Escripturas, que o homem é justificado perante Deus sem as obras da lei, apenas pela graça por meio de sua fé no Senhor Jesus Christo.
- 8) Como foi que Lutero se pronunciou pela primeira vez na defeza deste segundo principio?

¹⁶³ FERREIRA, José Genes. O Brado de Reforma. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 18 out. 1917, p.8.

Publicando suas 95 Theses ou postulados, pregados na porta da Igreja de Wittemberg, em 31 de outubro de 1517.

- 9) Porque escreveu elle essas Theses?
Seu propósito foi suscitar uma discussão entre os theologos a respeito da venda de indulgências.
- 10) (falha tipográfica).
O da isenção do castigo temporal do peccado, conseguido ao comprar na thesouraria da Igreja, as obras de superogações attribuidas aos santos.
- 11) Era justo levantar uma discussão sobre tal assumpto?
Sim, porque nunca a Igreja tinha feito em publico qualquer declaração ou definição sobre a natureza e a efficacia, das indulgências e havia muitas idéas antagonistas sobre o assumpto.
- 12) Qual foi o resultado das 95 Theses?
Provocaram tão grande excitação que Luthero foi finalmente ordenado a comparecer diante a Dieta Imperial, na cidade de Worms, no anno de 1521.
- 13) Qual foi o facto mais notavel nessa sessão de Worms?
A firme posição de Luthero sobre os princípios que o homem está sujeito á Palavra de Deus e não á auctoridade humana, civis e religiosas, não tem direito de amordarçar a consciencia do homem.
- 14) De que maneira deu Luthero mais emphase a este principio?
Traduzindo a Bíblia para o allemão, a linguagem do povo de seu paiz.
- 15) Porque foram chamados protestantes aquelles que acceitaram as doutrinas evangelicas?
Porque protestaram na Dieta de Spira, em 1529, contra uma legislação que queria impor-lhes uma fôrma de culto contraria ás convicções de suas consciências.
- 16) Quando foi encetada novamente a controversia contra os protestantes?
Na Dieta de Augsburgo, em 1530, quando os protestantes apresentaram a grande confissão da Igreja Lutherana, chamada a confissão de Augsburgo. Melanchton, um dos companheiros de Luthero, foi o principal auctor desta confissão.
- 17) Que outro facto deve ser lembrado por occasião da celebração da Reforma Protestante?
Devemos lembrar que deste movimento surgiu a educação das massas. Luthero é por muitos cognominado o pae da educação popular. Seu pequeno catecismo é insuperável como obra de maior instrucção religiosa popular. Depois da Biblia, é o livro de maior circulação no mundo (grifo nosso).
- 18) Em que espirito deve ser celebrado o 400 anniversario da Reforma?
No espírito de piedosa gratidão a Deus e profunda apreciação pelo trabalho e pelos resultados da Reforma¹⁶⁴ (JB, 11 out. 1917).

A BIBLIA DE LUTHERO

Foi nosso propósito dar neste numero um histórico da Bíblia de Luthero e o lugar que ele ocupa entre os povos de língua allemã. Mas para isto, quatro pontos temos a considerar: A attitude de Luthero para com a Bíblia, a historia de sua traducção, o valor desta traducção e sua influencia na vida allemã.

Luthero e a Biblia

O famoso monumento de Luthero em Worms representa-o numa attitude característica: com os olhos postos no céu e a mão posta sobre a Bíblia. Nenhuma outra attitude caracterisaria bem o

¹⁶⁴ Catecismo Concernente á Reforma. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 11 out. 1917, p.9.

grande reformador. Mesmo hoje ninguém que compreenda Luthero pode pensar nelle sem pensar na Bíblia, da qual foi o grande campeão.

Não obstante isso, Luthero numa boa parte de sua vida, não teve o menor conhecimento da Bíblia. Elle o testemunhou com estas palavras: “Aos vinte annos de idade, eu nunca conhecera uma bíblia. Finalmente, cheguei a ver uma na Biblioteca de Erfurt, que comecei a ler com soffreguidão, com grande surpresa da parte do dr. Staupitz.

O primeiro conhecimento que Luthero teve da Bíblia, determinou a sua vida. A Bíblia tornou-se a sua companhia diária, e o estudo della, o seu maior prazer. Elle mesmo dizia: “O que o pasto é ao animal, o lar ao homem, o ninho ao pássaro, a rocha ao cabrito, a agua ao peixe, a Escripura Sagrada é ás almas crentes”.

Quatro annos Luthero estudou a Biblia na língua official latina; isto é, na Vulgata. Em 1516, comtudo, o notável professor Desiderio Erasmo publicou a primeira edição impressa do Novo Testamento grego, enquamto que, por outro lado, o Velho Testamento já havia aparecido em 1488. Luthero, naquelle tempo não entendia nenhuma destas línguas; mas convencendo-se que o Evangelho puro não poderia ser garantido á egreja sem o conhecimento destas mesmas línguas por parte dos ministros, deu-se com afan ao estudo dellas, para poder entender a Palavra de Deus nos originaes em que ella foi escripta.

Ao mesmo tempo Luthero estava ancioso que por si mesmo pudesse lêr e estudar a Biblia. As traducções então existentes da Bíblia, em allemão, eram muito impróprias. Alem de serem quase desconhecidas, eram cheias de erros, baseadas na Vulgata, em um estylo pesado e incompreensivel para o povo. Enquanto elle esteve no retiro forçado de Wartburgo, pôde entregar-se á nobre tarefa, a mais importante de sua vida, de dar á luz uma traducção popular da Bíblia, para o povo allemão.

Valor da traducção de Luthero.

Quando Luthero começou a traduzir o Novo Testamento, não podia seguir quaesquer regras geralmente acceitas. Mas em uma carta aberta, publicada em 1530, elle estabeleceu os princípios geraes pelos quaes se regulou ao fazer a traducção. Primeiro que tudo, elle se esforçou por reproduzir na traducção o significado do texto original. Depois sua preocupação foi apresentar a Palavra de Deus em linguagem intelligivel a todos. E, finalmente, esforçou-se por preservar o character sagrado da Bíblia.

Até que ponto Luthero realizar este ideal? Respondendo a esta pergunta, chamamos a attenção a três pontos que, a nosso ver, fazem da Bíblia de Luthero, a leader impecavel de todas as modernas traducções; a saber: fidelidade, simplicidade e beleza.

Sua fidelidade. Por fidelidade não queremos dizer que Luthero desse á sua traducção um cunho rigorosamente literal. Elle nem sequer pretendeu fazer isso; pois compenetrrou-se que em muitos casos, numa traducção servilmente literal só pode obscurecer o verdadeiro sentido de uma passagem. O que elle pretendeu foi fidelidade á verdade divina, e a interpretação desta verdade no espírito mesmo dos sagrados escriptores. A fidelidade de sua traducção é, portanto, uma fidelidade espiritual e não literal. Não é certamente, como não podia ser, uma fidelidade absoluta; mas, á luz dos modernos conhecimentos, o numero de erros da Bíblia de Luthero é muito menor que em outras.

Sua simplicidade. No elogio fúnebre de Luthero, Melanchton disse que a Bíblia allemã, por sua clareza, dava ao leitor mais luz, do que o maior numero de commentarios. E, na verdade, o allemão de Luthero é admiravelmente claro e puro; tão claro como crystal, tão puro como ouro. É o allemão familiar á dona de casa e ao trabalhador no campo. E tão simples, que uma creança o entende bem; mas apesar disso, de uma correcção clássica”.

Sua belleza. A linguagem de Luthero é também de rara belleza. Não é que Luthero procurasse a elegância de stylo: a belleza de sua traducção não é resultado de preconcebido estudo, mas o fructo espontâneo da harmonia da letra e do espírito, do pensamento e da palavra. As palavras podem ser simples, mas são sempre apropriadas em harmonia com o character sagrado da Biblia.

Quem leia a Bíblia de Lutero acha-se constantemente impressionado com o espirito devocional de que é saturada.

Sua influencia na vida allemã.

A influencia da Bíblia de Lutero na vida allemã não pode ser exaggerada. Antes de Lutero, havia muitos dialectos allemães, mas não uma língua allemã commun. Lutero foi o fundador da moderna literatura allemã, e na sua Bíblia, deu o modelo da literatura allemã. Pelos seus escriptos, mais particularmente pela sua Bíblia, ensinou aos allemães como usar a sua própria lingua.

Em sua Bíblia, Lutero deu aos allemães não somente uma linguagem commun, mas também um espirito commun; e deste modo a dita Bíblia tornou-se o instrumento principal, pelo qual as tribus allemãs foram feitas uma unidade espiritual, uma nação no verdadeiro sentido do termo. Em toda a literatura do mundo não ha um livro que tenha exercido uma influencia tão larga e profunda a uma só nação, como a feita ao povo allemão pela Bíblia de Lutero.

Mas a sua maior influencia é sob o ponto de vista religioso. Neste sentido não há palavras que possam dar uma idéa approximada do serviço que á causa de Christo tem prestado esta maravilhosa traducção. Na Biblia de Lutero, a nova interpretação do Evangelho que o mesmo Lutero e a Reforma deram ao mundo, não somente tem a sua fonte de vida, mas também a sua expressão clássica¹⁶⁵.

Do Bible Society Record, de Julho.

PROTESTANTISMO

Isso porem que elle diz, e mais de igual teor, não o diz de si proprio, mas é citação de outros. Mas, o padre envez de ir beber o seu conhecimento ácerca do protestantismo e das pessoas dos reformadores na parte insuspeita da historia, foi bebel-os na fonte toldada e suspeita da propria grei; assim é que as suas palavras são citadas dos jesuitas Miguel Soto Mayor, Lemoyne, Barth. Essa ousadia inqualificavel do jesuitismo é uma affronta aos proprios catholicos illustrados bem versados na historia. Não na historia forficada nas sachristias e nos mosteiros, mas na historia imparcial que tem um só peso e uma só balança para julgar os actos dos individuos e das nações.

Os protestantes já tem dito muitas vezes que se no papismo onde se crê que um homem é o directo representante de Christo, no protestantismo a coisa muda inteiramente da figura. Qualquer que fosse a vida dos reformadores em nada alteraria a situação do protestantismo. Houve um tempo em que a humanidade achou-se enterrada n'um subterraneo escuro e medonho. A porta desse subterraneo estacionava vigilante um leão de uma ferocidade e força extraordinaria que não deixava sahir ninguem. O Senhor porem levantou desse subterraneo um gigante e mais alguns companheiros, que chegando á porta do subterraneo feriram grandemente o leão, e a humanidade inteira sahiu da cova, para a luz brilhante do sol, sendo-lhe dado gosar em liberdade das maravilhas esplendorosas que Deus creara. Esse subterraneo eram os antros da inquisição; o leão era o papismo e todo o seu poder; o gigante foi Lutero e seus companheiros; o sol é Jesus Christo; a natureza é seu

¹⁶⁵ OFFERMANN, H. A Bíblia de Lutero: Sua Influencia na Vida Allemã (trad. do *Bible Society Record*). **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro. 13 set. 1917, pp.6-7.

Evangelho. Se acaso a vida de Luthero fosse ainda a mais corrupta do mundo poderia porventura manchar o brilho do Sol? Não, nunca. As nossas doutrinas não são de Luthero, são do sacro Evangelho; o nosso salvador é Jesus Christo e não Luthero, nem qualquer outro reformador.

Não porque seja necessario á defeza do Protestantismo, mas por amor da verdade, vamos dar aos nossos leitores alguns trechos da verdadeira historia.

“A abolição dos votos monasticos e do celibato do clero eram reformas muito aconselhadas e requeridas, como já vimos pelos livres pensadores que tinham preparado a revolução de Luthero. O frade Agostinho despiu, pois, o habito, e, pouco depois, casou com Catharina Boren, que tambem havia professado n’um convento. Este passo deixou-o exposto aos mais acerados epigrammas dos seus adeversarios. Disse-se que modificara a disciplina da Egreja unicamente para satisfazer a uma paixão carnal; elle poderia ter respondido que os cardeas e os prelados da epoca eram prova evidente e trivial de que o cellibato ecclesiastico não impunha regra nem sacrificio aos sentidos. O luctador violento foi um esposo exemplar. Supportou com paciencia angelica os azedumes e as impertinencias de Catharina. Quando a via assutada com os perigos que os ameaçavam, inspirava-lhe confiança em Deus e acarinhava-a com inefavel bondade. No seio da familia trasnfigurava-se; era alegre e cheio de bonhomia, gostava de gracejar, amava depois de tantos odios. A morte de uma filhinha espedaçou-lhe a alma; o leão chorou como se fosse uma terna mãe.” História Universal de Cezar Cantú, vol. 13, pags. 379 e 380.

É esse o retrato moral que dá a historia veridica do homem que a historia de sachristia diz que era um monstro de devassidão. A razão porem de tanto odio e tão violentos e mentirosos ataques está muito bem dada por Erasmo quando o vigario dos frades agostinhos lhe perguntou: “O que fez esse pobre frei Martinho para que todos o hostilisem ?” Dois grandes pecados: attentou contra a tiara do papa e contra a barriga dos frades”.

Em contraste com isso vejamos o que o mesmo historiador Cezar Cantú, mesmo nas pags. 357 e 358, diz ácerca do estado da corte pontificia no tempo precedente á reforma. Eis um pequeno extrato, um negro e medonho.

“Mas o paganismo tinha invadido a corte pontificia, onde se favoreciam todos os homens de merecimento sem se curar ao uso que faziam do talento. Bembo esteve da chancelaria apostolica que Leão foi velado ao pontificado por mercê dos deuses immortaes; falla em applacar os deuses subterraneos, assim com os votos feitos á dea Laurentana e do sôpro do zephиро celeste... O brilho da antiguidade tinha causado tal deslumbramento que já se não via o christianismo; generalizava-se uma preguiça zombeteira e volutuosa que nem queria o trabalho de pensar... Os costumes nem queriam parecer sagrados. Bembo, monsenhor della Casa, cardeal Hyppolito d’Este e muitos outros tinham filhos e não escondiam... Ligorio, na villa Pia, destinada á recreação dos pontifices, foi inteiramente pagão, não só na architettura, senão até nas scenas e figuras. O cardeal Bibiena tinha mandado construir sobre o Vaticano uma villa ornada de nymphas voluptuosas, pintadas pelo famoso Raphael; felicitava-se Julião de Medicis levar para Roma a princeza sua esposa; toda a cidade exclamava, diz elle: “Louvado seja Deus d’ora avante! Porque a que só faltava uma corte de damas, e essa princeza ha de ter uma, o que tornará perfeita a cruz romana”. Dirigia todas as magnificencias da corte de Leão X, os divertimentos do carnaval e as mascaradas. Foi elle que fez com que o papa mandasse representar a

Mandragora, de Machiavel, e a sua Calandra, cujas scenas, que até n'um prostibulo pareceriam impudicas, fizeram rir muito a Leão X, Isabel d'Este e as damas mais elegantes da Italia.

Basta 1. O quadro e deveras repellente e nauseabendo. Entretanto os defensores do papismo desejariam que Luthero envez de ser marido exemplar, um pae carinhoso, fosse um d'aquella santa grei, d'aquelles tonsurados que apresentando-se com os principes da Egreja, donde irradiaria a santidade, a paz, a sã doutrina, reinava a mais completa dissolução. O vigario de Satan sentava-se desavergonhosamente na supposta cadeira de S. Pedro. O que devia ser a antecâmara do céu era antecâmara do inferno! Fosse Luthero um devasso e não seria muito de admirar tendo elle sahido de tão angelica escola! E virem estes tonsurados accusar de carnalidade aos heroes da Reforma! Se não fosse contarem impunemente com a singeleza e credulidade da maioria do nosso povo, nascido, creado e alimentando com os embustes que elle mesmos têm successivamente ministrado, os senhore padres, encerrar-se-iam n'um silencio tumular anes que accusassem de dissolução aos promotores da Reforma ou mesmo a quem quer fosse. A Roma papal em nada desmereceu a Roma dos Cezares¹⁶⁶ (JB, 15 dez. 1906).

PROTESTANTISMO II

Demonstramos em nosso primeiro artigo que qualquer que fosse a moral de Luthero e outros reformadores em nada alteraria a situação do protestantismo. Em defesa da verdade, porem, mostramos com testemunhos insuspeitos, tirados da Historia Universal de Cesar Cantù, que a immoralidade e corrupção attribuida a Luthero são revoltantes calumnias que lhe são atiradas pelos seus mais encarniçados inimigos, aquelles aos quaes a sua propaganda libertadora feriu mais de perto. Que ao contrario disso era um homem honesto e probo, ainda que muitas vezes violento em linguagem, o que era muito comum naquelles tempos, coisa que em nada lhe ficavam a dever os seus inimigos; e a sua moralidade e honestidade contrastavam com a devassidão inqualificavel que imperava, já não dizemos na Egreja Catholica nos pontos afastados do globo, mas, no seu proprio centro, no Vaticano.

Já o temos dito, e repetimos, que não estamos todavia hypothecados a defender incondicionalmente a Luthero ou qualquer outro reformador, pois que isso seria uma contravenção do espirito de livre exame que animou a propria Reforma e que foi bebido nas Sagradas Lettras. Fallando especialmente de Luthero, o seu rompimento com Roma, ainda que fazendo profunda e extensa impressão, não foi perfeitamente definido. A evolução do seu espirito seguiu a ordem natural das coisas. O sol vem sempre precedido pela aurora. D'ahi resultava que os seus actos eram por vezes contradictorios e paradoxaes. Recorre ainda mais uma vez á auctorizada opinião de Cantù: (Livro 13, pag. 373) .

“Estes dois modos de fallar tão diversos significarão doblez, ou serão expressões sinceras de outros dois modos de pensar, que se alternavam no espirito do reformador, ainda hesitante entre as suas primeiras crenças e as opiniões que depois formulou nitidamente? É permittida a duvida. Os caracteres como o de Luthero difficilmente se comprehendem e explicam, a incoherencia, a contradição são nelles phenomenos naturaes

¹⁶⁶ Protestantismo. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1906, pp. 4-5.

quasi logicos... A lucta de Luthero comsigo mesmo deve ter sido horrivel; as vicissitudes dessa lucta porem explicam satisfatoriamente as opposições que se notam nos seus actos, sem ser necessario admitir nelle alguma perfidia que se não coaduna com a rectidão das suas intenções, indiscutivel, pelo menos, no primeiro periodo da sua carreira de reformador”. (O grypho nesta citação como em algumas que fizemos no primeiro artigo, é nosso). Alem disso, o grande reformador nunca conseguiu de todo depoiar-se dos erros que bebeu no romanismo. A polpa do seu espirito sempre ficou com uma boa porção de casca do papismo, a qual todavia não foi um estorvo que o privasse de chegar a Deus, pela fé no seu bemdito Filho Jesus Christo. Não nos sentimos obrigados a encampar todas as doutrinas e opiniões de Luthero. A’cerca de Luthero, como ácerca de qualquer mero homem, seguimos o conselho de S. Paulo: “Examine tudo, retende porem o que for bom”. A defesa incondicional de meros homens, pertence somente ao romanismo, cujos adeptos são obrigados a defender os seus infalliveis e a cahir nos mais extravagantes disparates para explicar os actos que vindo de infalliveis, ou da egreja ou do papa, nada têm de infallibilidade.

O padre Regattiere, depois de ter feito a citação de autores suspeitos, inimigos de Luthero, ácerca do mesmo Luthero, assim conclue o seu primerio artigo no Alcantil de 24 de Novembro:

“Este é o homem “inspirado por Deus”, a quem os protestantes devem a paternidade de suas doutrinas, e que, queirão ou não, são obrigados a reconhecer como seu unico fundador. O qual, como disse, estabeleceu como principios fundamentaes que – 1º Todo o homem recebeu de Deus a faculdade de interpretar a seu bel prazer a Biblia, sendo este o unico meio para chegar ao conhecimento da verdade religiosa. 2º Não são necessarias as boas obras para alcançar a salvação; bastando para isso somente a fé¹⁶⁷ (JB, 30 dez. 1906).

EM QUE DIFFEREM CATHOLICOS E PROTESTANTES

[...] Quando os senhores do mundo estavam bem firmados, apresenta-se Luthero com as suas criminosas paixões, desmascara o papa, separa-se de Roma e Luthero teve o arrojo de contradizer as indulgencias do papa Leão X, negocio tão lucrativo, e depois mostra ao povo as doutrinas de Christo escriptas na Biblia, a salvação feita por este Deus-Homem, e não pelo papa; fallar diante de um auditorio estas hereticas palavras: “Reina sómente e sómente deve reinar, a fé em meu Senhor Jesus Christo, que é o unico principio o meio e o fim de todos os pensamentos que occupam o meu espirito, noite e dia”.

“O desejo de se justificar a si mesmo é a origem de todas as angustias do coração, porem aquelle que recebe a Jesus Christo como Salvador tem a paz, e nem só a paz, mas a pureza do coração”. Toda a satisfação do coração é fructo da fé; por que a fé é em nós uma obra divina, que nos muda e nos dá um novo nascimento que emana do mesmo Deus. A fé mata em nós o Adão, e pelo Espirito Santo que se nos communica, nos dá um novo coração e nos faz homens novos. “Não é por vãs especulações” bradava elle “mas sim por este modo practico, que se pode obter um conhecimento salutar de Jesus Christo”.

¹⁶⁷ Protestantismo II, **O Jornal Batista**, 30 dez. 1906, p. 2 (190).

Eis as paixões criminosas de Luthero, no entender do grande prelado brasileiro D. Antonio de Macedo Costa.

O crime de Luthero foi protestar contra a vergonhosa tarifa das indulgencias, que em 1517 ganhou em dous dias, em Freiberg, dous mil florins. Tetzl, prior dominicano, para vender essa absolvição de crimes e peccados tinha de salario oitenta florins mensaes, todas as suas despezas eram pagas e fornecia-se-lhe uma carrugagem e 3 cavallos, alem das suas ganancias accessorias que excediam ao seu salario. Todas esta despezas eram pagas pela ignorancia do povo. Tudo isso Luthero desmascarou e esclareceu ao povo de que a fé em Christo é que dá a salvação e a paz, porquanto Elle é nossa justiça e nós o peccado que Elle expiou na cruz.

Que a sua morte não nos custou dinheiro, e como havemos de pagar ao papa a remissão de peccados, missão que elle não fez?

Estas palavras foram consideradas como blasphemias pelo papa Leão X, que disse ao seu secretario Bembo: “Todos os seculos sabem de quanto proveito nos tem sido e aos nossos esta fabula de Christo” (Ea de Christi fabula. Morncei Hist. Papatus, p. 820).

E não sómente Leão X, como tambem todo o clero romano até o presente, se revolta ainda contra Luthero, por ter sido o homem d’aquelle seculo que sem embargo de ter sabido so supplicio do arcebispo Claudio de Turim do de Pedro de Bruys e seu discipulo Henrique, do de Arnaldo de Brecia e de João Huss, e muitos outros que ousaram apresentar a idéa de reforma na egreja corrupta e corruptora de Roma, foram levados as chammas das fogueiras, ousou atacar o furioso Leão em sua jaula, qual outr’ora David em nome do mesmo Senhor foi ao encontro de Golias¹⁶⁸ (JB, 20 nov. 1904).

EM QUE DIFFEREM CATHOLICOS E PROTESTANTES II

“Eis em que differem catholicos romanos e protestantes. Os primeiros são idolatras e blasphemos, os ultimos são christãos, e protestam contra as heresias da egreja romana.

Disse D. Antonio de Macedo que a religião dos protestantes é seita. Assim o disse, ou por ignorância ou por má fé.

[...] A Historia Universal narra como Luthero e outros fizeram a reforma da egreja romana, quando <<o alto clero levava vida inteiramente mundana, e deleitava-se com as pompas principescas, occupando-se demasiado com a philosophia da antiguidade pagã, perdendo de vista as doutrinas do Evangelho>>: ao que nós acrescentemos, extinguindo inteiramente o Evangelho, e massacrando os que se animavam a ler a Biblia. H. Univ. João Ribeiro – p.226.

Infelizmente para o reino papal, Luthero encontrou, no convento de Erfurt, uma biblia acorrentada, leu-a, reconheceu que a doutrina romana estava em opposição á doutrina de Christo, proclamou esta verdade na Allemanha; succedendo o mesmo a Zwingle na Suissa. Fizeram elle religião, e ainda menos seitas?

¹⁶⁸ BARRETO, Archiminia. Em Que Differem Catholicos e Protestantes. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 20 nov. 1904, p. 2 (234).

É muita ignorancia charmar-se seita protestante, aos que seguem o Christianismo, por terem protestado ontra os erros que os papas introduziram no Christianismo, substituindo-o por um paganismo mascarado.

Os catholicos romanos perseguem os christãos aos quaes por astucia chamam protestantes pelo facto de protestarem elles contra a idolatria, engano desmoralisação, e negociação que fazem esses falsos prophetas em nome de Deus.

Eis em que differem catholicos romanos e protestantes. Os primeiros seguem ao Papa e a sua idolatria: os ultimos seguem a Jesus Christo Senhor nosso, e a verdade.

É um escandalo, como praguejou D. Antonio de M. Costa, e todos os catholicos romanos, a Luthero, e a todos os que seguem esta seita maldita, esta doutrina heretica e essas innovações humanas. É um escandalo, sim, porque os SS. Papas, as Cadeias, com seus peitos furados, e Jesus da Lapa queimado, e Bomfim (das casas) desinfetados pela Hygiene são os salvadores da egreja romana, como barrabaz era melhor que o Filho de Deus.

E, S. Paulo com esta doutrina heretica de salvação pela fé, protestou contra a idolatria de todos tempos, e ainda escreveu um capitulo aos hebreus, com 40 versos, dando testemunho de todos que se salvaram pela fé, e accrescenta: “Assim que sem fé é impossivel agradar a Deus”. “Porque é necessario que o que chega a Deus creia que ha Deus, e que é remunerador dos que O buscam”. Heb. 11:6.

Não vos parece, senhores defensores da egreja romana, que esse Paulo de Tarso, com sua seita maldita, que n’aquelle tempo se appellidava de christã, foi o protestante mais excommungado que houve, porquanto não devia prégar a Christo como um Deus Salvador, Juiz de vivos e mortos, no qual devemos depositar nossa confiança, por ser Elle a Rocha dos seculos; mas sim nos recommendar a devoção da Rainha do Santissimo Rosario, a coroação de Maria Aparecida, as festas á Immaculada Conceição, e o jubileu á Augusta Soberana, Advogada dos pescadores, Senhora salvadora do mundo, cujo seculo será a aurora da paz¹⁶⁹ (JB, 10 jan. 1905).

EM QUE DIFFEREM CATHOLICOS E PROTESTANTES III

[...] Quiz por força D. Antonio de Macedo, e que ainda sua egreja, fazer crer, que o Evangelho foi inventado por Luthero, Zwinglio, etc., como se nós pregassemos a esses homens, como salvadores ou advogados da humanidade, do mesmo modo que elles prégam a Maria, a Antonio e milhares de defensores, protectores intercessores, consoladores e poderosos. Isto porém é uma artimanha das muitas usadas por Satanaz para illudir os ignorantes da verdade. Nós, senhores, só nos lembramos de fallar em Luthero, e etc., quando vós o calumniais, mas, “prégamos a Christo crucificado, que é um escandalo, de facto, para os judeus, e uma estulticia para vós: mas para os que têm sido chamados, assim judeus, como romanos, como brasileiros e gentios de toda a nação prégamos a

¹⁶⁹ BARRETO, Archiminia. Em Que Differem Catholicos e Protestantes II. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 10 jan. 1905, p. 2.

Christo, virtude de Deus, e sabedoria de Deus”, e não a homens e mulheres, “porque todos peccaram e necessitam da gloria de Deus”. Rom. 3:23.

Os catholicos romanos fogem do argumento da religião para sophismarem com Luthero e Calvino, como se fossem elles os fundadores do Christianismo. Elles prégaram o Christianismo fundado pelos apostolos, e dictado pelo Espirito Santo, e vós prégaes o paganismo mythologico de vossos Cesares, com as vossas Amazona, Bacchantes, Libitina, Juno, Jano, Diana, Tethys, etc., porém a Deus da vossa devoção particular é Pluto.

Vós negaes a verdade conhecida como tal quando espalhaes falsidade dizendo que a doutrina protestante é humana são systemas creados por taes ou taes chefes de seitas; não é a doutrina de Deus. Pois bem, As Escrituras Santas é doutrina humana não é doutrina de Deus, são systemas creados por homens, porquanto esta pregaram os apostolos, prégou Luthero, e prégamos nós: e como D. Antonio se contradiz escrevendo: “A palavra de Deus é a regra de nossa fé.” Esta palavra se acha em dois grandes depositos: na Escriptura e na tradição!!!

É singular! Quando nós prégamos o que se acha na Escriptura e dizemos que a palavra de Deus é a regra de nossa fé, esta doutrina é humana, são systemas creados pelos homens; e, quando o papa como Caronte faz-se barqueiro para o purgatorio, recebendo dinheiro para salvar almas, quando estabelece o culto da deusa Libitina, deusa dos funeraes, entre os gregos e romanos, como disse Camões:

“E pagaram seus annos deste geito

“Á triste Libitina seu direito”. Préga uma doutrina coordenada coherente. Mas, coordenada e coherente com que doutrina? Com o Christianismo, com a palavra de Deus, não: mas com a Mythologia, sciencia da fabula e do enigma.

Palladio era uma estatua de Minerva, cahida do céu na occasião da fundação de Troia, e a qual estava ligada á existencia dessa cidade, segundo a Mythologia.

A egreja de Roma coroando com pompa suas estatuas das Aparecidas, é coherente com o Christianismo ou com a Mythologia? É doutrina humana ou de Deus?

Por esta razão disse Jesus: “Hypocrita, tira primeiro a trave de teu olho, e então verás como has de tirar a arêsta do olho do irmão” ¹⁷⁰. Mat. 7:5. (JB, 30 jan. 1905).

O PROTESTANTISMO ANTES DE LUTHERO

Antes de Luthero e Calvino a nossa religião estava:

1º Na sua infancia, em Jerusalem em Antiochia, em Corintho e em Roma;

¹⁷⁰ BARRETO, Archiminia. Em que Differem Catholicos e Protestantes III. **O Jornal Batista**, 30 jan. 1905, pp. 2 (18), 3 (19).

2º Quando, sob o imperio de Nero, começaram as horribéis perseguições contra os christãos, as quaes se prolongaram com mais ou menos furor até á pseudo conversão de Constantino, em principios do 4º seculo, - nessa epocha, a nossa religião andava fugitiva pelos montes, pelas catacumbas e pelos subterraneos de Roma, e ainda no circo a ser coroada de martyrio na pessoa dos christãos que eram devorados pelas feras, dando brilhante testemunho de sua santa fé.

[...] 4º Mais tarde ainda, quando na idade media, a egreja romana attingiu ao fastigio do poder e Roma papal dominava o mundo, como outr´ora Roma pagã, nessa quadra a mais tenebrosa da historia da humanidade, pois que em nome do Principe da Paz, accendeu-se a guerra no mundo e derramou-se rios de sangue nas cruzadas santas de infernal memoria, além de na santa Inquisição em hecatombes medonhas sacrificar-se milhares de victimas em nome do Deus de amor – nessa quadra em que a egreja romana, dizendo-se christã deshonrou a Christo praticando os mais nefandos crimes em seu santo nome, quadra que, na phrase energica de um escriptor distincto, é o traslado da devassidão dos Borgias, da ferocidade sanguinaria dos Torquemadas, e do despotismo de um sultão, ou autocrata moscovita – o papa, nessa quadra, dizemos, a nossa religião representada principalmente pelos Valdenses e Abigenses estava foragida pelas montanhas, nas masmorras da santa Inquisição, ou nos supplicios e fogueiras destas, a esse tempo os verdadeiros christãos, recebiam a palma e a coroa do martyrio, sendo encarcerados, garroteados, degolados e queimados vivos por falsos christãos.

5º Finalmente, ainda antes de Luthero e Calvino, a nossa religião estava com João Wickliffe, João Huss, Jeronymo de Praga, João Gerson, João Wesselas, Jeronymo Savanarola, e outros defensores extrenous da verdade christã, e valentes protestantes contra os erros e superstições do romanismo.

Como um remate, áquella pergunta, póde-se ainda adduzir:

A nossa religião, que é religião verdadeira de Christo, tem estado não nos thronos, mas no opprobrio; coroada, não de uma tiara, mas de uma corôa de espinhos; não perseguindo, mas perseguida; não se apoiando no poder do mundo, mas nas promessas de Christo¹⁷¹ (JB, 20 set. 1903).

OS PROTESTANTES MAIS NOTAVEIS DESDE 1 AO 16 SECULO

Nós, apenas vamos fazer um ligeiro esboço do protestantismo antes de Luthero, nos cinco periodos em que o dividimos.

1º Periodo. Tempos Apostolicos. Nascida em Jerusalem no dia de Pentecoste a egreja christã estendeu-se rapidamente á Antiochia, Corintho, Roma e outras cidades. (Note-se: - A santa madre egreja dos christãos verdadeiros é Jerusalem e não Roma).

Os Actos dos Apostolos e as Epistolas, no Novo Testamento, dão-nos noticias de muitas viagens feitas por S. Paulo, na propaganda do

¹⁷¹ SOREN, F.F. O Protestantismo Antes de Luthero. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 20 set. 1903, p. 4 (180).

Evangelho, fundando igrejas na Galacia, Epheso, Philippo, Colossos, Thessalonica e outros paizes.

Mas, realizando-se a predicação de Christo na parábola da sisanía, (Vide Evangelho de S. Matheus cap. 13 vs. 24 a 36 e vs. 37 a 43) enquanto os apóstolos semeavam a boa semente, o diabo ia também semeando a sisanía. Devido a isso os apóstolos mesmos já tiveram necessidade de fazer alguns protestos a bem da pureza do christianismo.

O primeiro foi feito por S. Pedro, contra alguns phariseus, que se tinham convertido, mas entendiam ser mister circumcidar aos conversos dentre os gentios, e mandar-lhes que guardassem a lei de Moysés. (Vide o protesto de S. Pedro nos Actos dos Apóstolos cap. 15 vs. 7-11).

É notável que S. Paulo, também já houvesse tido necessidade de fazer o mesmo protesto que os christãos zelosos têm feito no decorrer dos séculos, e que os protestantes actualmente ainda fazem contra o culto aos anjos.[...]

Temos assim demonstrado que os dois primeiros representantes da nossa religião; (que é o Christianismo Puro, e consiste em observar exclusivamente os ensinamentos de Christo e seus apóstolos, protestando sempre contra os erros, superstições, fanatismo, etc., com que os homens tentem desvirtual-o) – os dois primeiros protestantes foram S. Pedro e S. Paulo.

[...] No 4º século era protestante Santo Agostinho, illustrado bispo de Hippona, que muito se esforçou para conduzir os espiritos transviados á doutrina santificante da graça, combateu com energia as impiedades do clero e o culto idolatra das imagens.

Também S. Chrysostomo foi um denodado protestante. Escutae-o: sobre a sufficiencia das Escripturas Sagradas para nossa instrucção religiosa: - “Tudo é intelligivel nas Santas Escripturas, todas as coisas essenciaes ahi estão claras”.

Ouvio-o contra a confissão auricular: - “Deus não nos obriga a dizer o que temos feito de mal, ante os homens; Elle nos ordena de o fazer saber só a Elle, e de nos confessar a Elle.

Chrysostomo observa como os homens para alcançarem o favor de um poderoso precisavam recorrer a seus amigos fazendo delles seus mediadores, e mostra que não se dá o mesmo com relação a Deus, que está sempre prompto a ouvir nossas supplicas. E, exemplificando este ensino com o caso da mulher cananéa, elle faz ver que ella não se dirige a S. Thiago, nem a São João, nem a S. Pedro, mas passando pelo meio delles, “como que dizendo, não tenho necessidade de mediadores”, vae directamente a Jesus e supplica-lhe: “Senhor, tem piedade de mim!”.

Pelo exposto é evidente que S. Agostinho e S. Chrysostomo se vivessem em nossos dias seriam infallivelmente, considerados protestantes, e excommungados pelo papa¹⁷² (JB, 30 set. 1903).

OS PROTESTANTES MAIS NOTÁVEIS DESDE O 1 SÉCULO ATÉ LUTHERO

¹⁷² H.C. Os Protestantes mais notáveis desde o 1 Século ao 16 Século. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 30 set. 1903.

5º Período. A estrella d'alva da Reforma. Proeminentes protestantes depois do estabelecimento da Inquisição. Lutero e Calvino. No 14º século, após a medonha noite alumiada pelo brilho sinistro das fogueiras da inquisição, surge na Inglaterra o eminentíssimo protestante João Wicklif, a quem os historiadores chamam-a estrela d'alva da Reforma.

Membro do clero, pregador em Lutterworth, professor na Universidade de Oxford, Wicklif traduziu o Novo Testamento para o inglez e começou a discursar contra os costumes pervertidos da cleresia, os abusos introduzidos na igreja romana, a supremacia do papa, o culto dos santos, os votos monasticos, o celibato clerical, a transubstanciação e a confissão auricular.

[...] Afinal, depois de uma luta titânica e heróica de longos annos, tendo concluído a tradução da Bíblia em inglez e organizado um corpo de pregadores, que sahiram pelas ruas e praças de todas as cidades e villas da Inglaterra, a pregar com ardor o Evangelho, depois de ter desempenhado a sua providencial missão, morreu elle em paz e em idade avançada, no anno de 1384.

Roma papal não tendo podido queimal-o, fez desenterrar os seus ossos 40 anos depois de sua morte, queimou-os publicamente e lançou as suas cinzas em um regato. Um escriptor diz que o regato levou suas cinzas ao Avon, o Avon ao Saverne, o Saverne aos Golphos, e este ao Oceano, e assim as cinzas de Wicklif são os emblemas de sua doutrina espalhada pelo mundo inteiro.

S. H. Ford, retro-citado affirma que Wicklif e os wicklifistas, e os lollardos eram baptistas.

A boa semente chegou até á Bohemia, onde em 1409 João Huss, pregador, reitor da Universidade de Praga, constituiu-se defensor da doutrina de Wicklif, trovejou contra o clero e o papado, pelo que foi excommungado por Gregório 12º.

A Bohemia era refugio dos valdences e albigenes, perseguidos na França e na Itália, pelo que as ideias de Wicklif, propagadas por J.Huss, encontraram nella bom terreno e alastraram.

O papismo sobressaltado faz citar a J.Huss para comparecer ante o concilio de Constança, que lhe apresentou 39 artigos para abjurar. Elle declarou que a maior parte d'aquelles artigos continham doutrinas que jamais professára e que lhe eram falsamente imputadas, mas que muitos outros artigos, tinha-os por verdadeiros, e se não podessem convencer-o com argumentos da sua falsidade, - preferia morrer a por-se em contradicção com a sua consciência. Não abjurando, foi queimado vivo em 1415.

Seu discípulo e companheiro de propaganda Jeronymo de Praga soffreu pouco depois a mesma condenação do Concilio de Constança.

Quando estava sendo queimado viu um camponez que com muito zelo chegava lenha á fogueira e exclamou: - "Santa simplicidade! Pecca mil vezes mais quem abusa della!"

O fogo que devorou Huss e Jeronymo, diz Cantu, accendeu na Bohemia um temeroso incêndio. Os discípulos de João Huss, em numero considerável, com as denominações de taborismo, calixtinis, atraquistas e hussistas, sustentaram durante annos uma luta heróica contra Roma.

[...] Em outros paizes também se levantaram nestes séculos, protestantes eminentes, dos quais apenas citaremos: João Gerson, chanceler da Universidade de Paris, que combateu os erros do romanismo e os abusos do clero; João Wesselas, de Gromingue, propagandistas das mesmas

doutrinas, que os reformadores proclamaram no século seguinte. Walter Reynard, hollandez, que depois de percorrer diversos paizes do continente europeu passo á Inglaterra, e que é considerado o pai do lollardos; e finalmente Jeronymo Savanarola, na Itália, o qual tambem foi queimado vivo.

Mas todas estas vozes eram como os albores da aurora que precediam ao sol da Reforma, prestes a levantar-se, espancando ás trevas do erro, da superstição, do fanatismo, e deixando o mundo ver a egreja romana tal qual ella é – “uma mistura político-ecclesiastica de judaísmo, paganismo, e christianismo.”

[...] Temos afinal chegado ao seculo 15º que viu nascer Luthero a 10 de Novembro de 1443.

Calvino só nasceu no seculo seguinte a 10 de Julho de 1509.

Não é nossa intenção escrever sobre a Reforma.

Quizemos tão somente responder aos que nos perguntam: - “Onde estava a vossa religião antes de Luthero e Calvino?” – Abrindo a historia, mostrando os santos martyres da nossa religião e fazendo-lhes ver que ella é – O christianismo puro, o qual tem estado não nos thronos mas á semelhança do seu fundador, sem casa como as raposas e sem ninho como as aves do céu; não coroada de uma tiara; mas de uma coroa de espinhos; não perseguindo mais perseguida¹⁷³ (JB, 10 out. 1903).

¹⁷³ H.C. Os Protestantes Mais Notaveis desde o 1 Seculo até Luthero. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 10 out. 1903, pp. 2 (194) – 3 (195).

3 O CONCÍLIO DE TRENTO

Para que tenhamos uma maior clareza sobre o complexo sistema religioso que as missões protestantes radicadas no Brasil objetivavam reformar (vislumbrando alguns dos traços mais expressivos do conjunto de regras e práticas devocionais que retratavam a fisionomia do catolicismo brasileiro naquele momento), faz-se necessário mais uma vez retroceder cronologicamente esta discussão, voltando agora o seu foco para um acontecimento decisivo na história da Igreja Católica: a convocação do Concílio de Trento entre os anos 1545 e 1565. Prosseguiremos examinando algumas de suas deliberações doutrinárias propugnadas em nome da defesa da unidade da fé, como vetores determinantes do sentido e da direção que a teologia católica tomaria mediante o prenúncio do avanço do protestantismo na Europa e, posteriormente, na recém descoberta América.

Deve-se ter em conta que o estudo das principais definições teológicas e dos cânones sancionados em Trento, mostrou-se muito pertinente na análise dos artigos do Jornal Batista em que a temática da reforma é levantada, pelo fato de que os pontos divergentes da teologia tridentina, com relação ao pensamento teológico protestante, estão majoritariamente colocados em uma longa cadeia discursiva. Para efeito de uma categorização pedagógica destes conceitos doutrinários aludidos em profusão nas duas décadas pesquisadas, atentamos para a ocorrência de três frentes temáticas recorrentes: o posicionamento acerca das Escrituras como depósito da Revelação, o princípio da Justificação pela fé e a recusa da obrigatoriedade dos sacramentos como sinais exteriores indispensáveis para a vivência interior da graça e da piedade.

O Concílio Ecumênico de Trento convocado pelo Papa Paulo III, em 1545, havia declinado as proposições luteranas e anunciado a supremacia dos ensinamentos ininterruptamente ministrados pela Igreja de Roma, desde o primeiro século; proclamara a sua “Tradição” como instância de poder e autoridade espiritual em estado de equidade com a revelação contida na Bíblia. Sobre esta resolução decisiva para a definição do conteúdo doutrinário da teologia tridentina, Jean Delumeau comenta que, na opinião dos padres reunidos em Trento, os protestantes desejosos de retornar às origens do cristianismo, eram uns “inovadores perigosos”. Assim sendo, teria-se dado relevo dentro do Concílio, desde o seu preâmbulo, à necessidade de se definir de forma cabal “os fundamentos da fé”, prevalecendo o acento na questão da preservação da “continuidade da história cristã”. Aos conceitos de *Sola Escriptura* e livre-exame (ambos proclamados pelas igrejas reformadas), contrapuseram a primazia do magistério eclesiástico no ensino da Bíblia - esclarecida de século em século pela “Tradição” – axioma designativo para a evocação da autoridade que tomaram como inequívoca: “os testemunhos dos santos padres e dos concílios aprovados, o juízo e o consentimento da Igreja” ¹⁷⁴.

O sacrossanto Concílio Ecumênico e Geral de Trento, reunido legitimamente no Espírito Santo, e com a presidência dos mesmos três legados da Sé Apostólica, tendo sempre isto diante dos olhos que, rejeitados os erros, seja na Igreja conservada a pureza do Evangelho, prometido antes nas Escrituras Santas pelos profetas, o qual Nosso Senhor Jesus Cristo Filho de Deus, primeiramente com sua própria palavra o promulgou; e depois, por meio de seus Apóstolos, mandou pregá-lo a toda criatura (Mt 18, 19 s; Mc 16, 15), como fonte de toda a verdade salutar e disciplina dos costumes. Vendo que esta verdade e disciplina estão contidas nos livros escritos e nas tradições orais, que – recebidas ou pelos Apóstolos dos lábios do próprio Cristo, ou dos próprios Apóstolos sob a inspiração do Espírito Santo – chegaram até nós como que entregues de mão em mão, fiéis aos exemplos dos Padres ortodoxos, com igual sentimento de piedade e reverência aceita e venera todos os livros, tanto os do Antigo, como os do Novo Testamento, visto terem ambos o mesmo Deus por autor, bem como as mesmas tradições que se referem tanto à fé como aos costumes, quer sejam só oralmente recebidas de Cristo, quer

¹⁷⁴ DELUMEAU, Jean. **El Catolicismo de Lutero a Voltaire**. Barcelona: Editorial Labor, 1973. p. 12.

sejam ditadas pelo Espírito Santo e conservadas por sucessão contínua na Igreja Católica¹⁷⁵.

Outro dado importante para a compreensão das razões que levaram ao acirramento dos embates teológicos no século XVI, que são rememoradas nos artigos do jornal batista quatro séculos a posteriori, reside no fato de que dentre as principais correntes que tiveram representatividade naquele Concílio, teve prevalência a proposta do grupo que fazia a defesa da concepção tomista da redenção— o conceito escolástico que assentia a cooperação conjunta entre a graça de Deus e o esforço humano para a justificação dos pecados e salvação da alma¹⁷⁶. Quando a justificação é definida em Trento, ao conceito teológico da remissão dos pecados operada pela fé no plano redentor de Deus consumado em Jesus Cristo, sobrevém a idéia da participação do arbítrio humano, como uma disposição interior que coopera equalitativamente com a graça divina para o alcance da salvação:

Como se deve entender a justificação gratuita do pecador pela fé e a refutação da falsa confiança dos hereges: [...] o Apóstolo diz que o homem é justificado pela fé e sem merecimento (Rom 3, 22. 24). Estas palavras devem ser entendidas tais como sempre concordemente a Igreja Católica as manteve e explicou. Nós somos justificados pela fé: assim dizemos, porque a fé é o princípio da salvação humana, o fundamento e a raiz de toda justificação, sem a qual é impossível agradar a Deus e alcançar a companhia de seus filhos [...] É necessário crer que não se perdoam pecados nem jamais foram perdoados, senão pela misericórdia divina, por causa de Cristo e sem merecimento próprio. Não obstante, a ninguém é lícito dizer que se perdoam ou foram perdoados os pecados àqueles que presumem confiada e seguramente de perdão dos pecados e tão somente com isto se tranqüiliza. Pois, também nos hereges e cismáticos pode encontrar-se esta confiança vã e alheia a toda a piedade. Sim, ela aí existe em nossos dias e com grande empenho é pregada contra a Igreja Católica.

[...] Porque, assim como nenhum homem pio deve duvidar da misericórdia de Deus, dos merecimentos de Cristo, bem como da virtude e eficácia dos sacramentos, assim também, quando cada qual olha para si mesmo para sua fraqueza e falta de preparação, algum, que sele conseguiu a graça de Deus. Justificados deste modo e feitos amigos e familiares de Deus, indo de virtude em virtude, são renovados (como diz

¹⁷⁵ MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Concílio Ecumênico de Trento. Sessão IV – Os livros sagrados e as tradições dos Apóstolos. Disponível em: <http://www.monfort.org.br/index.php?secao=documento&subcessao=concilios&artigo=trento&lang=bra> Acesso em: 12 maio 2005.

¹⁷⁶ DAVIDSON, N. S. **A contra-reforma**. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p.11-12.

o Apóstolo) de dia para dia, isto é, mortificando os membros da própria carne, tornando-os armas de justiça para santificação por meio da observância dos mandamentos de Deus e da Igreja, crescem nesta justificação recebida pela graça de Cristo, cooperando na fé com as boas obras, são justificados ainda mais, como está escrito: O que é justo, seja justificado ainda mais; e outra vez: Não receies justificar-te até a morte; e de novo: pode recear e temer pela sua remissão, visto ninguém poder saber com certeza de fé, a qual não pode estar sujeita a erro. Vedes, pois, que o homem é justificado pelas obras, e não pela fé somente¹⁷⁷.

Em “El Catolicismo de Lutero a Voltaire”, Delumeau destaca que os dilatados debates que foram travados neste Concílio acerca dos temas do pecado original e da justificação, encontram uma explicação plausível na atmosfera de incertezas que pairava sobre estas complexas questões teológicas, já no período anterior a reforma. O autor argumenta que Lutero, ao expor a doutrina da salvação pela fé como pré-requisito exclusivo para a obtenção da salvação, não teria tido a impressão de estar apresentando uma proposição nova ou herética, visto que se embasava nas Epístolas de São Paulo, e em uma interpretação agostiniana. Contudo, Delumeau ressalta que em virtude da conturbada conjuntura religiosa da época, a maior parte dos cânones relativos à justificação proscreveram as posturas protestantes¹⁷⁸. Conforme se pode observar na leitura dos cânones sobre a justificação compendiada abaixo¹⁷⁹, tanto a tese luterana de *sola fide* que concebia a justificação como um dom gratuito - uma dádiva puramente exterior ao homem – quanto à teologia calvinista da predestinação, cuja conjectura soteriológica previa a impossibilidade da perda da salvação pelos eleitos a ela predestinados, são categoricamente refutados:

¹⁷⁷ MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Concílio Ecumênico de Trento. Sessão VI – Decreto sobre a justificação, excertos dos cap, VIII, IX, X. Disponível em: <http://www.monfort.org.br/index.php?secao=documento&subcessao=concilios&artigo=trento&lang=bra> Acesso em: 12 maio 2005.

¹⁷⁸ DELUMEAU, Jean. **El Catolicismo de Lutero a Voltaire**. Barcelona: Editorial Labor, 1973. p. 14-15.

¹⁷⁹ Id. Sessão VI - Cânones sobre a justificação, respectivamente os de número 9, 11, 12, 15, 24, 27 e 33. Disponível em: <http://www.monfort.org.br/index.php?secao=documento&subcessao=concilios&artigo=trento&lang=bra> Acesso em: 12 maio 2005.

Se alguém disser que o ímpio é justificado somente pela fé, entendendo que nada mais se exige como cooperação para conseguir a graça da justificação, e que não é necessário por parte alguma que ele se prepare e disponha pela ação da sua vontade — seja excomungado [...] Se alguém disser que os homens são justificados ou só pela imputação da justiça de Cristo, ou só pela remissão dos pecados, excluídas a graça e a caridade que o Espírito Santo infunde em seus corações e neles inerem; ou também que a graça pela qual somos justificados é somente um favor de Deus — seja excomungado [...] Se alguém disser que a fé que justifica não é outra coisa, senão uma confiança na divina misericórdia, que perdoa os pecados por causa de Cristo ou que é só por esta confiança que somos justificados — seja excomungado [...] Se alguém disser que o homem renascido e justificado está obrigado pela fé a crer que certamente é do número dos predestinados — seja excomungado [...] Se alguém disser que a justiça recebida não se conserva nem tão pouco se aumenta diante de Deus pelas boas obras, mas que as boas obras somente são frutos e sinais da justificação que se alcançou, e que não é causa do aumento da mesma — seja excomungado [...] Se alguém disser que não há pecado mortal algum, exceto o de infidelidade; ou que por nenhum outro pecado, embora grave e enorme, a não ser pelo de infidelidade, se perde a graça uma vez recebida — seja excomungado [...] Se alguém disser que com esta doutrina católica da justificação, expressa no presente decreto pelo santo Concílio, se derogam de algum modo a glória de Deus, ou os merecimentos de Nosso Senhor Jesus Cristo, e não se esclarece a verdade da nossa fé e enfim a glória de Deus e de Jesus Cristo — seja excomungado.

Na seção introdutória do decreto que estatuiu o sentido e a finalidade dos sacramentos, o Concílio comunicou que havia julgado conveniente testificar sobre a significação teológica destes ritos, devido a ressurgência de “erros e heresias” que submergiram naqueles dias. Delumeau explicita que, em função do seu posicionamento concernente a doutrina da justificação, a Assembléia de Trento inclinava-se, naturalmente, a instar sobre a tese da existência inerente, nos sacramentos, de uma força propiciadora da graça - uma faculdade capaz de fazer mover a graça regeneradora que fortalece a fé, a vontade e a energia moral do fiel. Segundo esta posição teológica, não estando a salvação conquistada de forma irreversível (estando a mesma também condicionada às disposições do livre-arbítrio), “os canais pelos quais a graça discorre se convertem em signos eficazes”, essenciais para a justificação e para a edificação. O autor focaliza o cerne das discordâncias entre a Igreja Católica e as Igrejas Reformadas sobre esta questão, apontando que na compreensão luterana, o rito sacramental não continha “valor próprio ou eficácia objetiva, senão como

uma predicação da Palavra e alimento da fé”; e que na visão Zwingliana, era entendido somente como um signo da cristandade¹⁸⁰.

Definição teológica da doutrina dos sacramentos:

Para concluir a salutar doutrina da justificação, que na Sessão anterior foi declarada com o consenso comum dos Padres, achou-se conveniente tratar dos santíssimos sacramentos da Igreja, pelos quais toda a verdadeira justiça ou começa, ou começada aumenta, ou perdida é reparada. Por isso, o sacrossanto Concílio Ecumênico e geral de Trento, para eliminar os erros e extirpar as heresias a respeito destes santíssimos sacramentos que, embora já tivessem sido condenadas outrora pelos nossos Padres, voltaram novamente à tona em nossos dias, ou também surgidos de há pouco, que muito mal fazem à pureza da Igreja Católica e à salvação das almas — baseando-se na doutrina das Sagradas Escrituras, nas tradições apostólicas e no consenso dos outros Concílios e dos Padres — julgou dever estatuir e decretar os presentes cânones¹⁸¹.

O Concílio de Trento alega que o caráter irreformável das definições acerca das prescrições relativas aos sacramentos, está outorgado pela Igreja como uma concessão legada por Cristo e como um cânone indissociável da própria concepção teológica que fundamenta a doutrina católica da justificação – concluindo que é a partir de sua administração “que toda justiça ou começa, ou começada aumenta, ou perdida é reparada”. Na teologia católica, os sete sacramentos são manancias da piedade e figuram como um sinal exterior ou sensível da graça interna gerada na alma, por intermédio dos méritos de Cristo. A divergência com a teologia protestante atinge o seu ponto culminante, na declaração de que são sete os sacramentos instituídos por Jesus: Eucaristia, Crisma, Ordens, Matrimônio, Penitência e Extrema-Unção (e não apenas o batismo e a santa ceia, como pregava a maioria das congregações protestantes, contrariando o ensino do septenário sacramental, doutrina decantada na Igreja no século XII)¹⁸²; a discrepância encontra-se, sobretudo, na afirmação da principal prerrogativa da Igreja Católica: o poder

¹⁸⁰ DELUMEAU, Jean. **El Catolicismo de Lutero a Voltaire**. Barcelona: Editorial Labor, 1973. p. 16.

¹⁸¹ MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Concílio Ecumênico de Trento. Sessão VII - Decreto sobre os sacramentos. Disponível em: <http://www.monfort.org.br/index.php?secao=documento&subcessao=concilios&artigo=trento&lang=bra>. Acesso em: 12 maio 2005.

¹⁸² DELUMEAU, Jean, op. cit., loc.cit.

que atribui exclusivamente a si mesma de administrar os veículos pelos quais a graça é infundida (premissa que refutava frontalmente o princípio protestante da sacerdócio universal de todos os crentes). Pode-se verificar no regimento canônico do Concílio tridentino que estas cerimônias atuam como um incremento da devoção, e que o efeito do ato sacramental é descrito como *ex opere operato*, ou efetivado no ato da concordância do fiel que consente o seu recebimento, independentemente do mérito de suas obras ou da valia do sacerdote¹⁸³.

Cânones referentes à doutrina dos sacramentos:

Se alguém disser que os sacramentos da Nova Lei não foram todos instituídos por Jesus Cristo Nosso Senhor, ou que são mais ou menos que sete, a saber: Batismo, Confirmação, Eucaristia, Penitência, Extrema-Unção, Ordem e Matrimônio; ou que algum destes sete não é verdadeira e propriamente sacramento — seja excomungado [...] Se alguém disser que os sacramentos da Nova Lei não são necessários para a salvação, mas supérfluos; e que sem eles ou sem o desejo deles, só pela fé os homens alcançam de Deus a graça de justificação — ainda que nem todos [os sacramentos] sejam necessários para cada um — seja excomungado [...] Se alguém disser que os sacramentos da Nova Lei não encerram a graça que significam; ou que não conferem a graça aos que lhes não opõem óbice, como se fossem apenas sinais externos da graça ou justiça recebida pela fé, e certos sinais da Religião cristã, com que entre os homens se distinguem os fiéis dos infiéis — seja excomungado [...] Se alguém disser que pelos mesmos sacramentos da Nova Lei não se confere a graça só pela sua recepção (*ex opere operato*), mas que para receber a graça basta só a fé na promessa divina — seja excomungado [...] Se alguém disser que todos os cristãos têm o poder de administrar a palavra de Deus e todos os sacramentos — seja excomungado [...] Se alguém disser que o ministro que está em pecado mortal não confecciona nem confere sacramento algum, embora faça o que é essencial para confeccionar ou conferir um sacramento — seja excomungado [...] Se alguém disser que os ritos aceitos e aprovados pela Igreja Católica, que costumam ser usados na administração solene dos sacramentos, podem ser desprezados ou sem pecado, omitidos a bel-prazer pelos ministros, ou mudados em novos e em outros por qualquer pastor de igrejas — seja excomungado¹⁸⁴.

¹⁸³ BRANTL, George. **Catolicismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. p 98.

¹⁸⁴ MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Concílio Ecumênico de Trento. Sessão VII. Cânones sobre os sacramentos, respectivamente os de número 1, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 13. Disponível em: <http://www.monfort.org.br/index.php?secao=documento&subcessao=concilios&artigo=trento&lang=bra>. Acesso em: 12 maio 2005

Segundo Pierre Chaunu, em “O tempo da Reformas”, de todas as clivagens que a Reforma Protestante ensejou no plano conceitual e gestual referentes aos sacramentos, a mais agressivamente simbólica no sentido da ruptura, instalou-se na celebração eucarística, no âmbito da doutrina e da liturgia: os teólogos fundadores do protestantismo, embora não tenham chegado a um consenso em suas definições sobre a forma de ministração e sobre os limites do significado devocional deste sacramento, introduziram novas interpretações e mudanças no procedimento litúrgico que, em alguns aspectos, estavam em discordância com o rito católico, no qual a Eucaristia é tomada como o mistério da perpétua encarnação - presença real de Jesus na comunhão – que é processada através da consagração do pão e do vinho pelo sacerdote, e é ofertada ao fiel sob uma espécie: a sagrada hóstia¹⁸⁵. Delumeau explana os pontos de diferenciação em torno dos quais gravitam as conceituações dos reformadores a respeito do cerimonial eucarístico¹⁸⁶, relatando que Lutero era partidário de uma doutrina semelhante a de Roma, pois ainda que negasse o fenômeno da transubstanciação (a conversão real dos elementos pão e vinho no corpo e sangue de Cristo), aceitava a idéia da presença consubstancial de Jesus na ceia eucarística “como o fogo está presente em ferro candente”; contrariando a posição luterana, Zwinglio propunha o conceito de celebração rememorativa, por meio da qual os fiéis evocam o sacrifício salvífico de Jesus que lhes granjeou a justificação, de modo que a Sua presença não se manifesta nos elementos da cena eucarística – no pão e no vinho – mas na assembléia dos fiéis que se transformam em “Seu corpo” ; ao passo que o teólogo João Calvino, patenteia uma formulação sobre o rito eucarístico que procura conjugar a elaboração tradicional católica com as novas opiniões, chegando a empregar a expressão “presença substancial de Cristo na Eucaristia”, descrevendo este fenômeno espiritual como um mistério inefável. Chaunu notifica o fato de que na prática das igrejas reformadas, a

¹⁸⁵ CHAUNU, Pierre. **O Tempo das Reformas (1250-1550)**. Lisboa, Edições 70, 1975. p.181.

¹⁸⁶ DELUMEAU, Jean. **El Catolicismo de Lutero a Voltaire**. Barcelona: Editorial Labor, 1973. p. 15-18.

construção calvinista – a teologia que procura equalizar o essencial do mistério da presença com a dimensão memorial do rito - é superada pela preponderância de sua própria vertente simbólica¹⁸⁷.

Na promulgação dos decretos sobre a Eucaristia, o Concílio de Trento anuncia a excelência deste sacramento sobre os demais, tendo declarado que as outras vias de emanção da graça, somente têm o poder de santificar, enquanto que na Comunhão, após a sagração solene do pão e do vinho (elementos distribuídos aos fiéis sob a espécie da hóstia), está verdadeira, real e substancialmente presente o Autor da santificação¹⁸⁸. O decreto reconhece, em consonância com o ensinamento protestante, que é uma ordenança de Cristo que a sua memória seja honrada e a sua morte sacrificial rememorada pela Igreja até a consumação dos tempos; porém, retifica a versão predominante nas igrejas reformadas, emendando que o sacramento eucarístico também havia sido instituído como um sustento espiritual para as almas, como um antídoto capaz de livrá-las das culpas quotidianas e preservá-las dos pecados mortais. No entanto, o ápice das controvérsias com as igrejas protestantes, está na corroboração da doutrina da transubstanciação pelo Concílio de Trento (ensino sugerido primeiramente, pelo Concílio de Latrão, em 1215)¹⁸⁹, uma vez que este dogma assevera positivamente o fenômeno da transformação substancial do pão e do vinho consagrados pelo sacerdote, no corpo e sangue do Cristo.

Nos textos dos decretos e nos cânones que sacramentam o ensino da presença real de Cristo na Eucaristia e a ocorrência da transubstanciação, o Concílio rechaça as posturas de alguns segmentos do protestantismo, argumentando que aqueles grupos haviam se

¹⁸⁷ CHAUNU, Pierre. **O Tempo das Reformas (1250-1550)**. Lisboa, Edições 70, 1975. p.181.

¹⁸⁸ MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Concílio Ecumênico de Trento Sessão XII - Decreto sobre a Santíssima Eucaristia Sessão VII. Cânones sobre os sacramentos, respectivamente os de número 1, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 13. Disponível em: <http://www.monfort.org.br/index.php?secao=documento&subsecao=concilios&artigo=trento&lang=bra> Acesso em: 12 maio 2005.

¹⁸⁹ BRANTL, George. **Catolicismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. p 100.

posicionado contra o universal sentir da Igreja – “a coluna e base da verdade” - torcendo o reto sentido que os Santos Padres lhes haviam prognosticado, ao relegá-los à condição de simples figura simbólica, fazendo desmerecer sacrílegamente o mérito deste inestimável benefício concedido aos cristãos.

Definição teológica da doutrina do sacramento da Eucaristia:

Ensina primeiramente o santo Concílio e confessa aberta e simplesmente que no augusto sacramento da Santa Eucaristia, depois da consagração do pão e do vinho, debaixo das espécies destas coisas sensíveis, se encerra Nosso Senhor Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, verdadeira, real e substancialmente [...] Pelo que, todos os nossos predecessores que viveram na verdadeira Igreja de Cristo, sempre que trataram deste sacramento, reconheceram abertamente que Nosso Redentor instituiu este admirável sacramento na última ceia quando, depois de benzer o pão e o vinho, testificou com palavras distintas e claras que ele lhes dava o seu próprio corpo e sangue. Estas palavras relatadas pelos santos Evangelistas (Mt 26, 26 ss; Mc 14, 22 ss; Lc 22, 19 ss) e repetidas depois por S. Paulo (1 Cor 11, 23) têm seu sentido próprio e claro, no qual também os Padres as compreenderam.

[...] Uma vez, porém, que Cristo Nosso Redentor disse que aquilo que oferecia sob a espécie de pão era verdadeiramente o seu corpo (Mt 26, 26; Mc 14, 22 ss; Lc 22, 19 ss; 1 Cor 11, 24 ss.), sempre houve na Igreja de Deus esta mesma persuasão, que agora este santo Concílio passa a declarar: Pela consagração do pão e do vinho se efetua a conversão de toda a substância do pão na substância do corpo de Cristo Nosso Senhor, e de toda a substância do vinho na substância do seu sangue. Esta conversão foi com muito acerto e propriedade chamada pela Igreja Católica de transubstanciação¹⁹⁰.

Cânones sobre a Santíssima Eucaristia:

Se alguém negar que no Santíssimo Sacramento da Eucaristia está contido verdadeira, real e substancialmente o corpo e sangue juntamente com a alma e divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo, e por conseguinte o Cristo todo, e disser que somente está nele como sinal, figura ou virtude — seja excomungado. Se alguém disser que no sacrossanto sacramento da Eucaristia fica a substância do pão e do vinho juntamente com o corpo e o sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo; e negar aquela admirável e singular conversão de toda a substância de pão no corpo, e de toda a substância do vinho no sangue, ficando apenas as espécies de pão e de vinho, que a Igreja com suma propriedade (aptissime) chama de transubstanciação — seja excomungado. Se alguém negar que no

¹⁹⁰ MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Concílio Ecumênico de Trento. Sessão XII - Cânones sobre a Santíssima Eucaristia, respectivamente os de número 1, 2 e 3. Disponível em: <http://www.monfort.org.br/index.php?secao=documento&subcessao=concilios&artigo=trento&lang=bra>. Acesso em: 12 maio 2005

venerável sacramento da Eucaristia, debaixo de cada uma das espécies e debaixo de cada parte dessas espécies, e quando elas se dividem, está presente o Cristo todo — seja excomungado.

Cabe ainda complementar, que as divergências de opiniões acerca do sacramento da Eucaristia entre a Igreja Romana e as Igrejas Reformadas, têm como “epicentro” de suas maiores polêmicas, o próprio conceito de “missa” como uma celebração litúrgica detentora de um caráter místico-sagrado, na qual o padre católico está ungido para fazer a oblação, ou seja, oferecer no momento da consagração eucarística, *in memorium* e em virtude da imolação cruenta do Cordeiro de Deus, um sacrifício incruento propiciatório pelas almas dos fiéis vivos e dos mortos que faleceram na esperança da ressurreição. Esta concepção da missa como um revivência do sacrifício expiatório de Cristo que se opera através do ofertório sacerdotal, é um ponto de doutrina fortemente refutado pelas congregações protestantes, que o compreendem como uma “blasfêmia” contra a qualidade irreduzível do magno sacrifício da cruz, consumado uma única vez de forma perfeita e indelével, pelo próprio Redentor.

Quando revolvemos a documentação referente ao Concílio de Trento, cotejando-a com a bibliografia clássica do protestantismo, constata-se a propriedade da observação de Jean Delumeau, ao ressaltar que a utilização do vocábulo Eucaristia perpetuado no vocabulário católico não é a palavra que melhor exprime o âmago da teologia romana concernente à missa, visto que a cerimônia eucarística transcendeu, no catolicismo, o sentido mais largamente aceito entre as igrejas protestantes; estas congregações absorveram amplamente a noção simbólica do culto de “ação de graças”, designando-a “santa ceia”. O escrutínio dos decretos e cânones sobre o “sacrossanto sacrifício da missa” revela o resguardo do Concílio com relação a significação da missa-sacrifício, como um cumprimento de uma profecia messiânica pressagiada no judaísmo, na qual Jesus é exaltado como “o Supremo

sacerdote da ordem de Melquisedec”. A teologia católica baseia nesta passagem bíblica a posição oficial da Igreja sobre o significado e o modo de administração deste sacramento, autenticando a crença na reiteração do sacrifício do Messias efetuada de maneira não-sanguinolenta pelos padres enquanto “legítimos sucessores” do Cristo, como uma oferta propiciatória pelas faltas dos vivos e dos mortos que estão em processo de purificação.

Definição Teológica sobre a doutrina do Santíssimo Sacrifício da Missa:

Já que no Antigo Testamento, segundo testifica o Apóstolo S. Paulo, por causa da fraqueza do sacerdócio levítico não havia perfeição, convinha, por disposição de Deus, Pai da misericórdia, se levantasse outro sacerdote segundo a ordem de Melquisedec (Gên 14, 18; Sl 109, 4; Heb 7, 11), Nosso Senhor Jesus Cristo, que pudesse consumir (Heb 10, 14) e levar à perfeição todos os que se houvessem de santificar (Heb 10, 14). Assim, este Deus e Nosso Senhor Jesus Cristo, embora por sua morte se havia de oferecer uma só vez ao Eterno Pai no altar da cruz, para nele obrar a redenção eterna, contudo, já que pela morte não se devia extinguir o seu sacerdócio (Heb 7, 24. 27), na última ceia, na noite em que ia ser entregue, querendo deixar à Igreja, sua amada Esposa, como pede a natureza humana, um sacrifício visível que representasse o sacrifício cruento a realizar uma só vez na Cruz, e para que a sua memória durasse até a consumação dos séculos e a sua salutar virtude fosse aplicada para remissão dos nossos pecados quotidianos, declarando-se sacerdote perpétuo segundo a ordem de Melquisedec (Sl 109, 4).

[...] E como neste divino sacrifício, que se realiza na Missa, se encerra e é sacrificado incruentamente aquele mesmo Cristo que uma só vez cruentamente no altar da cruz se ofereceu a si mesmo (Heb 9, 27), ensina o santo Concílio que este sacrifício é verdadeiramente propiciatório, e que, se com coração sincero e fé verdadeira, com temor e reverência, contritos e penitentes nos achegarmos a Deus, conseguiremos misericórdia e acharemos graça no auxílio oportuno (Heb 14, 16). Porquanto, aplacado o Senhor com a oblação dele e concedendo o dom da graça e da penitência, perdoa os maiores delitos e pecados. Pois uma e mesma é a vítima: e aquele que agora oferece pelo ministério dos sacerdotes é o mesmo que, outrora, se ofereceu na Cruz, divergindo, apenas, o modo de oferecer. Os frutos da oblação cruenta se recebem abundantemente por meio desta oblação incruenta, nem tão pouco esta derroga aquela. Por isso, com razão se oferece, consoante a Tradição apostólica, este sacrifício incruento, não só pelos pecados, pelas penas, pelas satisfações e por outras necessidades dos fiéis vivos, mas também pelos que morreram em Cristo, e que não estão plenamente purificados¹⁹¹.

¹⁹¹ MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Concílio Ecumênico de Trento Cultural. Sessão XXII - Doutrina sobre o Santíssimo Sacrifício de Missa. Disponível em <http://www.monfort.org.br/index.php?secao=documento&subsecao=concilios&artigo=trento&lang=bra>.

Cânones sobre o santíssimo sacrifício da Missa:

Se alguém disser que na Missa não se oferece a Deus verdadeiro e próprio sacrifício, ou que oferecer-se Cristo não é mais que dar-se-nos em alimento — seja excomungado” [...] Se alguém disser que Cristo não instituiu os Apóstolos sacerdotes com estas palavras: Fazei isto em memória de mim (Lc 22, 19; 1 Cor 11, 24), ou que não ordenou que eles e os demais sacerdotes oferecessem o seu Corpo e Sangue — seja excomungado [...] Se alguém disser que o sacrifício da Missa é somente de louvor e ação de graças, ou mera comemoração do sacrifício consumado na cruz, mas que não é propiciatório, ou que só aproveita ao que comunga, e que não se deve oferecer pelos vivos e defuntos, pelos pecados, penas, satisfações e outras necessidades — seja excomungado [...] Se alguém disser que o santo sacrifício da Missa é uma blasfêmia contra o santíssimo sacrifício que Cristo realizou na Cruz, ou que aquele derroga este — seja excomungado¹⁹².

Em resposta às denúncias dos reformadores protestantes que haviam se insurgido contra distorções de conduta doutrinária e moral, perpetradas pela cúpula da Igreja Católica¹⁹³, a comissão de cardeais reunida em Trento havia avaliado os problemas enfrentados pela instituição, propondo medidas saneadoras, entre as quais se sobrepôs o esforço pela restauração da imagem do papado e das práticas pastorais, de forma que a hierarquia eclesiástica deveria relegar ao segundo plano as suas preocupações com as questões seculares. De um modo geral, o Concílio efetivou a sua reprovação às doutrinas insígnias do protestantismo, buscando fortalecer o catolicismo em áreas onde as igrejas reformadas

Acesso em: 12 maio 2005.

¹⁹² MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Concílio Ecumênico de Trento Cultural. Sessão XXII - Doutrina sobre o Santíssimo Sacrifício de Missa, respectivamente os de número 1, 2, 3 e 4. Disponível em: <http://www.monfort.org.br/index.php?secao=documento&subsecao=concilios&artigo=trento&lang=bra> Acesso em: 12 maio 2005.

¹⁹³ Lutero escreve: “[...] é terrível e pavoroso ver que o chefe supremo da cristandade, que se vangloria de ser o vigário de Cristo e o sucessor de São Pedro, se conduz de forma tão mundana e suntuosa, que nem rei ou imperador se lhe podem comparar ou igualar neste aspecto. Enquanto se faz chamar de santíssimo e espiritualíssimo, tem caráter mais mundano que o próprio mundo [...] Tudo isso é notório, tanto é que na própria Roma eles têm que confessar que a situação é mais terrível e pior do que qualquer um poderia descrever. Eu nem cheguei a tocar – e nem quero fazê-lo ainda – na verdadeira sopa infernal dos vícios pessoais. Falo apenas das coisas comuns e correntes, e ainda assim não as consigo esgotar com palavras. Os bispos, sacerdotes e sobretudo os doutores das universidades, pagos para este fim, deveriam ter escrito e clamado a uma só voz contra tal estado de coisas, conforme é sua obrigação. No entanto, é o contrário o que acontece [...] nas escolas e nos tribunais o Evangelho fica ocioso, juntando poeira debaixo do banco, para que as perniciosas leis do papa possam reger sozinhas. Uma vez que temos o nome e o título de professores da Sagrada Escritura, deveríamos ser realmente obrigados, de acordo com o nome, a ensinar a Sagrada Escritura e nenhuma outra [...] agora que as sentenças prevalecem sozinhas, encontram-se mais suposições pagãs e humanas do que a doutrina santa e certa da Escritura entre os teólogos”. LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**: À Nobreza Cristã da Nação Alemã. São Leopoldo: Sinodal, 1989, p. 280-339.

ainda não haviam se expandido; e voltando a sua atenção para o projeto de evangelização entre povos não-civilizados no continente sul-americano americano¹⁹⁴.

A criação da nova ordem dos jesuítas ou Companhia de Jesus, no ano de 1540, sancionada pelo Papa Paulo III, e as decisões tomadas pelo Concílio de Trento (1545-1563)¹⁹⁵, são acontecimentos determinantes na organização do sistema religioso brasileiro por força da própria paridade cronológica, filiação regimental e fundamentação teológica dentro da qual se originou e se desenvolveu. Três séculos após o encerramento do Concílio de Trento, estava em vigor, no plano teológico, parte substancial das resoluções que haviam suprimido qualquer possibilidade de reconciliação entre as igrejas protestantes e a Igreja Católica.

O Concílio de Trento foi um acontecimento decisivo no movimento da “contra-reforma”, um instrumento imprescindível ao programa de reestruturação do catolicismo romano que, perante o avanço da vaga inovadora do protestantismo, exigia um arrojado reaparelhamento do clero, carecia de uma ágil realocação de recursos materiais e humanos para o trabalho missionário nas novas frentes de evangelização; e, sobretudo, clamava por uma retumbante reafirmação dos símbolos e crenças da fé nos domínios da Igreja. Na ótica da arguciosa análise historiográfica de Jean Delumeau, o Concílio de Trento produziu uma incisão profunda na história eclesiástica, balizando um longo período de influência da legislação tridentina sobre o mundo católico, época situada entre o fechamento desta assembléia e a convocação do Concílio Vaticano II, na qual vigorou no estatuto teológico oficial, na organização eclesial e na disciplina pastoral, o conjunto das resoluções tomadas naquele concílio, que perduraram por mais de quatro séculos como o principal pilar de sustentação doutrinária da Igreja Católica.

¹⁹⁴ DAVIDSON, N. S. **A contra-reforma**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 55-69.

¹⁹⁵ BIDEGÁIN, Ana Maria. **História dos cristãos na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1993. p 97-102.

Conforme procuramos demonstrar nas considerações apresentadas anteriormente, o Concílio de Trento deliberou sobre questões vitais para a confirmação da identidade religiosa católica, distinguindo-a das tendências protestantes, através da profissão de vários artigos de fé, dentre as quais discriminamos: o atributo superlativo da Patrística e da Tradição da Igreja e a declaração formal do caráter oficial da tradução latina da Bíblia (a Vulgata da São Jerônimo); a definição concludente do preceito da concomitância da fé e das obras na via da salvação; a convalidação dos sete sacramentos; a consolidação do ensino do papel intermediador do padre no “sacrifício da missa” - no mistério da encarnação de Cristo na Eucaristia, que sacralizava tanto o ofício sacramental quanto a função sacerdotal; e, finalmente, o projeto que estimava a fundação de novos seminários para incrementar a educação teológica do clero, que deveria ser universalizada segundo a estreita observância dos princípios da primazia e da hegemonia da Cúria Romana.

Sabe-se que as decisões deste Conselho Episcopal concernentes à normatização das doutrinas e dos costumes da Igreja Católica Apostólica Romana ressoaram no catolicismo ibérico, e sobremaneira no catolicismo português. Tendo Portugal prontamente acatado os decretos tridentinos, seria de se presumir que as regras conciliares tivessem gerido irrestritamente o processo de formação das igrejas nascentes nas possessões lusitanas, porquanto este evento se sucedeu paralelamente ao advento da implantação do projeto colonial na América, que contava com o beneplácito papal porque abarcava o ideal da expansão da fé católica, sob a direção do Vaticano. Embora a instauração do Concílio de Trento remonte o período introdutório da catequese católica no Brasil, as suas determinações não repercutiram em profundidade nem mesmo no intróito do processo de formação do catolicismo brasileiro (uma série de fatores que mencionaremos a seguir, contribuíram para que as resoluções tridentinas só fossem efetivamente absorvidas e

acondicionadas à Igreja do Brasil, após o estabelecimento do governo republicano). Desde os primórdios da colonização portuguesa, e durante os aproximadamente quatro séculos de vigência da monarquia, a Igreja Brasileira esteve juridicamente atrelada ao Estado, em decorrência do acordo firmado entre o Papado e a Corte Portuguesa na subscrição da Bula Intercoetera. Este documento instituiria o regime do Padroado no Brasil e submeteria a nova Igreja fundada na colônia ao poder decisório do império, por intermédio do ato de concessão do título de grão-mestre da ordem de Cristo aos monarcas portugueses pelo Pontífice Calixto III: o posto religioso honorífico lhes atribuiria não somente legitimidade no governo civil, mas também o direito à plena e sucessória jurisdição eclesiástica sobre as terras descobertas.

Para descortinarmos as feições que a teologia tridentina e a disciplina eclesiástica assumirão na paisagem religiosa brasileira, a partir de meados do século XIX (e, assim, avistarmos o seu papel protuberante na cena religiosa, e conseqüentemente algumas das razões por que ela foi tão intensamente discutida no *Jornal Batista*), devemos-nos ater a algumas características do regime do Padroado que ditaram os códigos sobre os quais foi moldado o pensamento católico brasileiro. Sucintamente, pode-se relatar que a sua introdução na vida religiosa da colônia acarretou uma fusão dos poderes político e espiritual, que estavam entrecruzados na figura do monarca regente, ao qual fora avocado o título de “delegado pontifício do Vaticano no Brasil”, e sobre quem repousava um tipo de autoridade dotada de ampla liberdade na condução das demandas burocráticas do alto escalão da administração eclesiástica local; gozando, inclusive da prerrogativa da plena anuência do Papa no seu exercício do encargo da nomeação do Episcopado para as dioceses brasileiras.

Eduardo Hoornaert, em *História da Igreja no Brasil*¹⁹⁶, disponibiliza ao leitor trechos da Bula expedida pelo Papa Júlio III, decreto papal que corrobora o direito de Padroado do rei português João III, assegurando a legalidade de seu régio poder na execução da chefia religiosa da Igreja do Brasil, por ocasião do despacho que oficializava a criação do primeiro bispado na colônia, na cidade de Salvador, em 1550:

Quando o nosso caríssimo filho em Cristo João, pela bondade divina rei ilustre de Portugal e Algarves, querendo que fossem dilatadas as fronteiras da Religião Cristã na região do Brasil, que pelo seu valor e de seus antepassados foi sujeita ao seu poder, não sem grandes despesas e inúmeros trabalhos, e trabalhou para que nesses lugares fossem edificadas muitas igrejas, paróquias e capelas, onde se celebrassem o santo sacrifício da missa e outros ofícios divinos, bem como para que fossem enviados a aqueles lugares pregadores a fim de semearem a palavra de Deus e reduzirem os ditos habitantes à luz da verdade, e como em uma das ditas prefeituras, intitulada Bahia de Todos os Santos, tivesse fundada uma povoação chamada cidade de Salvador [...]

[...] Do mesmo modo reservamos e concedemos o direito de padroado e de apresentação a Nós e ao Pontíce Romano que então existir, de uma pessoa idônea para a dita Igreja de Salvador, todas as vezes que a mesma venha a se vagar, ao dito Rei João, ou ao rei que então existir, a qual será nomeada bispo da Igreja de Salvador por nós ou pelo Pontífice Romano que então for; também reservamos e concedemos ao Grão-Mestre ou administrador da referida milícia a apresentação de pessoas idôneas para as dignidades, canonicatos, prebendas e outros benefícios todas as vezes que acontecer estarem vagos a fim de serem colados pelo referido bispo; e declaramos que o direito de padroado e de apresentação existe com todo vigor, essência e eficácia em virtude de verdadeiras e totais fundação e dotação reais, e ao dito rei compete como Grão-mestre ou administrador como igualmente lhe compete em virtude de verdadeira e total doação reais, e não poderá ele ser derogado nem mesmo pela Santa Sé, sem primeiro intervir o consentimento expresso de João, Rei e Grão-Mestre [...]

O sistema do Padroado, que estabeleceu o vínculo jurídico entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Brasileira, perdurou ao longo de toda a existência do regime monárquico no país, sobrepondo-se, mesmo após a declaração da independência em 1822, às intenções de interdição desta regalia por parte do Vaticano. A permanência do Padroado no período posterior à dissolução do pacto colonial foi objeto de disputas entre os estadistas do

¹⁹⁶ HOORNAERT, Eduardo (Coord.) **História Geral da Igreja na América Latina**: Tomo II/1. História da Igreja no Brasil: Primeira Época. Petrópolis, Vozes, 1992. p.166-167.

governo da nação recém-emancipada e a Sé Romana, porque estas emergentes lideranças políticas subentenderam que o direito de Padroado subrogava-se ao aclamado Imperador do Brasil, herdeiro da dinastia a que se concedera esta “irrevogável prerrogativa”. A questão em juízo pleiteava a vindicação das régias atribuições no gerenciamento da religião oficial, dentre as quais constavam o privilégio da indicação dos prelados (sacerdotes receptores de titularidade honorífica entre os dignatários da Igreja do Brasil), e a investitura do poder de judicatura pressuposta no Placet, regimento responsável pela validação das Bulas e Breves Pontifícios no território nacional, por meio da autorização real¹⁹⁷. O Vaticano não assentiu completamente a esta reivindicação, mas revalidou o direito do monarca em caráter temporário, de modo que, em tese, Roma tolerava o *modus vivendi* da Igreja Brasileira, ainda que, na prática, este sistema implicasse a continuidade da sujeição da ordem religiosa aos arbítrios do poder temporal, o *modus operandi* que contrariava frontalmente as posturas doutrinárias majoritárias da Cúria, no século XIX.

Dentre as conseqüências precipitadas pela longa vigência do regime do padroado, configura-se um danoso estado de dependência material do sacerdócio do poder público, sob o qual se constituiu o clero brasileiro, tendo o mesmo sido diretamente submetido aos ditames do poder político nas suas diversas esferas de ingerência, sem que a praxis pastoral pudesse estar integralmente desvinculada dos interesses e práticas próprios de sua posição social, fixada no quadro do funcionalismo estatal. Este melindroso intercâmbio de funções entre as atividades seculares e as incumbências sacerdotais, é descrito na historiografia eclesiástica como um germe desagregador das vocações, pois que o inevitável ingresso das lideranças religiosas nos sinuosos trâmites da carreira pública, não as isentava do malogro de sucumbir por vezes ao relaxamento moral, ao arrivismo e à co-participação nos desmandos da política nacional. Augustin Wernet em “A Igreja Paulista no século XIX”

¹⁹⁷ RODRIGUES, Anna Maria Moog. **A Igreja na República**. Brasília: Ed. da UnB, 1981. p. 3-5.

faz uma esclarecedora sumarização do pragmatismo que permeia as relações entre a Igreja Católica e o Império, no que diz respeito à medida que colocava o clero local em situação de subserviência ao Estado, substabelecendo ao governo civil o seu sustento: “O sacerdote é funcionário público, serve ao Estado, o qual, por sua vez, deve contribuir para a manutenção do clero. O clero anuncia os dogmas da religião, que é uma das firmíssimas colunas do Estado. O Estado pressiona o clero para que continue a desempenhar sua função de sustentáculo do regime. A Igreja pleiteia do Estado, as congruas para o seu clero. Atendida, vê o seu clero atrelado à máquina administrativa”¹⁹⁸.

Na outra extremidade da hierarquia eclesiástica, o baixo clero estava sujeito às intempéries de sua desfavorecida condição na rede social, transformando-se em alvos de manipulação de administradores públicos subalternos, que eram os responsáveis imediatos pelo parco pagamento da congrua: “Era fácil encontrar um pretexto para atrasar o pagamento de um clérigo que fosse pouco amigo, ou que estivesse incomodando por um zelo excessivo. Queixava-se um jesuíta que os pobres padres sempre nos pagamentos são prejudicados pelos oficiais de El-Rei, que pagam mal e tarde”¹⁹⁹. Além destes fatores, a exigüidade de recursos financeiros e humanos para abastecer as dioceses do vasto território brasileiro, dificultava a assistência pastoral do bispado aos párocos. Somada a estas adversidades, subjazia ainda o distanciamento ideológico do episcopado brasileiro do Vaticano (mesmo a parcimoniosa periodicidade com que eram efetuadas as visitas ad limina dos bispos ao papa, eram subvencionadas pelo rei) uma realidade que, agravada pela carência de oportunidades locais para uma boa preparação ministerial, privava o clero nacional de receber os subsídios necessários que lhes garantissem uma sólida fundamentação teológica.

¹⁹⁸ WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX: A Reforma de D. Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987. p. 69.

¹⁹⁹ FAUSTINO, Evandro apud HOORNAERT, Eduardo. **O Renitente Catolicismo Popular**. 1996. 188 f. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 101.

Apesar do caráter obrigatório da norma disciplinar tridentina que previa a abertura de seminários teológicos em cada distrito diocesano, por causa da instalação do regime do padroado, o Brasil ficou destituído de centros de formação pastoral estáveis até o século XIX: toda formação sacerdotal do clero diocesano durante o período colonial esteve nas mãos dos padres da Companhia de Jesus, e depois da expulsão dos Jesuítas, houve uma crise geral nos seminários de tal gravidade que apenas sobreviveram alguns estabelecimentos, assim mesmo, em condições precárias²⁰⁰.

No ciclo marcado pela ascendência do ideário iluminista na ideologia que ditava o posicionamento doutrinário do sacerdócio brasileiro (período assinalado entre os últimos decênios do século XVIII e a primeira metade do século XIX), a ordem eclesiástica interpusera-se na sociedade enquanto classe condutora da vida intelectual, como uma espécie de interface conectora entre a religião e a razão, quando na realidade, houve um grande vulto de secularização das funções religiosas: sobressaía-se uma atitude pouco criteriosa no encaminhamento das ordenações sacras, ao mesmo tempo em que se operava um retrocesso nos mecanismos de transmissão e aquisição do conhecimento teológico, com a inoperância dos seminários remanescentes e as novas perspectivas de ascensão social que oferecia a educação acadêmica. Os caminhos percorridos pelo clero no implemento de sua Educação formal e religiosa em São Paulo, e o seu ingresso na recém-fundada Academia Jurídica, narrado por Augustin Wernet em *A Igreja Paulista no século XIX*, é um exemplo expressivo desta nova realidade:

A partir de 1818, o curso de Filosofia dado no Convento dos Franciscanos não funcionava mais regularmente, e os aspirantes ao sacerdócio, ficaram sem a devida formação. Também as aulas de Teologia Dogmática, de Moral e de História Eclesiástica, que deviam ser dadas na Catedral da Sé, durante muitos anos foram precariamente e com poucos alunos ou simplesmente não aconteceram. O Governo

²⁰⁰ FAUSTINO, Evandro. **O Renitente Catolicismo Popular**. 1996. 188 f. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 100.

central estava muito mais preocupado com a organização das aulas dos cursos jurídicos do que com a formação do clero. Com a fundação da Academia Jurídica em 1827, a carreira eclesiástica, até então carreira intelectual por excelência – refúgio da inteligência e da cultura - perdeu grande parte de sua atratividade, dando lentamente lugar à carreira de bacharel. Muitos dos padres ilustrados acompanharam os sinais dos tempos, formando-se na Academia Jurídica para, em seguida, se engajarem na política, no ensino superior e no funcionalismo público ²⁰¹.

A difusão das idéias do liberalismo, conjunto de teorias e princípios fundados na filosofia iluminista do século XVIII, além de redundar na independência política da nação, também havia exercido forte influência sobre parcela substantiva do clero nacional, que havia assimilado a ideologia liberal procurando congraçar a tradição filosófica da escola francesa com a dogmática tridentina. Ao traçar o perfil do catolicismo iluminista-liberal, Augustin Wernet denota o escopo desta grande empreitada intelectual encabeçada pela intelligentsia clerical ilustrada nas suas tentativas de fazer harmonizar o ecletismo religioso da ilustração com as crenças tradicionais do catolicismo. Em *A Igreja Paulista no século XIX*, Augustin Wernet faz a notação de que, do ponto de vista institucional, era predominante o despreparo teológico do clero brasileiro, o qual era ainda mais acentuado mediante as tendências secularizantes do pensamento filosófico iluminista, e agravado pelo seu engajamento em atividades profissionais mundanas; o que de um modo geral, reduzia qualitativamente as suas funções sacro-sacerdotais à pragmática das praxes cerimoniais rotineiras, conformando práticas ritualísticas arredadas do sentido sagrado inerente ao ofício dos ritos sacramentais - “sem a convicção da necessidade e da importância dos ritos e dos sacramentos para o contato com o divino (ponto de vista defendido pelo clero iluminista), o culto reduzia-se a um hábito vazio” ²⁰².

²⁰¹ WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX: A Reforma de D. Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987. p. 55.

²⁰² ibidem, p.68.

A escassez de núcleos de formação pastoral, a secularização e politização do clero ilustrado, o envolvimento de segmentos da alta hierarquia eclesial em setores lucrativos da economia, bem como as precárias condições de subsistência dos padres que dependiam dos baixos ordenados do funcionalismo público (ou dos pequenos emolumentos advindos da prestação de serviços religiosos aos proprietários de terra), engendraram uma conjuntura desfavorável ao desenvolvimento de uma corporação eclesiástica vigorosa, em matéria de zelo e fervor religioso. Esta aparente “tibieza” foi percebida e criticada pelos primeiros viajantes protestantes que começaram a fazer as suas visitas de prospecção neste promissor campo missionário, ainda na primeira metade do século XIX. Em seu legendário relato reminiscências de viagens e permanências no Brasil, um dos precursores do evangelismo itinerante de orientação protestante no Brasil, o evangelista norte-americano Daniel Parrish Kidder, faz um esboço do grave estado de depreciação em que se encontrava o clero brasileiro durante o período regencial, criticando o seu abatimento moral, e o estado de desagregação das instituições incumbidas da formação ministerial: “[...] a educação e moralidade retrogradaram desde a revolução da independência [...] e o clero de atualmente é mais ignorante e menos respeitável de alguns anos atrás”²⁰³.

²⁰³ KIDDER, Daniel Parrish. **Reminiscência de viagens e permanências no Brasil**: Rio de Janeiro e Província de São Paulo. Tradução Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. 361 p.

4 A BULA *INEFFABILIS DEUS* E AS CRÍTICAS DO JORNAL BATISTA AO “MARIANISMO” CATÓLICO.

Estamos a 20 do mez corrente, mas ainda se ouvem os últimos echos do badalar dos sinos, do espoucar dos foguetes, do som dos instrumentos, dos gritos de jubilo com que a maioria deste povo, com que o povo catholico celebrou em todo o mundo o dogma da Immaculada Conceição. Nossa alma sentiu-se presa de amargura ao contemplar esse espetáculo inebriante do povo errante e como em delírio de loucura fazendo a apotheose do carro de César que lhes vae esmagar a cabeça. Era o verdadeiro bailado dos sepulchros representado pela imaginação phantasista do poeta. Eram mortos fazendo festa de mortos. Que tristeza! Que infelicidade! (“A Immaculada Conceição”, O Jornal Batista, artigo publicado em 20/12/1904).

No ano de 1854, o Papa Pio IX havia aclamado o dogma da Imaculada Conceição de Maria sem a convocação de um Concílio justificando a doutrina da impecabilidade de Maria como um tesouro guardado pela tradição católica, como uma verdade teológica primordial e intrínseca ao seu depósito de fé²⁰⁴. A definição teológica que isenta Maria de toda a mancha do pecado original e da culpa infligida à humanidade decorrente desta “herança congênita” (da natureza corrompida que, à semelhança de Adão, induz o homem à queda e ao distanciamento dos desígnios do Criador), tornara-se oficialmente uma proposição de fé católica. A crença medieval acerca da imaculada concepção de Maria alcançara no sistema teológico da Igreja Romana o status de dogma, o que formalmente constitui no código institucional do catolicismo um irrefutável ensino teológico embasado na Sagrada Escritura e na Tradição, o qual é proposto como verdade revelada pelo consenso do magistério “infalível” da Igreja, sendo o mesmo expresso solenemente pelo sumo pontífice.

²⁰⁴ CORRIGAN, Raymond. **A Igreja e o século XIX**. Rio de Janeiro. Livraria Agir Editora. 1943. p. 182

O cânon proclama terminantemente que a beatíssima Virgem Maria no primeiro instante da sua concepção, “*por singular graça e privilégio de Deus Onipotente, em vista dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do gênero humano, foi preservada imune de toda mancha do pecado original*”²⁰⁵. A Bula certificava aos fiéis católicos que, apesar de Maria ter vindo ao mundo em conformidade com os padrões humanos de procriação estabelecidos por Deus (ou seja, embora a Virgem Maria possuísse pais terrenos), na distinta circunstância de sua conceição, nela fora suspensa a lei da transmissão natural da nódoa do pecado original. A linha de argumentação do dogma apoiava-se no raciocínio de que esta “imunidade” contra o estigma da inclinação humana ao pecado fora concedida excepcionalmente à futura mãe de Jesus, em antecipação ao resgate expiatório a ser consumado pelo Cristo na cruz do calvário.

Na perspectiva da mariologia católico-romana, por causa da eminência do chamado vocacional de Maria, aquela que recebera a sublime missão de tornar-se a habitação de Cristo no processo de sua encarnação, tinha sido investida de uma graça extraordinária: a sua própria conceição ocorrera de uma forma prodigiosa, anulando a concupiscência do pecado, qualificando-a para abrigar em seu ventre o Filho de Deus. A doutrina exposta afirma categoricamente que Deus, desde o princípio dos séculos, havia pré-ordenado para Jesus Cristo uma mãe venerável, excelsa em santidade, a qual seria concebida em completa isenção das impurezas do pecado; destarte, nela se comprazera com singularíssima

²⁰⁵ MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Pio IX - Bula Ineffabilis Deus: Dogma da Imaculada Conceição. Disponível em: http://www.monfort.org.br/index.php?secao=documentos&subcecao=decreto&artigo=2006_0220&lang=bra. Acesso em: 19 set. 2006

benevolência, dotando-lhe da maior abundância de todos os dons celestiais, acima de todos os anjos e santos²⁰⁶.

É relevante ainda salientar que no corpo textual desta Bula que decretava o dogma da Imaculada Conceição, a autoridade do Concílio de Trento é aludida com grande deferência, e a ela o Pontífice recorre para corroborar a legitimidade doutrinal de sua proposição. Pio IX argumenta que, embora o Conselho Episcopal Tridentino tenha declarado não ter a intenção de instituir solenemente este dogma naquela ocasião, havia comunicado assaz claramente, a prerrogativa atribuída à Virgem Maria da isenção do pecado original. Finaliza concluindo que, em nenhum dos pontos de sua definição, o atual Papa entrava em contradição com os ensinamentos do Concílio Tridentino, ou se colocava contrariamente ao sentir universal da Igreja na aceitação do dogma que se perpetuava no seio do Catolicismo como uma crença recebida por tradição, e que fora revestida no século XIX do caráter de doutrina revelada.

Sobre a polêmica criada em torno desta Bula Papal, a própria historiografia eclesiástica registra este posicionamento dogmático do Papa Pio IX com relação à doutrina da Imaculada Conceição (a asseveração irredutível de uma doutrina que não se encontrava explicitamente anunciada na Bíblia ou formalmente regulamentada pela aprovação consensual de um Concílio Ecumênico), como um prenúncio da proposição teológica do dogma da infalibilidade pontifícia. Raymond Corrigan, historiador católico norte-

²⁰⁶ Sobre o *status* privilegiado de Maria na hierarquia celeste, a Bula estatuiu: “A Gloriosíssima Virgem, pela qual grandes coisas fez Aquele que é poderoso, resplandeceu de tal abundância de dons celestes, de tal plenitude e de tal inocência, que se tornou como que por milagre de Deus, por excelência, ante a culminância de todos os seus milagres, digna Mãe de Deus; de modo que colocada, tanto quanto é possível a uma criatura, como a mais próxima de Deus, ela se tornou superior a todos os louvores dos homens e dos anjos”. MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Pio IX - Bula Ineffabilis Deus: Dogma da Imaculada Conceição. Disponível em: http://www.monfort.org.br/index.php?secao=documentos&subcecao=decreto&artigo=2006_0220&lang=bra. Acesso em: 19 set. 2006

americano, faz uma sugestiva ponderação em seu livro “A Igreja e o Século XIX”, frisando que, não obstante o fato de que esta definição tivesse sido antecedida por uma criteriosa revisão dos textos tradicionais e por uma nova interpretação exegética de certos trechos bíblicos de onde a imaculada concepção é inferida (perscrutando-se o sentido exato deste dogma), poderia acontecer que não se chegasse a uma conclusão definível; mas tendo o papa Pio IX oficialmente declarado o ensino desta doutrina como uma verdade revelada, o caso estava encerrado para sempre²⁰⁷.

Ao emitir o seu parecer sobre os interesses que teriam norteado a promulgação da imaculada concepção de Maria, os batistas compactuaram com a opinião partilhada pelos diferentes ramos do movimento evangélico, que costumava interpretar esse ato de Pio IX como uma marcante demonstração do pragmatismo papal. A denominação batista havia formado juízo crítico sobre este dogma, classificando-o como uma nova imposição doutrinária do Vaticano idealizada para servir às pretensões do bispo de Roma, que teria ansiado consolidar em um futuro oportuno a sua absoluta autoridade sobre os Concílios Ecumênicos e sobre todo o corpo da Igreja – a oficialização desta doutrina era vista como o ensaio preliminar da infalibilidade. O Jornal Batista ressoava em seus artigos que o tópico do “imaculatismo” fora visivelmente ignorado pelo Concílio de Trento, justificando que a abstenção desta assembléia episcopal que optara por não deliberar sobre a questão da inclusão desta crença entre os cânones tridentinos seria um forte indício de que, á altura do ano de 1545, ela ainda não contava com a aprovação majoritária do clero. Na sua leitura cronológica do processo de elaboração do dogma, teria sido necessário que transcorressem muitos séculos para que a imaculada concepção ingressasse oficialmente no credo católico-romano.

²⁰⁷ CORRIGAN, Raymond. **A Igreja e o século XIX**. Rio de Janeiro. Livraria Agir Editora. 1943. p. 182.

Para efeito de fazer sobressair o balizamento temporal deste decreto dogmático, os articulistas do Jornal Batista relataram em algumas matérias do periódico dados sobre o seu trâmite de validação, informando que em 2 de fevereiro de 1849, Pio IX havia encaminhado uma Encíclica ao Episcopado, a fim de que todos os bispos expressassem a sua opinião a respeito deste assunto. Na visão crítica da denominação batista, a impropriedade desta medida tratava-se de um fato notório reconhecido entre os próprios membros do clero, o qual poderia ser comprovado pela recusa de muitos bispos católicos que haviam se pronunciado contrários à decretação do dogma. Os protestantes em geral classificaram-na como uma ação partidária e impositiva, eles argumentavam que o pontífice teria se esquivado da responsabilidade da convocação de um Concílio Ecumênico, e que teria agido com indiferença ante a realidade de não ter obtido o consenso unânime do magistério da Igreja; no julgamento batista, esta decisão do papa havia sido desencadeada pelo ímpeto de sua arbitrariedade patronal que prenunciava a “infalibilidade”. Contudo, na censura mais pungente dos integrantes do movimento reformado, a resolução de Pio IX fora tomada como um acinte à mensagem redentora contida nas páginas do Evangelho porque, ao dogmatizar a imaculada concepção, o papa teria cometido a “ousada blasfêmia” de desvincular Maria da “família dos salvos”, contradizendo toda a teologia bíblica e a própria tradição, ao desligar a mãe de Jesus de seu elo com a queda de Adão, nivelando-a ao estado de pureza original somente encontrado no Messias cuja concepção divina é a única declarada imaculada pelas Escrituras.

Pio IX tinha antes por uma encyclica de 2 de fevereiro de 1849 havia pedido a opinião dos bispos catholicos sobre o assumpto e recebeu mais de seiscentas respostas affirmativas; quatro eram oppostas e cincoenta e duas, não obstante conforme julgavam inopportuna a decretação do dogma. Mas nem Pio IX precisava a opinião dos bispos visto que segundo os considerandos que precediam a declaração da infallibilidade do papa, pelo celebre concilio reunido no Vaticano, em 1870, elle era um

infallível <<pela divina assistência promettida a elle em abençoando Pedro>> (O Jornal Batista, 20 dez. 1904) ²⁰⁸.

Como de costume a igreja catholica celebrou no decorrente o seu predilecto dogma da Immaculada Conceição da Virgem Maria. O moderno dogma da igreja papal isenta a virgem Maria de todo o contacto pessoal com o peccado, neste respeito a colloca acima de todos os descendentes de Adão, no mesmo plano de isenção de peccado e pureza de Christo... O dogma não foi sancionado por um concilio ecumenico, universal; porem desde que o concilio do Vaticano de 1870 declarou o papa infallível, independentemente de um concilio, o decreto de 1854 deve ser recebido como infallível, e não pode ser mudado... Pio XIX, tinha previamente, por uma Enyclica de Fev. 2, 1849, pedido a opinião dos bispos catholicos sobre o assumpto... O dogma da Immaculada Conceição, e o dogma da Infallibilidade, são as formas características do moderno romanismo distincto do Concilio de Trento, e um ramo separado das igrejas gregas e protestantes... A definição de um dogma pressupõe uma revelação divina; pois só Deus Omnisciente conhece o fato da immaculada conceição, e, como a Bíblia em parte alguma nos informe disso, Deus devia tel-o revelado a Pio IX, em 1854, directamente ou por meio de seiscentos bispos que assentiram em sua opinião. Mas se elle era realmente inffallível, não necessitava da opinião dos outros (O Jornal Batista, 15 dez. 1905, grifo nosso) ²⁰⁹.

No entanto, enquanto a oficialização do dogma é amplamente aceita tanto pela hierarquia eclesiástica quanto pelos fiéis da Igreja (já que há vários séculos a crença na immaculada conceição havia se radicado, e as diversas formas de devoções marianas haviam se proliferado no meio católico) a negação desta doutrina pelo protestantismo e a sua contundente crítica à mariologia católica tornara ainda mais remotas no século XIX, as chances de reconciliação entre o catolicismo romano e o movimento evangélico²¹⁰. Ademais, a Bula papal não se limitava a advertir que a doutrina da immaculada conceição deveria ser crida firme e inviolavelmente por todos os fiéis católicos, mas textualmente se dignava pelo bem da Igreja a coibir e punir as manifestações orais ou escritas contrárias ao

²⁰⁸ T.R.T. A Immaculada Conceição. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 20 dez. 1904, p. 2 (250) -3 (251).

²⁰⁹ SCHAFF; JACKSON. Encyclopedia Religiosa. Immaculada Conceição da Virgem Maria. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 15 dez.1905, p. 4 (212).

²¹⁰ Desde o início do século XIX, a Igreja Católica fora gradualmente sendo destituída de sua força política, de modo que o crescimento do liberalismo naquele século que ameaçava a sua influência no domínio do poder secular, teria tornado imprescindível a defesa enérgica de uma postura conservadora respaldada no dogma, como um mecanismo de reafirmação de sua importância no terreno religioso. Principalmente o dogma mariano teria precipitado um maior alargamento do “abismo colossal” que separava o código doutrinal do catolicismo tridentino de muitos dos princípios teológicos professados pelo movimento protestante reformador. KUNSTMANN, Walter G. O “Concílio de Trento e o I Concílio Vaticano”. In: O CATOLICISMO ROMANO. UM SIMPÓSIO PROTESTANTE. São Paulo: Aste, 1962. p.40.

dogma, declarando que qualquer um que presumisse a incorreção de tal ensino, havia “naufragado na fé”. Na visão do protestantismo, o tom desta proclamação condenatória²¹¹, equiparava-se ao clamor de uma autoridade absoluta que feria o direito à liberdade de consciência religiosa e à liberdade de expressão, direitos que as denominações evangélicas defendiam com ardor, dos quais criam que os seus fiéis não poderiam prescindir.

Os teólogos partidários do dogma da Imaculada Conceição responderam às críticas das igrejas protestantes insistindo na justificativa de que a decretação do dogma era o reconhecimento de um antigo preceito mariológico do catolicismo romano o qual fora finalmente incorporado no corpus de crenças autenticadas pelo Vaticano, com o propósito de propiciar o fortalecimento da religião católica no mundo contemporâneo, através do fomento das devoções marianas. Os imaculatistas argumentavam que esta doutrina mariológica da Igreja Romana dogmatizada no século XIX tinha vistas ao maior enaltecimento no mundo contemporâneo da altíssima dignidade de que a mãe de Cristo sempre dispusera no seio da fé católica, desde a antiguidade. Na declaração oficial do papa Pio IX, a presente corroboração da imaculada concepção outorgada no regulamento canônico era um serviço de inspiração divina prestado pelo magistério da Igreja para o incremento da fé católica: este ofício deveria ser acatado como uma hodierna revelação, ainda que já tivesse sido externada abundantemente a deferência dos católicos pela imaculada concepção de Maria, visto que ela ocupava no orbe do catolicismo, por longos séculos, o lugar honorável de Mãe Santíssima de toda a cristandade.

²¹¹ Cânone de proscrição previsto para os casos de inobservância do estatuto do dogma da Imaculada Conceição: “[...] Portanto, se alguém (que Deus não permita!) deliberadamente entende de pensar diversamente de quanto por Nós foi definido, conheça e saiba que está condenado pelo seu próprio juízo, que naufragou na fé, que se separou da unidade da Igreja, e que, além disso, incorreu por si, *“ipso facto”*, nas penas estabelecidas pelas leis contra aquele que ousa manifestar oralmente ou por escrito, ou de qualquer outro modo externo, os erros que pensa no seu coração”. MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja.** Pio IX - Bula Ineffabilis Deus: Dogma da Imaculada Conceição. Disponível em: http://www.monfort.org.br/index.php?secao=documentos&subcecao=decreto&artigo=2006_0220&lang=bra. Acesso em: 19 set. 2006

Quanto à legitimidade teológica do dogma contestada pelos protestantes, os teólogos católicos asseguravam que o mesmo se estabelecera sob bases sólidas, e que se delineara por meio da concatenação de “inferências lógicas”, extraídas das Escrituras Sagradas e da Tradição²¹². Em contrapartida, os pregadores evangélicos objetaram a decretação do dogma da Imaculada Conceição, alegando ser esta medida regimental uma manobra manipulada pelo Vaticano para conter a onda de evasão dos fiéis, que em meados do século dezenove, na esteira do processo de secularização, tinham arrefecido o seu fervor e se afastado da Igreja. Os batistas acreditavam que o decreto era resultante de uma articulação estratégica engendrada pelos apologistas da mariologia romana, com a finalidade de favorecer o recrudescimento da veneração dos povos católicos à Virgem Maria. Os teólogos protestantes acusavam os clérigos defensores da crença na imaculada concepção de se fazerem valer de uma construção doutrinal infundada, edificada sobre “raciocínio especulativo”, uma vez que não encontraram fundamentação bíblica ou mesmo

²¹² A sua alegada concordância com os ensinamentos da tradição patrística é uma das linhas argumentativas invocadas em defesa deste dogma. Este argumento está condensado nas seguintes colocações de Pio IX na citada Bula: “a beatíssima Virgem foi, por graça imune, de toda mancha de pecado e livre de todo o contágio de corpo, de alma e de intelecto... *Destas declarações se infere, clara e concorde as opiniões dos Padres*”. MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Pio IX - Bula Ineffabilis Deus: Dogma da Imaculada Conceição. Disponível em: http://www.monfort.org.br/index.php?secao=documentos&subcecao=decreto&artigo=2006_0220&lang=bra. Acesso em: 19 set. 2006

quaisquer outros precedentes para a legitimação do dogma na própria tradição escritural da Igreja Católica²¹³.

A imprensa Protestante de um modo geral, assim como a Imprensa Batista, produziu entre o final do século XIX e o início do século XX diversas obras literárias e impressos periódicos que questionavam a procedência do culto mariano situando a sua origem entre os cultos pagãos orientais; estes libelos evangélicos buscavam igualmente refutar o dogma da imaculada concepção de Maria, aludindo ao mesmo como mais uma contraditória incorporação doutrinária do romanismo. Vale destacar que, a linha dos argumentos encadeados no bojo dos artigos publicados no Jornal batista que negavam a credibilidade do dogma da imaculada concepção, coadunava-se com uma série de posturas críticas do protestantismo que contestavam várias outras doutrinas do catolicismo introduzidas em fase ulterior ao pastorado apostólico da Igreja Primitiva, as quais haviam sido relacionadas cronologicamente no clássico da literatura protestante “Inovações do Romanismo”. O título do referido livro de Carlos Hasting Collette havia sido consagrado pela imprensa evangélica brasileira, tornando-se o mesmo termo um bordão muito peculiar ao vocabulário dos redatores dos jornais editados pelas denominações protestantes; por

²¹³ Em primeiro lugar, a crítica protestante rebate que em vista de todo o conjunto de devoções marianas estimuladas pela Igreja Romana, era muito conveniente naquele momento em que decrescia o poder temporal da Igreja e o contingente populacional de adeptos do catolicismo, a promulgação de um dogma que substanciava o seu robusto corpo de crenças mariológicas. Os pensadores evangélicos contra-argumentavam que “o fio da tradição era pouco resistente para sustentar o tão grande peso do aclamado dogma”, e porfiavam o argumento de que os primitivos Padres da Igreja não haviam crido na imaculada concepção porque nem mesmo haviam discursado sobre ela em seus escritos. A respeito dos testemunhos da patrística levantados pelo clero em favor desta crença (Irineu, Santo Efrém e Santo Agostinho), diziam que os mesmos eram sofisticadamente relacionados a ela através da utilização de um artifício enganoso, de um tipo de dedução contraditória. Para o movimento protestante era uma prova inegável da imprecisão do argumento católico, a realidade de que os principais Pais da Igreja nunca haviam verbalizado a sua crença na imunidade de Maria ao pecado original. Na sua avaliação, são muitos os documentos em que se encontram registradas as considerações destes doutores sobre a impecabilidade de Cristo, ao passo que estes mesmos textos acolhem a participação de Maria, juntamente com toda a raça humana, na herança hereditária do pecado. Desta maneira, arrematavam os protestantes que o << pretenso consentimento unânime dos padres >> emergia antes como uma evidência contrária à imaculada concepção do que um testemunho favorável a ela. ROBLETO, Adolfo. **O Catolicismo Romano: Análise à Luz do Concílio Vaticano II.** Rio de Janeiro: JUERP, 1977. p. 65.

consequente, do mesmo modo, o argumento-diretriz desta obra foi largamente difundido entre os membros das congregações evangélicas de diferentes designações.

De sorte que, quando o Jornal batista passou a ser veiculado no ano de 1901, incorporava-se decisivamente no protestantismo brasileiro a idéia de que os lemas da “imutabilidade” e da “infalibilidade” dos ensinamentos da religião católica sustentados pelo clero eram argumentos inconsistentes incapazes de resistir ao crivo de uma apurada revisão da própria história eclesiástica. Propagava-se pelos órgãos de imprensa protestantes o sentido da argumentação perfilhada em “Inovações do Romanismo”: a premissa de que no transcorrer dos séculos, por razões circunstanciais e injustificadas, os teólogos da Igreja Católica haviam indiscriminadamente forjado novos dogmas em seu credo, arredando o catolicismo romano dos princípios teológicos do “verdadeiro Cristianismo”. Com relação à abordagem crítica efetuada pelo Jornal Batista à doutrina da imaculada concepção, no mote condutor de sua contestação ressonava a instigante indagação preconizada por Collette em *Inovações do Romanismo*:

[...] onde estáveis vós, que possuis o novo dogma chamado a Imaculada Conceição, antes do ano de 1854? Se respondeis que nas Escrituras, quando nelas se não contém tal dogma, temos direito para dizer-vos que muito ignorantes foram os vossos teólogos que durante dezoito séculos não encontraram um tal dogma. Se respondeis que estáveis na tradição, também podemos dizer-vos que faltais à verdade, pois que não pode ser de tradição eclesiástica uma tal doutrina que foi combatida por muitos papas, por escolas respeitabilíssimas, e que os padres de Trento, quando a tantas se atreveram a , não ousaram declarar e definir como dogma, donde resulta que em nenhum dos muitos dogmas inventados pelos romanistas, há menos fundamento bíblico ou tradicional do que neste ²¹⁴.

No artigo publicado em 30 de outubro de 1905 pelo Jornal Batista, o título da matéria traz duas inquiuições incisivas - “Maria é deusa? Como é immaculada e adorada?” – a primeira resposta, presumidamente negativa, conduz o leitor a uma longa seqüência de ponderações

²¹⁴ COLLETE, Carlos Hasting. *Inovações do Romanismo*, São Paulo: Parakleto, 2001.p. 171.

críticas sobre a imaculada concepção e o culto católico de reverência à Maria. Após afirmar enfaticamente que “a igreja romana havia desertado das fileiras do cristianismo porque exaltava uma mulher como divina e imaculada”, o autor do artigo articula a sua cadeia argumentativa reproduzindo as proposições conceituais explanadas em Inovações do Romanismo, utilizando-se também de vocábulos, expressões e “frases de efeito” retidos desta obra, os quais haviam se tornado muito familiares ao público evangélico. Por vezes, a redatora do Jornal faz paráfrases do texto de Collette, e segue a sua discursiva reforçando a tese de que o culto oferecido à Maria – e, muito posteriormente, a crença na sua imaculada concepção – tratavam-se de inovações doutrinárias que haviam sido acrescidas nos cânones da Igreja Católica na “enviesada evolução de seu pensamento teológico”.

O processo de maturação da crença medieval da imaculada concepção vertida em dogma no século XIX por um ato de oficialização extra conciliar foi descrito no Jornal como uma amostra exemplar do tipo de desvirtuamento que teriam sofrido, no catolicismo romano, os preceitos genuinamente evangélicos. Seguindo essa mesma orientação teórica, os batistas asseveravam que o novo dogma havia sido admitido na Igreja por força do julgamento sumário do arbítrio pontifício sem que fosse cumprida a estrita observância dos textos bíblicos; e mesmo que se dera à revelia do consenso de muitos ilustres teólogos, papas e concílios anteriores – e assim sendo, estaria destituído da plena validação da própria tradição eclesiástica, que não o havia endossado unanimemente:

[...] a inovação do romanismo da Immaculada Conceição de Maria, definida como dogma em 1854, apesar de ser uma vã ilusão, agradou tanto que o Evangelho foi deturpado pelas tradições papistas, mas que brilha de novo como um diamante coberto de terra, que limpo e polido recobra seu valor e resplandescencia. Perguntamos agora aos theologos e papas romanos, onde estava ha dezoito séculos passados, o seu dogma tão querido, chamado a Immaculada Conceição que só em 1854 foi descoberto? Não podeis responder que nas Escripturas, porque faltaes a verdade: nem tão pouco nas

tradições ecclesiasticas, porquanto essa nova doutrina foi combatida por muitos papas, por escolas respeitadissimas, e que os padres de Trento, quando a tanto se atreveram, não ousaram declarar e definir como dogma tal heresia. Não existe outra regra de fé e de moral para o Christianismo senão a Bíblia²¹⁵ (JB, 30 out. 1905, grifo nosso).

O Jornal Batista elaborou em seus escritos sobre o tema da Imaculada Conceição um tipo de narrativa ao mesmo tempo objetiva e abrangente, pois através de uma linguagem arguta e crítica (própria de seu estilo jornalístico), tangenciava de maneira concisa ainda que sob variados ângulos, este polêmico artigo de fé da teologia católica. Um dos pilares centrais de sua argumentação contestatória se alicerçava na evocação da Literatura Patrística, já que para fazer objeção à doutrina da imaculada concepção, os articulistas do Jornal Batista recorreram ao testemunho dos primeiros construtores da própria tradição escritural do catolicismo; ou seja, eles tomaram por base de sua alegação crítica o conjunto de escritos dos principais Doutores da Igreja dos primeiros sete séculos posteriores à era neotestamentária – Os “Santos Padres”.

Os pensadores citados nos artigos apresentados abaixo são Santo Agostinho, Irineu, Tertuliano, Orígenes e Chrysóstomo, os quais haviam determinado os rumos da dogmática, da liturgia, da disciplina, dos costumes do rito católico. O texto põe em evidência a versão da historiografia protestante em contraposição ao dogma da imaculada concepção, ao fazer a ressalva de que embora estes Pais da Igreja tenham se expressado em termos encomiásticos sobre a eminente retidão do caráter de Maria, desta prerrogativa não se

²¹⁵ BARRETO, Archimínia. Maria é deusa? Como é immaculada e adorada? **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 30 out. 1905, p. 6 (190) – 7 (191).

poderia concluir que os mesmos haviam crido que ela fora imaculadamente concebida²¹⁶. Além disso, está assinalada em sua colocação a sua discordância da opinião de Santo Agostinho, o qual esteve entre os primeiros Padres que cogitaram a hipótese da impecabilidade da mãe de Jesus durante o cumprimento de sua missão terrena, (ainda que o mesmo não tenha excetuado a participação de Maria na universalidade do pecado original).

Os batistas sugerem que alguns dos chamados santos padres, mesmo tendo reverenciado a pureza de Maria como o exemplo mais excelente de santidade do gênero feminino (reconhecendo na sua divina maternidade o triunfo sobre o pecado entabulado em Eva); por outro lado, descrevem como uma explícita censura ao seu comportamento, os comentários de Santo Irineu, Tertuliano, Orígenes e Chrysóstomo, quando estes célebres pensadores católicos não hesitaram em mencionar criticamente em seus estudos, o episódio bíblico em que Maria teria sido publicamente repreendida por Cristo, nas Bodas de Canaã²¹⁷. Segundo a afirmação dos autores destes artigos, estes mesmos teólogos haviam interpretado a solicitação de Maria junto a seu Filho por um milagre, como uma atitude importuna e precipitada, digna de uma advertência pública rigorosa.

²¹⁶ Alguns dos primeiros pais da Igreja Católica já se dirigiram à Maria de maneira altamente elogiosa, destacando a sua pureza, graça e santidade; entretanto, os autores protestantes fazem notar que, embora apareçam nos escritos da tradição patrística os adjetivos “imaculada, incorrupta, sem mancha”, não se poderia depreender desta linguagem deferente que a Mãe de Jesus fora declarada explicitamente por estes teólogos primazes como que concebida sob a isenção do pecado original. Para demonstrar a pertinência de seu argumento, costumavam fazer citações que ilustrassem a aproximação entre o seu ponto de vista e o pensamento mariológico de doutores eméritos da Igreja como Santo Agostinho (345-430), o qual comentando Salmos 34:3 declarou: “Maria filha de Adão morreu por causa do pecado; e a carne do Senhor nascida de Maria, morreu para apagar o pecado”. ROBLETO, Adolfo apud LITTLEDALE, Ricardo Frederico. **O Catolicismo romano**: análise à luz do concílio vaticano II. Rio de Janeiro: JUERP, 1977. p. 65.

²¹⁷ “No terceiro dia, houve um casamento em Canaã da Galiléia e a mãe de Jesus estava lá. Jesus foi convidado para o casamento e os seus discípulos também. Ora, não havia mais vinho, pois o vinho do casamento havia acabado. Então, a mãe de Jesus disse-lhe: <<Eles não têm mais vinho>>. Respondeu-lhe Jesus: <<Que queres de mim, mulher? Minha hora ainda não chegou>>. Sua mãe disse aos serventes:<<Fazei tudo quanto Ele vos disser>>”. João. Português. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 1846. Nova edição, revista e amplianda. Bíblia. N.T.

Cabe notar que, a referida intervenção da mãe de Jesus no supracitado milagre da transformação da água em vinho narrado nos Evangelhos, é tomada pela mariologia católica como um indício bíblico de que a mãe de Cristo, além de se condoer pelas necessidades da humanidade, possui capacidade intercessora diante de Deus. Por meio de uma lógica inversa, a interpretação da teologia protestante condizente a mesma passagem do Novo Testamento assentida pela denominação batista, contradiz o significado que lhe conferiu a Igreja Romana (a qual tem propagado a mensagem de que Jesus perfizera o seu primeiro milagre atendendo ao pedido de Maria) ²¹⁸. Em oposição ao ensinamento mariológico do catolicismo que prega uma completa interatividade entre Cristo e a sua Mãe na concessão das bênçãos rogadas pelos fiéis (a crença de que Jesus é sempre solícito às súplicas de Maria), o Jornal Batista dá a sua versão do acontecimento ilustrado nesta passagem bíblica, frisando que a resposta de Cristo a Maria <<Disse-lhe Jesus: Mulher, que tenho eu contigo? Ainda não é chegada minha hora>>, fora de fato uma solene admoestação não somente a sua Mãe naquela situação, mas a todos os crentes que no futuro recaíssem no engano de invocá-la como intercessora.

Os paes christãos (santos padres, como geralmente chamam aos mestres christãos dos primeiros séculos Redac.) ainda que muitos delles (mesmo S. Agostinho) isentavam Maria de transgressão actual, nada sabiam de sua isenção do pecado original, porem sempre implicavam, e muitas vezes ensinavam o contrario. Alguns (como Irineu, Tertuliano, Orígenes e Chrysostomo) interpretavam as palavras de Christo nas bodas de Canaã (João 2:2) como uma repreensão

²¹⁸ Os autores evangélicos enfatizavam que o relato de João 2:1-5 é a única passagem da Bíblia em que a Virgem Maria tomava parte fazendo um pedido pessoal a Jesus, o qual não fora atendido, sem que antes fosse expressa a desaprovação de Cristo relativa a esta iniciativa de sua mãe. Em sendo o seu Filho detentor de um caráter santo e amável – divino em sua essência – os protestantes tinham em conta que deveria haver uma finalidade instrutiva na narrativa daquele “incidente”, visto que ensinavam que todos os episódios inscritos nas Escrituras Sagradas foram transmitidos à posteridade para a edificação da Igreja. Na interpretação exegética do original grego realizada pelos teólogos protestantes, o sentido exato da passagem em questão exprimia a idéia de “não-comunhão” e/ou reprovação; enquanto que na sua refutação da exegese católica, sugeriam que, a título de resguardar a posição de Maria como intercessora dos pecadores, a Igreja Romana traduzia o texto bíblico em consideração, timbrando-lhe com um tom bem mais ameno do que aquele que se encontrava nas traduções da Bíblia adotadas pelos evangélicos. A tradução aceita pelos protestantes em português é “Mulher, que tenho eu contigo?”. E a tradução católica oficial embasada na Vulgata latina era “Mulher, o que nos importa a mim e a ti isso?”. BOAVENTURA, Abílio Domingues. **A Posição da Virgem Maria no Seio da Igreja Evangélica**, São Paulo : [s.n.], 1960. p. 41 .

á sua intempestiva precipitação e immoderada ambição²¹⁹ (JB, 15 dez. 1905, grifo nosso).

No dia 8 de Dezembro deste anno a egreja catholica festejou o jubileu da decretação do dogma da Immaculada Conceição. Em que base foi estabelecido esse dogma? <<Estava na consciência dos catholicos, desde muitos seculos>>, <<era necessario que aquella que havia de ser a mãe do Filho de Deus fosse isenta de todo o peccado>>... <<Estava na consciência dos catholicos>> Magistral argumento!... não há um dogma inventado ou por inventar que não possa ter por base <<estar na consciência dos catholicos>>. Mas examinando as paginas da historia vemos que nem ainda tal asserção é verdadeira. Grande numero de catholicos eruditos combateram-na por muito tempo como sacrílega. **Os santos padres da egreja não obstante crerem que Maria era isenta de peccado actual, nada dizem quanto à isenção della do peccado original, e os seus escriptos favorecem antes o contrario. Irineu, Tertuliano, Orígenes e Chrysostomo interpretam as palavras de Jesus Christo á Virgem nas bodas de Canaã de Galiléia (João 2:4) como uma reprehensão a uma inopportuna ambição**²²⁰ (JB, 20 dez. 1904, grifo nosso).

Em face à generalidade do argumento usualmente empregado pelos clérigos católicos, quando os jornais protestantes os questionavam acerca da preexistência da crença da imaculada concepção como um ensinamento canônico da Igreja (antes de seu reconhecimento enquanto dogma pelo Papa Pio IX), os batistas ironizavam: “Em que base foi estabelecido esse dogma? <<Estava na consciência dos catholicos, desde muitos séculos>> Magistral argumento!”. O seu posicionamento crítico sobre a imaculada concepção manifestava-se de modo análogo a sua reprovação de outras doutrinas da religião católica que reputavam como descabidas “inovações do romanismo”. É possível se abstrair das páginas do Jornal Batista a constante utilização de uma estratégia de persuasão contestadora da religião majoritária, à medida que se identifica no seu discurso jornalístico a clara intenção de disponibilizar aos seus interlocutores uma leitura revisionista do pensamento teológico católico no curso da história, da qual se poderia engendrar uma

²¹⁹ SCHAFF; JACKSON. Encyclopedia Religiosa. Immaculada Conceição da Virgem Maria, **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1905, p. 4 (212).

²²⁰ T.R.T. A Immaculada Conceição. **O Jornal batista**, 20 dez. 1904, p. 2 (250).

análise crítica sobre os seus desdobramentos no processo de formação da mentalidade religiosa brasileira.

Com o fornecimento de um apanhado de dados da história eclesiástica processados em linguagem jornalística, os redatores deste periódico dispõem, simultaneamente, de uma matriz fecunda de referências temáticas e de uma técnica precisa de composição textual que lhes permite expor ampla e objetivamente as posturas discordantes entre a teologia batista e o sistema de doutrinas do catolicismo romano. A via argumentativa do discurso batista crítico embasava-se no raciocínio de que o dogma da imaculada concepção percorreria o mesmo “trâmite tortuoso” de outras construções doutrinárias da Igreja romana do mesmo tipo que conceituavam como apócrifas, as quais teriam primeiramente ingressado no corpo de doutrinas do catolicismo de maneira não-autorizada, entrando subtilmente na teologia “por meio da porta da adoração”: A sua explicação é a de que quando surgiram manifestações preliminares dessas crenças, elas teriam sido computadas entre as crendices populares supersticiosas ou mesmo julgadas como errôneas especulações doutrinárias. A versão protestante indicava que ambas as formas teriam sido condescendentemente toleradas pela cúpula da hierarquia, até o momento em que, por critérios discricionários haviam sido formalmente reconhecidas pelo papado, sob o clamor de que estas mesmas formulações sempre haviam estado inscritas nos cânones. O argumento retórico do clero romano <<estava na consciência dos católicos>> retomado sempre que os críticos protestantes os interrogavam a respeito da procedência e da legitimidade do dogma da imaculada sob o prisma da continuidade histórica, figurava na fraseologia do jornalismo evangélico como um jargão evasivo do catolicismo contemporâneo.

Quanto ao ensino mariológico da imaculada concepção, os artigos exibidos abaixo confirmam a informação de que na compreensão batista esta crença constava entre uma das mais controvertidas “inovações romanistas” – alegava-se que a sua base de coerência e confiabilidade não poderia sustentar-se mediante a revisão apurada do próprio histórico do dogma. Tomava-se em consideração o fato de que a crença da imaculada havia gerado muitas controvérsias entre os próprios teólogos católicos no decorrer dos séculos, até que fora finalmente promulgada no século XIX como dogma, pondo termo às ameaças internas de divisão remanescentes da Idade Média²²¹. O autor do artigo critica a idéia da imaculada concepção de Maria procurando rastrear a sua origem no panorama da história da Igreja, relatando que os seus primeiros vestígios podem ser localizados no ano de 1139 com o estabelecimento de uma festa de caráter popular de semelhante nome, instituída pelos cônegos de Lyon. O articulista constrói sua narrativa argüindo que a mesma havia sido rejeitada, ainda no século XII, por autoridades eclesiásticas expoentes do vulto de São Bernardo de Clairveaux²²² (paradoxalmente um fervoroso marianólogo que a repelira como uma “inovação derogativa da dignidade de Cristo, o único no mundo nascido sem pecado”), bem como por outros célebres doutores da teologia católica medieval, tais como Anselmo, Boaventura, Alberto Magno e São Thomaz de Aquino.

Outra questão levantada é a afirmação de que o “imaculatismo” não encontrara consentimento invariável entre as mais insígnies escolas do pensamento escolástico: a

²²¹ Com a promulgação deste dogma, Pio IX pôs termo a uma longa controvérsia gerada entre os integrantes de duas escolas do pensamento medieval - os “tomistas” e “escotistas”. As opiniões conflitantes sobre a pauta da imaculada concepção haviam se originado da disputa teológica estabelecida entre Duns Escoto e Tomás de Aquino no século XIII, tendo a questão repercutido por longos séculos fazendo perdurar um dilema mariológico, o qual implicava em um risco constante de divisão entre as congregações aderentes a cada uma das posições antagônicas defendidas por estes teólogos escolásticos. ROBLETO, Adolfo. **O Catolicismo romano: análise à luz do concílio vaticano II**. Rio de Janeiro: JUERP, 1977. p. 61.

²²² Em sua carta de repreensão direcionada aos cônegos de Lyon, no ano de 1140, pela instituição da festa da imaculada, São Bernardo ponderou: “Só o Senhor Jesus Cristo foi concebido do Espírito Santo, porque era o único santo antes da concepção; com sua exceção, se aplica a todos os nascidos de Adão o que alguém confessou humilde e verazmente de si: Eis que eu nasci em iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe”. Ibidem apud Obras Completas de São Bernardo, p. 66.

crítica se encerra no comentário de que o assunto rendera apaixonadas polêmicas entre os seguidores de Duns Scotto e do proeminente teólogo São Thomaz de Aquino, o qual refutando a opinião aventada por Escoto (teólogo precursor do dogma) havia manifestado a sua forte oposição à crença de que Maria tinha sido isenta do pecado original em sua concepção. Faz-se ainda a observação de que a ordem dominicana a qual pertencia São Thomaz era partidária do seu ponto de vista contestatório, enquanto que os franciscanos apoiavam inteiramente a corrente escotista, favorável ao ensino da imaculada conceição. Segundo os batistas, a grande desarmonia causada pelas opiniões contrárias a esta doutrina tornara-se um “osso de contenda” entre as duas ilustradas ordens eclesiásticas, as quais haviam se acusado reciprocamente de professar heresias.

O desfecho da narração do artigo de 10 de dezembro de 1905 traz, ainda, um elemento de contextualização que possibilita ao leitor correlacionar o conjunto dos eventos históricos remotos narrados a alguns acontecimentos mais recentes da história da Igreja: destacam, por exemplo, que a ordem dos Jesuítas (a delegação propulsora da decretação do dogma da Infalibilidade papal no Vaticano I), a exemplo da congregação dos franciscanos, fora um dos maiores paladinos do dogma da Imaculada Conceição desde o século XVII propugnando em favor desta causa junto ao Papa Pio IX, em 1854. Ao mencionar o movimento dos “Velhos Católicos” que havia se dissociado do catolicismo romano em 1870 por dissentir de ambos os dogmas citados, o redator reforça a sua argumentação crítica insistindo na tese de que a imaculada conceição não havia sido por muitos séculos um ensinamento de aceitação unânime dentro do próprio catolicismo; os batistas procuram convencer os seus leitores de que o dogma decretado por Pio IX teria sido, no princípio, apenas uma crença medieval exógena manifestada em festividade segundo o vulgo supersticioso; e que quando proposta por Duns Scotto no século XIV, na condição de

legítimo ensino mariológico da Igreja, teria sido a mesma crença fortemente combatida por espeitados teólogos como São Thomás de Aquino²²³ e por outras eminentes autoridades eclesiásticas desta mesma instituição religiosa que, contraditoriamente alguns séculos mais tarde, haveria de dogmatizá-la tomando-a como um princípio doutrinário imutável e infalível.

O primeiro traço na crença da Conceição immaculada achamol-o no século XII quando os cânones dos Leões introduziram a festa da conceição immaculada de Maria em 8 de Dezembro de 1139. Isso prova que a crença existia como uma opinião mas não como um dogma. S. Bernardo o maior doutor e homem piedoso dessa epocha oppoz-se a essa festa como uma inovação derogativa da dignidade de Christo, o único no mundo nascido sem peccado. A mesma opposição fizeram os doutores Anselmo, Boaventura, Alberto Magno e Thomaz de Aquino. Porem durante o XIV século, devido à influencia de Duns Scotus, a doutrina da immaculada conceição tornou-se uma parte da theologia dos Franciscanos e foi o osso de contenda entre elles e o Dominicanos. Um e outros se accusavam reciprocamente de heréticos, por essa causa. **Cedo os Jesuítas tomaram o partido dos Franciscanos e pelo seu grande poder e influencia foi que Pio IX em 1854 estabeleceu o blasphemo dogma da Immaculada Conceição... E era assim que antes que o dogma da immaculada fosse decretado<< estava na consciencia dos catholicos>>. Era catholicos contra catholicos, ordens contra ordens, até que um inffalivel a golpe de machado poz fim a toda contenda. A mariolatria romana attingia assim o seu apogeu**²²⁴ (JB, 20 dez. 1904, grifo nosso).

A doutrina entrou subtilmente na theologia por meio da porta da adoração. O primeiro traço claro della encontra-se no 12 seculo, no sul de França, quando os canons lionezes introduziram a festa da concepção immaculada de Maria, Dez.8,1139. Isso prova que a crença existia nesse tempo como uma piedosa opinião, porem não de forma alguma como um dogma. **Ao contrario S.Bernardo o maior doutor e santo de seu tempo opoz-se á nova festa como uma não auctorizada inovação**

²²³ Resumimos abaixo algumas das reflexões de São Tomás de Aquino sobre a doutrina da imaculada conceição: “A bem-aventurada Virgem foi santificada antes de receber vida? Respondemos que a santificação da bem-aventurada Virgem não pode entender-se antes de receber vida... se a bem-aventurada Virgem houvesse sido santificada antes de receber a vida, nunca teria incorrido na mancha do pecado original; e, portanto não teria necessitado da redenção e da salvação, que é por Cristo, de quem se diz “porque Ele salvará o povo de seus pecados” (Mat. 1:21). Mas é inconveniente que Cristo não seja o Salvador de todos os homens, como se diz “... porque Ele salvará o seu povo dos seus pecados” (I Tim. 4:10). Logo, segue-se que a santificação da bem-aventurada Virgem foi depois de receber a vida... Se a alma da bem-aventurada Virgem nunca houvesse sido contagiada do pecado original, isto derrocaria a dignidade de Cristo, que não necessitou ser salvo, como Salvador universal, a maior pureza seria a da bem-aventurada Virgem: porque Cristo de maneira alguma contraiu pecado original, senão que foi santo em sua mesma conceição segundo o texto (Lu. 1:35)... ao passo que a bem-aventurada Virgem contraiu pecado original, mas foi purificada dele antes que saísse do seio materno”. São Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, parte III, pergunta XXVII.

²²⁴ T.R.T. A Immaculada Conceição. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 20 dez. 1904, p. 2 (250).

derogativa da dignidade de Christo, o único ser sem peccado no mundo. Elle pediu os canos dos lionezes quando elles revelaram aquelle fato occulto... A mesma posição foi tomada pelos grandes doutores Anselmo, Boaventura, Alberto Magno, Thomaz de Aquino. Porem durante o 14 seculo, por influencia principalmente de Duns Scotus <<o doutor subtil>>, a doutrina da immaculada conceição tornou-se uma parte da theologia dos franciscanos ou escotistas, e foi um osso de contenda entre elles e os dominicanos ou thomistas. Eles se acusavam mutuamente de heresia. O Concilio de Trento não estabeleceu a questão, porem ficou pendendo para o lado dos franciscanos. Pouco depois os jesuítas tomaram o mesmo lado e defenderam-no contra os jansenistas. Ao seu zelo e perseverança, e sua influencia sobre o papa Pio IX, o triumpho do dogma é principalmente devido. Todo mundo catholico promptamente obedeceu até que o concilio do Vaticano levantou a opposição dos velhos catholicos contra a inffalibilidade papal, a qual se estendeu tambem ao dogma da immaculada conceição²²⁵ (JB, 15. dez. 1905, grifo nosso).

Nos artigos publicados em 30/10/1905 e 15/12/1905 o Jornal Batista, em sintonia com os manifestos oposicionistas das igrejas evangélicas contrários à doutrina católica da immaculada conceição, generalizou o argumento explicativo corrente na imprensa protestante a qual reclamava que a origem do dogma deveria ser procurada nos evangelhos apócrifos, realçando a opinião de que estas mesmas fontes inspiradoras não eram em si confiáveis porque “elas haviam substituído a historia real pela mythologia, e fomentavam a superstição mais do que uma fé racional”. O texto transmite a informação de que a crença da immaculada conceição não tem procedência na tradição bíblica, e pretende testificar aos seus leitores que, mesmo mediante uma rigorosa averiguação dos livros sagrados do Antigo e do Novo Testamento nenhum dado poderia ser levantado em prol da confirmação da autenticidade exegética da pretendida doutrina. O autor indica que seria inútil ao fiel buscar qualquer base de apoio à justificação do dogma da immaculada conceição na Bíblia, senão pelo fato de poder comprovar em seus escritos - no horizonte dos ensinamentos escriturais canônicos - a existência de inúmeras passagens que podem, em princípio, contradizê-lo frontalmente.

²²⁵ SCHAFF; JACKSON. Encyclopedia Religiosa. Immaculada Conceição da Virgem Maria. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1905, p. 4 (212).

Mais uma vez, detectou-se na composição do artigo idéias e expressões extraídas do clássico “Inovações do Romanismo”: quando o articulista problematiza a questão da ausência de referencial bíblico no contexto da formulação desta doutrina mariológica, dá destaque a um argumento desenvolvido por Hasting Collette nesta obra, o qual atentava para a relação de contigüidade entre as promessas messiânicas contidas no Antigo Testamento e a concretização da missão salvífica de Cristo descrita no código neotestamentário – “No Velho Testamento este dogma não tem apoio, porque o seu ponto cardeal foi anunciar e simbolizar Christo como Salvador, e o Novo a dar contas do cumprimento d’aquellas prophcias”. O ponto crucial da argumentação de Collette subscrita pelo Jornal Batista reside na contundente afirmação de que o dogma da Imaculada Conceição deveria ser considerado uma periclitante especulação doutrinária e até mesmo uma “pretensiosa blasfemea”. Os batistas não somente procuravam patentear a prédica que consignava a sua total inexistência nas páginas das Sagradas Escrituras, mas principalmente enfatizar que este ensino católico encontrava-se em uma gravíssima relação de incoerência com o sentido mais profundo da revelação – a mensagem de que Jesus Cristo, o Filho unigênito de Deus, fora o único ser vivente verdadeiramente imaculado, o remanescente fiel do Criador que cumprira na cruz do Calvário o sacrifício propiciatório da salvação.

A crítica do Jornal Batista culminou na declaração de que o dogma da Imaculada Conceição acarretava graves conseqüências para a sobrevivência da fé professada pela própria Igreja Romana, tendo o mesmo em vista que a Virgem Maria por tal decreto fora excluída da “família dos remidos”, sendo destituída de sua condição humana e, conseqüentemente de uma de suas principais virtudes, que era servir de exemplo de fé aos seus semelhantes. O discurso protestante entoado pelo periódico da denominação batista

assinalava que, à proporção que a mariologia católica passara a retratar a Mãe de Jesus com o atributo da impecabilidade, descrevendo-a como receptáculo de uma graça incomparável que a isentara de nascer sob o julgo da lei (a qual lhe impossibilitara de recair em pecado), acabara por lhe equiparar em pureza e santidade ao próprio Cristo, cometendo uma inadmissível heresia ao “divinizá-la” e tomá-la como objeto de sua adoração.

Se Maria fosse concebida sem peccado seria uma deusa, e devia ser tão anunciada como Nosso Senhor Jesus Christo, não necessitando dos benefícios que o mesmo trouxe a terra. Seria como Eva antes da queda no Paraíso, e entraria no céu sem ter precisado de Christo... A não ser assim os prophetas teriam anunciado dois Justos, dois Salvadores e dois Redemptores: mas não se encontra um só propheta que vaticinasse salvação senão em Um... Logo, Maria é humana e não divina, e não póde ser immaculada. Se ella não é divina não é deusa, e se não é deusa não póde nem deve ser adorada²²⁶ (JB, 30 out. 1905, grifo nosso).

Na interpretação dos pregadores protestantes a mariologia católica ao isentar Maria da culpa do pecado original, demonstrava uma ausência de seriedade no tratamento exegético das estruturas e das mensagens do Evangelho. Por outro lado, denunciavam que a parcimônia de referências bíblicas a respeito da pessoa de Maria²²⁷ – o silêncio do Novo Testamento no tocante a seu nascimento e sua morte – havia cedo aguçado a imaginação dos primeiros adeptos do “marianismo” os quais teriam a partir do segundo século d.C,

²²⁶ BARRETO, Archimínia. Maria é deusa? Como é immaculada e adorada? **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 30 out. 1905, p. 6 (190).

²²⁷ O Jornal Batista buscou a demonstrar para o seu público que os Evangelhos não traziam muitas informações sobre a vida de Maria, grifando o fato de que a mãe de Jesus não fora aureolada nas Escrituras com os títulos egrégios que recebera dos teólogos romanos: “Não se diz lá que a Virgem foi concebida sem peccado, nem que seja a co-redemptora dos homens, refugio dos peccadores, consoladora dos afflictos, que devemos adorar-a, invocar a sua intercessão, etc,etc. Nada disso se encontra nas escripturas sagradas, nada disso se encontra particularmente nos evangelhos...Maria apenas apparece nos evangelhos umas sete vezes: (1) na annunciação, (2) no nascimento de Jesus, (3) na apresentação de Jesus no templo, (4) nas bodas de Canã de Galiléia, (5) em certa occasião que ella buscava Jesus entre a multidão, (6) na crucifissão, quando Jesus mandou que João tomasse conta della, e (7) na occasião do Pentecostes em que ella se achava reunida aos mais discípulos. E nada mais se sabe pelos evangelhos ou pelas epistolas acerca de Maria; sendo que aquellas poucas vezes em que della se falla é sempre em relação a Jesus. Ah, o Espírito Santo sabia o que a egreja romana viria a ensinar e praticar. Esse silencio quase absoluto acerca da mãe de Jesus é um argumento negativo, mas de um peso extraordinario que os mais hábéis apologistas do culto de Maria não podem destruir nem mesmo esgotando todos os adjetivos e superlativos da linguagem”. T.R.T. Mariolagria romana. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 15 set. 1905, p 6 (166).

produzido uma porção de evangelhos apócrifos²²⁸. O Protoevangelho de Thiago é mencionado como uma das principais fontes escriturais inspiradoras do dogma, e esta informação aparece subjacente à crítica de que este exemplar da literatura apócrifa estava mais identificado com a tradição extracanônica da Septuaginta grega, pelo fato de expressar em sua linguagem alguns ensinamentos e costumes que se incompatibilizavam, em muitos aspectos, com a tradição religiosa contida na Bíblia hebraica. Ademais, o Protoevangelium se detém na descrição de episódios biográficos e eventos miraculosos da vida da mãe de Jesus, os quais teriam supostamente precedido e acompanhado o advento natalício: a anunciação da natividade de Maria, a sua precoce consagração ao templo e a escolha de José como guardião de sua perpétua virgindade *ante partum, in partu e pos partum*²²⁹ - acontecimentos desconhecidos pela narrativa dos evangelhos canônicos.

Em sendo os livros canônicos do Antigo e do Novo Testamento exclusiva e máxima autoridade em assuntos teológicos para as denominações protestantes, os batistas não convalidavam nenhuma doutrina religiosa que não se provasse incontestemente perante o criterioso julgamento de sua exegese bíblica. Diferentemente da tradição católica que abrange outras fontes de conhecimento teológico, para os batistas somente a Bíblia é o eterno tabernáculo da revelação divina, a única mensageira inequívoca de sua imutável e infalível verdade religiosa. Portanto, o principal fundamento utilizado pelo Jornal Batista em sua série de artigos que abordaram criticamente o dogma da imaculada concepção foi o exame comparativo entre os ensinamentos propagados pela tradição mariológica do catolicismo romano e o posicionamento do protestantismo reformado no que concerne à

²²⁸ PEREIRA, Eduardo Carlos. **O Problema Religioso da América Latina**: estudo dogmático histórico. São Paulo: Livraria Independente, 1916. p. 271.

²²⁹ O credo católico não somente afirma o milagre da encarnação de Jesus, nascido de uma mãe virginal, mas também adiciona à narrativa evangélica que testifica que Cristo fora concebido sem o agente masculino, a crença de que Maria teria dado à luz sem a perda de integridade corporal, permanecendo virgem por toda a sua vida. SCHAMAUS, Michael. **Teologia Dogmática**. Madri: Rialp, 1961. p. 127.

identidade e a vocação de Maria, de acordo com a sua leitura reflexiva dos Evangelhos: a sua avaliação crítica do dogma se estruturava na apreciação analítica de algumas passagens antológicas do Novo Testamento (como por exemplo, a anunciação e o cântico de Maria ou Magnificat), e ambas as suas interpretações foram concebidas dentro dos parâmetros conceituais do discurso teológico protestante tradicional. Em primeiro lugar, os batistas questionaram a inadequação do significado semântico conferido pela Igreja Católica à saudação exclamativa do anjo Gabriel á Maria - “Ave Maria, cheia de graça!” - oração proferida no momento da anunciação do nascimento de Jesus, segundo a narração do Evangelho de Lucas²³⁰:

O Jornal Batista pretendia levar ao conhecimento de seus leitores a informação que a frase “Ave Maria, cheia de graça” correspondia a uma tradução direta da Bíblia latina, a Vulgata, na qual a exegese protestante identificara algumas incongruências com os textos originais dos Evangelhos redigidos no idioma grego. A intervenção crítica dos redatores do periódico buscava esclarecer o seu público que a sentença “Ave Maria, gratia plena” havia se tornado uma das principais divisas da Igreja Romana, afirmando o Jornal que o clero católico a empregava constantemente sob pretexto de ilustrar aos fiéis como a exaltação dos méritos de Maria fora profetizado pelas mais elevadas milícias celestiais desde a gênese do Cristianismo. Os batistas confutavam a interpretação da exegese católica que tomara esta exclamação angelical na forma ativa do latim <<gratia plena>> (aquela que encerra em si graça em plenitude), acusando-lhe de dotá-la de um sentido conotativo que extrapolava a sua significante fidedigna; de acordo com a sua explicação, a tradução

²³⁰ “No sexto mês, o anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade da Galiléia, chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um varão chamado José, da casa de Davi, e o nome da virgem era Maria. Entrando onde ela estava, disse-lhe: Alegra-te, cheia de graça, o Senhor está contigo! Ela ficou intrigada com essa palavra e pôs-se a pensar qual seria o significado da saudação. O anjo, porém, acrescentou: Não temas, Maria! Encontraste graça junto a Deus. Eis que conceberás no teu seio e darás à luz um filho, e o chamarás com o nome de Jesus. Ele será grande, será chamado Filho do Altíssimo...”. Lucas. Português. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 1787. Nova edição, revista e amplianda. Bíblia. N.T.

católica teria abstraído dessas palavras uma acepção diferenciada da significação original do termo grego <<Kecharitoméne>> o qual estando no particípio perfeito passivo no gênero feminino do verbo <<Karitów>>, significava mais precisamente ser agraciada ou ser altamente favorecida²³¹.

A mariologia católica remetia continuamente a essa passagem bíblica para justificar o dogma da imaculada concepção, dela inferindo que o vocativo “Ave, Maria” era um apelo à alegria messiânica de Israel que esperava ansiosamente pela “filha de Sião”; e que o aposto gratia plena aplicava-se propriamente à virgem-mãe do Salvador também como o reconhecimento de seu meritório privilégio pessoal, distinguindo a sua qualidade de mulher recipiente de uma graça extraordinária e perene (condizente com a sua sagrada função maternal), a qual nela teria atuado desde o primeiro instante de sua concepção. Neste aspecto, a crítica batista incidia sobre a questão de que o alto qualitativo implicado no verbo Kecharitoméne não poderia ser entendido como um predicativo de Maria, insistindo que a sua própria conjugação verbal no particípio passado já flagrava a evidência de que o seu sentido exato compreendia a Mãe de Cristo como a recebedora de um peculiar favor divino - <<agraciada>> significava que fora alvo de uma grandiosa graça, infinitamente superior a seus merecimentos pessoais.

Para os batistas Maria representava no Cristianismo o papel de uma mulher crente muitíssimo virtuosa – uma serva de Deus muito fiel na sua obediência - mas ainda assim, uma criatura humana falível que se encontrava entre o contingente dos pecadores, tirando por conclusão que ela mesma havia declarado nas Escrituras a sua necessidade de redenção. Ao refutar de maneira peremptória o dogma da imaculada concepção o Jornal

²³¹ BOAVENTURA, Abílio Domingues. **A Posição da Virgem Maria no Seio da Igreja Evangélica**, São Paulo: [s.n.], 1960. p. 12.

batista fazia a citação de vários versículos bíblicos que incluíam toda a raça humana, com a exceção de Cristo, no número dos decaídos que haviam herdado a natureza pecaminosa imposta pelo pecado original <<Todos pecaram em Adão>>²³². Neste quesito, o argumento decisivo do protestantismo reproduzido nas páginas do Jornal batista indicava que o dogma católico se opunha a toda teologia bíblica e à tradição da Igreja, que era contrário ao ensino positivo de São Paulo, e ainda desconsiderava arbitrariamente a declaração da própria Virgem Maria, no seu célebre cântico, o Magnificat²³³.

Maria simbolizava na tradição protestante o arquétipo de uma piedosa judia que esperava a redenção de Israel, e que muito se comprazera quando o anjo lhe anunciava a iminente realização da promessa feita por Deus a Abraão e a sua descendência sobre a chegada do Messias. O princípio teológico proposto pelas confissões protestantes como o argumento-chave para fazer desacreditar o dogma da imaculada concepção era o seguinte raciocínio: Maria, sendo uma descendente de Adão concebida pelo processo natural, necessariamente havia herdado o pecado original, e ao lado de todo o gênero humano, carecia da graça dispensada em Cristo para a sua salvação. E por essa mesma razão, conclui o Jornal Batista que, apesar da arrebatadora e honrosa experiência de ter sido escolhida dentre as filhas de Israel para ser a mãe do Filho de Deus, Maria havia declarado com fervor e humildade a sua simples condição de pecadora, ao confessar Deus como seu Salvador no cântico bíblico de sua própria autoria, o Magnificat:

²³² “Agora, porém, independentemente da Lei, se manifestou a justiça de Deus, testemunhada pela fé e pelos profetas, justiça de Deus que opera pela fé em Jesus Cristo, em favor de todos os que crêem - pois não há diferença, visto que todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus - e são justificados gratuitamente, por sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus” (Romanos 3:21-24). Romanos. Português. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 1970. Nova edição, revista e amplianda. Bíblia. N.T.

²³³ O cântico de Maria. Maria então disse: “Minha alma engrandece o Senhor, e meu espírito exulta em Deus, meu Salvador, porque olhou para a humilhação de sua serva. Sim! Doravante, as gerações todas me chamarão de bem-aventurada, pois o Todo Poderoso fez grandes coisas em meu favor” (Lucas 1:46-49). Lucas. Ibidem, p. 1788.

<< A minha alma engrandece ao Senhor, e o meu espírito se alegrou em *Deus meu Salvador* >> o qual <<tomou debaixo de sua protecção a Israel seu servo, lembrado da sua misericórdia. Assim como tinha prometido a nossos paes, a Abrahão, e a sua posteridade>> (Lucas 1:46, 47,54,55) ²³⁴ (JB, 30 set. 1904, grifo do autor).

Quanto á historia do dogma, nenhuma passagem a seu favor pode ser achada no Velho ou no Novo Testamento; pois a interpretação do *Protevangelium* é claramente aniquilada pelo texto hebraico. Ao contrario a Bíblia declara todos os homens peccadores, e em necessidade de redempção, e isempta Christo somente, o Redemptor sem peccado, em meio de um mundo todo peccaminoso. Maria mesma chama a Deus *seu Salvador* (Luc. 1:37), e por isso, inclui-se no numero dos salvos; o que implica sua consciência de peccado e culpa. A isso corresponde também a saudação do anjo (Luc. 1:38) <<salve dotada de graça, altamente favorecida>> (*kecharitomene*, o que a Vulgata tem maliciosamente mudado no activo *gratia plena*, <<cheia de graça>> ²³⁵ (JB, 15 dez. 1905, grifo do autor).

Como fundamento bíblico do dogma da imaculada conceição os teólogos católicos também recorriam á outra passagem das Escrituras Sagradas localizada no Antigo Testamento (mais precisamente, no terceiro capítulo de Gênesis versículo de número quinze), na qual o Criador teria repreendido a serpente maligna por haver tentado Eva, firmando uma inexorável sentença: << E porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua semente e a sua semente, esta te ferirá a cabeça e tu lhe ferirás o calcanhar>>. Este pronunciamento divino contido no intróito da narrativa bíblica foi denominado pelos Santos Padres como Protoevangelho porquanto o reputavam como a primeira profecia messiânica, afirmando que esta passagem se referia figurativamente, na frase <<a sua semente te ferirá a cabeça>> ²³⁶, ao prenúncio da suplantação das mazelas destrutivas do pecado – a vitória que seria alcançada por Cristo através do seu sacrifício vicário na cruz. Tanto na versão da Bíblia Vulgata (a única oficialmente reconhecida pelo Vaticano naquela época), quanto no

²³⁴ BARRETO, Archimínia. Cobrir os Ceos com os Dedos ou a Immaculada Conceição da Mãe de Deus. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 30 set. 1904, p. 2 (170).

²³⁵ SHAUFF; JACKSON. Encyclopedia Religiosa. Immaculada Conceição da Virgem Maria. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 15 de dez. 1905, p. 4 (212).

²³⁶ “Porei hostilidade entre ti e a mulher, entre tua linhagem e a linhagem dela. Ela te esmagará a cabeça e tu lhe ferirás o calcanhar”. Gênesis. Português. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 38. Nova edição, revista e amplianda.

parecer exegético da tradição eclesiástica, assinalava-se que Maria estava diretamente implicada nesta promessa ancestral registrada no livro de Gênesis, a qual viria a se concretizar no porvir com o milagre da encarnação do Filho de Deus. Na sua compreensão particular do plano da redenção metaforicamente anunciado neste versículo escritural, os exegetas católicos depreenderam a mensagem de que <<a mulher>> que esmagaria a cabeça do inimigo das almas humanas, não poderia ser outra senão a Virgem Maria – sendo a mãe do Salvador a “nova Eva” que venceria o poder destruidor do diabo, o pecado não poderia exercer senhorio sobre ela, nem mesmo poderia havê-la tocado no momento de sua concepção.

Em sua reivindicação contestatória do dogma da imaculada concepção, os teólogos protestantes contra-argumentavam que a justificativa dos apologistas da tese concepcionista que se baseava em Gênesis 3:15 era improcedente porque a exegética católica, para a sustentação desta doutrina, teria feito uso indevido de uma palavra do idioma hebraico que havia sido traduzida erroneamente na Vulgata latina. Os exegetas protestantes buscavam demonstrar que o pronome pessoal feminino *ela* (*ipsa* em latim), ligado por elipse à oração <<esta lhe ferirá a cabeça>> fora empregado de maneira equivocada, em incorreta substituição ao pronome *ipsum* do gênero masculino, do qual deveria ter sido conservada a flexão masculina para que se garantisse a fidelidade do significado que originalmente este termo possuía na Escritura Hebraica. Na interpretação exegética protestante, a ênfase da significante não estaria posicionada no vocábulo <<mulher>>, mas no léxico <<semente>>, de onde concluíram que a profecia divina pré-estabelecia a semente de Eva como a propulsora do resgate messiânico através do qual se viria no futuro a abater a cabeça da serpente que personificava o diabo, em um contexto semântico em que o vocábulo <<semente da mulher>> prefigurava a vinda de Jesus ao

mundo, nascido na condição humana, e gerado no ventre de uma mulher, para aniquilar o poder do pecado e triunfar sobre as forças do mal.

Para destruir de algum modo esses péssimos efeitos, os arautos do culto da Virgem apropriaram-lhe de duas passagens da Bíblia que nada têm a ver com ella, que são de Gênesis 3:15, em que a posteridade da mulher pisaria a cabeça da serpente, passassem essa que elles moldaram a fazer dizer que a mulher pisaria a cabeça da serpente e não a posteridade da mulher que é Jesus²³⁷ (JB, 15 set. 1905).

No Velho Testamento acha-se a queda do homem, e a condenação da serpente, nestas inevitáveis palavras ditas por Deus a esta: <<Eu porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua semente e a sua semente: esta lhe pisará a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar>> Gen. 3:15. Vejamos quem é a semente da mulher, e consequentemente, quem pisou a cabeça da serpente, visto já ter se cumprido esta sentença de Deus... Está claro e bem claro, para quem quizer comprehender, que a semente que havia de pisar a cabeça de Satanaz é Christo... O Velho Testamento nunca annunciou Maria como esperança e garantia nossa, como intercessora ou libertadora do povo de Deus (grifo nosso). O Novo que, segundo a confissão de todos tem muito mais luz e desenvolvimento pouco se occupou com Maria; de nada diz sobre o seu nascimento, e nem uma palavra escrevem sobre sua morte os apóstolos, fallam de sua vida mui resumidamente, sendo este silencio mui significativo: porque se ella tivesse de exercer o alto grau que lhe deu a igreja romana, deixar-nos-hia a inspiração de Deus em falta sob ponto que se prende essencialmente ao principio da nossa salvação, como ser ella quem havia de esmagar a cabeça de satanaz, e ser nossa esperança e garantia?... Não são, pois, estroinices, sr. C.M. mas a Palavra de Deus que cremos e fallamos. Estroinice é collocar Maria em parallelo com Christo o Salvador do mundo, e dizer-se que ella recebeu de Deus o poder de esmagar a cabeça de satanaz. Estroinice é confessar que Maria não é deusa, e ao mesmo tempo proclamar que é divina, immaculada e mãe de Deus²³⁸ (JB, 30 set. 1905, grifo nosso).

No que diz respeito às inflamadas discussões entre ministros protestantes e o clero católico acerca da mariologia romana registradas na imprensa batista, observa-se o fato de que, apesar desta temática se fazer continuamente presente nos estudos teológicos realizados pelo Jornal Batista, nota-se que as doutrinas mariológicas do catolicismo romano foram recapituladas e pormenorizadas neste periódico, especialmente durante a sua primeira

²³⁷ T.R.T. Mariolatria Romana. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, set. 1905, p. 6 (166).

²³⁸ BARRETO, Archimínia. Cobrir os Ceos com os Dedos ou A Immaculada Mãe de Deus. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 30 set. 1905, p.3 (171).

década de publicação. O culto mariano a que os batistas enfaticamente se referem como “mariolatria romana” ganhou atenção especial nas pautas dos artigos publicados entre os anos 1904-1905, os quais procederam à realização das cerimônias comemorativas do cinqüentenário da decretação do dogma da Imaculada Conceição (o tema é discutido em vários exemplares, apresentando sob um viés crítico, diversos aspectos da mariologia católica). As celebrações públicas que se seguiram no orbe católico em homenagem ao jubileu da Imaculada Conceição, despertaram na imprensa evangélica a ação combativa, uma vez que as práticas litúrgicas que rendem culto à Maria são atos exprobrados pelo protestantismo, e o dogma em si, não é reconhecido pelas confissões protestantes.

Quando nos deparamos com uma série de artigos no Jornal Batista que abordam sistematicamente diferentes vertentes da mariologia católica, aventou-se a hipótese de haver alguma razão específica para que esta temática fosse suscitada no período investigado de uma maneira mais acentuada. O assunto já ocupava um lugar de relevo no repertório do proselitismo protestante, e parecia ganhar ainda maior destaque no panorama da proposta de reforma do sistema religioso brasileiro, que era vindicada pelo jornalismo batista. Até certo ponto, o ressurgimento das críticas contra a mariologia católica encabeçado pelo principal jornal da denominação batista mostrava-se previsível, pois dentro deste foro de discussões, a retomada deste tema proporcionava a exposição de argumentos contestatórios que instavam em favor da divulgação do credo protestante. Em um país onde o catolicismo era religião majoritária, a temática da mariologia era um assunto incontornável, já que baliza um dos mais significativos pontos de discordância entre o protestantismo e o pensamento teológico católico.

Diante da iniciativa de oferecer a seu público matérias cujos conteúdos temáticos propiciavam uma reflexão crítica sobre a mariologia católica, afigurava-se a necessidade de elucidar os leitores do Jornal sobre o posicionamento das igrejas batistas concernente a pessoa de Maria e o seu papel no plano salvífico; era primordial aos articulistas do jornal que fosse de conhecimento de seus leitores a visão particular da teologia evangélica sobre a posição de Maria no cristianismo, na perspectiva de uma comparação crítica com as doutrinas mariológicas do catolicismo. A análise dos artigos selecionados do Jornal, somados à investigação dos documentos produzidos pela Igreja Católica no período em que as missões batistas se instalaram no país, sugerem a existência de uma particularidade neste discurso, de natureza histórica, que em parte explicaria o desenvolvimento de um discurso exacerbadamente crítico.

Verificou-se que o ímpeto de combater as doutrinas marianas do catolicismo romano (a que os batistas convencionaram chamar de mariolatria), tornara-se uma prática jornalista recorrente, porque os mesmos anteviam na imprensa denominacional um meio de comunicação de grande alcance e eficácia, e antepuseram-na ao púlpito como meio ideal para destrinchar diversos aspectos da mariologia católica que eram divergentes das concepções protestantes. Os redatores do Jornal Batista anelavam fazer solapar pelos seus argumentos os fundamentos da “idolatria e da superstição do marianismo”, os quais julgavam haver se solidificado na mentalidade religiosa brasileira no rastro de quase quatro séculos de doutrinação católica; e acreditavam que os tipos de manifestações religiosas que recriminavam teriam sido agravados pelo incremento das devoções marianas, as quais haviam sido intensificadas sob o patrocínio dos pontificados dos Papas Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903) e Pio X (1903-1914).

Após cinquenta anos da decretação do dogma da Imaculada Conceição, as discussões acaloradas sobre a mariologia católica são reacendidas com a publicação da Encíclica *Ad Diem Illum* pelo papa Pio X, o qual no ano de 1904, sob a incumbência de officiar a abertura das solenidades relativas à comemoração do jubileu, redige este documento fazendo um apelo pastoral ao clero com o intuito de fortalecer ainda mais o fervor dos fiéis na vivência dos vários tipos de devoção mariana: ratificou o infalível ensino dogmático a respeito da concepção imaculada de Maria, recomendou vigorosamente a prática do Rosário, e tratou com vitupério as críticas de outras confissões cristãs que não admitiam os ensinamentos mariológicos do catolicismo:

Ah! Esses homens que, seduzidos pelos artifícios do demônio ou enganados por falsas doutrinas, julgam poder prescindir do auxílio da Virgem, nos fornecem disto em sua prova assaz peremptória. Pobres infelizes desconhecem Maria, sob pretexto de tributar honra a Cristo. Como se pudéssemos achar o menino de outro modo que não pela Mãe! Sendo assim, veneráveis irmãos, este é o fim que devem visar, sobretudo, em todas as homenagens que se estão preparando em toda parte em honra à Imaculada Conceição de Maria... Encham, portanto, as multidões os templos, celebrem-se festividades pomposas, reine júbilo público: fatores estes eminentemente próprios para reacender a fé ²³⁹.

Os magistérios dos Pontificados exercidos entre os últimos decênios do século XIX e na primeira década do século XX, sobretudo o pontificado do papa Leão XIII, haviam sido pródigos no incentivo ao aprofundamento da veneração à Virgem Maria. Denunciava a imprensa protestante que com o selo de aprovação do papado sobre os relatos das milagrosas aparições de nossa senhora de Lourdes em 1858, o clero católico auspiciava que se ampliassem ainda mais as multidões de devotos conduzidas em tropel aos pés das imagens da Virgem Maria; e essas imagens, sendo fabricadas com o concurso das artes, e tendo sido adornadas com toda a beleza alegórica do mito do eterno feminino, podiam ser

²³⁹ SANTA SÉ. **O Arquivo dos Papas.** Pio X - Encíclica de *Ad Diem Illum*. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/encyclicals/index_po.htm. Acesso em: 19 set. 2006

em qualquer época, convenientemente aproveitadas, como atraentes objetos de adoração mística.

Sobre a suposta aparição de nossa senhora na cidade de Lourdes, conta-se que no ano de 1858, uma menina chamada Bernardette Soubirons viu à beira do rio que atravessa a cidade uma auréola de luz resplandecente dentro da qual se achava uma senhora vestida com um vestido branco cingido por um cinto verde, portando na cabeça um véu branco e no braço um rosário que terminava em uma cruz de ouro. A menina teria voltado diversas vezes à gruta onde teria se dado a aparição, até que a senhora teria se identificado a ela proferindo as seguintes palavras: “Eu sou a Imaculada Conceição”. Desde aquele dia, teriam se proliferado os prodígios, e uma fonte de água miraculosa teria brotado daquela gruta curando muitos peregrinos que passaram a visitar o santuário em busca de cura para suas enfermidades. O Jornal Batista contestava a veracidade destes fatos, referindo-se a eles como pura invenção, como uma exploração comercial revoltante da fé do povo católico devoto de Maria:

Um só passeio pela cidade de Lourdes basta para certificar o visitante de que o todo o commercio é alli sustentado pelos forasteiros peregrinos que vão de todas as partes. Cruzes, crucifixos, rosarios, bentinhas, estampas de santos, etc., estão em evidencia por toda parte. Abundam os mendigos que exploram a caridade dos romeiros. Vêem-se alli pessoas dos pontos mais affastados para suplicar o favor e graça de << Nossa Senhora>> (uma imagem vestida de branco) que naquelle logar *appareceu* ha 45 annos a uma rapariga por nome Bernadette Soubirons... Mas é preciso que esta horivel mystificação passe pela coisa mais veridica do mundo para que assim possa engordar os ociosos e bojudos roupetas²⁴⁰. (JB, 10 dez.1903, grifo do autor).

O papa Leão XIII foi criticado pelo Jornal Batista por haver demonstrado um interesse relevante pela propagação da prática de recitação do rosário, direcionando as suas instruções pastorais no sentido de salientar a sua importância como um exercício piedoso

²⁴⁰ Os Prodígios da Igreja do Papa. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 10 dez. 1903, p. 6 (238) – 7 (239).

doméstico adequado para a índole do povo, um método simples de oração e meditação que funcionava como um complemento salutar do culto prestado à Maria na liturgia eclesial. No Protestantismo, a praxis devocional individual e familiar prescrita pelos ministros aos membros de suas igrejas era fundamentalmente a “Oração do Senhor” (o Pai Nosso) e a prece espontânea destinada exclusivamente à Trindade, acompanhada da leitura diária da Bíblia; ao passo que a principal orientação pastoral da hierarquia católica no pontificado de Leão XIII referente às práticas de devoção quotidiana, conclamava os fiéis à máxima veneração à Virgem Maria, aconselhando-os a desvelar-se na perpetuação da tradição medieval contemplativa dos “mistérios do rosário mariano”.

Todos os jornaes do mundo, quer sejam catholicos quer protestantes (exceptuando destes os essencialmente evangélicos) continuam tecendo os maiores elogios á personalidade do recém-fallecido Leão XIII.... Será verdade que Joaquim Pecci, na qualidade de homem, foi o grande e perfeito homem que se diz? Cremos que não. Intellectual, prudente, astuto, etc. elle se impoz á presente geração; porem como cidadão e como christão elle foi deveras medíocre... **Foi elle tambem um grande idolatra. Nenhum papa concorreu tanto para propagar o culto da Virgem. Foi um grosseiro supersticioso, o qual, morrendo, agarrou-se á imagem de pau e assim morreu não como um christão, mas sim como um idolatra**²⁴¹ (JB, 10 set. 1903, grifo nosso).

Parece heresia dizer que o Papa póde ser hereje. Pois não é. Lemos em um jornal que a comissão do Index, fazendo a revisão da lista das obras interdictas, percebeu que um dos livros condemnados pela Egreja tinha por autor o proprio papa. Em 1874, quando o soberano pontífice se chamava ainda Joaquim Pecci e era arcebispo de Perusa, publicou um volume com o titulo – *Sobre o sagrado sangue da Virgem Santa*. A Congregação, em 1875, achou-lhe uma passagem que cheirava a heresia e pôz o livro no Index. Em 1878, foi eleito papa, mas a sua obra continuou no ostracismo: contentaram-se em riscar-lhe o nome do autor. E nisto ficaram as cousas... Mas, o que lembrou a Leão XIII *cantar*: o sangue da virgem! Melhor andou o nosso poeta Francisco de S. Carlos cantando-lhe a <<assumpção>>. O pobre frade brasileiro deu maior prova de infallibilidade do que o cardeal Pecci, futuro papa²⁴² (JB, 02 maio 1902, grifo nosso).

O rosário é uma antiga prática devocional do catolicismo que data da Idade Média, porém o seu uso rotineiro foi amplamente acolhido pelos povos católicos, a partir do Pontificado

²⁴¹ O Caracter de Leão XIII. Editorial. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, p. 4 (172), 10 set. 1903.

²⁴² Leão XIII, Hereje (do Mensageiro de Manãos). **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 02 maio 1902, p. 2 (66).

do Papa Leão XIII, o qual passou a ser identificado como “o Papa do Rosário”. O Papa Joaquim Pecci foi particularmente incisivo na prescrição desta prática, visto que em seu longo serviço pontifício, redigiu nada menos que 16 documentos nos quais recomendava às autoridades eclesiais que estimulassem vigorosamente a disseminação do rosário mariano entre as comunidades católicas, descrevendo-o como um poderoso antídoto contra “os erros religiosos, ideológicos e sociais” que afligiam o povo cristão naquele momento da história. Na Encíclica *Augustissimae Virginis Mariae*, do ano de 1897 este encargo foi rememorado - “recomendar a todos os católicos a proteção da Virgem Maria, com a recitação rosário. Prática esta que, no descambar deste século, por divina disposição se tem maravilhosamente firmado, para despertar a esmorecida piedade dos fiéis, como claramente atestam notáveis templos e célebres santuários dedicados à Mãe de Deus”²⁴³.

Em sua declaração anterior, mensagem levada a público em 1892 com a publicação da Encíclica *Magnae Dei*, o Papa Leão XIII havia admoestado todo o rebanho de que deveria recorrer ao auxílio de Maria para que fosse evitado o enfraquecimento da religião cristã, suplicando-lhe com superlativa devoção que defendesse a Igreja contra “os males da modernidade”: o secularismo anti-clerical o materialismo, o laicismo, e o mundanismo ou o frívolo apego aos prazeres terrenos, os quais temia fazer obscurecer e até suplantar o sentimento piedoso:

[...] devemos-nos entristecer com a licença cada vez mais disfarçada de imprimir e pregar toda sorte de ultrajes contra Cristo, Deus e a Igreja. Nem é menos deplorável esse conseqüente langor e intibamento da fé cristã, se não é uma franca apostasia da fé, certamente está próximo de sê-lo, porque a prática da vida não é mais aderente à fé... por isto, na presente situação, que nos deploramos como lutuosa para a religião e perigosíssima para a sociedade, é necessário que todos juntos – com piedade igual a de nossos antepassados – roguemos e supliquemos a

²⁴³ SANTA SÉ. **O Arquivo dos Papas**. Leão XII – Encíclica *Augustissimae Virginis Mariae*. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/encyclicals/index_po.htm. Acesso em: 19 set. 2006.

grande Mãe de Deus, para que consoante os votos comuns, possamos alegrar-nos da haver experimentado igual eficácia de seu rosário [...] ²⁴⁴.

“O Saltério da Virgem”, como também é conhecido o rosário, compreende a repetição sequencial de quinze dezenas de Ave-Marias, cada uma delas precedidas da oração de um Pai Nosso, compondo um total de 150 invocações à Maria, ordenadamente repetidas através do manuseio de 150 contas. As rezas recitadas prosseguem intercaladas por uma fórmula de meditação que propende à recordação dos mistérios da vida de Jesus, facultando ao fiel a contemplação dos acontecimentos cruciais de sua vida (as diversas manifestações de sua natureza divina descritas nos Evangelhos), as quais as práticas de meditação do rosário recobram por meio de um tipo de evocação indissociável da figura de sua Mãe. O Papa Leão XIII, na Encíclica “*Magnae Dei Matris*” publicada em 1892, havia destacado a qualidade intercessora de Maria, discriminando que sua assistência misericordiosa repousaria sobre os fiéis de um modo maravilhoso e eficaz através da oração do rosário, por causa da invocação do sagrado laço materno com que ela estaria tão estritamente ligada a Cristo e à Igreja:

Com efeito, a sua maravilhosa e eficaz oração, ordenadamente repetida, ela nos leva à recordação e contemplação dos principais mistérios de nossa religião: em primeiro lugar, daqueles pelos quais << o Verbo se fez carne>> e Maria, Virgem intacta e Mãe lhe prestou com santa alegria os seus maternais ofícios. Vêm depois, as amarguras, os tormentos, a morte de Cristo, o preço da salvação do gênero humano. Finalmente, são os mistérios gloriosos: o triunfo sobre a morte, a ascensão ao céu, a descida do Espírito Santo, o resplendor radiante de Maria assunta ao céu e, por último, com a glória da Mãe e do Filho, a glória eterna de todos os santos ²⁴⁵.

As igrejas protestantes desaprovam a utilização do rosário como um instrumento de edificação da fé, alegando que as declamações longas e repetitivas podiam facilmente

²⁴⁴ SANTA SÉ. **O Arquivo dos Papas**. Leão XII – Encíclica *Magnae Dei Martis*. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/encyclicals/index_po.htm. Acesso em: 20 set. 2006.

²⁴⁵ Idem.

verter-se em meras exteriorizações de uma religiosidade superficial, configurando-se em uma ritualística mecanizada esvaída do autêntico teor e sentimento do pio fervor cristão, a qual poderia induzir o indivíduo mais devoto à apostasia. Era freqüente na fala dos pastores protestantes, a advertência de que os seguidores da religião católica estavam sendo privados do acesso àquilo que o movimento evangélico estimava como o único meio de verdadeira elevação espiritual para o cristão: o conhecimento profundo das Escrituras Sagradas. Mas as críticas mais incisivas e constantes dirigidas pelas igrejas evangélicas à prática de recitação do rosário se davam em reproche ao fato de que a mesma redundava do qualitativo de magnificência que Maria possuía no rito católico e de sua altipotente participação na economia da salvação. O protestantismo rejeitava o apanágio de glória e poder atribuídos pelo catolicismo à mãe de Cristo (o qual havia lhe tomado como “co-redentora do gênero humano, mediadora e dispensadora das graças celestiais”)²⁴⁶, posicionando essas prerrogativas que Maria usufruía na escatologia romana, no limiar da “idolatria”.

Mais do que isso: a Escriptura positivamente ensina que só temos um Salvador, um só Mediador, um só Redemptor, um só Senhor. Eis o que ella diz:<< Porque só há um Deus, e só um mediador entre Deus e os homens, que é Jesus Christo, homem>> I Tim. 2:5... Não a Virgem, mas Jesus é que tem as chaves da morte e da sepultura, isto é, Elle tem a vida em si e para dar aos homens. Jesus é, pois, o nosso único Soberano, único Mediador, único Redemptor, ao qual devemos toda a adoração e toda fé como Salvador. **É puramente imaginário o argumento dos padres que tudo que a mãe pedir ao filho Elle o fará. Nunca os apóstolos mandaram que fossemos a Maria, nunca Jesus mandou, nunca Maria garantiu semelhante coisa; é uma pura phantasia, além que desdoura o nosso Salvador, collocando-o em plano muito secundário em seu amor para com os homens. Elle que como igual ao Pae o seu amor é infinito. A mariolatria da egreja romana é uma abominação. Que os sinceros catholicos meditem nestas coisas, inquiram da verdade e sigam-na é o nosso mais ardente desejo**²⁴⁷ (JB, 15 set. 1905, grifo nosso).

²⁴⁶ A princípio a sua função primordial era a de intercessora de toda a humanidade no cumprimento do plano de Deus, em associação com Cristo; porém, na Encíclica do Papa Pio XIII *Jacunda Semper*, foi lhe agregado mais um atributo: o de mediadora da graça; e depois, no ano de 1904, o Papa Pio X, declarou na Encíclica *Ad diem illum* que Maria era o caminho para Cristo, justificando que ninguém conhecia mais intimamente o Filho do que sua mãe.

²⁴⁷ T.R.T. Mariolatria Romana. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 15 de set. 1905, pp. 6 (166) – 7(167).

Concernente à amplitude e à profundidade do culto ofertado à Virgem Maria na religião católica, o magistério da Igreja pregava a seus fiéis que deveriam prestar um tributo muito especial àquela a quem o anjo Gabriel chamara de “cheia de graça” e santa Isabel, de “bendita entre as mulheres” ²⁴⁸. Segundo a mariologia romana, o culto mariano fundava-se no mistério da maternidade divina e na cooperação de Maria na obra da redenção, matérias de fé que deveriam suscitar nos crentes de todos os tempos uma atitude de louvor para com a santa mulher que concebera o salvador: a teologia católica propalava por séculos o argumento de que os textos evangélicos haviam pressagiado os traços dessa salutar forma de veneração encorajada pela tradição da Igreja, quando a própria Virgem Maria havia declarado em júbilo no Magnificat: “todas as gerações me hão chamar de ditosa” (Lucas.1:48). Ensinava o clero católico que Maria era detentora de uma grandeza espiritual portentosa que deveria ser proclamada pela Igreja até a consumação dos tempos, assegurando o mesmo aos fiéis que a oferenda de sua devoção fervorosa à “Mãe de Deus” era o justo cumprimento de um dever cristão. A altissonante homilia mariana preconizava a larga extensão do seu sentimento de devoção: “Tributemos-lhe, pois, todo nosso culto. Menos o culto de adoração, que só se deve a Deus... Honramos à Maria Santíssima, invocamo-la e a amamos com todo o nosso fervor; porém, não chegamos a adorá-la” ²⁴⁹.

Conquanto o catolicismo fizesse a notória restrição de que o culto de adoração só deveria ser rendido a Deus, as confissões protestantes se opunham à subdivisão técnica existente na hierarquia litúrgica católica que convencionara três formas de culto, nomeadamente: o culto de latria tributado unicamente à Trindade, o culto de hiperdulia, o segundo mais elevado na escala hierárquica, que era prestado em ato de veneração à Santíssima Maria, e o culto de dulia oferecido aos santos. Em contraposição, o protestantismo reprovava

²⁴⁸ CARBALLO, Fernando. **Protestantismo e Bíblia**. São Paulo: Edições Paulinas, 1959. p. 96-97.

²⁴⁹ Ibidem, p. 97.

qualquer forma de louvor e invocação que não fosse exclusivamente dirigida a Deus Pai, Filho e Espírito Santo, alegando que esse trinômio da nomenclatura litúrgica do culto católico era uma tripartição improcedente por se incompatibilizar com diversas passagens das Escrituras²⁵⁰. O Jornal batista criticava com frequência em seus artigos o culto mariano, imputando ao clero católico a responsabilidade pela larga difusão daquilo que classificavam como um reprovável ritual de <<adoração>>; os batistas censuravam os padres como incentivadores de uma prática de veneração sacrílega à Virgem Maria, uma vez que, a seu ver, a própria ambigüidade hiperbólica do termo *hyperdulia* tornava-o passível de ser tomado pelos leigos em seu sentido lato, favorecendo um tipo de louvação exagerada ou mesmo de adoração à Virgem Maria.

O culto da Virgem, claro está, não tem apoio nenhum na Escripura Santa, que todo o culto manda seja tributado ao Deus Trino. Qualquer que seja o culto dado a Maria, ou de latría ou de de hyperdulia, é um culto idolatra, proibido, e que leva á perdição eterna. Nós dizemos qualquer um que seja o culto, por que os padres sophisticamente inventaram, na sua apostasia da verdade, tres espécies de culto; de latría para Deus, de dulia para os santos, e de hyperdulia para a Virgem. Essas distinções subtis figuram apenas nos tratados de theologia da igreja romana, e servem para barcos salvavidas dos padres; para escaparem do atoleiro da incoherencia, quando por um lado affirmam que o culto pertence a Deus, e por outro lado ensinam e praticam o culto aos santos, aos anjos e à Virgem; a esta mais do que ao próprio Deus²⁵¹ (JB, 15 set.1905, grifo nosso)

A meta prioritária da missão batista recém implantada no Brasil, a qual se mobilizava em torno do objetivo de promover uma reforma religiosa segundo os parâmetros doutriniais do protestantismo, levou a efeito nas páginas do principal órgão de imprensa da denominação, um debate que enfocava criticamente uma série de questões relacionadas aos ensinamentos mariológicos da Igreja católica. Os batistas exprimem incisivamente em seus artigos a sua taxativa reprovação da veneração aos santos e, sobretudo do culto mariano, censurando a “extravagante” centralidade que o mesmo ocupava na religiosidade brasileira. Em uníssono

²⁵⁰ GEDEON, Aubin. **Católico Romano o Protestante**. El Paso: Casa Bautista de Publicaciones. p. 15.

²⁵¹ T.R.T. Mariolatria Romana. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 15 set. 1905, p 6 (166).

com a comunidade evangélica, em geral, lançavam o seu protesto arrojado contra a forma de expressão religiosa que denominavam marianismo ou mariolatria, prevenindo os seus interlocutores contra uma prática religiosa que entendiam estar, de um modo intrínseco, vinculada à idolatria.

[...] Maria só resuscitou e é imaculada, para a igreja de Roma, cujo inventivo tem progressivamente se desenvolvido em inovações e idolatria que confessam Maria *como creatura, como mulher*, mas lhe tributam um culto religioso, que só se deve tributar a Deus. Essa igreja para tirar Maria da posição inferior em que a collocou o Christianismo, cujo ideal é Christo, não vacilla em recorrer a toda extravagância de adoração e de linguagem para adoral-a; ou antes como podemos affirmar para honrar um ídolo mascarado com o nome de Maria” (JB, 30 set. 1905, grifo do autor) ²⁵².

Havia uma grande preocupação nos círculos evangélicos com o grau exacerbado das devoções marianas tal qual se manifestava no catolicismo brasileiro, e se proliferaram na imprensa protestante as queixas de que o clero católico compactuava com a propensão supersticiosa do povo incauto, por que não tomava medidas para esclarecer os fiéis sobre a os perigos de se incorrer no pecado de idolatria, quando o sentimento de adoração já não era mais direcionado a Deus, mas à mãe de Jesus. Os batistas endossaram a lide da imprensa protestante que adotou e utilizou largamente o verbete metonímico “marianismo”, quando aludia criticamente ao conjunto das doutrinas mariológicas, das práticas litúrgicas e devocionais, por meio das quais a figura de Maria era altamente reverenciada na religião católica. A imprensa batista criticava fortemente a Igreja Romana, acusando-a de prestar louvores à Virgem Maria incitando um tipo de veneração cuja gradação tornara-se superior ao culto do próprio Salvador - “Hoje a Igreja Romana distingue-se mais pelo culto e devoção à Maria, do que pelo culto a Jesus Cristo. Por isso devemos chamá-la de preferência Marianismo ou Mariolatria. As suas maiores

²⁵² BARRETO, Archimínia. Cobrir os Ceos com os Dedos ou A Immaculada Mãe de Deus. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 30 de set. 1905, p. 2 (170).

solenidades, as suas festividades mais brilhantes, a devoção mais estranha do povo é para Maria, tudo para Nossa Senhora”.²⁵³

Com base na leitura de variados artigos publicados pelo Jornal batista no primeiro decênio do século XX, pôde-se comprovar que este periódico teve uma importante participação nos acirrados debates que foram travados na imprensa religiosa e secular envolvendo o tema da mariologia católica. Neste respeito, cabe a observação de que tanto no Brasil como em Portugal, não foram somente as missões protestantes que se ocuparam da questão da excessiva veneração devotada a nossa senhora pelos povos católicos, mas também houve por parte da intelectualidade positivista um particular interesse em discutir o assunto, pois que esta corrente do pensamento filosófico também enfocava criticamente a progressão das múltiplas invocações de Maria. Às vésperas da proclamação da República portuguesa, o anti-clericalismo (e, conseqüentemente o anti-marianismo), fora intensamente ativado por liberais exaltados, maçons, positivistas, livre-pensadores simpatizantes do racionalismo e das ideologias materialistas que identificavam o catolicismo ao regime monárquico, e estando integrados às camadas mais cultas da sociedade, por força de suas próprias posturas ideológicas, tendiam a ver com ceticismo e desdém a inclinação supersticiosa das variadas formas de devoção popular marianas.

O “laivo da mariolatria católica” foi o tema capital do clássico da literatura religiosa portuguesa “O culto da Immaculada”, obra de autoria do autor positivista Heliodoro Salgado, publicada no Porto no ano de 1905. O jornalista declara-se, em suas notas autobiográficas, o produto de um catolicismo ferido do ceticismo de um século de

²⁵³ CAMPOS, Hippolyto de Oliveira. **Roma, sempre a mesma**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1957. p.35.

positividade²⁵⁴, descrevendo-se como um autêntico representante do grupo de intelectuais portugueses que lideraram uma ruidosa campanha jornalística contra o clericalismo romano. O livro apresentava um estudo histórico das devoções marianas focalizadas na perspectiva da longa duração das mentalidades religiosas, sumarizando criticamente diversos temas relacionados ao culto mariano, os quais foram dispostos em capítulos que abrangem em sua delongada temporalidade, desde os primeiros rituais pagãos oferecidos às deusas da antiguidade, até a coetânea configuração do processo de desenvolvimento do fenômeno mariológico - o qual denominou “a evolução da superstição marianista”, e cujo apogeu reconhece na dogmatização da crença da imaculada concepção, no pontificado de Pio IX. Cabe ainda acrescentar que o livro “O culto da Imaculada” tornou-se também no Brasil uma obra de referência na ambiência evangélica e alguns de seus consagrados argumentos contestadores da mariologia católica foram amplamente recuperados pelo Jornal Batista, o qual contribuiu em suas publicações para a vulgarização do termo “mariolatria” como um neologismo alusivo ao culto de “quase-latria” prestado à Virgem Maria pela Igreja Católica, a qual recrimina por elevar a mãe de Cristo a par da divindade como uma pessoa suplementar à Trindade.

No dia 8 do corrente celebrou-se como de praxe a festa da natividade da virgem Maria e, portanto, é de toda a actualidade dizermos alguma coisa sobre o culto nefasto, sacrílego e idolatra que a egreja romana presta á quella que a Escripura Santa chama de bemaventurada, a mãe de Jesus segundo a carne. <<*A mariolatria*>>, como diz Heliodoro Salgado, em seu recente livro, *O culto da Imaculada*, << tem avançado desde as primeiras épocas christãs em que Maria foi apenas a eleita bemaventurada de Deus para em seu seio gerar o Christo portador do Verbo Divino, até ao pontificado de Pio IX. Este declarando Maria immaculada e immaculavel, faz d’ella positivamente uma deusa superior a tudo. As suas festas passaram a ser as mais pomposas, a sua adoração a mais fervorosa>>. **De sorte que hoje o pivot da egreja romana, o centro da adoração, não é Deus o Pae, o Creador, mas a creatura; não Deus o Filho, o Salvador, Redemptor, mas a mãe humana á qual deram todos os attributos e qualidades que a Elle pertencem; não é Deus o Espírito Santo que gerou o Filho, mas o ventre em que o Filho foi gerado. Todo bom catholico adora a Maria sobre tudo e**

²⁵⁴ SALGADO, Heliodoro. **O Culto da Imaculada**: estudos críticos e historicos sobre a mariolatria. Porto: Livraria Chardron, 1905. p. IX.

sobre todos assim como todo o bom christão adora a Trindade Santíssima, no Pae, no Filho e no Espirito Santo. O romanismo inteiro está com Maria, enquanto o protestantismo inteiro está com Jesus²⁵⁵ (JB, 15 set. 1905, grifo nosso).

Na percepção dos missionários protestantes o catolicismo brasileiro é “um cristianismo sem Cristo”²⁵⁶, pois os seus estudos demográficos e a sua observação do ambiente religioso brasileiro apontavam para a evidência de que a grande maioria das cerimônias religiosas era voltada para a veneração dos anjos, santos e, sobretudo, à pessoa de Maria; as solenidades e

festividades promovidas pelas autoridades eclesiásticas com a intenção de nutrir a fé do povo estavam repletas de práticas religiosas que reforçavam estas mesmas devoções. Um maior número de templos católicos havia sido consagrado aos santos e principalmente à Maria; a ela são dedicados dois meses do calendário eclesiástico exclusivamente ao seu culto e devoção (os meses de maio e de outubro) além de toda sorte de invocações piedosas à Virgem que acontecem incessantemente ao longo de todo o ano, no âmbito público e privado; a fé dos fervorosos devotos de Maria se exteriorizava nos cânticos litúrgicos, na recitação do rosário, nas ladainhas, nas rezas suplicantes, louvores e coroas de flores ofertadas à santa Maria nas incansáveis procissões e inúmeras festas que celebravam a sua natividade, a sua imaculada concepção, a sua assunção, aparições, etc.

Ao reprovar freqüentemente nos jornais as festividades da Igreja Católica celebradas em honra de Maria, a imprensa evangélica apresenta o argumento de que, através do estudo atento do processo de evolução histórica do “romanismo”, é facultado ao leitor vislumbrar o modo impróprio como o clero católico havia sabido explorar, ideológica e

²⁵⁵ T.R.T. Mariolatria Romana. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 15 set. 1905, p. 6 (166).

²⁵⁶ CAMPOS, Hippolyto de Oliveira. **Roma, sempre a mesma**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1957. p.34.

sensorialmente, em suas festivas aclamações de Maria, o mito do “eterno feminino”. Como é o caso, por exemplo, das festas ornamentadas para celebrar a natividade de nossa senhora, a sua imaculada concepção e assunção, nas quais os batistas entrevêm o aproveitamento utilitário do pendor romântico prevalente no universo cultural das sociedades ocidentais contemporâneas, nas quais o catolicismo teria sabido estrategicamente tirar bom partido da fascinação que exercia nesses povos o ideal poético da excelência feminina. Essa tendência do romantismo de idealizar o gênero feminino teria sido habilmente trabalhada pela Igreja Romana, que soube canalizar esse tipo de encantamento para a pessoa de Maria, chamando a atenção do mundo religioso para o seu culto de exaltação à <<mulher bendita entre todas as mulheres>>²⁵⁷.

A igreja romana, tendo desertado das fileiras do Christianismo, e sabendo que a natureza humana enfastia-se de ouvir sempre as mesmas coisas, procurou uma nova fonte de receita, um horizonte novo d’onde o gênio da poesia pudesse estender o seu vôo, e com seus pensamentos e phrases phantasticas exaltar uma mulher com o titulo de divina e immaculada, attrahindo por esse modo os espíritos que já começavam a descreer em sua santidade. Uma imagem feita com toda a arte, adorada com os attractivos e graças do mundo luxuoso, coroada de flores, evaporando perfumes, tem mais encantos para a carne do que um culto simples rendido a Deus em espírito e verdade. O numero dos quaes se inclinam para as cousas carnaes sempre abundou em maior quantidade do que o dos que gostam do que é espiritual²⁵⁸ (JB, 30. out. 1905).

Na ótica protestante, as concepções mítico-arcaicas privilegiadas do sexo feminino (cuja origem localiza nos cultos pagãos das deusas-mães) haviam sido indevidamente apropriadas pelo catolicismo, que teria entronizado na mãe de Jesus todas essas virtudes femininas e maternais que se cristalizaram no inconsciente religioso desde épocas imemoriais: a suprema idealização da mulher transposta na dimensão do etéreo com a super valorização de seu ventre-sacrário (invólucro onde se consumaria a sua santa predestinação maternal), também a idéia da personificação da bondade e da compaixão

²⁵⁷ COLLETE, Carlos Hasting. **Inovações do Romanismo**, São Paulo: Parakleto, 2001. p. 171.

²⁵⁸ BARRETO, Archiminia. Maria é Deusa? Como é Immaculada e Adorada? **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 30 out. 1905, p. 6 (190).

talhadas na forma feminina, e a louvação da graça e da pureza das virgens. Na percepção do protestantismo, todo esse conjunto de noções enaltecedoras da figura feminina proveniente das religiões pagãs havia sido absorvido pelo credo romano no campo da mariologia, no curso do desenvolvimento de suas inovações doutrinárias.

Entendiam as designações protestantes que essa sacração mítica da função feminina teria, posteriormente, sido convertida em apelo religioso pela religião católica, tendo o magistério clerical a redirecionado para a pessoa de Maria com tamanha intensidade que teria despertado nos fiéis católicos um sentimento de devoção extremado à mãe de Jesus - o qual as denominações evangélicas acreditavam ser de procedência pagã e de natureza idólatra, uma manifestação estranha a toda tradição bíblico-apostólica. No âmbito das numerosas festas marianas que a Igreja Católica acumulara no seu calendário litúrgico ao longo dos séculos, a observação crítica predominante nos jornais protestantes era a versão de que a proliferação das festividades realizadas em nome da Virgem Maria explicava-se pelo fato de o catolicismo romano ter se valido no volver do tempo de um mecanismo de “transplantação cultural”, maneira pela qual o culto pagão das deusas-mães fora transmutado em culto mariano, e as festas celebradas em honra das antigas deusas do paganismo passaram a homenagear a virgem cristã. Assim, o enlevo da festa incitava a imaginação popular e mitigava o discernimento religioso, e por meio da adição de lendas e imagens figurativas emprestadas da literatura apócrifa, a biografia da Virgem Maria foi se engrandecendo sob os despojos das velhas deusas, ao mesmo tempo em que se perpetuavam os velhos ritos pagãos sob nova etiqueta²⁵⁹.

²⁵⁹ SALGADO, Heliodoro. **O Culto da Imaculada**: estudos críticos e históricos sobre a mariolatria. Porto: Livraria Chardron, 1905. p. 210.

Haurindo o argumento principal da obra “O Culto da Imaculada”, a tese de que o culto mariano era um culto importado do paganismo²⁶⁰, o *Jornal Batista* compendiou em seus artigos algumas das mais conhecidas designações honoríficas com a que a Igreja Católica havia laureado a Virgem Maria cotejando-as aos títulos apoteóticos com que os povos pagãos alcunhavam as suas deusas, buscando por este método inter-relacionar o universo simbólico da mitologia ao campo do imaginário religioso católico, com as suas numerosas invocações nominativas da mãe de Jesus. Os redatores do *Jornal Batista* demonstravam em suas matérias condenatórias do culto mariano assentir a teoria de que o culto da Virgem Maria não era originário do cristianismo, asseverando que esta forma de devoção não encontrava qualquer respaldo nos livros canônicos da Bíblia - “não tendo a Virgem das Escrituras tido tais honras, privilégios e ofício tal como os que nos mostram hoje os catolicos romanos”²⁶¹.

Percorrendo o mesmo fio condutor da argumentação crítica da obra “O Culto da Imaculada”, os artigos do *Jornal Batista* contradizem substancialmente princípios elementares da tradição mariológica, ao repisar o argumento de que o dilatado acatamento da virgem cristã no catolicismo romano (tal qual se afigurava o seu reverente ofício no culto de hyperdulia) era um sentimento de veneração marcado em sua gênese pelo sincretismo religioso com o panteão das deidades pagãs, estando intimamente atado ao paganismo pelo liame da superstição idolátrica. Na concepção dos pregadores batistas, para a virgem-mãe do romanismo convergiam alguns atributos que segundo o testemunho da Escrituras pertenciam somente a Jesus, e outras tantas denominações panegíricas através

²⁶⁰ “É, portanto, o culto da Virgem, um culto importado do paganismo, entrou na igreja em remotas eras, aos poucos, como já antes prophetisara o inspirado apóstolo Paulo << Porque virá tempo em que não soffrerão a sã doutrina; mas tendo comichão nos ouvidos, amontoarão para si doutores conforme ás suas próprias concupiscências, e desviarão os ouvidos da verdade, e se tornarão ás fabulas>> (II Tim. 4:5)”. T.R.T. Mariolatria Romana. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, 15 set. 1905, p.6 (166).

²⁶¹ Idem.

das quais os povos gentílicos costumaram adjetivar as suas deusas na antiguidade. No artigo publicado em 30/06/1905, ironicamente, os batistas fazem uma breve leitura comparativa qualificando o tipo de devoção tributada à Maria no catolicismo como “adoração”, ao mesmo tempo em que dão a posição contrária das igrejas evangélicas (iconoclasta) no tocante à veneração de suas imagens:

[...] O vosso *culto sublime e santificador*, a adoração da *vossa boa e terna Mãe de Deus*, é tanto idolatria como o era a adoração das deusas do paganismo: e os protestantes tão *perversos e ímpios* como o foram os cristãos, que nunca se prostraram diante de suas imagens tão prezadas²⁶² (JB, 30 jun. 1905, grifo do autor).

Já no artigo veiculado em 10/03/1905, a crítica se encaminha no sentido de repreender os católicos praticantes dos rituais de veneração à Maria, equiparando a sua forma de devoção ao comportamento idólatra assumido por membros das antigas tribos judaicas, os quais haviam sido severamente exortados na Bíblia pelo profeta Jeremias, por haverem ofendido a Deus com as suas oferendas e libações aos deuses estrangeiros. Conforme os relatos do livro de Jeremias contidos no Velho Testamento²⁶³, sob o reinado do rei Josias (688 a.C), houve uma grande reforma religiosa para afastar os vestígios das crenças pagãs subsistentes ao cativeiro do povo hebraico no Egito; visto que de acordo com essa narrativa, uma parcela do povo israelita havia apostatado da fé monoteísta incorrendo em “idolatria”, tendo permanecido estes judeus adeptos ao politeísmo por meio do sincretismo religioso com as nações pagãs, ao prosseguir cultuando sacrilegamente nas cidades de Judá

²⁶² BARRETO, Archimínia. Cobrir os Céus com os Dedos ou A Imaculada Conceição de Maria. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 30 jun. 1905, p. 3 (123).

²⁶³ “Mas tu, não intercedas por este povo e não eleves em seu favor nem lamentos nem preces, e não insistas junto a mim porque não te ouvirei. Não vês o que fazem nas cidades de Judá e nas ruas de Jerusalém? Os filhos ajuntam a lenha, os pais acendem o fogo e as mulheres preparam a massa para fazerem tortas à rainha dos céus; depois fazem libações para deuses estrangeiros para me ofenderem... Por isso, eis que a minha ira ardente se derramará sobre este lugar, sobre os homens, sobre os animais, sobre as árvores do campo e sobre os frutos da terra. Ela arderá e não se extinguirá.” (Jeremias 7: 16-20). Bíblia de Jerusalém, *Op. cit.*, p. 1378.

e nas ruas de Jerusalém, a deusa mesopotâmia da fecundidade, Astarte - a “Rainha do Céu”²⁶⁴:

Tal como nos dias do rei Josias, 698 annos antes de Christo; foi dirigida a palavra do Senhor a Jeremias, (propheta), a qual dizia: “Acaso não vês tu o que estes fazem na cidade de Judá e nas praças de Jerusalém? Os filhos ajuntam a lenha, e os paes accendem o fogo, e as mulheres misturam a manteiga com os mais adjuntos necessários para fazerem tortas á *Rainha do Céu*, e para sacrificarem a deuses estranhos, e para me provocarem a ira” Jer. 7:17, 18 ²⁶⁵ (JB, 10 mar. 1905, grifo do autor).

Na composição textual dos artigos parcialmente transcritos abaixo, os autores percorrem didaticamente o conjunto de signos relativos ao mito das deusas celestes do mundo antigo, comparando as suas várias expressões denotativas do princípio do divino feminino, aos epítetos e representações granjeados pela Virgem Maria, ao longo do tempo, na religião católica. O escopo da narrativa era fornecer de maneira abreviada uma gama de informações sobre as divindades mitológicas as quais pudessem fortificar a idéia difundida pelos ministros protestantes de que a Igreja romana transferira à Mãe de Jesus, grande parte dos títulos deificantes que sublimavam todos os encantos maternais e perfeições morais das “virgens celestiais”, bem como o traço efusivo do culto extático-idólatra que antigamente era oferecido a essas deusas pagãs. De acordo com as proposições teóricas fundadas em “O Culto da Imaculada”, os batistas reiteraram o argumento de que havia uma visível correlação entre o legado da mitologia e o legendário mariano. Na sua versão, as entidades míticas do paganismo (Juno, Astarte, Isis, Vênus, Diana, Vesta, Maya, Devanaguy, Bonney Freigh, Triga, Ceres, Minerva, Proserpina, etc.) teriam emprestado alguns de seus atributos evocativos de divindade à virgem católica, tornando-se uma

²⁶⁴ “Todos os homens que sabiam que suas mulheres incensavam deuses estrangeiros e todas as mulheres presentes – uma grande assembléia – (e todo povo que habitava na terra do Egito e em Patros) responderam a Jeremias, dizendo: << A palavra que nos falaste em nome de Iahweh, nós não a queremos escutar. Porque continuaremos a fazer tudo o que prometemos: oferecer incenso à rainha do céu e fazer-lhe libações, como fazíamos, nós e nossos pais, nossos reis e nossos príncipes, nas cidades de Judá e nas ruas de Jerusalém.” (Jeremias 44:15-17). Jeremias. Português. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 1436. Nova edição, revista e amplianda. Bíblia. N.T.

²⁶⁵ BARRETO, Archimínia. Ave Maria, Gratia Plena. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 10 de mar. 1905, p. 2 (42).

espécie de epônimo da Virgem Maria. Consoante essa opinião, Maria teria sido divinizada no romanismo contraindo as mesmas designações correspondentes aos títulos das virgens celestes pagãs (cujos cognomes eram Rainha do Céu, Senhora da Terra, Mãe de Deus, Protetora dos reinos e impérios, Virgem Imortal, Rainha das Virgens, Mãe Universal, etc.); tendo destacado ainda os autores que o cabedal iconográfico de nossa senhora estava repleto de adereços transportados dessas mesmas deusas para o ícone católico²⁶⁶.

Culto sublime e santificador a Maria, só se encontra na igreja romana, porque apostatou do Christianismo para a Mythologia; dando uma mãe a Deus. Em quase todas as mythologias dos tempos antigos, tanto no Oriente como no Ocidente havia uma deusa cuja maternidade era objecto de culto. Na mythologia dos Assyrios esta deusa era Astarta; na dos Sidonios, Astaroth, e na dos Hindus, Bonney. Na mythologia classica da Grécia e Roma, Venus era adoptada segundo um systema, e Juno segundo outro. A imagem de Diana de Epheso apresentava uma mulher, cujo corpo por todos os poros, parecia que iam sahindo os animaes da criação. Os Egypcios e os Etruscos tinham pelo mesmo symbolo a Isis, deusa a quem consideravam como a mãe dos deuses. A mythologia da Scandinavia tinha a sua Freigh. Os Romanos clamavam a Juno, a Rainha do Céu, Senhora da Terra, Protectora dos reinos e impérios, e mui particularmente das esposas virtuosas. **Quando os judeus se misturaram com o paganismo das nações visinhas, também tiveram a sua <<Rainha do Céu>>, e foram severamente reprehendidos pelo propheta Jeremias, cap.7:18, 44,17** ²⁶⁷ (JB, 30 jun. 1905, grifo nosso).

[...] Esta Virgem não é outra senão a *rainha dos céos*, um culto idolátrico em que já haviam cahido os israelitas; é a Trigga, chamada *rainha das virgens*; e a *Ceres*, chamada mãe universal; é a Diana, dos ephesios, a Isis, de Egypto, a Minerva, a Proserpina, a Vesta, Maya, Devanaguy, adorada como deusas mães. Todos os attributos que os gentios davam às suas deusas dão os catholicos à sua Virgem.

Mas os catholicos lhes excedem em blasphemia. Conhecedores de um Deus Todo-Poderoso não temem dizer acerca de Maria, como vemos no numero 12 do corrente da Cruzada: <<Que gloria para uma Rainha ter o próprio Deus submettido às suas vontades! *Salve Regina!*>> E o cumulo da blasphemia! O silencio quasi absoluto da Escriptura acerca da Virgem, a ausência completa dos altos attributos que o romanismo lhe confere mostram exuberantemente que taes attributos não lhe pertencem, não lhe foram dados nem ella mesma presumia tel-os; a similitude de taes attributos com as deusas do paganismo mostra que taes attributos são pagãos ²⁶⁸ (JB, 15 set. 1905, grifo do autor).

²⁶⁶ SALGADO, Heliodoro. **O Culto da Immaculada**: estudos críticos e historicos sobre a mariolatria. Porto: Livraria Chardron, 1905. p. 48 - 49.

²⁶⁷ BARRETO, Archiminia. Cobrir os Céos com os Dedos ou A Immaculada Conceição de Maria. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 30 de jun. 1905, pp. 2 (122) – 3 (123).

²⁶⁸ T.R.T. Mariolatria Romana. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 15 set. 1905, p. 6 (126).

Além do dogma da imaculada concepção decretado em 1854 o qual os batistas tinham em conta como o ápice da mariolatria, entre o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ganhava força no magistério da Igreja Romana (e ainda maior popularidade entre os leigos), outra antiga crença do imaginário católico – a assunção de Maria. A doutrina que contemplava a Virgem Maria assunta aos céus com inefável glorificação (a qual também recontava aos fiéis sua coroação com rainha dos anjos e dos homens), havia sido matéria de deliberação no I Concílio Vaticano (1869-1870), quando uma junta de 195 clérigos fez uma importante petição tendo por objetivo que o dogma da assunção viesse a ser futuramente definido. Naquela reunião conciliar, havia sido examinada a questão a partir da discussão de vários argumentos que poderiam ser levantados em favor da elevação desta crença ao patamar de artigo de fé. Dentre as alegações favoráveis, reiteraram o corolário de que Maria teria sido preservada do pecado original em sua imaculada concepção (bem como de todos outros pecados possíveis durante a sua trajetória terrena); e foram assentes ao ensinamento da tradição patrística que concordava com a versão apócrifa do Proto-evangelho de Thiago, segundo a qual a virgindade de Maria permanecera intacta após o nascimento de Jesus. A forma de encaminhamento destas proposições teológicas desdobrava-se na argumentação conclusiva de que a assunção se condicionava a sua concepção isenta de pecado: se Maria estava livre do julgo do pecado original cuja sentença seria a morte, intuía-se, portanto, que o corpo físico da Mãe de Cristo (que abrigara o ventre sacrário de sua encarnação) não teria sofrido a desintegração carnal...

Ainda no século IV, o papa português Damásio (que governou a Igreja entre os anos 366 e 384), havia determinado que anualmente no dia 15 de agosto fosse realizada uma solenidade comemorativa da entrada triunfante de Santa Maria no céu: a festividade da

assunção estabelecida pelo papado fora o primeiro sinal de aprovação, por parte da Tradição católica, dos escritos apócrifos que relatavam o trânsito glorioso de Maria aos céus em corpo e alma, ao cabo de sua vida terrena. O Concílio de Éfeso (431) havia referendado esta resolução que foi imediatamente abraçada pelas igrejas cristãs orientais; contudo, foi somente na Idade Média (no século XII), que o Imperador Manuel Cummeno havia tornado obrigatória a celebração da festa da assunção em todo o Império. O autor da obra supracitada, “O Culto da Immaculada”, havia notabilizado a vertente argumentativa de que nas comunidades cristãs do oriente, focos capitais das antigas deusas-mães, a nova crença da assunção foi adotada com maior facilidade, tanto que já se encontrava em voga no reinado de Justiniano; Heliodoro Salgado faz ainda a polêmica declaração de que a lendária assunção da virgem cristã fora uma inovação mariolátrica, forjada pelo clero ad hoc, para tornar aceitável no código de crenças do cristianismo a apropriação (via sincretismo) da antiga crença pagã da “Rainha do Céu”. Nota ainda o autor que era exatamente a 15 de agosto que era comemorada a festa da deusa Astréia, na conjunção astronômica do signo da virgem com o sol, de modo que a assunção de Maria poderia ser interpretada como uma reconstrução simbólica do reencontro entre a Virgem e o Cristo personificado na resplandecente figura alegórica do astro solar ²⁶⁹.

Ainda que este ensino mariológico não viesse a atingir o status de dogma até meados do século XX, O Jornal Batista não poupou críticas em suas primeiras publicações a esta arraigada tradição da Igreja Romana, que festejava aos 15 de agosto, com pomposas ornamentações e extravasamento devocional, a assunção mariana - crença a qual os redatores deste periódico protestante se referiam em seus artigos como uma lenda apócrifa herética. A sua linha de contestação alicerçava-se no mesmo princípio teológico por meio

²⁶⁹ SALGADO, Heliodoro. **O Culto da Immaculada**: estudos críticos e históricos sobre a mariolatria. Porto: Livraria Chardron, 1905. p. 218-219.

do qual haviam objetado o dogma da imaculada concepção, estando convencidos de que Maria sofrera a morte física porque pertencia à raça humana condenada à desintegração da carne pelo pecado – e seguindo este raciocínio, pontuavam que Jesus, por outro lado, sendo Deus em essência, morrera em expiação para libertar esta mesma raça da morte eterna: “*Se ela fosse imaculada também seria Deus; não podia morrer. Para ela ser imaculada e não morrer, necessitava de ter duas naturezas como Jesus, uma divina e outra humana; viria do céu, como Ele*”²⁷⁰. Outrossim a denominação batista via na assunção um ponto de doutrina improcedente, porque consistia na derivação dos dogmas da imaculada concepção e da virgindade perpétua de Maria, e a exegese protestante classificava ambas as formulações teológicas da mariologia católica como inconsistentes mediante o paradigma bíblico, justificando que essas construções doutrinárias haviam sido erigidas sobre o duvidoso terreno da literatura apócrifa.

Tanto o Jornal Batista quanto os outros órgãos de imprensa porta-vozes do pensamento teológico das comunidades evangélicas brasileiras, exteriorizavam em suas páginas o temor de que, à semelhança do fato ocorrido com a festa medieval da imaculada concepção, o mesmo tipo de “raciocínio especulativo” que convertera em proposição de fé a opinião do imaculatismo, pudesse vir a desencadear em um futuro iminente o processo de dogmatização da crença na assunção de Maria. No artigo dado a público em 10/03/1905, o autor repele a iniciativa de alguns membros do clero lusófono que já haviam verbalizado na imprensa a sua posição favorável à homologação da doutrina da assunção; e replicando uma matéria que havia sido publicada no jornal católico “O Mensageiro da fé”, os batistas exprimem peremptoriamente o seu ponto de vista contrário: consoante essa interpretação, o transporte glorificador do corpo de Maria para a eternidade era um evento lendário

²⁷⁰ BARRETO, Archimínia. Maria é Deusa? Como é Imaculada e Adorada? **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 30 de out. 1905, p. 7 (191).

perpetuado pela tradição eclesiástica, cujo recalque incidia no grave erro de parodiar e apoucar a sagrada ressurreição e ascensão de Jesus - a jubilosa e completa vitória sobre os grilhões da morte pertencia meritória e exclusivamente ao Cristo, cuja expiação na cruz consumaria em um tempo messiânico vindouro, a análoga ressurreição dos cristãos em corpo e alma.

Entretanto diz o arcebispo de Évora:

<<Que o Santo Padre se digne consagrar solemnemente o mundo inteiro á Virgem Santíssima debaixo do titulo de Rainha do Universo>>. E accrescenta: <<Quando se realizarem estes desejos do povo christão, quando a Assumpção de Maria ao céu em corpo e alma for um dogma da fé divina, então estará consummada na terra a suprema glorificação de Maria>> (Mensajeiro da Fé, 25 de setembro de 1904).

Que lhe falta pois para ser igual a Deus ou mais do que Elle?

A igreja necessita de Jesus para ser salva. Os Cesares salvavam-se por Júpiter, os papas por Maria. Ficará Nosso Senhor Jesus Christo, para salvar os christãos que protestam contra doutrina tão contraria ás Escripuras Sagradas. Eis pois em que se firma a igreja romana para a sua salvação. Elevar Maria, glorifical-a, exaltal-a solemnemente, e fazer desapparecer totalmente da terra o sacrificio do Calvário, annuciado quatro mil annos, pelos prophetas, e realisado há dois mil annos pelo Filho de Deus, o único Salvador, com duas naturezas, uma divina para salvar, e outra humana para pagar os peccados da humanidade, em cujo numero se acha Maria...²⁷¹ (JB, 10 mar. 1905, grifo nosso).

O silêncio absoluto da Bíblia no que concerne à assunção de Maria era para a confissão batista o argumento mais eloquente que os exegetas evangélicos poderiam levantar em prol da contestação desta doutrina; haja vista que, em sua opinião, seria impensável que um acontecimento de tamanha transcendência tivesse passado incógnito nos relatos dos apóstolos, os quais haviam testificado no Novo Testamento com riqueza de detalhes os eventos milagrosos que circundaram a ascensão de Cristo aos céus. O Jornal batista persistia na versão partilhada por outras escolas do pensamento teológico protestante de

²⁷¹ BARRETO, Archimínia. Ave Maria, *Gratia Plena*. O **Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 10 de mar. 1905, p. 2 (42).

que a assunção era uma lenda mariana fantasiosa, formulada a partir da narrativa ficcional do livro apócrifo da “Dormição e o trânsito de Maria”.

De acordo com a postura crítica do Jornal, as tradições apócrifas nas quais se baseava esta crença eram comprovadamente contraditórias: os textos do livro mencionado teriam sido redigidos em uma linguagem que não se harmonizava com as características lingüísticas dos evangelhos canônicos (estima-se que tenham sido escritos por volta do século III); o livro manteve-se na categoria de “apócrifo” não tendo em nenhuma época sido incorporado à tradição escritural canônica da Igreja; e o suposto evento da assunção não aparece registrado nos testemunhos dos doutores da Igreja senão após o quinto século. Concluem os batistas perante estes fatos que os argumentos conciliatórios da Igreja Romana em favor da corroboração deste ensino mariológico são argumentos de conveniência (afinal se o corpo da Virgem Maria conhecesse a corrupção, ficaria comprometida a crença na veracidade da sua imaculada conceição...).

Por último, o articulista dos artigos arrolados abaixo sublinha com ironia que, na literatura apócrifa concernente a assunção, sobressaem-se as minúcias de episódios fabulosos que contém suposições inverossímeis e até pueris, as quais não se coadunavam com o cunho de seriedade e autenticidade que os diferenciava dos cânones bíblicos (como é o caso dos eflúvios perfumados que exalavam das vestes sepulcrais de Maria... e os três dias de incessantes cânticos com que os anjos e os apóstolos teriam se regojizado mediante o seu transporte espetaculoso). Acima de tudo, os batistas recusavam a festividade da assunção por considerá-la a manifestação de uma devoção supersticiosa presa a uma tradição obscura, por que descontextualizada do legado escritural bíblico – na mentalidade batista, a assunção corpórea de Maria aos céus não era unicamente um despautério, mas também um

lamentável indício de que predominava, na Igreja Romana, a índole mariolátrica; e a iminência da proposição desta doutrina como dogma, despertava na imprensa batista o espírito crítico contra a aclamação pública do ensinamento o qual pressupunham que haveria de se tornar o clímax do fenômeno idolátrico da divinização de Maria.

Ainda voltamos ao assumpto de Maria Immaculada e Mãe de Deus da egreja romana, embora queira o sr. C.M fazer crer que são moinhos de vento que combatemos.

D. Quixote póde ser chamada a loucura de quem tem coragem de publicar que Maria, como Jesus, ressuscitou ao terceiro dia depois de sua morte, que suas roupas foram encontradas no sepulchro, e d'ella se evolavam deliciosos perfumes, e que seu corpo foi transportado á sepultura ao som dos alegres cantos dos anjos e dos apóstolos, e durante tres dias inteiros se ouviram sem cessar melodias celestes.

Que o corpo de Maria não foi entregue aos vermes, mas que resuscitou glorioso como o Filho de Deus, e foi levada aos céos, onde foi coroada rainha dos anjos e dos homens!!! [...]

[...] Estroinice é dizer-se que o corpo de Maria não foi entregue aos vermes, mas que ao terceiro dia depois de sua morte os apóstolos foram ao sepulchro venerar esse corpo em que Deus habitara, mas só encontraram as roupas <<donde se evolavam perfumes deliciosos>>, exaltando por essa invenção, mais a Maria do que a Christo como Deus; por ventura o lenço e o lençol encontrados no sepulchro de Jesus exalaram deliciosos perfumes como as roupas de Maria?

Estroinice é substituir o Christianismo pela religião de Maria, concorrendo para idolatria e impiedade... A egreja de Roma adorando uma mulher e dando-lhe os títulos distinctivos de Senhora misericordiosa, e outros dos quaes fallaremos, titulos que só pertencem a Deus²⁷².

A “Santíssima mãe de Deus” católica é a bem-aventurada mãe de Jesus no Protestantismo; e como o ponto de partida para a formulação destas opiniões discordantes entre catolicismo e protestantismo concernentes ao polêmico dogma mariológico definido no século XIX, localizamos na historiografia uma remota discussão teológica processada na Antigüidade cristã. A compreensão acerca da posição que Maria ocupa na dogmática da Igreja Católica contemporânea, implica o exame do conteúdo teológico dos credos redigidos nos Concílios

²⁷² BARRETO, Archiminia. Cobrir os Ceos com os Dedos ou A Immaculada Conceição da Mãe de Deus. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 30 set. 1905, pp. 2 (170), 3 (171).

Niceno-Constantinoplano do século IV (e posteriormente, no século V, nos Concílios de Éfeso e da Calcedônia), que foram determinantes no processo de formulação do código mariano no catolicismo, os quais remontam em suas raízes longínquas uma questão de suma importância para a composição de sua dogmática: a proposição teológica acerca da natureza de Cristo, que foi definida pela ortodoxia da Igreja, em face às heresias suscitadas pelo arianismo, pelo nestorianismo e pelo monofisismo (movimentos que à época dos Concílios mencionados questionavam aspectos cruciais dos ensinamentos canônicos sobre a Trindade)²⁷³.

Mediante a necessidade de condenar as posturas heréticas do arianismo que negavam a preexistência de Cristo antes de sua encarnação na história da humanidade, o Concílio de Nicéia havia decretado: <<E a quantos dizem, antes de nascer Ele não era... bem como a quantos alegam ser o Filho de Deus de outra substância ou essência... a todos, a Igreja Católica e Apostólica anathematiza>>²⁷⁴. Ainda com o propósito de precisar a doutrina oficial da Igreja sobre a dupla natureza de Cristo (a união hipostática entre a sua natureza divina criada com a sua natureza humana carnal), o Concílio de Constantinopla havia explicitado que Jesus havia sido gerado consubstancialmente por Deus-Pai, antes da fundação dos séculos, desde toda a eternidade; e havia enfatizado que fora nascido no tempo da história humana, através da co-participação da Virgem Maria. – “... desceu dos céus, foi feito carne do Espírito Santo e da Virgem Maria, e tornou-se homem...”²⁷⁵.

²⁷³ TAKATSU, Sumiu. Dogmas Mariológicos e Suas Implicações. In: SIMPÓSIO SOBRE CATOLICISMO ROMANO, 1962, São Paulo, **O catolicismo Romano – um simpósio protestante**. São Paulo: Aste, 1962. p.122.

²⁷⁴ CASIMIRO, Arival Dias. **O Discurso Protestante Reformado**:, uma abordagem discursiva do protestantismo brasileiro. São Paulo: SOCEP. p.34.

²⁷⁵ CASIMIRO, Arival Dias. **O Discurso Protestante Reformado**:, uma abordagem discursiva do protestantismo brasileiro. São Paulo: SOCEP. p.36.

No Concílio de Éfeso, sínodo convocado no ano 431 d.C com o intuito de combater a difusão do nestorianismo (o ensino heterodoxo que reconhecia em Jesus duas naturezas distintas e independentes), a assembléia episcopal conferira à Maria o epíteto honorífico de Theotókos, que significa “aquela que deu à luz Deus”, ou resumidamente, “Mãe de Deus”. Novamente em 451 d.C, na elaboração do credo da Calcedônia, o cognome Theotókos foi solenemente pronunciado, visando a pôr termo decisivo tanto às correntes que tendiam a reconhecer em Cristo apenas uma semi-divindade (um ser sobrenaturalmente dotado de dons admiráveis), quanto aos defensores do monofisismo, que julgava estar a sua natureza humana inteiramente diluída em sua divindade ²⁷⁶. Foi no contexto da inadiável necessidade de confirmação da essência do pensamento teológico ortodoxo acerca da natureza de Jesus, que o termo “Mãe de Deus” teria sido cunhado:

[...] nosso Senhor Jesus Cristo, o qual é perfeito em divindade e perfeito e perfeito em humanidade... semelhante a nós em tudo, porém sem pecado; gerado pelo Pai antes dos séculos de acordo com a divindade, e nos últimos dias, por nós e nossa salvação, da Virgem Maria, mãe de Deus << Theotókos >>, segundo a humanidade ²⁷⁷.

A adjetivação benemérita Theotókos empregada pelo Concílio Ecumênico da Calcedônia, (a qual atribui à dignidade de Maria este título de grande reverência), é descrita pela literatura protestante como uma resolução que tencionava em princípio resguardar, de maneira perspicua e inequívoca, o ensino cristológico autorizado pela Igreja. O credo da Calcedônia declarava a dupla natureza do Salvador: o Logos, ou o Verbo de Deus, que assumiu a forma humana no plano da redenção coexistindo com a humanidade, através da intervenção sobrenatural do Espírito Santo, e por intermédio da colaboração da Virgem Maria. Esta doutrina cristológica viria a ser professada, posteriormente, pela maioria das

²⁷⁶ TAKATSU, Sumiu. Dogmas Mariológicos e Suas Implicações. In: SIMPÓSIO SOBRE CATOLICISMO ROMANO, 1962, São Paulo, **O catolicismo Romano – um simpósio protestante**. São Paulo: Aste, 1962. p.123.

²⁷⁷ CASIMIRO, Arival Dias, op cit., loc.cit.

correntes do cristianismo inclusive pelo protestantismo; entretanto, as implicações da designação Theotókos na conformação da mariologia católica, são apontadas criticamente pelos diversos segmentos das igrejas reformadas.

Os teólogos protestantes contemporâneos à decretação do dogma da Imaculada Conceição foram veementes ao ressaltar que, embora a utilização do adjetivo “Mãe de Deus” primordialmente tenha se destinado a salvaguardar a Igreja das concepções errôneas sobre a pessoa de Cristo; ocorrera que, na evolução do pensamento teológico da Igreja Romana através dos séculos, as múltiplas re-interpretações impróprias derivativas do seu significado original, teriam dado ensejo ao que consideravam uma excessiva e injustificável glorificação de Maria – de tal forma que o culto mariano que se instalara nas suas práticas litúrgicas teria disseminado o germe da “idolatria”, que se propagara em diversas crenças e devoções supersticiosas respeitante à Virgem. Os críticos protestantes da doutrina mariológica da Imaculada Conceição alegavam que este dogma constituía o ápice da culminância de um conjunto de assertivas apologéticas da Virgem Maria, as quais contrastavam não somente com os ensinamentos bíblicos a respeito da pessoa de Maria, mas também que não encontrava precedentes para a sua justificação na teologia preconizada pela própria Patrística da Igreja.

Segundo a historiografia protestante, a primeira manifestação da propensão do catolicismo à veneração da figura de Maria deu-se quando a Igreja designou-a “Theotókos”, e este fato teria sido ocasionado mais em decorrência do seu intento de ressaltar a plenitude da encarnação do Filho unigênito de Deus, do que propriamente da intenção consciente de elevar, ou mesmo de definir, o status da mãe de Cristo. Porém, o cerne das críticas do protestantismo a este conceito da maternidade divina expresso no termo “Mãe de Deus”

reside no fato de que acusam a teologia romana de lhe ter imprimido um novo sentido, que não foi aquele denotado inicialmente, na ocasião do seu pronunciamento no credo da Calcedônia. O âmago da polêmica subsiste em torno da alegação protestante de que a mariologia católica não teria se contentado em admitir o caráter sobrenatural e honroso da vocação da Virgem Maria em sua consagração ao serviço de Deus; mas teria equivocadamente, a posteriori, concebido uma série de especulações sobre a natureza da sua pessoa e do papel que a Mãe de Cristo exerceria na obra da salvação.

Na mariologia romana, a “Mãe de Deus” é um ente que possuiu ubiqüidade em várias dimensões do pensamento teológico, já que na discursiva da exegese eclesiástica deduziu-se, por “inferências lógicas” (segundo os padres), a confissão de que “Jesus nasceu da Virgem Maria, o Cristo é Deus, logo Maria é <<Mãe de Deus>>” (e este raciocínio teológico apresenta maior complexidade porque encerra o pressuposto de que o Logos ou Verbo Divino foi revestido de um corpo carnal gerado segundo a humanidade de sua mãe)²⁷⁸. De acordo com a explicação da teologia católica, em tese, Theotókos teria passado a simbolizar a posição da Virgem Maria nos pináculos da hierarquia celeste com o claro objetivo de glorificar a Deus pela sua obra de redenção do gênero humano, e com a finalidade suprema de confirmar a fé dos fiéis no Redentor. Não obstante, o preceito da maternidade divina tal como é preconizado pela Igreja Católica, é freqüentemente questionado pelo protestantismo, na medida em que analogamente ao ensino da união inseparável das duas naturezas de Jesus determinada pelos desígnios da Providência, a mariologia romana também apregoa que a experiência sobrenatural da encarnação de Jesus no ventre de sua mãe proporcionara à Maria um tipo de união indissociável com o Logos o

²⁷⁸ “Quando, porém, chegou a plenitude dos tempos, enviou Deus seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção filial” (Gálatas 4:4). Gálatas. Português. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 2035. Nova edição, revista e ampliada. Bíblia. N.T.

qual, infundindo-lhe um caráter eminentemente sagrado, teria a engrandecido acima do status ordinário inerente à condição humana²⁷⁹.

Na teologia do catolicismo romano, “Santa Maria Mãe de Deus” é retratada como o ser mais sublime da criação - a criatura mais intimamente associada à Cristo no plano da salvação - é o modelo humano mais perfeito em santidade, e é venerada pelo seu testemunho de fé e abnegação, de total entrega ao serviço de Deus – “... por essa consagração e com o auxílio especial da Imaculada Conceição <<ela atraiu o Filho de Deus ao seu seio>>” ²⁸⁰. Na perspectiva da mariologia católica, a Mãe de Jesus é cooperadora ativa na obra da redenção, e em virtude de sua imaculada concepção com vistas à sua maternidade divina, possui dignidade congruente com a missão redentora de seu Filho: Maria é co-agente e intercessora porque está harmoniosamente relacionada com Ele no cumprimento dos propósitos divinos, figurando como uma medianeira de todas as graças entre a humanidade e o Salvador²⁸¹.

O Jornal Batista, ao discutir o dogma contemporâneo da imaculada Conceição buscou transmitir informações a seu público relacionadas ao desenvolvimento do culto mariano em uma perspectiva histórica, imprimindo em sua narrativa um forte cunho crítico presente em sua visão particular deste processo, na proporção em que resenhou didaticamente uma gama de conceitos teológicos relativos à mariologia católica, marcando sempre como

²⁷⁹ No catolicismo a presença de Maria é a de quem está unida a Cristo no plano da salvação de maneira inigualável. Segundo, Scheeben, ela não foi associada ao Filho somente como “a terra de onde foi tirado o <<novo Adão>>, ela é ao lado de Cristo a <<nova Eva>> e forma com Ele a coroa da ordem sobrenatural, e pela sua atividade constitui uma parte íntima na obra da redenção”. SCHEEBEN, M.J. **A Mãe do Senhor**. Lisboa: Áster, 1960. p. 8.

²⁸⁰ ibidem, p.89.

²⁸¹ TAKATSU, Sumiu. Dogmas Mariológicos e Suas Implicações. In: SIMPÓSIO SOBRE CATOLICISMO ROMANO, 1962, São Paulo, **O catolicismo Romano – um simpósio protestante**. São Paulo: Aste, 1962. p.129.

referencial teórico o posicionamento doutrinário das igrejas evangélicas (mais precisamente o conjunto de princípios exegéticos observados pela hermenêutica protestante). Nos artigos em que discorria sobre variados aspectos da mariologia romana o Jornal batista assinalou a consagração de Maria como “mãe de Deus” pelo Concílio de Éfeso como ponto de partida para o fomento dentro do catolicismo de um tipo de veneração despropositada pela mãe de Jesus, conceituando esta forma de devoção como sacrílega porque a avaliaram como um culto idólatra desautorizado pela Bíblia.

O silogismo esboçado inicialmente durante o Concílio de Éfeso <<Maria é mãe de Jesus Cristo, Jesus Cristo é Deus, logo Maria é mãe de Deus>>, quando Maria foi pela primeira vez aclamada com a insígnia Theotókos (em latim, “Genetrix Dei”), teria servido na opinião dos batistas como o pedestal para a construção do desproporcionado edifício mariológico, estruturando uma das principais colunas de sustentação do rito católico-romano sob uma falsa premissa teológica. Na percepção protestante, a persona grata de Maria a mulher agraciada por Deus, eleita em sua cândida simplicidade para dar à luz do Salvador do mundo, fora submetida no curso da história pela Igreja Romana ao descabido processamento de uma série de inovações doutrinárias subjacentes ao título Theotókos que foram indevidamente implicadas a sua pessoa, concorrendo para que ela viesse a ser cultuada no catolicismo ao par com a divindade. Conforme a explicação dos pregadores evangélicos, o culto mariano prescindia de uma sólida base teológica para que a sua credibilidade pudesse resistir incólume à rigorosa apuração da crítica bíblico-histórica empreendida pelos protestantes e livre-pensadores; e por isso, o clero teria incutido na mentalidade religiosa dos povos católicos um enganoso juízo acerca da mãe de Jesus, usando de sagacidade para impingir na alma do devoto um enternecimento exagerado que se cristalizara no imaginário popular pela fixação da imagem maternal e compassiva da

Virgem Maria, valendo-se do silogismo “Mãe de Deus” para convencer os fiéis de que quem adorava a Deus deveria também render culto a sua mãe.

Os protestantes entendiam que o fundamento da maternidade divina previsto em Theotókos alimentara por séculos, pelo viés do laço de afetividade materno-filial, a veneração mariana; e este conceito atingira um grau tão superior de apelo sentimental no catolicismo, que o culto católico tornara-se “mariocêntrico”. O lema mariológico do catolicismo romano <<quem adora o Filho, venera a sua mãe>> foi sistematicamente combatido pelo Jornal Batista que rejeitava o difundido uso da expressão católica “Mãe de Deus”, porque a classificava como um termo contraditório - “anti-bíblico” - incompatível com o princípio teológico de que Deus é coexistente com o tempo transcendente da eternidade, não admitindo a noção de que fora gerado por uma matriz materna, sendo Ele exclusivamente o Criador de todas as coisas. Na prédica batista, Maria não deveria ser chamada “Mãe de Deus” em razão de ela ser no repositório mariológico das igrejas reformadas apenas a honrada mãe da natureza humana de Cristo, enquanto que na substância metafísica de sua divindade, ou no sentido de sua filiação espiritual, Jesus é o único Ser vivente coeterno com Deus-Pai.

E também: “Na versão das orações adoptadas por S. Severino, sucessor de São Marcos, encontra-se uma concebida nestes termos, muito conhecidos dos fieis: *A paz seja comvosco, ó Maria cheia de graça; o Senhor é comvosco; bem dita sois vós entre as mulheres, e bendito é o fructo do vosso ventre, Jesus: Santa Maria, Mãe de Deus, rogae por nós, peccadores*”. E, diz mais o auctor da calúnia desfeita, publicada no Mensageiro da Fé, de 8 de Dezembro do anno p.p, que apesar d’isso a heresia protestante atreveu-se a sustentar ainda que o culto de Maria nasceu no Concilio de Epheso, celebrado a 22 de junho do anno 431 da era christã. Não sabemos que mais admirar: se a idolatria papal, ou o arrojo com que os idolatras querem provar que a idolatria é religião, e que os que protestam contra ella são heréticos...Que surpreza nos póde causar a Roma papal com a sua teimosia pagã de uma deusa immaculada, que veio salvar o mundo, igual a Deus, ou antes, maior do que Deus, porquanto sendo ella mãe de Deus, está acima do Filho! É lógico também, que sendo ella Mãe de Deus, existisse primeiro, e se

Deus creou o mundo foi por ordem e consentimento della; e assim é muito coherente a egreja romana cantar no officio da Virgem: “Sois mãe Creadora dos mortaes viventes: Sois dos santos, porta. Dos anjos, Senhora”²⁸² (JB, 10 mar. 1905, grifo do autor).

Maria foi gerada da humanidade, é humana: não veio do céu como Jesus; teve pae e mãe humanos. Jesus, porém, tem pae divino que é Deus, e teve mãe humana sujeita à morte, que é Maria. Teve portanto duas naturezas: uma divina do céu, e outra humana, da terra. A divina recebeu de Deus, e a humana de Maria: portanto, ella é mãe de Jesus em quanto homem, e não pode ser mãe de Deus, porque Deus não foi gerado; subsiste por si mesmo... Em presença da Palavra de Deus, Maria creada por Elle, póde ser mãe de Deus? Isto é um contrasenso. Logo, Jesus como Deus não tem mãe. E a mesma doutrina romana em suas cartilhas e cathecismos tem estas perguntas e respostas:

<<P. Quantas naturezas tem Christo? R. Duas: Uma divina, outra humana.

P. D`onde tem a natureza divina? R. Do Pae Eterno.

P. E a humana? R. Da Virgem Maria.

P. Christo emquanto Deus tem pae, ou tem mãe? R. *Emquanto Deus tem Pae, e não tem mãe. Emquanto homem, tem mãe e não tem pae.*

P. Quem é o Pae, e a mãe de Christo? R. O pae é o Padre Eterno, e a mãe é a Virgem Maria>>²⁸³ (JB, 30. jun. 1905, grifo do autor).

Na série de artigos através da qual o Jornal Batista irradiou a sua opinião crítica sobre a mariologia romana, os redatores deste periódico também procuraram refutar a idéia corrente no meio católico de que os evangélicos eram “inimigos da Virgem Maria”, de modo que buscaram demonstrar explicitamente aos seus interlocutores, por meio da articulação de uma longa cadeia de argumentos desenvolvidos em defesa da postura protestante, que a mãe de Jesus ao contrário da acusação que lhe infligira o clero era tributária de grande honra e estima no reduto do protestantismo. Os batistas pretenderam clarificar pontualmente os fundamentos teológicos em que se esteava a sua atitude crítica para com o culto mariano sem, contudo, deixar de destacar que o conteúdo doutrinário de seus diversos apontamentos sobre as devoções marianas não comportava qualquer

²⁸² BARRETO, Archiminia. Ave, Maria, Gratia Plena. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 10 mar. 1905, p. 2 (42).

²⁸³ _____. Cobrir os Ceos com os Dedos ou A Immaculada Conceição da Mãe de Deus. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 30 jun. 1905, p. 3 (123).

resquíio de hostilidade para com aquela que descreveram como a mais bendita entre as mulheres, que fora incumbida da sublime missão de conceber o Salvador.

No entanto, os articulistas do Jornal admitiram ser uma tarefa desafiadora para a imprensa protestante em geral promover uma campanha de divulgação que veiculasse a uma larga audiência de formação católica o enquadramento crítico a que o sentimento extremado de veneração a nossa senhora, tão arraigado na cultura religiosa da nação, estava condicionado no pensamento evangélico. Longe de proferir palavras derogatórias que viessem a menoscar de alguma maneira a honrosa vocação maternal de Maria, os batistas alegavam que a sua motivação principal ao esmiuçar esta polémica temática no Jornal era alertar a população brasileira sobre a disparidade do fervor mariano dentro do sistema religioso do catolicismo – um tipo de louvação que, em sua compreensão, fora um artifício estrategicamente indulgido pelo clero, e chegava a rivalizar com o sentimento de adoração que deveria ser direcionado somente a Deus. Ciosos na observância do ensinamento bíblico de que Jesus deveria ter preeminência em todas as coisas, os batistas se mostraram dispostos a protestar energicamente contra o culto mariano o qual julgavam, ainda que belo em caráter e ofício, uma prática religiosa idólatra que tendia a arrebatar para a sua mãe a glória que cabia exclusivamente a Cristo.

Mas, analysemos rapidamente a publicação acintosa de fr. Maximo: diz ella: <<Demonstraremos aos nossos inimigos e inimigos de Maria Santíssima>>. Na sentença que damos em grypho ha um manifesto equivoco que precisamos deslindar. Se Maria Santíssima é a bem dita mãe do divino Mestre Jesus, certamente fr. Maximo nos calumnia quando affirma que somos seus inimigos. A nossa attitude para com a bem dita mãe de Jesus é do maximo respeito e não lhe tributamos menos amor e respeito do que lhe tributaram os santos apóstolos. Reppelimos de facto a adoração a ella e o attributo de Santissima porque isso só pertence a Deus, mas damo-lhe o attributo que lhe deu o anjo Gabriel ao saudal-a por ser escolhida mãe do Messias; e esse attributo é de – Bemaventurada. Só a Igreja apostata descobriu que a Virgem fosse Santissima, pois ella mesma não sabia disso; pois se o soubesse não diria <<o meu espírito se alegra em Deus meu Salvador>>. Ora, se ella fosse Santissima não precisaria de Salvador; só os peccadores precisam de Salvador: ella julgava-se

peccadora e quando o anjo lhe annunciou que em seu ventre se geraria o Redemptor, isto é, Deus mesmo se faria carne para redimir a humanidade, ella ouvindo isso creu e alegrou-se confiando nesse Deus que em seu próprio ventre tomaria a forma de peccador, para limpar a sua alma do peccado, como as de todos que assim como ella cressem n'Elle²⁸⁴ (JB, 20 ago. 1904, grifo nosso).

Na concepção evangélica, Maria não possuía dons extraordinários que a elevassem ao nível do sobrenatural, porém, apesar de ter sido concebida em pecado como qualquer outro descendente da linhagem adâmica, era uma crente de moral ilibada, uma mulher santa e uma grande heroína da fé. Para que se fizesse um julgamento fidedigno da exata identidade espiritual de Maria, o Jornal Batista recomendava em seus artigos que era imprescindível aos seus leitores que se voltassem às Escrituras Sagradas para ajustá-la ao modelo exemplar de piedade e inteira consagração ao serviço divino com que lhe retrata a Bíblia, salientando que os teólogos protestantes declaravam indubitavelmente que a infinita sabedoria do Criador não permitiria que seu Filho unigênito viesse ao mundo entregue aos cuidados de uma mãe que não se pautasse por uma inquebrantável fidelidade na consecução de seu chamado sagrado. Segundo a narrativa do Jornal Batista, com uma singular disposição, Maria teria desde a mais tenra idade se devotado ao cumprimento da vontade de Deus, tornando-se digna da incomensurável graça que lhe sobreveio na anunciação de sua maternidade providencial; e, por isso, a sua prima santa Isabel, mãe de João Batista, teria profetizado a seu respeito <<Bem-aventurada tu que creste, por que se hão de cumprir coisas da parte do Senhor que te foram ditas>>, e a própria Virgem Maria inspirada pelo Espírito Santo teria exclamado profeticamente sobre si mesma: <<Doravante, todas as gerações me chamarão de bem-aventurada, pois o Todo Poderoso fez grandes coisas em meu favor>>. Na definição do Jornal Batista, grandiosa fora a bem-aventurança de Maria ao ser escolhida entre todas as mulheres para ser a mãe de Jesus, admirável o seu mérito pessoal de ter crido nas promessas celestiais e de ter colocado a sua

²⁸⁴ T.R.T. Atenção. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 20 ago. 1904, p. 6 (166).

fé em prática por meio de uma irrestrita obediência à Palavra de Deus; entretanto, acreditavam que embora ela devesse ser honrada através dos séculos como a bem-aventurada mãe de Cristo, o culto rendido em seu louvor no rito católico enquanto dispenseira das graças divinas era uma ato devocional injustificável mediante a declaração bíblica de que só há um único redentor e mediador entre Deus e os homens: Jesus em quem os fiéis deveriam depositar toda a sua fé como Salvador.

A maternidade de Maria não tem influencia alguma para nossa salvação... Está claro que a encarnação de Jesus é obra de Deus e não da creatura. Maria era virgem, e guardou em seu ventre o que de Deus recebeu. Se guardarmos em uma caixa de marfim um diamante, retirando-o depois da caixa, não ficará sendo ella diamante. O mesmo sucedeu a Maria. É humana: teve um Deus em seu ventre: continuou a ser humana depois do nascimento d'Este... Deus não a fez divina, mas deu-lhe um Salvador. Ella creu na mensagem de Deus, e como serva obediente sujeitou-se á Sua Santa vontade, mesmo em risco de ser apedrejada como adúltera, pois não era casada e estava sob a lei judaica. **Eis a bem-aventurança de Maria: creu, como lhe disse santa Isabel:<<Bemaventurada tu que crestes, pois se hão de cumprir da parte de Deus as coisas que te foram ditas>>. Lucas 1:45. Bemaventurada não é ser divina, e os que dizem que Maria é divina, equalam a criatura ao seu Creador, ao Deus bendito por todos os séculos. Não tornaremos mais ao assumpto de Maria Imaculada e Mãe de Deus, emquanto a Igreja romana não nos provar pelas Escripturas Sagradas a sua divindade: incorrendo ao peccado de idolatria perante a Palavra de Deus se assim o não fizer**²⁸⁵ (JB, 30 out. 1905, grifo nosso).

²⁸⁵ BARRETO, Archiminia Barreto. Maria é Deusa? Como é Immaculada e Adorada? **O Jornal Batista**, 30 out. 1905, p. 7 (191).

5 OS DECRETOS DO SYLLABUS E AS CRÍTICAS DO JORNAL BATISTA AO “JESUITISMO”.

Há incompatibilidade absoluta entre a profissão de fé ultramontana e as instituições modernas, os direitos civis do indivíduo no seio do estado, a paz, a liberdade, o progresso cristão (Ruy Barbosa).

Sob qualquer ponto de vista, o século XIX deixou-se sobremodo assinalado por seus prodígios acontecimentos. Foi um século de revoluções e guerras, pois houve nada menos que 18 tremendas campanhas militares... Foi um século de inventos por demais numerosos... Foi um século de grande progressão moral, pois durante elle foi abolida a Santa Inquisição; e o papa perdeu o poder temporal; e fundaram-se sociedades para pregar o Evangelho no estrangeiro e dissimular as Escrituras sagradas em paizes longínquos. (O Jornal Batista, 10 de janeiro de 1901).

Dez anos depois da expedição da Bula Ineffabilis Deus no ano de 1854, o Papa Pio IX, promulgou a Encíclica Quanta Cura (1864) e o seu polêmico apêndice, o silabo de erros, documentos através dos quais, o Vaticano exprime categoricamente a condenação da premissa da liberdade de consciência religiosa e o princípio da separação entre o Estado e a Igreja (idéias defendidas com ardor pelo movimento protestante em geral); valendo-se do argumento de que a hierarquia da Igreja detinha a prerrogativa de suprema jurisdição eclesiástica em países de procedência católica, repelindo as leis que asseguravam nestas nações a liberdade de culto. Lançando-se do direito canônico e proclamando a excelência do magistério soberano da Igreja Romana (figura de expressão que, por antonomásia, faz menção ao caráter ilimitado do poder papal), o documento afirma a prevalência da ordem

religiosa sobre o poder temporal. Os protestantes receberam a Encíclica Quanta Cura e os oitenta artigos condenatórios do Silabo como um manifesto reacionário de um “catolicismo medieval” que entrincheirado no ultramontanismo, convulsionava-se diante de algumas das mais valiosas conquistas da civilização moderna: as benéficas aquisições jurídicas do cidadão na área civil e no terreno político, a obtenção das liberdades religiosas e outros avanços sociais alcançados rumo ao progresso.

Estas asseverações doutrinárias, sob diversos pontos de vistas, incompatibilizavam-se com a ideologia liberal e com o ideário protestante; especificamente na esfera religiosa, estava em contradição com pontos fundamentais da profissão de fé evangélica, fazendo recrudescer, agora em um novo contexto sócio-histórico, as antigas disputas teológicas entre a Igreja católica e as Igrejas reformadas. No clássico da literatura protestante brasileira “O Problema Religioso da América Latina (um estudo dogmático-histórico)”²⁸⁶, o pastor presbiteriano Eduardo Carlos Pereira, faz algumas intervenções críticas acerca de cada uma das proscricções do Silabo que enumeraremos abaixo (vale sublinhar que, em uma lógica inversa à afirmação declamada, quando o Silabo assente, está declarando oficialmente a negativa da sentença introduzida). Sobre a sentença condenatória do Silabo de número quinze 15 - “É livre a qualquer um abraçar e professar aquela religião que ele, guiado pela luz da razão, julgar verdadeira”²⁸⁷ – a qual contestava o direito à liberdade de consciência religiosa, o reverendo Eduardo Carlos Pereira objeta: “Aqui condena Pio XIX, órgão infalível da Igreja, o direito de cada um, guiado pela própria razão, de abraçar e

²⁸⁶ PEREIRA, Carlos Eduardo. **O Problema Religioso da América Latina**. São Paulo: Livraria Independente Editora, 1920. p. 272-275.

²⁸⁷ MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Silabo Parágrafo III. Indiferentismo, Latitudinarismo. Artigo número de 15, Vaticano, 1864, Papa Pio IX. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=silabo&lang=bra>. Acesso em: 10 out.. 2006

professar a religião que julgar verdadeira. - Estigmatiza, pois, a mais bela das liberdades: a liberdade de consciência”²⁸⁸.

Os textos dos artigos 78,79 e 80 do Silabo versavam sob a “ilegitimidade” dos atos de restrição às prerrogativas do principado civil e religioso do Pontífice Romano, impostas pelos governos seculares que regulamentaram, na legislação dos países onde o catolicismo ainda permanecia como religião de Estado, a oficialização das manifestações religiosas de outras procedências. O pastor Eduardo Carlos Pereira condensa em seus comentários reproduzidos abaixo, as opiniões críticas que se formaram em torno desta postura fortemente conservadora do catolicismo ultramontano, na ambiência religiosa brasileira, deixando a autor destacado o descontentamento não somente dos grupos protestantes, mas também dos representantes dos segmentos liberais do clero católico²⁸⁹:

Condenam as leis, que garantem em países católicos romanos, a liberdade de culto, e a livre e pública manifestação de opiniões e idéias. - Nesta proposição “se declara dogmaticamente ser um artigo de fé para todo o católico romano a intolerância civil, e ser heresia a liberdade religiosa. Finalmente, lança franca reprovação contra o católico liberal e o ingênuo adepto de outro credo que julgar possível a reconciliação do Pontífice com o progresso, liberalismo e civilização moderna. - Chave de ouro com que Pio XIX fecha o tremendo manifesto dos jesuítas! Foram 80 proposições do Silabo não só um golpe de morte aos católicos liberais, mas um cartel de desafio, lançado à face de todas as conquistas da civilização. Sem nenhuma dúvida, um tal manifesto, assinala flagrantemente os inimigos da sociedade moderna, da liberdade religiosa e da liberdade política.

Sentenças condenatórias referentes aos artigos de número 78, 79,80 do Silabo:

78º Por isso louvavelmente determinaram as leis, em alguns países católicos, que aos que para aí emigram seja lícito o exercício público de qualquer culto próprio. 79º É falso que a liberdade civil de todos os cultos e o pleno poder concedido a todos de manifestarem clara e publicamente as suas opiniões e pensamentos produza corrupção dos

²⁸⁸ PEREIRA, Carlos Eduardo. **O Problema Religioso da América Latina**. São Paulo: Livraria Independente Editora, 1920. p. 273.

²⁸⁹ Ibidem, p. 274-275.

costumes e dos espíritos dos povos, como contribua para a propagação da peste do Indiferentismo. 80º O Pontífice Romano pode e deve conciliar-se e transigir com o progresso, com o Liberalismo e com a Civilização moderna²⁹⁰.

Cabe ainda destacar que no Silabo dos erros modernos, ao movimento protestante é sumariamente imputada sentença de proscricção, como se pode comprovar na assertiva condenatória de número dezoito: “O protestantismo não é senão outra forma da verdadeira religião cristã, na qual se pode agradar a Deus do mesmo modo que na Igreja Católica”²⁹¹. E na enunciação do capítulo IV, quando ao manifestar a sua reprovação das ideologias do socialismo e comunismo, recrimina também a participação de fiéis católicos em associações de caráter filosófico ou religioso que não sigam a ortodoxia ultramontana (sociedades secretas, sociedades bíblicas e sociedades clérigo-liberais). As entidades protestantes dedicadas à divulgação da Bíblia são textualmente rotuladas de pestes: “Estas pestes, muitas vezes, e com palavras gravíssimas, foram reprovadas na encíclica “Qui Pluribus”, de 9 de Novembro de 1846; na alocução “Quibus quantisque”, de 20 de Abril de 1849; na encíclica “Noscitis et Nobiscum”, de 8 de Dezembro de 1849; na alocução “Singulari quadam”, de 9 de Dezembro de 1854; na encíclica “Quanto conficiamur moerore”, de 10 de Agosto de 1863”²⁹².

²⁹⁰ MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Silabo Parágrafo IX. Erros acerca do Principado Civil do Pontífice Romano. Artigos de números 78, 79 e 80. Vaticano, 1864, Papa Pio IX. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=silabo&lang=bra>. Acesso em: 10 out.. 2006

²⁹¹ MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Silabo Parágrafo III. Indiferentismo, Latitudinarismo. Artigo número de 18, Vaticano, 1864, Papa Pio IX. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=silabo&lang=bra>. Acesso em: 10 out.. 2006

²⁹² MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Silabo. Parágrafo IV. Socialismo, Comunismo, Sociedades Secretas, Sociedades Bíblicas, Sociedades Clérigo-Liberaes Vaticano, 1864, Papa Pio IX. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=silabo&lang=bra>. Acesso em: 10 out.. 2006

Ainda sob o signo do Padroado, a orientação intelectual do clero nacional sofrera uma significativa inflexão, quando teve início no país, a era do Catolicismo Ultramontano: o movimento que preconizava o resgate da primazia e incontestada autoridade do apostolado pontifício-romano sobre o magistério universal da Igreja – corrente doutrinária cujo marco de inauguração histórico-institucional em solo brasileiro, é a fundação do Seminário Episcopal de São Paulo, em 1851, pelo Bispo Antônio Joaquim de Melo. Este termo designativo do conjunto de ações reformistas processadas em substituição ao catolicismo tradicional e iluminista, o ultramontanismo, compreende em sua etimologia a fixação de uma expressão cunhada na França como um símbolo da adesão fiel à doutrina assertiva do caráter inquestionável do absoluto poder decisório do Papa em matéria de fé e moral, e mesmo como um poder revestido de equanimidade providencial para ajuizar questões relativas à ordem civil: a palavra ultramontana conota a supervalorização da autoridade do supremo pontífice que subsiste em Roma (para além dos Alpes); e também encerra uma antinomia conceitual de natureza histórica, na medida em que revela uma oposição essencialmente reacionária do catolicismo do século XIX (que se engendrou no processo de restauração institucional, a partir das medidas re-estruturantes tomadas pelo Congresso de Viena, em 1815), contra os danos causados pela torrente impetuosa do relativismo filosófico-religioso da Revolução Francesa, cujo anti-clericalismo se radicalizara a ponto de tornar proverbial o insolente chiste Voltairiano contra a Igreja Católica: *"Ecrasez l'infame"*!²⁹³.

O movimento filosófico do iluminismo exercera sobre a inteligência francesa forte influência gerando ações profundamente transformadoras no âmbito social através do despertar do espírito crítico contestador tanto do status quo quanto da religião católica, dando franco impulso ao contemporâneo processo de secularização das sociedades

²⁹³ GRAY, John. **Voltaire**. São Paulo: UNESP, 1998. p.10.

ocidentais, ao fornecer novas idéias que visavam à substituição da soberania das autoridades tradicionais pelo “domínio da razão”, quer esta preeminência da faculdade intelectual humana avalista das liberdades individuais resvalasse nas prerrogativas tradicionalmente estabelecidas no campo das ciências, da organização política, da moral, ou da religião. O primado absoluto da razão como o atributo mais valorizado da natureza humana encontrava-se entre os principais temas da propaganda filosófica das luzes, e trouxe no bojo de seu discurso laicizante o elemento propulsor de um amplo movimento de transformação cultural que desvinculou o conhecimento científico de todas as crenças baseadas no testemunho da revelação e no universo conceitual da teologia²⁹⁴.

A questão crucial levantada pela Ilustração era de ordem religiosa porque esta corrente filosófica buscou o total rompimento com o dogma e com a tradição eclesiástica, negando o pecado original e refletindo sobre os anseios da existência humana não mais sob o ângulo da salvação da alma, mas na expectativa da concretização da felicidade terrena. Os filósofos iluministas fizeram apologia da capacidade individual do homem de apreender pelo intelecto as leis que regem o mundo natural e defenderam o seu direito de viver livremente, porém, respeitando os princípios morais inerentes à racionalidade e os preceitos legais reguladores da vida em sociedade. O vislumbre do progresso e o afã filosófico que prognosticava a conquista da felicidade dentro de uma perspectiva secular não excluíram, contudo, a presença da religião como experiência metafísica ou como força de coesão social: o que caracterizou essa época, portanto, como o marco inaugural do advento da “modernidade” teria sido o fato de a fé estar focada nas múltiplas potencialidades da razão humana, dando vazão a uma espécie de “otimismo progressista”,

²⁹⁴ CASSIRER, Ernest. **A Filosofia do Iluminismo**, Campinas: UNICAMP. p.32.

entusiasta das possibilidades de renovação e aperfeiçoamento da ordem das coisas no mundo²⁹⁵.

No ideário iluminista o triunfo da razão em constante progresso foi enaltecido como o atributo mais importante da natureza humana universal, propiciando a reflexão filosófica sobre os caracteres que conformavam a unidade do gênero humano, ao mesmo tempo em que se problematizava a questão da diversidade cultural dos povos posta em uma perspectiva cronológica que focalizava o desenvolvimento histórico das nações – delineou-se conceitualmente a noção de civilização, implicando a idéia de uma humanidade seccionada em diferentes estágios de evolução²⁹⁶. O legado cultural do iluminismo trazia a proposta de ruptura com a religião tradicional e continha em seu cerne a negação de certas premissas nas quais estava assentada a organização das sociedades européias, contra as quais irrompeu a crítica iluminista questionadora de alguns dos fundamentos ideológicos legitimadores do antigo regime, derivados de uma interpretação legal defensora do regalismo que estava calcada em princípios religiosos extraídos da tradição judaico-cristã. As implicações políticas da postura conservadora da Igreja Romana opositora dos ideais revolucionários incitaram o acirramento do sentimento anticlerical que contestava substancialmente o sistema religioso católico e a legitimidade da autoridade tradicional da Igreja, gerando as tensões e antagonismos sociais que caracterizaram o controvertido processo de “descristianização” na França²⁹⁷.

A valorização da vontade individual colocada em ação a serviço do bem comum aliada à crença de que os homens obstinados podiam forjar a sua história decorrente da experiência

²⁹⁵ FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada**. São Paulo: Ática, 1993. p. 92-98.

²⁹⁶ CHATELET, François. **História da Filosofia, idéias e doutrinas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 1.

²⁹⁷ VOVELLE, Michel. **Revolução Francesa contra o Estado da Razão ao Ser Supremo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. p. 40.

revolucionária de 1879, significou para muitos indivíduos a transferência para o plano terrestre de suas aspirações religiosas: a cultura despojava-se do seu conteúdo religioso e assumia feições cada vez mais seculares, ainda que o anticlericalismo genericamente associado ao iluminismo tenha sido um fenômeno basicamente católico e mais político do que religioso²⁹⁸. O acontecimento da “modernidade” fora prenunciado pelo Humanismo com a emergência na era renascentista de uma visão de mundo antropocêntrica; porém, foi no curso do movimento filosófico da ilustração que o homem redefiniu os contornos do pensamento epistemológico ocidental, instaurando uma nova metodologia científica que fazia preponderar em seu modelo de investigação uma análise racional dos fenômenos da natureza e dos fenômenos sociais: quer fossem os seus objetos de estudos os avanços científico-tecnológicos, o surto industrial, o desenvolvimento de uma economia mundial, o desligamento dos laços institucionais que uniam o Estado moderno à Igreja (o surgimento do “Estado de direito”), as conquistas sociais alcançadas pelas instituições civis orientadas pelo ideal democrático, ou mesmo o processo de secularização da cultura, o método investigativo concebido dentro dos padrões da lógica empírica contribuiu para minorar a importância da função social da religião, abalando igualmente as bases de sustentação ideológica da autoridade eclesiástica²⁹⁹.

O advento das liberdades modernas que se consolidou na esteira da Revolução Francesa atingiu a Igreja Católica em duas frentes: destituiu-a de sua posição privilegiada anterior e colocou-a em situação defensiva. De privilegiada detentora de autoridade no terreno religioso e civil, no século XIX, ela passa a advogar as causas de uma ideologia reacionária, opondo-se aos partidários da secularização que ameaçavam a sua soberania e

²⁹⁸FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina**: Política Econômica e Monarquia Ilustrada. São Paulo: Ática, 1993. p. 98..

²⁹⁹GEFFRÉ, Claude; JOSSUA, Jean Pierre. Interpretação Teológica da Modernidade. Editorial. **Concilium**. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, n. 244, p. 3-7, 1992/6.

sua existência, mesmo quando o programa da “re-catolização” da Europa mostrava-se um ideal inatingível. Internamente, ela se viu diante do imenso desafio de manter a sua coesão doutrinária no âmbito do complexo debate intelectual que a “dividia”: naquele momento, ganharam visibilidade duas correntes do catolicismo que divergiam entre si nas suas propostas de reestruturação da Igreja, e neste processo, estavam em disputa o partido favorável à restauração da antiga ordem (os ultramontanos) e a frente liberal que defendia a aceitação de alguns dos novos princípios reguladores das sociedades modernas (os tais “erros modernos”, condenados por Pio IX no *Syllabus* de 1864). Um catolicismo conservador buscará novamente fortalecer a tese legitimadora da associação entre “o trono e o altar”, o passado político e a mensagem religiosa, em campanha pela restauração do poder temporal e espiritual da Igreja. No outro pólo, um catolicismo liberal longe de restringir as suas preocupações às perdas sofridas no domínio da política, acreditava que a Igreja Católica deveria se adequar à nova realidade histórica, sem sacrificar os seus direitos como instituição religiosa, reconhecendo a legalidade da nova ordem estabelecida³⁰⁰.

O catolicismo “intransigente” do *Syllabus* teria sido a reação histórica protagonizada pela ala antiliberal da Igreja que assumira o compromisso de assegurar a integridade dos direitos tradicionais usufruídos pela instituição, frente ao progressivo fortalecimento do secularismo que acompanhara no ocidente a passagem para a modernidade no século XIX; visto que se instalara no horizonte filosófico das duas grandes forças políticas antagônicas que mobilizavam vários setores da sociedade européia (o liberalismo e o socialismo) o pressuposto teórico de que era imperativa no mundo moderno a completa secularização da política. Esta tendência reacionária da vertente ultramontana foi agravada pelas inúmeras críticas recebidas dos partidários do movimento liberal, também pela condenação sofrida

³⁰⁰ POULAT, Emile. Catolicismo e Modernidade: um processo de exclusão mútua. **Concilium**. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, n. 244, p. 17-24, 1992/6.

pelas doutrinas materialistas do socialismo, e pelos ataques desferidos por alguns regimes contra o poderio católico, os quais desencadearam a revogação dos direitos políticos da Igreja em muitas de suas antigas possessões, seguida pela onda de desapropriação dos bens do clero (e de um modo geral, as ordens religiosas foram sendo destituídas de algumas das funções assistenciais que desde a Idade Média haviam lhe sido confiadas, como é o caso da educação e da beneficência).

Em meados do século XIX, os antagonismos existentes entre os princípios apregoados pelo movimento ultramontano (tão díspares “do sentir do século”) e o liberalismo triunfante da modernidade atingira o seu paroxismo, fazendo com que o anticlericalismo se tornasse uma temática central na imprensa secular dos países católicos, porquanto a Igreja Católica optara pela terminante recusa da ideologia da razão e do progresso. Assim, ela tornara-se alvo constante das críticas dos intelectuais liberais que a identificavam com a direita política conservadora, mais precisamente com a monarquia, incompatibilizando-se a mesma com os adeptos de toda sorte de teorias políticas, sociais e econômicas que haviam sido rejeitadas pelo Syllabus (seja o liberalismo, o capitalismo, a democracia, a república, o positivismo, o socialismo, o comunismo, o anarquismo, etc.). Desde a segunda metade do século XIX, a Igreja Romana estava cercada por todos os lados pelos oposicionistas do ultramontanismo: enquanto os papas expediram várias bulas contrárias às forças da modernidade e da secularização, o crescente impulso dado pela imprensa à ampla disseminação dos pressupostos do liberalismo em várias esferas do pensamento, aludindo ao mesmo como um modelo filosófico superior ao paradigma tradicional, contribuía para que fossem aprofundadas as raízes do sentimento católico de isolamento cultural³⁰¹.

³⁰¹ **The Secularization of the European Mind in Nineteenth Century.** Cambridge University Press, 1975, p.21.

Naquele momento, nos países católicos onde habitava 45% da população europeia, o ceticismo crescia com rapidez tanto diante do avanço do racionalismo entre as classes médias urbanas, bem como por meio da difusão das idéias do socialismo entre a intelectualidade esquerdista e o proletariado: embora radicalmente divergentes entre si em muitos pontos doutrinários, ambas as posturas ideológicas citadas, aderidas por integrantes da burguesia liberal e por representantes da classe trabalhadora, tiveram como meta comum a militância em prol da superação da “superstição e do obscurantismo católico”, agregando-se em torno de um discurso anticlerical que colocava os mecanismos da ação política da Igreja Romana como fatores obstantes para a efetivação de suas aspirações emancipatórias. Em contrapartida, com relação ao crescimento das igrejas protestantes observado neste mesmo período, a historiografia relata que a tendência liberal predominante na civilização moderna concomitante à ideologia do progresso, não inibiu a expansão das missões protestantes pelo mundo, haja vista a própria experiência histórica do protestantismo norte-americano – voluntarista, pluralista, denominacional - muito diferente do conservadorismo da tradição católica europeia por que exercia importantes funções na sociedade civil, viabilizando a compatibilidade entre o fervor religioso e a prática social com o seu forte senso comunitário simpatizante da filosofia da modernização e do desenvolvimento científico³⁰².

No início do século XIX, o protestantismo inaugurava uma etapa de sua história na qual algumas denominações “não-conformistas” concebidas no seio do anglicanismo (nomeadamente, a confissão batista, o presbiterianismo e o metodismo), lideraram um amplo movimento de renascimento religioso cuja dinâmica expansionista foi ainda mais expressiva e inusitada quando contrastada com o pronunciado declínio sofrido por outras

³⁰² BAUM, Gregory. A modernidade: perspectiva sociológica. **Concilium**. Tradução Gentil Avelino Titton. Petrópolis, n. 244, p. 8-16, 1992/6.

designações cristãs, dentre elas a Igreja Católica e alguns segmentos tradicionais do protestantismo que haviam figurado até aquele momento como igrejas majoritárias (como é o caso da Igreja Luterana e da Anglicana). Estas igrejas reformadas estabelecidas na Europa como religião de Estado custaram também a se expandir para outras regiões do globo, a despeito da forte intensificação das atividades missionárias fora da Europa, que foram sendo paralelamente impelidas pela força das sanções governamentais do expansionismo neo-colonialista europeu. No princípio do século XIX, a sistematização das atividades missionárias de orientação protestante foi levada a efeito principalmente pelas associações cristãs de origem anglo-saxônica, dentre as quais se destacaram: a Sociedade Missionária Batista (1792), a Sociedade Missionária de Londres (1795), a evangélica Sociedade Missionária das Igrejas (1799), a Sociedade Bíblica Estrangeira e Britânica (1804), os Wesleyans (1813-1814), a Igreja Escocesa (1824), a Associação Americana de Encarregados para Missões Estrangeiras (1810), os Batistas Americanos (1814), a Sociedade Bíblica Americana (1816), os Presbiterianos Unidos (1835), os Metodistas Americanos (1819) e outros tipos de organizações evangélicas³⁰³.

No ano de 1851, por volta da metade dos cristãos protestantes no Reino Unido estavam filiados a outras denominações religiosas diversas da Igreja Anglicana e este surpreendente crescimento das igrejas dissidentes do anglicanismo havia sido estimulado pelo novo impulso religioso gerado pelo surgimento do movimento metodista cujo precursor fora o reverendo John Wesley. Desde a metade do século XVIII, as igrejas protestantes inglesas haviam sido fortemente reavivadas pelo metodismo que reafirmava as doutrinas do cristianismo histórico, e enfatizava o ensino que indica o poder do Espírito Santo como confirmador da fé do crente e transformador de sua vida pessoal, declarando que a

³⁰³ HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções. Europa (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 245.

verdadeira religião está no relacionamento pessoal do homem com Deus³⁰⁴. Em 1790, os metodistas wesleyanos contavam somente 59 mil membros na Grã-Bretanha, e no ano de 1850, os novos membros desta denominação e os diversos ramos dela originados perfaziam o montante de aproximadamente dez vezes mais esta soma. Nos Estados Unidos, um fenômeno similar de “conversões em massa” fez alavancar o número de participantes nos serviços religiosos metodistas, batistas e presbiterianos, de forma que, por volta do ano de 1850, quase três quartos de todas as Igrejas dos Estados Unidos congregavam em igrejas pertencentes a estas três denominações³⁰⁵.

O período correspondente à última metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX foi assinalado pelo surgimento de um movimento religioso que possibilitou o crescimento significativo das igrejas de confissão batista. O movimento religioso dos "grandes despertamentos" se deu em um contexto dominado pelo espírito democrático e resultou na rápida multiplicação das congregações formadas por integrantes das camadas populares da sociedade. Estes grupos religiosos obtiveram grande êxito em seu processo de expansão para as regiões de fronteira através do engajamento de diversos pregadores leigos, que mesmo sem possuírem um comissionamento formal, estavam comprometidos com a propagação do Evangelho em áreas remotas. Durante o período dos reavivamentos religiosos, as pregações eram realizadas de maneira mais exortativa e emocional, dando maior ênfase à inspiração individual e ao estudo da Bíblia como fonte de inspiração divina e autoridade exclusiva em questões éticas e morais³⁰⁶.

³⁰⁴ THE NEW Encyclopaedia Britannica: macropidia. Chigado: Encyclopaedia Britannica, 1992, v. 26.

³⁰⁵ HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções. Europa (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 248.

³⁰⁶ A citação extraída do Sermão de Timothy Dwight Edwards (1752-1817), representante da "Escola Teológica da Nova Inglaterra", sintetiza os contornos do pensamento protestante americano em geral e batista em particular e descreve a natureza da relação entre o crente e a Bíblia: “As melhores opiniões de um homem são úteis apenas como conselhos. As Escrituras são a lei, possuidoras de autoridade divina (...). Conseqüentemente, elas contêm todas as coisas necessárias à vida e a piedade”. AZEVEDO, Israel Belo. **A celebração do indivíduo: a formação do pensamento batista brasileiro**. Piracicaba: UNIMEP, 1996. p. 108.

De acordo com a explicação do historiador inglês Eric Hobsbawn, demonstrada em “A Era das Revoluções: Europa (1789-1848), uma das justificativas plausíveis para este decréscimo do catolicismo no século XIX está associada ao fato de as nações católicas romanas não admitirem o estabelecimento público de seitas. Nas palavras do autor, nestes países de formação católica, a equivalente ruptura com a Igreja oficial ou com a religião majoritária estava mais inclinada a abrir precedentes para a instauração de um movimento de “descristianização em massa” do que precipitar um tipo de dissidência religiosa localizada, e este fenômeno de proliferação do ceticismo teria se disseminado, sobretudo, entre a população masculina: analogamente, o anticlericalismo protestante dos países de língua inglesa seria o contraponto do anticlericalismo ateu dos países europeus de origem católica³⁰⁷.

Entre os povos anglófonos era mais propício o fortalecimento do credo protestante no panorama sócio-religioso (ao menos no Reino Unido e nos Estados Unidos), porque nestas nações onde a tradição “sectarista” já estava bem estabelecida, o princípio da liberdade de consciência religiosa ia de encontro às expectativas do projeto liberal que melhor se moldava a sociedades onde tanto as liberdades individuais quanto o desenvolvimento comercial já estavam bem consolidados. Sob o ponto de vista doutrinário, sua insistência no cultivo diário da comunicação individual entre o crente e Deus, bem como a ética comportamental ancorada em sua acentuada austeridade moral, tornavam-se atraentes para empresários, pequenos comerciantes e trabalhadores em geral. A congregação protestante podia se constituir em uma assembléia democrática de fiéis onde se diluíam as diferenças hierárquicas de ordem religiosa ou social, e isto atraía o cidadão comum, que geralmente era avesso aos rituais litúrgicos mais elaborados, preferindo assim a pregação espontânea e

³⁰⁷ “Reciprocamente, o anticlericalismo protestante dos países anglo-saxônicos era, constantemente, a contrapartida do anticlericalismo ateu dos países do continente europeu”. HOBSEBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções. Europa (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 248.

profética, à doutrinação de caráter erudito. Naquela conjuntura, estas denominações protestantes oriundas do movimento “não-conformista” inglês estariam ideologicamente mais afinadas com o ideário liberal do que a Igreja Católica, sobretudo em termos políticos, e estariam ainda mais especificamente identificadas com um liberalismo moderado de classe média – deste modo, a arrebatadora experiência da “conversão pessoal” impulsionara um fenômeno histórico de “restauração religiosa” de massiva adesão³⁰⁸.

A problemática da conexão entre a filosofia do liberalismo e as idéias religiosas do protestantismo foi sistematicamente aludida de forma crítica pela imprensa ultramontana neste período em que o catolicismo se via enfraquecido diante do movimento de franca expansão do missionarismo protestante e do fenômeno de secularização da sociedade que fora facultado pela efetivação do programa político da corrente liberal (ambos portadores de um discurso ideológico cuja tônica se enveredava com facilidade para o tema do anticlericalismo). Esta temática se conecta profundamente com o assunto mais largo da tolerância religiosa e a sua relação com as tentativas da Igreja Católica de manter forçosamente através dos decretos do Syllabus a sociedade moderna nos moldes de uma conformidade externa compatível com a sua visão beatífica da ordem sócio-política: na doutrina ultramontana imperava a máxima de que as origens da Igreja e do Estado se confundiam, donde resultava o pensamento análogo de que, de maneira semelhante, o homem social só poderia vir a atingir o fim último de sua existência temporal - a celestial bem-aventurança – caso agisse em total obediência aos ensinamentos da Madre-Igreja, e também se os governantes da “cristandade”, ainda que independentes entre si subordinassem as demandas da vida política e civil à autoridade do papa - “o vigário de Cristo na Terra”.

³⁰⁸ HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções. Europa (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 244-254.

O movimento ultramontano idealizava o tempo da Idade Média descrevendo aquele momento da história como uma época de bonança, quando teria vigorado no ocidente uma espécie de beatitude terrena porque a filosofia do evangelho governava os estados e o senso coletivo, de forma que os homens dirigidos pela graça divina estavam voluntariamente submetidos à autoridade espiritual da Igreja³⁰⁹. Na concepção ultramontana, a obra das trevas teria induzido o homem a abandonar este modelo ideal de organização social, incitando uma atitude subversiva que provocara o progressivo enfraquecimento dos valores cristãos na sociedade. Este processo revolucionário destrutivo que desordenou o estado de excelência em que subsistia a sociedade medieval fora desencadeado quando se firmara a nova ordem do absolutismo, regime que teria feito solapar a autoridade suprema do papado, minando a união monolítica da cristandade européia. Na leitura ultramontana o mecanismo de demolição prosseguira com o surgimento do humanismo e de sua visão antropocêntrica do mundo, movimento cultural que precedera a eclosão da revolta religiosa cismática do protestantismo, culminando no século XVIII com o golpe brutal do agnosticismo dos filósofos Voltaire e Rousseau, os “malfeitores do gênero humano”: “o coração popular quando não tem sangue religioso, tem fel. Esse fel às vezes se transforma em um homem e chama-se Lutero; transforma-se em um punhal e chama-se Reforma: transforma-se num crime e chama-se Revolução Francesa!”³¹⁰

De acordo com o discurso ultramontano, o movimento anti-religioso tivera início na Renascença e fora incrementado pelo protestantismo com a sua “influência anárquica” do

³⁰⁹ Conforme a descrição do papa Leão XIII, “nessa época, a influência da sabedoria cristã e a sua virtude divina penetravam as leis, as instituições, os costumes dos povos, todas as categorias e todas as relações das sociedades civis... Então o sacerdócio e o império estavam ligados entre si por uma feliz concórdia e pela permuta amistosa de bons ofícios”. SANTA SÉ. **O Arquivo dos Papas**. Leão XIII - Encíclica Imortale Dei. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/index_po.htm. Acesso em: 25 set. 2006.

³¹⁰ MARIA, Júlio Pe. **O Catolicismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1950. p. 58.

livre-exame propagandista da liberdade de culto: a imprensa católica localizava o acontecimento decisivo para a implantação da visão moderna da tolerância e do pluralismo religioso conectando-o primeiramente à confissão de Lutero na dieta de Worm (1563), ocasião em que o reformador protestante declarou perante uma assembléia formada por eminentes autoridades seculares e religiosas o seu direito de expressar publicamente a fé que lhe ditava a sua consciência, a qual subordinada unicamente ao arbítrio das Escrituras Sagradas. A imprensa ultramontana argumentava que o protestantismo quebrara o padrão ideal de conformidade religiosa vigente na cristandade medieval, fazendo a observação crítica de que, em um segundo momento histórico, as subjacentes divisões eclesiais operadas no século XVII haviam aberto o caminho para a formulação da doutrina liberal de John Locke. O pensamento liberal reconhecia como um direito natural a liberdade do indivíduo de dissentir de qualquer ideologia ou crença de que o mesmo se fizesse adepto por contingência da pressão social e institucional; com a difusão do liberalismo, a teoria legitimadora do Estado tornou-se totalmente desvinculada da pregação religiosa e, gradualmente, as diferentes opiniões políticas e as confissões de fé dos cidadãos passaram a ser reputadas como iguais perante a lei. O laicismo atingira o seu clímax na Revolução francesa, de onde teriam brotado, segundo o Syllabus, as pestes do liberalismo e do indiferentismo, produtoras de “liberdades nocivas” ao homem, como a secularização do ensino, e a independência do poder civil.

Como decorrência da demanda protestante em suas objeções a alguns dos procedimentos pastorais e axiomas teológicos do catolicismo – principalmente a sua subsequente insurreição contra o postulado da subserviência irrestrita à autoridade religiosa do Pontífice de quem rejeitou oficialmente o atributo de infalibilidade em assuntos doutrinários – as congregações reformadas nascidas da Reforma haviam sido constituídas a

partir do rompimento definitivo com a sede romana. Lutero, Calvino, Zwinglio e outros pregadores que aderiram ao movimento reformador, formularam novas sistematizações teológicas que vieram a integrar o corpus doutrinário das diferentes designações protestantes institucionalizadas posteriormente. Os membros das novas comunidades cristãs dissidentes do catolicismo romano adotaram as Escrituras Sagradas como única regra de fé e prática, de forma que a preservação da “liberdade de consciência religiosa”, exercida na leitura individual dos textos bíblicos, passou a ser um lema comum; o princípio era defendido como um direito inviolável, uma vez que eles tomaram a Bíblia como a única fonte legítima para o discernimento das verdades espirituais sobre as quais deveriam pautar as suas vidas e interpretar o mundo a sua volta. O livre exame das Escrituras originou algumas especificidades denominacionais, parâmetros conceituais e organizacionais que determinaram o surgimento, no decorrer do século XVII, de novas confissões evangélicas, dentre as quais se inclui a denominação batista.

Enquanto designação religiosa de matriz protestante, os batistas originaram-se dentro do puritanismo inglês, movimento que apregoava a necessidade de uma Reforma na Igreja Anglicana capaz de proporcionar um retorno ao ideal espiritual do Cristianismo. Decidida a não tolerar as críticas dos puritanos, a "Igreja da Inglaterra" instituiu a obrigatoriedade do conformismo religioso através da lei, produzindo como reação o "separatismo" (movimento que preconizava a separação entre a Igreja e o Estado). Os separatistas criticavam a formação hierárquica da Igreja Anglicana e reivindicavam uma maior participação das camadas populares em seus quadros eclesiásticos, alegando que a organização das igrejas cristãs deveria corresponder ao modelo bíblico, não podendo se assemelhar à administração de uma instituição secular, regulada por interesses políticos. A partir de 1750, renovados pelo movimento metodista, os batistas vivenciaram um novo

momento de expansão: movidos por um novo interesse despertado pelo evangelismo, os batistas ingleses fundaram a sua primeira sociedade missionária - The English Baptist Missionary Society - organizada por William Carey, em 1792. Ao longo do século XIX, a denominação atingiu um nível de crescimento sem precedentes, teve participação em importantes reformas sociais realizadas na Grã-bretanha e expandiu o seu movimento missionário para outras partes do mundo, adquirindo grande expressão no cenário religioso internacional.

A historiografia do protestantismo postula que as lideranças protestantes estiveram, desde os primeiros anos do movimento, cientes da utilidade da imprensa como um poderoso instrumento para a irradiação de suas idéias, relatando como fizeram o uso contínuo deste meio para expandir o circuito de veiculação de suas mensagens. Elizabeth Eisenstein nota que Gutenberg já havia se tornado um ícone da cultura popular alemã, quando sua notoriedade ganhou um novo vulto: a qualidade de propulsor do movimento religioso que teria disponibilizado aos ministros e príncipes luteranos, o mais eficiente dispositivo na sua “valorosa luta contra os papas”³¹¹. A crença na concessão de uma unção especial à nação alemã associada à prodigiosa invenção de Gutenberg teria sido perpetuada no imaginário protestante durante os séculos que se sucederam à Reforma, configurando uma estrutura de longa duração no pensamento cristão evangélico, na qual a imprensa é entendida como veículo fomentador da emancipação dos povos reformados de sua subordinação política à Roma (ela seria o suporte material através do qual se efetivou o resgate da verdadeira piedade através do viabilização do acesso às Sagradas Escrituras, em larga escala). O próprio fundador do movimento protestante, Martinho Lutero, havia se referido à imprensa

³¹¹ EISENSTEIN, Elizabeth L. **Revolução da Cultura Impressa**: Os primórdios da Europa moderna: Universidade de Cambridge, 1983. p.169.

como “o mais elevado e extremo ato da graça de Deus, por meio do qual se levou a frente, a obra do Evangelho” ³¹².

Na Inglaterra, berço de formação do movimento batista, o tema foi reinterpretado dando origem a novas versões adaptadas pelas comunidades religiosas locais, que quando transpostas à América pelos colonizadores puritanos, foram reapropriadas na perspectiva do Destino Manifesto. Foi deste modo, incorporada ao missionarismo anglo-americano do século XIX, a idéia de que a imprensa comportava o conjunto das ferramentas indispensáveis à estruturação de um trabalho que concebiam como um “comissionamento sagrado”, uma incumbência a serviço do cumprimento de um desígnio providencial: a missão de levar as boas novas do Evangelho de Jesus Cristo a todos os povos e nações ³¹³.

Na primeira metade do século XIX, consolidou-se o amplo movimento religioso voltado à renovação espiritual da sociedade americana que se expandia pela fronteira oeste, denominado the great awakening. Marcando o início da chamada era missionária, foram organizadas as primeiras grandes associações protestantes inter-denominacionais e supra-nacionais, que se uniram em prol da execução de um projeto comum, idealizado com vistas a promover a evangelização de povos não - convertidos ao cristianismo, e à propagação do protestantismo entre as populações colonizadas por nações européias de origem católica ³¹⁴.

No ano de 1810, havia sido criada em Massachussets, Estados Unidos, a primeira sociedade missionária interdenominacional American Board of Commissioners for Foreign Missions; e a continuidade do movimento foi assegurada através da diversificação

³¹² ENSENSTEIN, Elizabeth L. **Revolução da Cultura Impressa**: Os primórdios da Europa moderna: Universidade de Cambridge, 1983. p.169.

³¹³ The Great Commission: “Portanto, ide fazei discípulos de todas as nações batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”. Mateus. Português. In: **A Bíblia Sagrada**. Traduzida João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. p. 44. Bíblia. N.T.

³¹⁴ AZEVEDO, Israel Belo. **A celebração do indivíduo**: a formação do pensamento batista brasileiro. Piracicaba: UNIMEP, 1996. p. 144.

deste empreendimento inicial, com a fundação de novas organizações missionárias implementadas por iniciativa das associações formadas por congregações de mesma confissão. Na segunda metade do século XIX, estes grupos já haviam realizado atividades missionárias em diferentes países da América Latina e, a despeito das especificidades doutrinárias e práticas litúrgicas de seu credo denominacional, compartilhavam o objetivo de introduzir, nestas sociedades majoritariamente católicas, a prédica protestante – os conceitos teológicos preconizados pela Reforma religiosa do século XVI, em particular, os princípios de *sola fide*, *sola gratia* e *sola scriptura*³¹⁵. Nos primeiros anos do movimento de implantação do protestantismo na América do Sul, a historiografia assinala a relevância das ações dos propagandistas evangélicos ambulantes: “os corpoltres” - agentes enviados pelas sociedades bíblicas britânicas e norte-americanas, comprometidos com a inexorável missão de infundir a reforma do catolicismo local por intermédio de um plano de difusão das Escrituras.

O momento de maior crescimento da denominação batista nos EUA ocorreu a partir do início da luta pela emancipação política, quando os batistas conquistaram maior popularidade entre os líderes e o povo, aderindo ao movimento pró-independência³¹⁶ (uma das principais motivações para a sua adesão encontrava-se em sua teoria política, que previa a separação entre Estado e Igreja). No início do século XIX, o movimento de expansão para o oeste havia despertado a vocação missionária com o surgimento de um novo entusiasmo pelo evangelismo, e a fundação de sociedades missionárias na Europa, havia contribuído para a formação de sociedades missionárias locais. Os batistas

³¹⁵ BASTIAN, Jean Pierre. **Protestantismos y modernidad latinoamericana**. México: FCE, 1994. p. 107-141.

³¹⁶ Em termos numéricos, estima-se que nos anos que precederam a “Revolução Americana”, havia aproximadamente 494 congregações batistas e que, em vinte anos (1795), este número tinha chegado a 1152 igrejas espalhadas pelos 16 Estados e territórios (observa-se um aumento de 10.000 para 100.000 membros). TORBET, Roberto G. **Esboço da História dos Batistas**. Leiria, Portugal: Vida Nova, 1959. p.122.

americanos absorveram métodos de organização e evangelismo dos batistas europeus e tiveram participação no desenvolvimento do trabalho do missionário William Carey na Índia, manifestando os primeiros sinais de um comprometimento com a causa missionária. O passo decisivo para a organização de uma sociedade missionária nacional foi dado em 1814, com a convocação de uma Convenção Geral das Igrejas Batistas dos Estados Unidos, realizada por iniciativa de associações batistas de todo o país: os batistas americanos firmaram entre si o compromisso de propagar a outros povos do mundo os valores cristãos e expressaram, com profunda convicção, a sua crença na vocação missionária do povo americano.

Entre os numerosos corpoltores anglo-americanos que se engajaram na efetivação deste trabalho na América católica, destaca-se o pioneirismo da campanha empreendida pelo pastor batista James Thompson, encaminhado ao continente americano pela Sociedade Bíblica Britânica. O missionário percorreu vários países, dentre eles, a Argentina (1819), Chile (1821), Peru (1822), Equador (1824), Colombia (1825), México (1827), e as Antilhas, entre os anos de 1830 e 1837; divulgando nestas nações, com o apoio de lideranças políticas exponenciais da envergadura dos presidentes Bernardo Rivadavia, Bernardo O'Higgins e general San Martin, um programa educacional inovador – o ensino mútuo – que se tratava da formação de “alunos- instrutores” treinados em um sistema de leitura e memorização de textos bíblicos, aos quais pretendiam aparelhar para o exercício de uma prática pedagógica que tinha na Bíblia o seu principal instrumental metodológico (um modelo pedagógico desenvolvido na Inglaterra por Joseph Lancaster, através do qual Thompson tencionava “inculcar os princípios mais sãos da religião e da moral mediante a leitura das Escrituras Sagradas”³¹⁷).

³¹⁷ BASTIAN, Jean Pierre. **Protestantismos y modernidad latinoamericana**. México: FCE, 1994. p. 75.

No Brasil, os precursores deste tipo de evangelismo itinerante que precedeu a fixação de núcleos missionários foram: o metodista Daniel Parish Kidder, agente da Sociedade Bíblica Norte-americana (a sua visita ao país ocorreu entre os anos de 1836 e 1839); o pastor presbiteriano James C. Fletcher que era viajante memorialista e comissário da mesma entidade religiosa visitou o país onze anos depois; e o médico escocês Robert Red Kalley, o qual se radicou no Rio de Janeiro em 1858³¹⁸. Sobre estes “pais fundadores” do protestantismo latino-americano, Pierre Bastian faz a ressalva de que não chegaram a fundar igrejas, mas dedicaram-se à divulgação do protestantismo envolvendo-se em numerosas atividades nas áreas comerciais, médicas e diplomáticas. Durante o período regencial, campanhas de distribuição de literatura evangélica prepararam o caminho para o estabelecimento na sociedade brasileira dos missionários norte-americanos que inaugurariam o serviço religioso protestante em língua portuguesa.

Estes propagadores pioneiros do protestantismo, antes de tudo, priorizavam o desenvolvimento de sociedades religiosas que almejassem a ampla difusão da Bíblia, acreditando também que a divulgação das doutrinas protestantes “elevariam a condição moral e material dos povos”, propiciando, paralelamente, o acesso à educação das massas. O seu objetivo secundário consistia em combater o catolicismo, ao qual denominavam de “papismo”, acusando-o de fomentar o atraso dos povos, de opor-se ao progresso, e de frear a democratização da sociedade, impedindo o avanço da educação. Os missionários enviados por essas associações à América latina estavam persuadidos de que “a miséria e a ignorância destes povos eram uma triste consequência de três séculos e meio de domínio da Igreja Romana”. Acerca da finalidade desta obra missionária e do perfil psicológico e sócio- cultural destes pregadores que se dirigiram para a América do Sul, o autor faz, respectivamente, as seguintes generalizações:

³¹⁸ LÉONARD, Émile G. **Protestantismo Brasileiro**, São Paulo: Aste, 1997, p. 28-45.

[...] Llegaba a Latinoamérica convencido de que participaba en una cruzada cuyo objetivo era con los cimientos de la civilización norteamericana [...] Esta reforma, de la cual él era agente transmisor, se fundaba en la Biblia y en el Evangelio [...] el misionero estaba persuadido que lograría cristianizar, término que empleaba a menudo, el orden económico y social latinoamericano [...] Debía ir a América Latina, como ya había ido a la frontera del oeste norteamericano, donde el protestantismo se había propuesto cristianizar las relaciones sociales. La tarea misionera por excelencia consistía en transmitir a los que consideraba sus hermanos menores de América Latina, la experiencia espiritual y material de aquella frontera oeste. Se consideraba portador del destino manifesto, cuyo éxito se palpaba en el milagro norteamericano. El evangelio, como fundamento del destino manifesto, también sacaría, a su juicio, a los latinoamericanos de las tinieblas del obscurantismo católico para conducirlos a las luces del progreso³¹⁹.

Os "evangelistas" das sociedades bíblicas britânicas e americanas que passaram a distribuir folhetos de divulgação das doutrinas evangélicas e de exemplares do Antigo e Novo Testamento, na primeira metade do século XIX, haviam preparado o alicerce sobre o qual foi edificado o trabalho dos missionários pioneiros. Estes "missionários evangelistas" conhecidos como "colportores" e como "agentes bíblicos", transitavam tanto entre as populações menos instruídas quanto entre os membros das elites intelectuais e políticas. O movimento de reforma religiosa no Brasil foi iniciado através de campanhas de evangelização promovidas por organizações metodistas, presbiterianas e batistas e contou com a colaboração de imigrantes protestantes que passaram a se radicar no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX (a presença destes imigrantes em todos os sistemas sociais contribuiu para o abrandamento da rejeição do protestantismo por parte dos nacionais católicos).

Durante os últimos anos do Império quando foi veiculado o *Syllabus*, os batistas estiveram diante de muitas dificuldades e enfrentaram a forte oposição da Igreja Católica, que estava alarmada com o avanço das denominações protestantes em território brasileiro. As

³¹⁹ BASTIAN, Jean Pierre. **Protestantismos y modernidad latinoamericana**. México: FCE, 1994. p. 112-113.

manifestações de oposição da Igreja Católica não foram capazes de comprometer o desenvolvimento das missões protestantes, uma vez que o movimento liberal que produziu mudanças nas esferas política e cultural também passou a repercutir no âmbito da religião (o governo de Dom Pedro II oferecia algumas garantias religiosas a estes grupos e preparava as condições favoráveis à conquista da plena liberdade religiosa, que viria a ser consumada no regime republicano). Dois fatores circunstanciais vieram a facilitar o evangelismo protestante no segundo reinado: as disposições religiosas do Imperador Dom Pedro II e a aprovação de um projeto imigrantista que prescrevia a arregimentação de trabalhadores oriundos de nações protestantes.

A historiografia protestante apresenta a postura religiosa de Dom Pedro II no limiar da descrença na religião oficial, sentimento que mais se aproximava de um respeito às tradições católicas, do que propriamente de um fervor religioso. Esta atitude religiosa tem sido relacionada a uma suposta não identificação com a mensagem espiritual do catolicismo, a que os historiadores protestantes qualificam como indício de uma inclinação positivista, por que tendia a compreender a função regeneradora da Igreja no âmbito social³²⁰. Desalinhando-se ideologicamente do movimento ultramontano, o imperador outorgava a preponderância dos interesses de Estado sobre as decisões do Vaticano. E, ao privilegiar em seu “programa de civilização”, a imigração proveniente de países protestantes, o seu governo proporcionou as condições necessárias à instalação os missionários evangélicos estrangeiros, que muito viriam a contribuir para o surgimento de um protestantismo local.

No Brasil, a dinâmica reformista conservadora ultramontana fora gestada durante o movimento de reaproximação entre o episcopado brasileiro e a Sé, no contexto dos novos

³²⁰ LÉONARD, Émile G. **Protestantismo Brasileiro**, São Paulo: Aste, 1997, p. 47.

desafios que a Igreja se dispunha a superar para a revificação da fé católica que deveria manter-se incólume, no fluxo da nova realidade social forjada no mundo ocidental a partir da universalização do ideário do Iluminismo e da Revolução. A entrada da Igreja Brasileira no processo de “romanização” efetivou-se em um momento em que as dificuldades enfrentadas pelo clero nacional levaram alguns prelados a direcionar as suas energias ao projeto reformador, lançando-se na busca de soluções para os problemas internos da Igreja através dos esforços pela recuperação da cultura religiosa tridentina (o resgate do “espírito tridentino”), tomando a frente ideológica do ultramontanismo como o referencial doutrinal e disciplinar para o seu programa de remodelação institucional. Uma das metas prioritárias da reforma ultramontana era combater os males que assolavam o clero brasileiro (a incontinência moral generalizada, a precariedade reinante dos núcleos de ensino teológico, o desvirtuamento dos atributos das funções sacerdotais etc.), daí as campanhas pela moralização e ilustração, segundo o modelo pré-estabelecido no Seminário Episcopal de São Paulo:

A ilustração e moralização do clero deu-se dentro dos parâmetros do catolicismo ultramontano, cuja introdução na diocese de São Paulo cabe à responsabilidade de D. Antônio Joaquim de Melo e aos diretores do Seminário Episcopal [...] O Catolicismo predominante em São Paulo, nos anos 1759 a 1851 não se orientava pelos decretos tridentinos, pois o regime do Padroado e o predomínio da mentalidade regalista e jansenista, especialmente depois da expulsão dos Jesuítas, oferecia poucas condições para que se pudessem introduzir as reformas tridentinas. A ocorrência desse fato foi mérito de D. Antônio Joaquim de Melo, que nas suas cartas pastorais e em outros escritos, repetidamente se refere às normas do Concílio de Trento. O seu seminário devia ser organizado segundo o espírito tridentino. Obedecendo as recomendações pessoais de Pio XIX, clérigos bem instruídos deviam substituir o clero atual ³²¹.

Quando as missões protestantes instalaram-se no país, na segunda metade do século XIX, a consolidação do catolicismo ultramontano estava em andamento, em processo de franca irradiação através das posturas de adesão de representantes do episcopado nacional, que se

³²¹ WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no Século XIX**. São Paulo: Ática, 1988, p.171.

organizaram para fazer frente às resistências governamentais e institucionais, primando pelo aperfeiçoamento da religião católica no Brasil. Os principais porta-vozes desta escola teológica constituíram uma hierarquia verticalizada que se levantava como uma força renovadora que almejava substituir as manifestações de religiosidade do catolicismo tradicional, popular e iluminista-liberal, por um catolicismo de caráter eminentemente oficial, mais consoante com a ortodoxia do Vaticano, mais uniformizado, centralizado e romanizado.

Entre as medidas reparadoras mais imediatas, estavam o remanejamento das ordens religiosas tradicionais, que seria concretizado a partir do deslocamento para o Brasil de um grande contingente de clérigos europeus, freiras e padres doutrinados na ideologia ultramontana, que se dirigiriam à nação, imbuídos do propósito de fundar escolas e prestar assistência social e pastoral; outra meta fundamental era a renovação dos parâmetros doutrinários da Educação religiosa na formação do sacerdócio brasileiro, medida que deveria ser implantada com a abertura de novos seminários diocesanos, nos quais se passaria a inculcar o princípio da subordinação irrestrita ao Papado e à doutrina oficial da Igreja; do ponto de vista teológico, a regra normativa encontrava-se na observância dos decretos tridentinos, que prescrevia a valorização do ofício dos ritos sacramentais como uma ordenança sacra e imperativa do código doutrinal.

Com relação ao papel desempenhado pela imprensa no desenvolvimento das missões protestantes no Brasil vale salientar que, cronologicamente, a sua implantação no país coincide com a primeira deliberação jurídica que viria a franquear a inserção desta corrente do pensamento cristão tão pouco difundida no ambiente religioso brasileiro - um sistema assentado fundamentalmente sobre bases teológicas do catolicismo, consubstanciadas ao

longo de três séculos de consecutivo exclusivismo da catequese tridentina. A criação da imprensa no Brasil é contemporânea a mesma conjuntura política que propiciou a abertura para a introdução do protestantismo, tendo-se em vista que a fundação da imprensa brasileira é tributária dos desdobramentos resultantes da chegada da Família Real em 1808, do mesmo modo que o movimento evangélico tem o seu prelúdio na assinatura dos tratados de “Aliança e Amizade”, “Navegação e Comércio”, firmados entre Portugal e a Inglaterra em 1810 (este período da história da Igreja no Brasil é descrito por Boanerges Ribeiro como “a primeira brecha que se abriu na muralha levantada em nosso sistema religioso”, a qual havia se mantido, até o referido acordo, impenetrável ao protestantismo)

322 .

Os artigos 12 e 23 do Tratado de Comércio e Navegação declaravam que “os vassalos de S.M. Britânica residentes nos territórios e domínios portugueses não seriam perturbados, inquietados, perseguidos ou molestados por causa de sua religião”³²³. Esta determinação assegurava que os súditos ingleses, em território brasileiro, dispunham de perfeita liberdade bem como de licença para assistirem e celebrarem o culto protestante em propriedade particular, sob a restrição de que não poderiam pregar contra o catolicismo e não deveriam fazer prosélitos entre brasileiros. Em 1820, foi consentida a sagração do primeiro templo protestante no Rio de Janeiro; entretanto, a sua audiência estava restrita à presença de viajantes de passagem pelo Brasil e de protestantes de língua inglesa, principalmente comerciantes, funcionários da marinha britânica e diplomatas. A situação jurídica do protestantismo no Brasil foi agregando novas resoluções favoráveis a partir da proclamação da independência, em 1822, a que se seguiu, em 1824, a oficialização do culto evangélico em território brasileiro, quando ministrado publicamente o serviço religioso protestante na primeira colônia de imigrantes suíço-alemães de Nova Friburgo³²⁴.

Antônio Gouveia Mendonça e Velasques Prócoro, em *Introdução ao Protestantismo no Brasil*, fazem um balanço das tentativas fracassadas e das estratégias de penetração bem sucedidas deste movimento no país, pontuando os momentos em que havia recebido impulsos decisivos para a sua expansão em terras brasileiras. O autor narra que o fator

³²² RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico (1822-1888)**. São Paulo: Livraria Pioneira, 198. p.16.

³²³ Ibidem,, p.18.

³²⁴ Idem.

impulsionante para a implantação do protestantismo no Brasil foi de natureza imigratória e o mesmo se sucedeu em decorrência da abertura dos portos brasileiros ao comércio inglês (1810), tendo este evento sido acompanhado poucos anos depois pelo incentivo governamental concedido à imigração européia (a princípio os colonos de origem alemã). Deste modo, foi dentro dos limites da tolerância religiosa prescrita pela Constituição de 1824, que se estabeleceram no Brasil os anglicanos, episcopais (anglicanos norte-americanos) e, em número muito superior, os luteranos. Entretanto, a população brasileira só viria a ser diretamente impactada pela presença de cristãos não-católicos quando começaram a aportar no Brasil, nos anos 1850, os primeiros missionários protestantes que se fixaram na nação com o objetivo explícito de disseminar a fé evangélica. Este segundo impulso foi denominado protestantismo missionário, e por meio desta iniciativa, radicaram-se no Brasil a Igreja Congregacional, a Presbiteriana, a Batista e a Episcopal ³²⁵.

A formação do pensamento protestante brasileiro se deu em um ambiente religioso e sócio-cultural onde as organizações denominacionais foram beneficiadas pela liberdade de imprensa conquistada após a finalização do processo de emancipação política da nação. Antes da extinção do sistema colonial, o governo de Dom João VI havia decretado em 2 de março de 1821 uma lei que cerceava a liberdade de expressão religiosa por meio da imprensa (este tipo de censura, que coibia atividades jornalísticas que entrassem em conflito com a religião oficial, só seria revogada com o decreto de 28 de agosto de 1827)

³²⁵ MENDONÇA, Antônio Gouveia; PRÓCORO, Velasques F. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1990. p.12.

³²⁶. Ainda sobre as implicações do acontecimento político na vida religiosa, cabe a observação de que, é somente na década de 60 do século XIX, quando as deputações liberais assumem a liderança no parlamento, que são realizadas campanhas na imprensa em favor da concessão de novos direitos aos seguidores do protestantismo, já que se faziam necessárias mudanças na legislação para viabilizar o projeto imigrantista. Entre os anos de 1861 e 1863, são aprovadas, pelas Assembléias Gerais, leis que conferiam aos protestantes o direito de posse sobre terras públicas onde poderiam construir os seus próprios cemitérios (o cerimonial do sepultamento era monopólio, até aquele momento, da igreja católica); a expedição do registro de óbito pelos juizes de paz, em substituição à autoridade do pároco; e a autorização ao ministro protestante de realizar casamentos segundo o seu rito, mediante prévio reconhecimento contratual da união em cartório. Data deste período a fundação do primeiro jornal protestante, o *Imprensa Evangélica*, órgão denominação presbiteriana ³²⁷.

³²⁶ “Todo impressor será obrigado a remeter ao diretor dos Estudos, ou a quem as suas vezes fizer, dois exemplares das provas que se tirarem de cada folha na imprensa sem suspensão dos ulteriores trabalhos, a fim de que o diretor de Estudos, distribuindo um deles a alguns dos censores régios e ouvido o seu parecer, deixe prosseguir na impressão, não se encontrando nada digno de censura, ou a faça suspender, no caso unicamente de se achar que contém alguma coisa contra a religião, a moral e os bons costumes, contra a Constituição e Pessoa do Soberano, ou contra a pública tranqüilidade, ficando ele responsável às partes por todas as perdas e danos que de tal suspensão e demoras provierem, decidindo-se por árbitros tanto a causa principal da injusta censura, como a secundária de perdas e danos ”*Coleção das Leis do Brasil, Decretos, Cartas e Alvarás*, 1821, Rio de Janeiro, 1889, 25p. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.83.

³²⁷ O *Jornal Imprensa Evangélica* era dirigido pelo missionário americano da igreja presbiteriana, pastor Ashbel G. Simpson e foi publicado pela primeira em 5 de novembro de 1864, com o seguinte prospecto editorial: “Temos perlustrado todas as classes da sociedade com o desígnio de lhe prestarmos de um modo proporcionado às suas mais legítimas exigências na esphera religiosa. Em toda parte achamos disposição para conversações santas, desejo ardente de reformar o coração, esforços de uma alma aflita por se reconciliar com Deos. Não importa isto um protesto solemne, de que não vivemos só para este mundo, senão também para um outro mundo, que infalivelmente nos espera , logo que a morte nos transforma ? (...) No meio do chaos de idéias religiosas, que divide actualmente os homens, inútil fora descobrir-lhes as fontes donde borbulha o mal, se para curalo lhes não applicassemos meios. A propagação do Evangelho, pela vivificação da devoção doméstica, pelo órgão de uma folha, particularmente a isso consagra, eis da nossa parte a applicação dos meios. Se de nossos esforços não conseguimos vingar senão o mínimo de nosso desígnio, ainda assim nos lisonjearemos jubilosos, por havermos cumprido o nosso dever (...) Tal é a missão da *Imprensa Evangélica*”. SILVESTRE, Armando Araújo. **Da Imprensa evangélica ao Brasil presbiteriano: o papel** (in) *formativo dos jornais da igreja Presbiteriana do Brasil (1864 a 1986)*. 2001. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Univerdidade Metodista, São Bernado do Campo, 2001.

O pesquisador Antônio Gouveia Mendonça, autor de *O celeste porvir: a inserção protestante no Brasil*, procura enumerar algumas estratégias comuns utilizadas pelas denominações protestantes que, na segunda metade do século XIX, empenhavam-se na conquista de um espaço de atuação no cenário religioso local, sobre o qual incidia a força política da religião de Estado, cujo predomínio se expressava na própria forma de o povo brasileiro apreender o sentido da vida e da espiritualidade. O historiador faz a colocação de que os estudos sobre o processo de formação do protestantismo brasileiro indicam que no período de consolidação das missões evangélicas no Brasil (periodização que se estende até a segunda década do século XX), vigorou no discurso protestante a acentuação do tom polêmico, presente nos debates públicos travados com a Igreja Católica; especialmente nas discussões em que eram recobradas questões que refluíam às raízes históricas das discordâncias que culminaram, no século XVI, na dissensão das igrejas reformadas da sé romana³²⁸.

Ao analisar o teor polêmico e o contexto sócio - político em que aconteciam estas disputas teológicas, o autor comenta que as controvérsias faziam ressurgir freqüentemente entre os pastores e os seus interlocutores católicos, a temática da Reforma e, conseqüentemente, a problemática que gravita em torno deste tema. Gouveia Mendonça levanta a hipótese de que, no período pesquisado, correspondente ao momento no segundo reinado em que se fixaram as primeiras missões protestantes no Brasil, as críticas dos missionários estrangeiros ao catolicismo desenvolvem-se em um clima de prudência (possivelmente por motivos políticos); ao passo que, na primeira geração de pregadores nacionais, “ela é

³²⁸ Gouveia Mendonça especifica que a tese da unidade teológica e ideológica existente neste primeiro momento - a teologia conversionista e polêmica contra o catolicismo sustentada em seu trabalho apoiou-se exclusivamente na documentação presbiteriana produzida durante o período do Império. GOUVEIA, Antônio Mendonça. *O celeste porvir: a inserção protestante no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984. p. 82-83.

franca e agressiva, embora a linguagem, quase sempre cavalheiresca, escorregasse às vezes para a ironia”³²⁹. O historiador Antônio Mendonça Gouveia também discrimina o modo como a mensagem institucional presbiteriana polemizou com o catolicismo romano em um momento posterior, quando já se havia desfeito, na instância jurídica, as relações entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, com a dissociação do sistema do Padroado, por consequência do advento da República.

O autor orienta-se na leitura de um manual escrito pelo missionário Samuel Rhea Gammon, em comemoração ao cinquentenário da missão presbiteriana no Brasil, publicado em 1910, com o título *The Evangelical Invasion of Brazil or a Half Century of Evangelical Missions in The Land of Southern Cross*; e nos comentários de apreciação deste guia informativo, efetuados no prefácio da obra pelo editor superintendente de publicações do comitê executivo da junta de missões estrangeiras da Igreja Presbiteriana do Sul, sediada em Richmond, Virginia. Ao recuperar importantes elementos pertinentes às questões postas em pauta nas convenções em que se perfazia o recrutamento de recursos humanos e financeiros para a ampliação da obra missionária no Brasil, o autor fornece informações de relevo, que auxiliaram no aprofundamento de nossa análise do conteúdo polêmico dos artigos publicados pelo *Jornal Batista*, no que se refere à sua abordagem crítica da religião majoritária.

Em nossa leitura, estivemos atentos ao fato de que os artigos selecionados do *Jornal Batista* para a elaboração do relatório são contemporâneos à documentação investigada por Gouveia Mendonça; e os responsáveis pela sua publicação, detentores de semelhante orientação religiosa, sendo também provenientes do mesmo espaço geográfico - a cidade

³²⁹ GOUVEIA, Antônio Mendonça. **O celeste porvir: a inserção protestante no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1984. p. 42.

de Richmond - um dos principais centros do missionarismo protestante norte-americano. Citaremos, portanto, alguns fatos apresentados pelo autor que demarcaram diretrizes para a elucidação de uma questão fundamental: a apreensão do significado histórico da crítica sistemática ao catolicismo brasileiro, que se repete em profusão nos artigos publicados entre os anos de 1901-1922. Dedicamo-nos, em particular, à leitura daqueles artigos em que a interpretação do sistema religioso local parte de uma linha argumentativa que vincula a necessidade de uma renovação religiosa a uma proposta de ruptura nos moldes da Reforma (em suas contestações no âmbito teológico); à proporção que altercavam, valendo-se da referência a este movimento em diversas ocasiões e sob variados aspectos, o corpus doutrinário e o *modus operandi* da Igreja católica, nos quatros séculos em que havia prestado assistência espiritual à nação.

A repeito das deliberações em torno da continuidade dos trabalhos dos missionários protestantes em território brasileiro nas primeiras décadas do século XX, relatadas no livro *The Evangelical Invasion of Brazil or a Half Century of Evangelical Missions in The Land of Southern Cross*, Mendonça pondera:

Queria, também estimular a vinda de mais missionários para o Brasil dentro do slogan que então corria nos círculos missionários: o Brasil está de portas abertas (*open doors*) para o Evangelho. É claro que essas portas abertas tinham relação com a então recente implantação do regime republicano que abolira, na sua Constituição, os privilégios legais da Igreja Católica e abria as portas para outras religiões em pé de igualdade, ao menos no papel... Parece ainda que as dúvidas sobre a necessidade de missões protestantes em países civilizados e católicos que desembocaram nos congressos missionários de Edimburgo (1910) e Panamá (1916) já vinham agitando os meios missionários e Gammon se esforça por defender a tese de que o Brasil, assim como a América Latina toda era pagã por causa do afastamento das verdades e práticas básicas do cristianismo. Daí era imperioso que o Brasil não fosse riscado do mapa das missões. A Igreja Católica dominante durante quatro séculos, por seus desvios, não havia conseguido cristianizar o Brasil. As classes educadas estavam quase que inteiramente tomada pelo ceticismo nas suas variadas formas e as massas não educadas estavam absorvidas

num sistema de supersticiosa idolatria que as aproximava mais dos antigos e modernos paganismos do que da religião de Jesus Cristo³³⁰.

No artigo publicado no Jornal batista em 10 de agosto de 1903 o enunciado “A imediata evangelização do Brasil” é objetivo ao revelar o maior propósito da campanha batista: a propagação das mensagens evangélicas em terras brasileiras. Neste sentido, vale sublinhar que o seu compromisso com este comissionamento apostólico, no contexto da consolidação do protestantismo em um país que é descrito pelos pregadores norte-americanos, no início do século XX, como um vasto e fértil campo missionário - “de portas abertas para o Evangelho” - está relacionado ao espírito de colaboração interdenominacional e à promoção da ação conjunta entre a mensagem pregada e a palavra impressa, em um trabalho diligente de propagação das premissas evangélicas, no qual a cooperação entre a prédica denominacional e a literatura produzida pelas sociedades bíblicas são ferramentas imprescindíveis. É notória a valorização do processo tipográfico na execução desta tarefa por que a sua ampla utilização faz-se imperiosa pelas próprias dimensões territoriais da nação que se quer alcançar, em curto período de tempo, para a causa protestante. Os leitores do jornal são advertidos de que é obrigação do crente publicar o Evangelho, e um dos meios através dos quais poderiam fazê-lo, era contribuindo mensalmente com as sociedades bíblicas, entidades responsáveis pela tradução das Escrituras, pela sua impressão e divulgação em várias nações do mundo.

A obrigação dos crentes é de publicarem o Evangelho com urgencia em todo o paiz se basea nas ultimas palavras de Jesus. Eil-as: <<É-me dado todo o poder no céu e na terra. Portanto, ide, ensinae todas as nações, baptizando-as em nome do Pae, e do Filho e do Espirito Santo: ensinando-as a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado: e eis que eu estou convosco todos os dias, até á consummação do mundo>> [] Taes palavras ensinam a doutrina deslumbrante de nada menos que conquista do mundo inteiro ao Evangelho, mas alguns dirão que isto não será possível, e, portanto, não devemos nos esforçar para evangelizar um

³³⁰ GOUVEIA, Antônio Mendonça. **O celeste porvir: a inserção protestante no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1984. p. 171-172.

paiz tão grande, com tão pouco numero, e tão pouco tempo. Porém os apóstolos, em menor numero do que nós, evangelizaram o mundo inteiro, como vemos em Col. 1:6 – <<O Evangelho que chegou a nós, como também está em todo o mundo”, e em Rom. 10:18 – “Porventura não ouviram? Sim, por certo, pois por toda a terra saiu o som delles, e as suas palavras até aos confins do mundo>>. **Que seja creada uma junta missionaria em cada missão, e promovidas collectas mensaes em todas as egrejas, para evangelização da patria. Que o dinheiro arrecadado seja empregado directamente no sustento de evangelistas nacionaes. Um grande factor na urgente evangelização do paiz é a disseminação profusa de biblias e tratados. Todas as egrejas, como todos os crentes, devem contribuir mensalmente para a Sociedade Biblicas e de Tratados, e comprar a ellas quantidades de exemplares da Lei de Deus para que a Palavra escripta coadjuve a prégação á viva voz em toda a parte**³³¹ (JB, 10 ago. 1903, grifo nosso).

O jornal batista publica em 20/07/1904 o resumo do conteúdo da mensagem de congratulações do presidente Roosevelt enviada à Inglaterra, por circunstância da celebração do aniversário de centenário da Sociedade Bíblica Britânica. O discurso declamado pelo embaixador americano perante uma audiência de dez mil pessoas, entre as quais se encontravam comissários de vários países europeus, reconhecia, em caráter oficial, a importância do trabalho conjunto desenvolvido pelas sociedades bíblicas anglo-americanas na divulgação da Bíblia e da cultura religiosa que estreitava os laços de afinidade entre as duas nações – *“É o grande destino da Inglaterra e dos Estados Unidos levarem a Biblia até os mais remotos limites da terra [...] Por que não devemos cooperar em toda boa obra quando temos um só Deus, uma só Biblia, uma só lingua e um só destino?”*. O chefe de Estado entrevê um significado político derivado da conexão do pensamento religioso que possui matriz lingüística comum: “até que ponto é possível, então, fazer destas duas grandes nações, policiadores, para guardar a paz no mundo?” A sua fala também credita a estas entidades o papel de agentes de transformação no âmbito social, uma vez que teriam operado as suas atividades religiosas em favor da causa da civilização inoculando, na “fibra moral” dos povos evangelizados, os princípios cristãos

³³¹ TAYLOR, Zachary. A Immediata Evangelização do Brasil. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 10 ago. 1903, p. 2 (246).

que deveriam nortear a afluência das idéias democráticas, e que deveriam se coadunar nos ideais de paz entre as nações, manutenção da ordem, respeito à lei e ao direito individual no cumprimento do dever cívico.

Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, transmittiu por telegramma ao embaixador americano em Londres, por ocasião deste centenário, o seguinte telegramma: <<Communique á Sociedade Bíblica Britânica minhas congratulações cordiais pelo seu centenário, e meus desejos ardentes pelo successo continuo de sua boa obra>>. E o embaixador Choate findando o seu grande discurso a dez mil pessoas, resumiu nestas poucas palavras o motivo e fim das Sociedades Bíblicas: **<<Qual é o fim destas sociedades? Cada qual primeiramente pelos seus interesses próprios, mas por fim ellas têm uma missão maior e de grande alcance, que é promover e adiantar a causa da civilização, da ordem, da religião, da paz e do dever** Creio que taes occasião como esta vão longe no cumprimento daquella grande missão. Julgo e creio que a Sociedade Bíblica Britânica e a Sociedade Bíblica Americana são unidas na crença de que a unica garantia certa da paz é a influencia moral da opinião publica. Creio que se estas duas nações, que vós e eu representamos dessem o exemplo, as outras nações christãs seguiriam. Nada podia impedir o peso da opinião publica baseada sobre este Livro, que nada diz ao mundo senão paz, e boa vontade – paz na terra e boa vontade aos homens. Creio na cooperação de toda a boa obra, por toda maneira possível, entre o povo de nossas duas nações. Por que não devemos cooperar em toda boa obra quando temos um só Deus, uma só Bíblia, uma só língua e um só destino? >>. Depois deste discurso, mensageiros foram apresentados da Allemanha, Rússia, Hollanda, Dinamarca, Suíça, França, Suécia, Noruega, Finlândia, Itália e Canadá. **Um dos oradores disse: <<A sociedade Bíblica é a preparadora de missões>>. O embaixador Choate: É o grande destino da Inglaterra e dos Estados Unidos levarem a Bíblia até os mais remotos limites da terra**³³² (JB, 20 jul. 1904, grifo nosso).

A diferença de posicionamento entre a Igreja Católica e as igrejas protestantes, no tratamento dado às Escrituras Sagradas, no tocante a sua tradução e utilização nas práticas pastorais, é continuamente aferida como um antigo ponto de discordância, ainda não superado. No excerto abaixo são tangenciadas questões que perpassam o repertório da crítica batista à exegese bíblica católica: a permanência da Vulgata (tradução latina dos textos sagrados) como a única versão autorizada da Bíblia, posição tomada pelo Concílio

³³² Centenário da S. B. Britânica. **O Jornal Batista**, Editorial, p. 4 (116), Rio de Janeiro, 20 jul. 1904.

de Trento que havia se sustentado como irrevogável, por quase quatro séculos³³³. A vulgata havia sido traduzida para o português, no século XIX, pelo padre Antônio de Figueiredo, mas os textos que fundamentaram o seu trabalho era a versão latina de São Jerônimo, que só viria a ser submetida a uma revisão oficial em 1907. A distribuição da versão portuguesa da Bíblia realizada pelo padre Antônio de Figueiredo havia sido promovida pelos colportores protestantes³³⁴; talvez esta medida se explique pelo fato de não haver outra versão oficial quando iniciaram os seus trabalhos no Brasil e de terem logo se dado conta de que, embora houvesse esta “versão católica”, a Igreja romana não recomendava a sua leitura autônoma, desprovida de acompanhamento litúrgico e ministração sacerdotal³³⁵. Como uma consequência do procedimento do estudo individual das Escrituras, estimulado pelas congregações evangélicas, os batistas julgavam ter os fiéis protestantes muito mais conhecimento bíblico do que muitos católicos ilustrados, daí a justificativa para a sua suposição de que não era muito difícil “ver-se em um dos mais humildes membros de

³³³ MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Concílio Ecumênico de Trento. Sessão IV - A edição da Vulgata da Bíblia e o modo de interpretação - artigos 785, 786. Disponível em: <http://www.monfort.org.br/index.php?secao=documento&subsecao=concilios&artigo=trento&lang=bra>. Acesso em: 10 out. 2006.

³³⁴ O colportor da Sociedade Bíblica Norte-americana, Daniel P. Kidder, em sua viagem à Província de São Paulo, obteve concessão oficial para distribuir em escolas públicas primárias exemplares do Novo Testamento da Bíblia traduzida pelo padre Antônio Pereira de Figueiredo; todavia, o seu projeto nunca foi efetivado, “talvez por interferência oficiosa”. . GOUVEIA, Antônio Mendonça. **O celeste porvir: a inserção protestante no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1984. p. 109.

³³⁵ Existem registros que comprovam as iniciativas de alguns monarcas portugueses, a partir do século XV, em autorizar traduções parciais de alguns livros das Escrituras Sagradas fundamentadas nos manuscritos da Vulgata, não obstante a desaprovação da Igreja Católica, que coibia a disseminação destes escritos em língua vulgar. A mais antiga tradução integral da Bíblia para a língua portuguesa foi um empreendimento iniciado pelo padre português Antônio Ferreira de Almeida, convertido ao protestantismo em 1645, enquanto desempenhava a função de missionário no sudeste da Ásia, a serviço da Igreja Reformada Holandesa na Malásia. Estudioso do grego e do hebraico, Antônio Ferreira de Almeida embasou a sua versão do Novo e do Antigo Testamento, primordialmente em textos redigidos nestes idiomas (incluindo-se os textos bizantinos), além das compilações da Vulgata latina e das traduções da Bíblia já disponíveis em espanhol, italiano, francês e holandês (a tradução do Antigo Testamento foi concluída, após o livro de Ezequiel, pelo pastor Jacobus op den Akker, em virtude do seu falecimento em 1681). Somente no ano de 1753, foi publicada na Holanda a edição completa do trabalho principiado por Almeida; e a primeira publicação de sua versão da Bíblia foi integralmente impressa, em um único volume, no ano de 1819, em Londres. No final do século XIX, a Sociedade Bíblica Britânica passou a divulgar no Brasil a Bíblia traduzida por Antônio Ferreira da Almeida, e a submeteu a uma adaptação lingüística encabeçada por uma comissão de revisores nacionais encarregados de dar-lhe uma “feição mais brasileira”. Publicada em 1898, a tradução de Almeida revista e corrigida tornou-se a edição da Bíblia adotada pela maioria pelas denominações protestantes em países de língua portuguesa (informações colhidas junto à Sociedade Bíblica Brasileira, fundada em 1948).

egreja evangelica, ou protestante, levar á parede em materia religiosa qualquer sacerdote catholico”.

Repetidamente, os batistas criticam a declaração da infalibilidade papal impetrada pelo Concílio Vaticano I em 1870 e no artigo veiculado em cinco de dezembro de 1902, esta asserção doutrinária é rebatida em um questionamento formulado a partir da sugestão de que a Igreja Católica negligenciava o cumprimento de um dos principais compromissos pastorais da Igreja de Cristo – a disseminação das mensagens Escriturais, que deveria ser propalada em língua inteligível à massa de leigos – porquanto mantinha uma espécie de hierarquização da prática que deveria, em princípio, ser universalizada “[...] *E como pode alguém ou alguma igreja pretender sêr christã, e verdadeira e infallivel, se ella não ensina nem pratica as coisas que Christo ensinou?*” No ano de 1864, momento em que as missões protestantes ganhavam maior espaço e maior projeção no cenário religioso nacional, o Papa Pio IX havia expedido a controversa lista do *Syllabus*, apêndice da encíclica *Quanta Cura*, documento em que nomeava “os principais erros dos tempos modernos”, dentre os quais condenou os trabalhos realizados pelas sociedades bíblicas Britânica e Americana. Os batistas refutaram no jornal as acusações dos clérigos católicos contra as operações destas sociedades, alegando que deveriam, ao contrário, acatar com transigência o mérito de sua missão de verter a Bíblia para os mais de quatrocentos idiomas e dialetos de nações e povos por onde a haviam difundido os protestantes, chamado que acusavam o catolicismo de furtar-se a obedecer – tarefa a qual vinham dedicando-se por quase um século, crendo estar procedendo em maior consonância com o mandamento de Jesus: “*Ide, pregai o Evangelho a todos os povos e nações...*”

Quantas versões têm a igreja catholica da Biblia? Tem a versão latina, e em portuguez a versão do padre Antonio de Figueiredo, cuja disseminação tem sido feita, não pela igreja catholica, mas pelos

colportores protestantes. E como pode alguém ou alguma igreja pretender sêr christã, e verdadeira e infallivel, se ella não ensina nem pratica as coisas que Christo ensinou? O que é que o povo catholico sabe á cerca das doutrinas de Christo? Nada; absolutamente nada. Vêm-se a cada momento catholicos illustrados, presos á mais crassa ignorancia das Sagradas Lettras. Catholicos illustrados! Que digo? A maioria dos sacerdotes catholicos é supinamente ignorante da Palavra de Deus, pelo que não é muito difficil ver-se um dos mais humildes membros de igreja evangelica, ou protestante, levar á parede em materia religiosa um qualquer sacerdote catholico. Acaso as igrejas protestantes procedem do mesmo modo para com a Palavra de Deus? Não; mil vezes não. **As sociedades Biblica Britannica e Biblica Americana distribuem milhões de volumes da Biblia ou porções da Biblia. Tenho á mão o relatorio da Sociedade Biblica Britannica que accusa a distribuição, desde a sua fundação, 1804, até ao presente, de 175 milhões e 38, 965 biblias e porções da Biblia. Junte-se a esse fabuloso numero, um outro pouco mais ou menos, o qual é distribuido pela Sociedade Biblica Americana e ver-se-ha o modo por que as igrejas protestantes se portam para com o mandamento do divino Mestre e quem tem mais direito a chamar-se christã verdadeira. Não esquecendo tambem que por conta das mesmas sociedades, mantidas pelas igrejas protestantes, a Biblia se acha traduzida em mais de 400 idiomas e dialetos**³³⁶ (JB, 05 dez. 1902, grifo nosso).

Ainda no século XIX havia se solidificado na mentalidade dos missionários protestantes a idéia de que, dentre as instituições religiosas pertencentes ao meio clerical brasileiro, a corporação eclesiástica mais prejudicial ao desenvolvimento social e mais afastada dos verdadeiros princípios do Evangelho era a ordem dos jesuítas. Para as comunidades evangélicas atuantes no início do século XX os decretos do Syllabus condenatórios da premissa de que a liberdade de consciência religiosa e de culto eram direitos próprios de todos os homens (os quais deveriam ser assegurados aos cidadãos em todos os Estados bem constituídos), não eram apenas as doutrinas repressoras de um papa que desejava exercer um tipo de poder absoluto, mas também era a definição em breves fórmulas da errônea concepção de governo social prevista na filosofia política do partido eclesiástico que coordenava o reacionário programa ultramontano. Em numerosos jornais publicados pela imprensa protestante nas primeiras décadas do século XX os jesuítas são

³³⁶ SILVA, Antônio. Catholicismo e Protestantismo. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 05 dez.1902, p. 2 (142).

ostensivamente criticados como uma “seita perigosa” que detinha poderosos mecanismos de penetração na sociedade civil (os meios supostos eram a corrupção política, o monopólio na educação, o atemorizamento das consciências no confessionário, as perseguições encobertas, etc...).

Em sua insistente crítica ao jesuitismo os pastores evangélicos brasileiros justificavam que só poderia ser mal-conceituada uma instituição religiosa que negava o direito do indivíduo de manifestar publicamente as suas opiniões por meio da imprensa sem a aquiescência da autoridade eclesiástica; que afirmava, por outro lado, que o poder decisório do papado era superior ao dos governos civis <<defendendo pretensiosamente no Syllabus o lema de que os reis e príncipes deveriam estar sujeitos à jurisdição da Igreja>>; que levantava a bandeira de que a religião deveria estar unida ao Estado, e que o mesmo deveria ser transformado em braço da religião para punir por meio da sanção de penas os transgressores da religião católica (este seria o sutil retorno da inquisição); por último, os ministros protestantes recriminavam a posição jesuítica que encorajava o Pontífice romano a não transigir com o liberalismo, com o progresso, com a civilização moderna. Sobre as conseqüências do legado histórico da ação jesuítica na nação brasileira, faziam a seguinte indagação crítica: *“como não ser mal-conceituada uma instituição para quem a liberdade de pensamento e de consciência é um delírio, o casamento civil um concubinato, a secularização dos cemitérios, uma profanação, a vida conjugal uma violação da castidade?* Entre nós a república, a liberdade de pensamento, o casamento civil, a separação da Igreja e Estado, a liberdade de cultos, a secularização dos cemitérios, a plena liberdade de voto, o plebiscito, o acesso aberto a todos os cidadãos aos mais elevados

cargos da nação, são como galhos viçosos enxertados em um tronco onde não existiam as condições necessárias de vitalidade³³⁷.

Ao discutir o artigo intitulado “a questão do dia” em dez de junho de 1901, o termo imprensa liberal é aplicado pelo redator na designação generalizada dos segmentos do jornalismo brasileiro que protestavam contra determinadas condutas clericais, práticas pastorais e doutrinas da instituição católica, que detém grande parcela de poder e influência enquanto igreja majoritária. O artigo também procura ressaltar a presença, nas correntes liberais, das lideranças políticas, intelectuais e religiosas, de posturas críticas ao jesuitismo: o termo é utilizado com uma conotação negativa que alude à idéia de subordinação política associada ao colonialismo português; e ao dogmatismo do catolicismo tridentino, escola teológica de que o catolicismo latino-americano é procedente (herança enraizada no sistema religioso que desejavam reformar). Em momento posterior, ocorre a evocação direta ao patriotismo que condicionam à desvinculação com a religião tradicional, em um momento histórico em que buscavam contrapor as forças de resistência da hierarquia católica que estavam em ação contra o enfraquecimento de sua influência na sociedade brasileira, depois da reversão do seu status de religião oficial (consumada na separação entre o Estado e a Igreja, em 1889): o clero direcionava os seus esforços na tentativa de preservar, no imaginário, o catolicismo e a devoção à Maria como um sentimento religioso intrínseco à cultura nacional. O artigo também traz à baila antigos pontos de divergência doutrinária que originaram a ruptura entre católicos e protestantes na época da Reforma – “os abusos na Confissão Auricular, contra o celibato do clero, contra a escandalosa venda de Indulgências e a doutrina absurda do Purgatório (minas inesgotáveis na mão dos Jesuítas)”.

³³⁷ OLIVEIRA, Luiz Ernesto de. **O Syllabus, o Evangelho e o Estado**. São Paulo, Livraria Evangélica, 1901, p. 68.

Existe, ainda, no texto, outro tipo de interlocução que demanda uma contextualização histórica: as suas referências “à imprensa liberal”, “ao clero liberal”, “às igrejas ortodoxas do oriente”, “aos protestantes do norte” e “aos velhos católicos do sul”. Este amálgama de correntes do pensamento contemporâneo citadas era composto por grupos heterogêneos (em sua origem, natureza e finalidade), movimentos diversos que tinham em comum a visão crítica à autoridade centralizadora do Papa, reafirmada no século XIX, sob os auspícios da crescente perda de poder político do Vaticano. Leão XIX havia articulado junto à Cúria uma política de defesa inspirada em conceitos neo-tomistas sobre a manutenção da ordem social, medida que se calcava no recrudescimento de suas prerrogativas religiosas³³⁸. Alguns destes movimentos foram arrolados na lista do Papa Pio IX como detentores de ideologias que figuravam entre os erros da modernidade (é o caso do liberalismo e do protestantismo), enquanto outros grupos foram desqualificados como representações legítimas do pensamento católico, após haverem se interposto contra a decisão do Concílio Vaticano I de homologar o dogma da infalibilidade papal (esta reivindicação resultou na separação dos Velhos Católicos da Alemanha), tendo rejeitado outras propostas de reforma da vertente conservadora – este fortalecimento do conservadorismo católico-europeu justifica, parcialmente, a adesão de muitos integrantes do clero liberal brasileiro ao protestantismo, na segunda metade do século XIX.

A imprensa protestante na Primeira República, após três décadas que se seguiram ao Vaticano I e a organização do movimento intitulado os Velhos Católicos ainda comentava em suas matérias as idéias liberais, o historicismo e alguns pontos de doutrina defendidos por esta dissidência formada no seio da Igreja Católica que se mostrara adversária da definição do dogma da infalibilidade. Liderados pelo famoso historiador Inácio Döllinger,

³³⁸ PIERRARD, Pierre. **Cristandade Dilacerada**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 221-258.

teólogo da Universidade de Munique, a proposta dos Velhos Católicos para a constituição eclesiástica da Igreja era a de que cada povo deveria ter a sua Igreja nacional autônoma; estas Igrejas nacionais estariam coligadas pela conferência do episcopado, cuja autoridade máxima seria o Sínodo, instância responsável pela promulgação das leis e pela administração eclesial (o sínodo seria integrado por eclesiásticos e os deputados dos leigos de cada paróquia). Os escritos da imprensa evangélica ressaltavam que durante o Vaticano I não reinara entre a completa subserviência do clero liberal ao papado ante os decretos conciliares ultramontanos, conflagrando-se no reduto do catolicismo uma estrondosa reação contra o “jesuitismo” semelhante a da Reforma do século XVI³³⁹. A princípio, o movimento do velho catolicismo oscilava em matéria de doutrina entre o alinhamento com o protestantismo e com a Igreja ortodoxa, passando com o tempo a ser cada vez mais influenciado pela teologia protestante que parecia corresponder mais fielmente à disciplina da Igreja dos oito primeiros séculos (daí o nome de velhos católicos). Aproximando-se em termos doutrinários do protestantismo, os velhos católicos também suspenderam de seu credo o celibato clerical, baniram a confissão auricular, findaram as indulgências, substituíram o uso do latim na liturgia pelas línguas vernáculas, rejeitaram o culto dos santos, recusaram a imaculada concepção, e negaram o primado do Papa (o movimento estendeu-se pela Alemanha, Holanda, Suíça, Áustria e mesmo pela França).

³³⁹ Em seu tratado “Os Decretos do Vaticano” (publicado pela primeira vez em 1875), o primeiro ministro inglês W. E. Gladstone defendeu a tese de que nenhum cidadão poderia se converter ao catolicismo sem despojar-se de sua liberdade moral e intelectual, passando a delegar os seus deveres civis à mercê de outrem (este documento teve vasta repercussão na Europa e, no Brasil, foi amplamente comentado pela imprensa protestante). Sobre o movimento dos velhos católicos, Gladstone fez as seguintes observações: “Quando o cálice da paciência de há muito cheio, começou a transbordar em 1870 com o concílio do Vaticano, o Dr. Von Döllinger, atualmente o mais famoso e sábio teólogo da Comunhão Romana, de há muito o primeiro campeão de sua Igreja, recusou consentir, e submeteu-se impertubavelmente, com a sua liberdade intacta, à extrema e dolorosa pena da excomunhão. Juntamente com ele, muitos dos mais sábios e respeitados teólogos da Comunhão Romana na Alemanha sofreram a mesma sentença. Os muito poucos que em outros lugares (sem falar da Suíça) sofreram do mesmo modo, merecem uma admiração tanto maior quanto pequeno é o seu número. Parece que a Alemanha, onde Lutero fez soar a poderosa trombeta que ainda ecoa por toda a terra, ainda conserva a sua primazia no domínio da consciência, e ainda supriu a centúria proerogativa do grande comitê do mundo”. GLADSTONE, E.W. **Os Decretos do Vaticano em suas Relações com a Lealdade Civil**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1875. p. 16.

Toda a imprensa liberal do paiz é unisona em protestar contra o Jesuitismo e as ordens monasticas, em clamar bem alto contra os abusos na Confissão Auricular, contra o Celibato do clero, contra a escandalosa venda de Indulgências e a doutrina absurda do Purgatório (minas inesgotáveis na mão dos Jesuítas). Mas a imprensa periodica, o clero liberal e todos os cidadãos patriotas, protestando contra as innovações e abusos de Roma moderna, talvez não se lembrem que só estão fazendo exactamente o mesmo que os Christãos orthodoxos no Oriente, os Protestantes no Norte e os catholicos velhos no centro da Europa (isto é, a maioria do Christianismo) já fizeram. Os abusos acima apontados são parte integral da Igreja Romana. O papa (seguro na sua infalibilidade!) não aceita reformas, mas defende as ordens religiosas; e todas as autoridades da hierarchia romana ensinam e protegem todas as innovações que são atacadas pelos patriotas e liberaes. Onde está o remédio contra o Jesuitismo, o fanatismo, a devassidão e a impostura, da qual toda a imprensa liberal se queixa, e que tanto tem contribuido para o abatimento de nossa querida pátria?³⁴⁰ (JB, 30 jun. 1901, grifo nosso).

Um número expressivo de artigos do Jornal Batista refere-se criticamente à orientação ideológica propalada pela ordem dos Jesuítas (a qual também combatiam contundentemente sob o epíteto de “jesuitismo” ou “guarda avançada do papismo”), tendo este segmento exercido a função de principal força propulsora do movimento de asseveração da doutrina da infalibilidade do magistrado pontifício, desempenhando concomitantemente o papel de maior aliada do Vaticano no processo de recuperação de sua preponderância sobre os arcebispados nacionais. Os jesuítas preconizavam a legitimidade histórica do poder absoluto do papado e os mesmos intercederam, no Concílio Vaticano I, em favor da preservação do caráter inalienável de seu direito de jurisdição cívico-religiosa (daí, talvez se possa extrair outro elemento capaz de clarificar as razões da insistente crítica ao jesuitismo, já que esta ordem teve participação determinante entre as correntes engajadas na sua aprovação). No artigo editado em 30 de outubro de 1904, no qual os jesuítas são avocados sob a alcunha de “a guarda avançada do papismo: uma sociedade perigosa”, o Jornal Batista traz uma extensa relação cronológica de datas e lugares de onde esta ordem religiosa já havia sido expulsa, tracejando um perfil depreciativo da instituição

³⁴⁰ A Questão do Dia. Editorial. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, p. 1(17), 30 jun. 1901.

fundada por Loyola, esboçando um quadro com informações de ordem histórico-geográficas, rico em estereótipos, o qual demarca detalhadamente os 82 países de onde os jesuítas haviam sido oficialmente banidos e supostamente estigmatizados:

Como se vê pelo quadro acima os jesuítas foram expulsos 82 vezes de diferentes paizes e logares; da Inglaterra 6 vezes, da França 6 vezes, da Rússia 3 vezes, da Espanha, onde se originaram, 3 vezes, de Paraguay 2 vezes, de Portugal 2 vezes (incluindo o Brazil), e por decreto do próprio papa, duas vezes suspensos; mostrando que o jesuitismo é incompatível com os governos civis e com as sociedades. Machina para derrubar toda a auctoridade e edificar seu systema sobre as ruínas. Mas não obstante serem expulsos de todos os paizes, continuam sua obra nefanda, por varias maneiras, vivendo do estado, procurando dirigir a legislação, o chefe delles sendo o papa negro, que é o poder de traz do throno do papa³⁴¹ (JB, 30. out. 1904, grifo nosso).

O tema do “Jesuitismo” foi discutido no Jornal Batista sob ponto de vista multifocal, e no artigo dado a público em 10/03/1903 cuja manchete era “A Política do Vaticano”, esteve em pauta de discussão o suposto comportamento lenitivo do Papa em vigência Leão XIII na condução dos assuntos administrativos da Igreja frente à Cúria, sobretudo no que dizia respeito ao que consideravam os batistas uma atitude de subserviência diante dos desmandos da ordem jesuítica. O teor da crítica parecia a princípio paradoxal devido à sua incongruência com o paradigma católico da suprema autoridade eclesial do Papa; no entanto, os batistas vociferavam que os mais influentes prelados do mundo naquele momento da história, eram membros da Companhia de Jesus - os quais por seus trajes austeros e pretos, regras disciplinares de clausura e ideário político reacionário, haviam sido pejorativamente designados, pela imprensa protestante e liberal, de “seita negra”. No artigo citado, os batistas comentam os relatos do cronista inglês Alexander Robertson (autor do livro “A Igreja Catholica em Roma”), o qual denuncia como flagrante a condição de submissão de Leão III ao poder decisório do “papa negro”, o general superior da companhia de Jesus (assim chamado no vulgo da imprensa secular e religiosa, pelo

³⁴¹ A Guarda Avançada do Papismo. **O Jornal Batista**. Editorial. Rio de Janeiro, p.1 (29) 30 out. 1904.

desempenho de seu cargo vitalício, pela sua fortíssima liderança exercida no reduto da corte papal, e como uma menção alusiva ao hábito negro que sempre trajava).

A igreja catholica, por ser depositaria da fé de 200 milhões de almas, por ser uma vasta ramificação em quase todo o mundo, e por ter uma sede tão opulenta, é um objecto de atração universal, por estes ou por aquelles motivos;... porém, infelizmente, essa influencia, longe de ser uma fonte de beneficios, tornou-se uma fonte de malifícios. Não ha neste mundo organização mais corroída pela podridão, pelos vícios, pela hypocrisia, pela mentira, pelo interesse, pela baixa politicagem, etc., do que seja a igreja catholica. **Sem queremos offender aos sinceros catholicos, os factos provam que a organização catholica é uma companhia de comediantes sob a direção do papa, que por sua vez é dirigido por detraz da cortina pelo ponto, isto é, o papa negro, ou o superior dos jesuítas. E o pobre Leão XIII que não se deixe dirigir pelo papa negro, e verão que lhe succede! O papa, coitado, tem uma grande cabeça, é reconhecido pelos grandes entendedores como um grande filosofo, porém, não tem vontade, é um manequim na mão de seus sectários**³⁴² (JB, 10 mar. 1903, grifo nosso).

Predominava no imaginário protestante da época uma visão muito depreciativa da ordem dos jesuítas, segundo a qual se questionava a legitimidade de algumas de suas mais distintivas doutrinas (tanto no terreno da religião quanto no campo da política) e, principalmente, o *modus operandi* desta organização eclesiástica. A organização jesuítica era retratada pela imprensa evangélica como uma sociedade secreta que operava por meio do emprego de métodos obscuros e que dissimulava, sob a respeitável bandeira do renascimento de seu missionarismo religioso, o objetivo escuso de fazer obliterar nas nações católicas os princípios da fé reformada e subverter os ideais democráticos do movimento liberal; “a encoberta estratagem da propaganda jesuítica” teria como fim maior, o estabelecimento no ocidente cristão de um sistema político anacrônico arremedado da Idade Média, para que se implantasse no mundo moderno um governo teocrático sediado no Vaticano regido pelos ditames de sua casta sacerdotal: *“repudiando todos os escrúpulos de moralidade, subordinando impudentemente os meios aos fins, essa*

³⁴² A Política do Vaticano. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 10 mar.1903, O Que Vae Por Ahi, p.5 (45).

milícia inumerável infatigável tem enchido a terra, há três séculos, com os seus feitos em prol as supremacia teocrática de Roma” ³⁴³.

Os ministros batistas e os líderes de outros segmentos do protestantismo brasileiro manifestaram ostensivamente na imprensa o seu posicionamento crítico com relação à “moral jesuítica” e sobre o modo de atuação desta entidade religiosa na sociedade brasileira. Pensavam os protestantes que naquele momento histórico a suplantação das instituições liberais pelo modelo anacrônico de governo civil esboçado no Syllabus soava como uma quimera do conservadorismo ultramontano, por que era um tipo de retrocesso irrealizável. Contudo, a imprensa evangélica repetia constantemente a alegação de que o jesuitismo fincara profundas raízes no substrato religioso da nação brasileira desde a fase embrionária de sua organização social, de modo que mesmo sob a vigência do regime republicano que salvaguardava a total separação entre o poder secular e o religioso, receava-se que a sua forte influência dos jesuítas na sociedade brasileira pudesse de alguma maneira “paralisar a marcha para o progresso e para civilização” ³⁴⁴.

Reclamavam os batistas que a organização jesuítica não pretendia fazer vigorar na sociedade as sanções do Syllabus somente para facultar a sua prevalência enquanto ordem religiosa, mas também para viger a sua supremacia sobre todas as instituições seculares, sobre todas as autoridades civis. Os protestantes de um modo geral tinham os jesuítas como uma irmandade facciosa infiltrada estrategicamente no organismo social, escolhendo os seus próprios oficiais,

³⁴³ Extraído do livro clássico do protestantismo brasileiro, “O problema Religioso da América Latina”, quando o pastor Carlos Eduardo Pereira cita o texto de Ruy Barbosa em “O Papa e o Concílio”; nesta obra, os jesuítas são alcunhados pelo autor presbiteriano de janízaros do papado, em uma crítica comparação alegórica com a tropa de elite dos sultões muçulmanos. PEREIRA, Eduardo Carlos. **O Problema Religioso da América Latina**: estudo dogmático histórico. São Paulo: Livraria Independente, 1916. p. 259.

³⁴⁴ “Para cercar a onda da civilização e do progresso tem o jesuíta a sua disposição todos os meios, pois é a máxima de sua escola: << os fins justificam os meios>>”. OLIVEIRA, Luiz Ernesto de. **O Syllabus, o Evangelho e o Estado**. São Paulo, Livraria Evangélica, 1901, p. 8..

negando a responsabilidade de seus membros nos tribunais seculares, possuindo imenso poder pecuniário e exigindo da sociedade contínua sujeição aos seus direitos e interesses particulares (suas propriedades, por exemplo, estavam isentas de toda a interferência do poder civil). Segundo o parecer da denominação batista, a ordem jesuítica era uma organização muito influente no cenário internacional e detinha a faculdade de fazer levantar e derrocar lideranças, ditar a sua política no mundo ocidental, mantendo seus agentes em cada corte, junto a cada governo – os batistas acreditavam que “a guarda avançada do papismo” estava cercada de um exército de homens traquejados no emprego de todos os meios lícitos ou ilícitos para alcançar os seus objetivos, sob o apophthema professo pela ordem de que “os fins justificam os meios”.

O partido político que se intitula igreja catholica, declara ao mundo moderno guerras sem trégua e sem misericórdia. De Gesu, quartel general dos jesuítas, recebeu o chefe ostensivo desse partido, e transmitiu urbi e orbi a senha<<não há conciliação possível>>. **Foi o Syllabus o ultimatum atirado aos povos estupefatos: foi a infallibilidade o formal rompimento contra as velhas tradições da cristandade. 1854 e 1870 assinalam os pontos culminantes da reaccionaria política romana. Sob o titulo de Syllabus <<oitenta tochas incendiarias que milhares de mãos fanáticas sacodem a todos os cantos da sociedade>>.** Sob o nome de Concilio do Vaticano, o papa substituindo-se a Deus. O ultramontanismo não nos illudamos com os liberaes optimistas; tem formidáveis meios de ação. **Conta, em primeiro lugar, com a nefasta Ordem dos Jesuítas, sociedade eterna com o mal, na phrase de um escriptor: sociedade que condemnada pelos papas e pelos concílios, não morre, e como a peste cujos germens não foram de todo extinctos, espera a estação e o meio em que se deve desenvolver.** A internacional seita negra está em toda parte, insinua-se sob todas as formas de governo, ergue-se altiva deante dos fracos, roja-se humilde deante dos fortes³⁴⁵ (JB, 20 abr. 1911, grifo nosso).

Imbuídos do espírito visionário que impulsionava o missionarismo supranacional norte-americano desde o início do século XIX, os pregadores batistas que se fixaram no Brasil a partir de 1881, tomam para si o encargo de fomentar a “reforma” nesta nação tradicionalmente católica, conclamando a sua militância em favor da causa evangélica. Acreditavam que o êxito desse movimento revigorador da fé cristã na América Latina estava condicionado à eficácia de sua missão imperiosa de difundir as Escrituras Sagradas

³⁴⁵ AMARAL, Ubaldino. Os Jesuítas (do Republica Portuguesa). **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 20 abr. 1911, p. 4-5.

e de divulgar o ideário do protestantismo. Os trechos extraídos do Jornal Batista transcritos abaixo (publicados respectivamente em 20/08/1903 e 05/10/1911), são locuções expletivas da proposição enunciada acima; pois sustentam a afirmação de que os batistas têm como principal guarnição argumentativa uma retórica persuasiva que vindicava o pleito de regeneração do código doutrinal do “romanismo” - o qual, segundo a sua visão revisionista, deveria ser iminentemente renovado pelo estabelecimento da Bíblia como único e infalível meio de orientação teológica. Este argumento impelia a discussão, de maneira quase incontornável, para uma subjacente confrontação de alguns elementos cruciais do discurso oficial do catolicismo romano em voga, que se calcava fortemente no dogma da infalibilidade pontifícia definido em 1870 - em que pese a sua inexorável necessidade de confutar a dogmatização da crença na indefectibilidade do juízo teológico e moral do pontífice romano, com todas as suas implicações históricas e repercussões no terreno religioso e político:

Se estudardes o mapa do mundo, vereis que as nações teem cahido na historia por serem antagônicas e negligentes da Palavra de Deus. Um dos acontecimentos mais estupendos que tem ocorrido em nossa época teve lugar em 1870. O Concilio do Vaticano acabava de aprovar o decreto de infallibilidade que punha a um simples mortal sobre o throno de Deus, quando o poder temporal do papa chegou logo a seu termo, para nunca mais ser restaurado. Se quereis ver a mão de Deus na historia humana, lêde exactamente a historia de 1870, o que teve lugar na cidade eterna³⁴⁶ (JB, 05 out. 1911, grifo nosso).

Já os trechos dos artigos arrolados abaixo (publicados, respectivamente em 05/12/1902 e 20/08/1903), incluem outras diversas assertivas doutrinárias que compõe o repertório semântico do discurso do protestantismo reformado, do qual a discursiva batista se faz parte integrante. Nota-se a ênfase que o primeiro artigo dispensa ao aspecto da predominância de uma identificação associativa de natureza doutrinal entre as igrejas evangélicas, a despeito de suas especificidades denominacionais; enquanto que no segundo

³⁴⁶ PIERSON, Arthur T. A Mão de Deus na Historia. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 05 out. 1911, p. 4.

artigo, a crítica a determinados elementos do regimento doutrinário do catolicismo (e das instâncias eclesiais responsáveis pela sua instauração), dá sinais de uma forte rigidez. E ainda que as doutrinas contra as quais os batistas se posicionavam de forma crítica sejam apenas superficialmente tocadas, ficam cadenciados sucintamente nos textos, alguns dos termos de seu engajamento em um amplo movimento de cooperação interdenominacional, que visava a sobrepujar algumas das injunções dogmáticas provenientes do Concílio de Trento, do Syllabus e do Concílio Vaticano I, que orquestravam a vida religiosa brasileira naquele momento histórico:

As egrejas protestantes geralmente embora divergentes em muitas coisas concordam nas coisas essenciaes – a Bíblia como regra de fé, a salvação do homem pelos merecimentos de Christo (...) Estas partes essenciaes a as egrejas protestantes teem em commum; **porem a igreja catholica tirou as paredes essenciaes, está unida na derrocada, o que ella prega não é o christianismo; do christianismo tem apenas o nome. A Palavra de Deus foi substituída pelas bullas e decretos dos concílios; a salvação pela fé em Jesus Christo foi substituída pelas indulgências, missas, e estas resgatadas por dinheiro.** Qualquer das egrejas protestantes, portanto a ainda mais afastada da Palavra de Deus, se acha mais próximo d'ella do que a igreja catholica³⁴⁷ (JB, 05 dez. 1902, grifo nosso).

Os evangélicos creem em Christo como único chefe visível e invisível da sua Igreja, por isso repudiam o Papa, intruso e falso vigário; creem em Christo como único mediador e intercessor entre Deus e os homens e perfeitamente accesível ao mais ínfimo dos mortaes, por isso não sabem que fazer de ídolos, de rosarios, indulgencias e demais asneiras padrescas; creem que Christo por elles fez expiação no Calvário, uma vez para sempre de todos os seus peccados, por isso não podem ter nada que fazer com o pretendido expiatório da missa; creem que o christão morrendo vae directamente para os céus, em conformidade com a promessa de Jesus, eis porque não querem ouvir fallar de Purgatório; creem que Deus sómente pode perdoar os peccados e que os perdoa directamente a quem os confessar a Elle, eis porque rejeitam a confissão romanista; creem que a Bíblia é clara em explicar-se e única regra de fé e conduta, por isso negam as tradições e é este o motivo pelo qual descreem do Syllabus³⁴⁸ (JB, 20 ago. 1903, grifo nosso).

³⁴⁷ SILVA, Antonio. Catholicismo e Protestantismo. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 05 dez. 1902, p. 2 (182).

³⁴⁸ NIGRO, José. Estudos Apologéticos Sobre o Christianismo: O Que Crêem e Como Crêem os Evangélicos. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 20 ago. 1903, p. 3 (155).

O momento histórico em que os missionários protestantes passaram a desenvolver seu trabalho no Brasil é caracterizado pela efervescência das idéias que têm nos conceitos de “modernidade” e de “modernização” o seu principal paradigma. O seu ideário de civilização é o modelo de desenvolvimento típico do mundo ocidental, marcado pelo pensamento voltado para o porvir, que toma como essencial “o pensamento racional” – o fascínio pelas ciências. Os espaços públicos das grandes cidades e os modos de vida se transformavam simultaneamente, em um movimento de adesão ao cosmopolitismo identificado com o estilo de vida parisiense. A inserção do Brasil na “Belle Époque” se deu a partir de uma nova atitude mental que se refletia nas novas formas de comportamento e de sociabilidade ³⁴⁹. Neste contexto histórico marcado pelo “cosmopolitismo”, os elementos relacionados ao passado ibérico são colocados como entraves à modernização do país. A crítica presente neste discurso se dirige à sociedade colonial, no âmbito da política, da economia, da cultura, das ciências e da religião, onde o anticlericalismo ganhou grande destaque.

Seja através do consumo dos “artigos de última moda” ou da recepção entusiasmada das novas estéticas ou das novas escolas filosóficas em voga,³⁵⁰ “o Brasil ilustrado” do início do século XX, colocava-se como co-participante do modelo cultural que primava pelo “triunfo da modernidade sobre o atraso”, pela crença na primazia da racionalidade, que instaurava uma crise na identidade religiosa do homem contemporâneo. Segundo Eric Hobsbawm³⁵¹, a “religião” estava tendo o seu número de fiéis reduzido nas sociedades européias e, de um modo geral, com a exceção dos EUA, a religião ocidental nunca havia

³⁴⁹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 25-68.

³⁵⁰ As correntes científicas, o darwinismo social de Spencer, o monismo alemão e o positivismo de Auguste Comte inspiravam as novas “elites ilustradas”. SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque a era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 14.

³⁵¹ HOBBSAWM, Eric. **The Age of the Empire (1875-1914)**. Nova Iorque: Random House, 1987, p. 245.

sofrido maior pressão no meio intelectual e político como no final do século XIX. Neste sentido, o “protestantismo de missão” proveniente dos EUA que se estabeleceu no Brasil no início da Primeira República, está inserido em um movimento histórico que é de certa forma, uma reação contra o processo de secularização que se instalava na Europa e que se refletia nas lideranças políticas e intelectuais da América Latina.

Para a intelectualidade sul-americana elevar o nível educacional da população implicava inculcar-lhe o “espírito do iluminismo”, fazendo a apologia do racionalismo, do progresso científico, das conquistas da modernidade, ao mesmo tempo em que se criticava em seu discurso anticlerical o indesejável “atraso” em que se encontravam os países de procedência católica. A postura da Igreja Católica de resistência à ideologia da “razão” e do progresso havia se tornado uma discussão central no ambiente cultural brasileiro e também nas comunidades religiosas. Neste contexto, percebe-se que as críticas dos missionários batistas dirigidas às lideranças católicas do país são proferidas no sentido de questionar a forma com que o catolicismo prestava assistência espiritual à população, entendida como insuficiente para libertar o povo de sua “estagnação espiritual” e sobrepujar a ignorância das massas.

Em 09 de agosto de 1907, o Jornal Batista publicou a tese apresentada pelo missionário Salomão Ginsburg à Primeira Convenção das Igrejas Batistas do Brasil, documento no qual discute a questão do “enfraquecimento” do catolicismo na sociedade brasileira. Ginsburg faz a observação de que o clero “desacreditado” se esmerava naquele momento para recuperar a sua supremacia na consciência religiosa do povo brasileiro, comenta que a grande maioria da população nativa descreia da religião romana, e se ainda costumeiramente tomava parte em seus ritos e sacramentos, não o fazia senão por mera

força do hábito – por encargo da tradição: *“Em matéria religiosa, como foi dito, o Brasil está passando por uma crise. Actualmente o que existe é um verdadeiro chãos. O Romanismo perdeu seu valor e domínio. O povo descrê na igreja romana, no seu clero, nos seus ritos e sacramentos”*. Através da verificação do conteúdo filosófico do discurso batista articulado nas matérias do Jornal é possível comprovar a hipótese inicialmente levantada de que os norte-americanos pertencentes às congregações batistas não somente acreditavam estarem imbuídos de "uma missão civilizatória no mundo" (a difusão dos ideais democráticos e de sua visão de progresso e de prosperidade), mas, sobretudo, de uma missão cuja dimensão era primeiramente religiosa. Neste mesmo artigo intitulado “O Brasil como campo missionário” o autor descreve alguns das principais metas que este grupo religioso almejava alcançar como resultado de sua obra evangelizadora em terras brasileiras:

O nosso ideal, desde tempos de Christo, tem sido: Em política – o governo do povo pelo povo; em religião a responsabilidade directa ad alma humana para com Deus, sem intervenção de terceiros. No campo político poderíamos apontar a grande necessidade de firmeza e acção Baptista, daqueles princípios que fizeram dos Estados Unidos do Norte, descoberto quasi ao mesmo tempo em que o Brasil, uma das maiores potencias do mundo [...] Mas, onde a acção Baptista é mais reclamada é no campo religioso [...] pois, que a acção dos Baptistas faz se sentir com força e vigor, e que pouco a pouco está mudando o caráter nacional e transformando a nação brasileira n’um povo christão³⁵².

A realização da vocação batista cívico-missionária em solo brasileiro, no início do século XX, representou para um número significativo de contemporâneos a consolidação de uma ética cristã (que tem nas Escrituras a sua única regra de fé e vida) e o despertar religioso em uma época, em que o advento da Revolução científico-tecnológica causara grande impacto nas “sensibilidades religiosas”. A Imprensa denominacional batista atuou como veículo reformador das crenças básicas do sistema religioso brasileiro e muitos artigos

³⁵² GINSBURG, Salomão L. O Brazil Como Campo Missionário. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 09 ago. 1907, p.2

publicados nestes primeiros anos procuravam fortalecer o entendimento dos novos convertidos acerca das regras de fé e prática historicamente propagadas pelo protestantismo, fornecendo as bases para a formação de uma nova mentalidade religiosa. Quanto ao conteúdo apreendido através da leitura da documentação referente ao período, pode-se salientar que nela são evidenciados: o compromisso dos missionários com a evangelização do povo brasileiro, a sua preocupação com o aprimoramento da Educação formal e teológica dos fiéis, a intenção de transmitir conhecimento histórico a seus leitores (sobretudo através da elaboração de artigos que abordavam questões relacionadas à história da Igreja e das religiões).

Na matéria publicada em com o título "O que são os Protestantes"³⁵³, observa-se um re-direcionamento da discussão sobre o papel histórico do protestantismo, onde a ênfase passa a ser dada não mais à teologia evangélica, mas a sua projeção no horizonte científico e cultural do mundo contemporâneo. Neste período abundaram matérias que traziam informes sobre as novas descobertas realizadas em todas as áreas do saber, pois eram noticiadas constantemente novas teorias científicas, novas descobertas da medicina, a invenção de novas máquinas, os avanços tecnológicos, as conquistas no terreno político-social; e a capacidade engenhosa dos cientistas, artistas e políticos dos países protestantes era grandemente enaltecida no Jornal. O artigo é elaborado de modo a pontuar as contribuições históricas de personalidades de origem protestante nas diversas áreas do conhecimento, das artes e da política, sendo citados, dentre os nomes de numerosas figuras proeminentes: Gutemberg, inventor da imprensa; Bach, fundador da música moderna; Shakspeare, poeta dramático; Leibniz, matemático e filósofo; Newton, físico autor das leis da gravitação; Edson, inventor da luz elétrica; Morse, inventor do telégrafo; Walter Scott, fundador do romance histórico; Lincoln, abolicionista, etc. Pode-se observar na articulação

³⁵³ O Que são os Protestantes. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 10 abr. 1901, p. 3.

deste documento, o intuito de vincular os conceitos de "progresso" e de "civilização" às nações de formação protestante, uma vez que procuram evidenciar o nível de desenvolvimento técnico e científico que estas nações haviam atingido e estabelecer uma relação entre a "liberdade de consciência religiosa" (entendida como herdeira do pensamento protestante) e o processo de aprimoramento de suas instituições políticas. A formação do pensamento protestante brasileiro, contemporâneo à ideologia do "progresso" e da civilização, veio a suscitar uma importante discussão a respeito das possíveis relações de compatibilidade entre fé e razão, religião e progresso, tendo ampla repercussão no ambiente cultural brasileiro.

Os missionários protestantes juntamente com os intelectuais liberais difundiram amplamente na imprensa a idéia de que à medida que o povo sul-americano passasse a abdicar da religião católica, seus países logo dariam demonstração de principiar uma etapa de sua história em que os benefícios do progresso poderiam ser sentido em todos os setores da sociedade³⁵⁴. Predominava nos círculos evangélicos o pensamento de que o protestantismo era uma religião cristã que se harmonizava substancialmente com o ideário da “modernidade”, ao passo que para o catolicismo retrógrado do *Syllabus*, a única civilização possível para a raça humana era a sociedade medieval: no juízo crítico protestante a Igreja Católica teria sido através dos séculos um inimigo inveterado do engenho humano, uma vez que o papado teria patrocinado uma luta feroz contra a filosofia, a ciência e a imprensa nos seus primórdios, buscando cercear os progressos da razão porque a sua independência ameaçava o seu poderio³⁵⁵.

³⁵⁴ GRAHAN, Richard. **Grã Bretanha e o início da modernização no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 294.

³⁵⁵ TARSIER, Pedro. **Roma, o Jesuitismo e a Constituinte**: Estudo histórico-crítico, Porto Alegre, Livraria Universal, 1933. p. 269.

Na compreensão evangélica, o primeiro passo rumo ao alto patamar de civilização alcançado pelas nações européias desenvolvidas teria sido dado com o advento da Reforma protestante que propiciara o despertar para a necessidade de reconhecimento legal dos direitos individuais, em virtude de sua defesa do princípio do livre exame das Escrituras. O êxito de sua militância em favor da observância do direito de liberdade de consciência religiosa teria contribuído para a dissolução do modelo de organização social vigente durante séculos na Idade Média - o “absolutismo religioso a que se refere o Jornal Batista” - no qual os reis e os povos teriam estado submetidos ao julgo do poder pontifício permitindo que a Igreja Católica pudesse desfrutar sobejamente de suas prerrogativas políticas e de seus privilégios materiais.

Na visão dos missionários batistas, no contexto das sociedades contemporâneas, os povos da Europa e da América Latina ainda estavam sendo dominados pelo “obscurantismo” do catolicismo ultramontano, sendo facilmente manipulados por estas “lideranças reacionárias” que travavam uma luta acirrada contra a intelectualidade liberal e contra os pastores protestantes, para que se não fossem erradicados destas nações o analfabetismo, a superstição, e mesmo o fanatismo religioso: a sua opinião era de que a Igreja Romana, ao invés de instruir essas populações transmitindo-lhes o conhecimento bíblico e facultando-lhes o acesso à cultura geral, optara por mantê-los cativos da mais crassa ignorância, pensando com isso que poderia torná-los imunes aos “efeitos subversivos” tanto do discurso liberal quanto da prédica protestante. Conforme podemos constatar na leitura dos artigos do Jornal batista arrolados abaixo, está fortemente arraigada no imaginário batista a convicção de que o ideário e o modo de vida protestante eram as ferramentas ideológicas mais eficazes para libertar a nação brasileira de sua “ignorância” e para fazê-la percorrer o caminho da modernização e do progresso, concorrendo para a aquisição da “prosperidade

industrial rigorosa e luxuriante tal como uma floresta tropical” de que falava Ruy Barbosa e outros integrantes da elite intelectual do país³⁵⁶.

<<O protestantismo... é um galho que se quebrou da arvore do christianismo (romanismo é o que se quis dizer) e privado da seiva do sacrificio catholico seccou, diz o ver. conego Victor>>. Mas então deu-se uma verdadeira maravilha: o galho quebrado é que ficou com o viço e a arvore é que seccou; dizem-nos os factos. **Sob o ponto de vista material as nações protestantes são que governam o mundo. Na Allemanha está o coração das sciencias, na Inglaterra o das finanças, nos Estados Unidos, o das industrias, nas duas primeiras e na Hollanda, a pintura, a musica, a architectura... Devemos dizer que o progresso das nações catholicas é á medida que ellas se vão affastando da Egreja catholica.** Assim acontece com a Itália, assim acontece com a França, assim acontece com Portugal. A pobre Hespanha que insiste com a sua rotina não sae do lamaçal. As suas tropas e os seus buques abençoados pelo papa foram derrotados pelos protestantes (que sacrilegio!) e não vemos que essa lição se tenha aproveitado. Pobres nações catholicas! (JB, 30 nov. 1904, grifo nosso)³⁵⁷.

Mas, perguntamos a vós, pe. Júlio Maria, porque os povos protestantes incontestavelmente, visivelmente progridem em quaesquer ramos da actividade humana, tocando á meta da grandeza material e moral, e os catholicos apathicos, frouxos, inertes, conservam-se dormindo o somno da fraqueza, no deleitar embriagante e saudoso do passado? Compare na Irlanda, Connaught e Ulster, os cantões de Nauchatel, Vaud, Genebra, Lucerna, Alto Valais, e responde-nos com a voz da consciência pura. Nos Estados Unidos, dizei-nos o que é a população catholica, em verdade, porque só podereis affirmar a opinião valorosa de Tocqueville. São os catholicos que ocupam plano superior e digno nas artes, industria, commercio, letras, no Canadá? Não. Portugal, estacionou e a Hespanha, meia-morta, embevecidos, contemplam as glorias de outr’ora. A França, do seu throno glorioso ouve a gritaria da população e, mais, do que estes assomos, tem o escalar das grimpas do poder pelo ultramontanismo. Confrontae o que ella foi em 1700 e o que é hoje, aconselha-vos Levasseur. A Itália e a Bélgica, calmas aparentemente, se estremecem a cada instante ao sopro da liberdade. Lançae as vistas sobre estes paizes catholicos e depois nos dizei se o nosso caro e extremo Brazil pode ser feliz e prospero, avassalado, como o é, pelo romanismo? Não o é, não poderá ser, porque a religião de formulas e ritos já passou de epocha, não contém os

³⁵⁶ Richard Graham, em seu livro sobre a modernização no Brasil menciona a frase de Ruy e com ela transige, adicionando a informação de que outro brasileiro traduziu prontamente para o português o livro do escritor francês Emílio de Laveley “Do Futuro dos Povos Católicos”, logo que ele foi posto à venda em 1875. A obra teve ampla repercussão no meio evangélico porque supunha que as nações protestantes triunfariam sobre as católicas, alegando que este evento se concretizaria pelo fato de os protestantes investirem na educação, fomentarem o desenvolvimento científico, cultivarem o sentimento de nacionalismo e respeitarem a liberdade intelectual. A imprensa protestante de um modo geral procurou divulgar essa idéia, na medida em que retratava o protestantismo como o contraponto do catolicismo não apenas no terreno dogmático, mas também em seu incentivo para que os povos trilhassem as sendas do progresso e da modernidade. GRAHAM, Richard. **Grã Bretanha e o início da modernização no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 294..

³⁵⁷ T.R.T. Maravilha! **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 30 nov. 1904, p. 6 (246).

ímpetos, não domina os homens. O povo precisa urgentemente de outra instrução religiosa³⁵⁸ (JB, 10 set. 1901, grifo nosso).

Desde o início do século XIX havia tanto em nosso sistema religioso bem como em nossa cultura elementos favoráveis à inserção do protestantismo em terras brasileiras, e esta disposição pode ser percebida através das ações reformistas de padres e leigos católicos que vieram a se tornar colaboradores dos missionários protestantes (entre eles citamos o ex-padre católico Antônio Teixeira de Albuquerque, primeiro brasileiro ordenado ministro batista): a cultura brasileira como um todo cedia espaço a um "pluralismo" que também se refletia em nosso sistema religioso. Movidos pela aspiração de uma reforma espiritual de bases bíblicas, alguns membros do clero católico tornaram-se adeptos dos princípios reformistas e aderiram ao movimento reformador. Também entre os intelectuais idealizadores das reformas sociais que ocorreram no final do século XIX, encontramos o parecer favorável ao encaminhamento da separação entre o Estado e a Igreja presentes nos discursos de Ruy Barbosa, Saldanha Marinho, entre outros.

O Jornal Batista elogiou insistentemente a posição política de intelectuais brasileiros que eram defensores dos ideais do liberalismo como foi o caso de Saldanha Marinho e a sua atuação na chamada “Questão Religiosa” ocorrida em 1870. Em sua obra “A Igreja e o Estado”, o autor equacionara a problemática das relações estreitas entre o poder temporal e espiritual, fazendo a asserção de que a força da lei política era impotente para manter as crenças religiosas, já que os seus rigores e a sua força de coerção poderiam somente fazer dos cidadãos “vítimas ou hipócritas, mas nunca crentes”. Saldanha Marinho fez uma célebre exposição do ponto de vista liberal, ao declarar que em uma sociedade na qual não há unidade de crenças, a religião não pode ser o fundamento da organização política; e

³⁵⁸ D’OLIVEIRA JUNIOR, P. Carta Aberta ao Conego Dr. Julio Maria (ext. do Jornal de Noticia da Bahia). **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 10 set. 1901, p. 1 (24).

assim sendo, concluiu que “não poderia existir regularmente religião de Estado no Brasil”

359

A igreja catholica romana, implantou-se no Brazil, com o descobrimento da América Meridional. As suas raízes deviam ser as mais profundas, sinão tivesse tido como seu principal sustentáculo, instituições que o sentimento nacional condenava, como fossem a monarchia e a escravidão. Com o desaparecimento dessas instituições e com a proclamação da Republica, o romanismo foi perdendo terreno, á proporção que iam sendo conhecidos e divulgados os princípios conquistados pela Constituição de 24 de Fevereiro, repozitorio sagrado das grandes conquistas liberaes realizadas pela humanidade, na ultima faze de sua historia. De então para cá, as igrejas christãs, que praticam a leitura da Bfblia e ensinam o Evangelho, vão adquirindo considerável de desenvolvimento por toda a extensão do vasto território da grande Republica Sul Americana. **O primeiro despertar da consciência nacional, mergulhada no mais completo indiferentismo, foi a questão religioza de 1875. Contra a pretencioza e injustificável intolerância dos principios da curia romana, surjiu o espirito culto e liberal da Nação, chefiado por Joaquim Saldanha Marinho, que personificava o centro intelectual brasileiro, que já brilhava naquella época, qual astro de primeira grandeza. A luta pela liberdade, pela razão e pelo direito, foi titânica; mas, trouxe como consequência a vitória dos princípios liberaes. De então para cá, principiou a perder na opinião nacional, a egreja romana**³⁶⁰ (JB, 13 jan. 1910, grifo nosso).

Um exemplo ilustrativo do alcance dos debates acerca do protestantismo entre intelectuais brasileiros é a referência que Rui Barbosa lhe faz em sua obra (o que remete a idéia de que a sua repercussão não se restringia às comunidades religiosas). Rui Barbosa refere-se ao protestantismo: "O protestantismo nasceu da liberdade da consciência individual, cuja consequência política é a liberdade religiosa; do protestantismo é filha a instrução popular, que constitui a grande característica, o principal instrumento e a necessidade vital da civilização moderna". O autor problematiza as questões religiosas da América Latina recorrendo sobre a tensão gerada pela crença no progresso como regenerador da sociedade e a luta do catolicismo pela permanência dos valores tradicionais (por vezes opostos aos

³⁵⁹ HOLLANDA, Sérgio Buarque; CAMPOS, Pedro Moacyr (Org.). **História da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1974. p. 333.

³⁶⁰ PARANAGUÁ, Joaquim N. O Romanismo no Brazil. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 13 de jan.1910, p. 2

progressos técnico-científicos). Conforme os questionamentos próprios de seu tempo, a idéia de que o progresso, a conformação mais igualitária da sociedade e uma "cultura mais elevada" são fenômenos sociais encontrados em países de formação protestantes, estão freqüentemente presentes em seus discursos ³⁶¹. Em 12 de setembro de 1907, O Jornal Batista noticiou a expressiva participação do embaixador brasileiro Ruy Barbosa na famosa conferência de Haya, reservando-lhe generosos encômios, ao descrevê-lo como um dos mais notáveis intelectuais brasileiros, o qual por seu pessoal brilhantismo e largo cabedal de erudição poderia ser conceituado, por excelência, o mais elevado expoente representativo da "cultura do nosso povo":

A attitude do Brazil na Conferencia de Haya fez voltar para o nosso paiz, num dado momento, a opinião publica dos diversos paizes civilizados. Certo, o principio que sustentamos naquella assembléa, bastaria para despertar a attenção dos outros povos. Todavia o nosso eminente embaixador tem ostentado na defeza da nossa attitude uma tão notável intelligencia e uma erudição tão vasta, que, em grande parte, lhe devemos o conceito da cultura do nosso povo. De todas as manifestações que tem recebido o ilustre embaixador em Haya não é certamente das menos honrosas o convite que acaba de lhe ser dirigido pelo reitor da Universidade de Yale, New Haven, nos Estados Unidos, para fazer uma serie de conferencias, naquelle instituto, sobre direito internacional. Esse convite foi acceito pelo nosso notavel compatriota ³⁶² (JB, 12 set. 1907, grifo nosso).

O debate sobre as condições precárias do sistema educacional brasileiro que se dividia em ensino leigo e ensino religioso católico era freqüente em fins do século XIX (na época em que as missões protestantes se fixaram definitivamente no Brasil, já se manifestava, na sociedade brasileira, o intuito de modernizá-lo). O complexo ideológico do protestantismo norte-americano foi bem recebido pelos integrantes das elites dirigentes que eram, em sua maioria, favoráveis ao ensino dos princípios democráticos nas escolas - a igualdade de direitos, a responsabilidade individual, a liberdade intelectual e religiosa. A elite nacional

³⁶¹ BARBOSA, Rui. **Secularização dos Cemitérios**: Em obras completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1950, v.7, t. 1, p. 163.

³⁶² **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 12 de set. 1907, Causas Correntes, p.1 .

havia sido cliente da Educação católica por três séculos e os missionários evangélicos perceberam a necessidade de iniciar um trabalho na área de Educação que possibilitasse a abertura de colégios protestantes, através dos quais, poderiam oferecer uma nova alternativa ao grupo que buscava um novo tipo de orientação pedagógica. Os primeiros missionários que aqui desembarcaram logo se convenceram de que, somente com o doutrinação religioso, o protestantismo não ganharia espaço na cultura brasileira: era necessária uma ação educativa sistematizada capaz de criar uma força de renovação que deslocasse a Igreja Católica do seu posto hegemônico.

Em meio às comunidades protestantes brasileiras, em crescimento no início do século XX, o estabelecimento do protestantismo era entendido como indicador de um "reavivamento espiritual" na nação - um despertar para os verdadeiros princípios do evangelho - que por consequência, viria a encetar uma nova era de "liberdade intelectual" que impulsionaria o país ao progresso. O protestantismo é assimilado pelas comunidades evangélicas brasileiras como aliado da democracia e do progresso, defensor da "independência do pensamento individual" através do livre exame da Bíblia e incentivador da educação dos fiéis, implicando uma moral mais elevada pelo grau mais profundo de consciência dos valores cristãos³⁶³. No início do século XX, os missionários batistas americanos e os membros brasileiros da denominação empenharam-se na ampliação de seu campo de trabalho e decidiram direcionar os seus esforços ao setor educacional, pois estavam determinados a contribuir com a transformação da atmosfera cultural do país.

³⁶³ “É a Bíblia, disse a gloriosa Rainha Vitória, o segredo da grandeza e prosperidade da Inglaterra. E nós podemos acrescentar: ela é o segredo e a grandeza de todos os países protestantes, que são os mais cultos, os mais prósperos, os mais moralizados do mundo!”. REIS, Álvaro. **As Conferências do Padre Júlio Maria**. Rio de Janeiro. Livraria Evangélica, 1908. p. 11.

Em suas congregações localizadas nas regiões rurais, a ação evangelizadora batista foi acompanhada da iniciativa de promover a alfabetização que tornava possível a um número maior de fiéis o estudo individual da Bíblia; nas cidades, a preocupação era aprimorar o sistema educacional, e elevar o grau de instrução daqueles que tinham acesso à Educação formal. Tanto o analfabetismo popular como as deficiências do sistema de ensino brasileiro eram considerados pelos batistas como um entrave ao desenvolvimento de um conjunto de valores positivos para a formação intelectual do indivíduo e para a ilustração da cultura nacional. Entre os anos de 1901 e 1922 a imprensa batista também privilegiou em suas pautas as severas críticas ao desempenho do catolicismo romano no âmbito da Educação, buscando demonstrar sistematicamente em seus artigos como eram atrasados na alfabetização os súditos das nações católicas, em contraste com os altos índices estatísticos de escolaridade observados entre os cidadãos dos países protestantes.

Esta grande defasagem na área educacional era patente nos países católicos e estava na mira da imprensa evangélica que pintava um quadro sombrio desta desfavorável realidade social, em que a média de percentagem de analfabetos chegava a aproximadamente 60% da população, enquanto que nas nações onde o protestantismo era a religião majoritária, não passava de 4%, em média. Quando o assunto era o analfabetismo no Brasil, as críticas ao clero católico se intensificavam, pois grande parcela da responsabilidade pela administração do ensino brasileiro fora diretamente delegado à Igreja Romana por séculos, e os estudos do censo indicavam naquele momento a existência de cerca de 80% de iletrados na nação. A conclusão dos batistas sobre essa questão se assentava na explicação de que o clero também deveria ser implicado como um agente responsável pelo fenômeno de atonia moral na política: o argumento era o de que, em parte, a Igreja Católica deveria ser responsabilizada pela debilidade intelectual das massas que ficaram alijadas do acesso à

cultura letrada, tornando-se indivíduos sem o instinto do direito, sujeitos a uma obediência passiva quase servil; e na sua diagnose, esta marginalização da maioria dos cidadãos do processo político enfraquecia as instituições civis e o próprio sentido da nacionalidade.

Senhores, os factos que ahi estão clamam altivamente que o romanismo é uma estupenda negação religiosa... O protestantismo, porem, que não mercadeja com os sacramentos, que não mercadeja com as santas instituições de Christo, por toda a parte, no ardor de sua propaganda criteriosa, inteligente: explicando as sagradas escripturas, a verdade que instrue, que liberta, que santifica; vencendo o analfabetismo; moralizando e santificando os costumes; regenerando o character; adorando a Deus em espirito e verdade, o protestantismo vae por toda parte attestando que não é uma negação religiosa, mas, é antes, a gloriosa affirmação do poder de Christo para salvar a todo aquelle que crê. Onde impera o romanismo, imperam a superstição, o fanatismo, a ignorância... onde impera o protestantismo, envez de 60% de analfabetos é, no maximo, 4%, e no minimo, é menos que 1% ... Em vez do espirito revolucionario, tão característico das republicas neo-latinas, é a ordem, o progresso, a resplandecer a gloriosa civilização de uma Suissa; é a estupenda actividade a glorificar a maravilhosa Republica Norte Americana! Em vez da dynamite a explodir por entre as manifestações de ódios, de opressões, de tyrannias e injustiças nas nações ultramontanas, é a paz, é a justiça, é o trabalho a glorificarem as nações por excellencia cultas do Velho Mundo, e a attestarem o poder civilizador, bemfeitor e regenerador do protestantismo evangélico³⁶⁴ (JB, 09 abr. 1908, grifo nosso).

Clericalismo e ignorancia são companheiros inseparáveis: o clericalismo vive material e espiritualmente da ignorância como os homens vivem do pão e da água. Não é dizer que os clericais, os cabeças, sejam ignorantes, não, ao contrario, os cabeças do clericalismo são uns finórios verdadeiros, <<melros de bico amarello!>>; mas é dizer que o clericalismo onde vive, cultiva com rara solicitude a arvore da ignorância entre o povo. São inimigas da luz que lhes fere a vista e priva do sustento. Como os morcegos e os chacais andam de noite procurando alimento. **Isto frizou bem o ex-padre J. Mc Cabe, na sua recente obra A decadência da Igreja de Roma. Diz elle, bazeado em dados estatísticos que, dos 190.000.000 de adeptos do romanismo que há no mundo, 120.000.000 são quase deto de analfabetos. Na Áustria, em 1907, mais da terça parte da população era de analfabetos. Milhões dos catholicos austriacos que aprenderam alguma couza estão tão afastados das novas idéas como se vivessem no centro da África... Na Itália, a terra dos papas, dos 7.000.000 a 8.000.000 de pessoas que passam de 20 anos, 44% são ignorantes... Na Hespanha o clericalismo combate a todo tranze e ostensivamente a instrução... Na América Hespanhola a população se eleva a 65.000.000 dos quaes ao menos 53.000.000 são inteiramente analfabetos e ignorantes. E finalmente, nos paizes onde reina a ignorância há milhares e milhares de padres, frades,**

³⁶⁴ ENTZMINGER, W.E. Conferencias Catholicas. Secção Editorial. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, p. 4, 09 abr. 1908.

monjas, e toda espécie de comunidades religiosas³⁶⁵ (JB, 09 dez. 1909, grifo nosso).

“A ignorancia é a mãe da devoção”, é a doutrina da igreja catholica apostólica romana. A funesta consequencia de semelhante doutrina é que os adeptos dessa igreja são quasi em toda a sua totalidade analphabetos andam ás apalpadelas na retaguarda da civilisação moderna... Sabe-se que de todos os paizes da America do Sul, o Brasil é um dos mais adiantados; porem é triste confessar que dos seus 15 milhões de habitantes, 13 são analphabetos. Parece incrível que o numero de matriculados nas escholae em todo paiz, em poço excede ao do da cidade de Nova York. Acresce que o futuro da educação no Brasil é de todo pouco promettedor, pois a educação da mocidade brasileira está sendo mais e mais confiada aos padres que com a liberal subvenção dos governos estadoaes fundam os seus collegios em todos os recantos de nossa pátria. E podem esses entes educar os nossos filhos em sãos princípios? Ora, o padre é uma creatura infeliz, mais digna de nossa compaixão que de nosso ódio; pois que, sendo victima inconsciente de um infernal systema, o incompatibilisa para o ensino sob os princípios de liberdade republicana. São os seus collegios verdadeiros antros de sedicção onde se procura aniquilar o ultimo vestígio de patriotismo, e não obstante isso, o ensino por elles ministrado é em extremo superficial e incompleto³⁶⁶ (JB, 20 mar. 1901, grifo nosso).

A proclamação da República em 15 de novembro de 1889 foi recebida com entusiasmo pelos missionários batistas que trabalhavam no Brasil, pois apesar do seu distanciamento da política brasileira, entenderam o advento da República como o início de uma era de reformas religiosas, inaugurada pelo decreto de separação entre o Estado e a Igreja. Os princípios democráticos da constituição da República estavam em harmonia com os princípios batistas e a política do novo regime trouxe um novo encorajamento a todos os grupos protestantes. No início da República, apenas uma pequena parte da população brasileira estava familiarizada com as denominações evangélicas (havia um número reduzido de nacionais trabalhando na obra). Mas os missionários contavam com a lealdade dos brasileiros convertidos e com a disposição, por parte da população em geral, de respeitar os princípios democráticos na religião.

³⁶⁵ Clericalismo e Ignorancia. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 09 dez. 1909, Semana Secular, p.1.

³⁶⁶ **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 20 mar. 1901, p.2

A imprensa Batista, desde os primeiros anos de sua atuação, desempenhou papel relevante no processo de desenvolvimento das Missões Protestantes em território nacional. Através da leitura do conjunto de suas publicações é possível constatar que o traço mais característico da literatura produzida encontra-se em seu conteúdo religioso e pode-se observar que, em grande parte de seus escritos, estão também presentes as suas convicções políticas, sobretudo no que se refere à defesa do princípio da separação entre o Estado e a Igreja. Em seus escritos, é recorrente a manifestação de sua crença no princípio da liberdade religiosa (as suas referências à necessidade de separação entre o Estado e a Igreja como único meio capaz de viabilizá-lo) e a posição assumida em defesa do direito ao livre acesso às Escrituras (que só poderia ser assegurado através da implantação de um programa eficaz de combate ao analfabetismo). A ausência da “experiência democrática”, a pouca familiaridade que com ela tiveram os brasileiros durante os primeiros anos República e as deficiências do sistema educacional eram entendidas pelos missionários com um entrave ao desenvolvimento da Nação e dos indivíduos.

Até o ano de 1889³⁶⁷, o Catolicismo havia sido a “Religião do Estado” no Brasil e como tal possuía sólidas bases de sustentação enquanto “Religião oficial”, exercendo influência determinante na vida cultural da Nação e dispondo de significativa representatividade política. Sob esta perspectiva e tendo em vista as críticas que os grupos protestantes receberam de representantes do Clero Católico, veiculadas através da Imprensa (os confrontos ideológico – doutrinários que se deram através dos jornais), é possível afirmar que o espaço de discussão criado onde muitos destes debates foram travados possibilitou aos missionários batistas a abertura de um importante espaço para a exposição de suas

³⁶⁷ Em 07 de janeiro de 1892, foi decretada a liberdade de cultos e a separação entre Igreja e Estado. A participação da Imprensa na luta pela preservação deste direito foi intensa. MEIN, David. **O que Deus tem feito**. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações da Convenção Batista Brasileira, 1982. p. 182.

idéias. Muitos dos episódios registrados na história da denominação no Brasil revelam que os batistas se utilizaram dos órgãos da Imprensa como estratégia de resistência e souberam conduzir discussões polêmicas de forma a conquistar a simpatia de muitos leitores.

Após a instauração da República, importantes reformas no âmbito da religião foram corroboradas com a Promulgação da Constituição de 1991 e, ainda que grande parte da população não estivesse preparada para aprovar a decisão que instituíra definitivamente a liberdade de culto, a maioria dos intelectuais brasileiros de inclinação liberal incluiu nas pautas de seus discursos a crítica contra a prática da intolerância religiosa. Contudo, ainda em 1901, e quase por uma década após a Proclamação da República pode-se verificar no discurso de alguns clérigos católicos uma deliberada desaprovação dos plenos direitos legados aos pregadores protestantes de ministrar os seus ensinamentos à população; e pode-se identificar na imprensa evangélica a persistência da renitente acusação de que a Igreja Católica resistia duramente, tanto no plano da ação política quanto no nível do discurso, perante o estado e a opinião pública, ao processo de efetivação do lema republicano da concessão de plena liberdade religiosa ao cidadão.

.

O protestantismo havia sido introduzido na sociedade brasileira em uma época de reformas, na qual mudanças sociais haviam sido acionadas pelos integrantes das elites brasileiras. As propostas destes reformadores seculares coincidiam com o modelo social preconizado, nos Estados Unidos, pela denominação batista (defensora do regime republicano e dos valores democráticos) e os missionários expressaram no Jornal as suas convicções, mostrando-se favoráveis à implantação da República e a não-intervenção do Estado em assuntos religiosos. Os batistas desaprovavam o indiferentismo religioso de muitos políticos e de intelectuais brasileiros e, embora reconhecessem que o movimento

liberal e as reformas políticas haviam beneficiado a expansão do movimento protestante, mantiveram certo distanciamento da política nacional. Os reformadores seculares do Brasil, quase em sua totalidade, pretendiam curar as mazelas sociais do país mediante mudanças operadas no sistema jurídico, político e financeiro, ao passo que os missionários evangélicos estavam comprometidos com uma reforma de ordem religiosa.

A defesa da liberdade de consciência, que prevê a preservação do direito de livre-associação entre os membros de quaisquer grupos religiosos (resguardando-lhes o direito à plena liberdade de escolha na administração do serviço religioso), motivou entre os batistas a formulação de sua principal teoria no âmbito da política: o princípio da completa separação entre o Estado e a Igreja. O *Jornal Batista* classificou como "assunto de máximo" interesse e publicou, na íntegra (no dia 31 de agosto de 1903) com título de "Projeto Importante", o projeto de lei apresentado pelo deputado Eurico Coelho em sessão na Câmara (presidida no dia 17 de agosto do mesmo mês), no qual foram discutidas questões pontuais acerca do direito à livre-associação religiosa e à liberdade de culto:

Artigo 1: "A liberdade de culto, é garantida a brasileiros e estrangeiros residentes, individual ou collectivamente e, comprehende o exercício dos ministros de cultos e as praticas dos fieis a confissão de fé". Artigo 3.: "De par com a liberdade de culto, é conferida a brasileiros e estrangeiros residentes a faculdade de instituir associação religiosa, investindo-a de individualidade jurídica, cingida que seja aos preceitos da presente lei. Artigo 5.: "A associação religiosa não gosará de favores directos ou indirectos da União, do Estado ou município, isenções ou redução de impostos, benefícios de loterias, etc: entendendo-se que todos os seus bens de fortuna e actos de direito civil respectivos são obrigados às taxações devidas a Fazenda Federal, estadual ou municipal. Paragrapho: Não é facultado a associação entabolar relações com o Governo Federal o com Estadual, nem com a Administração Municipal; entretanto, é lícito representar aos poderes da União, sempre que se sentir tolhido na sua liberdade ou lesada nos seus direitos"³⁶⁸ (JB, 31 ago. 1903).

³⁶⁸ COELHO, Eurico. Projecto Importante: Projecto de Lei da Liberdade do Culto e da Associação Religiosa. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1903, p. 1 (165).

O movimento batista, entre os segmentos protestantes, foi precursor na luta pela instituição da liberdade religiosa na Inglaterra e nos Estados Unidos, apregoando a necessidade de ser assegurado, às igrejas cristãs, o direito a sua autodeterminação. Tal como os batistas ingleses e os batistas americanos, os batistas brasileiros acreditavam firmemente que a Igreja não deveria estar submetida ao julgo de qualquer autoridade secular; e seguiram rigorosamente esta orientação, mostrando-se contrários a qualquer forma de intervenção do Estado em assuntos de natureza religiosa administrativa ou patrimonial, mesmo quando poderiam dela se beneficiar. Na seção editorial do Jornal batista de 28 de dezembro de 1922, foi transcrito um documento redigido pela redação do jornal “O Evangelizador” (órgão da Igreja Evangélica de Vitória), por meio do qual os missionários batistas do estado do Espírito Santo exprimem as razões porque recusavam o auxílio financeiro proposto pelo deputado Jeremias Sandoval, para a construção do Colégio Americano Batista naquela cidade. O projeto se encaminhava para votação no congresso estadual e a quantia sugerida para subvencionar o empreendimento era a soma de quarenta contos de réis que seriam destinados à escola evangélica, e ainda mais duzentos contos para a edificação de uma catedral católica em Vitória. O editor do Jornal Batista comentou o episódio que fora noticiado no “Diário da Manhã”, concluindo que a atitude dos batistas capixabas era uma mais uma prova irrefutável da inflexibilidade com que os batistas brasileiros obedeciam irrestritamente ao princípio de absoluta separação entre a Igreja e o Estado, mesmo à custa do prejuízo de seus próprios interesses.

Se for aceita por nós Baptistas uma offerta deste governo, estaremos com este acto ferindo certos princípios básicos da nossa fé. Há neste mundo duas coisas pelas quaes vale a pena morrer: a liberdade e a religião. É do consorcio desses dois factores que resulta a liberdade religiosa. Atravéz dos séculos, desde o tempo de Christo, os baptistas lutam e soffrem por este ideal. Portanto, chegando agora a vez, quando o Governo nos propõe tão valioso auxilio, se o acceitassemos ou se nos calássemos, estaríamos com isso faltando a um dever sagrado, trahindo a gloriosa memória dos nossos maiores e ferindo um dos nossos magnos princípios... não é esta a primeira vez que nos é forçoso recusar um auxilio que realmente muito

necessitamos e que nos é offerecido com toda a boa fé. O Governo não tem religião, e as escolas que elle auxiliar não a devem ter também; mas o Collegio Americano é uma escola religiosa, que ensina a fé em Christo como único Salvador, e portanto não deve receber auxilio do Estado. Elle pode e deve completar as obras assim como o bispado deve concluir as da cathedral, por meio de uma subscrição popular entre seus amigos. Por essas razões é-lhe preferível ferir os seus próprios interesses deixando de receber a offerta generosa do congresso, a ferir os nossos ideaes, a nossa consciência e a lei da separação da Igreja e do Estado³⁶⁹ (JB, 28 dez. 1922, grifo nosso).

De um modo geral, pode-se afirmar que o estudo do conjunto da produção jornalística da denominação aponta para a existência de uma linha de continuidade e coerência entre os princípios da teologia batista brasileira e as teorias políticas que delas se originaram. O discurso batista acerca da política nacional baseia-se na tradição liberal clássica, que preconiza a valorização da livre-expressão da vontade individual e a crença na capacidade humana de torná-la útil ao desenvolvimento do indivíduo e das nações, desde que sejam asseguradas as práticas democráticas ao nível institucional e preservadas, a ordem e a justiça nas sociedades. A partir da leitura dos artigos acima citados, pode-se concluir que o tratamento dado a questão da regeneração dos princípios reguladores da vida política e social do país, passa pela questão do resgate dos valores éticos e morais contidos no "ethos" do pensamento cristão. Os editores do Jornal Batista entendiam como a sua principal tarefa a propagação da mensagem evangélica a um círculo cada vez mais amplo de leitores, de modo que os valores culturais da sociedade fossem reformulados de acordo com as transformações ocorridas em seu sistema religioso. Os missionários batistas criam na transformação dos indivíduos e nos benefícios sociais resultantes da nova visão de mundo adquirida a partir da experiência da conversão.

³⁶⁹ RENO, Loren M. Os Baptistas e a Separação entre a Igreja e o Estado. Secção Editorial. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, p.3, 28 dez. 1922.

6 O CONCÍLIO VATICANO I E AS CRÍTICAS DO JORNAL BATISTA ACERCA DO “PAPISMO”.

Papa - Porque é que os protestantes não seguem a nossa doutrina?

Protestante – É porque estão distantes da que Christo nos ensina!

Papa – Não foi a igreja fundada sobre Pedro, annunciado como rocha principal?

Protestante – A rocha é o santo Messias, como provam as prophcias, dos prophetas em geral.

Papa – Vossa doutrina é perversa, é doutrina de judeus!

Protestante – S. Pedro préga e confessa, ser ella só a de Deus. Pedro diz, ser Christo a rocha, tenebrosos corações. Diz Paulo, ninguém esqueça, de Christo o grande cabeça, Salvador geral das nações (O Papa e o Protestante, O Jornal Batista, 12 de janeiro de 1911).

No ano de 1870, foi ratificada a doutrina do primado da Igreja Romana no Concílio Vaticano I, e postulado o dogma da infalibilidade papal; logo no proêmio da constituição dogmática da regra da infalibilidade (na célebre introdução intitulada “Pastor Aeternus”) foram apresentados pelo Conselho Episcopal os princípios fundamentais que regeriam as proposições teológicas que avalizavam o caráter inalienável e incontestável do supremo poder de magistratura que detém a autoridade pontifícia: a doutrina sobre a instituição do primado apostólico da Igreja de Roma, que fora aclamada desde os primórdios do Cristianismo com o título de Sé apostólica. Segundo a Tradição, esta teria sido uma incumbência divina delegada por Cristo ao apóstolo Pedro, outorgando-lhe uma posição honrosa que não foi constituída como um privilégio pessoal, mas como um ofício sagrado que deveria se perpetuar até a consumação dos tempos, sendo sucessoriamente

retransmitido aos pontífices romanos que se assentassem em sua cátedra. Em virtude da firmeza inquebrantável da sua fé, Pedro teria sido confirmado como a cabeça visível da Igreja, usufruindo da plenitude de autoridade e de jurisdição sobre todo o rebanho católico, como “o vigário de Cristo” na terra; de modo que caberia, por excelência ao magistério pontifício, fazer perpetuar através dos séculos, o ministério primordial de Pedro: a missão de zelar pela unidade da fé, dos costumes, da disciplina e do governo da Igreja Católica Apostólica Romana. Portanto, de acordo com esta nova resolução conciliar, o pontífice romano quando exprime o seu juízo solene, *ex cathedra*, sobre as sublimes verdades da fé e da moral, desfruta de máxima autoridade consentida pela Igreja, que toma as suas definições teológicas e as suas medidas disciplinares como decisões irrefutáveis.

Por isso, apoiados no testemunho manifesto da Sagrada Escritura, e concordes com os decretos formais e evidentes, tanto dos Romanos Pontífices, nossos predecessores, como dos Concílios gerais, renovamos a definição do Concílio de Florença, que obriga todos os fiéis cristãos a crerem que a Santa Sé Apostólica e o Pontífice Romano têm o primado sobre todo o mundo, e que o mesmo Pontífice Romano é sucessor de Pedro, o príncipe dos Apóstolos, é o verdadeiro vigário de Cristo, o chefe de toda a Igreja e o pai e doutor de todos os cristãos; e que a ele entregou nosso Senhor Cristo todo o poder de apascentar, reger e governar a Igreja universal, conforme também se lê nas atas dos Concílios Ecumênicos e nos sagrados cânones [...] **Por isso Nós, apegando-nos à Tradição recebida desde o início da fé cristã, para a glória de Deus, nosso Salvador, para exaltação da religião católica, e para a salvação dos povos cristãos, com a aprovação do Sagrado Concílio, ensinamos e definimos como dogma divinamente revelado que o Romano Pontífice, quando fala *ex cathedra*, isto é, quando, no desempenho do ministério de pastor e doutor de todos os cristãos, define com sua suprema autoridade apostólica alguma doutrina referente à fé e à moral para toda a Igreja, em virtude da assistência divina prometida a ele na pessoa de São Pedro, goza daquela infalibilidade com a qual Cristo quis munir a sua Igreja quando define alguma doutrina sobre a fé e a moral; e que, portanto, tais declarações do Romano Pontífice são por si mesmas, e não apenas em virtude do consenso da Igreja, irreformáveis (grifo nosso)**³⁷⁰.

³⁷⁰ MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. **Documentos da Igreja**. Concílio Vaticano I, Sessão IV, 1870, excertos dos cap. I, II, III e IV. Disponível em: <http://www.monfort.org.br/index.php?secao=documento&subcessao=concilios&artigo=trento&lang=bra> Acesso em: 12 maio 2005.

Em “A Igreja Triunphante no Concílio do Vaticano: explicação dogmática, philosophica e historica do Concilio ecumênico do Vaticano”,³⁷¹ obra que compendia as cartas de instruções pastorais publicadas em 1875 pelos bispos de Áquila e de Calvi-teano (versão traduzida para o português pelo Bispo Miguel Sotto Maior), o conteúdo dos decretos conciliares são pormenorizados didaticamente, de forma que toda a grei católica pudesse ter acesso e ser esclarecida sobre os ensinamentos doutrinários protocolados pelo Episcopado reunido em assembléia ecumênica no Vaticano, o qual subscreveu a dogmatização da crença na superioridade magistral da autoridade pontifícia. O Concílio havia determinado que as doutrinas definidas pelo irrepreensível juízo do Pontífice Romano eram verdades extraídas da Revelação, sob a assistência especial do Espírito Santo; devendo as mesmas, por conseguinte, serem tomadas como preceitos teológicos e padrões de conduta nas quais os fiéis católicos deveriam depositar indubitavelmente a sua fé, fazendo destas normas renitente profissão pública, como testemunho piedoso da sua filiação ao grêmio da Igreja. Sobre o Concílio de Trento, o Concílio do Vaticano faz a instigante observação de que as “heresias proscritas” pelo Conselho Tridentino eram o resultado do naufrágio da fé do protestantismo, o qual havendo se insubordinado ao divino magistério da Igreja Católica e a sua intransferível autoridade em assuntos teológicos, fracionara-se em diversas “seitas” que se encontravam à deriva da verdade teológica na interpretação Escritural (havia sido mal conduzidas pelos pregadores protestantes que se enveredaram pelas enganosas sendas do juízo privado).

O documento Pastor Aeternus consigna que “do alto da cadeira de Pedro”, o Papa estava autorizado, de acordo com os desígnios da ordenança divina e o consórcio dos bispos, a propor de forma precisa as doutrinas que outrora permaneciam oficiosamente obscuras,

³⁷¹ SOTTO-MAIOR, Miguel P. **A Igreja Triunphante no Concílio do Vaticano**: Explicação dogmática, philosophica e histórica dos decretos do Concilio ecumênico do Vaticano. Porto: Livraria Portuense, 1875.

mas cujos princípios religiosos já faziam propender à conformação do regimento teológico nas questões de natureza capciosa; aclarando, outrossim, o seu significado e formalizando-as no corpo de crenças do catolicismo, de sorte que após o seu pronunciamento solene, este ensino chegasse a atingir dogmaticamente o patamar de verdade revelada. O alicerce teológico sobre o qual as legislações conciliares deveriam se pautar era “a Palavra de Deus escrita e tradicional”, no estrito sentido em que a mesma tinha sido religiosamente observada e institucionalmente interpretada. Desta forma, os decretos papais não se restringiam a precisar a verdade teológica, mas também a vituperar as “inovações heréticas”, fazendo por assim dizer uma espécie de inventário das prescrições doutrinárias oficiais, e na contramão, as subjacentes anatematizações dos cânones proscritos. O Concílio determinara que esta infalível autoridade docente que capacitava o magistério eclesiástico ao exercício de sua privilegiada função, era um atributo decorrente de seu altíssimo chamado vocacional, cuja máxima força e expressão vital, estavam impostadas nos poderes excepcionais que tornavam transcendente a autoridade pastoral do sumo Pontífice.

Grande parte das críticas do Jornal Batista ao catolicismo envolve a controvertida declaração do Concílio Vaticano I acerca da infalibilidade papal, decisão que os protestantes em geral classificavam como uma medida política arbitrária destituída de respaldo bíblico, causadora de conflitos e antagonismos entre as próprias lideranças católicas. Os batistas enfatizam que este dogma não se sustentava mediante o escrutínio das Escrituras Sagradas ou mesmo diante de uma simples e breve consulta à história eclesiástica, na qual ficaria facilmente comprovada a impropriedade de tal asserção; tendo os papas em diferentes ocasiões se pronunciado, ou mesmo conduzido as suas próprias ações em assuntos de fé e moral, de forma incoerente com os ensinamentos de Jesus. As

denominações evangélicas refutavam a validade do ato de aclamação da infalibilidade do pontífice romano a qual concebiam como uma espécie de re-apropriação de uma antiga e infundada construção do pensamento católico – outrora circunscrita à crença no dogma do “primado da igreja católica romana” – ensino então reformulado através da imposição de uma nova doutrina que remete a esta suposta primazia, fazendo deslocar o sentido da noção original para valorizar especialmente a figura do Papa, favorecendo o processo de centralização em torno da Igreja de Roma, sob pretexto de reconhecimento dos ilimitados poderes espirituais de seu principal líder, em um momento histórico marcado pelas perdas sofridas pelo Vaticano no terreno religioso, com a expansão do missionarismo protestante e, no domínio secular, pelos acontecimentos ocorridos no próprio curso do movimento de unificação política da Itália³⁷².

No conjunto da produção editorial da imprensa evangélica brasileira publicada durante as primeiras décadas subseqüentes à dissolução do sistema do padroado, tanto a credibilidade da pretensa autoridade religiosa hegemônica do papado quanto à preservação de seus direitos políticos e poderes temporais - a sua “milénar soberania” - foi amplamente debatida a partir da refutação de alguns dos argumentos de cunho histórico e base teológica que vinham sendo empregados pela Igreja Católica a propósito de sua justificação. No opúsculo “Tu és Pedro ou o Papado em face das Escripturas Sagradas e á luz da Historia” o missionário batista W. E. Entzminger (assíduo colaborador do Jornal batista), após haver procurado demonstrar com profusão de argumentos em seu copioso texto que a instituição do papado e o dogma da infalibilidade não se convalidavam por meio de nenhum

³⁷² Tamanha era a vulnerabilidade da política externa e interna do papado dentro dos limites de sua própria extensão territorial que na ocasião da convocação do Concílio Vaticano I, dos 1037 clérigos comissionados que teriam direito a voto, estiveram presentes na fase final de deliberação, apenas metade deste contingente. Logo após a retirada, sob protestos, de 50 votantes oponentes do ultramontanismo, no calor da declaração da guerra franco-prussiana, aos 19 de julho, foi assentida a decretação do dogma da infalibilidade papal. Por falta de garantias civis, porquanto Napoleão III retirara suas tropas de Roma e o rei Vítor Emanuel deslocava-se para a cidade, a maioria dos clérigos deixou o Vaticano, e o conclave terminou em 20 de outubro com apenas 150 votantes. KUNSTMANN, Walter G. O Concílio de Trento e o I Concílio Vaticano. In: O CATOLICISMO ROMANO. UM SIMPÓSIO PROTESTANTE. São Paulo: Aste, 1962. p.44.

argumento consistente do ponto de vista histórico ou teológico, consistindo uma impostura escorada na filosofia política ambiciosa da hierarquia eclesiástica romana - “eram um embuste sem base alguma nem no Evangelho nem na História” ³⁷³ – o autor fornece aos seus leitores, na íntegra, a transcrição literal do polêmico discurso proferido pelo bispo croata Josif Juraj Strossmayer (da diocese de Bósnia e Sirmia), na circunstância da votação do decreto da infalibilidade papal em 1870.

O Jornal Batista também publicou, em 10 de fevereiro de 1905, este célebre discurso pronunciado por um dos mais eminentes prelados europeus que expressou loquazmente durante o Concílio Vaticano I, perante as maiores dignidades eclesiásticas do conclave a sua postura oposicionista à definição do dogma da infalibilidade papal – a sua atitude intrépida recebeu o apoio de outros representantes do “clero liberal” francês, alemão, inglês e mesmo italiano que eram partidários do resguardo da autonomia dos arcebispos nacionais em face à cogitada decretação da supremacia da autoridade pontifícia pretendida pelo movimento ultramontano. A imprensa protestante adjetivou como magistrais a sua grande retórica e a sua erudição bíblico-histórica, quando o bispo manifestou corajosamente mediante a assembléia conciliar o seu posicionamento contrário à tendência jesuítica de centralização do poder nas mãos do papa³⁷⁴ (que subordinava inteiramente ao bispo de Roma as diretrizes tomadas pelo próprio Concílio na totalidade de suas deliberações). O bispo Strossmayer havia declarado solenemente diante do Papa Pio IX e

³⁷³ ENTZMINGER, W.E. **Tu és Pedro**: o papado em face das Escrituras Sagradas e a luz da História. Rio de Janeiro: Casa Editora Batista. 1911, 41 p.

³⁷⁴ O bispo Strossmayer dirige nominalmente à comissão jesuítica, defensora do dogma da infalibilidade e do dogma da imaculada concepção, uma crítica contundente, interpelando-a sobre a coerência escritural de ambas as resoluções do papado: “Que lhes direis vós, meus irmãos, se os apóstolos, que predicaram e confirmaram a sua doutrina com o seu sangue, lembrando-vos do que eles escreveram, vos mostrassem o quanto tendes deturpado o Evangelho amado do Filho de Deus?... Oh, se Deus quer castigar-nos, fazendo cair pesadamente a sua mão sobre nós, como fez a Faraó, não precisa permitir que Garibalde nos expulse daqui, basta deixar que façais de Pio IX um deus, como já fizeste uma deusa da Virgem Maria!” ENTZMINGER, W.E. **Tu és Pedro**: o papado em face das Escrituras Sagradas e a luz da História. Rio de Janeiro: Casa Editora Batista. 1911, 41 p.

das delegações episcopais que, diante de sua grande responsabilidade de opinar sobre a controversa pauta da infalibilidade papal, havia se debruçado com a mais escrupulosa aplicação sobre os escritos do Antigo e do Novo Testamento e interrogado com imparcialidade pericial os anais da história eclesiástica, para formar um juízo veraz sobre a debatida proposta de que o pontífice que presidia o Concílio era legitimamente “o sucessor de Pedro”, “o vigário de Cristo na terra”, o “infalível doutor e governante da Igreja”.

O orador dá continuidade a sua preleção fazendo uma longa defesa do ponto de vista da corrente convicta da inexistência de fundamentos bíblicos para a sustentação do primado apostólico de São Pedro e da Igreja Romana, relatando Strossmayer que ao consultar as Escrituras nada encontrou que sancionasse nem mesmo de maneira aproximada a opinião do clero ultramontano – *“Transportei-me aos tempos em que ainda não existiam o ultramontanismo e o galicanismo”³⁷⁵, em que a Igreja tinha por doutores S. Pedro, S. Paulo, S. Thiago e S. João... folheando os sagrados escritos não encontrei o mais breve vestígio do papado nos tempos apostólicos”³⁷⁶*. Mas a maior controvérsia se sucedeu no decorrer de sua ácida observação de que se o Concílio Vaticano I decretasse a infalibilidade de Pio IX, automática e equivocadamente estariam declarando infalíveis todos os seus antecessores, ferindo a consciência de muitos católicos, incitando a oposição protestante e faltando com a verdade histórica registrada nos próprios livros existentes na biblioteca do Vaticano. Strossmayer faz uma extensa e minuciosa descrição de alguns erros

³⁷⁵ Ultramontanismo: Doutrina e política dos católicos, sobretudo franceses, que se apoiavam na Cúria Romana (além dos montes), opondo-se aos Galicanos no séc. XVII. O termo passou a significar o sistema e a tendência dos que sustentam a autoridade absoluta do papa em matéria de fé e disciplina como poder centralizado e único. Galicismo: doutrina surgida em dois momentos históricos: no séc. XIV, defendendo a ingerência dos reis franceses em negócios eclesiásticos; e no séc. XVII, preconizando a autonomia dos bispos franceses em relação á autoridade pontifícia.

³⁷⁶ ENTZMINGER, W.E. **Tu és Pedro**: o papado em face das Escrituras Sagradas e a luz da História. Rio de Janeiro: Casa Editora Batista. 1911, 41 p.

crassos que teriam sido cometidos por pontífices romanos e aponta a existência de contradições contidas nos decretos do papado por meio das quais teriam falido alguns dos papas que haviam governado a Igreja até aquele momento (inclusive Pio IX) ³⁷⁷:

O papa Marcelino entrou no templo de Vesta e ofereceu incenso à deusa do paganismo. Foi, portanto, idólatra; ou, pior ainda, foi apóstata! Libório consentiu na condenação de Atanásio; depois, passou-se para o arianismo. Honório aderiu ao Monoteísmo. Gregório I chamava anti-Cristo ao que se impunha como Bispo Universal; e, entretanto, Bonifácio III conseguiu do parricida imperador Phocas obter esse título em 607. Paschoal II Eugênio II autorizavam os duelos, condenados por Cristo; enquanto que Júlio II e Pio IV os proibiram. Adriano II, em 870, declarou válido o casamento civil; entretanto, Pio VII em 1823, condenou-o. Xisto V publicou uma edição da Bíblia, e com uma bula, recomendou a sua leitura, e Pio VII excomungou a edição. **Clemente XIV aboliu a Companhia de Jesus, permitida por Paulo III; e o mesmo Pio restabeleceu-a. Porém, para que mais provas? Pois o nosso Santo Padre Pio IX não acaba de fazer a mesma coisa, quando, na sua bula para os trabalhos deste Concílio, dá como revogado tudo quanto se tenha feito em contrário ao que aqui for determinado, ainda mesmo tratando-se de decisões de seus antecessores?... E vos atreveis a sustentar que o Espírito Santo vos revelou que a infalibilidade dos papas data apenas deste ano de 1870? Não vos enganeis a vós mesmos, se decretais o dogma da infalibilidade papal, vereis os protestantes, nossos adversários rancorosos, penetrarem por larga brecha com a bravura que lhes dá a História.**

³⁷⁷ O pastor André Lino da Costa, aos referir-se à ala oposicionista do dogma da infalibilidade dentro do episcopado durante o Concílio Vaticano I, faz comentários elogiosos ao prelado Strossmayer a respeito de sua atuação no Concílio Vaticano I, e relata as represálias que o mesmo teria sofrido por parte dos partidários da infalibilidade: “Entre os que compunham o celeberrimo Concilio, houve um outro homem, que mais que todos estes, sofreu da intolerância da cúria romana. Foi o venerando bispo Strossmayer, que pelo discurso tão eloqüente como evangélico com que defendeu a sã doutrina, teve de fugir no momento em que a maioria, como bestas ferozes, levantava-se para o agredir. E teve o ilustre bispo de abrigar-se á sombra da bandeira da Turquia a fim de evitar a sanha dos negredados esbirros do papa”. COSTA, André Lino da. **Conferências religiosas**, Rio de Janeiro: Martins de Araújo A&C, 1913, p. 28.

E, que tereis vós a opor-lhes? O silêncio, se não quiserdes desmoralizar-vos Gritos: É demais, basta!³⁷⁸ (JB, 10 fev. 1905, grifo nosso).

A prerrogativa da infalibilidade havia sido corroborada pelo Concílio através da investidura ao Pontífice de plenos poderes espirituais atribuídos ao bispo de Roma na qualidade de único legítimo sucessor do apóstolo Pedro (a partir de quem teria sido edificada a Igreja de Cristo na terra) e localizava em Roma a sede de todas as igrejas cristãs, cabendo aos outros seguidores do cristianismo o chamado imperativo de submeter-se integralmente a sua autoridade “infalível”, sob pena de permanecerem anathematizados. Os batistas externaram, veementemente, a sua reprovação aos termos deste julgamento que os sujeitava à condição de apostasia, pondo em questão a própria consistência teológica e a veracidade histórica do argumento que ensejava a inserção do apóstolo Pedro no contexto de uma posição de superioridade dentro do quadro da hierarquia apostólica. Em sua minuciosa exposição sobre as bases de sustentação ideológica da instituição do papado, essas doutrinas do catolicismo foram confrontadas pelo missionário batista W.E Entzminger na resenha “Tu és Pedro”; anuindo o autor, não haver qualquer reconhecimento da jurisdição universal dos bispos de Roma, através de uma argumentação crítica ancorada nos relatos do Novo Testamento e nos testemunhos documentais do próprio episcopado católico referente aos quatro primeiros séculos da história eclesiástica: “Pedro jamais foi chefe ou papa dos apóstolos e cabeça supremo de toda cristandade. E por conseqüência toda essa formidável pretensão do papa de Roma não passa de uma burla³⁷⁹”.

³⁷⁸ STROSSMAYER, Josif J. Infalibilidade do Papa: Discurso Pronunciado no Celebre Concilio de 1870 pelo Bispo Strossmayer (Do Roma e o Evangelho). **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 10 de fev. 1905, p 7 (310).

³⁷⁹ ENTZMINGER, W.E. **Tu és Pedro**: o papado em face das Escrituras Sagradas e a luz da História. Rio de Janeiro: Casa Editora Batista. 1911, 41 p.

O Jornal Batista publicou, a partir do ano de 1910, uma duradoura série de artigos compilados sob a designação “Tu és Pedro”, nos quais realizou uma longa e detalhada apreciação crítica de diversos componentes teóricos presentes na exegese e na hermenêutica católica em sua leitura interpretativa da máxima bíblica “Tu és Pedro e sobre esta rocha edificarei a minha Igreja”. Nesta seqüência de artigos foram reunidos extensiva e ostensivamente vários argumentos através dos quais a Igreja Batista, em sua visão confessional, buscava refutar diante dos leitores do Jornal a interpretação particular do catolicismo sobre esta passagem do Evangelho de Mateus, que era o fulcro teológico no qual a Igreja Romana se respaldava para fundamentar a sua doutrina afirmativa da primaz autoridade de jurisdição religiosa do papado. Nestas matérias seriadas sob o enunciado Tu és Pedro, os redatores do Jornal Batista, em consonância com a tônica do discurso crítico de outros escritores protestantes, procuraram levar seu público leitor ao conhecimento de fatos circunscritos ao terreno do cabedal histórico da tradição eclesiástica católica, visando a oferecer-lhes evidências comprovativas da sua tese contestatória da autenticidade histórica do princípio da jurisdição universal do bispo de Roma.

Resumidamente, são relatados em seus escritos eventos ocorridos nos três primeiros séculos da era cristã em que os bispos dos patriarcados de Antioquia, Jerusalém e Constantinopla ainda disputavam com a diocese de Roma a preeminência jurisdicional na cristandade. Ganhou destaque nesta narrativa o balizamento do episódio em que o próprio bispo de Roma S. Gregório I qualificou como um impropério a pretensão do patriarca de Constantinopla de intitular-se “Bispo Universal”, lavrando sentença de condenação a todo herético que se arrogasse tal título³⁸⁰. O Jornal Batista também chama a atenção do leitor para a posição tomada por algumas personagens ilustres da própria História da Igreja

³⁸⁰ COSTA, André Lino da. **Conferências religiosas**, Rio de Janeiro: Martins de Araújo A&C, 1913, p. 30.

Católica, as quais defendendo a autonomia da autoridade local de suas respectivas jurisdições, teriam se manifestado contrariamente à pretendida legalidade da preponderância jurisdicional da diocese de Roma. Dentre os exemplos mais ilustrativos, estão Santo Agostinho (bispo de Hipona), que quando secretário do Concílio de Melive teria repellido a tese da supremacia do bispo de Roma; os bispos da África, que no sexto Concílio de Cartago, sob a presidência de Aurélio (bispo desta cidade), censuraram Celestino, bispo de Roma, porquanto se portava como um superior entre os demais bispos, enviando-lhes comissionados e introduzindo o orgulho na Igreja³⁸¹. Por fim, cita o Jornal o sexto Concílio de Cartago onde se havia proibido o título de “Príncipe dos Bispos” ao bispo de Roma, por não haver sinal de soberania entre os membros daquele episcopado. E, finalmente, o Terceiro Concílio de Cartago, a que se refere o artigo transcrito abaixo, em cuja reunião presidida por São Cypriano, o bispo de Roma, S. Estevão, foi duramente repreendido pela iniciativa de auto denominar-se “Bispos dos Bispos”.

Um estudo imparcial da igreja de Roma, sob todos os aspectos, leva infallivelmente á conclusão de que o papado, em vez de ser uma instituição divina é, já não digamos, não divina. **De fato desde que o mundo é mundo, jamais se viu maior embuste, mais audaciosa pretensão do que essa de ser o pontífice maximo romano o successor do apostolo Pedro e pae espiritual de todos os christãos.** Em verdade a base do papado não está na supracitada passagem mas na desenffreada ambição de gloria, poder e dinheiro que se apoderou dos bispos de Roma. Não houvesse a dita passagem, esses homens ambiciosos arranjariam outro pretexto para saciar os seus inconfessáveis desejos. O papismo tem sido uma secular impostura... O professor Koch, da Allemanha, foi até ha pouco lente da universidade catholica de Braunsberg. É considerado uma das primeiras auctoridades em historia eclesiástica, do período dos tres primeiros séculos do christianismo. As suas obras gosam dentro e fora da Allemanha da mesma importancia que as do celebre Harnack e Gunkel. Ha pouco tempo este historiador deu á luz da publicidade um livro intitulado: “Cypriano e o Primaz de Roma”, livro esse que causou enorme sensação e escândalo nos círculos catholicos, e lhe valeu demissão de lente da universidade. A apuração da verdade é negada aos adeptos do papismo. **Disse Koch no seu livro que Cypriano, que foi bispo de Carthago na África, e morreu no anno 258, não reconhecia differença alguma entre o bispo de Roma e outro qualquer e que até aquella data não havia qualquer idéa de**

³⁸¹ STROSSMAYER, Josif J. Infallibilidade do Papa: Discurso Pronunciado no Celebre Concilio de 1870 pelo Bispo Strossmayer (do Roma e o Evangelho). **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 10 fev. 1905, p. 7 (31).

um papa, e muito menos de sua infallibilidade. O dogma que Jesus com taes palavras garantiu a primazia do bispo de Roma, e que as prerrogativas desse bispo foram transmitidas áquelles depois deles, é totalmente destituído de base³⁸² (JB, 20 out. 1910, grifo nosso).

Os missionários batistas sugeriam que para apoiar a sua teoria de que Pedro fosse o primeiro papa da Igreja, tornou-se necessário para a Igreja Católica fazer que a história da Igreja primitiva se conformasse com a sua “narrativa lendária” de que o apóstolo Pedro, no ano 30 d.C, teria transferido a sua residência da Sé de Antioquia para a cidade de Roma, onde permanecera como chefe supremo do orbe cristão até o ano de 55 d. C. (neste ano teria sofrido martírio nas mãos de Nero, sendo crucificado de cabeça para baixo e depois, sepultado no Vaticano). O ensino católico de que o apóstolo Pedro no ano 30 transferira a sua residência para Roma onde teria permanecido por 25 anos pontificando a Igreja cristã, segundo os comentários dos batistas no Jornal, estava em perfeita contradição com os relatos do Novo Testamento sobre o ministério público deste discípulo de Cristo (alegavam que a teoria era o resultado da fusão de fatos reais com a adição de informações colhidas de escritos apócrifos). Os redatores do periódico procuraram refutar esta teoria do catolicismo, principiando a sua tese contestatória embasados nas descrições contidas na narrativa do evangelista Lucas, registrada nos primeiros doze capítulos do livro de Atos, a qual se ocupou principalmente dos trabalhos desenvolvidos por Pedro, em um período que corresponde a aproximadamente quinze anos de apostolado. A sua constatação é a de que depois do Concílio de Jerusalém em que Pedro participara da assembléia presidida pelo apóstolo Thiago (evento narrado no capítulo 15), não se acha neste livro mais quaisquer referências a sua pessoa. Os batistas prosseguem a sua investigação dos cânones bíblicos, chegando à conclusão de que, nas duas epístolas de S.Paulo escritas em Éfeso por volta do ano de 57 d. C., aparecem algumas referências ao apóstolo Pedro que respaldam a sua

³⁸² Tu és Pedro VIII: Recapitulando o Romanismo como christianismo, uma impostura inqualificável. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 20 out. 1910, Perguntas e Respostas, p. 4.

convicção de que esse apóstolo não visitou Roma, senão talvez nos últimos anos de sua vida. No ano 60 Paulo chegou a Roma e durante a sua permanência de dois anos na cidade (Atos 28:39) escreveu as suas epístolas aos Colossenses, Filipenses, Efésios e Filemon. Na sua leitura analítica, os episódios narrados não deixam o menor resquício de evidência sobre a suposta estadia de Pedro em Roma como chefe da Igreja universal, hipótese que os batistas julgavam inadmissível, alegando que se Pedro ali estivesse imbuído de um ministério que fora investido de tal autoridade, as Escrituras o revelariam; arrematam o seu parecer sobre esta questão salientando que, ainda que Pedro chegasse no final de sua vida a Roma, este fato por si só não favoreceria na mínima parte as “pretensões romanistas”.

[...] Protestamos contra o dogma de que o Papa tem auctoridade como o “Vigário de Christo na terra e cabeça vizível da Sua Igreja”; e de quando falla oficialmente, é infallível. Porque nós positivamente cremos que esta allegação é totalmente sem fundamentação, é contra os ensinamentos de Jesus Christo, tem sido causadora de muitos males, e tem causado muito peccado contra o Espírito Santo. **As palavras de Jesus em S. Matheus 16:18 (Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja) são muitas vezes citadas como fundamento da doutrina de que o Papa tem auctoridade como o “Vigário de Christo”. Sobre esta passagem da Escripura há muita divergência de opiniões e nem mesmo entre os catholicos há uniformidade de interpretação.** Mas seja qual for a sua significação, o certo é que Jesus não collocou S. Pedro em superioridade aos outros apóstolos, porque há muitas outras passagens na Palavra Divina que nos mostram o contrario. **[...] Porém, supponhamos que essas palavras fossem dirigidas a Pedro, o que teria isso com o Papa de Roma? Nada nos mostra que o Papa de Roma seja o successor de São Pedro, nem que Pedro em tempo algum estivesse em Roma;** entretanto há muito que indica que nunca alli esteve. Paulo diz na sua carta aos crentes em Roma (Cap. 15:20) “Assim me esforcei em annunciar o Evangelho; não onde Christo houvera sido nomeado, para não edificar sobre fundamento alheio”. Pois é evidente que Pedro não tinha visitado Roma quando S. Paulo escreveu a carta. Muitos anos depois, São Paulo escreveu de Roma uma carta a Timotheo na qual diz: “Só Lucas está comigo” (2 Tim. 4:11). Não há duvida de Pedro não estar em Roma nesse tempo. Emfim, nenhuma parte do Novo Testamento menciona o nome de Pedro em connexão com Roma; enquanto que a sua primeira epistola, escripta de Babylonia, indica somente algumas partes da Ásia como seu campo de trabalho ³⁸³ (JB, 15 jan. 1906, grifo nosso).

³⁸³ DUNSTAN, A.L. Por que Protestante: Auctoridade e Infallibilidade do Papa. **O Jornal Batista**, 15 jan. 1906, p. 2 (2).

A opinião judicativa majoritária dos teólogos protestantes indicava que, segundo a narrativa bíblica, Jesus havia estabelecido o critério de perfeita igualdade entre os apóstolos na ordenação de suas funções ministeriais. Em sendo para a denominação batista o Novo Testamento a autêntica matriz canônica das legítimas doutrinas do cristianismo, supunham os teólogos batistas que se Pedro tivesse sido verdadeiramente designado por Cristo como chefe dos apóstolos - o primeiro papa como declarava a Igreja Católica – as Sagradas Escrituras deveriam fazer o reconhecimento indubitável dessa superposta autoridade (pois uma premissa de tal relevância para o governo da Igreja, se verídica, deveria ter sido expressa com uma clareza inequívoca). Entretanto, em um sentido inverso, a teologia batista propugnava que Jesus, longe de confirmar esta hipotética prelatura de Pedro, repelira rigorosamente entre seus discípulos qualquer impulso ambicioso ou disposição de espírito contrária à virtude da solidariedade. No opúsculo que deu origem à longa série de artigos publicados pelo *Jornal Batista*, sob o enunciado “Tu és Pedro”, o missionário Entzminger salienta que, ao invés de Jesus reiterar a primazia de Pedro apregoada pela Igreja Católica, em uma ação contrária a esta pressuposição, teria repreendido severamente como uma veleidade inadmissível qualquer resquício de disputa que surgisse entre os apóstolos por um tipo de liderança prepositiva e prepotente. O autor faz citação alusiva à passagem do Evangelho de S. Marcos (9:35-45), segundo a qual Cristo havia declarado terminantemente que todos os ministérios dos apóstolos detinham equidade em honra, serviço e poder, exortando-os a cultivar o sentimento da mais pueril humildade, como uma virtude a que todos deveriam aspirar para entrar no Reino de Deus³⁸⁴.

³⁸⁴ DUNSTAN, A.L. Por que Protestante: Auctoridade e Infallibilidade do Papa. **O Jornal Batista**, 15 jan. 1906, p. 20.

Em diversas publicações da imprensa protestante do período aparece a controvertida discussão sobre a temática da preeminência apostólica de São Pedro por intermédio da qual os autores evangélicos expressaram a sua discordância deste preceito doutrinário preconizado pelo catolicismo romano. Os pregadores protestantes sistematizaram a sua contra-argumentação respaldando-se na alegação de que, sob a ótica da exegese bíblica do movimento reformado, não se sustentava a tese católica de que esta pretendida superioridade hierárquica de São Pedro fora um beneplácito conferido por Cristo para a edificação de Sua Igreja. Em uma lógica antagônica, o parecer exegético do protestantismo instava que o próprio Cristo excluía preceptivamente a idéia de um primado de jurisdição entre os seus apóstolos, tendo dotado a todos eles dos mesmos poderes sem distinções hierárquicas, confiando-lhes semelhantes prerrogativas e equanimidade nas suas atribuições pastorais³⁸⁵. No discurso jornalístico predominante entre as confissões evangélicas era ponto pacífico a assertiva comum de que a sociedade apostólica prescindira de comando humano, tendo sido inteiramente governada pela direção especial do Espírito Santo. Assim sendo, os apóstolos não teriam reconhecido em Pedro mais do que um “igual”, que por justas razões possuía a honorabilidade de ter sido o primeiro discípulo entre os doze a ser escolhido por Cristo: um *primus inter pares* e não o *primus ante omnes* - nunca, portanto, um ministro superior na hierarquia jurisdicional da Igreja³⁸⁶.

³⁸⁵ Diversos autores protestantes do período mencionam a passagem de Mateus 28: 18-20 como uma evidência incontestável de que Jesus, nos momentos finais da consumação de seu ministério terreno, delegou aos seus apóstolos, indistintamente (sem nenhum indício de primazia ou liderança jurisdicional), a sagrada missão de proclamar o Evangelho por todo o mundo; prometendo aos mesmos discípulos, em João 20:21-23, enviar-lhes igualmente o seu Espírito Santo, o qual haveria de dotá-los dos dons especiais requeridos para a plena concretização de seus comissionamentos apostólicos. “E chegando Jesus, lhes falou, dizendo: Ide, pois, e ensinai todas as gentes, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo; ensinando-as a observar todas as coisas que vos tenho mandado, e estais certos de que eu estou convosco todos os dias, até a consumação do século”... “E Jesus lhes disse pela segunda vez: paz seja convosco. Assim como o Pai me enviou a mim, também eu vos envio a vós. Tendo dito estas palavras, assoprou sobre eles, e disse-lhes: recebei o Espírito Santo. Ao que vós perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; e ao que vós retiverdes, eles serão retidos”.

³⁸⁶ LEITE, Lysânias de Cerqueira. **Protestantismo e Romanismo**. Rio de Janeiro, 1936, p. 60.

No livro “Protestantismo e Romanismo” (cujo subtítulo é resposta ao pé da letra à obra do padre Leonel Franca S. J “A Igreja, a Reforma e a Civilização”), o pastor Lysânias de Cerqueira Leite faz um estudo comparativo entre a teoria católica da preponderância jurisdicional do apostolado de São Pedro e a linha de contestação da exegese protestante que julgava como uma interpretação errônea e falsificada o dogma romano da supremacia papal erigido sobre o conjecturado primado apostólico de São Pedro. O autor registrou nesta obra o teor da arguição do discurso contestador desta “infalível autoridade”, citando e analisando diversas passagens bíblicas que, à luz da hermenêutica protestante, foram contadas entre as provas comprobatórias da impropriedade desta formulação doutrinária do catolicismo. Para o autor, não havia nos textos bíblicos outros termos senão categóricas condenações do ensino católico romano da soberania apostólica de Pedro e, por conseguinte, do dogma da infalibilidade papal. Ao contrário, a sua afirmação conclusiva transcrita parcialmente a seguir, repisa a retórica protestante para a qual toda a narração contida no cânon evangélico contraria esta doutrina, classificando-a como mais uma construção doutrinária despropositada entre tantas inovações com que a Igreja Romana teria trazido obscurecimento sobre ensinamentos que se poderiam depreender da mensagem Escritural com “inteligibilidade diáfana”:

De outra feita, doutrinando Jesus aos seus discípulos, a quem chamara para ouvi-los, disse-lhes: << Sabeis que os príncipes das gentes dominam os seus vassalos, e os que são maiores exercitam o seu poder sobre eles. Não será assim entre vós, mas entre vós todo o que quiser ser o maior, esse seja o que vos sirva; e o que entre vós quiser ser o primeiro, esse seja o vosso servo. Assim que o Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir, e para dar a sua vida em redenção por muitos>>... Prende-se esse passo das Escrituras ao incidente ocorrido entre a mãe dos filhos de Zebedeu e Jesus Cristo, quando ela suplicava para seus filhos – Tiago e João – os dois lugares de maior privilégio e honra no reino messiânico. Diz-nos a Escritura: << E quando os dez ouviram isto, indignaram-se contra os dois irmãos>>. Logo, o próprio Pedro encheu-se de indignação, quando se agitou entre eles a questão da supremacia. Se a Pedro coubesse o primado, como quer a Igreja Romana, aquele apóstolo recordaria, de certo, o privilégio que lhe havia

sido conferido dias antes. Entretanto, silenciou. Demais, o próprio Senhor, ao responder, lembraria a superioridade já conferida a Pedro³⁸⁷.

De acordo com a interpretação exegética protestante, no modelo de liderança espiritual prevalecente no colegiado eclesiástico da Igreja Primitiva teria imperado um forte sentimento de irmandade e piedade, o qual não se compatibilizava de nenhum modo com as aspirações seculares manifestas posteriormente no transcurso da hierarquização da ordem clerical. Para os batistas, os meandros das consorciações políticas que teriam definido aspectos determinantes da eclesiologia romana no processo de configuração e consolidação de sua estrutura hierárquica (cujos raios de influência e poder extravasaram o domínio da fé na sociedade civil) eram uma disparidade que contrapunha diametralmente o paradigma da autoridade apostólica neotestamentária³⁸⁸. Na sua leitura analítica de diversas passagens do Novo Testamento, os exegetas protestantes ponderaram que todos os apóstolos estiveram em verdadeiro pé de igualdade no governo e discipulado das nascentes igrejas cristãs, porque eles teriam recebido de Cristo a instrução de preservar o mesmo espírito de fidelidade a Deus e união fraterna entre si, quando iniciassem o seu ministério de proclamação do Evangelho com o advento da vinda do Paracleto (o Espírito Santo).

³⁸⁷ O autor comenta ainda a cena de Cafarnaum, fazendo uma interpelação crítica: << Quando eles estavam já em casa lhes perguntou Jesus: De que vínheis vós tratando pelo caminho? Mas eles calaram-se, porque no caminho haviam disputado entre si qual deles era o maior. E sentando-se, chamou os doze, e lhes disse: Se alguém quer ser o primeiro, será o último de todos e o servo de todos>>. Se Jesus reservara para Pedro a supremacia não era este o ensejo de anunciá-lo claramente aos seus discípulos, dizendo: o primeiro, o maior será Pedro, terminando assim as suas discussões sobre o assunto?>. LEITE, Lysânias de Cerqueira. **Protestantismo e Romanismo**. Rio de Janeiro, 1936, p. 59.

³⁸⁸ Foi matéria de discussão recorrente na imprensa evangélica essa temática da interpenetração do poder político na esfera religiosa, a que os batistas atribuíam grande parte das transgressões cometidas pela hierarquia eclesial e, principalmente pelo papado no curso da história. Como já havia sido mencionado, anteriormente, em muitos escritos da imprensa protestante, o dogma da infalibilidade é contestado por meio de delongadas exemplificações relativas ao caráter falível da autoridade pontifícia, tendo por aparato argumentativo os desvios de conduta moral motivados pelas ambições políticas e cupidez de alguns papas, os quais segundo os registros da própria historiografia eclesiástica, teriam sucumbido na fé incorrendo em pecaminosas faltas – “uma vez que na história, há papas que mutuamente se excomungaram e anatematizaram; há papas condenados por heresia, sacrilégio, assassinatos, perjúrio, incesto e quantos crimes podem ser imaginados pela criatura decaída”. OLIVEIRA, Ernesto Luiz de. **Vindicação da Fé Evangélica perante a Bíblia**: resposta a um opúsculo intitulado A Igreja Catholica e o Protestantismo perante a Bíblia, Campinas, 1904, p.38.

O pastor protestante Ernesto Luiz de Oliveira, autor da obra “Vindicação da fé Evangélica perante a Bíblia”, sintetizou no capítulo “a divinização do papa”, o axioma evangélico de que o Espírito Santo é, na terra, o único infalível vigário sucessor de Cristo, o detentor de absoluta autoridade na sua divina e perpétua assistência prestada à Igreja, até a consumação do tempo escatológico: “Que Jesus cumpre a promessa de estar connosco para sempre na pessoa dos pontífices romanos é a crença dos catholicos; mas a esse respeito, a Escripura é tão muda que nem em pontífices romanos fala; pois, na Egreja Christã, sob a dispensação do Divino Espírito Santo, só há um pontifice mencionado na Escripura: o Senhor Jesus Christo mesmo”³⁸⁹. Este folheto foi publicado no ano de 1904 com grande repercussão na imprensa religiosa (o seu subtítulo era “resposta a um opúsculo intitulado <<A Egreja Catholica e o Protestantismo perante a Bíblia>>, do padre F. de Campos Barreto”); e o Jornal Batista fez entusiasmada recomendação deste texto a todos os seus leitores, não poupando elogios à eloquência do trabalho do reverendo que era lente do ginásio de Campinas, ao qual descreveram como uma leitura elucidativa “que levanta a cortina de erros da Igreja Católica e expõe à luz meridiana a verdade crida pelas igrejas evangélicas”³⁹⁰.

³⁸⁹ Sobre a posição das igrejas protestantes, o autor escreve: “Que Jesus permanece connosco para sempre na pessoa do Divino Espírito Santo é a crença protestante, e a prova de sua veracidade está nestas palavras do Senhor Jesus: << Eu rogarei ao Pai e Elle vos dará outro Consolador para que fique connosco para sempre: o Espírito da verdade que o mundo não póde receber porque não o vê nem conhece, mas vós o conheceis porque habita connosco e estará em vós>>”. OLIVEIRA, Ernesto Luiz de. **Vindicação da Fé Evangélica perante a Bíblia**: resposta a um opúsculo intitulado A Egreja Catholica e o Protestantismo perante a Bíblia, Campinas, 1904, p.37.

³⁹⁰ Damos a seguir, a reprodução integral do artigo que fazia a “propaganda” do livro citado: “A Egreja Romana sem Bíblia e sem Tradição. – É esse o titulo de uma brochura que recebemos do ver. Ernesto Luiz de Oliveira, de Campinas. Nesse livro o ver. Ernesto de Oliveira, com mão de mestre, em replica, debate os argumentos exarados em um folheto da lavra do ver. Padre F. de Campos Barreto, com o titulo, A Egreja Catholica e o Protestantismo (perante a Bíblia), em resposta a um outro do rev. Ernesto em defesa da Fé evangélica. Deliciou-nos a maneira hábil e segura, sem subterfúgios e nem sophismas, porque o ver. Ernesto em seu folheto levanta à cortina de erros da Egreja Catholica e expõe à luz meridiana a verdade crida pelas egrejas evangélicas. Tentamos dar aqui a reprodução de seus melhores argumentos, mas nos achamos impossibilitados de descobrir os melhores, por isso, o mais que podemos fazer é aconselhar a leitura do folheto a todos os nossos leitores, evangélicos ou catholicos, pois que a verdade deve ser lida e crida por todos”. **O Jornal Batista**, artigo publicado em 10 de outubro de 1904.

A questão da infalibilidade pontifícia justificada pelo magistério católico através do argumento assertivo da supremacia jurisdicional de Pedro no âmbito da formação hierárquica apostólica foi um assunto que gerou grande polêmica nas comunidades evangélicas, e esta temática foi esmiuçada em muitas das publicações lançadas pela Imprensa Protestante durante as duas primeiras décadas de veiculação do Jornal Batista. Em numerosos escritos da época os autores protestantes de várias designações empenhavam-se para fazer ecoar através da imprensa evangélica a sua terminante contestação da hermenêutica católica a respeito da antológica passagem do Evangelho de Mateus capítulo 16 versículos 18 e 19, na qual Jesus, mediante a confissão de Pedro de que Ele era o Cristo – “o Filho de Deus vivo” - faz a seguinte asseveração:

Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. E eu te darei as chaves do reino dos céus. E tudo o que ligares sobre a terra será ligado também nos céus, e tudo o que desatares sobre a terra, será desatado também no céu.

O reverendo André Lino da Costa, que foi pastor interino da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, em suas “Conferências Religiosas” datadas do ano de 1913, faz a notação de que seria uma tarefa dificultosa enumerar os livros que a imprensa evangélica teria produzido sobre estas palavras de Jesus dirigidas a S. Pedro (depois de este apóstolo haver professado fé na Sua divindade), porque os teólogos protestantes exaravam em seus numerosos escritos contestatórios do primado de Pedro a tese de que os apologistas do papado teriam tirado indevido proveito desta passagem bíblica para estabelecer, através de uma leitura exegética tendenciosa, as bases teológicas da doutrina católica que havia tornado o bispo de Roma legatário do direito divino pelo qual Pedro e seus sucessores teriam sido

constituídos pedra fundamental da Igreja de Cristo, chefes supremos da Igreja e vigários de Deus na terra³⁹¹.

No primeiro capítulo do opúsculo “Tu és Pedro”, o autor batista W.E Entzminger faz um esclarecimento a seus leitores sobre a importância que os missionários protestantes atribuíam ao seu trabalho de “conscientização” dos povos de tradição católica sobre a sinuosidade dos argumentos exegéticos em que a Igreja Romana se fiava para fazer a autenticação da supremacia religiosa da instituição do papado: “A arrogante pretensão da Igreja Catholica, de ser ella a única e verdadeira Igreja de Christo, de ter o apostolo Pedro por seu primeiro Papa, baseia-se quase sempre na singular promessa feita por Jesus a Pedro, por ocasião da sua tão sabida quão firme confissão, registrada em Matheus 16:18-19³⁹². No citado opúsculo bem como nos artigos seriados do Jornal Batista editados com este mesmo título (entre os quais transcreveremos abaixo trechos das publicações de 16 de abril, 18 e 25 de agosto de 1910)³⁹³, os missionários batistas procuravam demonstrar a seus leitores que a interpretação católica deste passo bíblico, “que é a razão de sua razão ser do papado”, quando revisto através da ótica do conjunto estrutural da “boa hermenêutica³⁹⁴”, passava ao largo de patentear o primado de S. Pedro, destarte tanto o

³⁹¹ COSTA, André Lino da. **Conferências religiosas**, Rio de Janeiro: Martins de Araújo A&C, 1913, p. 24.

³⁹² ENTZMINGER, W.E. **Tu és Pedro**: o papado em face das Escrituras Sagradas e a luz da História. Rio de Janeiro: Casa Editora Batista. 1911, p. 5.

³⁹³ Nos artigos supracitados, quem assina as matérias é a colunista do Jornal Batista, a professora Archimínia Barreto.

³⁹⁴ Em Protestantismo e Romanismo, o pastor Lysânias de Cerqueira Leite descreve com brevidade e exatidão quais eram os procedimentos metódicos prescritos pela hermenêutica do protestantismo, ou seja, a “boa hermenêutica” conceituada pelos batistas: “*As regras da hermenêutica exigem que, para se determinar a significação de qualquer passagem das Escrituras, busque-se conhecer qual a significação dos termos. Se é única, achado está o sentido; se é múltipla, cumpre verificar qual delas exige a frase. E se as duas ou mais significações puderem convir, prefere-se a que o contexto requer. Se ainda houver dúvida sobre a verdadeira significação, escolhe-se a que está em harmonia com o escopo geral do livro. Se isto ainda não satisfaz, busca-se a significação adequada em passagens paralelas... Obedecendo a essas regras é que os protestantes não podem concordar com as conclusões da Igreja Romana*”. LEITE, Lysânias de Cerqueira. **Protestantismo e Romanismo**. Rio de Janeiro, 1936, p. 76.

desacreditando, que faria desmoronar os alicerces da construção teológica do dogma da infalibilidade pontifícia.

Conforme a definição do Jornal batista publicada em 25 de agosto de 1910, a boa hermenêutica mandava que essas palavras << Tu és Pedro e sobre esta rocha edificarei a minha igreja>> fossem estudadas à luz do contexto em que está inserida a mensagem de Mateus 16:18-19, e em comparação com o sentido de outras passagens da Escritura que tivessem direta ou indiretamente ligação com a mesma. Não somente os Evangelhos deveriam conter essa informação com superlativo grau de precisão, como seria indispensável que todas as outras referências sobre esta questão se relacionassem com ela positivamente. No entanto, seguindo a indicação da exegese protestante, os batistas assinalaram em seus estudos sobre a antológica passagem bíblica que, quando confrontados os cânones do Novo Testamento, os seus leitores poderiam constatar que com pequenas variantes, os quatro evangelistas narraram esta cena em que Pedro professou pela primeira vez a sua fé em Jesus como sendo o Messias <<Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo>>; cabendo, contudo, apenas a S. Mateus o registro da promessa que a Igreja Romana interpretava como o fundamento teológico do papado - os batistas entendiam que esta “omissão proposital” era um forte indicativo de que a sentença “Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja” não deveria encerrar em sua significação original o valor particular e de inqualificável importância que a Igreja Roma lhe teria agregado ³⁹⁵.

³⁹⁵ Outra justificativa apresentada pelos batistas para explicar a “omissão proposital” da referida passagem nos outros registros evangélicos, estaria relacionada ao fato de que S. Mateus, diferentemente dos outros evangelistas cujos escritos tinham como destinatários os gentios, reportava-se aos seus compatriotas que compreenderiam por identificação lingüística a metáfora “pedra” no sentido próprio em que havia sido empregada no cunho estritamente judaico: “... porque sendo ellas idiotismos da lingua dos judeus, não seriam bem compreendidas pelos gentios, para os quaes foram destinados os tres últimos evangelhos. Isto explica também porque foram registradas pelo evangelista S. Matheus, pois o seu evangelho foi destinado aos judeus, aos quaes as ditas expressões eram familiares”. **O Jornal Batista**, publicado em 18 de agosto de 1910.

<<Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja>>. A estas palavras liga a igreja catholica romana tão exaggerada importância, que as tem como a *raison d'être* da sua existência e do seu systema papal. Que esta importancia é extraordinariamente exaggerada prova-se pelo facto de que o proprio apostolo Pedro não ligou as palavras de Jesus a importancia ou significação que lhe dá essa igreja. Isto sabemos pelo facto de que o evangelista S. Marcos, que como se crê geralmente por catholicos e protestantes, escreveu o seu evangelho sob a direção do apostolo Pedro e que registra (8:27-33) o incidente, omitta as palavras questionadas e acima exaradas. Mas não somente Marcos faz essa omissão, como também Lucas e João (Luc 9:18-22; João 6-60). Não obstante, pois, todos os evangelistas narrarem o incidente, << a confissão de Pedro>>, somente Mateus registra as palavras << Tu és Pedro e sobre esta Pedra edificarei a minha igreja>>etc. Este argumento, embora de forma negativa, é da mais alta importancia, pois como se pode comprehender que os demais evangelistas omitissem aquelas palavras, se ellas fossem como um pivot da igreja e a sua base fundamental? A omissão em tal caso seria um crime, seria a porta aberta á rebellião, seria o desmoronamento da igreja no seu nascedouro. Ora seria a omissão dos tres últimos evangelistas casual ou proposital? Devemos crêr que foi proposital³⁹⁶ (JB, 18 ago. 1910, grifo nosso).

Entretanto, reivindicavam os exegetas protestantes que, em todos os volumes do Novo Testamento, não havia qualquer evidência de que Cristo ou mesmo os apóstolos tivessem Pedro como pedra fundamental e autoridade infalível da Igreja. Em diversas publicações da Imprensa Protestante está presente a argumentação de que na totalidade das Epístolas de S. Paulo, não consta nem sequer uma única alusão ao discípulo Pedro como fundamento da Igreja e chefe dos apóstolos³⁹⁷. Em desabono da teoria católica da infalibilidade dos sucessores de Pedro em assuntos doutrinários, os ministros evangélicos exemplificavam que o próprio Pedro fora passível de sofrer a repreensão de S. Paulo por ter procedido em uma questão de natureza doutrinal em desacordo com a mensagem do Evangelho (no

³⁹⁶ Tu és Pedro: Qual a interpretação de 16: 18 e 19? **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 18 ago. 1910, Perguntas e Respostas. p. 4.

³⁹⁷ “E em todas as cartas de S. Paulo não existe uma única referência a Pedro como fundamento da Igreja”. ENTZMINGER, W.E. **Tu és Pedro**: o papado em face das Escrituras Sagradas e a luz da História. Rio de Janeiro: Casa Editora Batista. 1911, p. 26.

episódio narrado em Gálatas (2: 9-14) ³⁹⁸; visto ter dissimulado assentir na necessidade de obediência aos rituais do judaísmo perante a ala judaizante do cristianismo primitivo, causando com esta atitude constrangimento aos povos gentios recém convertidos, os quais sob a égide da “nova aliança” firmada em Cristo, não teriam a obrigatoriedade de adotar o ritualismo judaico :

Esta qualificação não significa que Pedro devesse ocupar uma cadeira própria ou que ficasse assegurada aos bispos de Roma a sucessão pontifícia, ou a infalibilidade. Pedro não reclamou estas atribuições, os demais apóstolos não as reconheceram, nem se sujeitaram á sua auctoridade... Paulo repreendeu a Pedro (Gal. 2 :14) e elle não protestou. Em parte alguma do N.T. se vê que Pedro se constituísse juiz supremo ³⁹⁹ (JB, 02 nov. 1922).

Como prova da “falibilidade de S.Pedro”, o artigo do Jornal Batista publicado em 16 de abril de 1906 faz referência à conhecida passagem em que este apóstolo dá demonstração de haver momentaneamente fraquejado na fé, faltando com a verdade ao negar a Cristo três vezes durante o tribunal do Sinédrio por temor de ser aprisionado junto com o Mestre (Mateus 26 69-74) ⁴⁰⁰: - *“e S.Pedro foi tão fraco que cahiu na tentação de negar a Christo.*

³⁹⁸ O acontecimento mencionado ocorreu durante o encontro entre os apóstolos Paulo e Pedro, na comunidade cristã da Antioquia: “Mas quando Cefas (Pedro) veio a Antioquia, eu o enfrentei abertamente, porque ele se tornara digno de censura. Com efeito, antes de chegarem alguns vindos da parte de Thiago, ele comia com os gentios, mas quando eles chegaram, ele se subtraía e andava retraído, com medo dos circuncisos. Os outros judeus começaram também a fingir junto com ele, a tal ponto que até Barnabé se deixou levar por sua hipocrisia. Mas quando vi que não andavam retamente segundo a verdade dos Evangelhos, eu disse a Pedro diante de todos: se tu, sendo judeu, vives à maneira dos judeus e não dos gentios, por que forças gentios a viverem como os judeus?”. Gálatas. Português. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 2033. Nova edição, revista e ampliada. Bíblia. N.T.

³⁹⁹ VINET, A. Tu és Pedro, ou Rocha? Leia-se João 1: 42; Math. 16; 13-18. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 02 nov. 1922. Perguntas e Respostas, p. 4.

⁴⁰⁰ As negações de Pedro aconteceram durante o julgamento de Jesus perante o Sinédrio, o Conselho Supremo dos anciãos, sacerdotes e escribas de Jerusalém: “Pedro estava sentado fora, no pátio. Aproximou-se dele uma criada dizendo: Também tu estavas com Jesus, o Galileu! Ele, porém, negou diante de todos dizendo: Não sei o que dizes. Saindo para o pórtico, outra veio e disse aos que ali estavam: Ele estava com Jesus, o Nazareu. De novo ele negou, jurando que não conhecia o homem. Pouco depois, os que lá estavam disseram a Pedro: De fato, também tu és um deles; pois o teu dialeto te denuncia. Então ele começou a praguejar e a jurar, dizendo: Não conheço este homem! E imediatamente um galo cantou. E Pedro se lembrou das palavras que Jesus dissera: << Antes que o galo cante, três vezes, me negará>>. Saindo dali, chorou amargamente”. Mateus. Português. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 1754. Nova edição, revista e ampliada. Bíblia. N.T.

Entre os apóstolos nenhum foi tão sujeito a quedas como Pedro” ⁴⁰¹. O redator também comenta neste artigo que, em matéria de fé, Pedro também havia falhado em outro momento crucial (descrito em S.Mateus 16: 21-23)⁴⁰², logo após ele mesmo ter sido o precursor da confissão apostólica sobre a divindade de Jesus; diante do anúncio de Cristo sobre o penoso sacrifício expiatório que o Messias teria que enfrentar, com a chegada iminente de sua morte e ressurreição, este apóstolo teria sido severamente exortado por haver invocado a Deus que tal evento não se sucedesse - ... *e o Senhor disse-lhe: <<retira-te de diante de mim, Satanaz, que não tens gosto com as cousas que são de Deus, mas das que são dos homens>>. Mat.16: 23. E isto depois de ter-lhe dito: Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja”* ⁴⁰³.

Os comentaristas protestantes alegavam que a doutrina católica fazia uma sofisticada distinção entre impecabilidade e infalibilidade para escamotear os desacertos do papa, acudindo a Igreja Romana (em reforço de sua teoria), que Pedro não era impecável como homem, mas era infalível quando tinha que deliberar sobre questões dogmáticas. Na concepção do protestantismo, essa diferenciação conceitual dos termos aplicada pela teologia católica é descabida porque os teólogos protestantes pressupõem que todo pecado imputa falibilidade, assim como o ser infalível acarreta em ser impecável; portanto, os mesmos não identificavam em Pedro ou em nenhum outro discípulo a virtude distintiva da infalibilidade que, a seu ver, somente poderia se realizar “na pedra fundamental da Igreja” (“sobre a qual as portas do inferno não prevalecerão”...), e esta metáfora se personificava

⁴⁰¹ BARRETO, Archimínia. Tu és Pedro. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 16 abr. 1906, p. 6(54).

⁴⁰² O primeiro anúncio da paixão de Cristo: “Jesus começou a mostrar aos discípulos ser necessário que fosse a Jerusalém e sofresse muito por parte dos anciãos, dos chefes dos sacerdotes e dos escribas, e que fosse morto e ressurgisse ao terceiro dia. Pedro, tomando-o à parte, começou a repreendê-lo, dizendo: Deus não o permita, Senhor! Isto jamais te acontecerá! Ele, porém, voltando-se para Pedro, disse:<<Afasta-se de mim, Satanás! Tu me serves de Pedra de tropeço, e porque não pensas as coisas de Deus, mas as dos homens>>”. Mateus. Português. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 1734. Nova edição, revista e amplianda. Bíblia. N.T.

⁴⁰³ BARRETO, Archimínia. Tu és Pedro. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 16 abr. 1906, p. 6(54).

exclusivamente na messianidade de Jesus Cristo – “Logo, Jesus foi, é, e será impecável e infalível! E unicamente é Ele a pedra fundamental da Igreja”.⁴⁰⁴

Diversas publicações da Imprensa Evangélica se ocuparam do estudo exegético da passagem bíblica Mateus 16:18-19 <<Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja), e em seus comentários os autores protestantes rejeitavam a versão filológica do catolicismo, com a qual a Igreja Romana procurava justificar o primado de S.Pedro, porquanto a exegese católica afirmava que aquela promessa relativa à primazia e perenidade de seu apostolado valia não só para a pessoa de Pedro, mas também para os seus sucessores – os bispos de Roma. Argumentavam os teólogos protestantes que a interpretação exegética católica apoiava-se sofisticadamente tão somente na semelhança morfológica entre o termo “Kefa” (Pedro) ou “Kefa” (pedra) do aramaico, em cujo idioma a palavra citada era idêntica na forma, podendo, contudo, significar ambas as designações. Conforme a explicação doutrinária da Igreja Romana, Jesus teria dito: Tu és Pedra (Kefa) e sobre esta pedra (kefa), edificarei a minha Igreja (ou em outras palavras, Tu és Pedro e, sobre ti, Pedro, edificarei a minha Igreja)⁴⁰⁵.

Sobre esta controversa questão filológica, os exegetas protestantes certificavam que, ainda que Jesus tenha se servido da língua aramaica em seu pronunciamento, o texto original escrito pelo evangelista S.Mateus havia registrado esta declaração no idioma grego, no qual qualquer sombra de ambigüidade poderia ser descartada, tendo diante de si a evidente diferenciação morfológica e semântica das palavras Pétros (desinência masculina do

⁴⁰⁴ REIS, Álvaro. **As Conferências do Padre Júlio Maria**. Rio de Janeiro. Livraria Evangélica, 1908. p. 39.

⁴⁰⁵ Os exegetas protestantes faziam também a observação crítica de que esta interpretação da Igreja Católica poderia ser rebatida não apenas tendo-se como suporte filológico a tradução grega do Novo Testamento, mas inclusive a sua própria versão oficial da Bíblia que fora escrita no latim, idioma em que se poderia verificar claramente a diferenciação morfológica dos termos *Petrus* (Pedro) e *Petra* (pedra).

substantivo próprio, Pedro) e Pétra (desinência feminina do substantivo, sinônimo de rocha). Do ponto de vista morfológico, a exegese protestante apontava que a ferramenta lingüística do grego apostólico não deixava dúvidas de que a primeira posição da palavra aramaica “Kefa” fora substituída no Evangelho de Mateus pela variante masculina “Pétros” (Pedro), enquanto a segunda posição deste mesmo substantivo na supracitada oração fora traduzida pela flexão feminina “Pétra” (Rocha) - de modo que se poderia precisar que, a despeito de conjugarem em sua morfologia o mesmo radical, estes cognatos não eram vocábulos equivalentes e não se referiam, portanto, aos mesmos seres⁴⁰⁶.

Segundo a hermenêutica protestante, não há na Escritura Sagrada outras passagens que possam confirmar o sentido suposto pela teologia romana para corroborar a teoria de que Pedro havia sido designado, em Mateus 16:18-19, “pedra fundamental da Igreja”, por Cristo. A exegese evangélica ressaltava que em outros textos do Novo Testamento e do Antigo Testamento, no âmbito de suas respectivas estruturas morfológicas e semânticas⁴⁰⁷, o termo Pétros seria aplicado nominalmente ao discípulo Pedro ao passo que a palavra Pétra carregaria em seu significado metafórico, a específica designação de Cristo (o Messias) como a Rocha inquebrantável que susteria eternamente o edifício místico da Igreja (o Novo Israel). De acordo com a apreciação exegética do protestantismo (tal qual descreve o Jornal Batista em artigo publicado em 18 de agosto de 1910), a rocha sobre a qual Jesus edificaria a sua Igreja seria Ele mesmo e, na referida passagem, a pedra

⁴⁰⁶ LEITE, Lysânias de Cerqueira. **Protestantismo e Romanismo**. Rio de Janeiro, 1936, p. 81-86.

⁴⁰⁷ Em tradução literal do idioma grego, *Pétros* corresponde a um pedaço de pedra (um fragmento de rocha), enquanto que *Pétra* sinaliza uma rocha de maior dimensão, como as que emergem do mar. De acordo com a exegese protestante, na significante da semiótica bíblica, Pedro (*Pétros*) é o fragmento da rocha, e Cristo (*Pétra*) é a pedra fundamental.

fundamental equivalia tanto à pessoa teantrópica do redentor ⁴⁰⁸ como à verdade fundamental do edifício doutrinário do cristianismo – Cristo e sua divindade messiânica.

Segundo a definição batista, quando Ele profere a sentença: <<Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja>>, queria com isso sinalizar que edificaria a sua Igreja sobre a sua pessoa divino-humana confessada pelo apóstolo Pedro. Para os batistas, o significado destas metáforas em discussão deveria ser examinado também em paralelo com a semântica do Antigo Testamento porque no uso corrente da expressão idiomática judaica <<edificar sobre uma rocha>> afigurava-se o sentido de constituir uma família assentada sobre o sustentáculo correspondente a pessoa de seus progenitores⁴⁰⁹. Inferiam, portanto, os teólogos batistas que, no contexto bíblico-histórico do Novo Testamento, a Igreja apostólica desempenhava o papel do “Novo Israel” que Cristo veio a fundar, de sorte que esta primitiva assembléia de cristãos aparecia nas Sagradas Escrituras associada com a representação simbólica de uma casa espiritual que ia sendo construída, progressivamente, como um “edifício”. O Jornal Batista enfatizou que, na ocasião em que foram proferidas aquelas palavras, Cristo estava prestes a dar o primeiro passo para concretizar a fundação de sua família espiritual na Terra – o Novo Israel - que seria formado pela reunião dos crentes em Jesus regenerados pelo Seu Espírito Santo, cuja missão providencial seria fazer perpetuar o Reino de Deus entre os homens.

⁴⁰⁸ Para bem compreender o que significa a união teantrópica na teologia cristã é preciso ter-se em mente que a pessoa de Cristo é teantrópica porque têm as naturezas: a divina e a humana em união hipostática - constituindo uma só substância pessoal. No caso de Jesus, a sua natureza humana, antes de Ele ser concebido por obra do Espírito, a natureza humana que herdou estava presente em Maria em sentido específico ou não individualizada. Ao ser gerado, porém, Jesus, em vez de tornar-se uma simples pessoa humana foi unido à pessoa preexistente do Logos, tornando-se uma pessoa teantrópica. (Lc 1:25; Fp 2:7).

⁴⁰⁹ No idioma hebraico o verbo *banah* pode significar tanto edificar como gerar prole. No Antigo Testamento, o patriarca Abraão e a matriarca da nação judaica, Sarah, são aludidos figurativamente como “rochas primitivas”, sobre as quais foi erguida a grande família israelita.

A figura que Jesus Christo applicou ao apostolo Pedro, já havia sido applicada por outros judeus, alguns de seus compatriotas mais eminentes. O propheta Isaías, por exemplo, dirigindo-se ao povo judaico, disse: << Olhae para a rocha donde fostes cortados e para a caverna donde fostes cavados. Olhae para Abrahão vosso pae, e para Sarah que vos deu á luz (Isa. 51: 1-2). Abrahão e Sarah foram o fundamento do velho Israel, a pedreira donde foram tirados. **No sentido espiritual, isto é, no novo Israel, Pedro viria a ser uma das pedras fundamentaes da nova igreja. Jesus não edificaria a sua igreja sobre Pedro ou sobre a sua confissão mas sobre Pedro e a sua confissão. Em outras palavras, sobre o homem illuminado e crendo em Jesus como seu Salvador.** Isto se pode inferir da linguagem que Jesus empregou: <<Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei etc. Por que não disse <<sobre ti>>? Não temos duvidas que Jesus quis com estas suas palavras definir o caracter de sua igreja, a qualidade espiritual daquelles que haviam de constituila. Ella seria espiritual por excellencia, e os membros de que ella se constituiria seriam illuminados pelo Espírito Santo, crentes em Jesus Christo como Filho de Deus. Como o templo de Salomão, typo da igreja, foi construido de <<pedras preparadas>> (I Reis 6:7), assim também a igreja de Christo devia ser edificada de “pedras vivas(I Pedro 2:5), preparadas antes de entrarem a fazer parte do alicerce do templo. **Em outras palavras quer dizer que a igreja de Christo na terra se comporia exclusivamente de pessoas regeneradas pelo Espírito Santo. Sim, neste sentido, a igreja foi fundada por Pedro e os demais apóstolos, como disse Paulo aos Ephesios 2: 19-20** ⁴¹⁰ (JB, 18 ago. 1910, grifo nosso).

No horizonte do protestantismo, a compreensão hermenêutica sobre a estruturação do organismo eclesial está fortemente calcada nas declarações de São Paulo propaladas através de suas epístolas aos gentios, segundo as quais a Igreja teria sido erigida como um edifício santo, cujo fundamento é Cristo, juntamente com os seus ensinamentos e a fé que nele obra pela assistência do Espírito Santo: “E ninguém pode por outro fundamento senão o que foi posto, que é Jesus Cristo” (I Co 3: 11). Entretanto, em outra alegoria não excludente da idéia primordial que localiza em Jesus a principal pedra angular, também os seus primeiros discípulos e propagandistas do Evangelho foram reconhecidos como pedras fundamentais constitutivas do edifício religioso do cristianismo: “Edificados sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo Jesus Cristo a principal pedra angular” (Eph 2:20). Contradizendo a doutrina do catolicismo ultramontano que advogando a causa da

⁴¹⁰ Tu és Pedro: Qual a Interpretação de Math. 16: 18 e 19? **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 18 ago. 1910, Perguntas e Respostas, p. 4.

infalibilidade pontifícia dava grande ênfase ao apostolado de S. Pedro (retratando-o como o fundamento visível, o claviculário da Igreja por fiança de Cristo), os redatores do Jornal Batista argüiram na série “Tu és Pedro” que este discípulo não fora dignificado com a promessa de Mateus 16:18-19 pelo fato de possuir uma fé inabalável ou por ter sido privilegiado com uma posição superior de autoridade: Pedro em associação com o colégio apostólico é considerado delegado parelho dessa autoridade indivisa, instituída sob o poder e orientação do Espírito Santo para o desenvolvimento da Igreja. Neste sentido, a declaração de que Jesus edificaria a sua Igreja sobre Pedro, significaria simplesmente que, tendo sido este apóstolo o primeiro a alcançar uma nítida compreensão do Messias, teria angariado a honra de ter sido nomeado por Cristo “a primeira pedra desse edifício”.

A interpretação batista da passagem “Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”, no entanto, não exclui a idéia de que aquela promessa atentasse às virtudes peculiares da pessoa e atribuições particulares do ministério de S. Pedro porquanto ele teria sido destinado a ser um líder de relevante influência no movimento de propagação das mensagens do Cristianismo, tendo se tornado uma sorte de primus inter pares (ou seja, na opinião batista poderia ser distinguido como o chefe dos apóstolos, mas nunca chefe sobre os apóstolos). Em abono de seus argumentos o Jornal batista ilustrou que o próprio apóstolo Pedro, então inspirado em sua revelação pelo Espírito Santo, teria declarado em outro momento ser Jesus Cristo <<a pedra angular da Igreja>>: “Esta é Ele a Pedra desprezada por vós, construtores, mas que se tornou a pedra angular. Pois não há, debaixo do céu, outro nome dado aos homens pelo qual devemos ser salvos” (Atos 4:11-12)⁴¹¹. Os batistas destacaram ainda que, na epígrafe de sua primeira epístola, Pedro havia se dirigido a seus companheiros utilizando-se de uma expressão que não denotava qualquer intenção

⁴¹¹ Atos. Português. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 1907. Nova edição, revista e amplianda. Bíblia. N.T.

de fazer-se sobrelevar sobre os seus pares, já que havia se subscrito: <<Pedro, apóstolo de Jesus Cristo>> e não “papa” ou “pontífice supremo”. E somando-se a este episódio o Jornal batista faz também menção de outra circunstância em que Pedro tivera a oportunidade de fazer impor a sua autoridade apostólica; preferindo, entretanto, o mesmo falar aos presbíteros das novas congregações com humildade e companheirismo, colocando-se em condição de paridade com os mesmos, ao denominar-se igualmente um presbítero: “aos presbíteros que estão entre vós, admoesto-vos eu, que sou também como eles presbítero e testemunha das penas que padeceu Cristo...” (I Pedro 5:1) ⁴¹². Como argumento conclusivo de sua leitura exegética da passagem discorrida, os batistas reiteraram que respeitante o mesmo Pedro, consta em uma de suas epístolas a imagem decisiva da “pedra viva” que é o divino fundamento estrutural da Igreja, havendo o mesmo dado testemunhado explícito de que cria ser o próprio Cristo a rocha perene indelével do edifício espiritual cristão: “Chegai-vos a Ele, a pedra viva, rejeitada, é verdade pelos homens, mas diante de Deus eleita e preciosa. Do mesmo modo, também vós, como pedras vivas, prestai-vos à construção de um edifício espiritual, para um sacerdócio santo, a fim de oferecerdes sacrifícios espirituais aceitáveis a Deus, por Cristo Jesus” (I Pedro 2:4-5)

⁴¹³ .

Esta phrase Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja; repetida como estribilho de cançoneta pela igreja romana, como caução da auctoridade absoluta e despótica, arbitraria ao ponto de se constituir divina e infallivel, tornou-se para os papas uma arma certa... **Esta phrofecia, como todas as mais phrofecias, referiria-se a Pedro ou a Jesus? Se ella se referisse a Pedro elle não teria declarado com toda a firmeza ante os principaes de Jerusalém que a pedra fundamental da igreja cristã era Christo... Pedro mesmo edificou-se em Christo, e**

⁴¹² Nesta passagem, o aposto Pedro faz recomendações anciãos estrangeiros sobre o tipo de liderança que deveriam exercer nas novas igrejas fundadas no Ponto, na Galácia, na Capadócia, da Ásia e Bitínia: “Aos anciãos que estão entre vós, exorto eu, que sou ancião como eles e testemunha do sofrimento de Cristo e participante da glória que há de ser revelada. Apascentai o rebanho de Deus que vos foi confiado, cuidando dele, não como por coação, mas de livre vontade, como Deus o quer, nem por torpe ganância, mas por devoção, nem como senhores daqueles que vos couberam por sorte, mas antes, como modelos do rebanho”. I Pedro. Português. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 2118-2119. Nova edição, revista e amplianda. Bíblia. N.T.

⁴¹³ Ibedim, p. 2114-2115.

escreveu exortando a todos que se edificassem em Christo “em casa espiritual”, em sacerdócio santo, como pedras vivas, para offerecer sacrificios espirituais a Deus, que sejam acceitos pelos merecimentos de Jesus” II Pedro 2:5... Acerca de vós papas o mesmo Pedro dirá: Negastes a auctoridade e divindade de nosso Senhor Jesus Christo, fazendo os vossos papas infalliveis, e me fazendo papa, quando não fui mais que presbytero, e muito pobre; não tive palacios nem guardas... não fui rei nem tive galas, portanto não fostes meus sucessores como apregoastes: porquanto não pregastes a doutrina simples do amor e da verdade, tal como nos ensinou o Filho de Deus... ao contrario vendestes ao povo a salvação a titulo de sacrificio de missa, e com as palavras <<Tu és Pedro>> vós fizestes soberanos pontífices, santíssimos padres, infalliveis, enfim, deuses... Deixae pois, sacerdotes romanos, de repetir o vosso estribilho << Tu és Pedro>>. Jesus não edificaria a sua igreja sobre Pedro ou sobre a sua confissão, mas sobre Pedro e a sua confissão. Em outras palavras, sobre o homem illuminado e crendo em Jesus como seu Salvador. Isto se pode inferir da linguagem que Jesus empregou: <<Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei etc. Por que não disse <<sobre ti>>? Não temos duvidas que Jesus quis com estas suas palavras definir o character de sua igreja, a qualidade espiritual daquelles que haviam de constitui-la. Ella seria espiritual por excellencia, e os membros de que ella se constituiria seriam illuminados pelo Espirito Santo, crentes em Jesus Christo como Filho de Deus⁴¹⁴”. (JB, 16 abr. 1906, grifo nosso).

O “protestantismo de missões”, movimento missionário do qual a Igreja Batista Brasileira é tributária, penetra no Brasil em meados do século XIX, trazendo no cerne de seu discurso ideológico a tese da urgente necessidade de implantação de uma reforma religiosa, capaz de desembaraçar a religiosidade brasileira dos intricados laços da “religião papista”. Os missionários tomaram como o mais desafiador dos baluartes a ser conquistado nos domínios católicos, “a fortaleza do papismo”: termo crítico através do qual designavam naquela conjuntura a corrente preponderante em curso no catolicismo contemporâneo, o ultramontanismo⁴¹⁵. Para os batistas, em um sentido mais amplo, o papismo compreendia uma faceta nociva do catolicismo, a qual sob a “falsa premissa” da infalível mediação sacerdotal privava o fiel do contato pessoal com o puro Evangelho de Cristo, constituindo-

⁴¹⁴ BARRETO, Archimínia. Tu és Pedro. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 16 abr. 1906, p.6 (54).

⁴¹⁵ D’AUBIGNÉ. O Papismo, o Christianismo e a Reforma. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 10 jan. 1905, p.1.

se no transcurso da história como uma religião que se fazia representar por uma assembléia eclesiástica hierarquizada segundo fins burocráticos e mercantis, cujo sentimento piedoso se confundia com interesses políticos e mundanos⁴¹⁶.

Em inúmeros escritos da imprensa batista, o escol hierárquico da Igreja Romana é acusado de ostentar paradoxalmente a pomposa figura de seu mais alto escalão - o pontificado romano – em contraste com o modelo bíblico de cândido fervor e simplicidade, encontrado na biografia dos discípulos de Cristo, em sua completa rendição ao chamado apostólico. Igualmente, pululava no Jornal batista a crítica de que a opulência do papado polarizava de forma contraditória o faustoso modo de vida de uma privilegiada casta sacerdotal com a devoção genuína do crente simples e verdadeiramente pio. Na sua concepção particular acerca das diversas organizações eclesiais do credo cristão, o papismo ou clericalismo romano constava como uma instituição eclesiástica cuja essência vocacional teria sido conspurcada pela sua vaidade e cobiça deletérias: a ambição descomunal por honrarias e riquezas que teria se apoderado de muitos membros da hierarquia clerical que governaram a Igreja através dos séculos, absorvendo o seu caráter puramente religioso⁴¹⁷.

O Papismo, o Christianismo e a Reforma. Estabelecer uma raça medianeira entre o homem e Deus, e fazer compras por meio das obras, penitências, e a preço de dinheiro, a salvação que Deus dá de graça, eis ahi o Papismo. Franquear a todos mediante Jesus Christo, sem esse poder que se chama Egreja, um acesso livre ao grande dom da vida eterna que Deus deu ao homem, eis ahi o Christianismo e a Reforma. O Papismo é um baluarte immenso levado pelo trabalho dos séculos entre Deus e o homem. Se alguém quer salvá-lo, pague!

⁴¹⁶ Os redatores do Jornal Batista, repetindo um argumento frequentemente utilizado pela imprensa evangélica, faz a instigante colocação de que a Igreja Católica, em sua trajetória histórica, ao invés de limitar o exercício de suas funções sacerdotais ao campo espiritual, convertera-se com o tempo em um influente partido político que já pôde inescrupulosamente depor e entronizar muitos reis, tornando-se a seu talante, ora aliado poderosíssimo ora implacável adversário dos governos seculares, de acordo com as regras da conveniência que poderiam lograr êxito as suas aspirações no plano temporal. Por sua vez, através do emprego de uma linguagem metafórica impregnada de implicações negativas as ordens religiosas esparsas pelo mundo são descritas como “*os tentáculos do monstro que suga os povos, e lhes perturba as funções regulares*”. **O Jornal batista**, artigo publicado em 27 de outubro de 1910.

⁴¹⁷ “Como os soldados romanos expozeram Christo á irrisão pública, vestindo-o de vestes grotescas, assim o papismo tem exposto o divino, manso e meigo Filho de Deus. Á sombra da cruz desenvolveu-se a mentira, o orgulho, a devassidão e a rapina com o nome de Egreja Catholica Apostolica Romana!”. Idem.

Ou soffra! E comtudo não pode salvar-o! A Reforma é a potencia que tem derribado o immenso baluarte, devolvendo Christo ao homem, e a qual aplainou o caminho para ir ao seu Creador. O Papismo põe a Igreja entre Deus e o homem. O Christianismo e a Reforma põe o homem face a face com Deus. O Papismo o separa. O Evangelho os une⁴¹⁸ (JB, 10 jan. 1905, grifo nosso).

Finalmente a Igreja Romana não doutrina por amor da religião, mas por amor do dinheiro. A profissão sacerdotal é considerada uma profissão agradável, proporcionando boa vida, bem descansada, bem regalada. A finalidade do culto é o dinheiro. Como bem disse o poeta Guerra Junqueiro, a Igreja Catholica é um balcão onde tudo se vende. O papa vende as mitras e os chapéus cardinalícios, as dioceses, as canonizações, os títulos honoríficos; os bispos vendem as vicaturas, chrismas, as dispensas, os batismos, os casamentos, etc. A igreja catholica é uma grande feira que no devido tempo Christo há de dissolver... **Oh, quando será o dia em que os catholicos ludibriados saiam dessa igreja política, mercantil e mentirosa, para abraçarem a Jesus, tão somente a Jesus, bemdito Salvador e o único mediador entre Deus e os homens?!**⁴¹⁹ (JB, 27 out. 1910, grifo nosso).

Na avaliação do movimento reformado, de um modo geral, a Igreja Romana em seu desenvolvimento histórico teria sido fortemente contaminada pela influência do espírito soberbo e profano do “cesarismo”, devido às interferências “maléficas” oriundas do paganismo que teria sofrido no campo da moral e da doutrina⁴²⁰. Ambicionando ao poder temporal, ela teria feito ainda recair sobre si o pesado jugo que os ditames da sua política secular teriam imposto ao governo da Igreja, a partir do momento em que o catolicismo revertera-se em “religião de Estado”, comprometendo inevitavelmente a sua atuação pastoral na esfera religiosa⁴²¹. É com muita frequência que o Jornal Batista publica entre os

⁴¹⁸ D' AUBIGNÉ. O Papismo, o Christianismo e a Reforma. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 10 jan. 1905, p. 1.

⁴¹⁹ Tu és Pedro VIII: Recapitulando o Romanismo como Christianismo, uma Impostura Inqualificável. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 27 out. 1910, Perguntas e Respostas, p. 4-5.

⁴²⁰ Ao definir a “Igreja do papa” como adepta de uma religião que sintetizava judaísmo, paganismo e cristianismo, o Jornal Batista fez a declaração de que se poderia comprovar facilmente através da leitura comparativa da história eclesiástica com a história laica que o catolicismo romano estava repleto de dogmas, práticas litúrgicas e costumes que teria tomado emprestado das religiões pagãs. A Igreja do Papa: Mistura de Judaísmo, Paganismo e Christianismo. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 20 ago. 1904, pp. 4 (140) – 5 (141).

⁴²¹ “mas os fundadores do Papismo, estes abutres de batina negra, aproveitando-se das circunstancias na decadência do Imperio Romano, induziram os pusilânimes soberanos áconvicção da necessidade do governo theocratico, e então, sob o pretexto de religião, os deusatorizaram, dominaram os povos, pervertendo n'elles a consciência, e impuzeram-lhes o pesado jugo político papal”. O Jornal Batista, artigo publicado em 20 de outubro de 1901.

anos 1901-1922 artigos nos quais procurou estabelecer uma dicotômica separação entre os conceitos de “Romanismo” e “Christianismo”, “igreja” e “clericalismo”, “papismo” e “protestantismo”, etc. Os articulistas do periódico buscaram difundir o adágio protestante de que era incabível o costume antigo dos padres de fazer confundir “sacrilegamente” entre os leigos o Cristianismo com o papismo, como se houvesse de fato uma relação de equivalência entre ambos: “O Christianismo é obra de Jesus Christo, o Papismo é obra dos padres” ⁴²². Sucintamente, buscava-se fortalecer a idéia em termos comparativos de que o papado, longe ser uma instituição de procedência divina, havia se tornado uma organização político-religiosa perpetuada por meio do sustento incansável dos fiéis católicos espalhados pelo mundo, os quais movidos pela sincera piedade cristã e sendo induzidos pelo clero propagandista das indulgências pecuniárias, não cessavam de sortir o erário do Vaticano com incomensuráveis riquezas materiais.

A riqueza do papa. Na dependência do Vaticano acessível aos visitantes qualquer um pode ter uma Idea da vasta riqueza do papa. Na camara do concilio, estão expostos os valiosissimos presentes por elle recebidos de reis e príncipes; e além desta riqueza a egreja possui mais de 80 milhões de francos em ações estradas de ferro da Itália. Não obstante, em intervallos regulares, se faz um appelo aos Estados Unidos, appelo muito chorado para que o povo acuda á “arca de S. Pedro” quase exgottada.... de pó somente!⁴²³ (JB 14 out. 1909).

Roma e seus chefes. O papa João XII era creança de sete annos quando foi coroado no anno de 995. João XVII tinha dezesete annos quando tomou posse da tiara, no anno 1003; da mesma forma, ainda em tenra idade, assentaram-se na cadeira pontificia, Sergio IV e Benedito VIII, todos elles, portanto – uns meninos papas. A primeira concessão temporal do papa foi o districto de Roma dada por Pepin, pae de Carlos Magno, no século VII. Diante destes e de muitos outros factos se vê que a egreja papal não é outra coisa, senão a continuação do antigo paganismo debaixo do nome christão ⁴²⁴ (JB, 10 jul. 1901).

Segundo o critério batista, a “religião papista” antagonizava alguns dos valores primordiais do puro Cristianismo, que concebiam como a obra mais sublime do amor de Deus para

⁴²² Idem.

⁴²³ A Riqueza do Papa. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 14 out. 1909, p.5.

⁴²⁴ Roma e seus Chefes. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 10 jul. 1901, p.1.

com os homens, a qual fora eternizada na concretização da missão salvífica de Cristo, do mesmo modo no seu exemplo de abnegação e benevolência imortalizado no código de amor e fraternidade que teria legado a toda a humanidade. Na compreensão batista, a verdadeira igreja cristã não poderia estar exclusivamente plantada dentro dos limites da jurisdição pontifícia como pleiteavam os ultramontanos ao referendar que somente aqueles inteiramente submissos à autoridade do papa eram os cristãos verídicos⁴²⁵ (nem poderia se restringir ao domínio de qualquer outro tipo de liderança religiosa que reivindicasse para si o mesmo posto de soberania). Porquanto a definição do conceito de igreja para a denominação batista consistia em um organismo espiritual atemporal e plural no tocante à diversidade de suas ramificações, englobando membros de diversas confissões cristãs: a Igreja de Cristo atuante no século ou recebida na eternidade era formada por todos os indivíduos remidos pelo Salvador, os quais seguiam fielmente os ensinamentos do Seu Evangelho⁴²⁶.

Conjugando preceitos da eclesiologia luterana e calvinista, os batistas responderam às lideranças ultramontanas enunciando que a “Igreja visível” (ou a manifestação corpórea da

⁴²⁵ Os redatores do Jornal batista juntamente com outros representantes da imprensa evangélica travaram um acirrado debate com a ala conservadora da Igreja Católica onde discutiram exasperadamente esta questão. Os pregadores protestantes consideravam um acinte da Igreja Romana o corolário de que “fora da Igreja Católica Apostólica Romana não havia salvação”, o pressuposto ultramontano de que alijadas da fonte donde emanava o sustento para a edificação espiritual (o ensino do magistério da Igreja organizada sob a única autoridade autorizada e *infallível*, o papa), as outras igrejas cristãs subsistiam apenas como ajuntamentos ilícitos enfraquecidos pela aceitação de “doutrinas heréticas do protestantismo”, fadadas a sucumbir ao total esmorecimento da fé - a apostasia. Nas palavras do missionário batista W.E Entzminger: “a arrogante pretensão da Igreja Católica Romana de ser ela a única e verdadeira Igreja de Cristo...” ENTZMINGER, W.E. **Tu és Pedro: o papado em face das Escrituras Sagradas e a luz da História**. Rio de Janeiro: Casa Editora Batista. 1911, p. 5.

⁴²⁶ Está presente na eclesiologia batista traços da diferenciação teórica efetuada por Lutero entre os conceitos de igreja visível e invisível, na qual o precursor do protestantismo valoriza sobremodo o caráter ubíquo da igreja invisível na proporção em que faz em contrapartida, a relativização de toda e qualquer forma de autoridade que emane da igreja visível, em alusão crítica à autoridade tradicional exclusivista da Igreja Católica, que se auto-afirma como a única legítima – “una e indivisível”. Conforme o critério luterano, a real cristandade estava interiorizada no coração dos fiéis e a única igreja verdadeira era <<aquela que o Espírito Santo reúne de geração em geração>>. A elasticidade desta concepção eclesiológica inclusiva fará com que este princípio legitimador seja abraçado posteriormente por diversos segmentos do protestantismo. CHAUNU, Pierre. **O tempo das Reformas (1250-1550)**. *História Religiosa e sistema de Civilização*. Lisboa: Edições 70, 1975, p.145.

cristandade) era uma instituição humana transitória sendo unicamente sobre ela que o papa poderia exercer um tipo de poder efêmero que estava limitado às condicionantes do tempo e do espaço (a eclesiologia batista herdara do luteranismo o princípio de que a igreja invisível poderia existir independentemente da igreja materializada do mesmo modo que a alma poderia transcender ao corpo físico). Com o emprego desta precisa comparação que clarifica o tipo de distinção fundamental que o protestantismo faz entre os conceitos de igreja espiritual e igreja institucionalizada⁴²⁷, a imprensa batista pretendia infundir no leitor de origem católica uma visão mais autônoma e pluralista da fé cristã, procurando analogamente demonstrar que era plenamente válida a desvinculação das igrejas reformadas da Sé Romana. Neste discurso concludente está implícita a idéia de que as igrejas evangélicas, mesmo desligadas da autoridade tradicional do papa, davam legítima continuidade ao comissionamento apostólico deixado por Jesus << “Ide e pregai o Evangelho a todos os povos e nações” >>, toda vez que a Palavra de Deus era por elas proclamada e sempre que o sacramento por excelência, o batismo, era administrado⁴²⁸.

Quando atentamos para o foco principal das discordâncias doutrinárias entre os polemistas ultramontanos e protestantes que estiveram em evidência na imprensa religiosa nas primeiras décadas da República, sobrepõe-se no discurso jornalístico do movimento evangélico a defesa obstinada dos conceitos teológicos em que se baseava a eclesiologia do

⁴²⁷ Na Encíclica *Satis Cogitum*, o Papa Leão XIII havia estatuído o princípio da dupla natureza da Igreja de Cristo, contrariando a definição protestante, afirmando que ela não era somente uma corporação espiritual composta por todos os fiéis cristãos, destacando que possuía, simultaneamente, uma propriedade física e outra imaterial que estavam entrelaçadas em um todo orgânico indissociável – o “corpo místico” também existia em uma dimensão visível organizacional, através da qual cumpria a sua vocação histórico-apostólica: “Disso se segue que, quantos arbitrariamente imaginam para si próprios uma Igreja oculta e invisível, estão cometendo grave e pernicioso erro, tal como outros que encaram a Igreja como instituição humana... É seguramente impossível que a Igreja de Jesus Cristo possa ser apenas uma ou outra, como se fosse possível conceber também um homem só corpo ou só alma. A conexão e união de ambos elementos é tão absolutamente necessária, para a verdadeira Igreja, como a união íntima da alma e do corpo... Mas uma vez que a Igreja é <<como tal>> deve continuar até o fim dos tempos, uniformemente... A união, por consequência dos elementos visíveis e invisíveis por que se harmonizou com a ordem natural e com a vontade de Deus pertence a própria essência da Igreja...”

⁴²⁸ CHAUNU, Pierre. **O tempo das Reformas (1250-1550)**.: *História Religiosa e sistema de Civilização*. Lisboa: Edições 70, 1975, p.145.

protestantismo, já que as igrejas reformadas implantadas no Brasil buscavam legitimar perante a opinião pública a sua autoridade religiosa em um momento em que a recente separação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro assegurava-lhe juridicamente o pleno direito de coexistir com a religião majoritária usufruindo das mesmas prerrogativas inerentes ao seu ofício ministerial (dela podendo irrestritamente granjear prosélitos). Neste contexto se proliferavam em muitos artigos do *Jornal Batista* as caudalosas discussões sobre a questão da exclusividade de jurisdição pastoral requerida pelo governo eclesiástico da Igreja romana, principalmente pela frente ultramontana. Fazendo oposição à eclesiologia católica que se reservava a posse exclusiva da autoridade de sucessão apostólica instaurada em Pedro e incorporada hodiernamente pelo Papa⁴²⁹, os pregadores batistas faziam no *Jornal* a apologia da concepção protestante sobre a “verdadeira Igreja de Cristo”.

E segundo este padrão eclesiológico esboçado por Lutero e posteriormente delineado pela teologia calvinista, toda a revelação divina está contida na Bíblia, livro sagrado que fundamenta a Igreja cristã e lhe precede em autoridade, uma vez que a verdade religiosa é comunicada ao crente primeiramente pela iluminação interior obrada pelo Espírito Santo⁴³⁰. Assim sendo, o conhecimento a respeito das mensagens divinas não está

⁴²⁹ A respeito da teoria da “unidade eclesiástica” do catolicismo, discriminou-se nos catecismos que a Igreja Católica Apostólica Romana é a única verdadeira igreja fundada por Jesus Cristo sobre a autoridade ministerial de São Pedro e de seus discípulos: a missão apostólica dos apóstolos seria retransmitida perpetuamente a todos os religiosos católicos consagrados ao sacerdócio, os quais unidos sob a chefia indivisa do Papa (considerado o sucessor de São Pedro e Vigário e Cristo na terra) manteriam, por sua vez, a unicidade do rebanho cristão enquanto irmandade participe da mesma fé, dos mesmos mandamentos, dos sete sacramentos e da mesma “comunhão dos santos”. A Igreja Católica é também “o Corpo Místico de Cristo”, porque, como em um corpo humano, Cristo é a Cabeça, o clero e os leigos batizados são os membros visíveis deste corpo (exceto aqueles que se separaram deste corpo por cisma ou apostasia), e o Espírito Santo é a alma ou a força vital que os conserva unidos com sua graça e os santifica. Em seu aspecto temporal a Igreja é formada pelos batizados que professam as mesmas doutrinas e aceitam a infalibilidade do magistério estabelecido sob a suprema autoridade do Papa. Brandt, George. *Catolicismo*, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1964. p. 88.

⁴³⁰ De acordo com os teólogos protestantes, os autores humanos da Bíblia foram veículos divinamente

estritamente condicionado à interpretação oficial realizada pelo magistério da Igreja, embora na ortodoxia calvinista a importância da liderança espiritual da “igreja visível” seja reafirmada ao nível institucional com a força de coesão comunitária operante na ordenação ministerial de pastores e presbíteros (de acordo como paradigma organizacional das igrejas primitivas). No modelo eclesiológico evangélico a função sacerdotal está hierarquicamente submetida á autoridade sagrada das Escrituras⁴³¹, para que a palavra de Deus seja anunciada e para que sejam administrados os dois sacramentos instituídos pessoalmente por Cristo – o batismo e a santa ceia.

Nesta formulação calvinista está latente a vivência sectária das igrejas surgidas a partir da ruptura com a matriz romana, o que salvo as peculiaridades de cada momento histórico, assemelha-se em parte à experiência de mobilização reformista revivida pelas congregações protestantes atuantes no Brasil naquela ambiência religiosa, as quais diante da necessidade de conquistar o seu espaço no reduto do majoritário catolicismo latino-americano não recuaram diante do desafio de oferecer uma resposta cabal ao dito

inspirados e esta unção sagrada pode ser disseminada por entre aqueles a quem a Palavra de Deus é transmitida, de modo que ao leigo pode ser facultada pela ação do Espírito Santo, na prática do livre-exame, a revelação do sentido da mensagem bíblica, sem que necessariamente seja feita uma intermediação interpretativa pelo clero.

⁴³¹ De modo inverso, no catolicismo romano, a definição oficial de igreja estipulada nos catecismos indica que a formulação da doutrina está rigidamente subordinada à ordem hierárquica: ou seja, igreja é a congregação dos fiéis que professam “a verdadeira fé” e são obedientes ao papa. Logo, a questão da manutenção da “unidade” no pensamento teológico, na liturgia e na norma disciplinar está intimamente associada com a soberana chefia do papa. No discurso católico, a Igreja Romana distingue-se como a única igreja que tem uma “cabeça visível”, o papa, a quem estão subordinados o Episcopado, o clero e o laicato. É nesta autoridade superlativa que a Igreja tem seu eixo de uniformidade doutrinária e o centro de sua compartimentada organização administrativa. Contrariando frontalmente o princípio protestante do sacerdócio universal de todos os crentes e a defesa do livre exame das Escrituras, os polemistas ultramontanos vangloriavam-se de a Igreja Romana propagar, em todo o mundo, o credo de Pio IV, feito em conformidade com as definições do Concílio de Trento. Os romanistas que combatiam o proselitismo efetuado pelas denominações evangélicas procuraram enfaticamente convencer a população de que estava comprovada a veracidade do axioma católico que reconhecia esta Igreja como a exclusiva depositária das autênticas doutrinas cristãs (e como “verdadeira igreja de Cristo”), pelo fato de o catolicismo preservar em seus catecismos a integridade doutrinária de seus artigos de fé (os quais eram elaborados a partir da interpretação que a magistratura eclesiástica fazia sobre os escritos da Bíblia e da Tradição). LYSÂNIAS CERQUEIRA LEITE, *Op. cit.*, p.21.

excludente dos conservadores ultramontanos para quem<< o verdadeiro Cristianismo não existia para além das fronteiras da Igreja Romana>>. Para isso, teriam que provar para a sua audiência (tendo por método o próprio escrutínio dos textos sagrados) que a interpretação das Escrituras que definem os cânones da religião cristã não era um apanágio do magistério católico, mas uma real possibilidade para todos os pregadores que operassem debaixo da unção do Espírito Santo tendo devotado as suas vidas ao estudo e à proclamação incessante da Palavra de Deus. Na eclesiologia calvinista, bem como na visão católica romana, não se concebia a vitalidade da vida cristã sem a assistência pastoral da “Igreja visível”. Daí, o choque frontal de opiniões na disputa ideológica perante o público, e pairava no conflituoso círculo religioso da época o questionamento dualista de quem seria “a verdadeira Igreja” a prevalecer contra a “falsa Igreja”? ⁴³²

Na eclesiologia católica a Igreja é o prolongamento de Cristo no mundo visível que se faz representar fisicamente através da perpetuação de uma instituição organizada sobre a autoridade central e inamovível dos pontífices sucessores do apóstolo Pedro. Na auto-compreensão do catolicismo, a Igreja Católica Apostólica Romana é também a sociedade religiosa depositária única e incorruptível da revelação e da graça divinas, as quais são propagadas aos fiéis leigos pelo desempenho da função sacerdotal do clero e pela atuação do magistério infalível do seu corpo eclesiástico. Ela faz pleno assentimento do provérbio agostiniano: “na cátedra da unidade, pôs Deus a doutrina da verdade”. Portanto, o clero

⁴³² A título de ilustrar as matizes que compunham a coloração deste controvertido discurso que trazia a confrontação dos paradigmas das eclesiologias católica e protestante em uma perspectiva dualista e antagonista: “a verdadeira igreja *versus* falsa igreja”, reproduziremos a fala do pastor Lysânias Cerqueira Leite, o qual ao argüir a obra do padre Leonel Franca contestatória do movimento protestante “A Igreja, a Reforma e a civilização”, condensa aspectos relevantes da auto-compreensão evangélica, fazendo a comparação crítica com a sua “alteridade”, a igreja católica: “O protestantismo ensina que a Igreja Cristã constitui um só corpo místico, do qual Jesus é a cabeça única. Da união com a cabeça divina, decorre a unidade espiritual que caracteriza a verdadeira igreja. A Igreja Romana, porém, substituindo Cristo por um papa e fazendo da unidade exterior em torno desse papa sinal de verdadeira igreja, exhibe-se como Igreja falsa, dentro de sua própria teoria, porque essa unidade se quebrou, como vimos em vários períodos de sua agitada história”. LEITE, Lysânias de Cerqueira. **Protestantismo e Romanismo**. Rio de Janeiro, 1936, p. 20.

ultramontano ciente do impulso renovador e da tendência fragmentária do protestantismo missionário que já atuava no Brasil há pelo menos meio século, pronunciava-se constantemente na imprensa buscando persuadir a população local de que um dos erros mais imperdoáveis dos reformadores protestantes – a fonte originária de toda a discórdia – havia sido “a quebra da unidade religiosa” da Igreja cristã ocidental. O outro argumento-chave empregado pelo clero conservador em sua estratégia de resistência contra a disseminação do movimento evangélico estava na alegação de que a Igreja católica era a mantenedora fiel e exclusiva da doutrina cristã – o “baluarte da verdade revelada”, ao passo que nas igrejas protestantes, o conhecimento da mensagem bíblica estaria à mercê da interpretação particular caprichosa de suas “lideranças cismáticas”: “se Jesus fundou uma Igreja, a sua Igreja, Ecclesium mean, depositária de sua fé e de sua graça, então o protestantismo está fora desta Igreja e, portanto, fora do caminho da verdade”⁴³³...

Cabe a notação de que no discurso do jornalismo evangélico da época, a apologia católica do conceito de “unicidade” que remetia à forma de organização eclesiástica “monolítica” adotada pelo catolicismo (a qual se centralizava em torno de uma autoridade única – o pontífice romano enquanto sucessor de Pedro) foi sistematicamente problematizada⁴³⁴, tendo como contraponto a tipologia protestante que não só admitia, mas também avaliava positivamente a multiplicidade de denominações existente dentro do movimento reformador. No respeitante à temática da pluralidade confessional característica das eclesiologias evangélicas, pôde-se verificar que muitos autores protestantes tomaram como

⁴³³ FRANCA, Leonel S.J. Pe. **Obras Completas: catolicismo e Protestantismo**. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1952, p. 29.

⁴³⁴ Cabe citar que o Jornal Batista acompanhou e participou ativamente destes debates polêmicos travados entre as lideranças ultramontanas e os missionários protestantes, comentando as obras produzidas e noticiando fatos ocorridos no cenário religioso onde se sucediam estas disputas. Os leitores do Jornal estavam familiarizados com algumas personalidades do clero católico, como é o caso do padre Leonel Franca autor de clássicos da literatura religiosa brasileira como “Catolicismo e Protestantismo”, obra na qual replica aos escritos de seus interlocutores protestantes, os pastores Ernesto Luís de Oliveira e Eduardo Carlos Pereira, autores de “Roma, a Igreja e o Anti-Cristo” e “O Problema Religioso da América Latina”.

base escritural para a defesa de sua posição a seguinte declaração de Jesus - “Eu sou a videira e vós sois os ramos. Aquele que permanece em mim e Eu nele produz muitos frutos”⁴³⁵ - dela inferindo a pertinência da heterogeneidade nas frações denominacionais do protestantismo, uma vez que a despeito da dissolução da “unidade” no âmbito do vínculo institucional, criam que os prolíferos segmentos das igrejas reformadas se permanecessem fiéis em sua comunhão pessoal com Cristo⁴³⁶ sendo zelosas na observância de suas prescrições doutrinárias, teriam em todo tempo crescimento numérico e espiritual abundantes. Desta metáfora bíblica, os teólogos protestantes subentendiam que, embora muito diferentes entre si em vários aspectos, todos os outros “ramos” do Cristianismo que brotaram da árvore da Reforma poderiam produzir excelentes “frutos”, conquanto estivessem unidos permanentemente ao “tronco da videira”, ou seja, ao divino autor da fé cristã⁴³⁷.

⁴³⁵ “Eu sou a videira e vós sois os ramos. Aquele que permanece em mim e Eu nele produz muitos frutos; porque sem mim, nada podeis fazer. Meu Pai é glorificado quando produzis muitos frutos, e vos tornais meus discípulos” I João. João. Português. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 1882. Nova edição, revista e ampliada. Bíblia. N.T.

⁴³⁶ Para as igrejas reformadas, trata-se da unidade na diversidade propiciada pela abundância de virtudes espirituais geradas pela ação do Espírito Santo: é a unidade na fé, na santidade, na separação do mundo, a que Jesus teria se referido na metáfora da videira. Os protestantes alegavam que essa unidade estava inteiramente preservada dentro do movimento evangélico, a despeito da diversidade de corporações, pois a “seiva” ou energia interna vivificante de que se alimentavam os diferentes ramos do protestantismo provinha do próprio Cristo, em contraste com a “aparente unidade do catolicismo” que seria um subproduto do poder coercivo artificial do papado.

⁴³⁷ Como uma pequena amostra de como era articulada essa declaração de Cristo dentro desta discussão, reproduziremos um trecho da obra do ex-padre católico, o canadense Carlos Chiniquy, no qual o autor exprime alguns questionamentos inerentes ao dilema existencial por que passaram alguns clérigos que, a partir de meados do século XIX, face sua não-identificação com aspectos da dogmática e filosofia ultramontana, cogitam a possibilidade de aderir ao protestantismo: “Mas, para onde ir? Fora da Igreja Romana, onde poderia eu encontrar a salvação que só se acharia dentro de seus muros? Certamente que há muitos erros em minha querida Igreja. A poeira dos séculos forçosamente terá caído sobre o ouro precioso de seus tesouros; mas, não encontrarei eu erros ainda mais perigosos no seio das centenas de igrejas protestantes, que sob o nome de episcopais, presbiterianas, batistas, metodistas, etc., etc., estão divididas e desmembradas em milhares de desprezíveis seitas... A idéia que eu tinha, então, da grande família de igrejas evangélicas, compreendidas sobre o largo título de protestantismo, era coisa tão exagerada e absurda que se tornava absolutamente impossível achar nelas aquela unidade que eu considerava qualidade essencial da Igreja de Cristo. Não havia chegado ainda a hora. Aproximava-se, no entanto, o momento em que o amado Salvador me faria entender Suas sublimes palavras - << Eu sou a videira, vocês são os ramos>>”. CHINIQUY. Carlos. **Cinqüenta anos na Igreja Romana**. [S.l: s.n.],p. 442-443.

Na conceituação crítica do proselitismo evangélico que acondicionava o movimento de expansão do protestantismo pela América Latina (cujas populações eram majoritariamente adeptas à religião católica), o vulgo “papismo” aderido pela imprensa batista também representava a idéia de uma nova precipitação, no mundo contemporâneo, da vaga ameaçadora do “absolutismo religioso”. Em vários artigos publicados no Jornal batista está registrada a crítica de que a Igreja Católica em nome da preservação de uma unidade exterior, mais especificamente de sua posição como uma força política hegemônica no ocidente, havia desastrosamente feito uso do seu poder coercitivo dissociando-se do espírito de santidade inseparável do verdadeiro Cristianismo, tendo agido o papado como uma organização religiosa intolerante perseguidora implacável de seus oponentes. São citados eventos sangrentos de sua história nos quais o papado teria recorrido ao uso extremo da violência (dentre eles são destacados as Cruzadas, a Inquisição, o massacre dos Huguenotes na França, etc.)⁴³⁸. No horizonte dos fatos relacionados à conduta da Cúria romana no tempo corrente, o termo “papismo” conotava para as comunidades batistas as desmedidas ambições do governo eclesiástico sediado no Vaticano colocadas em prática por meio da tomada de posturas retrógradas no plano político; concomitantemente, o vocábulo aludia as suas investidas recalcitrantes no campo da teologia dogmática levadas a efeito pelos mentores do ultramontanismo, no curso de seu forte embate contra o missionarismo protestante e contra o secularismo anticlerical (estes movimentos foram

⁴³⁸ “Seria materia para muitos volumes querer descrever o funesto martyrologio dos povos sacrificados á ambição d’este insaciável parasita universal. Basta dizer que foi elle, durante muitos séculos, o fomentador da guerra civil na Europa, armando os filhos contra os paes, o irmão contra o irmão... foi elle que no seculo X armou meio milhão de fanáticos, os quaes sob a denominação de Cruzadas e com o lemma <<Deus o quer>>, foram exterminar aquelles simples cristãos que viviam em suas casas na observancia dos mandamentos do Divino Mestre... Foi elle que na Hespanha, Italia e Portugal, fez milhões de victimas com a Inquisição. Foi elle, finalmente que fez queimar vivos nas praças de Roma a Arnaldo de Brescia (1155), Gerolamo Savanarola (1498) e Giordano Bruno (1600), por elles terem tentado sacudir o jugo papal”. NIGRO, José. *Christianismo e Papismo*. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, out. 1901, p. 1.

responsabilizados pelo clero ultramontano pela crescente perda da hegemonia religiosa e política do catolicismo, no mundo moderno) ⁴³⁹.

Na compreensão dos missionários protestantes, o “papismo” também correspondia a um fenômeno religioso hodierno que se correlacionava mais diretamente a alguns acontecimentos recentes da história eclesiástica (como as resoluções tomadas no Concílio Vaticano I em 1870), ao mesmo tempo em que balizava na sua contemporaneidade o processo de recapitulação do antigo código religioso do paganismo. Na opinião dos ministros evangélicos, o ultramontanismo teria feito ressurgir dentro da Igreja Católica, através da decretação da infalibilidade do papa, um tipo intolerável de “idolatria”: para as comunidades protestantes, a aclamação deste novo atributo pontifício tratava-se da expressão apoteótica de um devotamento idolátrico prestado a uma criatura humana pecadora e, portanto, falível - o que no seu entendimento, era um comportamento digno de irrefreável censura. No imaginário evangélico da época o papa passou a se distinguir como a figura mais desdenhada dentro do espectro da hierarquia clerical católica, fixando “o bispo de Roma” no meio batista, a imagem de uma autoridade religiosa ensoberbecida que acumulara ilegítimamente poderes inauditos, sobretudo no encargo de sua posição atual, que teria sido “mistificada” ⁴⁴⁰ pela condição da inerrância prognosticada nos termos de promulgação de sua infalibilidade. Era corrente na imprensa protestante o desenvolvimento temático da enunciação de que o pontífice romano retinha em sua “cátedra” o aparato simbólico de um superlativo estado de superioridade com os quais, na antiguidade pagã, avultavam-se os homens “semi-deificados”?⁴⁴¹

⁴³⁹ POULAT, Emile. Catolicismo e Modernidade: um processo de exclusão mútua. **Concilium**. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, n. 244, p. 17-24, 1992/6.

⁴⁴⁰ Tinham como uma medida vã e enganadora o efeito de se atribuir qualidades “quase sobrenaturais” a um líder religioso passível de cometer erros.

⁴⁴¹ Interpela os seus interlocutores o pastor presbiteriano Eduardo Carlos Pereira “*Que significa uma tal proclamação de sua infalibilidade, senão a apoteose e a deificação do papa?*” PEREIRA, Eduardo Carlos. **O Problema Religioso da América Latina**: estudo dogmático histórico. São Paulo: Livraria Independente,

Como creanças ignorantes vivem enganados os catholicos romanos; que não conhecendo a moralidade do Evangelho de Jesus, se deixam guiar por homens cegos, que só visam o seu interesse proprio, e por muitos séculos por encantamento dogmáticos erraram, e fizeram cahir em erros de toda espécie as nações sujeitas ao seu domínio... **Perguntemos aos catholicos romanos onde foi edificado o palacio dos apóstolos com o titulo de Vaticano, deus da Mythologia, que proferia oráculos em um campo visinho de Roma? Qual dos apóstolos subiu a um throno riquíssimo <<para dar o pé a beijar os povos>>? Qual delles foi carregado processionalmente numa charola, adorado como um deus do paganismo? Tiveram por acaso o titulo de Bispo Universal, Vigário de Christo, Summo Pontífice, Papa, Infallivel e Santíssimo? Usaram elles tiar a e púrpura, báculo de ouro, anel de pedra de grande valor, mobilia esplendida, carros sumptuosos e tudo quanto se possa imaginar de luxo?**⁴⁴² (JB, 01 nov. 1910, grifo nosso).

De acordo com a crítica proferida no discurso do jornalismo batista, no orbe do “romanismo”, o papa arrogava-se o direito de fazer a mediação entre Deus e os homens na interpretação dos textos sagrados, querendo fazer impor a sua autoridade aos fiéis pela força de sua “palavra infalível”, agora tornada em regra de fé. Os batistas acusavam o papado de, através de uma forjada construção teológica, abarcar o domínio sobre todas as explicações doutrinárias que lhe aprouvesse acerca das mensagens bíblicas, não importando quais fossem as contradições que existissem com as Escrituras (entendiam que este “controle manipulador”, posto em ação na esfera do dogma, teria feito torcer o sentido verdadeiro de muitas das revelações contidas nas passagens dos livros sagrados)⁴⁴³. No imaginário do incipiente e minoritário protestantismo brasileiro de inícios do século XX, era descrita como “o nefando advento da papolatria”⁴⁴⁴ a declarada exacerbação da

1916. p. 294.

⁴⁴² BARRETO, Archimínia. Respostas ás Perguntas Feitas: Por Escrito pela Intelligente Professora D. Amélia Rodrigues aos Protestantes. **Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 01 nov. 1910, p.2.

⁴⁴³ “Não podendo achar nos textos bíblicos auctorização para a sua instituição politico-internacional, os papistas forçam o sentido das palavras divinas, de accôrdo com a mesma instituição, envez de procurarem nellas a razão de tal instituição existir. Com esta inversão de um principio fundamental de interpretação, derrubam as bases da crença; e pervertem as Escrituras”. VINET, A. Tu és Pedro, ou Tu és Rocha? Leia-se João 1 :42; Math. 16: 13-18. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 02 nov. 1922, p.4.

⁴⁴⁴ O termo foi cunhado pelo eclesiástico francês e doutor em teologia, M. l’abbé E. Michaud, autor de *Le Mouvement Contemporain des Eglises*, obra na qual desfere críticas agudas “à nova religião” fundada em 1870 nas pegadas da infalibilidade papal, descrevendo-a como “Vaticanismo”, “Neo-catolicismo” e “papolatria” – que seria “a volta do paganismo”. A imprensa protestante, de um modo geral, faz largo uso destas expressões e deste conceito. Escreve o *Jornal Batista*: “Dos mais sumptuosos cubículos do Vaticano ás

tradicional autoridade eclesiástica pontifícia, que já fora por quase quatro séculos preponderante no cenário religioso e político da nação católica, por força do próprio legado da colonização.

O catolicismo brasileiro não havia mudado significativamente no âmbito do código de doutrinas em que subsistia a vigência do código tridentino e também preservara a sua feição externa “barroca” (os seus templos, as suas devoções e as suas cerimônias litúrgicas mantiveram grosso modo as características do período colonial). A maior parte dos segmentos do protestantismo, entre o final do século XIX e início do século XX, fazia a identificação entre a letra bíblica e a Palavra de Deus (segundo o princípio da teologia luterana do livre-exame), abrindo espaço para uma investigação histórica de sentido orientada pela hermenêutica, enquanto que o catolicismo se encontrava fortemente arraigado na diligência da afirmação dogmática dos cânones tridentinos. Na prática litúrgica e devocional, entretanto, a Igreja Católica se mantinha como uma igreja barroca da oralidade, da afetividade, do culto sensorial, das devoções populares⁴⁴⁵. Desde a sua fundação em terras brasileiras, no período colonial, o catolicismo popular estivera eivado de caracteres sincréticos, sendo menos apegado aos dogmas e liturgias oficiais e mais intimamente identificado com o universo sobrenatural das práticas mágicas⁴⁴⁶.

Embora o discurso do catolicismo ultramontano fosse regulado pela proposta de elevação espiritual da religiosidade brasileira através da implantação de uma depuradora campanha

mais modestas cellas monásticas; das repartições governativas às sacristias catholicas, dos salões aristocratas às miseras choupanas, em toda parte, infiltra-se o assopro da obra nefanda da papolatria”. NIGRO, José. *Christianismo e Papismo*. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 20 de out. 1901, p. 1.

⁴⁴⁵ Christoph Theobald. *Tentativas de Reconciliação da modernidade e da religião nas teologias católicas e protestantes*. **Concilium**. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth, Petrópolis, n 244, p. 41, 1992.

⁴⁴⁶ SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico: demonologia e imaginário no mundo lusi-brasileiro, século XVI-XVIII**. 322 p. Tese (Livre Docência em História Social) FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo 1993.

de restauração da fé cristã empreendida pela Sé Romana (visando a normatizar as regras e cerimônias de modo condizente com o rito católico oficial), no entendimento dos pregadores protestantes que desempenhavam suas funções ministeriais no início da era republicana, jazia no romanismo um imanente “fundo pagão”. Assim sendo, no julgamento dos missionários evangélicos o atual programa ultramontano era um perigoso inimigo a ser combatido porquanto forjava no rastro do dogma da infalibilidade papal o caminho para lastrear a bandeira da “romanização”, e porque cavava no tépido catolicismo tradicionalista local um abismo que o separava irremediavelmente do “verdadeiro cristianismo”, senão fosse pelo caminho da “completa conversão” (na sua avaliação, o catolicismo brasileiro era uma religião carente de vigor em suas raízes por haver-se propagado por adesão tácita coletiva durante a vigência do pacto do padroado). A “conversão” significava para as comunidades evangélicas, o total abandono da religião católica e a integral adesão à fé cristã reformada; e nesta perspectiva, a transmissão do legado doutrinal da Reforma protestante nos países tradicionalmente adeptos do catolicismo romano implicava o resgate dos preceitos doutriniais e das tradições litúrgicas da “autêntica religião cristã” ⁴⁴⁷.

Em numerosos artigos do Jornal batista reverberava a crítica de que “a herança pagã” subsistente no catolicismo romano acarretara deploráveis conseqüências para a vida religiosa; mas também repercutira com proporcional nocividade em uma dimensão filosófica, influenciando a teoria do governo social da Igreja por causa da política reacionária engendrada pelo movimento ultramontano, a qual havia deflagrado grandes polêmicas após a divulgação dos últimos decretos do Vaticano. A crítica recorrente das igrejas protestantes relativas à filosofia religiosa do

⁴⁴⁷ “Foram não poucos os protestos que dentro da propria igreja catholica se manifestaram antes da Reforma. A propria Reforma foi um protesto indignado que surgiu dentro della. Estes protestos são abafados com furia indomita, pois reclamar da igreja catholica mais pureza evangélica é exigir-lhe o suicidio”. Tu és Pedro VIII: Recapitulando o Romanismo como Christianismo, uma Impostura Inqualivel. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 27 out. 1910. Perguntas e Respostas, pp. 4-5.

Syllabus era a afirmação de que neste documento fora revivificado o teor político aderente à tendência monopolizadora da eclesiologia romana, da qual derivava a sua definição doutrinária restritiva dos conceitos de “cristandade” e “catolicidade”. Na opinião batista esta exclusividade de jurisdição religiosa que Igreja Romana tentava inutilmente recuperar nos territórios onde o catolicismo no passado se expandira confluyente á política estatal, era uma prova flagrante da concepção materialista e utilitarista que moldava a Igreja Católica como um “reino deste mundo”, o qual desejava sobrepor-se forçosamente sobre os demais, desvirtuando-a de sua precípua missão apostólica, e fazendo desta instituição detentora de poder espiritual e temporal, uma constante ameaça á soberania dos governos e á universalização do direito de liberdade religiosa. Na fala dos líderes protestantes da época, o Papa “infalível” do romanismo recordava os reis do paganismo, que eram considerados pelos seus súditos como uma espécie de emanção da divindade: em uma pessoa se concentravam todos os poderes possíveis religiosos e políticos; assim sendo, tudo o que determinava era acatado sob a máxima da irrestrita concordância com a sua autoridade temporal estabelecida por desígnio divino⁴⁴⁸.

Era muito corriqueira na imprensa protestante e particularmente no Jornal batista a acusação de que o catolicismo havia “divinizado o papa”, rendendo-lhe sacrílega “adoração” por assentir na sua infalibilidade e por revesti-lo de poder sem limites, dando demonstração pública de sua extrema veneração ao beijá-lo e reverenciá-lo, tal qual se comportavam os povos pagãos diante de seus deuses. Os autores evangélicos procuraram descrever ao leitor, com riqueza de detalhes, o fausto majestoso das cerimônias de investidura do poder papal no século XIX, e ressaltavam que este “ritual ostentatório” se repetira naqueles dias com a ascensão do papa Pio X, atentando o mesmo contra o exemplo

⁴⁴⁸ PEREIRA, Eduardo Carlos. **O Problema Religioso da América Latina**: estudo dogmático histórico. São Paulo: Livraria Independente, 1916. p. 294.

de humildade estabelecido por Cristo, o divino Mestre, cujo nascimento acontecera em uma modesta manjedoura e cuja vida ministerial fora marcada pela simplicidade, pela caridade e pela compaixão pelos desprovidos da sociedade. No excerto abaixo, transcrito da obra *A Vindicação da Fé Evangélica Perante a Bíblia* (publicada em 1904), sumariaremos as impressões do ministro protestante Ernesto Luiz de Oliveira, o qual dá a público passo a passo a narração descritiva das cortesias protocolares integrantes da pomposa solenidade que acompanhava o ato da posse do papa no cerimonial do Vaticano:

Logo que o papa é eleito perguntam-lhe se consente em ser papa e que nome deseja tomar; isto feito, dão-lhe imediatamente o anel do Pescador... o cardeal deão primeiramente e depois dele o restante dos cardeais, um por um ajoelhados, adoram a Sua Santidade, beijando-lhe o pé e a mão direita... depois da segunda adoração, os cardeais descem ao meio da Igreja de São Pedro, levado em sua cadeira pontifical vai o papa, debaixo de um pallium embelezado com franjas de ouro; os seus carregadores assentam-no sobre o altar de S. Pedro... rendem-lhe ali adoração pela terceira vez, todos os cardeais beijando o seu pé; em seguida, diante de uma multidão inumerável que enche a Igreja, todos os embaixadores estrangeiros fazem o mesmo. Canta-se então o Te-Deum; findo o cântico, assenta-se o papa no tope da escada onde é solenemente beijado pelo povo... Em seguida (depois da missa) são lidas as orações de coroação, o segundo cardeal toma-lhe a mitra e o primeiro cardeal diácono coloca-lhe sobre a cabeça a coroa tríplice, dizendo <<Recebei esta tiara embelezada com três coroas; jamais vos esqueçais que a tendes, que sois o Pai dos reis, e o supremo juiz do universo e, na terra, o Vigário de Jesus Cristo, nosso Salvador>>(grifo nosso)⁴⁴⁹.

A tendência centralizadora da eclesiologia ultramontana assim como a filosofia política do papado (que era defensora da restrição dos poderes do governo civil nas nações católicas), foi considerada pelos pensadores batistas como uma postura ideológica de caráter reacionário e de finalidade duvidosa; julgavam os protestantes que a mesma se tratava de uma “ideologia “perniciosa”, porquanto visava a fazer de um só homem, o papa romano, um soberano de jurisdição universal. Asseveravam ainda os redatores do *Jornal Batista* que este pensamento fundava-se em uma “lógica pagã” que contrariava frontalmente a doutrina

⁴⁴⁹ OLIVEIRA, Luiz Ernesto de. *O Syllabus, o Evangelho e o Estado*. São Paulo, Livraria Evangélica, 1901, p. 38-42.

de Cristo na alçada da política social o qual primava pela total separação entre o poder secular e o religioso. No entendimento das igrejas batistas, era uma ordenança de Jesus implícita na sentença << Daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus⁴⁵⁰>> a completa dissociação entre estas duas esferas de poder; em vista deste princípio, os batistas repeliram de forma contundente a teoria política ultramontana na qual os dois expoentes de autoridade estão identificados na personalidade singular do papa.

Em linhas gerais, o protestantismo reputava o convênio entre Igreja e Estado como uma relação muito complexa porque tal associação prevê uma aliança entre duas potentes fontes de emanção de poder que podem se fundir em um governo teocrático comprometendo a liberdade religiosa dos povos (podendo também, em uma ordem inversa, competir entre si trazendo prejuízo à estabilidade da sociedade). Contudo, para as denominações protestantes, o dever do cristão como parte integrante do “Corpo de Cristo” não exclui, antes endossa, o dever de submissão à autoridade civil estabelecida. Na compreensão evangélica, <<Daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus>> é a divisa incontestável que distingue a necessidade do cumprimento do dever religioso para com Deus e do dever cívico para com a autoridade secular, sem que se confunda o propósito espiritual do ministério da Igreja com os interesses temporais da política. Os protestos dos autores evangélicos contra o conservadorismo do programa ultramontano manifestado no Syllabus estavam na alegação de que os seus decretos investiam o pontífice romano de um

⁴⁵⁰ Os batistas frisavam que o dilema da convivência estreita entre o Estado e a Igreja foi uma questão resolvida por Jesus com a mais profunda sabedoria, fazendo o mesmo uma clara diferenciação sobre as áreas de jurisdição das duas importantes instâncias de poder. Quando os fariseus, a fim de apanhá-lo em alguma opinião que pudesse justificar alguma imputação legal contra a sua pessoa, com o intento de entregá-lo à autoridade do governador, dirigiram a Ele a seguinte pergunta: “É-nos lícito pagar tributo a César ou não?” Conhecendo Jesus a dissimulação de seus opositores, respondeu: “Daí, pois a César o que é de César, e a Deus, o que é de Deus” (Mat. 22:21). A teologia batista compreendia esta recomendação de Cristo como uma explícita proscrição da religião de Estado, e por conseguinte, recriminava o posicionamento político do Vaticano: “O romanismo, que nunca soube viver inseparável da política, que nunca se acostumou com a prática do ensino de Cristo, de dar a Deus o que é de Deus, e a Cesar o que é de Cesar, acusa o protestantismo dessa falta que é quase uma exclusiva propriedade sua”. “Guerra Santa”. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 21 mar.1907, p.5

tipo de autoridade onde se amalgamavam, nos moldes das sociedades medievais, as esferas de poder da religião e da política contrariando diametralmente o ensino do próprio Cristo e de S.Pedro, apóstolo sobre o qual estava fundamentada a doutrina da primazia do papado - “Onde está, portanto, o direito da igreja romana ao poder temporal?” Interrogavam-se continuamente os protestantes acerca das bases bíblicas de legalidade do poder temporal exercido pela Igreja Católica, e no irromper veemente de sua crítica contra o poderio político-religioso desta influente instituição milenar exclamavam a sua controvertida dedução: “Ella, ao contrário da voz divina, arrebatava as coisas que são de César e também as que são de Deus” ⁴⁵¹.

Conjeturavam os batistas que se a “utopia” da política ultramontana do Syllabus algum dia viesse a se concretizar nas sociedades contemporâneas, os governantes do mundo moderno (fossem eles imperadores ou presidentes), desempenhariam perante a suma autoridade pontifícia funções secundárias, conformando uma espécie de cardinalato político, de forma análoga como os bispos exerciam subordinados ao papa a sua autoridade episcopal na hierarquia religiosa. De sorte que, na ótica do discurso protestante, sob muitos aspectos, o “romanismo” não somente fazia reviver a cultura religiosa do paganismo na substância de algumas de suas crenças, mas também trazia associada ao seu código doutrinário a restauração de algumas propriedades da política pagã. Na crítica batista, o ultramontanismo orientado pela filosofia do “cesarismo” concentrara na pessoa do papa os dois atributos característicos dos imperadores romanos arrolados no título de Pontifex Máximus: a aura de divindade e o comando absoluto da política, fazendo dessa autoridade

⁴⁵¹ “a adoração que só a Deus deve ser tributada, nem tampouco deve negar ao governo civil a autoridade que Deus mesmo lhe deu < Sujeitai-vos, a toda ordenação humana por amor do Senhor, seja ao rei como ao superior, seja aos governadores como aos que por eles são enviados para castigo dos malfetores e louvor dos bons>.(I Pedro 2: 13-14). Longe o papa de sujeitar-se ao rei da Itália conforme o mandamento de São Pedro. Onde está, portanto, o direito da igreja romana ao poder temporal? Ella, ao contrário da voz divina arrebatava as coisas que são de César e também as que são de Deus. OLIVEIRA, Luiz de Oliveira. **O Syllabus, o Evangelho e o Estado**. São Paulo: Livraria Evangélica M.Flexa & Comp, 1901.

religiosa uma personagem ao mesmo tempo majestática e obscura, um ícone da realeza sacerdotal cuja imagem estava eclipsada pela sombra de uma insensata “mistificação” ⁴⁵².

Cada imperador de Roma era Pontífice Maximo, chefe do estado e da religião; os papas foram seus sucessores por séculos. Cesar teve seu vasto palácio no Capitolio, o papa tem o seu no Vaticano com 11.000 quartos. O Christianismo não tem nem chefe nem capital na terra. Jesus, do céu, governa seu reino universal, tanto no céu como na terra... Jupiter foi transferido do Capitolio de Cesar para a Basílica do Vaticano onde todos os annos é vestido como pontifice, e foi baptizado com o nome de S.Pedro. É a mesma estatua de bronze. O paganismo beijava os pés do Pontífice Maximo, tambem os romanos. O paganismo tinha seu collegio de cardeais, tambem o papa. O paganismo deificava seus heróis, também o papismo. Utilizou-se o paganismo da religião para fins políticos, também o papismo. Os pagãos perseguiram cruelmente aos que se oppunham á sua idolatria, tambem o papismo tem destruido milhões de homens e mulheres pelo mesmo fim ⁴⁵³ (JB, 20 ago. 1904, grifo nosso).

Na visão da dominação batista, o “novo catolicismo romano”, dogmaticamente proclamado em 1870, é a culminação da apostasia de um antiqüíssimo sistema religioso – o romanismo – que vinha há séculos lançando por terra a essência do genuíno cristianismo. O ponto de partida apontado em vários artigos do Jornal Batista como o evento propulsor do processo de “desvirtuamento” do catolicismo romano foi o ato de oficialização da fé cristã artificialmente transformada em religião de Estado pelo imperador Constantino, em cujo reinado teria tomado vulto o sincretismo do puro cristianismo com as crenças pagãs estabelecidas no eclético pandemônio religioso do Império Romano. De acordo com a percepção batista deste processo, estes desvios da verdadeira fé cristã foram se agravando e ganhando um novo significado quando se deu a incorporação do cristianismo ao aparelho de Estado romano, tornando-se a hierarquia institucional cada vez mais estratificada e ávida por riquezas materiais, com a ascendente concentração de poder político nas mãos da cúpula do clero e, sobretudo, devido à implicação da premente soberania do bispo de

⁴⁵² “Se ao dizer a Simão, <<Tu és Pedro>>, Jesus tivesse transformado em monarchia a republica christã teria falado em vão, porque Pedro não chegou a ser *pontifex maximus* e rei”. VINET, A. Tu és Pedro, ou Rocha? Leia-se João 1: 42; Math. 16; 13-18. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 02 nov. 1922, p. 4.

⁴⁵³ A Igreja do Papa: Mistura de Judaísmo, Paganismo e Christianismo. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 20 ago. 1904, p. 4 (140).

Roma. A dignidade de papa enquanto autoridade religiosa possuidora tanto da espada espiritual como da temporal, passara a simbolizar por antítese o signo da teocracia, da intolerância e até mesmo da tirania - para os batistas, o avesso atentatório do que seria o paradigma de um representante condigno da chefia de uma instituição eclesiástica consorciada com o arbítrio divino.

[...] mas os fundadores do Papismo, estes abutres de batina negra, aproveitando-se das circunstancias na decadência do Império Romano, induziram os pusilânimes soberanos á convicção da necessidade do governo theocratico, e então, sob pretexto de religião, os desautorizaram, dominaram os povos, pervertendo n'elles a consciencia, e impuseram-lhes o pesado jugo político papal... In hoc signo vinces! Periphraseando o motte do Imperador Constantino, os sequazes, os crentes, os propugnadores da infallibilidade, concebem as mais corruptas instituições, sob formas de severas regras claustraes, recrutam adeptos, adquirem fortunas, e acumulam thesouros, extorquidos á eterna parvoíce humana (grifo nosso) ⁴⁵⁴.

A versão que os autores protestantes da época costumavam exhibir em suas produções jornalísticas e literárias sobre a autenticidade da conversão de Constantino oscilam entre a descrença e a desconfiança. No artigo publicado em 4 de junho de 1914, o Jornal publicou um artigo adaptado da obra de J. Fletcher Hurst “História da Igreja Cristã”, através do qual torna conhecida de seus leitores a sua explicação sobre as razões que propulsaram este acontecimento histórico. Vale notar que na narrativa biográfica elaborada por este autor protestante, Constantino desde o princípio de seu reinado demonstrara simpatia pelos cristãos, e tendo enfrentado o grande desafio de vencer uma batalha que decidiria a sua sorte garantindo-lhe o governo do Império, teria rogado ao Deus do cristianismo que lhe concedesse êxito. Como uma resposta a sua rogativa o imperador romano teria vislumbrado uma cruz resplandecente no céu em que se lia a inscrição In hoc signo vinces, interpretando esta aparição como um sinal indicador de que a fé cristã era a única

⁴⁵⁴ NIGRO, José. Christianismo e Papismo. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 20 de out. 1901.

verdadeira religião (tendo vencido a batalha e conquistado o império, teria se declarado crente).

O autor do texto faz o sugestivo comentário de que era bem provável que essa visão enigmática não passasse de uma astuciosa invenção de Constantino elaborada com o intuito de angariar o apoio do povo cristão; no raciocínio hipotético desenvolvido no artigo o imperador romano primeiramente teria assegurado aos cristãos o direito à preservação de seu credo, e posteriormente teria engendrado uma política de concessões favoráveis à expansão do cristianismo com vistas a obter grande popularidade entre esta parcela da população, pondo fim definitivamente à relação de hostilidade que existia entre o Império e a Igreja devido às medidas de repressão infligidas por seus antecessores. Sobre a reforma institucional que se sucedeu após a conversão de Constantino à fé cristã e as interferências políticas do poder secular no espaço sagrado da religião – aquilo que os protestantes descreveram como os efeitos negativos resultantes do ato de reconhecimento do cristianismo como religião oficial do império romano - o Jornal Batista fez as seguintes ponderações:

No anno 313, Constantino, promulgado um Edicto de tolerancia a favor do christianismo, pondo-o ao nível das religiões licitas do Imperio; em 323 declarou mais formalmente a sua protecção e tornou official a religião christã, em todos os seus domínios. Entre os decretos mais notáveis que sancionou para o desenvolvimento da Egreja, deve mencionar se aquelle que estabeleceu o observancia civil do domingo; a confiscação dos templos pagãos no Oriente; a emancipação dos escravos; a immuniidade dos deveres civis e municipaes, em beneficio do clero, a qual serviu para dar grande impulso a educação cristã. **Apesar d'isto, mais tarde reconheceu-se que a política que Constantino usou foi prejudicial á Egreja, como exclama o historiador Neánder: A historia do reinado de Constantino mostra claramente que uma vez que o Estado procura estabelecer o christianismo, valendo-se dos meios mundanos que tem a seu dispor, longe de favorecer a causa santa, prejudica a muito mais do que a opposição do poder temporal, seja qual for a sua força**⁴⁵⁵ (JB, 04 jun. 1914, grifo nosso).

⁴⁵⁵ HURST, Fletcher J. A Conversão de Constantino (adaptado de Historia da Egreja Cristã). **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 04 jun. 1914, p. 3

A instituição do cristianismo como religião oficial do Império Romano teria nesta perspectiva, ocasionado o fenômeno da ingerência da política nos domínios da fé, modo de condução da vida religiosa que os batistas rejeitavam e costumavam avaliar como o germe da deterioração moral e espiritual, que havia se apoderado principalmente do alto escalão da organização clerical católico-romana e que havia culminado, na Idade Média, com os males perpetrados pelos tribunais da Inquisição. Os batistas propugnavam pelo lema de que os governos não deveriam reconhecer no código religioso de nenhuma corporação eclesiástica a prerrogativa de religião oficial do Estado; e tanto menos, coagir os povos por sanções impostas no exercício de seu poder temporal, banindo do espaço público pela força persuasiva de suas estratégias e instrumentos políticos, a fé confessada nos recônditos das consciências.

Como cidadão de um paiz e como parte integrante da sociedade, o homem é sujeito ás auctoridades constituídas para a defeza do bem geral de todos; porem nas coisas espirituas, em materia religiosa, o homem não pode ser responsavel pela sua crença, por mais erronea, extravagante ou herética que seja, a um seu igual, mas somente a Deus, ao qual terá de dar contas. Impor a ao homem um artigo de fé é a mais arrogante tyrannia que imaginar se possa. É contra os desígnios de Deus; é contra o Evangelho de Cristo; é contra as normas, idéias e practicas dos povos cultos... Restava ao papismo vir subverter todo o edifício christão, e como o mahometismo e todas as religiões pagãs, empregar a espada como meio de conversão ... Empreguem se o ferro e o fogo; lave-se o mundo em sangue. Esta é a historia horrenda e negra do papado. Sobre a egreja catholica, mais do que sobre o próprio paganismo romano, pese a culpa do sangue de milhões de victimas. Ella se constituiu desde tempo remotos a mais cruel perseguidora de todas as liberdades, não só religiosas, mas civis ⁴⁵⁶ (JB, 20 out. 1910, grifo nosso).

A literatura protestante relata que antes da conversão de Constantino os cristãos haviam sido perseguidos não tanto pela sua profissão de fé monoteísta, mas porque se recusavam a adicionar na sua prática religiosa um culto paralelo que incluísse a devoção às divindades

⁴⁵⁶ Tu és Pedro VIII-C: Os Frutos do Papado. A inquisição. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 20 out. 1910, Perguntas e Respostas, p. 4.

do paganismo⁴⁵⁷; então, como uma consequência da iniciativa de Constantino de fazer do cristianismo uma crença palatável à cultura religiosa do Império romano, a cristianização destas entidades pagãs foi facilitada e os rituais idólatras do paganismo foram adquirindo um novo sentido sendo gradualmente incorporados ao culto cristão. Por exemplo, os santos vieram a substituir o multifacetado panteão dos deuses pagãos, tanto no aspecto da devoção pessoal presente no culto doméstico quanto na incumbência cívica do culto público, em que as divindades eram encarregadas do patronato das cidades contribuindo para a proteção e prosperidade coletiva⁴⁵⁸: as estátuas dos deuses são renomeadas sob o signo da hagiografia católica e os feriados pagãos da antiguidade são, no calendário cristão, reclassificados como dias santos. Depois da desintegração do Império romano, os papas teriam herdado alguns dos encargos e prerrogativas do sacerdócio pagão circunscritos na insígnia Pontífice Máximo legada por Constantino – titulação por meio da qual os imperadores romanos desde César Augusto passaram a ser ocupar a posição de máxima autoridade religiosa⁴⁵⁹ - quando se tornaram as sentinelas da tradição, os ordenadores do regimento doutrinário, os árbitros soberanos do direito canônico, passando a desempenhar também o papel de dirigentes do ofício devocional⁴⁶⁰.

⁴⁵⁷ Acreditava-se que Roma devia a sua grandeza à benevolência dos deuses, que era paga com minuciosa honestidade, mediante satisfações dadas as suas exigências. O ideal era o equilíbrio, o que se chamava a *pax deum*, paz com os deuses. Se essa se rompesse por um erro humano que passara despercebido, os deuses não deixariam de manifestar seu descontentamento legítimo por meio de prodígios (não existe prodígio favorável, eles são a manifestação da cólera divina). Assim a fim de evitar a ira dos deuses, os romanos entendiam ser compensador dedicar-lhes uma infatigável e meticulosa atenção de todos os deveres da coletividade; eles acreditavam que o ato religioso apaziguava o descontentamento da divindade. CROUZET, Maurice (dir.). **História Geral das civilizações**: Roma e seu Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, p.267.

⁴⁵⁸ A devoção é concebida como justiça para com os deuses, isto é, como uma execução precisa tanto quanto possível de tudo que lhes é devido e que os fiéis julgam ser de seu agrado, a fim de induzi-los a cumprir o que deles se espera: “as orações e os sacrifícios são acompanhados de um voto, que não deixa de ser um ajuste a longo prazo”. CROUZET, Maurice (dir.). **História Geral das civilizações**: Roma e seu Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, p.259.

⁴⁵⁹ Todos os sucessores de Augusto fizeram questão de possuir o título de *Pontifex Maximus*. O sacerdócio vinculado ao estado exercia verdadeira atração e era natural que César concedesse excepcional importância a sua candidatura a esse título, que não se limitava a uma titulação, constituindo-se em uma função honrosa de primeira ordem. Ibidem, p. 264-266.

⁴⁶⁰ Em Roma, um dirigente deveria possuir concomitantemente experiência política e religiosa, e sua ciência jurídica, além do direito civil e público, estende-se ao direito sagrado. Ibidem, p.266.

Na argumentação da historiografia batista, apesar de todo o conjunto das benéficas providências que pôs termo à política opressora de perseguição e martírio impetrada pelos imperadores romanos contra os crentes na antiguidade (medidas as quais também haviam contribuído para um significativo crescimento das congregações na “era Constantino”), a “estatização” da religião cristã trouxera graves danos ao patrimônio dos bens espirituais da Igreja Católica. Archiminia Barreto, colunista do Jornal batista e autora da obra “Mythologia Dupla: Religião Catholica Romana e sua Mascara”, discorre em sua narrativa sobre algumas das razões pelas quais na compreensão das igrejas reformadas fora avaliada como uma medida extremamente prejudicial para a manutenção da pureza do cristianismo primitivo, o processo de estratificação hierárquica da classe sacerdotal bem como as inovações realizadas nas práticas litúrgicas do catolicismo que se seguiram ao decreto de Constantino promulgado no ano de 323:

Constantino concedeu ao clero imunidade dos tributos e outros privilégios, e permitiu que se fizessem legados às igrejas. Desde então, a ordenação eclesiástica tomou nova firma. Anteriormente, os anciãos (presbíteros), os superintendentes (bispos) eram eleitos pela comunhão religiosa: e valia entre todos os cristãos a máxima de igualdade religiosa; depois, o sacerdócio (clero) se separou do povo (leigos) e introduziram graus, de modo que os bispos da capital foram antepostos como metropolitanos aos outros bispos, e esses tiveram jurisdição sobre os padres de seu distrito. Semelhantemente o culto que antes consistia só em salmos, orações e leituras da Bíblia, tornou-se mais pomposo, ajuntando-lhe a música e outras artes. O verdadeiro Cristianismo existiu sem mistura até os anos 335, era de Constantino, começando o seu revezamento ainda em vida deste rei⁴⁶¹.

É uma crítica recorrente na imprensa batista contra o catolicismo, o argumento de que tão logo a Igreja apossara-se do poder secular, os povos pagãos aos milhares teriam passado a adotar, por temor e conveniência a nova fé, batizando-se por mera convenção e automatismo. No entanto, entendiam os batistas que uma considerável soma daquelas

⁴⁶¹ BARRETO, Archiminia. **Mythologia Dupla ou Religião Catholico-Romana e a sua Mascara**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1926. p. 217.

populações nunca renunciou completamente ao paganismo, apenas permutando os nomes de seus ídolos, e dando outro curso a suas festas e cerimônias religiosas. No âmbito do discurso protestante contemporâneo que punha em questão diversas crenças e tradições litúrgicas do catolicismo romano, a crítica retórica da denominação batista converge por vezes para a argumentação de que foram essas adesões artificialmente promovidas pelo braço da política imperial de Roma que teria trazido para o seio da Igreja Católica o censurado sincretismo com as religiões pagãs. E como um produto do ambiente histórico em que se formou o catolicismo, na opinião batista, esta é uma religião que possui uma falsa aparência de homogeneidade, quando na realidade esconde, sob a ilusória capa da uniformidade de doutrinas que leva o selo do cristianismo, um eclético sistema de crenças e práticas composto por múltiplos elementos colhidos de diversas correntes religiosas, conformando uma mescla retalhada de ritos tradicionais do judaísmo, cristianismo e paganismo.

Em sua série de conferências públicas editadas pela Casa Publicadora Batista com o título “Roma, sempre a mesma”, o ex-padre Hyppolito de Oliveira Campos descreveu Constantino como um rei pagão que teria simulado a sua conversão ao cristianismo porque nunca havia abdicado totalmente de suas crenças politeístas, tendo o mesmo trazido para a Igreja Romana os ídolos mitológicos com que teria abarrotado os templos cristãos. Em sua hipótese argumentativa a Igreja Católica teria propositadamente consentido a adesão daquele imperador romano com o objetivo de ampliar o número de seus fiéis e também adquirir maior influência no mundo da política. O autor faz a polêmica afirmação de que o catolicismo romano é uma religião idólatra da qual não se pode ignorar o estreito parentesco com o paganismo da Roma antiga – “a Roma papal não tem nada a invejar da Roma pagã” – justificando em sua explanação que muitas das imagens dos santos católicos

são representações atualizadas de deuses remanescentes do politeísmo romano (sejam eles provenientes do olimpo greco-latino ou do panteão oriental incorporado pelo império), os quais seriam hodiernamente expostos nos templos das igrejas como objetos de veneração. Hyppolyto de Oliveira Campos exemplifica que a estátua de S. Pedro que se venera no Vaticano é a de Júpiter tonante, e há muitas estátuas na Igreja de Roma, como as de Juno, Cybele, Vênus, Diana, que foram rebatizadas com o nome de Maria e de outras santas⁴⁶².

A imprensa evangélica havia priorizado em suas pautas de discussão a apreciação crítica do item da prescrição tridentina que sancionara a prática da veneração das imagens dos santos a que se seguiu o credo do papa Pio IV com os seus doze artigos de fé formulados no ano de 1564, o qual definia que as imagens deveriam ser conservadas no culto católico porque a honra rendida a uma imagem sagrada passava automaticamente ao seu protótipo, ou seja, o fiel que venerasse tal ícone estaria exteriorizando o seu respeito e a sua profunda devoção à pessoa santa por ele representada. A doutrina protestante reputava o ritual da veneração das imagens como uma intolerável heresia apreendida do paganismo que ia frontalmente de encontro à tradição iconoclasta do Antigo e do Novo Testamento, argumentando que em várias passagens das Escrituras havia uma expressa recomendação da parte de Deus advertindo os israelitas de que não poderiam fazer imagem de escultura de quaisquer criaturas viventes no céu ou na terra para uso religioso, e tanto menos deveriam curvar-se diante destes objetos inanimados, fazendo-lhes imprecações e prestando-lhes tributo. O Jornal Batista juntamente com outros órgãos de imprensa dirigidos pelas lideranças evangélicas propalava o preceito doutrinário de que todo culto a imagens era uma praxe pagã idólatra condenada pela Palavra de Deus; o procedimento devocional da veneração de imagens foi constante alvo de exprobração por parte da crítica

⁴⁶² CAMPOS, Hyppolyto de Oliveira. **Roma, sempre a mesma**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1957. p.61.

jornalística protestante, a qual imputava ao clero católico a culpa de estar dolosamente violando o segundo mandamento do decálogo <<Não farás para ti imagens de escultura, nem figura alguma de tudo o que há em cima do céu, e do que há embaixo da terra. Não lhe adorarás e nem lhes darás culto>> (Êxodo 20:3-17); os autores protestantes argumentavam que para se eximir à responsabilidade de ter que prestar contas aos fiéis sobre o seu grave erro, a Igreja Romana teria suprimido esta passagem bíblica de seus catecismos por meio da “fraudulenta” divisão do décimo mandamento em duas partes.

As imagens na igreja romana são testemunhas oculares de sua origem pagã. O segundo mandamento da lei de Deus proíbe expressamente fazer imagens de figura humana do que ha no céu, na terra ou nas águas. Os deuses pagãos eram Baal, Molech, a rainha do céu, Bel, a estatua de Nabucodonosor, Diana dos Efesios, Isis dos Egypcios, Budha e toda a tropa de quadrupedes e aves, Jupiter, Vênus, Vulcano, Marte e toda a lista de deuses e deusas mythologicos da Grécia, baptizados pela igreja papal com nomes christãos... Chrismaram Venus com nome de Maria, Marte com o de S. Jorge, Castor e Pollux pelos de Cosme e Damião. Júpiter segurava nas mãos relâmpagos, o papa uma chave e uma espada. Os romanos antigos deificavam seus heroes, adorando-os depois como semi-deuses, a igreja papal canoniza seus heroes lançando seus nomes no calendário e também são invocados como semi-deuses. Que prova melhor pode haver da origem pagã da egreja romana do que esses milhares de ídolos de pau e de pedra, de ouro e de prata, de gesso e de papelão nos templos e nas casas, nos relicarios e nas praças, nos altos e nas grutas? ⁴⁶³ (JB, 20 ago, grifo nosso).

Em seu livro “Mythologia Dupla” a colunista do Jornal Batista Archiminia Barreto declara ao leitor que um dos principais razões que teria motivado a produção desta obra teria sido o objetivo de esclarecer a população brasileira de que as imagens, relíquias e sacramentais que desempenhavam um papel relevante no culto católico (cuja utilização era justificada pelo clero como um veículo para fortificação da fé dos participantes) não passavam de uma reformulação estratégica da antiga tradição fetichista do paganismo. Os pregadores protestantes de um modo geral enfatizavam em seus sermões que segundo o referencial

⁴⁶³ A Egreja do Papa: Mistura de Judaísmo, Paganismo e Christianismo. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 20 ago. 1904, p. 4 (140).

bíblico, o crente deveria adorar unicamente ao Deus trino devendo fazê-lo “em espírito e verdade”, e no seu entender esta era uma advertência explicitada por Cristo no Evangelho de S. João⁴⁶⁴ que tornava proscria a prática de veneração dos santos e a reverência as suas imagens. A autora batista Archiminia Barreto frisava que embora os clérigos da Igreja Romana insistissem que os objetos sagrados para veneração apenas funcionavam como um suporte da devoção (que refletiam simbolicamente a fé recolhida no interior da alma), o movimento evangélico qualificava esta prática como uma revivência do fetichismo pagão, visto que esta forma de invocação dos santos se dava através do emprego de aparatos materiais aos quais muitas vezes eram creditados poderes sobrenaturais. Na sua origem etimológica a palavra fetichismo era o culto idólatra da antiguidade rendido às deusas fetiche, que consistiam em divindades tutelares que cada devoto elegia ao seu arbítrio - na descrição dos batistas, “uma extravagância que a moderna mitologia do catolicismo adotou”⁴⁶⁵.

Deus é um em três pessoas, mas a religião catholica de Roma não quer servir a um só senhor e, como os gostos variam e a multiplicidade dos deuses é mais rendosa, então criaram diversas devoções. Assim, diz um: eu sou devoto de S. Francisco – outro diz de Santo Antônio ou de S. Cosme e Dameão, et., etc. Se fossemos dar por escrito as devoções dos catholicos romanos, era um nunca acabar. Que religião é essa senão a do Fetichismo? Se lessem a Bíblia, encontrariam nella a censura de São Paulo dirigida aos corinthios <<Por ventura está Christo dividido?>>... A quem pertence, pois, a religião catholica romana com tantos deuses e devoções: ao Fetichismo ou ao Cristianismo? Se fosse decretado orar-se ou pedir-se aos anjos ou santos, o Filho de Deus, com a autoridade com que ensinou, teria dito... No entanto, cada igreja do papa tem um orago; cada cidade tem um padroeiro. Esta igreja não pode ser apostolica porque não segue a doutrina dos apóstolos... Ora, sendo o Fetichismo da mythologia, a religião intitulada catholica romana não é senão a mythologia reformada e augmentada. Mas a Igreja Romana inventou que os que seguem a Christo são protestantes. Por que? Porque protestam contra o fetichismo e todos os mais erros que introduziram no Christianismo puro⁴⁶⁶.

⁴⁶⁴ “Mas vem a hora – e é agora - em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e verdade, pois tal são os adoradores que o Pai procura. Deus é Espírito e aqueles que O adoram devem adorá-lo em espírito e em verdade”. João. Português. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002. p. 1851. Nova edição, revista e amplianda. Bíblia. N.T.

⁴⁶⁵ BARRETO, Archiminia. **Mythologia Dupla ou Religião Catholico-Romana e a sua Mascara**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1926. p. 157.

⁴⁶⁶ Idem.

Nas primeiras duas décadas em que foi publicado o Jornal batista (1901-1922) obteve muita visibilidade na imprensa protestante a análise crítica do sistema de crenças do catolicismo romano, o qual se tornou o tema central de numerosas publicações literárias e jornalísticas dirigidas ao público evangélico brasileiro. A denominação batista teve uma participação significativa nestes debates polêmicos travados entre o clero católico e os ministros evangélicos, pois em diversos artigos do Jornal Batista examinados ao longo da presente pesquisa pudemos identificar no substrato de seu discurso a marca do seu proselitismo diligente. O grande empenho de todas as missões evangélicas pela consolidação do protestantismo em uma nação majoritariamente católica reforçava para os redatores do Jornal Batista a necessidade de os mesmos exteriorizarem nos artigos publicados por este periódico de veiculação nacional a defesa dos pontos de vista da denominação sobre diversas doutrinas e práticas do catolicismo romano, o qual passava naquele momento histórico por um amplo processo de renovação.

No Brasil, a religião católica já não possuía mais o status de religião oficial, mas continuava a ser para a maioria dos brasileiros, seja pelo forte vínculo da fé ou da tradição, “a religião que herdamos de nossos pais”, subsistindo como um dos símbolos mais estimados da identidade nacional, o que garantia ao catolicismo local a sua condição privilegiada ante os vários segmentos do protestantismo que se instalaram no país durante o regime monárquico pela iniciativa particular de missões estrangeiras, as quais agora buscavam em uma nova conjuntura política fortalecer a ação dos seus obreiros nativos e expandir as suas atividades no eclético panorama da ambiência religiosa republicana. E é nesta nova paisagem desanuviada pela ratificação constitucional da liberdade de expressão de que passou a usufruir em plenitude a imprensa protestante para tratar de assuntos religiosos que a colunista do Jornal Batista Archimínia Barreto publicou um tratado que

versava ordenadamente sobre a hipótese enunciada pelos líderes evangélicos segundo a qual a mitologia pagã estava arraigada ao catolicismo romano.

O livro “Mythologia Dupla ou Religião Catholica e sua Mascara” escrito pela professora Archimínia Barreto é um estudo comparativo entre os deuses, fábulas e festas do paganismo e os santos, crenças e cerimônias do catolicismo; a teoria defendida pela autora está sintetizada na premissa de que o romanismo era um sistema religioso duplamente portador dos signos da mitologia pagã – era a dupla mitologia moderna - que teria aberto portas largas á idolatria da antiguidade assemelhando-se em vários aspectos às religiões politeístas reinantes nos tempos primitivos da Roma Imperial. Segundo o argumento desenvolvido pela escritora batista, na veia supersticiosa da religiosidade mítica inveterada nas mentalidades religiosas dos povos pagãos foram ainda inoculadas pelo clero católico a substância venenosa de um “pseudo-cristianismo” adulterado por falsas inovações doutrinárias - construções apócrifas alheias aos cânones bíblicos, contra as quais o único antídoto eficaz seria a disseminação em larga escala das verdades espirituais reveladas nos Evangelhos. Archimínia Barreto assentia na interpretação majoritária dos pensadores protestantes da época em sua leitura crítica sobre o desenvolvimento histórico do catolicismo romano: na sua compreensão particular deste processo, a Igreja Católica ainda que professasse em seu credo algumas doutrinas essenciais do cristianismo, há muitos séculos havia se desviado de muitos princípios fundamentais que os batistas tinham como a base mantenedora “da verdadeira fé cristã”, a qual seria encontrada em seu estado original de pureza nos registros das Sagradas Escrituras.

Corria nos círculos evangélicos da recém declarada república a idéia de que o a idolatria do romanismo aguçava ainda mais a superstição do povo brasileiro, que já era por natureza

um povo profundamente emocional e pouco esclarecido em matéria de religião: os pregadores protestantes responsabilizavam o crescimento do indiferentismo religioso entre as elites ilustradas enquanto se medrava no vasto métier do catolicismo popular uma série de crendices que arrastavam as pessoas menos instruídas á prática de rituais heterodoxos que estavam deliberadamente ainda mais ligados ao fetichismo pagão do que as próprias devoções aos santos que eram permitidas pela doutrina oficial da Igreja, mas que por si só já eram apontados pelo movimento protestante como práticas idólatras - o culto aparatoso e sensorial, a venerações de imagens e relíquias, as benzeduras dos objetos sacramentais, os poderes milagrosos atribuídos aos bentinhos e patuás por muitos devotos místicos. A imprensa batista ressaltava para os seus leitores que toda essa conjunção de ritos deleitáveis aos sentidos⁴⁶⁷ associados ao paganismo estimulados pela Igreja Romana tornava o povo dependente desta instituição eclesiástica (permanecendo ignorante intelectual e espiritualmente), e isto dificultava que as massas tivessem acesso direto às mensagens evangélicas, já que o reverso desta situação de dependência poderia, contrariamente aos interesses do clero, implicar em sua plena “emancipação religiosa”.

Os batistas lamentavam que estas crenças supersticiosas funcionassem como uma forte barreira para a entrada do protestantismo em muitos lares da nação que estavam privados do conhecimento bíblico. No diálogo que estabelece com os seus leitores no preâmbulo do livro que originou numerosos artigos no Jornal Batista que discutiram essa temática, Archimínia Barreto patenteia que grande porção do sistema de crenças e rituais em que os seus compatriotas brasileiros foram iniciados pelos colonizadores portugueses tinha

⁴⁶⁷ “Já se vê que a religião do papa é uma dos 5 sentidos, ou sensual. Exige imagens, pinturas, cruzeiros, rosários, confesores, para os olhos, musica para os ouvidos, incenso para o olfato, indulgências carnaes para o tacto, e festas para o paladar... A religião papalina, longe de ser espiritual como é a religião de Christo, é quase totalmente material; ella apela aos sentidos com o seu culto apparatoso e deslumbrante, com o qual seduz e embriaga”. O Jornal Batista, artigo publicado em 27 de outubro de 1910.

procedência nas lendas mitológicas e cerimônias idólatras da Roma antiga, fazendo a instigante afirmativa de que “a Roma dos papas é o mais perfeito ressurgimento da Roma pagã”. A escritora também faz uma dedicatória ao pastor americano Zacharias C. Taylor comentando que ele havia sido o seu grande incentivador na elaboração daquela obra, fazendo a observação de que aquele pregador batista já tinha avaliado em seu trabalho de evangelização realizado entre os devotos católicos as semelhanças entre os santos da Igreja Romana e os deuses mitológicos, porém decidira abster-se de levar a público as suas considerações sobre este assunto por receio de ofender os brasileiros, caso falasse abertamente, na qualidade de missionário estrangeiro, sobre “um erro tão grosseiro como o paganismo”.

A professora Archiminia Barreto diz ter tomado para si o compromisso de empreender esta obra no ano de 1889 almejando que a mesma contribuísse significativamente para a elevação da espiritualidade de seus patrícios, e também como um reconhecimento pessoal pela dedicação dos missionários americanos que não mediam esforços para evangelizar a nação, buscando “elevá-la ao grau de civilização que possuía o seu país de origem”. Quando se tornou colaboradora assídua do Jornal batista divulgou amplamente este conceito, conclamando o seu público leitor a se desprender do culto “aos falsos deuses”, alegando que o povo brasileiro era filho do colonialismo português, e tinha o infortúnio de carregar incutido em suas mentes desde a mais tenra infância uma tradição religiosa que fora eivada pela idolatria romana. Na sua avaliação depreciativa o catolicismo romano era para o brasileiro “um presente de gregos, um cavalo de tróia que á guisa de religião, e inconscientemente, leva para o capitólio de sua alma” ⁴⁶⁸.

⁴⁶⁸ BARRETO, Archiminia. **Mythologia Dupla ou Religião Catholico-Romana e a sua Mascara**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1926. p. 9.

UMA OBSERVAÇÃO FINAL:

Foi estampada, em manchete, no editorial publicado em 15/03/1917 pelo Jornal Batista, uma sentença de forte apelo filosófico-religioso “A Verdade Triumphs”, título que havia anteriormente encabeçado um texto jornalístico apologético do Catolicismo, em publicação editada por um órgão de imprensa secular, o Jornal Tribuna, aos 05 de março daquele mesmo ano. O redator do Jornal Batista refere-se ao supracitado artigo como “matéria paga”, encomendada pela Igreja Católica; ele rebate esta propaganda pró-Catolicismo adjetivando-a de panegírica, por se tratar de um discurso demasiadamente elogioso da doutrina e do clero católico. O Jornal Batista reutiliza esta mesma epígrafe na confecção de uma nova matéria, empregando-lhe outra conotação na forma de um aforismo que irá, inversamente, subverter o sentido da proposta original, o qual funcionará como um recurso lingüístico textual que buscará antepor uma gama de práticas e dogmas vigentes no sistema religioso que almejavam reformar. O excerto abaixo corresponde à parte que traz uma reprodução do polêmico apêndice “Nossa atitude para com a Igreja Romana”, citações que foram acopladas na redação do referido artigo, parafraseadas do texto redigido pelo Reverendo Eduardo Carlos Pereira, críticas pungentes contra o catolicismo romano que geraram uma controvérsia comentada por toda a imprensa religiosa do país. A redação do Jornal Batista, juntamente com os outros periódicos evangélicos que operavam na capital da República, contribuiu para a ampla divulgação deste capítulo da obra “O problema Religioso da América Latina” do renomado autor presbiteriano, que veio a se tornar um verdadeiro libelo do protestantismo contra “o romanismo”, o que segundo a própria argumentação do articulista do Jornal Batista, justificava-se pela precisão com que expunha “algumas coisas nas quais a Igreja Católica estava em perfeita oposição ao Evangelho”. A seguir grifamos neste mesmo artigo alguns dos tópicos (transcritos na

íntegra) que foram discutidos no bojo da dissertação dos capítulos centrais desta tese, nomeadamente as temáticas do anticlericalismo, e do questionamento sistemático de algumas das crenças e praxis católicas que, em uma concepção crítica refratada em linguagem contundente, o Jornal Batista denominara emblematicamente de “marianismo, jesuitismo, papismo, romanismo” etc.

Princípios Perniciosos

Infelizmente para a humanidade, a Igreja Romana encerra em seu amplo crêdo e poderosa organização, muitos princípios e praticas em flagrante antagonismo com o elemento christão, que acabamos de reconhecer.

A's grandes verdades do seu credo oppõem-se grandes erros, que as disvirtuam, e mesmo as annullam na vida religiosa do povo e da sociedade.

Em rápida synthese, firmaremos nosso asserto. A Bíblia, a Palavra de Deus, dada para a regra de fé e pratica do povo christão, é por ella fechada, e substituída pela Tradição, que regula e suplementa.

As Sociedades Bíblicas, que se esforçam piedosamente por collocar-a na mão do povo, são taxadas de “pestes”.

Nas grandes cidades da América Latina, com assentimento das auctoridades ecclesiasticas, é ella publicamente queimada em auto-de-fé.

O dogma ineffavel da Santíssima Trindade, sofre praticamente concorrecnia victoriosa de uma outra Trindade mais popular – Jesus, Maria, José – cuja pessoa central, absorve o affecto filial do povo.

A obra redemptora de Christo, como o único Mediador e única esperanza da humanidade, é completamente desvirtuada pelas obras meritórias e superrogatorias dos santos, pelas indulgencias remissoras, pela mediação e absolvição sacerdotal, pelo Purgatório, pelas missas, pela mediação dos santos e dos anjos, mormente pela mediação da Virgem Maria, appellidada nos agiologios e devocionarios “Co-Redemptora, Rainha dos Céus, Mãe de Deus, mãe dos homens, mãe de misericórdia, vida, doçura e esperanza dos degradados filhos de Eva”!

E' tal o fervor, encontro e exaltação do culto da Virgem Maria, que o Christianismo é praticamente absorvido pelo Marianismo.

A obra regeneradora e santificadora do Espírito Santo é egualmente desvirtuada: torna-se elle o monopólio do clero, e preso pelo ex opere operato, á matéria dos sacramentos.

A sua acção livre é annullada, e fica elle adstricto á influencia magica das manipulações sacerdotaes.

A divina instituição da Igreja de Jesus Christo é despojada de seu character espiritual, e a sua catholicidade se restringe á comunidade visível dos baptizados sob a obediência do Bispo de Roma, sendo a Igreja de Roma a “Mãe e Senhora de todas as igrejas christãs”.

Um Reino deste Mundo

Esta concepção material e estricta do Reino de Deus, é ainda absorvida no clero, e este no papa declarado Summo Pontífice, infallível, e vice-Deus na terra.

Uma tal maneira de se encarar a natureza da Igreja de Christo a faz um reino deste mundo, superposto aos outros reinos, a põe em conflicto com a soberania dos Estados da terra, arrastando-a em luctas políticas, que a desviam de sua missão benéfica de paz, de amor e de abnegação.

Da ordem ministerial, instituída por Christo, faz o Romanismo uma casta sacerdotal, em cujo poder estão os destinos eternos das almas.

O padre romano é um sacerdote, que tem em suas mãos as “Chaves do Reino dos Céos” ; “que abre e ninguém fecha, e que fecha e ninguém abre”; que perdoa ou retem os pecados; que lança o interdicto, e ameaça com a spenas do inferno a populações inteiras; que tem o poder de chamar a Christo sobre o altar e sacrificar-o todos os dias, consumindo-o em seu próprio corpo.

Com essas prerogativas, o padre é um mediador entre Deus e os homens, e no tribunal da Penitenciaria, é um substituto de Christo, com as tremendas attribuições de juiz.

Ahi, o peccador de joelhos, a seus pés, recebe a sentença, que decide de seu destino eterno!

No fastigio dessa hierarchia sacerdotal, está o papa summo sacerdote, pontifice maximo, santíssimo e infallivel, arbitro supremo, Christo na terra, e, como tal, senhor absoluto dos reis, e, portanto, rei dos reis, possuidor soberano da espada espiritual, como da temporal.

Uma Ameaça Eterna

Ora, uma tal concepção da ordem ministerial, faz do ministro christão uma ameaça perenne ás sociedades políticas; é a tyrannia organizada, a escravidão do povo, a asphyxia da Igreja, a annullação das soberanias terrestre, das auctoridades políticas, que se tornam meras delegações do papado.

Uma tal maneira de encarar o ministério christão, faz delle uma theocracia perigosa, e sobremodo attentatoria da realza sacerdotal de Jesus Christo, como o único Mediador entre Deus e os homens.

Segundo taes princípios, o Filho do Altíssimo abdicou no papa e no clero e entrega-se passivo ás manipulações dum sacerdote omnipotente.

A Igreja, por sua vez, despojada de todos os seus privilegios, vegeta esmagada na completa ignorância de seus destinos, e torna-se mêma prisioneira dessa classe sacerdotal, que no cibório conserva preso seu celeste esposo.

Não há sociedade, não há povo, não há nação, não há raça, que, na vigência effectiva de taes princípios de absolutismo religioso, de dictadura ecclesiastica, possa prosperar moral e espiritalmente.

Além das objecções contra este ecclesiasticismo dictatorial, outras e graves temos sobre o culto e a moral.

Um Culto Pagão e Idolatra

Quanto ao culto, é manifesto o divorcio entre a simplicidade apostólica e a pompa externa do Romantismo.

A multidão dos ritos e vistosas cerimônias, convertem-se em uma nuvem de superstições, que impede a adoração em espírito e verdade, reclamada pelo Senhor.

Juntamente com o culto ás pessoas divinas, presta o Romanismo culto idolatra ás creaturas, ás relíquias, e ás imagens.

Tal culto ostenta, infelizmente, na America Latina, franca feição pagã: a água-benta, a bandeira do Divino em mãos de foliões, procissões com numerosos andores, onde se vêem imagens representando as pessoas da

S.S. Trindade, a Virgem, os santos e os anjos; romarias constantes e preconizados santuários, a imagens milagrosas, são a escola, onde se afervora o sentimento religioso do povo.

Aos dois sacramentos acrescenta a Igreja Romana mais cinco, e na celebração de todos; é o povo ensinado a enxergar uma virtude talismânica no elemento material, o que constitui a fonte originária das grandes superstições da credulidade popular.

O batismo não é só rodeado de cerimônias superticiosas, inteiramente alheias à instituição primitiva, mas a própria matéria do sacramento é desvirtuada como accrescimento de “óleo mystico da unção”, sem o qual não é lícito, em condições normaes, celebrar-se o rito do batismo.

O sacramento da Comunhão é complemento disfigurado pelo dogma da transubstanciação, no sacrifício da Missa, o pão e o vinho são offerecidos à adoração dos fieis, como o próprio Christo tangível – “corpo, alma, divindade, tão real e perfeitamente como está no céu”!

Na celebração deste rito, Roma não só recusa o calix aos leigos, mas subverte a instituição, identificando o signal com a cousa significada, e transformando, por magia transcendental, um fragmento de pão em Deus, que é entregue à manducação material dos homes!”⁴⁶⁹ (JB, 15 mar. 1917, grifo nosso).

⁴⁶⁹ PEREIRA, Eduardo Carlos. A Verdade Triumpha (extr. de Nossa Atitude para com a Igreja Romana). **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 15 mar. 1917, pp. 5-6.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: “O BIBLICISMO BATISTA”.

Após a leitura da documentação referida, concluímos que estão expressos em inúmeros artigos destes primeiros anos de publicação do Jornal Batista elementos estruturais do processo de construção da identidade religiosa deste grupo, que se autocompreende como representante de um movimento reformador herdeiro da tradição apostólica dos primórdios do Cristianismo que o movimento protestante se propôs a restaurar. A produção jornalística no período de consolidação do movimento no Brasil tende a confrontar prioritariamente, no campo teológico, os aspectos da ortodoxia católica que se afastam dos ensinamentos propagados pelas igrejas reformadas – o conjunto das doutrinas e posicionamentos discordantes com o catolicismo que situa as diferentes correntes evangélicas no seio do Protestantismo. O periódico denominacional elaborou uma propaganda religiosa de contornos bem definidos e assumiu o compromisso de colaborar com o crescimento do movimento evangélico no país, atuando como um órgão formador de opinião nas comunidades em que tramitava, fazendo uso da palavra escrita e da folha impressa para inculcar valores, em um processo contínuo e sistemático de promoção do legado protestante.

Um dos principais recursos empregados compreendia a explicação de teor histórico, através da qual localizava os batistas no panorama das congregações cristãs instituídas no conturbado ambiente em que se fundiam tensões de natureza política e religiosa, em resposta às imposições dogmáticas e atitudes centralizadoras do catolicismo romano, que fazia frente à expansão do movimento reformista. A sublevação contra a autoridade papal (a regra que previa a sua inerrância em jurisdição doutrinária), a recusa do ensino da preemência e da universalidade da Igreja romana, haviam sido experiências dotadas de

uma profunda significação para os batistas que vivenciaram a liberdade religiosa e a democracia na América do Norte. Nas primeiras décadas de divulgação da mensagem evangélica em um país majoritariamente católico (nação em que a maioria absoluta da população era, ao menos nominalmente, católica) as diferenças denominacionais que fragmentavam o movimento protestante nos Estados Unidos foram relativamente amenizadas em virtude do fortalecimento do protestantismo em sua acirrada concorrência com o catolicismo⁴⁷⁰. O libelo batista contra a religião majoritária apoiava-se na alegação de que a Igreja Católica se distanciara no curso de sua história da pureza do Cristianismo primitivo, imiscuindo-se ao paganismo em algumas de suas crenças; tendo praticado o seu maior desvio quando centraram a sua fé na tradição perpetuada por indivíduos passíveis ao erro, em detrimento da observância das leis espirituais reveladas nas Escrituras, consagradas na concepção batista como a legítima fonte de conhecimento da verdade - única imutável e infalível autoridade teológica.

Sem perder de vista os quatro séculos que separam cronologicamente o movimento da reforma protestante da conjuntura na qual foi criado o Jornal Batista, e tão pouco as especificidades do ideário da denominação na perspectiva de seu desenvolvimento histórico, pôde-se comprovar que, durante o período estudado, as duas primeiras décadas da república, os articulistas realizaram uma campanha de imprensa que visava prioritariamente à disseminação do protestantismo na sociedade brasileira. Ao longo do primeiros anos de pesquisa (etapa em que nos ativemos à investigação dos exemplares publicados na primeira década de circulação deste periódico), não foram encontradas referências às origens denominacionais, no contexto de sua formação histórica originada no protestantismo inglês - como um movimento “não-conformista”, dissidente do

⁴⁷⁰ AZEVEDO, Israel Belo. **A celebração do indivíduo**: a formação do pensamento batista brasileiro. Piracicaba: UNIMEP, 1996. p. 169.

anglicanismo. Quando procedemos à segunda fase da pesquisa acresceu, diante de nossa vista, a acuidade com que os redatores batistas emitiram a sua negativa da acusação referente à existência de uma suposta “hereditariedade” entre o movimento batista e o ato de abjuração ao catolicismo cometido por Henrique VIII (acontecimento que os seus oponentes da imprensa católica, por vezes evocam em seus escritos, com a finalidade de renhir o movimento protestante de expressão anglófona).

Por conta de sua geografia histórica, estes críticos justificavam uma relação de continuidade entre o protestantismo anglo-americano e o anglicanismo, e subtraíam o fundo religioso que havia impulsionado a reforma das igrejas inglesas a partir do século XVI, reduzindo as suas finalidades religiosas, às motivações políticas e pessoais do monarca Henrique VIII, que haviam culminado no desligamento da coroa britânica de Roma. Em artigo publicado no dia 15/03/1906, o Jornal Batista dá a sua versão biográfica do rei Henrique VIII, disponibilizando ao leitor detalhadas informações sobre importantes episódios da biografia desta personalidade história, enfatizando as razões políticas que teriam levado o Papa a vetar a dispensa de seu matrimônio com Catarina de Aragão (irmã do rei da Espanha), contraído quando o mesmo contava apenas doze anos de idade. Malgrado os malefícios causados pelas iniquidades que circundavam a vida pública e privada do rei inglês, tal qual a obstinação desmedida que o induzira à controvertida decisão de sentenciar à morte a sua segunda esposa Ana Bolenha (a quem desposara à revelia da autorização do Vaticano), bem como os atos de deferimento das penas de execução de alguns líderes religiosos luteranos e católicos (como a condenação ao martírio de Thomas Morus, um dos expoentes do humanismo cristão), o seu decreto de ruptura com o papado é descrito no artigo como um evento “providencial”. Os batistas são categóricos no seu repúdio aos crimes e as arbitrariedades perpetrados pelo rei; entretanto, investem

com convicção na hipótese de que a extinção da autoridade do papa sobre as comunidades eclesiásticas da Inglaterra teria acabado por propiciar uma nova era de liberdade religiosa e política (o articulista ressalta que a verdadeira Igreja Anglicana só seria constituída sob o reinado de seu sucessor, o rei Eduardo VI).

Este rei inglez viveu de 1491 a 1547 e reinou de 1509 a 1547 [...] Aos doze annos desposado com a viuva de seu irmão, Catharina Aragão, irmã de Philippe I, rei da Espanha, começando tão cedo uma união depois tão fertile de infortunios [...] O rei finalmente aborreceu-se da mulher com pendor supersticioso por ser viuva de seu irmão e sustentou o divorcio perante o papa, no que era influenciado pelo seu ministro Wolsey que queria manobrar a alliança com a Espanha, e projectava poder casar o rei com uma filha do rei da França, Francisco I. O papa achou-se em apuros para resolver pois se a pretensão de Henrique era favorecida por Francisco I de França, por outro lado, Carlos V da Allemanha o ameaçava. O papa contemporisou. Emquanto isso, Henrique cohabitava secretamente com Anna Bolena, e casava-se com ella secretamente [...] **O papa declarou valido o primeiro casamento de Henrique, e intimou-o a ir a Roma a fim de justificar-se de sua acção. Henrique respondeu abolindo toda a auctoridade do papa nos negocios ecclesiasticos de Inglaterra e proclamou-se supreme cabeça da egreja; todavia não renunciando as doutrinas de Roma, nem a organização tal qual se achava, mas somente abolindo a auctoridade do papa. Foram mortos alguns dos que não se conformaram com o novo estado de coisas [...] e tambem foi morto o seu ministro Cranmer, protestante, por fazer escapulir às penalidades da lei os reformadores que não acceitavam os artigos de fé de origem católicos, os quaes eram seis cuja negação era castigada com a morte. Entre elles estavam a transubstanciação, confissão auricular, celibate do clero e o sacrificio das missas particulares. Porque odiava a reforma de Luthero tanto que escreveu um livro contra elle pelo que mesmo assim deu-lhe o titulo de defensor da fé**⁴⁷¹

O artigo é uma contra-ofensiva ao reproche contido nas ilações mordazes que o clero católico freqüentemente dispara contra os líderes do movimento evangélico anglófono, creditando-lhes as culpas de um homem impiedoso (propositalmente rotulado de “mau”, porque era protestante) no intuito de imputar ao prelúdio do protestantismo inglês uma afiliação à apostasia do rei Henrique VIII, de forma que esta forma de expressão religiosa fosse confundida com o descompasso de seu desregramento moral e mesmo com a própria irreligiosidade demonstrada em suas obscuras estratégias políticas - “Quem foi esse

⁴⁷¹ Henrique VIII da Inglaterra. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 15 mar. 1906, p. 5 (37).

Henrique VIII com o qual tantas vezes os padres catholicos nos atiram á face? Segundo elles Henrique VIII foi protestante e um homem mau porque era protestante”. Os batistas devolvem a instigação, invertendo estrategicamente o lugar do sujeito da acusação, posicionando-lhe entre os seus denunciantes; e expedem uma arguta crítica contra o catolicismo, que aparece correlata a sua versão particular dos fatos históricos narrados: declaram que, a despeito do rompimento oficial com a Sé Romana, Henrique VIII “odiava a Reforma de Luther e nunca deixara de ser catholico”, argumentando que o mesmo havia sido grande adversário e perseguidor dos reformadores protestantes que se recusavam a aceder aos ritos do catolicismo, os quais continuaram sendo duramente impostos pela Igreja de Estado. O arremate é enfático:

[...] Commetteu muitos crimes, matou umas poucas esposas para casar com outras, commetteu muitos crimes e arbitrariedades mas que temos nós protestantes com isso? Se alguma coisa ele era, era catholico; e se vós catholicos não o quereis, atirae-o ao monturo; nós é que não queremos esse presente de gregos⁴⁷².

Na seção echos da campanha, o artigo intitulado “coisas de Roma”, o qual veio a público em 30/11/1901, sintetiza o pensamento batista predominante na época acerca do anglicanismo, trazendo uma distinção tipológica deste segmento do cristianismo, classificando-o em três ramos distintos, entre os quais somente a primeira categoria de devotos, identificavam como “genuinamente evangélicos”:

Sabe-se que a igreja anglicana divide-se em tres ramos: um que se compõe de anglicanos genuinamente evangelicos, outro essencialmente ritualista, e por ultimo, um outro que nem é peixe nem carne, isto é, indifferente ou partilhando dos outros dois. Sem a menor duvida o ramo ritualista da igreja anglicana não é senão a eschola primaria da igreja papal, ramo esse que é inteiramente dominado pelos jesuitas, em cujo seio se encontram aos milhares (grifo nosso). Transparece agora que existe na Inglaterra uma liga patrocinada pelos ritualistas e catholicos, cujo objetivo é collocar em algum dia no throno desse paiz um membro da familia dos Stuarts, com o manifesto intuito de tornar a Inglaterra novamente um paiz catholico romano⁴⁷³ (JB, 30 nov.1901).

⁴⁷² Henrique VIII da Inglaterra. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 15 mar. 1917, p. 5 (37).

⁴⁷³ Coisas de Roma. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 30 nov. 1901. Echos da Campanha, p.4.

Na classificação supramencionada (e também em outros artigos onde a Igreja Anglicana é citada), o principal órgão de imprensa da igreja batista no Brasil faz um tipo de pronunciamento sobre este outro grupo protestante, privilegiando o viés crítico, já que parelha o conjunto das práticas religiosas da maioria de seus adeptos, ao que convencionam (em uma acepção crítica deste termo) de “ritualística católica”. Este posicionamento da igreja batista torna-se mais claro, na proporção em que são considerados alguns antecedentes históricos e teológicos, que dialogam com esta questão. No primeiro plano, deve-se ter em consideração a própria gênese da história dos batistas, que surgiram no cenário europeu, no século XVII, como um segmento separatista do puritanismo inglês (movimento que reivindicava uma reforma profunda nas expressões devocionais e na estrutura organizacional da Igreja Oficial). O segundo parâmetro está disponível no testemunho da historiografia da Igreja no século XIX, que registra um movimento de renovação espiritual, de orientação católica, ocorrido dentro das comunidades clericais anglicanas - o chamado movimento de Oxford⁴⁷⁴ - através do qual, um expressivo contingente da intelectualidade religiosa desta Universidade, propôs um retorno à “catolicidade” da vocação apostólica da Igreja Anglicana, aproximando-se de Roma, e afirmando o caráter sagrado dos ofícios sacramentais, tais como eram por ela prescritos.

Em termos teológicos, sabe-se que a principal discordância entre anglicanos e batistas residia no fato de que na Igreja Anglicana, a exemplo do catolicismo, o depositário da fé encontra-se tanto nas Sagradas Escrituras quanto na tradição, o que os anglicanos

⁴⁷⁴ Em “A Igreja e o século XIX”, Raymond Corrigan refere-se a John Henry Newman, o mais célebre representante deste movimento, como um burguês de origem calvinista que nele desempenhou o papel de “cabeça, coração e alma”. A sua adesão manifestara-se a princípio pela sua convicção de que a Igreja da Inglaterra deveria se libertar de sua ‘entorpecente relação com o Estado’, e que se deveria acender o fervor da Igreja oficial, para que saísse de seu estado de “letargia espiritual”. A atuação de Newman estende-se por um processo de crescente identificação com o catolicismo romano, que atinge o seu apogeu em sua submissão oficial à Roma, em 1845. CORRIGAN, Raymond. **A Igreja e o século XIX**. Rio de Janeiro. Livraria Agir Editora. 1943. p. 160.

denominam de esforço pelo equilíbrio entre a fidelidade bíblica e o ensino patrístico; já na celebração litúrgica, a divergência está no fato de que, conjugam-se no culto anglicano, alguns pontos de doutrina do protestantismo e as devoções sacramentais. Na autocompreensão do anglicanismo, conforme a declaração contida no seu mais antigo livro de preces e principal manual litúrgico ordenador do rito anglicano - O Livro de Oração Comum - a Igreja Anglicana é “católica para toda a verdade e protestante contra todos os erros dos homens”.

Quase cem anos decorridos da primeira edição do Livro de Oração Comum (cujas primeiras versões data de 1549), um Concílio Ecumênico composto por clérigos das maiores correntes das designações protestantes (atuantes na Inglaterra, Irlanda e Escócia), reuniu-se em Assembléia na Abadia de Westminster (1643-1649), em uma tentativa de “uniformização” das bases de doutrina e de governo eclesiástico das igrejas do reino. Após mais de um século de conflitos travados entre católicos, anglicanos e puritanos, desde o desenlace da jurisdição religiosa exercida pelo papado sobre o trono inglês em 1534, o calvinismo passa a protagonizar a cena religiosa na Inglaterra, sob a custódia do parlamento que se insurgia contra o absolutismo do rei Carlos I. Com a restauração do trono por Carlos II (1660), o anglicanismo retomaria definitivamente o seu status de Igreja Oficial; no entanto, vale destacar que o conjunto das principais definições teológicas estabelecidas pela assembléia ecumênica de Westminster, subsistiria no corpo doutrinário das igrejas preconizadoras do “protestantismo reformado”, dentre as quais temos como um importante arauto as confissões de fé das igrejas batistas.

Se em momento anterior, durante as leituras dos artigos, não haviam se mostrado constantes as menções específicas aos desdobramentos históricos do anglicanismo (ou

mesmo do puritanismo inglês e norte-americano, de onde provém o movimento batista); por outro lado, havia sido constatada a recorrência sistemática a diversos temas relacionados à reforma luterana do século XVI e a alguns de seus precedentes históricos (sobretudo aos seus fundamentos teológicos e ao papel determinante do prelo no avanço da causa evangélica). Diante de tal evidência, havíamos julgado necessário aprofundar, nos primeiros capítulos da tese, as leituras sobre as questões mais genéricas e relevantes ao estudo da história do protestantismo; por exemplo, o lugar ocupado pela revisão da Vulgata efetuada pelos humanistas no encadeamento dos fatos que modificaram o universo religioso europeu, o impacto causado pela tradução das Escrituras para as línguas vernáculas e as funções exercidas pela imprensa nos debates teológicos entre os reformadores protestantes e a Igreja Católica. Após procedermos a consulta da bibliografia cotejada à documentação, havia se mostrado pertinente direcionar os estudos contemplando os momentos históricos nos quais se engendraram três movimentos: o humanismo cristão, a Reforma e a Contra-Reforma – o último, consistiu na pesquisa das sessões do Concílio de Trento (1545-1563), nas quais a Igreja Católica refuta as novas posições doutrinárias professadas pelas igrejas reformadas.

Neste aspecto, a averiguação das questões doutrinárias havia se provado elucidativa, pois estas divergências no campo teológico eram constantemente discutidas no Jornal Batista, e os missionários procuravam embasar historicamente a sua argumentação, respaldando-se, com frequência, na historiografia protestante, para tecer os seus comentários críticos. Ainda a este respeito, os apontamentos historiográficos acerca da Reforma e a pesquisa documental sobre os Concílios da Igreja, Encíclicas e Bulas Papais foram essenciais para a constatação do fato de que o debate, no período estudado, enfocava principalmente as diferenças, do ponto de vista doutrinário, entre católicos e protestantes, a partir das quais

os batistas delineavam, no jornal, a sua autodefinição. No bojo destas dissonâncias, verificou-se que as maiores discrepâncias recaíam sobre o modo como a Igreja Católica havia se posicionado a respeito da crença protestante na exclusiva autoridade das Escrituras como único instrumento da revelação das verdades espirituais e da Palavra de Deus, e a sua contestação do dogma da infalibilidade papal.

Na segunda etapa da pesquisa, os horizontes bibliográficos e documentais foram ampliados, ao mesmo tempo em que procuramos centralizar os temas relacionados à história eclesiástica católica no século XIX, principalmente nos aspectos em que tange as questões que se entrecruzam com o tema da inserção do movimento batista no país – com enfoque para a dinâmica da expansão do missionarismo protestante no Brasil face à religião majoritária, movimento que atinge o seu ápice, entre o último quartel do século XIX, e as primeiras décadas do século XX. Para uma reflexão mais consistente sobre a máxima teológica da inerrância bíblica, freqüentemente asseverada no jornalismo batista brasileiro de início do século XX; e, para uma compreensão mais abrangente acerca da renitente negação do dogma da infalibilidade papal (consignada pelo selo editorial deste periódico, e entendido como uma antítese desta enunciação), fez-se necessário interpolar, à análise da “semântica discursiva” desta temática desenvolvida no Jornal batista, algumas citações provenientes de fontes documentais que expressam importantes aspectos da dogmática católica, cujos assertos puderam auxiliar na clarificação de seus pontos de intersecção ou intermitência com as doutrinas protestantes. Ademais, pôde-se verificar que a “matriz de significado” (mesmo no que diz respeito à formação lingüística do discurso institucional), não poderia prescindir de uma historização de seus “efeitos de sentido”; daí, a iniciativa de decompor as suas camadas de significação no espectro de uma genealogia do “discurso protestante reformado”, no interior do qual o discurso jornalístico da

denominação batista encontrara, até a hodierna veiculação dos artigos sobre os quais nos debruçamos (nos anos 1901-1922), fonte inesgotável de substrato teológico e de sustentação ideológica.

Em sua dissertação sobre “O Discurso Protestante Reformado (uma abordagem discursiva do protestantismo brasileiro)”, Arival Dias Casimiro detecta a matriz de onde principia a construção do discurso evangélico brasileiro, localizando-a no decurso da produção dos catecismos e confissões de fé que foram formulados “no período clássico da Reforma” (entre os séculos XVI e XVII), posicionando-a no ciclo de inovações doutrinárias deste fenômeno de renovação religiosa, durante o qual foram elaboradas as sínteses doutrinárias das duas principais correntes do protestantismo reformado: o luteranismo e o calvinismo⁴⁷⁵. Dadas suas circunstâncias históricas, e o próprio caráter das reivindicações destes grupos religiosos, estas novas escolas teológicas evidenciaram em suas sistematizações doutrinárias os preceitos distintivos do movimento reformado, cuja ênfase incide sobre os pontos de descontinuidade com o catolicismo romano. Plural em suas especificidades denominacionais, forjadas no curso de suas formações históricas, as igrejas protestantes mantiveram-se coesas em seu assentimento comum ao reconhecimento da Bíblia como suma e exclusiva autoridade teológica - as suas confissões de fé encerram, simultaneamente, esta intermediação histórica com a Reforma e uma interpretação institucional particular dos códigos do discurso reformado.

Em nossa busca por uma compreensão mais profunda acerca dos diferentes níveis ou camadas sobre as quais se estrutura o discurso batista, em sua “cruzada jornalística” contra o sistema religioso que denominam romanismo, tivemos que transitar pela linhagem

⁴⁷⁵CASIMIRO, Arival Dias. **O Discurso Protestante Reformado**: uma abordagem discursiva do protestantismo brasileiro. Santa Bárbara D’Oeste: Socep, 2002. p.15.

genealógica do “discurso protestante reformado”, atentando para as peculiaridades denominacionais de sua ramificação batista. E, tomando como subsídios metodológicos tanto as ferramentas da lingüística como as balizas temporais da história, os referenciais mais longínquos nos remeteram, primeiramente, para o marco da Reforma luterana como uma espécie de referência histórica e matriz léxica comum a todas as designações evangélicas, inclusive ao movimento batista. O seu ideário contém este legado histórico e teológico no conjunto de suas doutrinas e no uso de uma terminologia que pressupõe determinadas conceituações afins, as quais se manifestam nas mais corriqueiras e elementares formas de sua experiência religiosa – e esta realidade está pronunciada na própria construção de sua semântica designativa, através da qual se comprova o seu auto-reconhecimento no termo protestante, cunhado na Dieta de Espira⁴⁷⁶.

Nos aspectos mais peculiares da doutrina, procuramos descortinar o fundo histórico no qual havia se principiado a tecitura de seu cabedal teológico, chegando desse modo, mais pontualmente, a uma escola teológica de matriz anglófona e de orientação calvinista, cuja exposição dogmática está posta nos termos dos artigos de fé da Confissão de Westminster, já citada anteriormente (a confissão de Westminster foi a última das confissões concebidas durante o período da Reforma e produziu um sistema teológico que se tornou o modelo de declaração confessional mais influente entre as igrejas reformadas de língua inglesa)⁴⁷⁷. O Concílio Ecumênico formado por teólogos protestantes de diversas representações confessionais, havia se reunido em assembléia na abadia de Westminster em Londres

⁴⁷⁶ A palavra “protestante”, como um vocativo de designação dos seguidores da Reforma, foi introduzida no curso deste movimento religioso durante a convocação da Dieta de Espira, no ano de 1529, em decorrência do ato de objeção que os partidários do luteranismo fizeram contra a interferência do poder civil nas decisões tomadas pelas emergentes igrejas evangélicas. Este evento é um importante referencial na história do movimento protestante, uma vez que este fato está registrado como a primeira manifestação pública de um dos fundamentos básicos do protestantismo: o reconhecimento da Bíblia como única regra de fé e prática, como um parâmetro doutrinal e organizacional que sobrepuja, em matéria de autoridade, mesmo os poderes decisórios do corpo eclesiástico. CASIMIRO, Arival Dias. **O Discurso Protestante Reformado: uma abordagem discursiva do protestantismo brasileiro**. Santa Bárbara D’Oeste: Socep, 2002. p.26.

⁴⁷⁷ Ibidem, p.43.

(1643-1648), tendo recebido a incumbência do Parlamento de deliberar sobre a elaboração de um documento que sistematizasse e formalizasse as doutrinas que regeriam a liturgia e o governo da Igreja da Inglaterra. Cabe ressaltar, neste âmbito, que as igrejas batistas inglesas fundadas no início do século XVII, haviam incorporado em seu corpo de doutrinas parte substancial das confissões e catecismos que vinham sendo elaborados ao longo do período clássico da Reforma: abraçaram e professaram publicamente os artigos de fé cruciais do protestantismo reformado, sobre os quais se construiu uma identidade protestante plural que se integra na unanimidade em torno da profissão “do credo evangélico” - solo Christus, Sola fide, Sola Gratia, Sola Scriptura. Embora na concepção protestante, a autoridade dos catecismos e confissões seja relativizada mediante a única autoridade reputada como infalível e imutável - a Bíblia Sagrada - é relevante localizar historicamente o momento em que esse estabelecimento da supremacia do padrão de fé escritural se instala e se enleva como a instância máxima teológica, de onde se emana e ordena toda a doutrina.

Ainda que as congregações batistas não tenham absorvido em um sentido lato a soteriologia calvinista (ou que tenham discordado das deliberações da Assembléia de Westminster em questões mais específicas, como a forma de administração do batismo e de organização eclesiástica)⁴⁷⁸, pôde-se comprovar que adotaram amplamente em seu credo confessional as proposições sancionadas pelo Concílio Ecumênico Evangélico, que foi regido preponderantemente por esta corrente teológica, inculcando profundamente na sua concepção doutrinal o princípio regulador do pensamento teológico historicamente

⁴⁷⁸ O movimento batista, diferentemente do anglicanismo e do presbiterianismo, o qual presidiu este Conselho Evangélico Ecumênico, manteve a sua prática batismal distintiva, que restringia a ministração do sacramento do batismo somente aos crentes adultos plenamente convictos de sua fé, e por imersão; distinguindo-se também destas duas denominações pela sua forma de administração eclesiástica congregacionalista, que contrastava com o sistema episcopal, adotado por anglicanos e presbiterianos. Quanto à soteriologia, a doutrina da predestinação calvinista foi consideravelmente atenuada, por influência do arminianismo, de modo que procuram equalizar as tensões existentes entre as correntes evangélicas que defendiam a predestinação e os segmentos que davam ênfase ao papel desempenhado pelo livre-arbítrio.

conhecido como calvinismo. João Calvino é reconhecido entre as igrejas protestantes sob o epíteto de “sistemizador da teologia reformada” e grande exegeta, tendo o mesmo sido um dos maiores propagadores de uma nova hermenêutica rigorosamente comprometida com a exegética gramático-histórica da Bíblia, a partir da qual se passou a extrair o ensinamento teológico, tomando-se exclusivamente como fonte de conhecimento e aparato formal, as Sagradas Escrituras.

O Protestantismo reformado proclama a Bíblia como o único Livro Sagrado, inspirado por Deus; e, portanto depositário exclusivo das leis espirituais reveladas por Ele ao homem, as quais foram codificadas através da Palavra escrita, que pela iluminação do Espírito Santo, desperta e vivifica a fé. No primeiro capítulo da Confissão de Westminster, nas sessões 4 e 10, foi postulado:

O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas, e por quem serão examinados todos os decretos dos Concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo em cuja sentença nos devemos firmar não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura [...] contudo, a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da operação interna do Espírito Santo que pela Palavra e com a Palavra, testifica em nossos corações⁴⁷⁹.

Procurando historiar a respeito da concepção dogmática batista acerca da supremacia e inerrância das Escrituras como artigo fundamental de fé e regra normativa imprescindível para a conformação de seu corpus doutrinário, constatou-se que o modelo confessional que os missionários pioneiros implantaram nas comunidades batistas brasileiras, foi a Confissão de New Hampshire, formulada em 1833. Cabe realçar que este documento é uma segunda edição das confissões de fé adotadas pela denominação batista nos Estados unidos, uma vez que a sua primeira declaração confessional ocorreu por ocasião da

⁴⁷⁹ CASIMIRO, Arival Dias. **O Discurso Protestante Reformado**: uma abordagem discursiva do protestantismo brasileiro. Santa Bárbara D'Oeste: Socep, 2002. p.68.

convocação da primeira convenção batista norte-americana, realizada na Filadélfia, em 1707. De acordo com a informação extraída da *História Documental do Protestantismo no Brasil*, de Duncan Reily, a confissão da Filadélfia foi uma “versão ligeiramente emendada da Confissão de Westminster”, assemelhando-se a mesma no conjunto das definições doutrinárias, com a exceção dos termos relacionados à eclesiologia e à compreensão do batismo⁴⁸⁰.

A Confissão de New Hampshire, elaborada por John Newton Brown em 1833, passara a ser, no século XIX, o padrão por meio do qual se perfazia a integração da teologia batista norte-americana; e, posteriormente da teologia batista brasileira, já que o modelo é transplantado para o Brasil, desde a fundação da Primeira Igreja Batista da Bahia (1882) e recebeu grande adesão entre as comunidades batistas instituídas no país. Segundo Israel Belo de Azevedo, em “A celebração do indivíduo: a formação do pensamento batista brasileiro”, a doutrina da inerrância bíblica reafirmada pela Confissão de New Hampshire estava em conformidade com o padrão anglófono estabelecido em Westminster, fundamento que subsistiu em uma linha sucessória de definições teológicas professadas pelas igrejas norte-americanas. Em linhas gerais, pode-se afirmar que o protestantismo norte-americano do final do século XIX não era muito diferente daquele dos primeiros colonos puritanos: “O protestantismo dos séculos XVII e XIX é o protestantismo de um livro, a Bíblia, entendida como manual de fé e de prática”; o autor aduziu a este raciocínio a informação de que a doutrina da infalibilidade das Escrituras foi ainda mais consolidada nos Estados Unidos a partir do último quartel do século XVIII, como uma espécie de movimento de resistência ao deísmo prevalecente na cultura religiosa do iluminismo, o

⁴⁸⁰ REILY, Duncan. **História Documental do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Aste, 1982. p. 122-123.

qual teria gerado as primícias do fundamentalismo bíblico que se fortificou no pensamento teológico protestante no início do século XX ⁴⁸¹.

A doutrina da supremacia bíblica como exclusiva fonte de autoridade e conhecimento teológico, havia adquirido contornos ainda mais definidos ao longo do processo de expansão territorial com a ocupação da fronteira oeste, à medida que o movimento do “grande despertar” – the great awakening - acompanhava o influxo do contingente populacional que se dirigia para estas novas frentes de povoamento, impulsionando o crescimento das nascentes congregações, que organizavam o seu estatuto religioso fundamentados, sobretudo, na autoridade Escritural. O autor acrescenta que o reavivamento da fé evangélica no século das luzes (momento em que a filosofia iluminista também faz os seus adeptos entre uma parcela significativa dos “livres pensadores” da América do Norte), também reforça na teologia protestante americana a sua qualidade de detentora de uma concepção teológica, na qual “Deus é alcançável pela experiência pessoal” ⁴⁸². Esta visão concebe o Seu poder transformador na vida da Igreja e no cumprimento de Seus desígnios para a humanidade como passíveis de serem individualmente conhecidos, sob a direção do Espírito Santo, o qual revela ao homem de forma plena os ensinamentos contidos nas Escrituras.

As igrejas batistas do Brasil ao adotarem oficialmente como declaração de fé a Confissão de New Hampshire ⁴⁸³, assumem como principal meta a divulgação da mensagem bíblica entre brasileiros, tomando como exclusiva fonte da revelação divina e exclusiva autoridade

⁴⁸¹ AZEVEDO, Israel Belo. **A celebração do indivíduo**: a formação do pensamento batista brasileiro. Piracicaba: UNIMEP, 1996. p. 114-115.

⁴⁸² AZEVEDO, Israel Belo. **A celebração do indivíduo**: a formação do pensamento batista brasileiro. Piracicaba: UNIMEP, 1996. p. 114.

⁴⁸³ Esta declaração de fé foi redigida por John Newton Brown em 1833 e adotada pela Convenção Batista de New Hampshire, de onde deriva seu o nome. REILY, Duncan. **História Documental do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Aste, 1982. p. 123.

sobre os pontos de doutrina, o Velho e o Novo Testamento. O primeiro artigo desta confissão consagra a supremacia deste cânone declarando a Bíblia como o único padrão infalível, consoante o qual se deveria dirigir o ensino teológico, bem como regular a conduta das igrejas cristãs. O primeiro artigo da Confissão de New Hampshire enunciava o fundamento básico da teologia evangélica de expressão batista, e tanto nos primórdios do evangelismo batista no Brasil quanto nos dias atuais, este preceito fundador tem estado presente como regra de fé primordial na constituição do corpo de crenças e tradições dos batistas brasileiros:

Das Escrituras. Cremos que a Bíblia Sagrada foi escrita por homens divinamente inspirados, e é um perfeito tesouro de instrução celestial; que Deus é seu Autor, a sua finalidade é salvação e verdade, a sua matéria não tem qualquer mistura de erro; que a Bíblia revela os princípios pelos quais Deus há de julgar; portanto ela é, e será até o fim do mundo, o verdadeiro centro da união cristã, e o supremo cânon pelo qual devem ser julgados toda conduta, credo e opinião dos homens.

As Igrejas Batistas Brasileiras, quando incorporaram em seu “corpus doutrinário”, a crença na suprema autoridade da Bíblia no juízo de todas as questões (seja de ordem religiosa ou de ordem prática), estavam posicionando os seus símbolos de fé em conformidade com os ensinamentos teológicos legados pelas confissões protestantes inglesas e norte-americanas. Mas deve-se salientar que, no que diz respeito ao exercício do direito de liberdade religiosa desempenhado nas formulações teológicas ou quaisquer formas distintas de interpretação relativas a assuntos de natureza moral ou ética que se apresentavam nas congregações locais, são as Escrituras e não as confissões de fé publicadas pela denominação, reconhecidas como autoridade fundamental. A Bíblia como fonte existencial e fundamento de todo o conhecimento teológico é um dos principais ensinamentos transmitidos pelos pregadores da denominação que executaram o trabalho pioneiro de implantação das missões batistas no país – “a vida e a doutrina tem que passar

pelo crivo das Escrituras”⁴⁸⁴. A validade de tal afirmação pode ser comprovada através da observação do conteúdo de numerosos artigos, como é o caso do artigo intitulado O crente e a Bíblia que se encontra na secção “A vida prática” do Jornal Batista, no qual o célebre missionário Salomão Ginsburg procura responder a duas perguntas referentes ao modo como se deve realizar a leitura das Escrituras e à metodologia que devem ser empregar em seu estudo.

Ginsburg discute neste artigo a importância do “momento devocional” na vida do cristão, referindo-se à necessidade de o crente cultivar o hábito do estudo regular das Sagradas Escrituras, reconhecendo-as como alimento espiritual e fonte de toda a sabedoria. O missionário faz, ainda, a observação de que o estudo da Bíblia deve compreender o exame de todos os livros que a constituem, sem que a leitura de nenhum deles seja prescindida. O autor assinala como condição indispensável ao seu estudo, uma atividade de reverência do cristão para com a Bíblia, devendo o crente tomá-la como o livro onde estão contidos os princípios e propósitos divinos revelados à humanidade. Um dos aspectos mais significativos relativos ao estudo das Escrituras apresentados está na subordinação do ato da leitura à experiência espiritual através da oração de forma que o crente possa por meio da comunhão com Deus alcançar o entendimento necessário à compreensão das verdades nelas contidas; e possa ter tanto a sua mente quanto o seu coração ambos preparados para receber os ensinamentos que produzirão efeitos benéficos em sua vida:

Estude regularmente, isto é, com regularidade, o que é certo é, que assim como tem seu tempo determinado para alimentar seu corpo assim também deve ter um tempo determinado e fixo para alimentar a alma. Habitue-se a isto desde logo e o habito adquirido enraigar-se-há e produzirá os fructos a seu tempo. **Estude a Bíblia toda inteira. É preciso, pois, a costumar-nos à leitura da Palavra toda. Principiar com o Gênesis e acabar com Apocalypse e depois principiar de novo.** Estuda com toda a reverência. Os synomonos de reverência são:

⁴⁸⁴ AZEVEDO, Israel Belo. **A celebração do indivíduo**: a formação do pensamento batista brasileiro. Piracicaba: UNIMEP, 1996. p. 183.

acatamento e respeito, veneração e honra. Todas estas qualidades podem e devem ser dadas a Bíblia. Não devemos prostrar-nos diante della e adora-la, fazendo della um ídolo, mas approximar-nos da Bíblia com o espírito bem disposto para prestar a devida a atenção aos ensinamentos do livro, para obter algum proveito, é preciso tratar o livro como merece a carta do Pae das luzes – do Creador de todos. **Em outros livros podem encontrar a intelligencia este – a Bíblia, é o espelho da alma, penetra os segredos da vida. As palavras da Bíblia possuem um quer que seja de vida que germina em bom terreno e produz fructo... é preciso estar orando e supplicando ao Altíssimo Seu auxilio. Procura-o, pois, sempre conhecereis a Sua doutrina**⁴⁸⁵ (JB, 14 fev. 1902, grifo nosso).

O editorial do Jornal Batista do dia 10 de agosto de 1903 dispensa tratamento especial à questão do livre – exame das Escrituras, definindo-a como um dos princípios fundamentais do Protestantismo. Os batistas declaram-se defensores do direito à liberdade de consciência religiosa, ainda que a prática do livre–exame possa dar vazão a diferentes formas de interpretação de determinadas passagens bíblicas, o que em última instância pode ocasionar divergências, dissensões e divisões no meio evangélico (o autor faz a advertência de que o livre – exame “sob o ponto de vista dos abusos que dele resultam”, pode originar a criação de grupos sectários, suscitar cismas, e até produzir heresias). Para que seja evitada a ocorrência do desvirtuamento deste principio, o autor sugere que sejam respeitadas duas normas básicas de conduta, essenciais à realização do estudo das Escrituras. É proposta a aplicação de duas regras simples na interpretação dos textos bíblicos: as lições extraídas da passagem interpretada devem estar em concordância com o conteúdo dos ensinamentos bíblicos em geral e, deve-se fazer uso do senso comum quando o crente procurar esquadrihar estas verdades espirituais contidas na Bíblia. A argumentação é concluída de modo a fornecer ao leitor uma síntese do pensamento protestante em geral (e batista em particular) acerca das Escrituras Sagradas:

Deve-se ter em mente que a Bíblia não é um cathecismo composto de perguntas e respostas bem organizados, mas um livro histórico, narrando as relações e revelações de Deus para a raça humana através de muitos

⁴⁸⁵ GINSBURG, Salomão. O Crente e a Bíblia. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 14 fev. 1902. A Vida Prática, p. 3 (23).

séculos de sua existência, exarando princípios destinados a constituir a regra de fe e prática do homem⁴⁸⁶ (JB, 10 ago. 1903).

No ano de 1922, o Jornal Batista editou um caderno especial, em comemoração ao centenário da independência do Brasil, no qual são rememoradas importantes passagens da trajetória dos missionários pioneiros em sua histórica jornada em prol do estabelecimento da denominação no país. Em artigo publicado em 07/09/1922, o pastor Manoel Avelino de Souza sumariza, sob o enunciado, “O Centenário e as Crenças Baptistas”, o conteúdo das doutrinas distintivas deste grupo evangélico, enfatizando a relevância da Bíblia na ordenança da teologia, “como regra de fé suficiente”:

Isto não quer dizer que os outros não creiam nestas coisas, mas temos a nossa orientação particular a respeito dellas. **Quanto a regra sufficiente: uma pratica que nos é peculiar é a acceitação da Bíblia como a única auctoridade em materia religiosa, sem depender de tradições nem de concílios, nem de qualquer outra circumstancia.** A Bíblia é competente em si mesma e TODA sufficiente nos seus ensinamentos; o que ella ensina queremos praticar e obedecer fielmente sem transigir com quer que seja nem no que quer que for. O que ella não ensina não queremos nem por sonho ensinar nem adoptar, porque seria arrostar com todas as contraditas que ella apresenta áquelles que não reconhecem a sufficiencia della em matéria religiosa.

[...] **Quanto a liberdade de consciência: este tem sido o grande padrão dos Baptistas, en toda sua historia. É um marco glorioso para o seu passado, para o seu presente e será para o seu futuro.** Os Baptistas reconhecem que o homem é um ser moral e portanto em condições de escolher o modo pelo qual deseje adorar o seu Deus; por isso elles sempre se têm batido pela liberdade de consciência. Nessa luta há martyres e há campeões. A luta foi sem tréguas até que alcançaram a victoria nalguns paizes, noutros porém ainda estão lutando, mas Deus há de auxilia-los a alcança-la do mesmo modo. **A liberdade de consciência é o grande principio da religião do Christianismo puro do N.T. É a competencia do individuo de buscar a Deus sem a intervenção de quem quer que seja fora de Jesus Christo**⁴⁸⁷ (07 set. 1922, grifo nosso).

⁴⁸⁶ ENTZMINGER, W.E. A Biblia e o Livre Exame. Editorial. **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, p. 1, 10 ago. 1903.

⁴⁸⁷ SOUZA, Manoel Avelino de. O Centenário e as Crenças Baptistas: O Que os Baptistas Crêem. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, 07 set. 1922, p. 15.

Esta afirmação doutrinária, professada pelos missionários batistas desde a sua radicação no Brasil, representava do ponto de vista teológico uma conclamação à subversão do principal parâmetro sobre o qual estava erigida a ordem religiosa vigente, uma vez que os termos sobre os quais estava assentava a única corrente do Cristianismo a que tivera acesso o povo brasileiro (o catolicismo romano) cristalizara naquele momento histórico, determinados conceitos religiosos – sobretudo o dogma da exclusividade do magistério da Igreja Católica na interpretação das Escrituras, personificado na autoridade religiosa infalível do Pontífice – ensinados que, sob determinados aspectos, encontravam-se diametralmente opostos às proposições doutrinárias evangélicas. A título de facultar a exposição de alguns pontos cruciais de divergência entre a teologia protestante e a dogmática católica, calorosamente debatidas em inúmeros exemplares do *Jornal Batista* publicados nas primeiras décadas do século XX, demos prosseguimento à discussão deste tema sob diversas perspectivas, explorando-o através da problematização dos contrastes estabelecidos entre o “biblicismo batista” e o “dogma da infalibilidade papal”, enfocados a partir da análise dos artigos em que são abordados estas temáticas em diferentes panoramas históricos, nos quais foram tratadas comparativamente as posturas críticas destas duas correntes religiosas - tanto em um passado mais remoto quanto no contexto da “Modernidade” proscrita pelo *Syllabus*.

Ao longo das duas décadas de publicação do *Jornal Batista*, no período em que concentramos os nossos estudos (1901-1922), o tema da preeminência bíblica está expresso de modo inexaurível em inúmeros artigos que congregam diversas formas de abordagem desta temática, transmitindo ao leitor uma ampla gama de informações sobre os mais variados conceitos que credenciam o papel ocupado pelas Escrituras no mais elevado patamar de jurisprudência teológica - o eixo concêntrico de onde procedem e para onde refluem todos os ensinamentos religiosos que ordenam a vivência da fé nas igrejas batistas

brasileiras. O núcleo semântico ou o ethos de significação do primeiro artigo de fé do modelo confessional de New Hampshire supracitado foi implicitamente reproduzido de diversas formas nas entrelinhas do discurso teológico levado a efeito pelos articulistas do Jornal, de modo que se pode concluir que o recurso lingüístico mormente apropriado na articulação do discurso religioso é o da intertextualidade com as Escrituras Sagradas como suma regra normativa. Ao efetuarmos a leitura dos exemplares do Jornal batista durante as duas primeiras décadas da República, deparamo-nos com a assídua averbação do termo capital desta síntese doutrinária no intercurso da interlocução jornalística, fazendo ressoar ao leitor esta premissa teológica através da elocução de um discurso polifônico que remete constantemente ao sentido profundo da Revelação, ao seu arbítrio supremo na conformação da fé, e ao papel que deve desempenhar na vida do fiel da igreja. A pluralidade de significações e funções que atribuem à Bíblia são matizes deste discurso cuja amplitude assinala a riqueza de seu valor simbólico e de sua multi- funcionalidade no contexto da proposta de renovação religiosa que a denominação batista tentava implantar em uma nação majoritariamente católica.

8 REFERÊNCIAS

A Bíblia Sagrada. Traduzida João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. p. 230. Bíblia. N.T.

ARIÈS, Philippe. **Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média.** John Hopkins University, 1974.

AZEVEDO, Israel Belo. **A celebração do indivíduo: a formação do pensamento batista brasileiro.** Piracicaba: UNIMEP, 1996.

BARBOSA, Rui. **Secularização dos Cemitérios:** Em obras completas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1950, v.7, t. 1.

BARRETO, Archimínia. **Mythologia Dupla ou Religião Catholico-Romana e a sua Mascara.** Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1926.

BASTIAN, Jean Pierre. **Protestantismos y modernidad latinoamericana.** México: FCE, 1994. p. 75.

BAUM, Gregory. A modernidade: perspectiva sociológica. **Concilium.** Tradução Gentil Avelino Tilton. Petrópolis, n. 244, 1992/6.

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002. p. 1787. Nova edição, revista e amplianda. Bíblia. N.T.

BIDEGÁIN, Ana Maria. **História dos cristãos na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 1993.

BOAVENTURA, Abílio Domingues. **A Posição da Virgem Maria no Seio da Igreja Evangélica,** São Paulo : [s.n.], 1960.

BONI, Luis Alberto de (Org.) **Escritos seletos de Martinho Lutero, Tomás Muntzer e João Calvino.** Petrópolis: Vozes, 2000.

BRANTL, George. **Catolicismo.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CABTREE, A R. **Baptists in Brazil.** Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1953.

CAMPOS, Hippolyto de Oliveira. **Roma, sempre a mesma.** Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1957.

CANTIMORI, Délio. **Humanismo y Religiones em el Renacimiento**. Barcelona: Nova Gráfik, 1984.

CARBALLO, Fernando. **Protestantismo e Bíblia**. São Paulo: Edições Paulinas, 1959.

CASIMIRO, Arival Dias. **O Discurso Protestante Reformado**: uma abordagem discursiva do protestantismo brasileiro. São Paulo: SOCEP.

CASSIRER, Ernest. **A Filosofia do Iluminismo**. Campinas: UNICAMP.

CECHINATO, Luiz. **Conheça Melhor a Bíblia**. Petrópolis, Vozes, 2002.

CHATELET, François. **História da Filosofia, idéias e doutrinas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

CHAUNU, Pierre. **O Tempo das Reformas (1250-1550)**. Lisboa, Edições 70, 1975.

CHINIQUEY, Carlos. **Cinquenta anos na Igreja Romana**. [S.l: s.n.].

COLLETE, Carlos Hasting. **Inovações do Romanismo**. São Paulo: Parakleto, 2001.

CORRIGAN, Raymond. **A Igreja e o século XIX**. Rio de Janeiro. Livraria Agir Editora. 1943.

COSTA, André Lino da. **Conferências religiosas**. Rio de Janeiro: Martins de Araújo A&C, 1913.

CROUZET, Maurice (dir.). **História Geral das civilizações**: Roma e seu Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

DAVIDSON, N. S. **A contra-reforma**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DAWSEY, Cyrus B.; DAWSEY, James M. **The Confederados**: Old South immigrants in Brazil. Alabama: the University of Alabama Press, 1995.

DELUMEAU, Jean. **El Catolicismo de Lutero a Voltaire**. Barcelona: Editorial Labor, 1973.

_____. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989.

DUBY, Georges. **Ano 1000 ao ano 2000** – na pista de nossos medos. São Paulo: UNESP, 1998.

DUNSTAN, Leslie. J. **Protestantismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

EDWARDS, Mark. V. Jr. **Printing, Propagand and Martin Luther**. Los Angeles: University of California Press, 1994.

ENSENSTEIN, Elizabeth L. **Revolução da Cultura Impressa**: Os primórdios da Europa moderna: Universidade de Cambridge, 1983.

ENTZMINGER, W.E. **Tu és Pedro: o papado em face das Escrituras Sagradas e a luz da História.** Rio de Janeiro: Casa Editora Batista. 1911.

FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada.** São Paulo: Ática, 1993.

FAUSTINO, Evandro apud HOORNAERT, Eduardo. **O Renitente Catolicismo Popular.** 1996. 188 f. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro.** São Paulo: Unesp e Hucitec, 1992.

FOX, John. **Book of Martyrs.** Philadelphia: Universal Book and Bible House, 1926.

FRANCA, Leonel S.J Pe. **Obras Completas: catolicismo e Protestantismo.** Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1952.

GEDEON, Aubin. **Católico Romano o Protestante.** El Paso: Casa Bautista de Publicaciones.

GEFFRÉ, Claude; JOSSUA, Jean Pierre. **Interpretação Teológica da Modernidade.** Editorial. Concilium. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, n. 244, 1992/6.

GLADSTONE, E.W. **Os Decretos do Vaticano em suas Relações com a Lealdade Civil.** Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1875.

GOUVEIA, Antônio Mendonça. **O celeste porvir: a inserção protestante no Brasil.** São Paulo: Paulinas, 1984.

GRAHAN, Richard. **Grã Bretanha e o início da modernização no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRAY, John. **Voltaire.** São Paulo: UNESP, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções. Europa (1789-1848).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **The Age of the Empire (1875-1914).** Nova Iorque: Random House, 1987.

HOLLANDA, Sérgio Buarque; CAMPOS, Pedro Moacyr (Org.). **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: Difel, 1974.

HOORNAERT, Eduardo (Coord.) **História Geral da Igreja na América Latina: Tomo II/1. História da Igreja no Brasil: Primeira Época.** Petrópolis, Vozes, 1992.

HUIZINGA, Johannes. **O outono da Idade Média.** Lisboa: Ulisseia, s.d.

KIDDER, Daniel Parrish. **Reminiscência de viagens e permanências no Brasil**: Rio de Janeiro e Província de São Paulo. Tradução Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

KUNSTMANN, Walter G. **O “Concílio de Trento e o I Concílio Vaticano”**. In: O CATOLICISMO ROMANO. UM SIMPÓSIO PROTESTANTE. São Paulo: Aste, 1962.

LEITE, Lysânias de Cerqueira. **Protestantismo e Romanismo**. Rio de Janeiro, 1936.

LÉONARD, Émile G. **Histoire Générale du protestantisme/La Réformation**. Paris: Presses Universitaires de Français, 1988.

LÉONARD, Émile G. **Protestantismo Brasileiro**. São Paulo: Aste, 1997.

LUIZETTO, Flávio. **Reformas Religiosas**. São Paulo: Contexto, 1994.

LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas: À Nobreza Cristã da Nação Alemã**. São Leopoldo: Sinodal, 1989.

MARIA, Júlio Pe. **O Catolicismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1950.

MEIN, David. **O que Deus tem feito**. Rio de Janeiro, JUERP, 1982.

MENDONÇA, Antônio Gouveia; PRÓCORO, Velasques F. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MONFORT ASSOCIAÇÃO CULTURAL. <http://www.monfort.org.br>

OLIVEIRA, Betty Antunes. **Centelhas em Restolho Seco**: uma contribuição para a História dos primórdios do trabalho batista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da autora, 1985.

OLIVEIRA, Ernesto Luiz de. **Vindicação da Fé Evangélica perante a Bíblia**: resposta a um opúsculo intitulado A Igreja Catholica e o Protestantismo perante a Bíblia, Campinas, 1904.

OLIVEIRA, Luiz Ernesto de. **O Syllabus, o Evangelho e o Estado**. São Paulo, Livraria Evangélica, 1901.

PANOWSKY, Erwin. **Renascimento e Renascimentos na Arte Ocidental**. São Paulo: Presença, 1987.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **O Problema Religioso da América Latina**: estudo dogmático histórico. São Paulo: Livraria Independente, 1916.

PEREIRA, José Reis. **História dos Batistas no Brasil**. Rio de Janeiro, Juerp, 1982.

PIERRARD, Pierre. **Cristandade dilacerada**. São Paulo: Paulus, 2002.

POULAT, Emile. **Catolicismo e Modernidade**: um processo de exclusão mútua. Concilium. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, n. 244, 1992/6.

REILY, Duncan. **História documental do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Aste, 1984.

REIS, Álvaro. **As Conferências do Padre Júlio Maria**. Rio de Janeiro. Livraria Evangélica, 1908.

ROBLETO, Adolfo. **O Catolicismo Romano**: Análise à Luz do Concílio Vaticano II. Rio de Janeiro: JUERP, 1977.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. **A Igreja na República**. Brasília: Ed. da UnB, 1981.

SALGADO, Heliodoro. **O Culto da Immaculada**: estudos críticos e históricos sobre a mariolatria. Porto: Livraria Chardron, 1905.

SANTA SÉ. <http://www.vatican.va>

SCHAMAUS, Michael. **Teologia Dogmática**. Madri: Rialp, 1961.

SCHEEBEN, M.J. **A Mãe do Senhor**. Lisboa: Áster, 1960.

SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil República**: da Belle Époque a era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Os humanistas: uma visão do mundo**. Campinas: UNICAMP, 1984.

SILVESTRE, Armando Araújo. **Da Imprensa evangélica ao Brasil presbiteriano**: o papel (in) formativo dos jornais da igreja Presbiteriana do Brasil (1864 a 1986). 2001. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Univerdidade Metodista, São Bernado do Campo, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOTTO-MAIOR, Miguel P. **A Egreja Triumphante no Concílio do Vaticano**: Explicação dogmática, philosophica e histórica dos decretos do Concilio ecumênico do Vaticano. Porto: Livraria Portuense, 1875.

SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico**: demonologia e imaginário no mundo lusi-brasileiro, século XVI-XVIII. 1993. 322 p. Tese (Livre Docência em História Social) FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo 1993.

STEINBERG, S. H. **Five Hundred Years of Printing**. Nova Iorque: Penguin Books, 1979.

TAKATSU, Sumiu. **Dogmas Mariológicos e Suas Implicações**. In: SIMPÓSIO SOBRE CATOLICISMO ROMANO, 1962, São Paulo, O catolicismo Romano – um simpósio protestante. São Paulo: Aste, 1962.

TARSIER, Pedro. **Roma, o Jesuitismo e a Constituinte**: Estudo histórico-crítico, Porto Alegre, Livraria Universal, 1933.

THE NEW Encyclopaedia Britannica. Chicago: macropidia, 1992, v. 26.

The Secularization of the European Mind in Nineteenth Century. Cambridge University Press, 1975.

TORBET, Roberto G. **Esboço da História dos Batistas**. Leiria, Portugal: Vida Nova, 1959.

VOVELLE, Michel. **Revolução Francesa contra o Estado da Razão ao Ser Supremo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX**: A Reforma de D. Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987.

WOORTMANN, Klaas. **Religião e Ciência no Rena**

O Jornal Baptista

ORGÃO DAS EGREJAS BAPTISTAS DO BRASIL

ANNO V. — Nº 1

RIO DE JANEIRO, 10 DE JANEIRO DE 1905

Redacção : Rua da Quitanda, 39, 1º andar.

ESCAPA-TE POR TUA VIDA

(Gen. 19 : 17)

VIII

Tratando acerca daquelles que desejam obter a salvação de suas almas, temos chegado á classe mui numerosa daquelles que pensam *ser-lhes preciso tornarem-se melhores* para então estarem em condições, de obterem o perdão. E' a roupagem de folhas de figueira com que Eva pretendeu cobrir a sua e a nudez de seu marido, mas que vindo Deus, não lhes evitou que fugissem da sua presença. Tal idéa vem de um resto de orgulho que não confessa a Deus humildemente, como o publicano : "Tem misericórdia de mim peccador".

Que para alguém se apresentar perante os reis da terra seja preciso uma tal preparação, não contestamos, mas isso ainda é devido á sua finita capacidade de saber quando um de seus subditos está arrependido da falta que contra elle commetteu e resolvido a entrar de novo no caminho da obediência. Porém com Deus não succede isso. E o espirito do da Escripura mostra tão claramente que o peccador é hemvindo a Deus nas condições em que está, como também que se alguém não se julga bastante necessitado não é convidado para ir a Christo. Eis o que ella diz : Quando Jesus em casa de Matheus era censurado pelos phariseus por causa de comer em casa de publicano, assim lhes respondeu :

"Jesus, porém, ouvindo, disse-lhes : Não necessitam de medico os sãos, senão os doentes. Ide, porém, e aprendei o que significa : Misericórdia quero, e não sacrificio. Porque eu não vim para chamar os justos, mas os peccadores ao arrependimento".

Na bella parábola do Filho Prodigio, Jesus nos mostra um moço nas mais penosas circunstancias de miséria e desobediência, mas o qual foi recebido de braços abertos pelo pae na mesma occasião em que resolveu voltar para elle. Nenhuma previa preparação elle fez, senão, "levantar-me-ei e irei para meu pae". (Lucas 15:11-32).

Em outra bella parábola, a do phariseu e o publicano, Jesus nos mostra dois homens, um cheio de rectidão propria que orava de semblante altivo dando graças a Deus porque não era como o publicano que com a consciencia opprimida pelo peccado orava cabisbaixo dizendo : "Tem misericórdia de mim peccador". Este, disse Jesus, sahio justificado, pois reconheceu que nada merecia, enquanto que o outro, sua oração presumpçosa não passou o tecto da casa.

Procurando o homem tornar-se melhor é como se a figueira brava procurasse modificar para melhor o seu fructo, ou á onça mudar a cor da sua pelle, o que é impossível ; porém Deus é quem faz uma e outra coisa. Em respeito ao peccador, diz Elle : "Eu sou o que apago as tuas transgressões por amor de mim, e dos teus peccados me não lembro." Isa. 43:25. "Desfazo as tuas transgressões como a nevoa, e os teus peccados como a nuvem ; torna-te para mim porque já eu te remi". Isa. 44:22.

E agora, presado leitor, que essas palavras te façam comprehender a inutilidade de teu esforço e te levem aos pés de Jesus tal qual como estás, é o nosso mais ardente desejo.

"Assim como estou sem ter que dizer,
"Senão que por mim vieste a morrer.
"E me convidaste a ti recorrer,
"Bemdito Jesus, me chego a ti".

T. R. T.

Querendo ganhar o Céu sem um salvador

Alguns annos passados, quando eu sahia da igreja de noite, uma senhora me viu e pediu-me que fosse com ella ver seu marido que estava muito doente. Em caminho ella me disse que elle estava muito interessado acerca de sua alma sabendo que breve iria morrer. Quando entrei no quarto delle achei-o assentado numa commoda cadeira, visto que não podia estar deitado sem tossir. Depois de algumas palavras acerca de seus soffrimentos physicos, perguntei-lhe acerca de sua alma, em que estado estava ; pensaria elle que seus soffrimentos terminariam quando seu corpo baixasse ao tumulo e a morte tivesse vindo ?

"Bem", disse elle, "eu creio que minha mudança para ganhar o céu, é muito boa". Eu senti que aquillo não era real e então disse :

"Credes vós que o céu é uma realidade ?"

"Sim", disse elle.

"Não é verdade que ha um inferno ?"

"Sim, eu creio", replicou elle.

"E vós tendes uma alma immortal que dentro em pouco estará em um ou outro desses dois logares para sempre".

"Sim", disse elle ansiosamente.

"Acabastes de dizer que vossa transferecia para o céu seria muito boa ; vós credes que o céu é uma realidade e vossa preciosa alma immortal depressa gosará d'aquella felicidade celestial para sempre. Deveis ter alguma razão para isso. Podeis fazer o favor de dizer-me qual ella é ?"

Sua voz era fraca e eu esperei sua resposta que sahio lentamente, a qual foi esta : "Eu tenho sido sempre bom para minha esposa e filhos, e nunca intencionalmente fiz algum mal a qualquer pessoa".

"Isso é muito bom", disse "eu, é agradável que se possa dizer isso ; mas, diz-me, que qualidade de logar pensaes ser o céu, e que fazem os que habitam n'elle ?"

"Penso", disse elle, "que alli não ha peccado ou tristeza. Deve ser um logar feliz, e creio que os que n'elle habitam cantam eternamente. Sim elles cantam alli e eu vou ler-vos o cantico que elles cantam. E' este : "Aquelle que nos amou, e em seu sangue nos lavou dos nossos peccados". Apoc. 1:5. Vedes agora, elles louvam a seu Salvador, Aquelle que os amou e por elles morreu. Notae que elles nada dizem do que elles mesmos fizeram. Porem elles fallam tudo acerca do que Elle fez. Elle os amou e morreu por elles. Agora supponde que irieis e terieis entrada no céu, em razão de, como dizeis, terdes sido bom para vossa esposa, vossos filhos e vosso proximo. Estaria portanto um peccador no céu que nunca tinha sido lavado de seus peccados no sangue de Jesus : vós não vós podieis juntar e cantar o cantico que elles cantam ; poderieis ?

Esperci pela resposta. Sua cabeça tinha decaído, seus olhos estavam arregalados mostrando espanto e concentração. Nunca esquecerei sua expressão quando elle levantnu de novo a cabeça para me responder. Elle estava como quem sae de um sonho. Agora estava frente a frente com as eternas realidades, e sua resposta unica, foi :

"E' verdade nunca pensei disso !"

"Bem : Deus deixou alguma coisa escripta para pessoas exactamente como vós que querem alcançar o céu pelas proprias obras. Está no quarto capitulo verso 4 da epistola aos Romanos : "Ora áquelle que obra não lhe é imputado o galardão segundo a graça mas segundo a divida". Agora eis o que quer dizer

esse versículo : Quando vós estaveis bom e podieis trabalhar vós recebieis a paga do vosso trabalho e não ficaveis devendo favor ao que vos pagava. Se vós podesseis ganhar o céu pelo que tendes feito, não haveria graça porquanto vós o tinheis ganho. Nada saberieis do amor de Deus manifestado em Jesus Christo ; e não poderieis cantar, "Aquelle que nos amou, e em seu sangue, nos lavou dos nossos peccados" ; pois estarieis alli sem um Salvador e não terieis cantico para cantar. Pensaes que serieis feliz ?

Então começou elle a ceder terreno, e pela primeira vez manifestou o que sua esposa tinha dito, que elle estava ansioso acerca de sua alma, e desejava que a questão fosse definitivamente estabelecida. Elle confessou que a despeito de toda a bondade que presumia ter, necessitava de um Salvador. E foi com alegria que lhe li esta passagem : "Esta é uma palavra fiel e digna de toda a acceitação que Christo Jesus veio ao mundo para salvar os peccadores". E repeti pausadamente : para salvar os peccadores.

"Sim" continuei, "a salvar peccadores — não a ajudar peccadores a serem salvos, porém a salvar peccadores. Elle não é um ajudador, porém um Salvador, e o que a palavra de Deus diz é : "O que não obrou mas creu n'Aquelle que justifica o impio ; a fé lhe é imputada por justiça". E outra vez, "Crê no Senhor Jesus Christo e serás salvo". E elle creu. Depois de ler-lhe ainda outra passagem da Escripura, deixei-o com uma nova e real esperanza — não baseada sobre o que elle tinha feito, porém crendo o que Deus diz, acerca do que Christo fez.

Na manhã seguinte fui chamado de novo a vel-o. Sua face estava radiante, e me disse : Oh, eu tenho o caotico agora. Que é : "Aquelle que nos amou, e nos lavou dos nossos peccados em seu sangue". Durou ainda mais uma semana e então dormiu tranquillo no Senhor.

Presado leitor, estarás tu habilitado a cantar aquelle cantico ? Ou terás que dizer : "Estou atormentado nestas chammas". Terás de dizer uma ou outra coisa. "O que crer e for baptizado será salvo, porém o que não cre já está condemnado". Marc. 16:16.

Escolhe, presado leitor crer e ser salvo.

J. H. W.

Rep. 17.12.1905
O Papismo, o Christianismo e a Reforma. — Estabelecer uma raça medianeira entre o homem e Deus, e fazer compras por meio das obras, penitencias, e a preço de dinheiro, a salvação que Deus dá de graça, eis ahi o Papismo.

Franquear a todos, mediante Jesus Christo, sem esse poder que se chama "Egreja", um accesso livre ao grande dom da vida eterna que Deus deu ao homem, eis ahi o Christianismo e a Reforma.

O Papismo é um baluarte immenso levantado pelo trabalho dos seculos entre Deus e o homem. Se alguém quer salvá-lo, pague ! ou sofra ! e contudo não pôde salvá-lo !

A Reforma é a potencia que tem derribado o immenso baluarte, devolvendo Christo ao homem, e a qual aplainou o caminho para ir ao seu Creador.

O Papismo põe a Egreja entre Deus e o homem.

O Christianismo e a Reforma põem o homem face a face com Deus.

O Papismo os separa. O Evangelho os une.

D'Aubigné.

CAMPO BAPTISTA PAULISTANO

Rev. S. A. Souza

A primeira igreja baptista brasileira foi organizada na villa de Santa Barbara, Estado de S. Paulo, aos dez dias do mez de setembro de 1871. Esta igreja composta, na sua origem, de forasteiros norte-americanos, foi pastoreada nos seus primeiros annos por um de seus membros, o general A. I. Hawthorne. De 1881-1900 pastoreou-a "um ou outro missionario". Durante este tempo a igreja gozou prosperidade. Ella deixou de existir em 1910, pouco mais ou menos, motivado isto pela morte de uns, a mudança de outros e a falta de alguém que a guiasse. Foi baptizado nesta igreja, o ex-padre Antonio Teixeira de Albuquerque.

Em dezembro de 1891 organizaram-se duas igrejas, uma na cidade de S. Paulo e a outra em Campinas, ambas compostas de imigrantes europeus. A primeira desapareceu com a emigração e mudança de seus membros; e a de Campinas, em 1892, foi destruida pela febre amarella que victimou todos os seus membros menos um.

A historia dos baptistas paulistanos, propriamente dita, começa quasi trinta annos depois da fundação da igreja em Santa Barbara. Foi em 1899 quando os missionarios, Drs. J. J. Taylor e J. L. Downing, aportaram ás plagas dos famosos bandeirantes e lançaram os alicerces da denominação Baptista. Houve, é verdade, uma tentativa de começo em 1889, pelo rev. Carlos Daniel, mas sem successo.

Egrejas — No dia 6 de julho de 1899 os missionarios Downing e Taylor organizaram a Primeira Igreja Baptista na cidade de S. Paulo. A historia desta igreja é rica em experiencias e se liga á historia de muitas outras igrejas no Estado de S. Paulo.

A 1ª igreja, cujo actual pastor é o distincto irmão rev. F. M. Edwards, tem perto de duzentos membros, um templo majestoso e uma escola dominical modelo. E' uma igreja activa, com um futuro promettedor.

Ha na capital paulista mais duas igrejas: a da Liberdade e a do Braz. Ambas estão progredindo sob a sábia e zelosa direcção dos pastores A. Ernesto e J. Gresenberg. A da Liberdade tem a honra de ser a maior igreja do campo e de possuir o templo mais moderno e apropriado para os varios departamentos do trabalho. E' o seu guieiro em Christo, o rev. A. Ernesto da Silva.

Depois vem a grande igreja de Santos, sob o activo pastorado do rev. T. C. Bagby. Esta igreja quer ser, pelo trabalho, a maior e a melhor do Estado.

Vem agora a igreja de Campinas, já celebre nos annos baptistas. A actual igreja é a quarta que se organiza nessa cidade. As outras tres desapareceram no turbilhão de varias circumstancias. A presente igreja data de 1907. O seu pastor é o dr. W. B. Bagby, o primeiro missionario baptista que descobriu o Brasil para Christo.

Das outras igrejas, gozam de franco progresso as de Ribeirão Preto e Baurú. Aquella está sob os cuidados do dedicado missionario, rev. R. B. Stanton, que goza da leal cooperação de todos os seus membros. Esta é a igreja mais joven do campo; entretanto já possui a sua casa de oração, do valor de trinta e tres contos. A igreja de Baurú marcha victoriosa, dirigida pelo rev. Antonio de Oliveira.

As igrejas de Tres Corregos e Rio Claro estão se desenvolvendo pela graça de Deus. Aquella tem por seu pastor o activo irmão rev. Hygino de Souza. Auxilia-o no trabalho o fervoroso evangelista Damião Diaz Martinez. Rio Claro está sob os cuidados do escriptor deste artigo. Esta igreja foi organizada em 13 de maio de 1920.

O pastor Carlos Mendonça pastoreia as igrejas de Coroados e Assis. Ambas estão vivendo em uma atmosfera de progresso, sob a direcção desse velho obreiro baptista.

As igrejas de Mogy das Cruzes, Jundiaby, Viradouro, Nova Europa e Guarujá soffrem por falta de pastores residente ou

evangelistas. As de Iguape, Itaquerassú, S. José dos Campos e Alto da Serra existem apenas nominalmente.

Ainda não mencionei a igreja de Nova Odessa, cujo pastor é o irmão João Inke, chegado ha já alguns mezes da Europa. Tem esta igreja perto de duzentos membros e a maior U. M. B. do estado. Os seus crentes prestam culto a Deus na lingua letta.

Collegios — O Collegio Progresso Brasileiro, fundado na capital em 1902, pelos missionarios Dr. e Mrs. Bagby, é uma honra á denominação Baptista. E' seu actual presidente e hem-quisto irmão Dr. Edgar A. Ingram. Dentro de poucos mezes o Collegio passará para o seu grande edificio proprio, no bairro das Perdizes. Este novo prédio comportará quatrocentas moças internas. A sua pedra angular foi solememente collocada no dia 1 de agosto p. p. com a presença do illustre visitante, o Dr. J. F. Love.

O Collegio Baptista Paulistano, em Rio Claro, tem internato para meninos e offerece os cursos primario, preparatorio e secundario. Fundou-se no dia 27 de março deste anno e o dirige, o auctor deste resumo historico.

Além destes, ha varias escolas annexas: a de Santos, do Braz, da Liberdade e de Nova Odessa. A matricula em todas estas escolas é excellente.

O Baptista Paulistano — O orgam da Convenção Baptista Paulistana é "O Baptista Paulistano", jornal fundado pelo Dr. J. J. Taylor em 1909. Atravez de uma existencia util tem sido seus redactores? J. J. Taylor. A. B. Deter., J. Gresenberg, A. Ernesto, F. M. Edwards e S. A. de Souza. Elle é actualmente publicado uma vez por mez, com oito paginas e a sua tiragem é de mil exemplares.

Hospital — Os baptistas paulistanos estão igualmente empenhados na fundação de um hospital baptista. A frente deste nobre empreendimento acha-se o amado e distincto medico baptista, o irmão Dr. Juvenal Ricardo Meyer. Já ha nos cofres da thesauraria alguns contos, e quasi todas as igrejas estão contribuindo regularmente para este fim.

Conclusão — Afinal direi que as igrejas baptistas paulistanas estão alistadas em todas as phases do trabalho, como sejam: escolas dominicaes, sociedades de senhoras, uniões da mocidade e ligas juvenis. Estão igualmente contribuindo para as diversas juntas das convenções estadual e nacional, e as igrejas que ainda não possuem casas de oração, envidam esforços afim de as ter.

Ha no Estado de S. Paulo 20 igrejas, cerca de 1.500 membros, 10 casas de oração, construidas para este fim ou adaptadas, 2 collegios, 4 escolas parochiaes, e, finalmente, uma phalange de obreiros que estão usando o seu talento na propaganda do glorioso Evangelho do Senhor Jesus Christo.

♦ ♦ ♦

EGREJA BAPTISTA DE PARIQUERA-ASSU' S. PAULO

A nossa igreja foi organizada em 25 de novembro de 1914, pelo pastor João Baptista Junior, contando em fim de dezembro de 1919, o numero de 33 membros. A séde da igreja é uma residencia particular. Não temos pastor, nem evangelista assistente. Dos 33 membros, dois foram excluidos, 16 moram longe, e só 15 aqui residem. — Luiz Corrêa da Silva.

Pastores, evangelistas, irmãos e amigos, mandae buscar já pelo correio o Catalogo da Casa Publicadora Baptista de 1922", e sabereis quaes os livros que temos á venda; podeis escolher á vontade. E' enviado gratis a quem o solicitar.

A leitura da biographia de homens celebres tem mudado e entusiasmado a vida dos homens para o bem. Temos breves biographias de David Livingston, Diogo Chalmers, Griffith John, Guilherme Carey. Preço, cada uma \$400.

Executado esse plano teremos uma Casa do valor material de cerca de mil contos de réis.

Aos 5 de março de 1908 o dr. J. W. Shepard abriu o Collegio Baptista do Rio num prédio alugado, da rua S. Francisco Xavier, proximo ao largo da Segunda-Feira, e pouco depois no mesmo edificio o Seminario Baptista do Rio, obedecendo ao plano primordial de preparar jovens brasileiros, de ambos os sexos, para a seara do Senhor. Não obstante os inumeros e tremendos obstaculos que a cada passo desde o seu inicio até hoje tem estorvado o progresso do nosso instituto edu-

cação, cinco delles proprios. Emprega só professores distinctos, homens e mulheres habilitadissimos, e a sua matricula este anno já passa de 600 alumnos, que pertencem a familias brasileiras as mais distinctas. Cerca de 100 jovens de ambos os sexos se preparam para o ministerio evangelico.

As propriedades do nosso Collegio e Seminario são calculadas em mais de 1.500 contos de réis, valor que está constantemente augmentando com a aquisição de novos terrenos e com a construção de novos edificios, caminhando seguramente para a instituição universitaria que temos em mira.

U. M. B. DO DISTRICTO FEDERAL, EM FRENTE DO MUSEU NACIONAL, NA QUINTA DA BOA VISTA

cacional, o seu desenvolvimento rapido por certo constitue um capitulo brilhante na historia dos Baptistas desta capital. Sem duvida a sua narração tim-tim por tim-tim seria um romance ainda mais importante do que o celeberrimo *Mil e uma noites*, de Gulliver. De seu principio quasi insignificante o nosso instituto de educação nos seus 14 annos de vida tem tomado proporções realmente extraordinarias. Hoje elle funciona em 3 secções independentes, occupando seis edificios grandes, sendo

Ha 38 annos organizou-se o primeiro grupo de Baptistas nesta cidade com 4 membros. Durante este periodo relativamente curto o nosso povo já occupa uma posição no Rio de Janeiro quasi estrategica. Pesa sobre nós a grande responsabilidade de fazer jus á confiança que o Senhor da seara depositou em nós, em nos collocar nesta posição tão vantajosa, habilitando-nos desta forma a fazer grandes conquistas para o nosso Mestre no futuro. Assim seja.

A IMPRENSA BAPTISTA

A imprensa baptista no Brasil está ao presente representada por este jornal, que é organ da Convenção Baptista Brasileira, e por outros jornaes, orgãos das convenções estaduais, sem falar em alguns boletins de egrejas. Eis a lista:

O Jornal Baptista, organ da Convenção Baptista Brasileira.

O Baptista Federal, organ da Convenção Baptista Federal.

O Baptista Inter-Estadoal, organ da Convenção Baptista Inter-Estadoal, comprehendendo todo o Estado da Bahia, parte de Sergipe, Pernambuco, etc.

O Baptista Alagoano, organ da Convenção Baptista Alagoana.

O Baptista Regional, organ da Convenção Baptista Pernambucana.

O Baptista Mineiro, organ da Convenção Baptista Mineira.

O Escudeiro Baptista, organ da Convenção Baptista Fluminense.

O Baptista Paulistano, organ da Convenção Baptista Paulistana.

O Baptista, organ da Convenção Baptista Paraná-Santa Catharina.

O Correio Baptista, organ da Convenção Baptista Sul-Rio-Grandense.

A' excepção d'O *Jornal Baptista*, cuja assignatura é paga, todos os outros jornaes são mantidos pelas convenções a que pertencem, e são distribuidos gratuitamente nas egrejas.

OS BAPTISTAS NO RIO DE JANEIRO

Dr. W. E. Entzminger

O primeiro missionario evangelico dos tempos modernos que aportou ao Rio de Janeiro, com o proposito de se dedicar á benemerita obra de evangelizar catholicos brasileiros, foi o Dr. D. P. Kidder, da egreja Methodista da America do Norte; porém, tendo fallecido a sua esposa, depois de 6 annos de permanencia nesta cidade, resolveu regressar de vez para a sua patria. No emtanto o dr. Kidder, em collaboração com um patricio seu por nome Fletcher, escreveu um livro em inglez com o titulo de *Brazil and the Brazilians (O Brazil e os Brasileiros)*, que por todos os titulos é a melhor obra no seu genero que temos visto, especialmente, em tratando deste paiz e seu povo no seculo XIX.

No anno de 1855 o dr. Roberto Kalley, um medico escossez da denominação congregacionalista, expulso da ilha da Madeira pelo clero romano por pregar o Evangelho de Christo aos romanistas madeirenses, desembarcou com sua esposa no Rio e logo encetou o abençoado trabalho que constitue o monumento á sua saudosa memoria mais duradouro que bronze. Excellente serviço o dr. Kalley prestou á Causa Evangelica pelos hymnos que traduziu e deixou; hymnos esses que constituiram um bom cabedal para a formação do primeiro hymnario em portuguez, *Os Psalmos e Hymnos*, e que continúa a ser, que sabemos, o unico hymnario em portuguez com musica.

Em 1859 chegou o rev. A. G. Simonton, o primeiro missionario da Igreja Presbyteriana Americana, o qual em maio de 1861 franqueou ao publico um salão de culto evangelico em casa alugada, e em janeiro de 1862 constituiu a Igreja Presbyteriana na Capital Federal.

Em 1876 veio o rev. J. J. Ransom, enviado pelos methodistas do Sul dos Estados Unidos e deu começo ao trabalho effectivo dos Methodistas no Brasil que hoje tem em todo o paiz 105 egrejas, mais ou menos, com uns 11.000 membros.

Por ultimo chegaram os Baptistas da America do Norte, na pessoa de seus representantes, o rev. W. B. Bagby e sua esposa, D. Anna Bagby, que, vindos da Bahia, desembarcaram em 3 de maio de 1884. Em 24 de agosto do mesmo anno a Primeira Igreja Baptista do Rio de Janeiro foi constituída com 4 membros apenas, sendo elles o missionario e sua esposa, D. Mary O. Roske e D. Eliza Williams. Pouco depois unia-se á igreja um missionario baptista inglez, o rev. E. H. Soper, que tinha vindo para o Rio, afim de cuidar dos interesses espirituas dos marujos patricios. Em maio de 1886 o rev. Soper casou-se com sua patricia, D. Graça Mallaber, e o casal, juntamente com o casal Bagby, muito se esforçou a favor da causa baptista nesta capital e muito contribuiu para o seu estabelecimento, tanto no Rio como em outros centros.

Naturalmente durante os primeiros annos de existencia da novel igreja que de modo tão despretencioso encetou a sua carreira a sua actividade em grande parte foi consagrada ao preparo do terreno, tão hostil á semente baptista. Não tardou, entretanto, que apparecessem os fructos provenientes da sementeira feita no uberimo sólo brasileiro.

Pelo meado do anno de 1890, o irmão Bagby, que tinha sido o pastor da igreja desde o principio, retirou-se definitivamente do trabalho no Rio, substituindo-o provisoriamente no pastorado da egreja o escriptor destas linhas. Em 28 de fevereiro de 1901 foi consagrado ao ministerio de Christo o irmão F. F. Soren que havia pouco tinha voltado dos Estados Unidos, depois de 7 annos de estada alli em instituições baptistas de educação. Em seguida, o irmão Soren assumiu o pastorado da igreja, em que ainda permanece, muito a contento de todos os seus membros.

O longo pastorado do dr. Soren tem sido, sob todos os pontos de vista, excepcionalmente proficuo, obedecendo a um programma de desenvolvimento da propria igreja, nas suas multiphas phases de crescimento, como tambem a uma expansão ex-

terna por meio de pontos de pregação que a igreja tem mantido em varios bairros da cidade. Uma das maiores difficuldades com que a Primeira Egreja Baptista tem lutado desde o principio do pastorado Soren até á presente data, é a falta de uma casa de cultos, em condições architectonicas de preencher as exigencias da denominação baptista no Rio, e tambem as necessidades da propria igreja.

Mas, como Deus escreve direito por linhas tortas, a falta de uma casa adequada forçou a igreja, a exemplo da Primeira Igreja de Jerusalem, a alargar o sitio da sua tenda por fóra, indo abrir pontos de pregação noutros bairros da cidade, congregações essas que tem sido constituídas em igrejas, de maneira que a Primeira Egreja Baptista do Rio dessa feita, se tom tornado mãe abençoada de 10 das outras igrejas baptistas que existem nesta capital.

Durante os ultimos 20 annos a Primeira Egreja tem se esforçado sem cessar para a aquisição de uma casa mais bem apparelhada para o seu trabalho, cada vez mais imponente. No principio a difficuldade consistia na falta de recursos para a compra de terreno em que construir a casa; depois o papel se inverteu, pois, quando appareceram os recursos, tornou-se impossivel encontrar terreno em local desejavel. Finalmente, porém, a igreja foi feliz na aquisição de uma propriedade á rua Frei Caneca em que projecta a construcção de seu templo adequado, que deve ficar prompto até fins de 1923. Installada na sua nova casa, a egreja entrará, sem duvida, numa nova phase de existencia, habilitada, sob o poder de Deus, a fazer grandes conquistas para o Mestre nesta, a mais bella cidade do mundo.

Os Baptistas do Rio nestes ultimos 10 annos tem se estendido por sobre todo o Districto Federal, tendo actualmente 17 egrejas constituídas com um total de uns 1800 membros, e mais umas 25 congregações de 10.000 congregados.

Em janeiro de 1901 começou a funcionar a Casa Publicadora Baptista, á rua Sant'Anna 25 (agora 77) nos fundos da casa de culto da 1ª Egreja, e no dia 10 do mez referido appareceu o primeiro numero de *O Jornal Baptista*, que se destinava a se tornar o organo official da denominação baptista do Brasil, e a prestar tão relevantes serviços á causa de Christo neste paiz. Ora, contar as peripecias da nossa empresa publicadora durante a sua accidentada existencia, descrever as provações por que tem passado durante os 21 annos da sua vida estrenua, seria por certo um tanto enfadonho.

Com effeito, só aquelles que tem travado relações intimas com a nossa Casa sabem como o seu passado tem sido repleto de difficuldades de toda a sorte e sem conta; quantos transees dolorosos lhe tem sobrevindo, ameaçando extingui-la. Mas, louvado seja Deus! Nestes ultimos tempos novos horizontes se têm desenrolado; uma perspectiva muito mais promettedora está em frente della. Ella nunca esteve em tão boas condições para satisfazer ás necessidades do nosso trabalho como actualmente; a cooperação da parte do nosso povo nunca foi tão intensa como agora.

Certamente temos motivos justos que nos levam a confiar num bello futuro para a nossa casa publicadora. Os planos ha annos idealizados para po-la em bases solidas, para dotar as suas officinas com um equipamento completo, e a instalar num grande edificio proprio e em lugar central, estão em via de serem realizados. A Casa acaba de adquirir uma propriedade nesta cidade ao lado da Prefeitura, medindo cerca de 700 metros quadrados, em que se projecta construir um edificio de 3 ou 4 andares, dentro de um anno, mais ou menos, o qual deverá proporcionar as commodidades exigidas e ao mesmo tempo tornar-se um grande centro para a distribuição por todo o paiz da nossa literatura evangelica, que se multiplica cada vez mais.

O CENTENARIO E OS CAMPOS BAPTISTAS

CAMPO BAPTISTA BAHIANO

Pastor C. C. Duclerc

UMA EXPLICAÇÃO.

E' possível que alguém pergunte a significação da palavra "Campo" na aceção em que nós a empregamos aqui. E' um termo já consagrado no vocabulário de nossas actividades evangelísticas, para designar, convencionalmente apenas, os limites territoriaes de nossa acção evangelizadora, determinados pelas indicações geographicas e a nossa capacidade de trabalho religioso. Conforme esta definição, "Campo Bahiano" é o Estado da Bahia onde trabalham um bom numero dos Baptistas Brasileiros, filhos deste e de outros estados da Federação, no intuito de tornar conhecidos os principios do Novo Testamento a todos os habitantes desta unidade dos Estados Unidos do Brasil.

COMEÇO DO NOSSO TRABALHO.

O trabalho de propaganda dos principios baptistas teve o seu começo no Estado da Bahia com a fundação da Primeira Igreja Baptista a 15 de Outubro de 1882 com 8 membros, na capital, á rua do Canella n. 9, pelos venerandos missionarios drs. Z. C. Taylor e W. C. Bagby. Nessa occasião fazia parte da organização o recémconvertido ex-padre Antonio Teixeira de Albuquerque, que se tornou mais tarde um grande propagandista, consagrado ao sancto ministerio do Evangelho.

Desde então os principios baptistas se irradiaram por todo o Estado, levados pelo dr. Z. C. Taylor, o ex-padre Teixeira

e outros irmãos mais tarde convertidos e tornados ministros do Evangelho, taes como os revs. F. Borges de Barros e João Baptista. Isso não significa, entretanto, que o dever e o privilegio da propaganda entre nós Baptistas caibam só aos prégadores officialmente consagrados. Cada pessoa que aceita o

E. D. DA 1ª EGREJA BAPTISTA DA BAHIA

Evangelho de Christo sente-se no grato dever de levá-lo a outros, do mesmo modo que uma pessoa curada de uma molestia chronica sentir-se-ia no prazeroso dever de indicar a outros atacados do mesmo mal o medico e o remedio que a curaram. Nesse sentido, ai de nós se não fôra a entusiastica actividade laica em favor do desenvolvimento da causa baptista neste Campo. Cada novo convertido ás verdades do N. T. é um novo missionario e por isso não é para admirar.

O NOSSO DESENVOLVIMENTO.

Completamos, como se vê, 40 annos de propaganda baptista neste Campo, e, relativamente, é grande e animador o nosso desenvolvimento actual no Estado da Bahia. Dizemos "relativamente", porque, de facto, em relação ás gigantescas difficuldades que tem antechado o nosso passo, na verdade temos feito maravilhas.

As perseguições religiosas tremendissimas, por exemplo, têm sido uma formidavel barreira ao nosso avanço. Como berço da civilização brasileira — civilização romanista — a Bahia tem sido, e é ainda, o centro do carolismo beato que, por sua vez, faz parceria com o fetichismo africano que aqui fez o seu rancho desde a colonização. Em virtude desses dois factores do obscurantismo, não é para admirar, portanto, que 90 por cento de analfabetos, conforme as ultimas estatisticas, sejam o quinhão e o privilegio excepcional da Bahia como um "estado catholico por excellencia"... Ajunte-se a estes formidaveis impecilios o facto que o Estado da Bahia tem sido, com o seu vastissimo territorio e grande população, — um dos campos menos favorecidos de forças missionarias e de trabalhadores nativos habilitados. Só ultimamente é que alguns obreiros nacionaes com algum preparo têm vindo trabalhar aqui.

Um dos grandes factores no avanço evangelistico era o antigo "Collegio Egydio", que desapareceu por muito tempo, só voltando ao scenario de actividade ultimamente.

Entretanto o nosso progresso tem sido um facto animador, benedicto seja Deus.

UM POUCO DE ESTATISTICA.

O Campo Baptista Bahiano conta cerca de 48 igrejas organizadas e mais de 200 pontos de prégacao, a maior parte dos quaes daqui a não muito longe se tornarão igrejas fortes e acti-

TEMPLO DA 1ª EGREJA BAPTISTA DA BAHIA

Editoriaes

O nosso jornal

Os nossos proprios leitores nos são testemunhas de que ainda não publicamos em nossas columnas algo em louvor do «orgão das igrejas baptistas do Brasil». E, certamente, não é porque nunca tivéssemos tido oportunidade na generosidade dos nossos leitores e irmãos na fé. Continuamente o correio nos traz á mão cartas amáveis e recheadas de palavras animadoras de apreço e de respeito para com o nosso modesto jornal, as quaes nos deixam profundamente penhorado não obstante não termos feito publico este nosso reconhecimento.

Aproveitamos este meio para certificar aos nossos benevolentes apreciadores de que não somos, de fôrma alguma, indifferente á sua apreciação dos esforços que dispndemos em fazer do nosso jornal um digno paladino do glorioso Evangelho do Filho de Deus.

Ao contrario, mais e mais solicitamos, dos nossos leitores o seu auxilio tangivel ao nosso elevado empreendimento.

O seguinte trecho extrahido de uma carta que acabamos de receber de distincto irmão de outra denominação, de quem varias vezes recebemos identicas, pode servir para aquilatar tudo o que costumamos receber dos nossos amáveis leitores:

«Para auxilio á publicação do sympathico e bem redigido *Jornal Baptista*, junto, o irmão encontrará um vale postal de rs. 10\$000 (dez mil réis), humilde oferta, mas, que, apesar de muito exigua, deixo aos pés de Jesus, por intermedio dos seus dignos servos, na tenda do *Jornal Baptista*.»

Sim, palavras animadoras, acções animadoras e orações fervorosas, como o que acima se vê, são justamente do que precisamos para cumprirmos o nosso honroso mandato.

Ultramontanismo em S. Paulo

A reunião do Primeiro Congresso Evangelico em S. Paulo não passou despercebida pelos atalaías de Roma que ficaram assombrados com o tremendo successo daquella magna assembléa.

Eis o seguinte pasquin incendiario que foi espalhado em S. Paulo nas vésperas da reunião do congresso:

Catholicos, meus irmãos,

Preparaes-vos contra a investida do lobo protestante que começa a nos assaltar. Desmascaraes-os, tirei-lhes a pelle de ovelha.

Lembraes-vos dos estragos, das destruições, dos morticínios e actos de vandalismo que elles praticaram na Allemanha, Suissa, Inglaterra, etc.

Sô neste ultimo paiz, elles fizeram *setenta e duas mil victimas*, para a consummação do schisma.

Quem sabe si o mesmo não procuram á nossa patria? Não praticam elles, desde já, os maiores absurdos? Não é de acreditar que chegariam ao excesso si algum dia fossem dominadores? Catholicos, alerta!

Mas escutae commigo, ó povo catholico, escutae commigo as prégações destes homens. — Que é que elles vos dizem?

— Que prégam a Biblia?

Mas vós sabeis que isto não é verdade, e que, tendo os protestantes lançado mão sacrilega sobre este *Livro da Igreja Catholica*, a que pertencemos, alteraram-n'a e pretendem agora dar regras áquelles que os iniciaram na Fé!

Mas vós sabeis, ó catholicos, os elogios que Luthero, o monge apostata, tecia ao peccado mais degradante. Não escrevia elle, em 1521, do castello de Warbourg, (sic!) *que os peccadores são os homens mais agradaveis a Deus pelo facto de serem peccadores, mesmo que commettessem em um dia cem mil assassinios ou cem mil adulterios?*

Onde é que se encontra semelhante blasphemia nas SS. Escripturas?

Mas estes homens, ou os taes pastores, são os seus discipulos verdadeiros. Quem nos afirma que não pensam do mesmo modo?

O protestantismo não poderia almejar uma melhor defeza do que esse libello accusatorio, dispensando-se todo e qualquer commentario a elle.

A Biblia e o livre exame

«Examinae tudo e abraçae o que é bom» não sómente é um direito do homem, mas até um dever que lhe é imposto, como a um ser dotado de livre arbitrio. O livre exame, a livre escolha, é um dos principios fundamentais e inviolaveis do Protestantismo baseado no Evangelho.

E' verdade que esse principio é abusado por muitos, e por causa de semelhante abuso a Igreja de Roma ensina que a Biblia não é um livro para o vulgo, mas para ser interpretado exclusivamente pela Igreja.

O livre exame sob o ponto de vista dos abusos que delle resultam, creando seitas, partidos, schismas e heresias, á primeira vista parece abonar a doutrina de Roma de que a Biblia Sagrada não é para todos. Este livro na mão de um meio educado inflamado de vaidade e de pretensa illustração, torna-se na verdade um formidavel instrumento, um meio poderoso de provocar desordens, dissensões e divisões no meio dos crentes. De varias partes nos chegam noticias de propaganda de heresias de todos os quilates por pessoas que tomam sobre si a ingrata tarefa de se constituirem mestres da Biblia, embora não saibam della o A. B. C. do Evangelho. Uns instam de que não é licito ás mulheres assistirem ao culto tendo a cabeça descoberta; outros que é peccado comer-se sangue, etc.

Que faremos! Vedar a leitura da Biblia? Restringir o livre exame! Não, não; mil vezes nunca. Pois a liberdade de consciencia é a corôa de gloria do homem, a sua prerogativa mais elevada, e uma preciosa herança que nos lega o glorioso Evangelho.

Qual é a coisa havida nos céus ou na terra da qual os homens não abusem? Então será porventura licito prohibir a leitura e o estudo particular da Palavra de Deus por causa dos abusos?

Em seguida damos aos crentes de boa fé tres regras simples para a interpretação da Palavra de Deus, as quaes cremos serão de proveito aos que sinceramente desejam saber com certeza qual seja a vontade do Creador.

I. *A interpretação de uma passagem da Escripura deve concordar com o ensino da Biblia em geral.* Se cremos e sabemos que a Biblia, embora escripta por muitos tem um unico auctor — Deus, qualquer ensino della não pode de fôrma alguma estar em desharmonia com outro ensino. Para mais clareza tomemos como exemplo, o mandamento — «Não matarás». Tomado ao pé da letra este mandamento e sem confronto com o resto da Biblia, o seu ensino terminante é que ninguém tem o direito de matar. Porém, confrontando este mandamento com todos os ensinamentos da Biblia achamos que é licito ao Estado dar morte aos malfeteiros, que lhe é licito matar em defeza nacional contra o estrangeiro; que é licito matarem-se animaes para sustento, etc.

Do mesmo modo comparando a prohibição, aos christãos gentios, de comer sangue com o ensino geral da Biblia acerca do alimento material, fica patente que semelhante prohibição era de applicação limitada e transitoria; limitava-se aos christãos gentios primitivos que estavam em contacto com os christãos judeus, e simplesmente por amor destes. A razão desse mandamento prohibitivo acha-se exarada na phrase de S. Paulo aos Corinthios: «Todas as coisas me são licitas mas nem todas as coisas convem». A razão era portanto o escrupulo da consciencia dos judeus christãos ainda fracos, presos de algum modo ao ritual mosaico. Mas não se comprehende que hoje, depois de dezoenove seculos de liberdade christã ainda alguém se lembre de voltar á sujeição dos judeus. (Veja-se I Tim. 4: 4 e 5.)

Cremos ter deixado claro este ponto, e então passaremos á segunda regra de interpretação:

II. *No estudo da Biblia e na sua interpretação devemos fazer uso do senso commun.*

Deve-se ter em mente que a Biblia não é um cathecismo composto de perguntas e respostas bem organizadas, mas um livro historico, narrando as relações e revelações de Deus para com a raça humana através de muitos seculos de sua existencia, exarando principios destinados a constituir a regra de fé e pratica do homem. Para comprehenderem esses principios é claro ser o uso do senso commun indispensavel, para supprir pormenores e concatenar coisas congeneres que se acham na Biblia desligadas, etc. Por exemplo, como poderemos comprehender ou cumprir a ordem de Jesus: *Ide, fazei discipulos de todas as nações*, se não empregarmos o senso commun? Jesus nada deixa ahi explicado de como se viajar, se a pé, se a cavallo, se por terra se por mar, etc.; nem exemplificado como se deve fazer a propaganda, ou como arranjar-se os meios de fazel-a. Tudo isso deixou elle entregue ao bom senso dos que se dedicassem á propaganda do Evangelho.

(Continua)

O que são os Protestantes

— O sr. é protestante?

— Sou, sim sr., e tenho muita honra em sel-o, — responde o christão.

— Mas, nós, os livres pensadores, entendemos que os protestantes são uns sectarios fanaticos, uma gente da classe mais pobre e ignorante.

— É exacto, — acrescenta um catholico, — e nossa Santa Madre Igreja Romana os tem declarado herejes e os condemnado ao inferno.

— Pois, srs., eu sou Protestante, e vos direi porque. Os Protestantes baseam a sua religião na Escriptura Sagrada, lei de Deus, a qual já traduziram em quatrocentas linguas, e se esforçam por fazel-a chegar ás mãos de toda a creatura de Deus. D'ahi vem a emancipação da intelligencia e da alma, a liberdade dos escravos e a salvação das nações da tyrania do Papa e dos reis. Aos protestantes se deve hoje a liberdade religiosa e a forma republicana de governo. Mais de doze mil homens sahiram da Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha e se acham localizados entre as nações, para ensinar ao povo a lei de Deus. Os protestantes tornaram geral e solida a instrução, por tanto tempo encerrada nos muros dos conventos. Augmentaram milhares de vezes as riquezas materiaes do mundo, enchendo-o de uma prosperidade e felicidade jamais sonhadas. Têm em suas mãos a balança do destino das nações. Hoje o sentimento mais forte do munda gravita sobre seus principios. Os primeiros estadistas, os primeiros sabios, os primeiros oradores do mundo se encontram hoje no meio d'elles.

Qual é a nação que póde comparar-se com as protestantes em cultura intellectual, moral e physica? Estão na vanguarda de tudo quanto é bom e util, em todos os ramos de actividade humana.

GUTENBERG, protestante, foi o inventor da imprensa, a qual mediante HOE, protestante, faz trinta mil impressões por hora na machina rotativa; STEPHENSON, protestante, deu ao mundo as estradas de ferro; WATT, protestante, descobriu a lei pela qual se faz o vapor; FULTON, protestante, applicou o vapor á navegação; CARTWRIGHT, protestante, inventou o tear mechanico; FRANKLIN, protestante, descobriu e encaminhou a electricidade; MORSE, protestante, inventou o telegrapho; ARKWRIGHT, protestante, inventou a machina para tecidos de algodão; HOWE, protestante, inventou a machina de costura; WHITNEY, protestante, inventou a machina para descaroçar algodão, machina que faz trabalho de tres mil mulheres; NEWTON, protestante, descobriu as leis de gravitação e revolucionou assim o mundo scientifico; HARWEY, protestante, descobriu a circulação do sangue; MILTON, protestante, escreveu *Paraíso Perdido*, o mais profundo poema dos tempos; SHAKSPERE, protestante, é o principe dos poetas dramaticos; BUNYAN, protestante, escreveu o mais celebre romance christão, o *Peregrino*; LEIBNIZ, protestante, o primeiro mathematico e philosopho da idade moderna; GROTIUS, protestante o primeiro jurista do seculo, mestre fundador do *Direito Internacional*; WALTER SCOTT, protestante, é o fundador do romance historico; BACH, protestante é o fun-

dador da musica moderna, sem igual em grandeza de musica sacra; PALISSY, protestante, descobriu o processo de esmalte, que pelo asseio que dá aos pratos, louça, etc., não sómente augmenta o adorno das nossas mezas, mas tambem prolonga a vida; NELSON e WELLINGTON, protestantes, venceram o grande *Napoleão*; WASHINGTON, protestante, o primeiro republicano e patriota dos tempos modernos; PENN, protestante, o fundador da primitiva democracia que se desenvolveu até chegar a ser os Estados Unidos d'America do Norte; JENNER, protestante, descobriu a vaccina, que salva annualmente milhares de vidas; HOWARD, protestante, o promotor na Europa do moderno systema penitenciario, em contraposição ao antigo de inhumanidade e horrores; CAREY, protestante, o iniciador do grande movimento missionario a favor dos pagãos; OERSTED, protestante, descobriu o electro-magnetismo; BRAIDWOOD, protestante, fundou o primeiro asylo para surdos-mudos; DRAKE, protestante, descobriu e introduziu o uso do kerozene; PEABODY, protestante, o o fundador dos primeiros bairros para operarios, em que estes podem chegar a ser proprietarios; McCORMICK, protestante, inventou a machina para cortar trigo etc., que vale só nos Estados Unidos mais de cincoenta milhões por anno; CLAYTON e MURDOCH, protestantes applicaram o gaz carbonico á produção de luz artificial; LIVINGSTONE, protestante, o primeiro explorador da Africa Central; os dois HERSCHEL, protestantes, iniciaram a nova era da astronomia, por suas descobertas e escriptos; MAX MÜLLER, protestante, a primeira auctoridade em idiomas e religões orientaes, ROCKEFELLER, protestante, o homem mais rico do mundo e grande philanthropo norte americano; FRÖEBEL, e PESTALOZZI, protestantes, os mestres do methodo moderno de educação da infancia; LINCOLN, protestante, o libertador de quatro milhões de escravos; GLADSTONE, protestante, o primeiro estadista do seculo; TENNYSON, protestante, o mais celebre poeta contemporaneo; SPURGEON, protestante o maior prégador dos tempos modernos; EDISON, protestante, inventou entre outras coisas, o telephone e o phonographo e descobriu a luz electrica; BRUSH, protestante, inventou o dynamo pelo qual se gera a electricidade; NOBEL, protestante, inventou a dynamite; SHOLES, protestante inventou a machina de escrever; GAIL BORDEN, protestante, inventou o leite condensado; ERICSON, protestante; inventou as torpedeiras; HARVEY e KRUPP, protestantes, levaram a fundição do aço á sua perfeição actual; RAIKES, protestante, estabeleceu a primeira escola dominical, que hoje dá ensino christão a milhões de crianças; BURRITT, protestante, foi quem chegou a saber mais linguas, mais de cincoenta.... E, onde iríamos parar se repetissemos uma por uma a lista das melhores produções inventadas, descobertas e applicadas pelos protestantes? O mundo está cheio dos seus eruditos missionarios, das suas escolas, dos seus artefactos e das suas indutrias.

Ora, vejamos alli um padre, dos que excommungam o protestante; está comendo pão cuja farinha foi feita em machina protestante, bebendo café moído em moinho protestante, em porcelana protestante, adorado com assucar de invenção protestante e elaborado com machinismos protestantes; corta a carne em prato protestante, com faca protestante, e leva á boca com garfo

protestante; aprecia doce e queijo protestantes e frita ovos em manteiga ou banha protestante americana; o beefsteak é assado em cosinha protestante, bebe vinho em copo protestante e a luz de parafina que o alumia é industria dos protestantes; lê com oculos protestantes, seu diario impresso em papel e prêlos e typos protestantes; escreve suas cartas com papel, tinta e pennas feitas pelos protestantes; abre a coroa no alto da cabeça com navalhas protestantes (Rodgers, Sheffield, etc.); compra seus cigarros com as notas protestantes, (da *American Bank Note Company*, New York) e os accende com phosphos protestantes (*Tydaholm, Saxeiden*); seu relógio do bolso que tem hora exacta é protestante; a sarja da sua sotaína é rica sarja ingleza protestante; anda pela rua calçado de bons sapatos Bostock ou Clark, protestantes, cuja rua está illuminada a gaz ou electricidade, industrias protestantes, e pavimentada com cimento Portland ou Macadam, invenções protestantes, por onde correm admiraveis carros ou bonds, protestantes; faz suas viagens em trens protestantes, em vapores protestantes e manda seus telegrammas por meio de fios protestantes; vai visitar as freiras nos conventos e as acha cosendo em machinas protestantes com *Manchester Cotton*, fio protestante, quando não estão cantorolando ladainhas em órgão ou harmonium protestantes.

Por este lado nunca chegaremos ao fim. Entre-se no commercio e indague se a procedencia de todos essas maravilhas da industria, de todo esse machinismo, ferragens, cutelarias, moveis, telas, armas, apparatus scientificos, relógios, instrumentos chirurgicos, drogas, etc., etc., tudo é obra do mundo protestante.

Procure-se depois saber o que vem da terra do Papa — e logo encontraremos *macaroni* e santos de pau; e lá de dentro do proprio Vaticano: ossos de defunto, rosarios e escapelarios feitos de farrapos das veste imprestaveis dos frades. Tal é a industria com que fazem competencia aos protestantes!

Os paizes de mais progresso hoje são os Estados Unidos do Norte, Inglaterra, Alemanha, Holanda, Suissa, Dinamarca, Suecia, Noruega, e França em parte: estas são as nações protestantes. Seu poder colonial é enorme e os anglo-saxonios e germanicos protestantes estão chamados a dominar o mundo.

E ainda se me pergunta:

— O sr. é protestante?

— Sou, sim, sr., e tenho muita honra em sel-o, pois me acho em boa companhia universal, entre homens cujo fim é restaurar este mundo de um estado de escravidão mental ou physica, á liberdade, á prosperidade e á felicidade.

“Eis que estou á porta, e bato: se alguém ouvir a minha voz, e abrir a porta, entrarei na sua casa, e com elle cearei, e elle commigo.” — Jesus Christo.

Um estranho a bater

Deixa-o entrar;

Sua entrada é-te mister,

Deixa-o entrar.

Deixa-o agora entrar,

Antes que embora se vá,

Jesus, Filho do Pae,

Deixa-o entrar.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

J. L. L. "Como se deve entender o versículo 48 do capítulo 5 do Evangelho segundo S. Matheus, que diz: "Sede pois perfeitos como é perfeito o vosso Pae que está nos céus"? Será possível ao homem chegar a ser perfeito como Deus?"

As palavras de Jesus, no versículo citado, não devem ser entendidas em sentido absoluto, mas, sim, em sentido relativo. O que Jesus entendeu dizer, como se deprehe do contexto, foi que os seus discípulos, na sua esphera humana, deviam ser perfeitos como Deus era na sua esphera divina. Que uma vez que eram filhos de Deus, as suas obras deviam ser da natureza das do seu Pae que estava nos céus. Envez de vingativos deviam ser perdoadores; envez de aborrecerem os seus inimigos deviam amal-os e orar por eles; envez de serem indifferentes ás necessidades dos seus semelhantes, deviam soccorrel-os sempre que podessem, etc., etc.

II

P. A. "E' lícito a um crente organizar uma banda de musica ou tomar parte na mesma como musico, sabendo que não pode tocar nas festas catholicas ou divertimentos mundanos?"

Não vemos por que um crente não possa reger ou tomar parte em uma banda de musica, uma vez que elle saiba até onde pode ou não poe ir como crente. A musica é uma bella arte; e deve ser cultivada por que alegre e faz bem ao espirito; dizemos isto de toda a boa musica, e não sómente daquillo que se chama musica sacra. "A musica", disse algum, "é do céu, o diabo foi que a corrompeu e a pôz a seu serviço". Mas não devemos permitir que elle goze só e tranquillamente aquillo que roubou. A Sagrada Escripura apresenta-nos principios seguros pelos quaes podemos regiar a nossa vida christã, como por exemplo o que se acha em I. III. 4:8: "Tudo o que é verdadeiro, tudo o que é honesto, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é de boa fama, se ha alguma virtude. e se ha algum louvor, nisso pensae".

III

M. A. C. 1) Existindo no illustrado Clero Baptista "Doutores, Pastores e Reverendos" qual delles occupa lugar superior hierarchicamente falando? 2) Os doutores são formados nas nossas academias de medicina, direito ou engenharia, ou usam titulos que não têm, por simples valdade ou meio de impor-se ao povo? 3) Se assim é, não estão elles incorrendo em um crime, sujeitando-se á penalidade do nosso Codigo Penal, que pune com cadeia a quem usa titulo que não tem, além da pena imposta no Apocalypse ao que ama e commette a mentira?"

No ministerio baptista não ha distincção alguma hierarchica. Um ministro evangelico tem os mesmos direitos e attribuições de qualquer outro. Pastor é todo aquelle que é separado e consagrado por uma igreja para ser o guia espirital da mesma igreja.

O titulo de doutor é um titulo de habilitação conferido pelas nossas faculdades theologicas, depois de terminad o curso com real aproveitamento. As faculdades theologicas baptistas, ou, melhor, seminarios, coferem dois titulos — o de bacharel em theologia e o de doutor em theologia, sendo este o mais elevado. Na pratica, os que têm um ou outro dos titulos citados, são tratados indistinctamente por doutores, mas nenhuma culpa disse elles teem.

Ha ainda o titulo de doutor em divindades, conferido por algumas universidades norte-americanas a pessoas que tenham ao menos o curso superior de letras, que nellas é muito elevado, e produzido obras de reconhecido valor. Esses titulos, quer sejam conferidos pelos seminarios baptistas brasileiros, quer pelos estrangeiros, não necessitam de revalidação aqui por parte das instituições officiaes e, portanto, o seu uso é perfeitamente legitimo.

O titulo de reverendo é um tratamento de respeito tradicionalmente dado pelo publico a todos os ministros de religião, quer catholicos, quer protestantes. Não é um titulo biblico nem academico. Na nossa humilde opinião, não faz mal nem bem. Pertence ao numero daquellas cousas que entraram no uso e que são difficeis, senão impossiveis, de desarraigarem.

T. R. T.

Já vistes como é linda uma paisagem vista do cume de um monte? E' realmente encantadora! Quereis ter assim uma vista panoramica de toda a Biblia? Arranjae e estudaes desde já o livro maravilhoso A BIBLIA EM ESBOÇO, e tereis tal vista. Não vades só; levae outros convosco! Organizaes uma classe e estudaes juntos. Preço 2\$000 e 2\$500; pelo correio mais \$500. Para o estudo em classe a Casa Publicadora Baptista mandou fazer mappas que mostram num relance todo o conteudo biblico. Tem o tamanho de 225 centimetros de comprimento e 76 de largura. Este mappa é para ser posto na parede, na igreja onde se estuda a Biblia. Preço 20\$000: com um tubo de folha para guardal-o, 25\$000. Pelo correio mais 1\$000. Cada igreja devia possuir um mappa destes. Casa publicadora Baptista.

TU' ÉS PEDRO, OU ROCHA?

Leia-se João 1:42; Math. 16:13-18.

Em vez de não sei quantas interpretações allegoricas e patristicas, eis aqui a grammatical literal de A. Vinet.

"Ao chamar Cephas (1) (Pedro), rocha ao filho de Jonas, Jesus não lhe deu um nome vão, senão um nome tão expressivo quanto importante, porque nada Elle fazia sem intenção séria.

No principio e no fim do seu ministerio, Jesus impoz solemnemente áquelle seu discipulo este novo nome, em substituição ao seu nome de nascimento (Simão) e ao patronimico (2). Entre os hebreus o nome proprio tem uma significação. Poderiamos crer que este nome prophetizasse a firmeza do apostolo. Se o proprio Simão assim creu, enganou-se redondamente, pois que seria irrisorio depois da sua triplice negação.

Não se trata do caracter (natural) de Simão, mas da sua vocação. Não é que Pedro deva ser o fundamento da igreja pois que não se pôde pôr outro fundamento alem daquelle que foi posto, que é Christo Jesus, a pedra angular (1 Cor. 3:11; I Ped. 2:6.).

Pedro, como os demais christãos, deve ser posto sobre este fundamento eterno, para a edificação da casa espirital, e em nome e da parte de Jesus Christo entrará como pedra viva no templo santo.

Esta qualificação não significa que Pedro devesse occupar uma cadeira propria ou que ficasse assegurada aos bispos de Roma a successão pontificia, ou a infallibilidade. Pedro não reclamou estas attribuições, os demais apostolos não as reconheceram, nem se sujeitaram á sua auctoridade. O partido de Pedro na igreja de Corinto não era o hom partido (I Cor. 1:12); Paulo censurou tanto os partidarios d'elle quanto os seus.

Paulo reprehendeu a Pedro (Gal. 2:14) e elle não protestou. Em parte alguma do N. T. se vê que Pedro se constituisse juiz supremo. Na propria igreja de Jerusalem (3) não funcionou como papa; e se falou em primeiro lugar foi para relatar a sua missão entre os gentios; não impoz por decreto, ou *motu proprio*, o seu parecer; nem dirigiu a discussão como presidente.

Se ao dizer a Simão "Tu és Pedro", Jesus tivesse transformado em monarchia a republica christã, teria falado em vão, porque Pedro não chegou a ser *pontifex maximus* e rei.

Não podendo achar nos textos biblicos auctorização para a sua instituição politico-internacional, os papistas forçam o sentido das palavras divinas, de accordo com a mesma instituição, envez de procurarem nellas a razão de tal instituição existir. Com esta inversão de um principio fundamental de interpretação, derrubam as bases da crença; e pervertem as Escripuras.

A. Vinet."

Em cumprimento de seu nome prophetico, Pedro teve uma missão particular e historica, sendo um iniciador. Em toda a obra ha necessidade de iniciadores, empresarios, *pioneiros*. Assim foi Pedro, no Pentecostes (Act. 1:25--2:14), na conversão de Cornelio, o gentio, etc.

Traduzido de A. Vinet (4), por P. Besson.

(1) Em aramaico.

(2) Filho de Yonã (Colombo) e não de Yokanan. João. Variante alexandrina.

(3) No mal designado "Primeiro concilio ecumenico".

(4) Nouvelles Etudes Evangeliques.

"A Escola no Lar," é um livro de summa utilidade, que permite em qualquer lugar, onde haja uma pessoa medianamente culta, constituir-se uma escola capaz de ensinar com proveito a lêr, escrever e contar, ás creanças (e mesmo adultos) do dicto lugar. Num paiz como o nosso, vastissimo, de difficeis meios de comunicação, e de tão grande percentagem de analphabetos, este livro é um verdadeiro achado. A' venda em nossa casa, a 3\$500 cada volume, france de porte.